

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

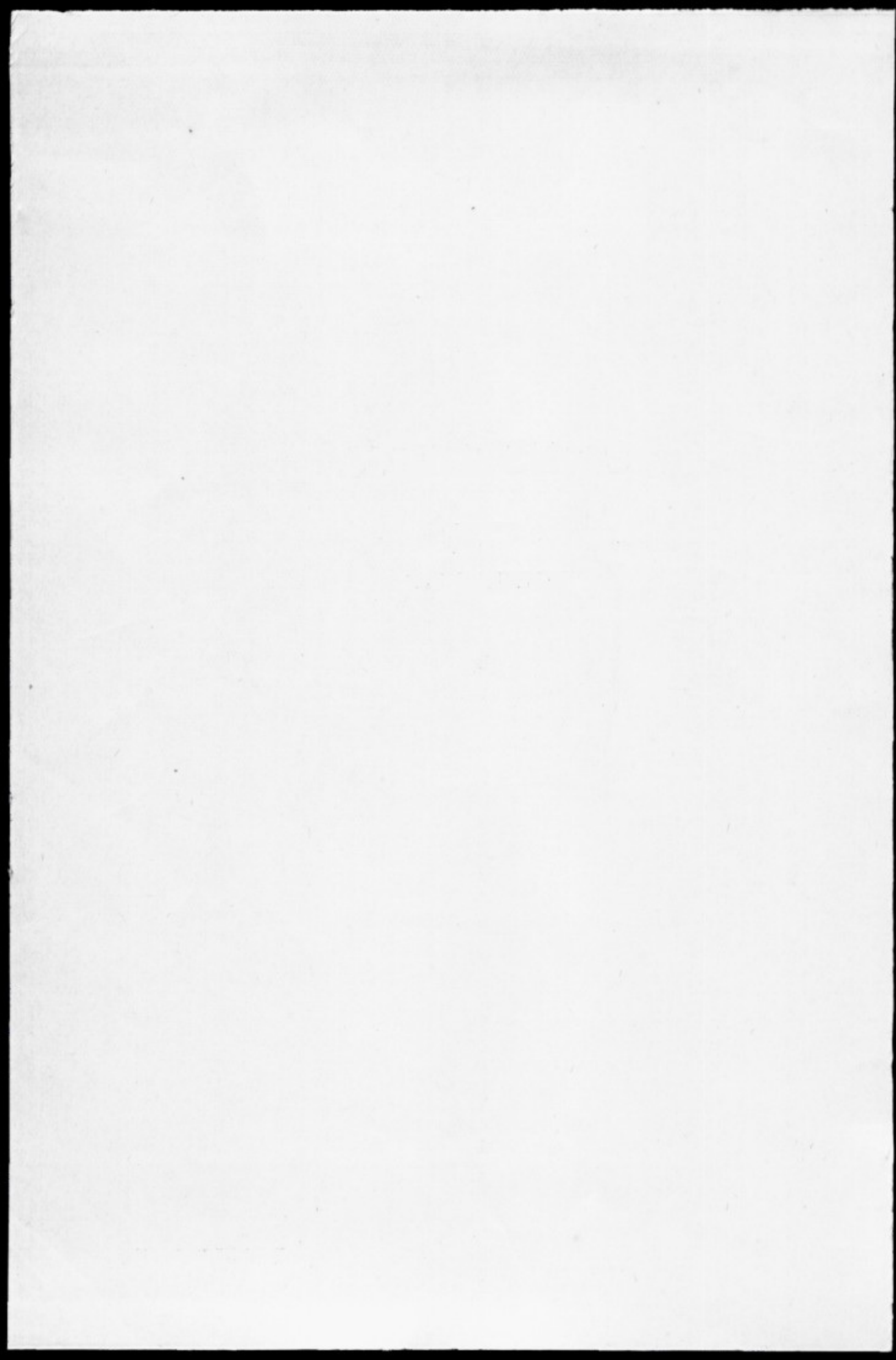
VOLUME 86.^o

4.^a SERIE



VOLUME 15.^o

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933



O INSTITUTO

VOLUME 86.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 86.^o

4.^a SERIE



VOLUME 15.^o

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

	Pág.
CAMPOS (FERNANDO) — Uma carta inédita de José Agostinho de Macedo	600
CARVALHO (RUI GALVÃO DE) — Três ensaios sobre Antero de Quental.....	197, 503, 607
DOMINGOS DA CRUZ — A mutualidade em Portugal.....	309, 646
DUARTE (AFONSO) — Os desenhos animistas de uma criança de 7 anos.....	1
FERREIRA LIMA (HENRIQUE DE CAMPOS) — Medalha concedida, em 1808, ao Corpo de Eclesiásticos Voluntários Conimbricenses durante a Guerra Peninsular	141
FIGUEIREDO (FIDELINO DE) — Depois de Eça de Queiroz... (1900-1933).....	536
GONÇALVES (CAETANO) — O estado democrático e o pragmatismo.	551
GRAVE (JOÃO) — O Historiador ..	223
LEBESGUE (PHILÉAS) — Herculano, restaurador de la prose portugaise	95
LOBO E SILVA (J. DE OLIVEIRA) — Anais da Vila da Ericeira.	81, 366, 440
MARQUES GOMES — Alexandre Herculano redactor do «Diário do Governo».....	378
MATTOS CID (ANTONIO DE) — S. Francisco de Xavier e o Oriente português	97, 237, 576
MOREIRA (MANUEL VICENTE) — Creches industriais.....	108
PASSOS (CARLOS DE) — O Tombo de Santa Maria de Sá.....	215
PERPÉTUO DA CRUZ (J.) — Contribution à l'étude de la relativité générale — L'espace et sa mesure.....	424
PESSOA (ALBERTO) — Ideas médicas de Eça de Queiroz — V. José Matias, a Tóto e vários outros	61, 177, 293
PINA (LUIZ DE) — O Cronista Rui de Pina e mestre António, «Físico» da Renascença	261

	Pág.
RICARDO JORGE — O soneto imortal de Arvers e as versões vernáculas.....	525
RODRIGUES (DR. JOSÉ MARIA) — A tese da Infanta nas líricas de Camões	24, 395
— Errata importante	679
RODRIGUEZ MIGUEL (LUIZ) — Alejandro Herculano y España	498
SILVA BASTOS (JOSÉ T.) — Glorias e positivismo dos factos	285
— ¿Porque fomos nós a Ceuta?	129
TRINCÃO (MÁRIO SIMÕES) — Tratamento médico da úlcera gastroduodenal — A Pepsinoterapia	246, 347, 479, 626
VILHENA (JOÃO JARDIM DE) — Cartas históricas	229, 388, 564
*** — As três conferências africanas	157, 326, 456

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Alejandro Herculano y España, por LUIZ RODRIGUEZ MIGUEL.....	498
Alexandre Herculano redactor do «Diário do Govêrno», por MAR- QUES GOMES.....	378
Anais da Vila da Ericeira, por J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA	81, 366, 440
Carta (Uma) inédita de José Agostinho de Macedo, por FERNANDO CAMPOS.....	600
Cartas históricas, por JOÃO JARDIM DE VILHENA.....	299, 388, 564
Contribution à l'étude de la relativité générale — L'espace et sa mesure, por J. PERPÉTUO DA CRUZ.....	424
Creches industriais, por MANUEL VICENTE MOREIRA	108
Cronista (O) Rui de Pina e mestre António, «Físico» da Renas- cença, por LUIZ DE PINA.....	261
Depois de Eça de Queiroz... (1900-1933), por FIDELINO DE FIGUEI- REDO	536
Desenhos (Os) animistas de uma criança de 7 anos, por AFONSO DUARTE	1
Errata importante, pelo DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.....	679
Estado (O) democrático e o pragmatismo, por CAETANO GON- ÇALVES	551
Francisco (S.) de Xavier e o Oriente português, por ANTONIO DE MATTOS CID	97, 237, 576
Glórias e positivismo dos factos, por JOSÉ T. DA SILVA BASTOS ...	285
Herculano, restaurador de la prose portugaise, por PHILÉAS LE- BESGUE	95
Historiador (O), por JOÃO GRAVE	223
Ideas médicas de Eça de Queiroz. — V. José Matias, a Tóto e vários outros, por ALBERTO PESSOA	61, 177, 293
Livros recebidos	676
Medalha concedida, em 1808, ao Corpo de Eclesiásticos Voluntá-	

	Pág.
rios Conimbricenses durante a Guerra Peninsular, por HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA	141
Mutualidade (A) em Portugal, por DOMINGOS DA CRUZ	309, 646
¿Porque fomos nós a Ceuta?, por JOSÉ T. DA SILVA BASTOS	129
Soneto (O) imortal de Arvers e as versões vernáculas, por RICARDO JORGE	525
Tese (A) da Infanta nas líricas de Camões, pelo DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES	24, 395
Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia, por MÁRIO SIMÕES TRINCÃO	246, 347, 479, 626
Três (As) conferências africanas, por ***	157, 326, 456
Três ensaios sobre Antero de Quental, por RUI GALVÃO DE CARVALHO	197, 503, 607
Tombo (O) de Santa Maria de Sá, por CARLOS DE PASSOS	215

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 86.º

4.ª SERIE



VOLUME 15.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Os desenhos animistas de uma criança de 7 anos</i> , por Affonso Duarte	I
<i>A tese da Infanta nas líricas de Camões — III</i> , pelo Dr. José Maria Rodrigues	24
<i>Ideas médicas de Eça de Queiroz</i> . — V. José Matias, <i>a Tóto e vários outros</i> , por Alberto Pessoa	61
<i>Anais da Vila da Ericeira</i> , por J. de Oliveira Lobo e Silva	81
<i>Herculano, restaurador de la prose portugaise</i> , por Philéas Lebesgue	95
<i>S. Francisco de Xavier e o Oriente português</i> , por António de Matos Cid	97
<i>Creches industriais</i> , por Manuel Vicente Moreira	108

OS DESENHOS ANIMISTAS DE UMA CRIANÇA DE 7 ANOS

O desenho, na sua expressão espontânea, é a linguagem que verdadeiramente pode dizer-se, e em toda a sua extensão, tão infantil como a criança.

Livre dos condicionalismos da linguagem verbal, ali, onde a palavra tantas vezes esconde a representação que do mundo se faz a criança, é de uma nudez virginal a linguagem gráfica.

E dir-se-ia mesmo que a verdadeira gramática das crianças, a lógica do seu pensamento, se acha mais explícita nos seus desenhos espontâneos que no seu falar.

A criança percebe, pensa, raciocina ou actua, como desenha, mais do que como fala.

¿ Também não fôra já o desenho a primeira linguagem-articulada que deu ao homem os hábitos de transmitir seus pensamentos, fixando-os, para que viéssemos a desvendar-lhe a longevidade, as crenças da sua alma, os passos da civilização?

Pois é ainda esta linguagem primitiva a melhor chave para entrar no mundo encantado das crianças—e, digo encantado, por demasiado realista que ele é para os nossos hábitos de ver e de pensar.

Enquanto a criança não dá por outras perspectivas que não sejam as dela-própria, encerrando-se egocêntricamente no seu mundo, é bem de reconhecer que o seu lugar não pode estar completamente neste outro mundo de experiências

feito, de realidades a que não pôde adaptar-se, pelo simples facto de que tempo há de vir ainda para as viver.

Ora, é todo o quadro do realismo infantil, como do veio mais límpido, que vái decorrer da presente galeria de desenhos de Tito.

Vão êles acompanhados das respectivas legendas, que colhemos da bôca da criança, acto contínuo ao desenho, e das datas em que foram feitos, pois nos servem, a um tempo, de numeração e de indicação da idade da criança, tendo presente que ela nasceu em 28 de Junho de 1923.

Reünidos, embora, sob a rubrica genérica de *desenhos animistas de uma criança de 7 anos*⁽¹⁾, a série que publicamos, vem, no entanto, a ilustrar as diferentes modalidades que, nos termos de Piaget, caracterizam a mentalidade infantil, ou sejam: de egocentrismo, sincretismo, animismo e artificialismo.

Oferecendo o cotejo das duas linguagens — a verbal e a gráfica — singulares exemplos de convergência, não há que buscar nomes diversos para designar um mesmo facto, embora dado por meios expressivos diferentes.

*

Ora, e indo com Piaget, diremos que há egocentrismo enquanto a criança sente tão ligado a si o mundo que a rodeia que dêle é incapaz de fazer um juízo desinteressado e impessoal.

Manifesta-se por uma plena concordância consigo-própria, como se do universo ela fôra o centro, crendo que as coisas são em si tais como as vê, isto é, como se outras relações

(1) Título da nossa primeira lição-conferência, em Maio de 1932, na Escola do Magistério de Coimbra.

não existissem que não sejam as que lhe pode oferecer a mera estrutura óptica da realidade.

Daí um saboroso ocultismo na sua atitude mental e que se traduz em representar o mundo *como se fronteiras não houvesse bem delimitadas entre o subjectivo e o objectivo*, a ponto de confundir a imagem visual com a imagem táctil (o objecto) ou o nome e as coisas nomeadas ou, quando menos, a atribuir uma significação humana às próprias coisas ou aos fenómenos da natureza.

E explica-se: é que o *processus* básico da evolução do espírito não se faz por associações sucessivas mas sim da indissociação para a associação.

É por uma dissociação criadora que a criança vai, pois, gradualmente adaptando-se à realidade.

A criança não é sistemática mas orgânica: é a totalidade da vida, no seu marulhar de fonte sem reprêsas, que se representa à criança, nas primeiras idades: ela identifica-se com a própria corrente da vida.

É o que pode exprimir-se, sob o ponto de vista intelectual, como um dos traços mais salientes da atitude egocêntrica da criança, dizendo que ela desenha, como percebe ou pensa, sincrêticamente.

O sincretismo, desde o já clássico estudo de Claparède sobre um petiz de 4^{1/2} anos que, não sabendo uma letra nem uma nota de música, reconhecia, e passados tempos, num album de músicas, as páginas que êle mais gostava que lhe tocassem, associando, portanto, a fisionomia geral da página da música com os títulos conhecidos verbalmente, é hoje um dos fenómenos mais bem esclarecidos da psicologia infantil.

Piaget dedicou-lhe notabilíssimo estudo, logo na sua obra *Le langage et la pensée chez l'enfant* e, teorizando os fundamentos do seu método de iniciação da leitura, Decroly em *La fonction de globalisation et l'enseignement*.

*

Quanto a nós, um interessante caso de sincretismo, e que tem sido explicado por um mero automatismo gráfico, é o que se representa quando as crianças desenhavam os animais com maior número de patas que, na realidade, possuem.

A multiplicidade de patas, nos desenhos infantis, corresponde a uma experiência visual da criança, ou mesmo auditiva, e tem a sua explicação no sincretismo de percepção.

De nenhum modo é um produto de automatismo, pelo qual a criança, depois de haver desenhado o número exacto de patas, se teria deixado ir ao sabor do ritmo gráfico.

O desenho revela que a criança apenas tem das patas do animal uma imagem sincrética, colhida na sensação de multiplicidade de patas que o animal aparenta quando corre.

A simples sensação auditiva do trotar de um cavalo, podia levar a criança a esta representação da multiplicidade.

Em qualquer caso: o que se figura é uma série de ritmos visuais, ou auditivos, confusamente percebidos.

Luquet, que explica esta multiplicidade pelo automatismo gráfico, e como êle outros especialistas do desenho infantil, oferece-nos em *Le dessin enfantin*, em abôno da nossa interpretação, estas preciosas notas: uma criança que diz: *está bem, é assim mesmo*, quando se lhe chama a atenção para o desenho; outra, que justifica a multiplicidade das pernas de um rato que acaba de desenhá-lo, dizendo: *é para que êle possa fugir melhor ao gato*.

Ora, é nesta ideia de correr que está implícita a nossa interpretação da multiplicidade. Ela podia, mesmo, ser colhida em determinado animal, — o cavalo ou o cão, — e aparecer no rato, por exemplo, por transferência analógica, o que é muito freqüente na aparição doutros pormenores no desenho infantil.

A criança que assim procedeu, pode dizer-se, o que nunca tinha é contado no sentido aritmético do termo, o número de patas do animal, é que estava ainda na idea dos conjuntos-números que tão característico é, como refere Lévy-Bruhl da mentalidade primitiva, se é que não o faz intencionalmente para dar a idea de que o animal vai realmente a correr.

Como exemplo curioso de multiplicidade intencional, podemos citar o caso de uma criança que desenhou, com quatro pernas, *um pedibolista a dar um pontapé na bola*.

A multiplicidade dos dedos, nos desenhos infantis, é outro facto que se inscreve também nos hábitos do sincretismo.

*

E, vejamos agora, como os referidos conjuntos-números, servindo-nos de uma natural ponte de passagem, podem explicar-nos o desenho de Tito:

O homem a quem morreu o irmão há 30 semanas (18-2-31).

Há trinta semanas é uma expressão vaga para a criança, um esquema sincrético que quer dizer apenas: há bastante tempo.

A criança diz há trinta semanas, fixando no número 30, que lhe veio à lembrança, a noção do tempo, mas, na realidade, ela nada fixa, ficando, portanto, a individualidade do número 30 indecisa, vaga.

*

De expressão sincrética são as duas personagens de Tito:

Camões (17-3-31) e *o Bispo de monóculo* (29-5-31) (Est. I, 1 e 2).

Como para a mentalidade primitiva, o herói, o antepassado, era considerado vivo sobre a terra e junto dos seus

descendentes que deviam proporcionar-lhe alimento e fazê-lo participar da vida comum⁽¹⁾, o Camões de Tito é presente e vivo.

Conhece-o de estampas e sabe que passou vida acidentada, *que foi guerreiro e que perdeu um olho numa batalha e daí a condecoração: a cruz ao peito.*

Mas não pára aqui a personalidade de Camões: ela projecta-se tanto até nós que a criança chega à ingenuidade realista de lhe desenhar a máscara coberta de cicatrizes ainda com seus pensos agarrados e donde escorrem pintas de sangue: uma sangrada figura de paixão como um rosto de Cristo!

*

O Bispo de mitra e de monóculo representa a juxtaposição de dois momentos diferentes da mesma personagem, crendo, como diz a criança, que ela o tivesse visto assim *de monóculo, sentado numa cadeira, num dia em que foi ao Seminário.*

De mitra, por certo, só o poderia ter visto nalguma cerimónia da Sé Catedral.

Talvez algum padre-mestre do Seminário é que a criança terá visto de monóculo, sentado na sua cadeira, debruçado para o seu latim, e daí transferir o pomenor monóculo para o Senhor Bispo que, no desenho Tito, toma uma tão saborosa expressão sincrética.

O Bispo de monóculo é, assim, uma personagem fabulada.

Mas, juxtaposições análogas, encontram-se muitas na história das religiões.

(1) *Le mythe du héros et la mentalité primitive* par Henri Brocher — Alcan, Paris, 1932.

*

E, dadas as analogias entre o sincretismo e a faculdade de fabulação que tão viva é nas crianças, aqui vem, em muito bom lugar, o *Papão*:

O homem que anda a meter medo aos meninos: ou o homem que leva os meninos no saco (12-2-931). (Est. I, 3).

Este não é, repare-se, um mito fabulado à maneira como se pintam as personagens mitológicas, por exemplo, nos vasos arcaicos da Grécia; não é um gigante, uma figura que exagere ou deforme a natureza humana.

Não se aparenta com nenhum Hércules, nem é, ao menos, barbudo. É um homem como qualquer outro, vestido como nós-outros.

Como os deuses romanos, o seu modelo aproxima-se da realidade.

É que o *Papão* de Tito apenas é o homem que anda a meter medo aos meninos, como o quer o cuidado exclusivo do realismo infantil, ainda quando fabula.

*

De bem curiosa expressão sincrética e revelando já, em si, toda uma orientação do espírito da criança para o animismo que definimos, com Piaget, pela tendência da criança a considerar as próprias coisas ou os fenómenos da natureza como se personalidade tivessem, descrevendo-os em termos de consciência, atribuindo-lhes, portanto, modalidades idênticas às que em si mesma reconhece, aqui vêm as

Mulheres a dançar: levam a cruz vermelha na mão porque podem cair e aleijar-se (22-1-31) (Est. I-4).

Como notou Piaget, entre os factores, que contribuem para tornar pouco inteligível ao interlocutor a exposição das

crianças, está o facto das ligações causais, raramente expressas, serem marcadas por uma simples juxtaposição dos termos a ligar. Ora, é bem a expressão gráfica desta lógica egocêntrica, e pela qual os juízos vão de um salto brusco das permissas para as conclusões, o que revela o desenho de Tito.

Melhor: como no sincretismo do raciocínio, e que consiste na fusão de duas preposições em um esquema comum, assim o desenho de Tito exprime a fusão em um esquema único, de dois momentos da acção que, na realidade, nunca poderiam ver-se simultâneamente.

É um pintar juxtaposto, dir-se-ia, em que se prescinde do conceito do tempo e do espaço, e do qual se encontram inúmeros exemplos na pintura primitiva medieval, e como vieram a praticá-la os pintores cubistas.

Mas, pintar juxtaposto, ou narrativa gráfica do tipo sucessivo, variedade sem repetição, como também poderia chamar-se, com Luquet, visto que é outro momento da acção o que representa a cruz vermelha, e está pelo pôsto de socorros com seu enfermeiro e medicamentos, o que interessa na lógica egocêntrica dêste desenho é a manifesta orientação do espírito da criança para o animismo, como já bem explicitamente êle se figura em *o doente estava a gritar na cama e veio logo a cruz vermelha* (5-9-31) (Est. I-5).

*

Mas, observando que o animismo existe na criança a título mais de orientação do espírito, de esquema de explicação, que de crença sistemática, como esclareceu Piaget, dando porisso aos seus estádios uma certa oscilação, é de todo interêsse notar desde já em que medida oscilará o animismo de Tito.

Além da cruz vermelha, encontramos-lo expresso em objec-

tos (machado, enxada, revólver) que figuram em acontecimentos que dizem respeito ao homem, — doença ou morte; em objectos animados de movimento (pêndulo do relógio); em fenómenos naturais, como o vento; e nos astros, como o sol e a lua, sendo bem curiosos ainda os desenhos que ilustram propriamente as impregnações animistas das nossas maneiras metafóricas de falar.

*

De expressão animista, ainda quando a criança parece dizer connosco:

O homem que morreu com uma machadada no pé (23-11-31), veja a Est. I-6.

Este desenho pertence a um dos quadros dinâmicos que a criança mais frequentemente desenha: *um fogo*. Nêle se vê a casa incendiada donde fogem umas quatro pessoas; um bombeiro a tocar à bomba; e, estendido no chão, o morto que apresenta, espetado no pé, o gume do machado.

À figuração animista do machado, e que parece dizer-nos que a criança localiza a morte no pé, independentemente dos órgãos essenciais à vida, ligue-se agora o cru realismo de um coração que, arrancado do corpo, pode estar vivo:

É um coração ferido de morte (6-11-31) (Est. I-7).

E, como se neste mundo do realismo infantil não haja, em boa verdade, lugar para impossíveis, aqui vem:

Um automóvel que atropela um palhaço: a primeira coisa que apanha é o braço, depois a cabeça, depois... o resto (15-1-31) (Est. I 8);

e, assim, poder ser visível

Um morto no seu coval (26-2-31) (Est. I-9);

e, assim,

O homem que se meteu pelo chão abaixo quando o polícia ia atrás dele e disparou (22-2-31) (Est. I-10).

*

Lembra-me, a propósito, de que a expressão «*sume-te*» *diabo para as areias gordas* que se usa na minha terra, quando vem algum redemoínho de poeira muito violento, era tomada por mim, quando menino, à letra: acreditava eu que o diabo se ia realmente sumir no chamado sítio do *Vau*, areal do rio que banha, e não a grande distância, a povoação.

Êste esconjuro da nossa gente do campo «*sume-te*» *diabo para as areias gordas* não é mais do que o equivalente ao *Vurrawilberoo* que os Daens da Austrália também gritam quando dêles se aproxima algum redemoínho, crendo como os indígenas de Vitória, que os redemoínhos de poeira são causados pelo diabo, benzendo-se à sua passagem⁽¹⁾.

*

Esta convergência da linguagem e da mentalidade infantil e que consiste em a criança tomar à letra tôdas as nossas metáforas, é ilustrada por Tito em todos os seus desenhos de revoluções, atentados, ou simples desastres.

Citemos alguns:

O guarda republicano que espetou o sabre na boca: caiu-lhe logo uma gengiva. Estava todo danado com a mulher. (25-11-31) (Est. II-1);

Escola e meninos: estava a chover e veio um relâmpago e partiu um braço a um menino (6-12-31) (Est. II-2);

Os passarinhos na árvore: o automóvel foi contra a árvore e eles caíram (20-9-31) (Est. II-3);
e incluamos também:

Um barco e a lua a cair no barco (23-11-31) (Est. II-4).

(1) P. Sebillot, *Le folclore*, Paris, Doin et Fils, 1913.

Um braço partido, como se vê no desenho é, pois, um braço decepado: caiu ao chão; aos passarinhos de nada lhes vale terem asas sob o verbo cair; a lua quasi afunda o barco; e a gengiva tem a mesma sorte do braço partido.

Os verbos *cair* e *partir* têm aqui o mesmo significado para a criança.

Exemplo bem significativo de linguagem animista, muito usada na nossa gente do campo, é a maneira como as mães costumam dirigir-se ás criancinhas quando elas agarram em qualquer objecto cortante ou outro em que não queiram que elas peguem: *deixa, meu menino, deixa que tem bichos.*

A faca tem bichos, ui!...

E inúmeros são os nossos modos de dizer como este: *o rapaz ia sentado no carro e, ao passar num caminho estreito, a roda apanhou-lhe o pé e «comeu-lhe» a cabeça do dedo.*

E, assim, pôde escrever Piaget que «Il y a dans la langue adulte tout ce qu'il faut pour entretenir l'animisme enfantin, et cela d'autant plus que, d'une manière général, l'enfant prend à lettre toutes les métaphores: «un bras cassé» est pour lui un bras qui est tombé à terre, et «aller au diable» est pour un petit de 9 ans que nous avons vue, la preuve que le diable n'est pas loin de nous.»

Convém observar, no entanto, com Piaget, que a linguagem não é causa do animismo infantil mas apenas um factor que o favorece.

Não é a criança que é formada pela linguagem mas a linguagem é que é infantil ou, como diz Stern, que há convergência entre as tendências regressivas da linguagem e a orientação do espírito da criança.

*

Retomando, agora, a representação animista dos objectos citados (revólver, sacho, pêndulo), observe-se o desenho correspondente à legenda

O revólver matou o homem (25-11-30) (Est. II-5)
e compare-se com

Uma trupe de estudantes (23-11-31) (Est. II-6).

Diz-nos a criança, explicando êste último desenho: *foi uma carta que mandaram a um estudante «àmanhã corto-te o cabelo». E cá está.*

E cá está, repetiremos nós, tôda a cena reduzida à sua essência, ao acto, tomando uma impressionante expressão simbólica sob a forma de animismo na tesoura praxista sôbre a cabeça do caloiro paciente.

E, como se tudo o que provoque uma dor, ou ofereça uma resistência qualquer, possua uma actividade consciente, assim é representado o sacho em

Um homem andava a cavar e espetou o sacho na terra: e estando a tirar uma pedra de uma cova, o sacho levantou-se da areia e espetou-o (8-12-31) (Est. II-7)

ou, notando também o acentuado carácter do estilo infantil (ausência de relações causais, ligação dos membros da narrativa apenas pela conjunção e):

Um homem ia a subir por umas escadas e o pêndulo do relógio estava a andar para trás e para diante e bateu na cara do homem e o homem não podia entrar (22-12-31) (Est. II-8).

Repare-se que a *interdição* atribuída ao pêndulo do relógio, aos olhos da criança, toma uma forma verdadeiramente dramática: ela parece denunciar que o homem não iria animado de muito boas intenções.

*

E, mais: como se o vento fôsse dotado de vontade, veja-se a sua expressão animista em

O vento levou as pedras de uma casa e uma mulher que ia a passar na estrada ficou tóda embrulhada nas pedras (1-8-31) (Est. II-9),

ou, ainda, atribuindo ao vento uma sanção moral,

O vento levou as notas ao rapaz (9-11-31) (Est. II-10).

O avô (explica a criança) *deu ao neto muitas notas e ele estava a contá-las em cima de um banco: veio um pobre e pediu-lhe alguma coisa mas ele não lhe deu nada e o vento levou-lhe as notas pelo ar.*

Repare-se que o vento é figurado como um sôpro, o que corresponde, numa admirável tradução gráfica, à nossa maneira animista de dizer: «o vento sopra», pois dizer que o vento sopra «é fazer do vento um ser activo, substancial e permanente» (Piaget).

*

Acontece também que as crianças, como os primitivos, figuram igualmente a voz, ligando por uma linha (*linha da voz*) a bôca da pessoa que fala com a do ouvinte e, bem assim, para significarem que uma personagem está a olhar para determinado objecto, traçam um raio visual partindo do olho do observador para o objecto⁽¹⁾.

Filiados na mesma atitude realista, citam-se os casos em que as crianças inscrevem legendas nos seus desenhos, e quando ainda nem sabem escrever, como se caracteres ou aspectos fôssem das personagens ou coisas figuradas.

A criança considera o nome do objecto, diremos com

(1) Luquet, *L'art primitif*, Doin, Paris.

Luquet, «comme un de ses attributs, un élément de son essence, au même titre que ses différentes parties, à tel point qu'il éprouve par fois le besoin de l'inscrire sur des objects réels, comme s'ils étaient incomplets sans lui» (1).

*

Como representação de realismo nominal, são bem interessantes os desenhos de Tito em que se figura o nome ou a legenda dentro de um contôrno linear que parte da bôca da pessoa que fala, à maneira dos humoristas, como em

Um a chamar Tito (10-12-30) (Est. II-11)

e uma a dizer:

Viva a Academia (5-11-31) (Est. II-12),

devendo notar-se que a palavra academia está desenhada por imitação da que escrevi, a pedido da criança, no cimo da fôlha do desenho.

Particularmente significativo, como exemplo de realismo da palavra — «*que vem a sair*», dizia a criança quando acabava de desenhar os sinais *s a b* junto à bôca da personagem figurada e querem significar o pregão — «*sardinha da areia*», aqui estamos com

Uma preta a vender sardinha (26-11-31) (Est. II-13).

De puro valor hieroglífico, embora, aqueles caracteres alfabéticos denunciavam que a criança tentou escrever a palavra «sardinha».

Do pescoço da preta, pende uma linha em que enfiavam umas moedas: *dinheiro dos pretos*. E, *trazem-no assim*, diz a criança, *porque andam nus*. Chamando-lhe a atenção para certo pormenor da nudez, exclama, muito admirado: *Ah que me enganei!* Famoso engano que não é mais do que um

(1) Luquet, *Le dessin enfantin*, Alcan, Paris.

dos muitos casos de discontinuidade psíquica das crianças reveladas no desenho.

Devemos observar que o realismo nominal, no caso de Tito, só é expresso quando as palavras significam um prego ou uma ordem, isto é, quando ligadas a acção, como na função originária da linguagem.

*

Figurando o sol no seguinte e desconcertante quadro

Um pequenito a jogar a bola com frascos a servir de balizas; veio um automóvel e bateu num frasco e até a rôlha saltou pelo ar; as casas têm bandeiras: é feriado (22-12-31) (Est. III-1),

é bem curioso o diálogo que travámos com a criança sobre a figuração do sol, partindo do seu dito espontâneo

O sol tem olhos e vê.

— Vê o quê? preguntámos.

O que a gente faz.

— E não fala?

Não.

— Mas ele tem bôca?

É que não precisa de falar.

— E não anda?

Anda.

— Como?

Anda quando ando.

Embora não tivéssemos procurado o sentido preciso da expressão *anda quando ando* e ela se preste a uma interpretação tanto animista (anda no sentido do sol nos seguir voluntariamente) como mágica (anda no sentido de que somos nós quem faz andar o sol), é mais no sentido geral de que o sol nos segue que ela transparece dos termos do diálogo.

Devemos esclarecer que entre magia e animismo não há, em boa verdade, senão uma diferença de egocentrismo: «Suivant que l'accent causal, escreve Piaget, est mis sur le moi ou sur le mobile, il y a donc magie ou animisme. Comment concevoir ce rapport? Il est évident que dans un tel cas il y a mutuelle dépendance complète entre la magie et l'animisme.

«Le point de départ est un sentiment de participation dû à l'égoentrisme, c'est-à-dire à la confusion du moi et du monde: l'enfant voyant les astres constamment au-dessus ou à côté de lui, pense aussitôt, grace à ces préliations affectives que produit l'égoentrisme enfantin, qu'entre le mouvement des astres et le sien propre il y a participation dynamique, ou communauté d'intentions. Dans la mesure où l'enfant ne réfléchit pas à cette communauté d'intentions, et ne se demande donc pas si les astres sont capables de résister à cette obligation de nous suivre, il y a attitude magique: l'enfant a l'impression que c'est lui-même qui fait avancer les astres. Au contraire, dans la mesure où l'enfant s'étonne de l'obéissance des astres et prête le pouvoir de résister, il les anime par cela même et leur attribue la volonté et le désir de le suivre» (1).

Uma observação ainda ao diálogo sobre o sol: quando a criança nos diz que *o sol vê mas não fala porque não precisa*, manifesta bem toda uma atitude finalista de que o sol foi feito, no sentido artificialista de fabricado, para nos ver (e ver porque nos alumia) e não para falar.

E assim é também que a criança não vai ao ponto de atribuir cabelo ao sol como, depois de desenhar o sol, lhe ouvimos monologar:

Fiç o cabelo ao sol como se o sol tivesse cabelo... (26-2-31)
(Est. III-2).

(1) Piaget, *La représentation du monde chez l'enfant*. Alcan, Paris.

*

Como representação mágico-animista damos o quadro que acompanha a legenda:

A lua, uma bruxa Ufa a bater à lua e um prêto que a bruxa convida para bater à lua (10-9-31) (Est. III-3).

U. F. A. é a bem conhecida marca de uma casa cinematográfica alemã que, ao tempo do desenho, fazia passar em Coimbra uma fita de nomeada; o prêto e a bruxa são personagens que a criança desenha frequentemente.

A cena passa-se cá na terra dos prêtos e dos brancos; a bruxa não vai *por cima de tôda a fôlha*, como se diz na credence popular, bater à lua. É a lua que vem rés-vés com a cabeça do prêto.

Como há participação mágica entre a bruxa e a lua, e atitude animista da criança perante a lua, como para o sol, — o quadro é mágico-animista.

A criança denuncia esta participação quando põe a bruxa a convidar o prêto para bater à lua e o desenha em atitude indiferente, isto é, fora de tonalidade afectiva da lua. A bruxa parece querer dizer: prêto, tu, não és gente; tu vais ficar maravilhado com os meus poderes mágico-gestuais! Prêto, larga êsse chicote que tens na mão...

No mesmo tom, cremos bem, deixaria a criança falar a um mulato que a costuma arrelhar e de quem faz, com frequência, retratos caricaturais.

Mas não só as bruxas, como a *Ufa a bater à lua*, tem virtudes mágicas: as velhas são identificadas com as bruxas pelas crianças.

É frequente ouvir-se maltratar as velhas, chamando-lhe bruxas.

E não é de estranhar que crianças, filhas de mães pobres e que as deixam entregues aos cuidados das velhas avós ra-

bujentas, enquanto vão dar fóra o dia de trabalho, identificam as velhas com as bruxas.

As ideias de maldade, de fealdade e velhice, encontram-se muito confundidas nas crianças e há mesmo a crença, no povo, de que as velhas *deitam mau olhado, o quebranto*.

*

Como expressão mágico-artificialista, designando, com Piaget, pelo termo artificialismo, a tendência a considerar todos os fenómenos, tôdas as coisas da natureza como produto de um fabrico intencional, aqui vem

Uma velha a tocar ao sino e a espreitar por um canudo para o céu: e começou a aparecer muita estrêla e bolas no céu (17-3-31) (Est. III-4).

Interrogada sobre a origem dêste quadro, diz a criança que foi o irmão que contou que vira no cinema.

Embora sugerido, nada invalida a crença espontânea da criança.

*

Ilustrando ainda a mesma atitude mágico-artificialista do pensamento infantil, veja-se agora o desenho que é acompanhado da seguinte legenda:

O diabo está a fazer dinheiro: faz dinheiro abrindo e fechando os olhos a olhar por um canudo: o homem está preso à árvore porque disse que o diabo não era capaz de fazer dinheiro (6-12-31) (Est. III-5).

Interrogada sobre a origem desta fabulação, a criança explica: soube por um cartaz do cinema — «o homem e a serpente». No cartaz o diabo está sentado num trono e a fazer dinheiro para dentro de uma celha.

*

Aproximando, no entanto, êste desenho dos que são acompanhados das legendas seguintes:

Um monte, um moinho, e uma mulher à janela do moinho a deitar dinheiro: e um homem que ia a cavalo numa vaca, desce para apanhar o dinheiro (4-8-31) (Est. III-6); e o capitão da quadrilha vai todo danado e vai-lhe a cair o dinheiro do bolso: um salteador ficou debaixo do comboio (26-11-31) (Est. III-7)

se dissermos que *o desejo é o pai do pensamento*, fácil é descobrir o nódoło ideativo dêstes quadros.

A criança é guia da avó que é cèguinha e vive de esmolas. O problema do dinheiro deve dar-lhe tratos à imaginação: quer ir ao cinema, quer muitas coisas boas como as crianças ricas...

E, melhor do que os psicólogos, diz a máxima popular (como um remorso desta actividade de fantasia para a psicologia burguesa) — *«quando a gente não tem nada é que o juízo se lhe vira...»*.

*

À conta ainda dos pecados dêste juízo virado, aqui têm em paga

Uma nota de conto (8-12-31) (Est. III-8).

Interrogada sôbre a personagem que está desenhada na nota, diz a criança: *é um tenente*.

O meio familiar da criança é muito afecto à Ditadura: daí, por certo, o conto de tenente.

*

Como deformação fantasista de um acontecimento real vivido, ilustrando da maneira mais viva o *processus* psíquico da mentalidade infantil, ouça-se o seguinte: na rua onde eu e a criança moramos, uma carroça brutalmente carregada de madeira, vinda Couraça dos Apóstolos abaixo, choca no marco postal, e com tal violência, que êste se quebra e mata a luar.

Não importa! O impressionante para a criança é que o marco ficasse inutilizado para a correspondência. Era ali que a criança costumava deitar os seus ideográficos bilhetinhos para a *namorada*. Doi-lhe que o marco já não preste para a correspondência e uma corrente de afectividade parece estabelecer-se entre a criança e o marco.

O marco postal ficou *interdito* à correspondência: e é esta *interdição* que, posta na bôca de um polícia, faz desenhar a criança

O polícia a dar um tiro no homem que ia pôr uma carta no marco postal (19-10-31) (Est. IV-1).

E aqui está, portanto, um novo complexo representativo em que se esconde todo um *tabu* sagrando o marco postal, e, em tôrno dêle, tôda uma verdadeira criação mítica, como tal se criaram divindades e heróis nos belos tempos da Fábula.

*

¿Mas que mais iremos nós surpreender nos famosos desenhos de Tito?

Se os heróis de muitos contos lendários têm o privilégio de compreender a linguagem dos animais, nomeadamente as serpentes, nas lendas de Mélampes e de Cassandra ou, inversamente, se os animais podem compreender a linguagem humana, como a criança de Piaget-Nel (2 anos 9 me-

ses) dá a impressão quando manda o seu «*Adieu vache*», *après l'avoir conviée: viens, viens, viens vache*», o desenho de Tito,

Um militar a fazer a continência a um boi que vai morrer para o Natal (28-11-31) (Est. IV-2)

vale bem toda uma história sagrada de primitivismo.

É um boi que vai morrer para o Natal. Pertence à série sucessiva de desenhos que têm as legendas seguintes:

Uma aldeia e um a tocar por li abaixo (Est. IV-3);

Um aviador ia a deitar uma carta ao pai que estava à janela e caiu (Est. IV-4)

(o que aconteceu, diz a criança, na Pedrulha, aldeia nas vizinhanças de Coimbra);

Um boi e um carro (Est. IV-5); e *um padre a tirar o folar* (Est. IV-6).

Estamos a aproximar-nos das férias do Natal (28-11-31) e a *mulher da lavagem* que é da Pedrulha, vai falando já na matança do porco — o que, por transferência analógica, leva a criança à matança do boi, assim como transpõe para o Natal a visita Pascal.

A criança tem vivido sempre na cidade. Daí este Natal fabulado.

¿ Mas a continência ao boi?

Uma atitude animista que, sob o drama da morte, se projecta agora em acção sagrada, em rito de sacrificio, como se prática fôra de uma imolação do animal aos deuses.

LAUS DEO

Deus e uma bruxa a dançar ao pé dele, — a fazer bruxedos (22-7-32) (Est. IV-7).

— Onde vive Deus?

No céu.

— ¿ E a bruxa?

Na terra.

— Então... (atalhou logo a criança)

Foi Deus que veio à terra.

Assim se passou o nosso diálogo e com êle acaba, na graça de Deus-homem, esta singular galeria de desenhos espontâneos, isto é, livres de qualquer sugestão, sôbre o realismo infantil.

AFFONSO DUARTE.

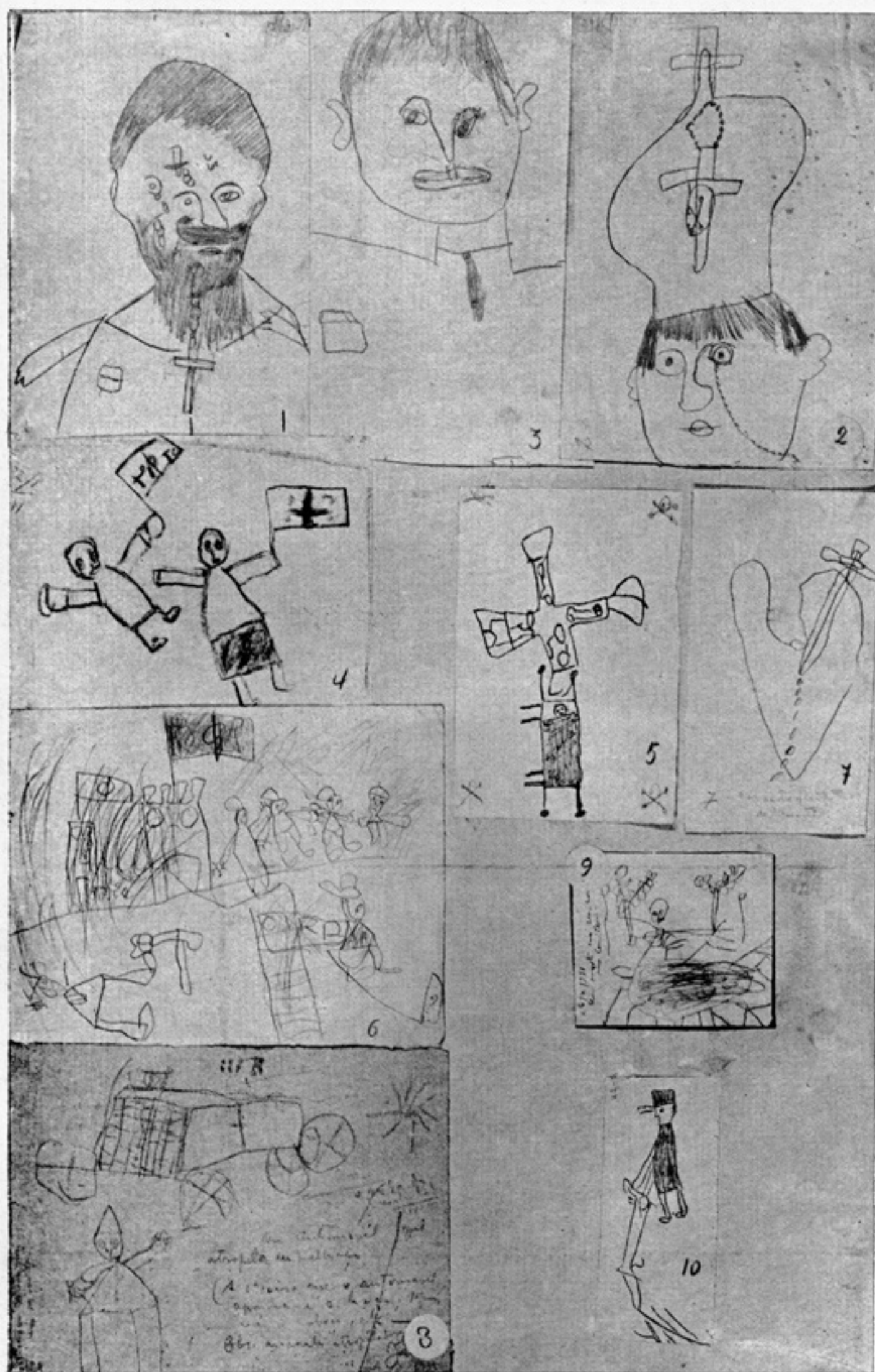
ÍNDICE DOS DESENHOS

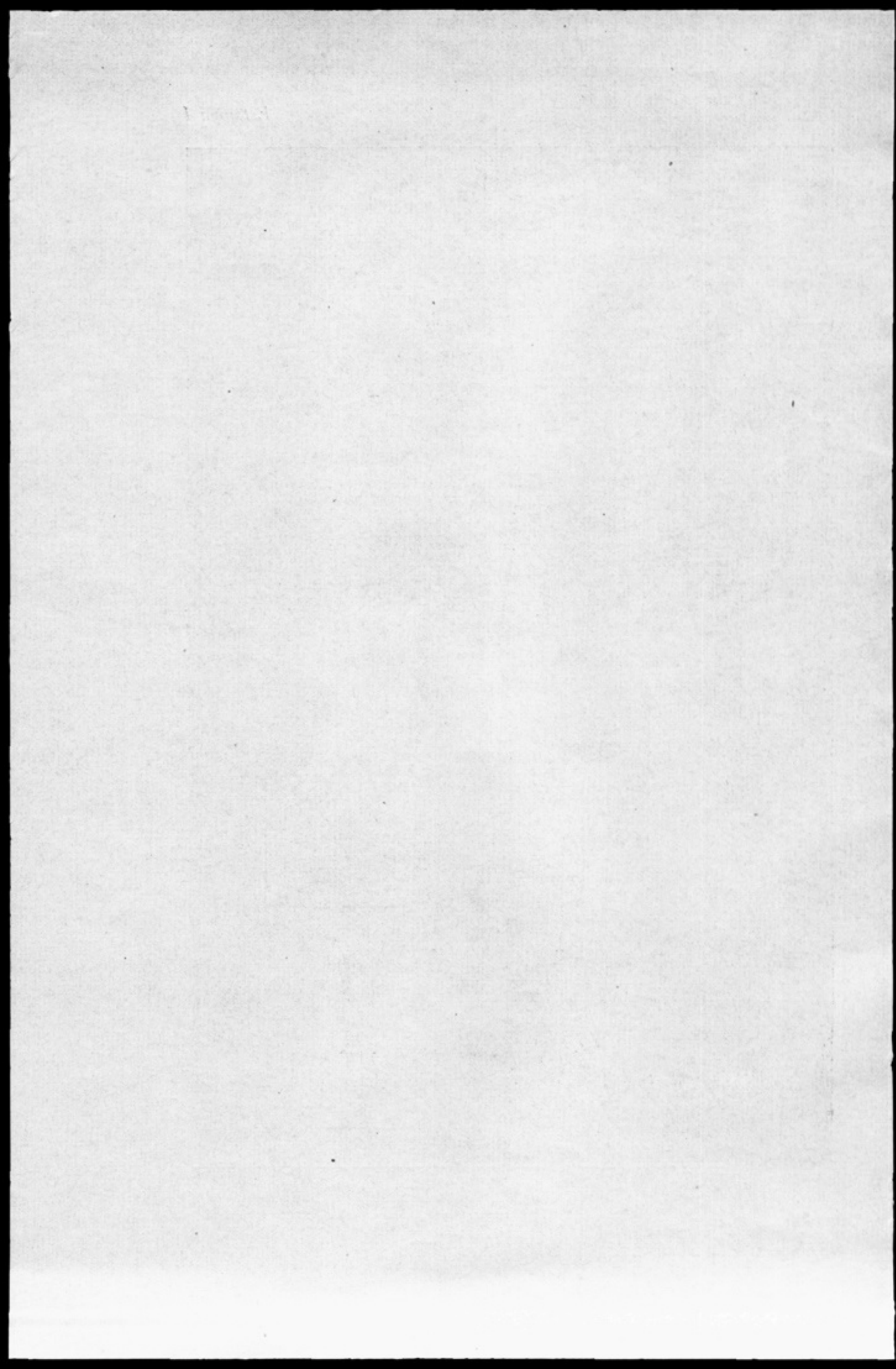
ESTAMPA I

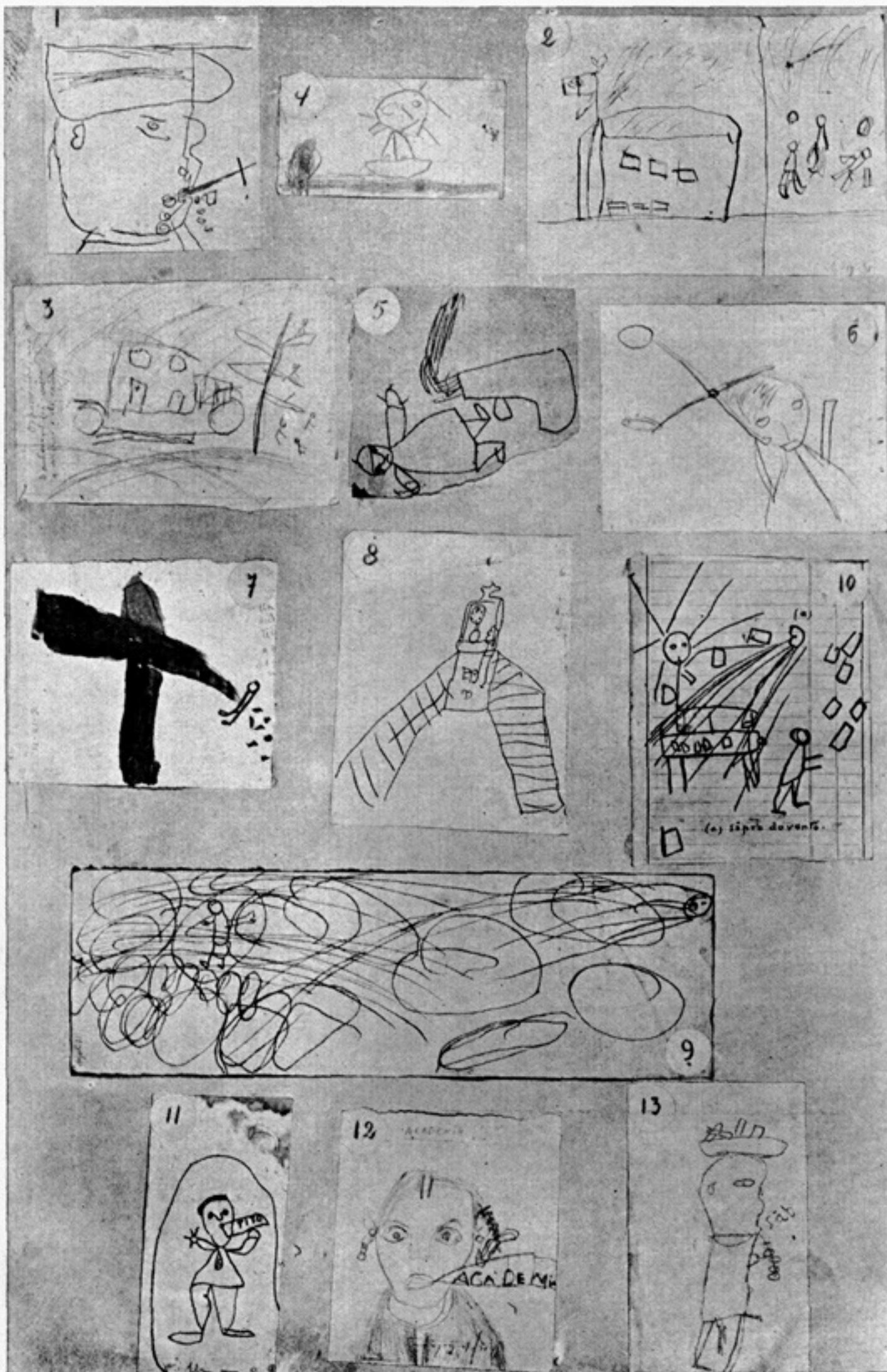
- Fig. 1: Camões.
- Fig. 2: O Bispo.
- Fig. 3: O Papão.
- Fig. 4: Mulheres a dançar.
- Fig. 5: O doente e a cruz vermelha.
- Fig. 6: O homem que morreu com uma machada no pé.
- Fig. 7: Coração ferido de morte.
- Fig. 8: O automóvel e o palhaço.
- Fig. 9: O morto no seu coval.
- Fig. 10: O homem que se meteu pelo chão abaixo.

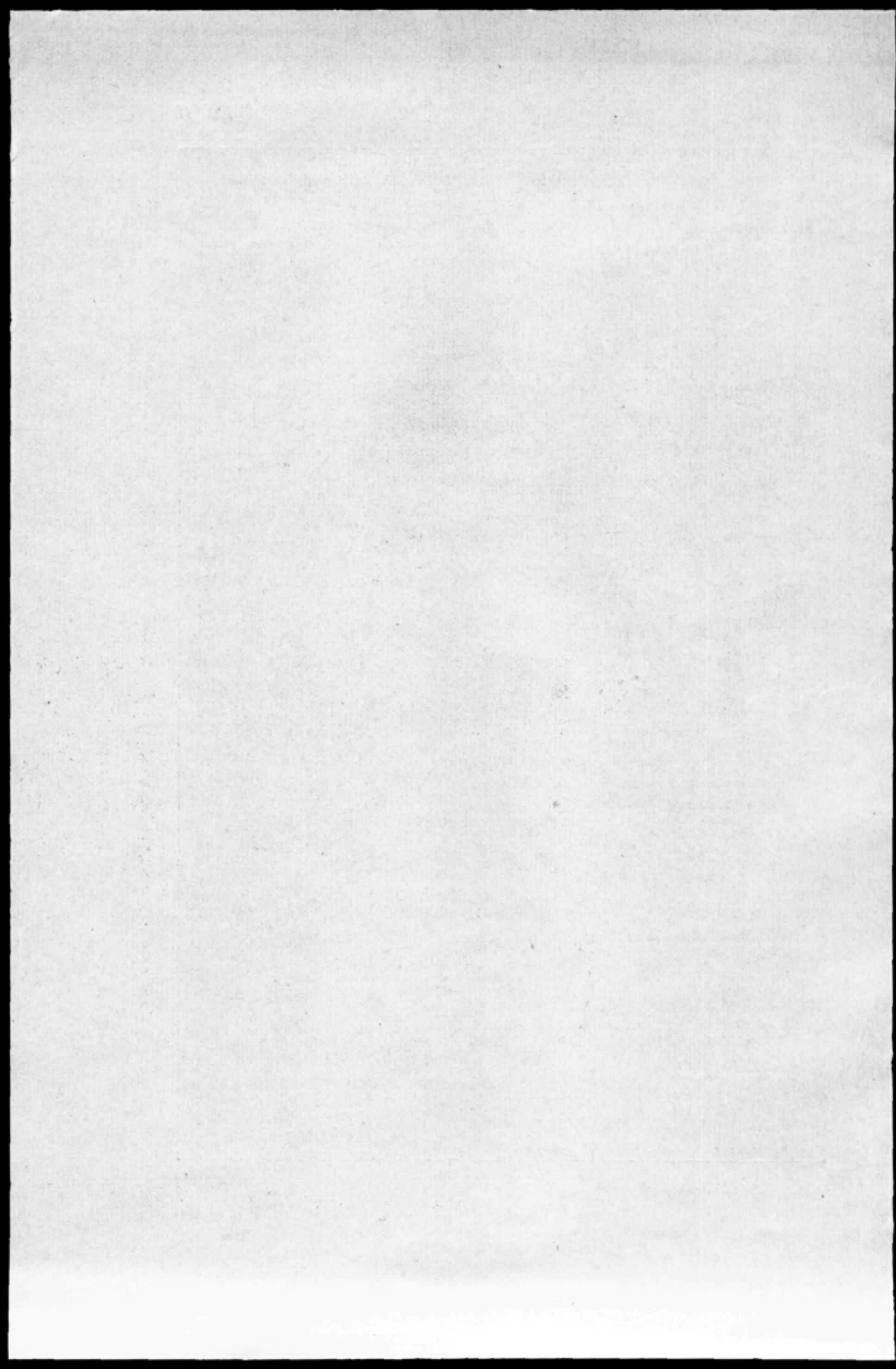
ESTAMPA II

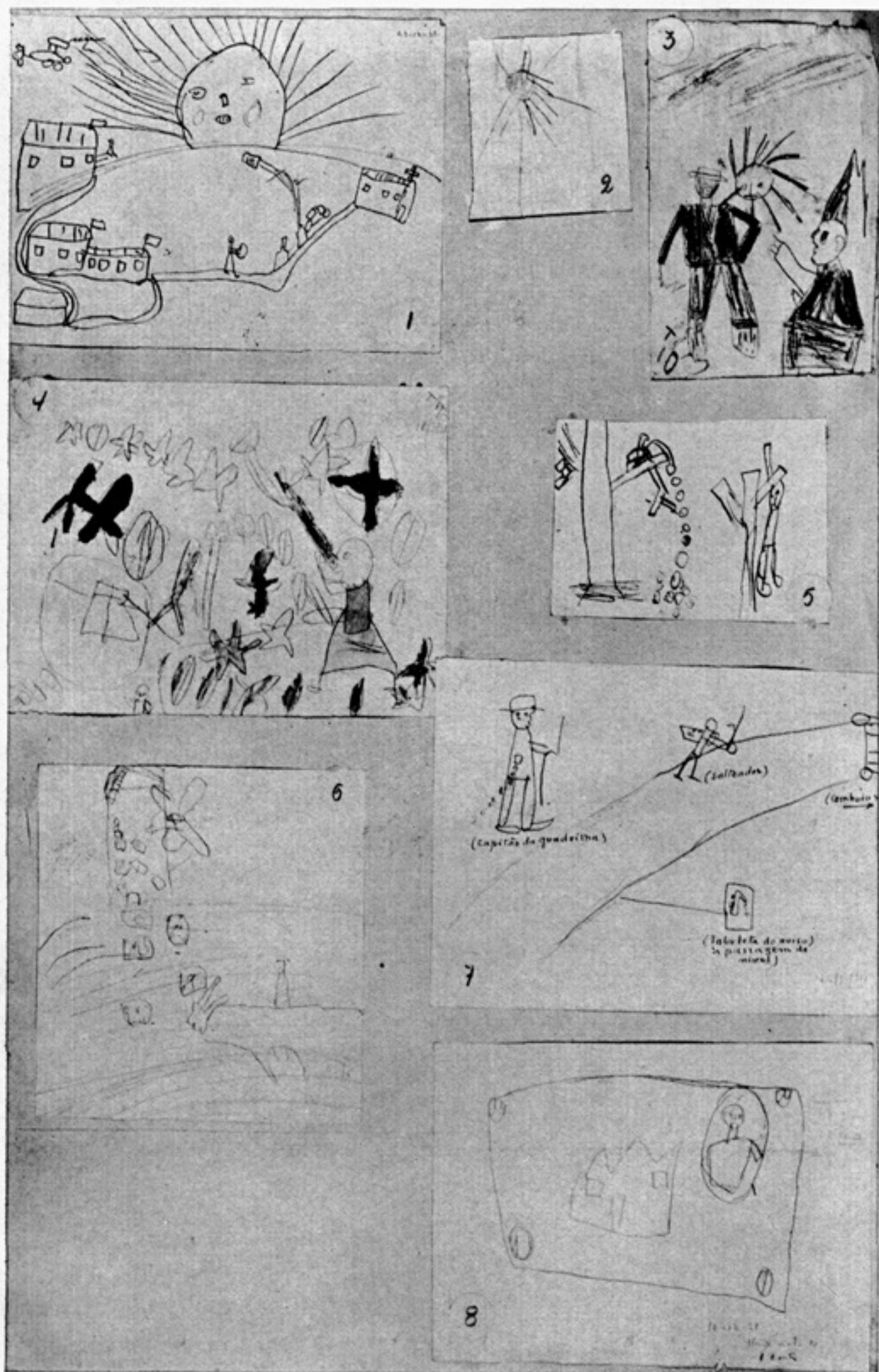
- Fig. 1: O guarda republicano que espetou o sabre na boca.
- Fig. 2: A Escola, os meninos e o relâmpago.
- Fig. 3: O automóvel e os passarinhos na árvore.
- Fig. 4: O barco e a lua a cair no barco.
- Fig. 5: O revólver matou o homem.
- Fig. 6: Trupe de estudantes.
- Fig. 7: A enxada e o homem que andava a cavar.
- Fig. 8: O pêndulo do relógio e o homem que ia a entrar em casa
- Fig. 9: O vento levou as pedras de uma casa.
- Fig. 10: O vento levou as notas ao rapaz.
- Fig. 11: Um a chamar Tito.
- Fig. 12: Viva a Academia.
- Fig. 13: A preta a vender sardinha.

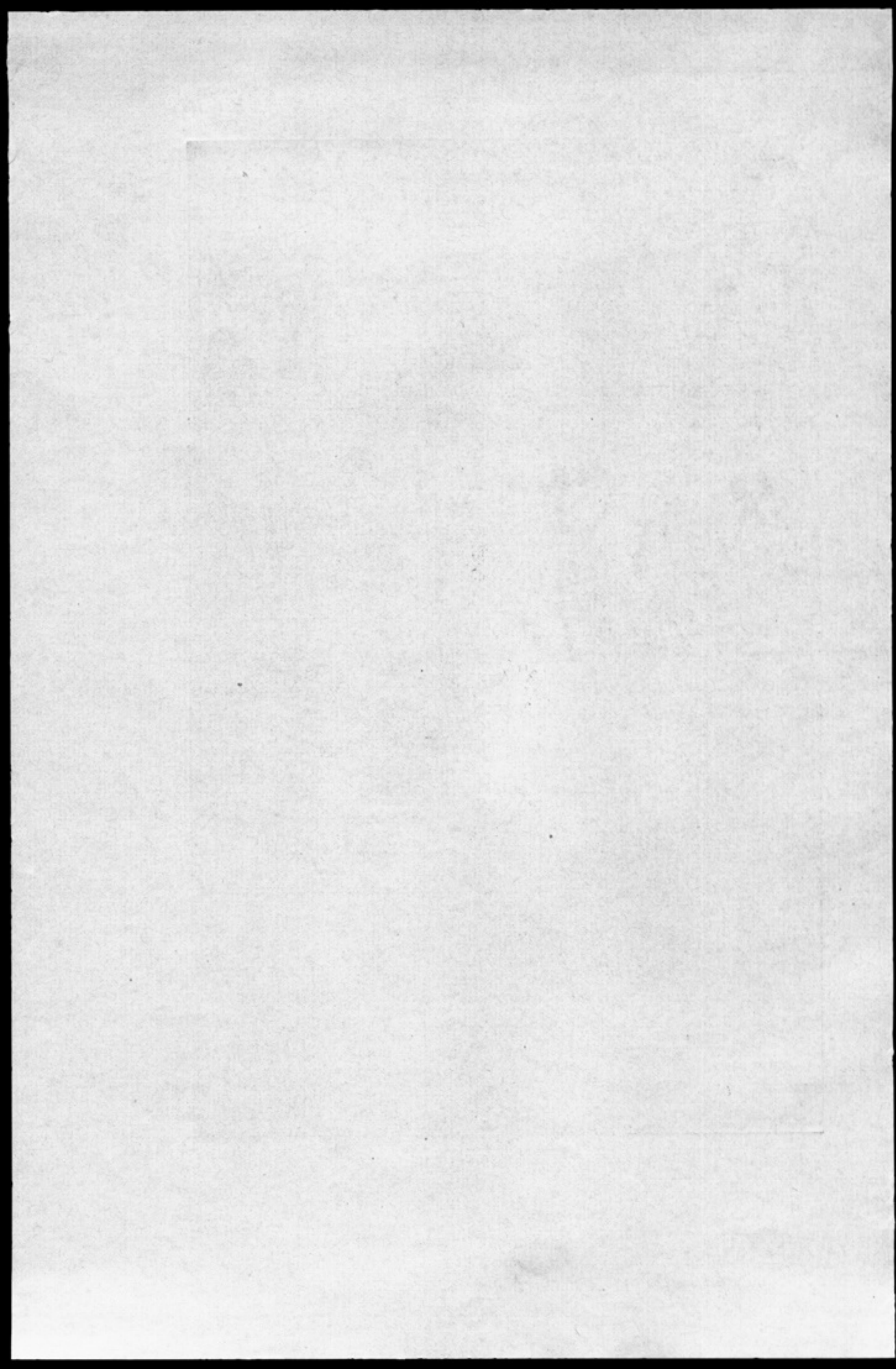


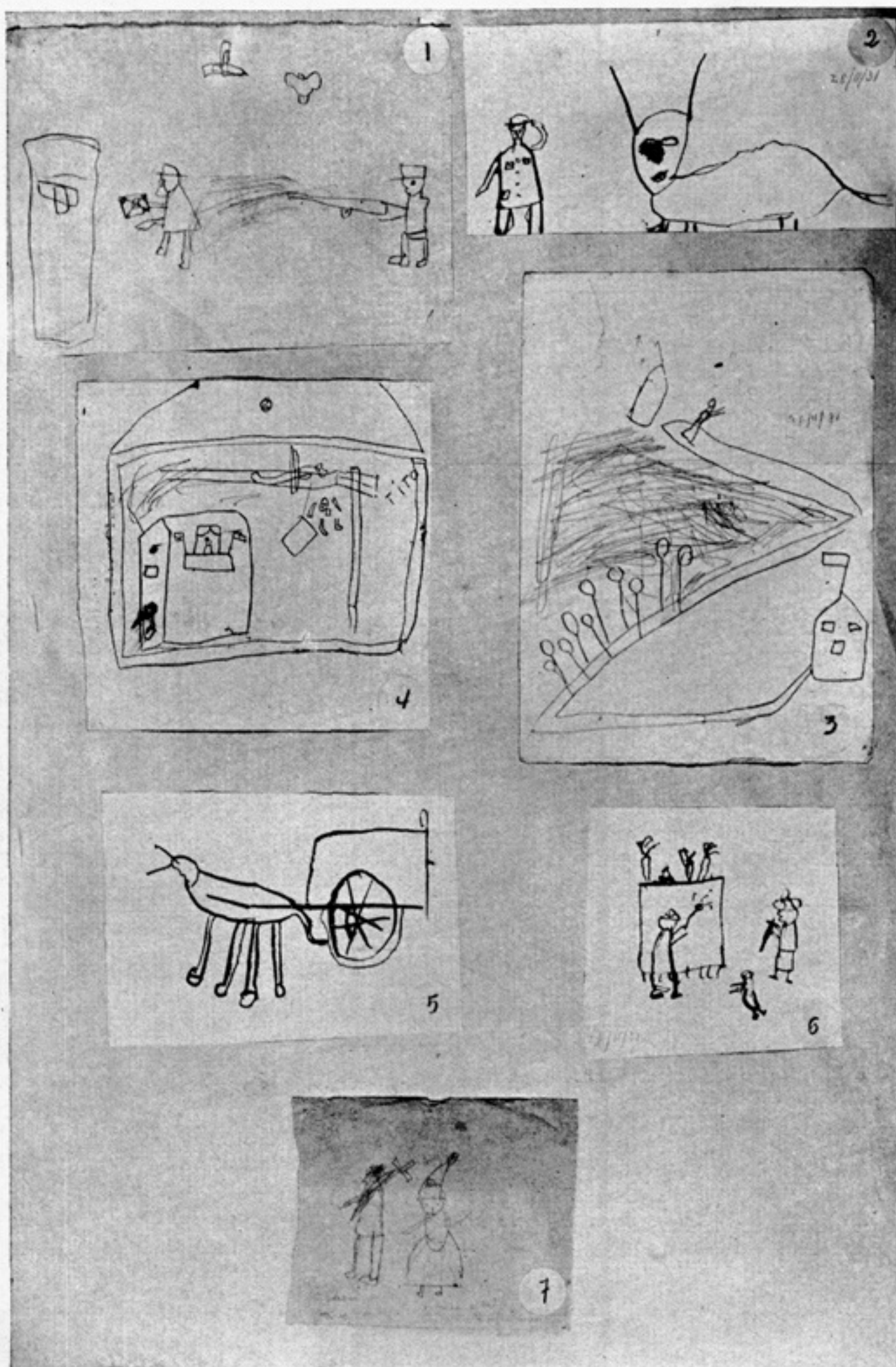












VI 13

ESTAMPA III

- Fig. 1: O sol tem olhos e vê.
- Fig. 2: Fiz o cabelo ao sol como se o sol tivesse cabelo.
- Fig. 3: A lua, o preto e uma bruxa Ufa.
- Fig. 4: Uma velha a tocar ao sino.
- Fig. 5: O diabo a fazer dinheiro.
- Fig. 6: Um monte, um moinho e a mulher a deitar dinheiro.
- Fig. 7: O capitão da quadrilha.
- Fig. 8: Uma nota de conto.

ESTAMPA IV

- Fig. 1: O polícia a dar um tiro no homem que ia pôr uma carta no marco postal.
- Fig. 2: Militar a fazer a continência a um boi.
- Fig. 3: Uma aldeia e um a tocar por li abaixo.
- Fig. 4: O aviador que ia a deitar uma carta ao pai que estava à janela.
- Fig. 5: Um boi ao carro.
- Fig. 6: Padre a tirar o folar.
- Fig. 7: Deus e a bruxa.

A TESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMÕES

III

O *Diário de Notícias* de 15 de Junho dêste ano publica, na secção *Cultura estrangeira Cultura portuguesa*, uma apreciação do meu opúsculo *A tese da Infanta nas líricas de Camões, II*. Muito deseja o articulista ver morta esta tese. Felizmente está viva, e bem viva, como o leitor vai verificar.

I

Os destêrros do Poeta

Argumentei com os exílios impostos ao Poeta por uma Senhora de muito elevada categoria social. A isto julga o articulista responder com as seguintes considerações: «Exílios? Apresente-me o Sr. J. M. R., se faz favor, um documento, um só, que prove que o Poeta foi exilado, por ordem da autoridade pública, para o Ribatejo, ou para fora de Lisboa, no continente ou para fora do Reino. Um só documento que me demonstre que a expressão *destêrro*, empregada por Camões, não tem o sentido genérico que qualquer poeta lhe dá — quando está longe de quem ama e do que ama, e, antes se refere à saída de Lisboa e do Reino, por ordem da autoridade pública, e eu, em face dêle, tomo a sério a sua argumentação. Venha o diploma que o desterrou,

ou, se a ordem foi verbal, como pretendem alguns, venha o documento que autentique a existência dessa ordem».

Agora apela o articulista para o exílio «por ordem da autoridade pública», para o exílio «determinado por um diploma» ou por uma ordem verbal, cuja existência seja autenticada por um diploma».

Como se, tratando-se de um assunto que não caía sob a alçada das leis penais, mas, a-pesar-disso, podia prejudicar a tranqüilidade e até o bom nome de uma senhora da posição social da Infanta D. Maria, não fôsse possível, e não bastasse, uma ordem, emanada directa ou indirectamente do rei, que mandasse sair o Poeta para o Ribatejo, primeiro, e depois para Ceuta. Veja-se no fim (nota 1.^a, pág. 55) o que se passou com Garcilaso.

O assunto era de tal natureza que dêle não deviam ficar vestígios nos arquivos públicos; mas o Poeta, embora em termos mais ou menos genéricos, é que se não calou.

a) A respeito do destêrro para o Ribatejo, apoia-se o articulista na opinião enunciada por Costa e Silva no *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, t. III, pág. 90-91 e 175: «Dizem que algumas travessuras de mancebo o fizeram desterrar da côrte, mas ingenuamente confesso que êsse destêrro é para mim muito duvidoso... Seja como fôr, o que parece é que o Poeta, perdendo as esperanças de ser empregado em Lisboa,... quis tentar fortuna pelo caminho das armas, e se embarcou para Ceuta... Já disse que duvidava muito dêste destêrro como acto judicial, ou do poder».

Acha o articulista que «Costa e Silva viu bem a êste respeito», mas desmente assim a previsão de Storck, que, no comentário à elegia 1.^a (a 4.^a da *Lírica*), havia escrito:

«Não se pode pôr em dúvida que o Poeta fôsse exilado da côrte e a única excepção, que eu saiba, encontramos-la em J. M. da Costa e Silva, mas os fundamentos que êle

procura aduzir (*Ensaio* III, 90 e segs. e 175) em favor da sua opinião, de que *destérro*, aqui, nada mais significa do que a separação da amada, dificilmente encontrarão quem se deixe convencer por êles» (1).

Para plenamente nos convenceremos do infundado, ou melhor, do disparatado da opinião de Costa e Silva e do seu único partidário, basta-nos ler a composição citada, que, por antonomásia, se tem chamado *a elegia do destérro*.

Pelos motivos que determinaram êste, e que eram de natureza confidencial, não alude aqui o Poeta, nem directa nem indirectamente, à pessoa por causa de quem tinha sido obrigado a sair de Lisboa; nem faz também a menor referência àqueles motivos (2). Insiste, porém, de uma maneira que não oferece a menor dúvida, na sua situação de desterrado e na pouca culpa que tinha para lhe imporem tal pena. Quando chegará o alegre dia em que esta acabe? Ou virá primeiro a morte pôr têrmo a «tão áspero degrêdo»? — pergunta êle.

Leiamos alguns trechos desta elegia, que, no dizer de Storck (*Camões, vida e obras*, pág. 396), «excede tudo quanto até então (Camões) poetara, tanto pela natureza de suas linhas construtivas e cuidado de concepção, como pelo vigor das ideas e formosura da expressão patética»:

O sulmonense Ovídio, desterrado
Na aspereza do Ponto, imaginando
Ver-se de seus Penates apartado,
.....
Não podendo encobrir o sentimento,
Aos montes já, já aos rios se queixava
De seu escuro e triste nascimento.
.....
Desta arte me figura a fantasia
A vida com que morro, desterrado

(1) *Luis' de Camoens Sämmtliche Gedichte*, III, pág. 262.

(2) Mas cf. son. 78, 79, 81, e redond. *Campos bem-aventurados*.

Do bem que em outro tempo possuía.
Aqui contemplo o gôsto já passado,
Que nunca passará por a memória
De quem o traz na mente debuxado.
Aqui vejo caduca e débil glória
Desenganar meu êrro co'a mudança
Que faz a frágil vida transitória.
Aqui me representa esta lembrança
Quão pouca culpa tenho; e me entristece
Ver, sem razão, a culpa que me alcança;
Que a pena que com causa se padece
A causa tira o sentimento dela;
Mas muito dói a que se não merece.

E depois de declarar que sobe a um outeiro donde vê
correr o Tejo, prossegue:

Dali falo com a água que não sente,
Com cujo sentimento esta alma sai,
Em lágrimas desfeita claramente:
Ó fugitivas ondas, esperai!
Que pois me não levais em companhia,
Ao menos estas lágrimas levai,
Até que venha aquele alegre dia
Que eu vá onde vós ides, livre e ledô.
Mas tanto tempo quem o passaria?
Não pode tanto bem chegar tão cedo,
Porque primeiro a vida acabará
Que se acabe tão áspero degrêdo.

Veja agora o leitor se Storck tinha ou não razão em afirmar que a opinião de Costa e Silva dificilmente poderia convencer alguém.

O articulista, porém, não só perfilhou tal opinião, mas até com ela dá como arrumados os outros exílios do Poeta.

Eis o que êle tem o arrôjo de escrever, logo em seguida à transcrição das palavras de Costa e Silva: «Portanto, de

exílios «impostos por uma senhora de muito elevada categoria social» ninguém sabe nada».

Sabia o Poeta alguma cousa. Continuemos a ouvi-lo.

b) Depois do exílio do Ribatejo, aparece-nos o de Ceuta. Motivado porquê? Naturalmente por algum desatino como aqueles de que pede perdão no soneto 76:

Senhora já desta alma, perdoai
De um vencido de Amor os desatinos,
E sejam vossos olhos tão beninos
Como êste puro amor, que da alma sai.
A minha pura fé sòmente olhai,
E vêde meus extremos se são finos;
E, se de alguma pena forem dinos,
Em mim, Senhora minha, vos vingai.
Não seja a dor que abrasa o triste peito
Causa por onde pene o coração,
Que tanto em firme amor vos é sujeito.
Guardai-vos do que alguns, Dama, dirão,
Que, sendo raro em tudo vosso objecto,
Possa morar em vós ingratidão.

Quem sabe se, aguilhoado pela paixão amorosa e vendo que tardava aquele dia em que, «livre e ledos», pudesse voltar para Lisboa, o Poeta não saiu às escondidas do Ribatejo para vir ver a Infanta, sendo surpreendido nesta tentativa e provocando assim a indignação da excelsa Senhora?

O que é certo é que vai agora desterrado para Ceuta e não oculta a sua irritação contra aquela a quem atribui o seu novo exílio:

Se de meu pensamento
Tanta razão tivera de alegrar-me
Quanto de meu tormento
A tenho de queixar-me,
Puderas, triste lira, consolar-me.

E minha voz cansada,
Que em outro tempo foi alegre e pura,
Não fôra assim tornada,
Com tanta desventura,
Tão rouca, tão pesada, nem tão dura.

.....

Alegres meus cuidados,
Contentes dias, horas e momentos,
Oh! quanto bem lembrados
Sois de meus pensamentos,
Reinando agora em mim duros tormentos!

Ai, gostos fugitivos,
Ai, glória já acabada e consumida,
Ai, males tão esquivos,
Qual me deixais a vida!
Quão cheia de pesar, quão destruída!

¿Mas como não é morta
Já esta vida? como tanto dura?
¿Como não abre a porta
A tanta desventura,
Que em vão, com seu poder, o Tempo cura?
.....

Pois minha desventura
Como já não abrandava uma alma humana
Que é contra mim mais dura
E inda mais desumana
Que o furor de Calíroï (1) profana?

Ó crua, esquiva e fera,
Duro peito, cruel e empedernido,
De alguma tigre fera,
Lá na Hircânia nascido,
Ou dentre as duras rochas produzido!

(1) Donzela que desprezou o amor de Córeso, sacerdote de Baco.

¿ Mas que digo eu, coitado,
E de quem fio em vão minhas querelas?
Só vós, ó do salgado,
Húmido reino, belas
E claras ninfas, condoei-vos delas.
.....

Saí em companhia
E, cantando e colhendo as lindas flores,
Vereis minha agonia,
Ouvireis meus amores
E sentireis meus prantos, meus clamores.

Vereis o mais perdido
E mais infeliz corpo que é gerado,
Que está já convertido
Em choro, e neste estado
Sòmente vive nêle o seu cuidado!

Ode III (*Lírica*, pág. 255-257).

Foi também escrita em Ceuta, mas algum tempo depois,
a Ode IV, a que pertencem estas estrofes:

Triste de mim! ¿ Que alcanço por queixar-me,
Pois minhas queixas digo
A quem já ergueu a mão para matar-me,
Como a cruel imigo?
Mas eu meu *Fado* sigo,
Que a isto me destina
E que isto só pretende e só me ensina.

Oh! quanto há já que o Céu me desengana!
Mas eu sempre porfio
Cada vez mais na minha teima insana!
Tendo livre alvedrio
Não fujo o desvario;
Porque êste em que me vejo
Engana co'a esperança o meu desejo.

Oh! quanto melhor fôra que dormissem
Um sono perenal
Estes meus olhos tristes, e não vissem
A causa de seu mal
Fugir, a um tempo tal,
Mais que Sírinx proterva,
Mais cruel que ursa, mais fugaz que cerva!

Ai de mim, que me abraso em fogo vivo,
Com mil mortes ao lado,
E, quando morro mais, então mais vivo!
Porque tem ordenado
Meu infelice Fado
Que, quando me convida
A morte, para a morte tenha vida.

Aqui tem o leitor qual o estado de espírito do Poeta nos primeiros tempos do exílio de Ceuta e a maneira como êle se refere à Senhora a quem atribui êsse exílio.

Posteriormente, mas ainda em Ceuta, Camões, a-pesar-do propósito de «porfiar cada vez mais na sua teima insana», convenceu-se, ou o convenceram, de que era inútil essa porfia e com profunda mágoa desistiu dos «seus altos pensamentos»:

MOTE

Ó meus altos pensamentos,
Quão altos que vos pusestes
E quão grande queda destes!

VOLTAS

Como de mim vos não vinha
Serdes firmes num estado
(Pois o viver enganado
Era o maior bem que tinha),
Castelo desta alma minha,
Quão alto que vos pusestes
E quão grande queda destes!

Sabia que éreis de vento
 Como quem vos viu fazer;
 Inda assim vos queria ter
 Como éreis, sem fundamento.
 Quem vos desfez num momento?
 Ail quão alto que vos pusestes
 E quão grande queda destes!

São também desta época as melancólicas despedidas que o Poeta faz às «suas esperanças mal tomadas» :

MOTE

Esperanças mal tomadas,
 Agora vos deixarei
 Tal mal como vos tomei.

VOLTAS

Fostes tomadas em vão
 De mim e sem fundamento;
 Vós éreis tôdas de vento
 E eu dêle vivia então.
 Se vos tomei sem razão,
 Com ela vos deixarei
 Tão mal como vos tomei.

Assim vos queria ter
 Sem razão e mal tomadas,
 Sabendo, quando deixadas,
 Quanto havíeis de doer;
 Mas nem isto pode ser,
 Que por meu mal vos tomei,
 E por vós me ⁽¹⁾ deixarei ⁽²⁾.

(1) Talvez: Por êle vos deixarei?

(2) E foi só depois destas e doutras declarações similares (cf. as *Oitavas* (1), no fim; as redondilhas *Sôbolos rios que vão*, os sonetos 94, 103, etc.) que o Poeta conseguiu voltar para Lisboa.

c) Anos depois, quando o Poeta soube no Oriente que já se não realizava o casamento da Infanta com o príncipe herdeiro do trôno de Espanha, «os altos pensamentos» que lhe dormitavam no coração⁽¹⁾ tornaram a irromper com tôda a intensidade. Temos disso prova bem eloqüente na Canção 8 (cruzeiro perto do cabo de Guardafui):

Se de tantos trabalhos só tirasse
Saber inda por certo que alguma hora
Lembrava a uns claros olhos que já vi;
E se esta triste voz, rompendo fora,
As orelhas angélicas tocasse
Daquela em cuja vista já vivi;
A qual, tornando um pouco sôbre si,
Revolvendo na mente pressurosa
Os tempos já passados
De meus doces erros,
De meus suaves males e furores,
Por ela padecidos e buscados,
E, pôsto-que já tarde, piedosa,
Um pouco lhe pesasse
E lá entre si por dura se julgasse:

Isto só que soubesse, me seria
Descanso para a vida que me fica;

(1) Leia-se a Elegia 6.^a. O Poeta partiu para a Índia desejoso de esquecer o passado:

¿ De que serve às pessoas o lembrar-se
Do que se passou já, pois tudo passa,
Senão de entristecer-se e magoar-se?

Mas durante a viagem, quando a *S. Bento* foi assaltada no Cabo por uma temerosa tempestade, o Amor fazia-lhe estas sugestões:

Se alguma hora, Senhora, vos lembrasse,
Nada do que passei me lembraria.

É que

... Nunca houve cousa que mudasse
O firme amor intrínseco daquele
Em quem alguma vez de siso entrasse.

Com isto afagaria o sofrimento.
Ah! Senhora! Ah! Senhora! E que tão rica
Estais, que, cá tão longe de alegria,
Me sustentais com doce fingimento!
Logo que vos figura o pensamento,
Foge todo o trabalho e tôda a pena.
Só com vossas lembranças,
Me acho seguro e forte
Contra o rosto feroz da fera Morte,
E logo se me juntam esperanças,
Com que, a fronte tornada mais serena,
Torno os tormentos graves
Em saúdades brandas e suaves.

Aqui, com elas, fico preguntando
Aos ventos amorosos, que respiram
Da parte donde estais, por vós, Senhora;
Às aves que ali voam, se vos viram,
Que fazíeis, que estáveis praticando,
Onde, como, com quem, que dia e que hora.
Ali ⁽¹⁾ a vida cansada se melhora,
Toma espíritos novos, com que vença
A Fortuna e o Trabalho,
Só por tornar a ver-vos,
Só por ir a servir-vos e querer-vos.
Diz-me o tempo que a tudo dará talho;
Mas o desejo ardente, que detença
Nunca sofreu, sem tento
Me abre as chagas de novo ao sofrimento.

Mas, ansioso por vir sem detença para Lisboa, a-fim-de tornar a ver, servir e querer à Infanta, Camões, sob o pretexto do serviço militar, foi exilado para as Molucas. Eis o que êle nos diz na Canção 9, escrita em Ternate:

Aqui minha ventura
Quis que uma grande parte

(1) Talvez: Aqui ou Assi.

Da vida, que eu não tinha, se passasse ⁽¹⁾,
Para que a sepultura
Nas mãos do fero Marte
De sangue e de lembranças matizasse.
Se Amor determinasse
Que, a trôco desta vida,
De mim qualquer memória
Ficasse, como história
Que de uns formosos olhos fôsse lida,
A vida e a alegria
Por tão doce memória trocaria.

Mas êste fingimento,
Por minha dura sorte,
Com falsas esperanças me convida.
Não cuide o pensamento
Que pode achar na morte
O que não pôde achar tão longa vida.
Está já tão perdida
A minha confiança
Que, de desesperado
Em ver mau triste estado,
Também da morte perco a esperança.
Mas oh! que se algum dia
Desesperar pudesse, viveria ⁽²⁾.

.....

Quem tem que perder possa
Só pode recear;
Mas triste quem não pode já perder!
Senhora, a culpa é vossa,
Que, para me matar,
Bastara uma hora só de vos não ver.
Pusestes-me em poder
De falsas esperanças;
E do que mais me espanto,
Que nunca vali tanto

(1) Talvez: que a pequena parte da vida, que inda tinha, se gastasse.

(2) Ou: morreria?

Que visse tanto bem como esquivações (1).
 Valia tão pequena
 Não pode merecer tão doce (2) pena.

Houve-se Amor comigo
 Tão brando ou pouco irado,
 Quanto agora em meus males se conhece.

E agora venho a dar
 Conta do bem passado
 A esta triste vida e longa ausência.
 ; Quem pode imaginar
 Que houvesse em mim pecado
 Digno de uma tão grave penitência?
 Olhai que é consciência
 Por tão pequeno êrro,
 Senhora, tanta pena!
 Mas, se tão longo e mísero destêrro
 Vos dá contentamento,
 Nunca se acabe nêle o meu tormento.

Em conclusão: Três destêrros bem caracterizados como tais: o afastamento forçado de uma terra, imposto por quem tem poder ou influência para isso.

Do primeiro não se indica a pessoa que o motivou, mas insinua-se que a causa foi o amor. O segundo e o terceiro são atribuídos à acção directa de uma Senhora, de quem o Poeta expressamente se queixa.

Razão tinha, pois, Camões para afirmar, referindo se à sua tormentosa vida:

Sacrifiquei a vida a meu cuidado,
 Que Amor não quer, cordeiros nem bezerros;
 Vi mágoas, vi misérias, vi destêrros.

Soneto 122.º (*Em prisões baixas*)

(1) Talvez: maior bem do que.

(2) Grave?

E depois de tudo isto, ainda o articulista exige «um documento que lhe demonstre que a expressão *destêrro*, empregada por Camões, não tem o sentido genérico que lhe dá qualquer poeta quando está longe de quem ama»!

Pouco viverá quem não chegar a ver formulada a opinião de que o Poeta, ao queixar-se dos seus destêrros, dois dos quais atribui à intervenção directa de uma dama, se quis apresentar como vítima do que lhe não acontecera!

d) Ao ver-se desterrado da Índia para as Molucas, o entusiasmo do Poeta, manifestado com tanto calor na Canção 8⁽¹⁾, sofreu, como era natural, um profundo golpe. Agora substitui-o mal-sofrida resignação:

Mas se tão longo e mísero destêrro
Vos dá contentamento,
Nunca se acabe nêle o meu tormento.

Canção 9.^a

E Camões começou a recluir que o «enojo», o aborrecimento, mostrado lá de tão longe pela Infanta, o levasse a deixar de pensar nela :

Quando cuido no tempo que contente
Vi as pérolas, neve, rosa e ouro,
Como quem vê por sonhos um tesouro,
Parece tenho tudo aqui presente;
Mas tanto que se passa êste acidente
E vejo o quão distante de vós mouro,
Temo quanto imagino por agouro
De que de imaginar também me ausente.

(1) Releiam-se os versos

Assi a vida cansada se melhora,
Toma espíritos novos, com que vença
A Fortuna e Trabalho,
Só por tornar a ver-vos,
Só por ir a servir-vos e querer-vos.

Já foram dias em que por ventura
 Vos vi ⁽¹⁾ Senhora, se isto dizer posso
 Co'o coração seguro, sem ter medo ⁽²⁾;
 Agora, em tanto mal, não me assegura
 Da própria fantasia o enojo vosso.
 Eu não posso entender êste sêrêdo!

Lírica, son. 107.

E os temores do Poeta realizaram-se, graças ao encontro com Dinamene, a «alma gentil», que o enfeitiçou nas Molucas, quando tão abalada estava já a paixão pela Infanta:

Esta foi a celeste formosura
 Da minha Circe, e o mágico veneno
 Que pôde transformar meu pensamento.

Lírica, son. 114

O «meu pensamento», agora sem qualificativo nenhum!

e) Mais tarde, voltando para Lisboa, ainda o Poeta se viu assaltado pelas suas «perpétuas saüdades», mas acalmava-as com estas penosas considerações:

O tempo que se vai não torna mais.

 Aquilo a que já quis é tão mudado
 Que quási é outra cousa... ⁽³⁾

Lírica, son. 110

II

A mui alta Senhora que o Poeta amou ⁽⁴⁾

Na *Tese da Infanta, I*, argumentei com alguns dos passos da *Lírica* que só podem referir-se à Infanta e que nova-

⁽¹⁾ Isto é: amei.

⁽²⁾ Agora já constituía um perigo para o Poeta o falar na Infanta.

⁽³⁾ Parece que a Infanta morreu tuberculosa. Cf. *Arquivo histórico português*, n.ºs 51-52, p. 105.

⁽⁴⁾ *Vosso como cativo, mui alta Senhora*: é o duplo acróstico do soneto 48 (*Vencido está de amor*).

mente reproduzo, para que o leitor veja, como o articulista procura... escapar-lhes.

- a) Crescei, desejo meu, pois que a Ventura
Já vos tem nos seus braços levantado;
Que a bela causa de que sois gerado
O mais ditoso fim vos assegura.
Se aspirais, por ousado, a tanta altura,
Não vos espante haver ao Sol chegado,
Porque é de águia real vosso cuidado,
Que quanto mais o sofre, mais se apura.
Animo, coração; que o pensamento
Te pode inda fazer mais glorioso,
Sem que respeite a teu merecimento.
Que cresças inda mais é já forçoso,
Porque, se foi ousado o teu intento,
Agora, de atrevido, é venturoso.

Lirica, son. 43

- b) Manda-me Amor que cante o que a alma sente,
Caso que nunca em verso foi cantado,
Nem d'antes entre a gente acontecido;
Assim me paga, em parte, o meu cuidado,
Pois que quer que me louve e represente
Quão bem soube no mundo ser perdido.
Sou parte, e não serei de gente crido;
Mas é tamanho o gôsto de louvar-me
E de manifestar-me
Por cativo de gesto tão formoso,
Que todo o impedimento
Rompe e desfaz a glória de tormento,
Peregrino, suave e deleitoso;
Que eu bem sei que o que canto
Há-de achar menos crédito que espanto.

Canção II, Lirica, pág. 336-337.

- c) Num tão alto lugar, de tanto preço,
Êste meu pensamento pôsto vejo,
Que desfalece nêle inda o desejo,
Vendo quanto por mim o desmereço.

Quando esta tal baixeza em mim conheço,
 Acho que cuidar nêle é grão despejo,
 E que morrer por êle me é sobejo
 E mór bem para mim, do que mereço.
 O mais que natural merecimento
 De quem me causa um mal tão duro e forte
 O faz que vá crescendo de hora em hora.
 Mas eu não deixarei meu pensamento,
 Porque, inda que êste mal me cause a morte,
Um bel morir tutta la vita honora ⁽¹⁾.

Lírica, son. 45.

d) ¿Onde mereci eu tal pensamento,
 Nunca de ser humano merecido?
 ¿Onde mereci eu ficar vencido
 De quem tanto me honrou co'o vencimento?
 Em glória se converte o meu tormento,
 Quando vendo-me estou tão bem perdido;
 Pois não foi tanto mal ser atrevido,
 Como foi glória o mesmo atrevimento.
 Vivo, Senhora, só de contemplar-vos;
 E, pois esta alma tenho tão rendida,
 Em lágrimas desfeito acabarei.
 Porque não me farão deixar de amar-vos
 Receios de perder por vós a vida,
 Que por vós vezes mil a perderei.

Lírica, son. 46.

e) As voltas ao mote

Ó meus altos pensamentos,
 Quão altos que vos pusestes
 E quão grande queda destes,

já ficam transcritas atrás, a p. 31.

f) Na écloga II, Almeno (Camões), acordando de um

(1) Verso de Petrarca, canção 16 da 1.ª parte, estrofe 5.ª.

sonho, em que julgava ter nos braços a causadora da «sua doce pena», exclama:

Ah! falso pensamento que me enganas!
Fazes-me pôr a bôca onde não devo,
Com palavras de doudo, ou quási insanas!
Como a alçar-te tão alto assim me atrevo?
Tais asas dou-tas eu, ou tu mas dás?
Levas-me tu a mim, ou eu te levo?
Não poderei eu ir onde tu vás ⁽¹⁾;
Porém, pois não posso ir onde tu fores,
Quando fores, não tornes onde estás.

Lirica, pág. 188.

g) Por fim, aludindo ao caso de Apolo que não conseguiu fazer-se amar de Dafne, argumenta Camões:

Pois se um deus nunca viu nem um engano
De quem era tão pouco em seu respeito,
Eu que espero de um ser que é mais que humano?

Lirica, son. 96.

A tudo isto continua o articulista a responder: «Textos que só podem referir-se a esta Senhora (a Infanta)? Não há um. Os que (J. M. R.) aponta, ou melhor, tem apontado desde 1910 para cá, tanto se podem aplicar à Infanta como a qualquer outra dama, mais ou menos da côrte... Não há, nos textos invocados, um vestígio, o rastro de uma sombra da Infanta D. Maria... É por isso que eu nem sequer me dou ao trabalho de discutir os textos invocados. Para quê, se eu não posso, *se ninguém pode demonstrar* a quem eles são endereçados?... (Os trechos citados) não excluem ninguém: são máscaras de cera mole que se adaptam à Infanta e às

(1) O contexto indica que este verso não pode terminar por inter-rogação.

donzelas que povoavam o Gineceu, as Catarinas, as Belisas, as Nises, as Franciscas, *et reliqua*».

O Poeta sabia muito bem ao que se arriscava, «pondo a bôca onde não devia»; não é, porisso de estranhar que nunca directamente nomeie a Infanta, mesmo em composição que não eram destinadas a ser lidas por outras pessoas. Examine, porém, o leitor todos os trechos que ficam citados e veja se tantas expressões nêles contidas se podem aplicar, como pretende o articulista, «a qualquer dama, mais ou menos da côrte», ou se podem só explicar-se, quando referidas à Infanta D. Maria.

Na primeira hipótese, seríamos logo forçados a formular e aplicar ao Poeta o dilema: ou parvo, ou cínico.

Não está má a saída do articulista: não se ocupa dos textos citados, porque se não sabe a quem se dirigem.

¿Pois não se dirigem a uma Senhora de tão elevada categoria que não pode ser senão a Infanta?

Nem ao menos o texto *b*), onde Camões apresenta o seu caso como «nunca dantes entre a gente acontecido», como mais próprio para causar espanto do que para ser crido?

Para confronto, veja-se com que familiaridade tratava o Poeta, antes de ir para a Índia, a D. Francisca de Aragão, a dama querida da rainha D. Catarina, a dama em cujas veias girava o sangue real da monarquia de que tomou o apelido ⁽¹⁾.

Vejam-se também as poesias amorosas que lhe dirigiu depois de voltar do Oriente, das quais reproduzirei só uma, o soneto 126 da *Lírica*:

Êste amor que vos tenho, limpo e puro,
De pensamento vil nunca tocado,
Em minha tenra idade ⁽²⁾ começado,

⁽¹⁾ *Lírica*, pág. 55.

⁽²⁾ Camões fazia datar o seu amor a D. Francisca de Aragão do tempo que precedeu a ida para a Índia. Mas a ilustre e tão cortejada

Tê-lo dentro nesta alma só procuro.
De haver nêle mudança estou seguro,
Sem temer nenhum caso ou duro Fado,
Nem o supremo bem ou baixo estado,
Nem o tempo presente nem o futuro.
A bonina e a flor asinha passa;
Tudo por terra o Inverno e o Estio deita;
Só para meu amor é sempre Maio.
Mas ver-vos para mim, Senhora, escassa,
E que essa ingratidão tudo me enjeita,
Traz êste meu amor sempre em desmaio.

! Que diferença para a «tanta altura» do soneto 43, para o «tão alto lugar» do son. 45, para «o pensamento nunca de ser humano merecido» do son. 46, etc.!

Continua o articulista: «A prova de que os textos apontados desde 1910 para cá tanto se podem aplicar à Infanta como a qualquer outra dama mais ou menos da côrte está em que a quantidade e a qualidade dêsses textos são de uma elasticidade desoladora... No *Camões e a Infanta* (J. M. R.)

dama é que não estava resolvida a tomá-lo a sério, nem a êle nem a outros importunos adoradores, e casou-se, em 1576, com o embaixador espanhol, D. João de Borja, que enviuvava havia pouco. E Camões, mais uma vez infeliz nos seus amores, dá largas aos queixumes em mais de um soneto, de que basta citar o n.º 128 da *Lirica*:

Sempre, cruel Senhora, receei,
Medindo vossa grã desconfiança,
Que desse em desamor vossa tardança,
E que me perdesse eu, pois vos amei.
Perca-se, enfim, tudo o que esperei,
Pois noutro amor já tendes esperança.
Tão patente será vossa mudança,
Quanto eu encobri sempre o que vos dei.
Dei-vos a alma, a vida e o sentido;
De tudo o que em mim há vos fiz senhora.
Prometeis e negais o mesmo Amor.
Agora tal estou que, de perdido,
Não sei por onde vou, mas alguma hora
Vos dará tal lembrança grande dor.

encabeça na *Infanta* 37 poemas, dos quais exclui na *Lírica* 21 e anonimiza 16. Quere dizer: quando compôs o romance encontrou 37 poemas que lhe serviram de base para a sua tese infantista, com que marcou fases, cenas, atitudes, sentimentos do Poeta. Ao organizar a *Lírica*, reconheceu (porquê? mas porquê?!) que dêsses 37 poemas 21 não eram de Camões e 16 eram para outra — que não para a *Infanta*».

Veja o leitor que trapalhada e que trapalhice.

; Das 37 composições poéticas do *Camões e a Infanta*, 21 não eram de Camões e 16 eram destinadas a outra que não a *Infanta*! ; E o livro *Camões e a Infanta* ficou assim sem qualquer documentação, pois $21 + 16 = 37$!

Pois fique o leitor sabendo que só o número dos sonetos relativos à *Infanta*, que se reproduzem nesta obra (para não falar das outras composições literárias) é muito superior aos 37 poemas contados pelo articulista. E passaram quási todos para a *Lírica*. E os que ficaram de fora não vão além de meia dúzia.

E que ficassem fora da *Lírica*, ou mudassem de lugar, tanto alguns sonetos como outras composições, por me convencer posteriormente que não eram camonianos ou por outras razões, não deve causar estranheza a quem sabe o estado em que tem andado a colecção das líricas de Camões. Durante três longos séculos, a começar logo na 1.^a edição, foram-se incorporando nas chamadas obras menores do Poeta muitas poesias, umas que não eram nem podiam ser dêle, outras, principalmente certas redondilhas de Bernardes, que muito se assemelhavam ao que realmente pertencia ao nosso poeta. De aí a grande dificuldade que, por vezes, tem havido em separar o que é autêntico do que não passa de uma falsa atribuição.

Outra causa de dificuldades provém do facto de Camões se ter, por vezes, encontrado em situações muito semelhantes

com algumas das mulheres que lhe inspiravam versos amorosos.

Basta ler o soneto 9, composto nos últimos tempos que o Poeta viveu no Oriente:

No tempo que de Amor viver soía,
Nem sempre andava ao remo ferrolhado;
Antes agora livre, agora atado,
Em várias flamas variamente ardia.
Que ardesse num só fogo não queria
O Céu, por que tivesse exp'rimentado
Que nem mudar as causas ao cuidado
Mudança na ventura me faria.
E se algum pouco tempo andava isento,
Foi como quem co'o pêso descansou,
Por tornar a cansar com mais alento.
Louvado seja Amor em meu tormento,
Pois para passamento seu tomou
Êste meu tão cansado sofrimento ! (1)

Mas, a-pesar-destas dificuldades, a enorme maioria das líricas atribuídas a Camões não oferece dúvidas enquanto à autenticidade; e para muitas sabe-se ou pode averiguar-se pelo raciocínio a quem foram endereçadas. Estão neste último caso as que ficam em parte transcritas no começo deste capítulo.

Em conclusão: Durante mais de trinta anos, apenas com dois intervalos, motivados por duas crises amorosas (2), desde o soneto 23, já reproduzido (*Tese*, I, 29), *Senhor João Lopes, o meu baixo estado*, e que tudo me leva a crer data de 1546, até o soneto 113, *Que poderei do mundo já querer*, inspirado

(1) Pertence também a esta fase o soneto 122 (*Em prisões baixas*).

(2) O que se seguiu à tão dolorosa desistência de Ceuta (vide acima pág. 31-32) e o que resultou do esquecimento, já menos custoso, produzido pela ardente paixão que Dinamene lhe inspirou (cf. son. 114).

pela morte da Infanta (Outubro de 1577), neste longo espaço de tempo (cf. a n. 2, pág. 35), digo, anima e informa uma boa parte da lírica do Poeta uma Senhora de elevadíssima posição social, que lhe inspirou uma ardente paixão e tanta influência teve na sua vida, fazendo-o desterrar por mais de uma vez. O Poeta, como era natural, não lhe declina o nome, mas não é difícil descortiná-lo sob as expressões que emprega a respeito dela.

Só a Infanta D. Maria satisfaz aos numerosos requisitos constantes da obra lírica de Camões; só a ela se pode, por exemplo, referir o admirável soneto 113:

¿ Que poderei do mundo já querer,
Pois no mesmo ⁽¹⁾ em que pus tamanho amor,
Não vi senão desgosto e desfavor,
E morte, emfim; que mais não pode ser!
Pois me ⁽²⁾ não farta a vida de viver,
Pois já sei que não mata grande dor,
Se houver cousa que mágoa dê maior,
Eu a verei, que tudo posso ver.
A morte, a meu pesar, me assegurou
De quanto mal me vinha ⁽³⁾; já perdi
O que a perder só ela ⁽⁴⁾ me ensinou.
Na vida, desamor sòmente vi,
Na morte, a grande dor que me ficou.
Parece que para isto só nasci!

¿ Que dolorosa síntese, neste último terceto, a da tão prolongada paixão do Poeta pela filha mais nova de el-rei D. Manuel I!

(1) Isto é: naquilo mesmo.

(2) Talvez: *se*: Pois a minha vida se não farta de viver.

(3) Deve ser: *venha*: De quanto mal me possa vir.

(4) No texto: *o medo*: Mas esta palavra deve ser uma glosa marginal, destinada a servir de complemento a *perder*, e que depois passou para o texto, substituindo o «só ela».

III

Dinamene — chinesa e Dinamene-chinesa

Transcrevo da *Tese da Infanta, II*, pág. 17: «Diz textualmente o articulista: Acusei a *Edição crítica (sic) da Lírica...* 7.º de dar foros de verdadeiro ao romance da Dinamene-chinesa, amante de Camões em Macau, que morreu, talvez, naufragada, e a quem o Poeta teria consagrado o soneto *Alma minha gentil*».

Por lapso de revisão, entre «Dinamene» e «chinesa» saiu um hífen, ao passo que no texto reproduzido se encontra um traço ou travessão: «Dinamene-chinesa», em vez de «Dinamene — chinesa» (1). Quer num caso, quer noutro, ¿atribui-me, ou não, o articulista a opinião de que era chinesa a Dinamene dos sonetos 115 e 118 de Camões?

E se o emprêgo do sinal gráfico que veio substituir o do articulista trouxesse alguma alteração no sentido das palavras relativas à procedência de Dinamene, lá está outro trecho que também transcrevo: «Nessa minha crítica havia dois pontos fulcrais: a negação da tese dos amores de Camões e a contestação da tese que faz de Dinamene uma tal chinesa, a quem Camões teria endereçado o soneto de *Alma minha gentil* — contestação a que se não alude na resposta».

(1) «A Dinamene-chinesa», com hífen, é o mesmo que «A Dinamene chinesa» sem vírgula, como quem diz: A Dinamene, por exemplo, do dr. Afrânio Peixoto, por contraposição à D. homérica, à D. de Sannazaro, de Garcilasso, de Camões, na écloga *A justa contenda*.

«A Dinamene — chinesa» quer dizer, por ex: «A D., que, segundo alguns, era chinesa. Com o hífen (aliás bem escusado), «chinesa» é um restritivo; com o travessão, é um explicativo. Mas ninguém a livra da «chinesice».

Torno a perguntar: Atribui-se-me ou não a opinião de que «Dinamene era uma tal chinesa, a quem Camões» etc.

Que não aludo à contestação de que se refira a Dinamene o soneto *Alma minha gentil*, afirma também o articulista.

Ora na *Tese, II*, a pág. 18-19, escrevi o seguinte: «Emquanto ao soneto *Alma minha*, basta compará-lo com os outros do grupo (114 a 121)⁽¹⁾, para se ver que êles se referem todos à mesma pessoa (Dinamene) e são inspirados pelos mesmos sentimentos, o ardente amor por aquela que a morte tão cedo levou «dos olhos» do Poeta, que êle viu morrer».

E era o bastante, que, por sinal, ficou sem sombra de resposta.

O articulista argüi-me de ter praticado um acto de má fé, mudando o travessão em hífen, para lhe atribuir o que êle não diz. Ouçamo-lo: «(J. M. R.), com uma habilidade que eu estava muito longe de lhe supor, vai-se àquele trecho (*é o que fica reproduzido no princípio deste n.º III*), substitui o travessão que separa *Dinamene* de *chinesa* (*Dinamene — chinesa*), por um hífen que liga *Dinamene* a *chinesa* (*Dinamene-chinesa*)... ¿Será preciso que eu ensine ao sr. J. M. R. a diferença que há entre um travessão e um hífen? ¿Será preciso que eu lhe diga que é uma feíssima acção adulterar um texto, atribuindo-se a quem o escreveu, cousa contrária⁽²⁾ do que êle escreveu? Pois que é senão adulterá-lo, afirmar que eu escrevi «*Dinamene-chinesa*», quando o que eu es-

⁽¹⁾ Numeração da *Lírica*.

⁽²⁾ Contrária? A diferença é a que há entre «a *Dinamene chinesa*» e «*Dinamene, chinesa*». Em ambos os casos, *Dinamene* é *chinesa*. Mas o articulista recorre a estes processos, para me atribuir uma triste prenda de que felizmente me não acusa a consciência

crevi tamsòmente «Dinamene — chinesa». Por outras palavras: eu não disse que o sr. J. M. R. fizera da Dinamene uma chinesa⁽¹⁾; disse, sim, que a *Lírica* dava foros de verdadeiro ao romance de Dinamene⁽²⁾. E quem era essa Dinamene? Uma chinesa, amante de Camões em Macau⁽³⁾... O travessão que separa *Dinamene* de *chinesa* denuncia bem o meu intuito⁽⁴⁾.

Transcrevi o longo arrazoadado, para ficar como documento da trapalhice de quem o elaborou.

IV

D. Carolina Michaëlis e a paixão amorosa de Camões pela Infanta D. Maria

Em *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* (Coimbra, 1924⁽⁵⁾, pág. 47, nota 1), a ilustre escritora D. Carolina Michaëlis qualificou de «poético romance» o que eu tinha afirmado a respeito da paixão de Camões pela Infanta D. Maria. Mas no *Diário de Lisboa*, n.º 866, de 4 de Fevereiro do mesmo ano de 1924, publicou a grande sabedora um artigo sôbre os amores de Camões, em que se lêem as seguintes palavras, concernentes aos amores do Poeta: «E sempre apaixonado! Desde a cabeça de oiro e neve de Coimbra, pela alma gentil de Natércia, os corpos ardentes de Bárbara e Dinamene, a

(1) Confronte o leitor os dous passos que no texto deixo transcritos e admire a probidade mental do articulista.

(2) Disse as duas cousas, como o leitor pode verificar.

(3) Mas isto attribuído ¿ a quem, senão a mim?

(4) O qual intuito era «a contestação da tese que fêz de Dinamene uma tal chinesa, a quem Camões teria endereçado o soneto da *Alma minha gentil*».

(5) É esta a data da impressão do livro, mas o prólogo traz a de 15 de Julho de 1919.

nobreza de D. Francisca de Aragão, e a excelsa Infanta D. Maria, que platonicamente amava, mas *de profundis* adorava! constantemente amava».

Estas palavras não oferecem nem podem oferecer dúvidas a ninguém: entre as várias mulheres que Camões amou ocupa um lugar primacial a Infanta D. Maria.

Que estas foram várias e que pertenciam a diversas categorias sociais, di-lo expressamente o soneto *No tempo que de Amor viver soia*, já anteriormente reproduzido (pág. 45) e escrito quando o coração do Poeta «não andava ao remo aferrolhado», naturalmente depois da morte de Dinamene, a formosa Circe que com o seu mágico veneno lhe «pôde transformar o pensamento», lhe fez esquecer a Infanta.

Mas que foi esta quem naquele teve o maior lugar, um lugar incomparavelmente superior ao de tôdas as outras, mostra-o, por exemplo, a Canção XIII (*Vinde cá*), em que só figuram duas mulheres (a Infanta e Isabel Tavares), embora a distância enorme uma da outra.

D. Carolina Michaëlis está, portanto, dentro dos textos camonianos, quando afirma: 1.º) Que Camões amou várias mulheres; 2.º) Que uma delas a adorou *de profundis*.

As palavras claras, irrefutáveis, da grande mestra tem dado origem, por parte do articulista, a uma verdadeira tragédia, em que tem sido atropelados o bom senso, a probidade mental e até a gramática.

Na fase actual, o último acto da tragédia resume-se no seguinte: «Isto (o texto de D. Carolina Michaëlis) não prova nada sobre os amores de Camões pela Infanta: prova apenas o parecer de D. Carolina Michaëlis. Parecer muito respeitável, mas desacompanhado de fundamentos, absolutamente falho de apoditismo».

¡ Andou a tão conscienciosa, a tão meticulosa Senhora a mudar radicalmente de opinião sobre um assunto de tanta importância na nossa história literária, para depois lhe virem

dizer que o seu nome para o caso de nada vale! Que apresentasse provas, se queria que tomassem em consideração o seu novo parecer, como se ela fôsse capaz de o perfilhar sem sólidas razões em que se apoiasse!

Mas esperemos pelo novo acto da tragédia, se é que êste se não tem de limitar a repetir o que já está dito.

V

Mais trapalhices e trapalhadas

a) Contestando a opinião do articulista de que «é impossível organizar uma edição irrepreensivelmente científica da lírica de Camões, pela falta absoluta de autógrafos», repliquei: «Mas é possível organizar uma edição em que se excluam os apócrifos que desde Soropita infestam as edições das líricas camonianas; é possível rever o texto e corrigi-lo, onde êle esteja manifestamente errado; é possível, e, no caso presente, de extrema importância, agrupar as poesias amorosas de Camões. ¿Que é isto tudo senão um trabalho de crítica? ¿Que é senão uma edição crítica aquela em que isto se fêz»? (*Tese, II*, pág. 29).

A isto responde o articulista: «(J. M. R.) atribui-me a opinião de que é possível organizar uma edição em que se excluam» etc. (*seguem-se as minhas palavras até: poesias amorosas de Camões*).

E depois comenta: «Calcule-se! Isto é sério? Só quero que me digam: isto é sério? Que pontos de contacto há entre o que eu disse e o que (J. M. R.) me atribui?»

Agora pergunto eu ao leitor: ¿Estamos em presença de uma leviandade, que ultrapassa tudo quanto se poderia presumir de quem maneja uma pena?

¿É um caso de grosseira improbidade mental, que nada respeita, que não recua diante de nada?

¿É uma lastimável falta de senso, com que se vê forçado a defrontar-se o contendor, que não tem outro intuito senão o de apurar a verdade?

O leitor que responda ou formule outra explicação, se a conhece.

E o articulista continua: «A verdade é que não há texto, um só texto autêntico de Camões. Portanto, tôda a edição que se faça é conjectural. ¿Como são os versos de Camões? Ninguém sabe. O que se sabe é como êles lhe *andam atribuídos*».

É como se alguém nos viesse dizer: Andam por aí os professores e os estudantes de latim a falar nas líricas de Horácio. Afinal, como são elas? Ninguém sabe. O que se sabe é como elas lhe andam atribuídas. ¿Vão lá atrás dos autógrafos do poeta latino, para se saber como elas eram! ¿E venham-nos cá também falar em edições críticas das obras de Horácio, feitas sem manuscritos exarados pelo próprio autor!

Processo cómodo de arredar qualquer texto camoniano que não convenha.

b) No *Diário de Notícias* de 18 de Março último accusou-me o articulista de eu ter ido buscar a Faria e Sousa, sem o dizer, a emenda *Sirinx*, para substituir o *dantes* (v. 6.^o) dêste passo da Ode 4.^a de Camões:

Oh! quanto melhor fôra que dormissem
Um sono perenal
Estes meus olhos tristes, e não vissem
A causa de seu mal
Fugir, a um tempo tal,
Mais que *Sirinx* proterva,
Mais cruel que ursa, mais fugaz que cerva!

Respondi-lhe que Faria e Sousa, nem directa nem indirectamente, fala em *Sirinx*, pois, admitindo a lição corrente

Mais que dantes proterva, dispensou-se de transcrever os dois versos de Sannazaro que àquela ninfa se referem ⁽¹⁾.

Observa agora o articulista: «Sim, Faria e Sousa não emenda o *dantes* do verso

Mais que dantes proterva,

mas indica as fontes dêsse texto: Serafino Criminelli e Sannazaro».

Cá temos outra esperteza, característica do feitio mental do articulista. Faria e Sousa, como mostrei, pára com a citação de Sannazaro precisamente antes do verso — «Ch'ad Pan non fui» etc. —, omitindo assim as palavras que justificam a minha correcção. As palavras «dêsse texto», empregadas pelo articulista, fazem crer ao leitor desprevenido que nêle se compreende também o verso citado — o que não é verdade.

E insiste: «Faria e Sousa tinha três séculos antes, mostrado Sannazaro e Serafino como fontes daquele texto camoniano». De parte daquele texto, é que devia dizer, pois a citação vai só até «più proterva» ⁽²⁾.

E prossegue: «Não substituiu o *dantes* por *Sírinx*? Não, e fez muito bem». Pois fêz muito mal, como pode veri-

(1) Eis os versos da *Arcadia* que me sugeriram a correcção:

Più fugace que cerva,
Et a me più proterva
Ch'ad Pan non fui collei ch'essendo stanca
Divenne canna tremula et soctile.

E «collei», explicam os comentadores, é *Sírinx*.

(2) Na *Tese*, II, pág. 26, nota, transcrevi o passo de Faria e Sousa, por onde se vê que êste truncou o texto de Sannazaro, parando em *più proterva* e omitindo os dois versos que completavam o comparativo «più» com a perífrase de *Sírinx*.

ficar quem ler o verso camoniano, antes e depois de emendado.

E mais ainda: «Mas também eu não disse que (J. M. R.) tirou a emenda de Faria e Sousa: disse que viu nele a citação da fonte». Confronte-se agora o *Diário de Notícias* de 18 de Março: «No *Camões e a Infanta*, a pág. 129, o editor dizia: «aqui, se não me engano, escreveu o poeta o nome de um animal, *tigre*, por exemplo. A pág. 270 do mesmo livro, depois de ter lido Faria e Sousa, dá conta de outra — a de *Sírinx*».

Eis o que se encontra nesta obra, pág. cit.: «A leitura da *Arcadia* de Sannazaro (edição de Scherillo, Torino, 1888, pág. 29)⁽¹⁾ sugere-me outra conjectura» (a de *Sírinx*, que fundamento com o texto do poeta napolitano)⁽²⁾.

E parece-me que se me não devia negar o direito de ser acreditado no que digo a respeito da proveniência desta correcção, tanto mais que ela, a-pesar-do que afirma o articulista, contradizendo conscientemente à verdade, se não encontra nos lugares transcritos em Faria e Sousa, a um dos quais eu a teria ido buscar, não dizendo que a li neste autor. Agora só resta a escapotória de que a emenda a não li nem no F. e Sousa, nem no passo que êle cita, mas no livro donde êsse passo foi extraído.

Só num país como o nosso é que casos destes se podem dar. É uma vergonha ter de o confessar, mas é também estricte obrigação reagir e protestar contra êles.

(1) Tive ocasião de ler esta obra durante o tempo em que iam saindo no *Instituto* os artigos que formaram o *Camões e a Infanta*.

(2) E o articulista dá lições de probidade mental e lembra obrigações! «(Em vez de dizer que encontrou a verdadeira solução em Sannazaro), devia, antes, por força da probidade mental, dizer: Faria e Sousa ensinou-me que as fontes de Camões, neste trecho, foram Serafim e Sannazaro (*trata-se de parte de um trecho*). Assim é que a probidade mental ordena imperiosamente que se faça».

NOTAS SUPLEMENTARES

I — Pág. 25. Uns 15 anos antes de Camões, e também por motivo particular (o casamento de um sobrinho do poeta com uma dama da imperatriz D. Isabel), foi Garcilaso desterrado, por determinação do imperador Carlos V, para uma ilha Danúbio: «Al llegar a Ratisbona, en marzo de 1532, el Emperador, informado del asunto de Garcilaso por cartas de la Emperatriz, confinó al poeta en una isla del Danúbio, sin que el memorial presentado por Garcilaso en su defensa ni las gestiones de sus amigos pudiesen evitarlo (1)».

Foi aí que êle compôs a Canção 3.^a, a que pertencem estes passos, e que, por vezes, faz lembrar a Canção 9.^a de Camões:

Con un manso ruido
de agua corriente y clara,
cerca el Danubio una isla, que pudiera
ser lugar escogido
para que descansara
quien como yo esté agora, no estuviera.
.....

Aquí estuve yo puesto,
o por mejor decillo,
preso y forçado y sólo en tierra ajena;
bien pueden hacer esto
en quien puede sufrillo
y en quien él a si mismo se condena.
Tengo sólo una pena,
si muero desterrado

(1) Garcilaso, *Obras, edición y notas de T. Navarro Tomás*, Madrid, 1924. Pág. XXVI-XXVII.

y en tanta desventura
 que piensen por ventura
 que juntos tantos males me han llevado.

El cuerpo está en poder
 y en manos de quien puede
 hacer a su placer lo que quisiere...

Obras cit., p. 181-182.

II — Pág. 27. Quando foi o Poeta desterrado para o Ribatejo?

Entre as redondilhas de Camões figuram estas:

MOTE

De atormentado e perdido,
 Já vos não peço senão
 Que tenhais no coração
 O que tendes no vestido.

VOLTA

Se de dó vestida andais
 Por quem já vida não tem,
 ¿Porque não o haveis de quem
 Vós tantas vezes matais?
 Que brado sem ser ouvido,
 E nunca vejo senão
 Cruzas no coração
 E grande dó no vestido.

Lírica, p. 36-37.

«Atormentado e perdido» com o receio do exílio que supõe iminente, Camões, que só vê cruas no coração da Infanta, pede-lhe tenha dêle o dó que traz no vestido. Ora na primavera de 1547 andava a Infanta de luto pelo falecimento do padasto, Francisco I, em 31 de Março daquele

ano. E é também na primavera que êle se dirige por esta forma aos campos para onde foi exilado:

Alegres campos, verdes arvoredos,
Claros e frescos águas de cristal,
Que em vós os debuxais ao natural,
Discorrendo da altura dos rochedos;
Silvestres montes, ásperos penedos,
Compostos de concôrto desigual:
Sabei que sem licença de meu mal,
Já não podeis fazer meus olhos ledos.
E, pois já me não vedes como vistes,
Não me alegrem verduras deleitosas ⁽¹⁾
Nem águas que correndo alegres vem.
Semearei em vós lembranças tristes,
Regar-vos-ei com lágrimas saudosas,
E nascerão saudades de meu bem.

Son. 81.

E mais expressas ainda são estas redondilhas:

MOTE ALHEIO

Campos bem-aventurados,
Ternai-vos agora tristes,
Que os dias em que me vistes
Alegre, são já passados.

GLOSA

Campos cheios de prazer,
Vós que estais reverdecendo,

(1) No fim do verão ou no começo do outono, dizia o Poeta na Elegia 4.^a (a Elegia do destêrro):

Não vejo senão montes pedregosos,
E sem graça e sem flor os campos vejo
Que já floridos vira e graciosos.

Já me alegrei com vos ver;
 Agora venho a temer
 Que entristeçais em me vendo.

E pois a vista alegrais
 Dos olhos desesperados,
 Não quero que me vejais,
 Para que sempre sejais
Campos bem-aventurados.

Porém, se por acidente
 Vos pesar de meu tormento,
 Sabereis que Amor consente
 Que tudo me descontente,
 Senão descontentamento.

.....

O tempo, que é desigual,
 De secos, verdes vos tem;
 Porque em vosso natural
 Se muda o mal para bem,
 Mas o meu para mor mal.
 Se preguntais, verdes prados,
 Pelos tempos diferentes
 Que de Amor me foram dados,
 Tristes, aqui são presentes,
Alegres, já são passados.

Lírica, p. 39-40.

Ora foi um ano antes, na primavera de 1546, que começou a paixão do Poeta pela Infanta.

Que o facto se deu naquela estação no ano sabemo-lo pelos sonetos da sexta feira de Paixão (n.ºs 24 e 31) e por duas das Canções *Manda-me Amor que cante* (a 2.ª e a 3.ª), da última das quais transcrevo esta estrofe:

Era no tempo que a fresca verdura
 Aos campos torna, quando, suspirando,
 Zéfiro vem co'a Primavera bela;

Manam as fontes água clara e pura ;
Entre a flor da corrente andam chorando
Seu dano antigo Progne a Filomela.
Minha ventura, que então estava em vê-la,
Por me mostrar de bem a maior parte,
Soltava por linda arte
Os cabelos em que fui enredado,
Ao doce vento estivo ;
Os olhos rutilando em lume vivo,
O rosto airoso e o gesto delicado,
Que Deus só fêz na terra
Por dar paz aos nascidos, a mim guerra.

Que o destêrro de Camões se não fêz esperar por mais de um ano, é o que resulta da evolução do idílio, contido em tantas das suas poesias, principalmente nas redondilhas. A Infanta não lhe levaria muito tempo a reconhecer quanto a poderia prejudicar o ser cortejada pelo Poeta, e a tomar, por isso, as necessárias precauções.

Vejam-se, por exemplo, os seguintes motes, para não falar nas respectivas redondilhas :

Pois dano me fêz olhar-vos,
Não quero, por não perder-vos,
Que ninguém me veja ver-vos.

Lirica, p. 23.

Da alma e de quanto tiver
Quero que me despojeis,
Contanto que me deixeis
Os olhos para vos ver.

Ibid., p. 23.

Olhos, não vos mereci
Que tenhais tal condição :
Tão liberais para o chão,
Tão irosos para mim.

Ibid., p. 24.

É óbvio que esta situação não podia prolongar-se por muito tempo. Por outro lado, o Poeta, convencido de que não era estranho ao coração da Infanta, cedo a devia forçar a promover-lhe a exílio. Um ano, de primavera a primavera, da de 1546 à de 1547, era tempo mais que suficiente para tudo isto. É portanto naquele ano que devemos colocar o soneto *Senhor João Lopes*, distante assim 31 anos do que começa pelo verso *Que poderei do mundo já querer*.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ

V

JOSÉ MATIAS, A TÓTÓ E VÁRIOS OUTROS

Tenho idea de ter lido em qualquer parte que foi pelo comprimento que se ordenaram os capítulos do Alcorão — primeiro, os grandes; no fim, os pequenos.

Ora é assim, pouco mais ou menos, que as coisas vão dispostas no presente ensaio.

Quere-me parecer que não pode haver ordem melhor — applica-se sem a menor hesitação, e depois, a palmas, tãda a gente pode facilmente verificar o rigor e o cuidado do autor.

Ora tudo isto são vantagens...

Será pois, seguindo o exemplo do livro sagrado, pela história do *José Mathias*, a maior de tôdas, que se irá começar.

Vem no volume *Contos*.

JOSÉ MATIAS

José Mathias d'Albuquerque, sobrinho do Visconde de Garmilde, fôra, em novo, um rapaz airoso, louro como uma espiga, com um bigode crespo de paladino sobre uma bôcca indecisa de contemplativo, déstro cavalheiro, d'uma elegancia sobria e fina (pág. 273).

Tinha então um espirito curioso, muito affeiçãoado ás ideias geraes (pág. 273).

Mas este grande espiritualista (pág. 275), tão penetrante (pág. 273), era, ao mesmo tempo, um homem desconsolador..., com uma alma escandalosamente banal (pág. 276).

De uma horrenda correcção..., sem um rasgão brilhante na batina ..., sem uma poeira estouvada nos sapatos..., sem um pélllo rebelde do cabelo ou do bigode a fugir do rígido alinho..., elle foi o unico intellectual da sua geração que não rugiu com as misérias da Polonia; que leu sem pallidez ou pranto as CONTEMPLAÇÕES; que permaneceu insensível ante a ferida de Garibaldi (pág. 276).

E todavia não tinha nenhuma seccura ou dureza ou egoismo ou desaffabilidade (pág. 276).

Era, pelo contrario, um suave camarada, sempre cordeal, e mansamente risonho. Toda a sua inabalavel quietação parecia provir d'uma immensa superficialidade sentimental (pág. 276).

Por isso chamavam, com razão e propriedade, a este moço tão macio, tão louro e tão ligeiro... MATHIAS-CORAÇÃO-DE-ESQUILO (pág. 276).

*

Depois de formado, como já lhe tivesse morrido o pai e a mãe, José Matias foi viver com um tio que morava a Arroios, o velho general Visconde de Garmilde.

E foi então que começou a grande aventura sentimental da sua vida.

A casa do general tinha um jardim que pegava com o do conselheiro Matos Miranda, homem já velho e doente, casado com a formosa Elisa Miranda, a Elisa da Parreira, que foi a sublime belleza romantica de Lisboa, nos fins da Regeneração (pág. 277),

Mas, por gosto borralheiro de provinciana, ou por pertencer áquella burguezia séria que n'esses tempos, em Lisboa, ainda conservava os antigos habitos encerrados, ou por im-

posição paternal do marido, já diabetico e com sessenta annos (pág. 278), Elisa saía pouco.

De modo que foi no Outono, ao regressar da praia da Ericeira, que José Matias a avistou... uma noite no terraço, á luz da lua (pág. 278).

E logo os amigos perceberam o forte, profundo, absoluto amor que concebêra... aquelle coração, que em Coimbra consideravam de ESQUILO! (pág. 279).

Mas tudo parece que se limitava à contemplação, feita com a face... aureolada por uma felicidade... segura e serena, da bela Elisa que se mostrava no terraço, espreitando tambem as janellas do José Matias (pág. 280).

Eles, de facto, só se podiam encontrar em casa de uma D. Mafalda de Noronha, tia-avó de José Matias, onde habitualmente o Matos Miranda e a mulher iam jantar aos domingos (págs. 279 e 280).

Mas era afinal bem digno de inveja êsse homem á janella, immovel, hirto na sua adoração sublime, com os olhos, e a alma, e todo o ser cravados no terraço, na branca mulher..., e tão indifferente ao Mundo como se o Mundo fosse apenas o ladrilho que ella pisava e cobria com os pés! (pág. 281).

E este enlevo... durou dez annos, assim esplendido, puro, distante e immaterial! (pág. 281).

É certo que se encontravam na quinta de D. Mafalda, e certamente também se escreviam..., atirando as cartas por cima do muro que separava os dois quintaes: mas nunca, por cima das heras d'esse muro, procuraram a rara delicia d'uma conversa roubada ou a delicia mais perfeita d'um silencio escondido na sombra. E nunca trocaram um beijo...! Algum aperto de mão fugidio e soffrego, sob os arvoredos da D. Mafalda, foi o limite exaltadamente extremo, que a vontade lhes marcou ao desejo (págs. 281 e 282).

Foram dez anos de um terrivel e morbido renunciamento (pág. 282).

Talvez lhes faltasse, por ventura, *para se perderem, uma hora de segurança ou uma portinha no muro* (pág. 282).

Mas, fôsse porque fôsse, o certo é que, durante êsses dez anos, José Matias *caminhou, vivo e deslumbrado, dentro do seu sonho* (pág. 283), gozando *n'esse amor transcendentemente desmaterializado um encanto sobrehumano* (págs. 282 e 283).

E, caso curioso, José Matias parece que acreditava na *presença real, junto dêle, da divina creatura*, criando uns *modos novos, estranhos*, derivados dessa espécie de *hallucinação* (pág. 283) — *abandonou o charuto* logo que descobriu que o *fumo perturbava Elisa* (pág. 283); *ceava, depois de S. Carlos, no Café Central, sempre com serpentinas profusamente accesas e a mesa juncada de flôres*, como se ela ali estivesse também (pág. 283); *mandou forrar o seu quarto com sedas claras, depois de arrancar das paredes tres gravuras classicas de Faunos ousados e Nymphas rendidas* (págs. 283 e 284); *montou... carruagens d'um gosto sobrio e puro*, para que a *imagem d'Elisa não andasse n'uma tipoia de praça* (pág. 284); *assignou um camarote na Opera, onde installou para ella, uma poltrona pontifical, de setim branco, bordada a estrellas d'ouro*, para que a *augusta imagem se não roçasse pelas cadeiras de palhinha da platêa de S. Carlos* (pág. 284).

Além d'isso como descobrira a generosidade d'Elisa, logo se tornou... sumptuosamente generoso, espalhando, com facilidade... risonha, notas de cem mil reis. Assim desbaratou, rapidamente, sessenta contos com o amor d'aquella mulher a quem nunca déra uma flor! (pág. 284).

E, durante esse tempo..., o bom Mattos Miranda não *desmanchava nem a perfeição, nem a quietação d'esta felicidade*, porque, de facto, *aquelle digno diabetico, tão grave...*, não *suggeria ideias inquietadoras de marido ardente, cujo ardor, fatalmente e involuntariamente, se partilha e abrasa* (págs. 284 e 285).

Acontece, além disso, que o *espiritualismo* do José Matias parecia ser tão absoluto que ele apenas se interessava pela alma d'Elisa, indiferente ás submissões do seu corpo, *envolucro inferior e mortal* (pág. 284).

Havia, em suma, da parte de José Matias, um *magnanimo* desdem pela presença corporal do Miranda no templo, onde habitava a sua Deusa (pág. 285).

E esta felicidade... durou dez anos... (pág. 285).

*

Mas um dia o Matos Miranda morreu.

Nessa mesma noite José Matias abalou para o Pôrto.

E, antes de partir, *calado, como embaçado...*, ele só sentia e só exprimia *embaraço...*, atirando para o terraço deserto da casa de Elisa, *rapidamente, um olhar em que transparecia inquietação, anciedade, quasi terror!* (págs. 286 e 287).

Os amigos pensavam que, por delicadeza, José Matias iria passar ao Pôrto os meses de luto pesado.

E achavam bem — *Um anno de luto, e depois muita felicidade e muitos filhos... É um poema acabado!* (pág. 287).

Mas os *mezes cerimoniaes de luto* passaram, depois outros, e José Matias não se arredava do Pôrto (pág. 288).

Installado fundamentalmente no Hotel Francfort, ele não mostrava, apesar de se acercar o *bemdito remate do luto e da desesperada espera...*, nem *alvoroço...*, nem *revolta contra a lentidão do tempo...* (pág. 288).

Antes parecia um indivíduo que se debate n'uma *duvida irresoluvel, sempre presente, roedora e dolorosa* (pág. 288).

Mas o inverno passou e, pouco depois, os jornais davam a noticia... do casamento da Snr.^a D. Elisa Miranda... com o conhecido proprietario, o Snr. Francisco Torres Nogueira (pág. 289).

Ao saber isto, os amigos clamaram *furiosamente*, aos

urros, contra a falsidade, a inconstancia ondeante e perfida, toda a enganadora torpeza das mulheres e d'aquella especial Elisa que assim atraçoava á pressa, atabalhoadamente, apenas findára o luto negro, aquelle nobre, puro, intellectual Mathias! e o seu amor de dez annos, submisso e sublime!... (pág. 289).

Certamente porque os grossos bigodes negros do Torres Nogueira appeteciam mais á sua carne, do que o buço louro e pensativo do José Mathias! (pág. 290).

E afinal o José Matias é que se não quisera casar...

Ella escreveu, esteve no Porto, chorou... Elle nem sentiu em a ver!... E então ella... despeitada..., cansada da viuvice, com aquelles bellos trinta annos em botão, casou-se com o Torres (pág. 290).

Mas o amor de José Matias era o mesmo sempre! *In-finito, absoluto!* (pág. 291).

*

Elisa veio viver, com o segundo marido, para a sua antiga casa.

E, logo no meado do verão, José Mathias recolheu do Porto... ao casarão do tio Garmilde, onde reoccupou os seus antigos quartos, com as varandas para o jardim, consumindo os seus estereis dias... com os olhos, e a memoria, e a alma, e todo o ser cravados no terraço, nas janellas, nos jardins de Elisa (págs. 291 e 292).

Mas agora não era, como no tempo do bom Matos Miranda, de vidraças largamente abertas...; era por traz das cortinas fechadas, atravez d'uma escassa fenda, escondido, surripiando furtivamente os brancos sulcos do vestido branco, com a face toda devastada pela angustia e pela derrota (pág. 292).

É certo que José Mathias permanecia devotadamente

crente de que Elisa, na profundidade da sua alma..., o amava, a elle, unicamente a elle, e com um amor que não deperecera, não se alterara... (págs. 292 e 293).

Mas torturava-o saber que um homem, um macho, um bruto, se tivesse apoderado d'aquella mulher que era sua! (pág. 293).

É certo que elle recusara essa mulher..., quando ella se lhe offerencia, na frescura e na grandesa d'um sentimento que nenhum desdem ainda resequiria ou abatera... (pág. 294).

Mas, ao cabo d'uns mezes, José Matias, esquecera, positivamente esquecera essa recusa affrontosa... (pág. 294).

E, por isso, a dor que elle agora sentia em Lisboa, com as janellas d'Elisa deante das suas janellas..., a dôr presente, a dôr real, era que elle amára sublimemente uma mulher, e que a collocára entre as estrellas para mais pura adoração, e que um bruto moreno, de bigodes negros, arrancára essa mulher d'entre as estrellas e a arremessára para a cama (pág. 294).

José Matias devia ser um doente, atacado de hyper-espiritualismo, d'uma inflamação violenta e putrida do espiritalismo, que receára apavoradamente as materialidades do casamento, as chinelas, a pelle pouco fresca ao acordar, um ventre enorme durante seis mezes..., e que agora rugia de furor e tormento, porque certo materialão... se promptificára a acceitar Elisa em camisola de lã... (págs. 294 e 295).

Era afinal um ultra-romantico, um homem loucamente alheio ás realidades fortes da vida, que nunca suspeitou que chinelas e cueiros sujos... são coisas de superior belleza em casa em que... haja amor (pág. 295).

*

Uma coisa exacerbava ainda o tormento dêste desgraçado...

Era que Elisa, se já não sentia o antigo amor intacto na sua essência, forte como outr'ora e unico, conservava ainda, no entanto, pelo pobre Mathias uma irresistível curiosidade, e repetia os gestos d'esse amor (pág. 295).

Assim, logo que o Torres Nogueira partiu para as suas vinhas de Carcavellos a assistir á vindima, ella recommençou, da borda do terraço..., aquella doce remessa de doces olhares com que durante dez annos extasiára o coração do José Mathias (pág. 295).

Mas o novo senhor, o homem robusto da bigodeira negra, impunha á divina Elisa, mesmo de longe..., retrahimento e prudencia (pág. 296).

No entanto Elisa e o seu amigo insensivelmente recaíram na velha união ideal atravez dos jardins em flôr (pág. 296).

E, como o Torres Nogueira se demorasse em Carcavellos, o José Mathias, para contemplar o terraço..., já abria de novo as janellas; larga e extaticamente! (págs. 296 e 297).

Mas... o pobre moço soffria angustiadamente. E, para sacudir a pungencia d'estes tormentos, findou, elle tão sereno, d'uma tão doce harmonia de modos, por se tornar um agitado (pág. 297).

Desesperadamente, durante um anno..., scandalizou Lisboa... com as suas extravagancias lendarias... Uma ceia offerecida a trinta ou quarenta mulheres das mais torpes e das mais sujas, apanhadas pelas negras viellas do Bairro-Alto e da Mouraria, que depois mandou montar em burros, e gravemente, melancolicamente, posto na frente, sobre um grande cavallo branco, com um immenso chicote, conduziu aos altos da Graça, para saudar a apparição do sol!

Mas todo este alarido não lhe dissipou a dôr — e foi então que começou... a jogar e a beber! (pág. 297).

Passava os dias em casa, por traz das vidraças, porque o Torres Nogueira regressara das vinhas..., com os olhos

e a alma cravados no terraço fatal; depois á noite... saía n'uma lipoia..., corria á roleta..., onde jogava freneticamente até a tardia hora de cear, n'um gabinete de restaurante, com molhos de vellas accesas, e o Collares, e o Champagne, e o Cognac correndo em jorros desesperados (págs. 297 e 298).

E esta vida, espicaçada pelas Fúrias, durou... sete annos! Todas as terras que lhe deixara o tio Garmilde se foram, largamente jogadas e bebidas: e só lhe restava o casarão d'Arroyos e o dinheiro apressado por que o hypothecara... (pág. 298).

Mas, subitamente, José Matias desapareceu de todos os antros de vinho e de jogo... (pág. 298).

E veio a saber-se que o Torres Nogueira estava morrendo com uma anasarcha! (pág. 298).

*

Ora alguém, que foi procurar José Matias por essa ocasião, encontrou-o no quarto que abria sobre os dois jardins, ao lado de uma meza que resplandescia, com duas serpentinas, um cesto de rosas brancas, e algumas das nobres pratas do Garmilde..., estendido n'uma poltrona, com o collete branco desabotoado, a face livida descaída sobre o peito, um copo vasio na mão inerte, parecendo adormecido ou morto (pág. 299).

Quando lhe tocaram no hombro, ergueu n'um sobresalto a cabeça, toda despenteada..., encheu precipitadamente o copo .. de vinho branco, e bebeu lentamente, com a mão a tremer, a tremer... (pág. 299).

Depois, esgazeado, sem comprehender, escutou, como n'um sonho, o recado que lhe davam, e por fim, com um suspiro, remexeu uma garrafa de Champagne..., encheu outro copo, murmurando: — «Um calór... Uma sede!...» Mas não be-

beu: arrancou o corpo pesado á poltrona de verga, e forçou os passos mal firmes para a janella, a que abriu violentamente as cortinas, depois a vidraça... E ficou hirto a olhar... (pág. 299).

Ora, defronte, duas janellas brilhavam, fortemente allumiadas, abertas á macia aragem. E essa claridade viva envolvia uma figura branca..., parada á beira do terraço, como esquecida n'uma contemplação. Era Elisa...! Por traz, no fundo do quarto claro, o marido certamente arquejava, na oppressão da anasarcha. Ella, immovel, repousava, mandando um doce olhar, talvez um sorriso, ao seu doce amigo (pág. 300).

E o miseravel, fascinado..., sorvia o encanto d'aquella visão bemfazeja... (pág. 300).

Mas subitamente Elisa recolheu, á pressa..., e as janellas logo se fecharam (pág. 300).

Então José Mathias, com um soluço despedaçado, de transbordante tormento, cambaleou, tão anciadamente se agarrou á cortina que a rasgou, e tombou desamparado nos braços que lhe estenderam, deixando-se arrastar para a cadeira, pesadamente, como... um morto ou... um bebedor. Mas, volvido um momento..., o extraordinario homem... murmurava quasi serenamente: — «É o calor. . Está um calor! Você não quer tomar chá?» (págs. 300 e 301).

•

Pouco depois desta curiosa noite, o Torres Nogueira morreu. A divina Elisa... recolheu á quinta d'uma cunhada..., ao pé de Beja. E o José Mathias inteiramente se sumiu..., sem que revoassem novas d'elle, mesmo incertas... (pág. 301).

Mas, passado algum tempo, no começo do verão, a divina Elisa appareceu na rua de S. Bento, numa casa nova e d'es-

quina, ainda succulenta, e desejavel, apesar de ter festejado em Beja os seus quarenta e dois annos (págs. 301 e 302).

E tinha agora um amante, um rapaz que fora apontador d'Obras-Publicas em Beja, e que ela arrastou a Lisboa, trazendo-o bem vestido e bem calçado (págs. 302 e 303).

Pois também, por essa altura, o José Matias appareceu defronte da casa, à noite, dentro d'um portal aberto..., mettido na sombra... Mas que José Mathias!... Deixara crescer a barba, uma barba rara, indecisa, suja, molle como algodão amarellado: deixara crescer o cabello, que lhe surdia em farripas seccas de sob um velho chapéo côco: mas todo elle, no resto, parecia diminuido, minguido, dentro d'uma quinzena de mescla enxovalhada, e d'umas calças pretas de grandes bolsos, onde escondia as mãos com o gesto tradicional... da miseria ociosa. (págs. 303 e 304).

Defronte do predio novo e das varandas d'Elisa..., encafuado naquelle portal, viveu José Matias três annos (pág. 304).

Infallivelmente, ao anoitecer..., descia a rua de S. Bento, collado aos muros, e, como uma sombra, mergulhava na sombra do portal... E, immovel, com as mãos nas algibeiras, ali se quedava em contemplação... (pág. 305).

Cada meia-hora, subtilmente, enfiava para a taberna que havia ao lado. Copo de vinho, copo d'aguardente; — e, de mansinho, recolhia á negrura do portal, onde ficava até tarde, encolhido, transido, a bater as sólas rôtas no lagedo, ou sentado ao fundo, nos degraus da escada..., esmagando os olhos turvos na fachada negra d'aquella casa, onde a sabida dormindo com o outro! (pág. 305).

Ao principio, para fumar um cigarro apressado, trepava até ao palamar deserto, a esconder o lume que o denunciaria no seu esconderijo. Mas depois... fumava incessantemente, collado á hobreira, puxando o cigarro com ancia, para que a ponta rebrilhasse... (pág. 305).

E que êle sabia que *Elisa já descobrira...*, dentro d'aquelle portal, a adorar submissamente as suas janellas, com a alma d'outr'ora..., o pobre José Mathias...! (págs. 305 e 306).

E... todas as noites, ou por traz da vidraça ou encostada á varanda..., ella se demorava a fitar o portal, muito quieta..., n'aquelle antigo e mudo olhar do terraço por sobre as rosas e as dahlias (pág. 306).

Êle então *avivava desesperadamente o lume do cigarro...*, para guiar na escuridão os amados olhos d'ella, e lhe mostrar que alli estava, trançado, todo seu, e fiel! (pág. 306).

De dia nunca... passava na rua de S. Bento, por causa do jaquetão rôto nos cotovellos e das botas cambadas... É que aquelle moço d'elegancia sobria e fina tombara na miseria do andrajo. (pág. 306).

Elisa, muito delicadamente, por caminhos arredados e astutos, procurou estabelecer-lhe uma pensão (pág. 306).

Mas o pobre José Matias adivinhou d'onde procedia a *pa- vorosa esmola* — e recusou, sem revolta, nem alarido de orgulho, até com enternecimento, até com uma lagrima nas palpebras que a aguardente inflammára! (pág. 307).

*

Como só com noite muito cerrada ousava descer á rua de S. Bento, os dias gastava-os José Matias a espreitar, a seguir, a farejar o apontador d'Obras-Publicas... com uma curiosidade insaciada, frenetica, atroz..., estudando-o na figura, na roupa, nos modos, ancioso por saber bem como era esse homem, que... a sua Elisa preferira entre a turba dos homens (pág. 307).

Mas talvez que êle o seguisse, menos por curiosidade

perversa, do que para verificar se, atravez das tentações de Lisboa..., o homem conservava o corpo fiel a Elisa (pág. 308).

Sim, porque a alma d'Elisa era dêle, José Matias, e recebia perennemente a adoração perenne (pág. 308).

E êle queria também que o corpo... não fosse menos adorado, nem menos lealmente, por aquelle a quem ella se entregára (pág. 308).

Mas o apontador era facilmente fiel a uma mulher tão rica..., que o deslumbrava (pág. 308).

E esta fidelidade, preito carnal á divindade de Elisa, talvez fosse para o José Mathias a derradeira felicidade que lhe concedeu a vida... (pág. 308).

Isto durou tres annos (pág. 309).

Uma madrugada foram encontrar o pobre José Matias estirado no ladrilho, todo encolhido no jaquetão delgado, arquejando, com a face coberta de morte, voltada para as varandas d'Elisa... (pág. 309).

Morreu, pouco depois, no hospital.

E Elisa mandou o seu amante carnal acompanhar á cova e cobrir de flôres o seu amante espiritual! (pág. 310).

*

Quando se passam os olhos por esta triste história, uma coisa logo se descobre — havia bem no fundo da alma do desgraçado um sentimento de indecisão, de irresolução, de estranho escrúpulo, que parece ter sido a verdadeira causa da aventura lamentável de tôda a sua vida.

Sem confiança em si próprio, José Matias fugia na ocasião devida, com um manifesto receio de responsabilidades, para se furtar assim à prática de certos actos que êle parecia, desde longo tempo, vir cuidadosamente preparando.

E não se trata, de modo algum, de um caso de inibição sexual, que fizesse surgir uma catástrofe vergonhosa no momento em que verdadeiramente se entregasse a mulher há muito desejada.

Não, José Matias fugia antes desse momento decisivo.

Era, no fim de contas, um pobre tímido que, neste mundo, andava sem norte, ao sabor de motivos e de sentimentos contraditórios.

*

Os indivíduos assim, quando têm a inteligência bastante, é fácil que se tornem uns idealistas, de tendências especulativas ou de feição lírica e amorosa.

Deve ser este o caso do pobre José Matias que tinha, como o romancista diz, um espírito curioso e penetrante, muito afeiçoado às ideias gerais.

Atacado de *hiper-espiritualismo* — palavras textuais da história — ele parece não ter querido macular o seu grande, profundo, absoluto amor com as baixas materialidades e as triviais contingências da vida em comum.

E os seus tristes dias vão ser consumidos numa luta tremenda entre um generoso desejo e esta repugnância.

Um impulso, mais forte do que ele, leva irresistivelmente o desgraçado a ir contemplar de longe, sempre que pode, as janelas da mulher amada, mas que não quer nem para esposa, nem para amante.

E aí se fica horas sem fim, hoje, amanhã, todos os dias...

Muito bem sabe que a formosa Elisa, para satisfazer as fortes necessidades da sua carne forte, tinha passado dos braços do velho Matos Miranda para os do segundo marido, e depois para os do apontador das Obras Públicas.

Mas não se importa...

Sempre que pode lá está, de olhos fitos na janela, praticando um acto absurdo, como êle, certamente, reconhece no seu intimo.

Mas volta, torna a voltar, e volta sempre até morrer...

Tôda a história gira, evidentemente, em tórno desta estranha attitude, de uma tão grande incoerência — êle quer e não quer, deseja e foge.

E não consegue quebrar de vez, atirando para os infernos com a paixão funesta.

Ora, se não me engano muito, esta vem a ser, no fim de contas, a attitude própria de um *psicasténico*.

E temos que convir que o romancista conseguiu vincar bem fundo o traço dominante do carácter de um individuo desta espécie — tímido, idealista, indeciso e abúlico.

Deve tratar-se pela certa, tão bem arranjada é a coisa na sua linha geral, da história de criatura vista ao vivo pelo escritor que exactamente soube compreender e sentir todo o drama íntimo daquela alma inquieta.

*

Mas, como se sabe, não é raro, nas criaturas dêste feitio, que venham complicar o caso sinais reveladores de outras formas de desequilíbrio mental.

São vulgares, por exemplo, as manifestações psico-nevróticas, mais ou menos espalhafatosas, dos grandes emotivos.

Dêste modo, não é de estranhar que, como se conta na história, o pobre José Matias, com um soluço de transbordante tormento, tivesse, de uma vez, cambaleado, rasgado a cortina a que ansiadamente se agarrara, para ir tombar, como um morto ou como um bêbedo, nos braços de um amigo.

E não devia talvez estar bêbedo, porque, como também lá

se diz, logo a seguir, quasi serenamente, o extraordinário homem murmurava — *É o calor... Está um calor! Você não quer tomar chá?*

É certo que elle bebia...

Começou primeiro com luxo, ceando tôdas as noites num restaurante, *com molhos de vellas accesas, e o Collares, e o Champagne, e o Cognac correndo em jorros desesperados.*

Depois, mais tarde, caído na miséria, quando passava as noites a olhar para as janelas de Elisa, que já então vivia com o apontador, era na taberna — copo de vinho atrás de copo de aguardente, de meia em meia hora.

Ia para lá subtilmente, de mansinho, certamente para não dar nas vistas, gastando os míseros patacos, que conseguia arranjar, a beber sem escolha e sem medida.

Ora pode ter-se como boa regra que só os grandes desequilibrados se tornam assim grandes bebedores.

Mas, olhando para o que Eça de Queiroz escreveu, facilmente se descobre que o José Matias deveria ser, sem favor, um grande desequilibrado, com umas estranhas reacções que nem sempre são as próprias dos psicasténicos.

Mais qualquer coisa deveria haver, pela certa...

•

Mas nada custa, certamente, a acreditar que, pelo meio da história, haja episódios que lá foram postos só com a mira de tornar o caso mais interessante.

São destas coisas que escorrem da pena, às vezes quasi sem querer...

E pode muito bem ser aí justamente que apareçam as notícias desnorteantes das reacções dêste José Matias.

Evidentemente...

Mas não vale a pena estar a discutir...

No caminho que vamos seguindo, antes convém, sem sombra de dúvida, pensar que, no caso presente, assim não aconteceu.

Tudo o que vem na história deverá ser portanto aproveitado...

Surge, porém, uma dificuldade — para apreciar, de uma maneira exacta, todo o significado de certas coisas, como são algumas que vêm apontadas no conto, seria evidentemente necessário proceder a sondagens neste ou naquele sentido, por meio dos inquéritos e das investigações convenientes.

Mas nada disso se pode agora fazer.

A nossa única fonte de informação é, está claro, o que o romancista diz.

Mais nada.

Por aqui se vê bem como é delicado o papel de quem procura, desta forma, fazer diagnósticos...

*

Dito isto, que era preciso dizer, iremos agora, sem alongar demais o apontamento, para que estas páginas se não tornem infundáveis, ver quais sejam as tais estranhas reacções em que se falou.

Para começar direi que, lendo a história, se vai descobrir, por exemplo, que o José Matias, homem calmo, sereno, correcto, de uma doce harmonia de maneiras, bruscamente, numa dada altura da vida, se tornou um agitado.

Durante um ano scandalizou Lisboa com as suas extravagâncias lendárias.

Depois, como todo êsse alarido não tivesse dissipado a sua dor, começou a jogar e a beber.

E assim andou sete anos, nesta vida espicaçada pelas

fúrias, até que um dia desapareceu súbitamente dos antros do vinho e do jôgo.

Ora tudo isto aparece contado por uma forma que muito bem deixa perceber quais deveriam ser as razões íntimas destas mudanças de atitude.

E quem segue o fio da narrativa, no encanto da leitura, vai achando, quási sem querer, que era afinal lógico e razoável que assim tivesse acontecido...

Uma coisa, porém, lembra perguntar.

Seria de esperar que um psicasténico puro, estreme, sem mistura, procedesse desta forma?

Parece-me que não.

Mas posso, evidentemente, estar em êrro...

*

Uma outra passagem merece ainda ser apontada.

Diz-se que o José Matias, nos tempos do velho Matos Miranda, quando ainda seguia na vida calmo e sereno, no deslumbramento do seu grande amor, parecia acreditar na presença real da divina Elisa, sempre junto dêle.

E contam-se umas estranhas coisas que são de molde a fazer supor que êle, na realidade, assim pensava.

Chega mesmo a falar-se em alucinação.

Mas, dando de barato que a palavra não foi aqui empregue com o seu significado próprio, trata-se, no entanto, de coisas muito estranhas que também se não coadunam de modo algum, quere-me parecer, com o feitio habitual dos psicasténicos.

*

E o mesmo se deverá pensar a respeito de um caso referido quási no fim da história.

Diz-se aí, com efeito, que o José Matias, roto, miserável, com as botas cambadas e os olhos inflamados pela aguardente, passava então os dias a seguir, a farejar por toda a parte o apontador das Obras Públicas.

E explica-se que talvez êle o seguisse menos por curiosidade perversa do que para verificar se o homem, através das tentações de Lisboa, se mantinha fiel a Elisa.

Mas, fôsse pelo que fôsse, a coisa é estranha, não haja dúvida.

É certo que há quem diga que os indivíduos com uma psicose obsessiva podem ir, só por êsse facto, caminhando para a demência.

Além disso, ao tempo, José Matias devia ser um alcoólico, talvez já no período pre-demencial em que não é raro aparecer uma grande decadência da vontade a acompanhar uma profunda degradação do senso moral.

E assim, com certo geito, talvez não fôsse difícil de arranjar uma explicação decente e aceitável.

Mas não vale a pena estar com êsse trabalho...

Deixando isso portanto, irei dizer agora, com franqueza, tudo o que penso do caso.

*

Já afirmei, num outro dêstes ensaios, a minha opinião de que só têm verdadeiro interesse, no campo da patologia mental, as coisas que os romancistas dizem quando fazem psiquiatria sem saber.

E lá se deram as razões do dito.

Ora aqui é manifesto que Eça de Queiroz quis pintar um alienado.

Deve haver provavelmente, como já disse, um fundo de observação exacta, feita com inteligência e viveza.

Mas depois, para tornar o homem mais estranho e o conto mais impressionante, começou o escritor a acrescentar coisas que lhe pareciam vir muito a propósito.

E o resultado vê-se — o perfil que ia tão bem, estragou-se com os retoques...

(*Continua*)

ALBERTO PESSOA.

ANAIIS DA VILA DA ERICEIRA⁽¹⁾

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS
REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

1925

11 de Agôsto, ... Começaram as obras de construção da Fonte dos Golfinhos, no Largo dos Ferreiros, por mandado da Comissão de Iniciativa.

Projecto de A. Ferreira Quaresma. Esta fonte foi patente ao público, às 9 horas da manhã do dia 18 de Julho de 1926.

1926

18 de Maio, ... Faleceu Dona Turíbia Lúcia Fialho, natural desta Vila, que fôra casada com Jorge da Silva Fialho, o grande Bemfeitor da Misericórdia da Ericeira, à qual a falecida legou a 4.^a parte de todos os seus bens imóveis.

1926

23 de Agôsto, ... Começaram as obras de construção de uma nova Fonte, na Rua do Ericeira, por mandado da Comissão de Iniciativa. Projecto de Alberto de Sousa.

Esta Fonte foi patente ao público no dia 21 de Julho de 1927.

1926

9 de Dezembro, ... Começaram as obras de construção

(1) Cont. do vol. 85.º, pág. 450.

VOL. 86.º, N.º 1 - 1933.

de um Lavadoiro Público, no Bairro da Fontainha, por mandado da Comissão de Iniciativa.

1926

Dezembro, ... Começaram as obras de construção de um corêto na Praça dos Condes da Ericeira, por mandado da Comissão de Iniciativa.

Projecto do architecto Norte Júnior.

1927

21 de Agôsto, ... Inauguração solene do Asilo «Jorge da Silva Fialho» instalado pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia, no edificio do antigo Hospital.

1928

29 de Dezembro, ... Inauguração da Fonte da Rua «Serão Franco» mandada construir pela Comissão de Iniciativa. Projecto do Dr. A. Bento Franco.

Neste dia a Santa Casa da Misericórdia solenizou o seu 250 aniversário, com actos de beneficência e do culto, sessão solene, etc.

1929

31 de Janeiro, ... Neste dia foi inaugurada a linha telefónica para a Ericeira.

1929

17 de Fevereiro, ... Decreto, determinando a área de jurisdição da Comissão de Iniciativa e Turismo da Ericeira, a qual ficou abrangendo as Frèguesias de Encarnação, Santo Isidoro, Ericeira e Carvoeira.

1929

13 de Julho, ... Foi reaberta ao culto a antiga Ermida de Santo António, que estava interdicta, por profanação, desde 1912.

1929

Junho, ... Começaram as obras para construção do edifício da Delegação Marítima, mandadas executar pelo respectivo Ministério.

1930

11 de Agosto, ... Começaram as obras de ampliação do Adro Paroquial e desatêrro do velho Cemitério, mandadas executar pela Junta de Frèguesia, auxiliada pela Comissão de Iniciativa.

1931

1 de Julho, ... Neste dia foi inaugurada a rêde telefónica urbana na Ericeira, Fonte Boa, Leitões e Alto da Foz.

1931

4 de Setembro, ... Alvará do Governador Civil de Lisboa, aprovando os estatutos da Corporação de Bombeiros Voluntários da Ericeira, colectividade organizada, pouco antes, pelos sócios da antiga Filarmónica.

1931

Dezembro, ... Foram demolidos os restos do antigo Paço que os Condes da Ericeira tinham nesta Vila.

1932

18 de Janeiro, ... Começam as obras para a construção do Mercado desta Vila, procedendo-se ao lançamento da 1.^a pedra em 1 de Fevereiro dêste ano.

Êste grande melhoramento, que há muito vinha sendo reclamado pelo público, deve-se, principalmente, às diligências e esforços do Vogal representante da Ericeira junto da Câmara Municipal, o Tenente de Infantaria, Hómero Augusto Lopes das Neves, Comandante da Secção Fiscal desta Vila.

1932

9 de Maio, ... Começaram os trabalhos da montagem da rede de iluminação eléctrica.

1932

6 de Agosto, ... Veio à Ericeira o Governador Civil de Lisboa, proceder à inauguração do edifício do Mercado e da iluminação eléctrica da Vila.

Foi recebido pelas autoridades, corporações locais e muito Povo, havendo grandes manifestações de regosijo público.

NOTAS E DOCUMENTOS⁽¹⁾

N.º 1

De mim Dona Maria a vós alcaide, Juizes e Concelho da Eyriceira. — saude. — Sabede que o meu concelho de Mafara me disse que como a mim fosse mester seu serviço pera fazer esse meu porto da Eyriceira, o que era meu proveito e seu, e elles me fizeram o serviço, porque era o dito porto seu proveito e de meu senhorio, sendo todos de uma terra e de uma poboração. E diz o dito Concelho que, porque o dito porto era do começo da terra, e de uma poboração e de um senhorio, sendo todos a meu serviço de meu senhorio, ... que lhes fizera dar Dom João Fernandes, quando esse porto foi feito, uma carta por que filhassem e lhes dessedes a cada um deles o pescado, por seus dinheiros, pelo custo, assim como davades e vendessedes a outrem. E outro sim dizem que pero ahi cheguem os seus regatões, ou outro qualquer deles, lho não queredes dar nem deixar filhar, pelo custo que os outros regatões de fora filham; a qual cousa me semelha mui desaguizado, sendo vós todos de uma terra e de um senhorio; e demais fizeram-vos ajuda. O que nos fizeram por lhe não queredes dar pescado pelo custo que a outrem dais. Porem vos mando que, quando algum ou alguns de seus regatões do

(1) Os documentos não vão transcritos na ortografia original a-fim-de se facilitar a todos a sua leitura.

concelho de Mafara ahí cheguem, que lhes dedes e façades dar o pescado pelo custo, a qualquer que o tenha comprado, e não sofrades a nenhum que lhes faça mal ou fôrça sôbre ello: onde al não façades, senão a vossos corpos me tornarei Eu por ende, e peitarme-hedes quinhentos soldos. E para ver Eu como ahí fazedes meu mandado, mando ao meu Tabalião que registe esta minha carta em seu livro, e o dito concelho de Mafara tenha esta minha carta. — Dada em Mafara, vinte dias de Outubro.

Dona Maria o mandou. — Voasco Pires. — Era de mil III Lbij annos: (A. C. 1319).

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 2

Neste Dom João Fernandes de Sousa perde-se a seqüência segura da ordem dos donatarios da Villa. A família continua e é numerosa, mas a parte documental conhecida não permite ajuizar qual a linha dos possuidores do senhorio.

É este um embaraço grande que surge, porquanto, vários escriptores se referem a uma doação feita por Dom Manuel a seu filho o Infante Dom Luiz, do senhorio da Ericeira. Acrescentam que o Infante deixou a Villa a seu filho Dom Antonio, Prior do Crato, a quem Filipe I a confiscou, cedendo-a depois, em pagamento de uma dívida, a Luiz Alvares de Azevedo.

Este a deixou a uma sua filha que era freira em Odivelas, e a Abadessa daquele convento a vendeu por 8.000 cruzados a Dom Diogo de Menezes que foi o 1.º Conde da Ericeira (1).

Nesta sequencia o embaraço nasce, principalmente, do facto de serem os Sousas os senhores donatarios da Ericeira numa epoca em que, segundo o dizer de vários escriptores a Villa pertencia ao Infante Dom Luiz

Até à data não conseguimos, á face de documentos, esclarecer o assunto.

N.º 3

Lourenço Vasques, escolar em Direito Canonico e Civil, que ora tenho carrego do espirital, por o muito honrado Padre, o senhor

(1) Padre Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, e outros que o têm copiado.

Dom Pedro, por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, Arcebispo de Lisboa, etc.

A quantos esta carta virem, saude em Jesus Cristo. Faço saber que visitando o dito Senhor, pessoalmente, a Capela de São Pedro da Eiriceira, sujeito á egreja de Santo André de Mafra, os moradores do dito lugar vieram a elle, dizendo como elles moravam no dito lugar, que passa de uma légua do dito lugar de Mafra, de onde eram fregueses; e que por mingua de elles não terem pia de baptisar, em a dita Capela de São Pedro, nem licença para isso, iam baptisar seus filhos á dita Egreja de Mafra; e acontecia, como já por vezes acontecera, morrerem as creaturas no caminho, por ser assim alongado, e por as invernadas grandes e passagens de rios; e assim mesmo por as ditas creaturas serem enfermas e em necessidade de morte, antes que chegassem com ellas ao dito lugar de Mafra se finavam, sem receberem o dito Sacramento; e que porem pediam por mercê ao dito Senhor ... pois que elles cristãos eram e desejavam a salvação de suas almas, ... que provesse a isto de remedio oportuno, e lhes desse licença que podessem ter pia de baptisar em dita Capella de São Pedro, em que baptizassem seus filhos, para arredar os perigos sobreditos, e por elles serem bem setenta vizinhos em o dito lugar da Eiriceira.

E o dito Senhor, vendo o seu dizer e pedir, mandou vir perante si os Beneficiados presentes em a dita egreja de Mafra, e lhes fez pergunta que era o que a isto diziam, e se tinham alguns legitimos embargos a lhe a dita licença ser dada; os quais alegaram por si algumas escuzações que, manifestamente, pareciam ser frívolas e não de receber. E visto por o dito Senhor o dizer de uma e outra parte, e em como foi certificado, por si, de tudo o que pelos ditos moradores era alegado, vendo ele corporalmente a povoação do dito lugar, e a grande distancia perigosa que ha entre a matriz e a capella, e visto como o Santo Sacramento do baptismo é porta e principio de todos os outros sacramentos, e a forma que a nossa santa madre Egreja em elle ordenou, a qual, por ter missa, o dito sacramento não tem efeito, o que ás vezes acontece no dito lugar, segundo o dito Senhor foi informado pela simpleza da gente; e visto tudo, querendo a isto prover de remedio saudavel para as almas dos sobreditos, segundo a seu officio pastoral pertence, e eu, de seu mandado especial, fundando-me na sua certa sabedoria, por esta presente lhes dou lugar e licença que elles possam fazer e ter pia de baptisar dentro da dita Capella de São Pedro, do dito lugar da Eiriceira, em a qual, especialmente, os moradores do dito lugar possam fazer baptizar seus filhos e filhas, por qualquer clerigo a que isto pertencer, não fa-

zendo, por este mandado, prejuizo á dita egreja de Mafra em seus direitos parochiaes, nem aos Beneficiados dela, em este sacramento.

E, em testemunho disto, o dito Senhor mandou ser feita esta carta por mim assignada e selada do seu sello secreto. — Dante em a Enxara, aos vinte e tres dias de Julho, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil quatrocentos e quarenta e seis annos.

Laurentius, Scollar. Petrus Ioannes.

(Archivo Ericeirense. Masso 4 — Egreja Parochial).

N.º 4

Saibam os que este instrumento de dote virem, que no anno do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, de mil e quatrocentos e oitenta e dois annos, aos vinte e nove dias do mez de Julho, em a villa da Eyriceira, em caza de Fernão de Sousa e das testemunhas que ao deante são escriptas, logo ahi pareceu João Regalia, morador em a dita villa, e disse que elle tinha uma herdade, onde chamam o Caramujo, termo da dita villa, que parte à travessia com João Afonso e com Diniz Dolevença, e a aguião com João Pexes, e ao soom com herdade de São Pedro e com outras confrontações com que de direito deve de partir; a qual herdade o dito João Regalia disse que a deixava e que fazia dela dote ao cirio de São Pedro da dita Villa; que o que rendesse em cada um anno, que se ponha em o dito cirio, e que os Juizes da dita Villa o façam aproveitar; a qual herdade logo renunciou de si e a deu para o dito cirio, deste dia para todo o sempre.

E mais disse o dito João Regalia que, posto que depois lhe venha outra vontade, que queira tirar a dita herdade ao dito cirio, que elle lh'a não possa tirar, e querendo-a tirar que pague ao dito cirio cinco mil reis brancos, de pena; e levada a dita pena ou não, que esta escriptura seja sempre firme, deste dia para todo o sempre. Em testemunho de verdade lhe mandou ser feita esta presente, que foi feita e outorgada em a dita Villa, dia, mez e era susodita. Testemunhas, Fernão de Sousa, Pedro Afonso, tecelão, Luiz Gonçalves, moradores em a dita villa, e outros. Eu, Gonçalo Froes, tabelião em a dita Villa, pelo senhor João Fernandes de Sousa, que esta escrevi e aqui meu signal fiz, que tal é (Signal publico) Pagou com a nota vinte reis.

(Archivo Ericeirense. Masso 4 — Egreja Parochial).

N.º 5

Sejam em conhecimento de verdade os que a presente virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos e oitenta e quatro annos, onze dias do mez de Junho, em a Villa da Eyriceira, terra do senhor João Fernandes de Sousa, no Paço do Concelho, estando ahi Luiz Gonçalves morador em a dita villa, como juiz alvidro a prazimento de partes, fazendo audiencia, perante elle pareceram partes — a saber: Gonçalo Martins e João Afonso, moradores em a dita Villa, de uma parte; e outro sim Gomes Leite, morador em essa mesma, da outra. E logo por elles ditos Gonçalo Martins e João Afonso foi dito que elles venderam um chão de um pardieiro em a dita Villa, ao dito Gomes Leite, afora a pedra que no dito pardieiro estava, porque haviam mester della para se fazer a Ermida da Senhora Santa Marta; e que ora o dito Gomes Leite lhes embargava uma boa pedra que achara em o dito pardieiro, a qual era muito pertencente para o altar da dita Senhora. E sem embargo que lha requeressem e que lha entregasse, elle recusou, como ainda agora refusa de a não querer dar; que pediam a elle Juiz que lha mandasse entregar. E o dito Juiz fez pergunta ao dito Gomes Leite que defeza dava a não lhes dar a dita pedra, pois que lhe venderam o chão e não a pedra; e por elle foi dito que elles lhe venderam o dito chão com tal condição que o dito chão ficasse com tanta quantidade de pedra com que se bem podesse tapar; e mais que a pedra que elles demandavam não era nem estava na parede do dito pardieiro, mas que elle a tirara de sôo o chão, debaixo de um forno, e portanto não pertencia a elles. E o dito Juiz vista a razão de uma parte e da outra, determinou e julgou que o dito Gomes Leite dê e entregue a pedra aos sobreditos Gonçalo Martins e João Afonso para a dita Santa Marta, sem outra mais contenda. E o dito Gomes Leite disse que pois lhe julgou a dita pedra, que assim lhes mandasse que lhe fizessem logo a carta do dito chão, e se não que lhe tornassem seu dinheiro. E o dito Juiz visto seu requerimento ser justo, mandou aos sobreditos Gonçalo Martins e João Afonso que de hoje a quinze dias lhe façam sua carta, e senão que lhe tornem logo seu dinheiro. E o dito Gomes Leite pediu assim uma carta de sentença, e o dito Juiz lha mandou dar. Testemunhas, Bastião Diniz e Diogo Simão e Pedro Eannes, sapateiro, e Fernão da Tôrre, moradores em a dita Villa. E eu João Fernandes, tabalião em essa mesma pelo dito senhor João Fernandes de Sousa, que isto escrevi e aqui meu signal fiz que tal é (signal público) Pagou dez reis.

E depois disto aos doze dias de Outubro de quatrocentos e oitenta e quatro annos, no Paço do Concelho, em audiência, perdante Luiz Eannes, Almotacé, a prazimento de partes, pareceram estas partes e disse Gomes Leite que elle tomara trabalho e fizera serviço no dito par-dieiro, que valia oitenta reis; que lhos julgassem. E os sobreditos Gonçalo Martins e João Afonso disseram que paguado lhe tinham seu dinheiro, segundo nesta sentença se faz menção. E o dito Juiz, visto tudo e esta sentença, mandou que a sentença se cumpra e que Gomes Leite se vá em paz. E elle apelou; não lhe conheceu da apelação nem de agravo porque não é dos cazos. Testemunhas o alcaide e João Lourenço, porteiro, e João Ruivo, juiz. João Fernandes, tabalião isto escrevi.

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 6

Saibam os que esta quitação virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1486 annos, ao primeiro dia do mez de Setembro, em a Villa da Eyriceira, foi filhada conta dos annos passados, por Mem Cerveira, cavaleiro da caza del-Rei nosso senhor, e seu Contador das Obras. Juiz Contador dos Resíduos e Provedor dos Orfãos, Hospitaes, Capellas, em as contadorias de Santarem e Alemquer, — aos homens bons da dita Villa, a saber: do anno de 1480, que se acabou por São João de 1481, até ao anno de 1486, que se acabou por dito dia de São João Baptista da dita era; e assim que são seis annos. E mostra-se por justa conta, renderem as rendas do verde e da almotaçaria e cousas ao Concelho apropriadas, dois mil e cento e sessenta reaes, dos quaes vem a terça do dito Senhor, 720 reaes; os quaes logo foram entregues pelos Officiaes que foram os ditos seis annos, a João A.º, recebedor, e são carregados sobre elle, em receita, no livro do dito Senhor. E porque é verdade que recebeu os 720 reaes, dos ditos Officiaes dos ditos seis annos, pediram assim esta quitação, para terem por sua guarda e guardado dito Concelho; e o dito Contador lha mandou dar, em a qual os dá por quites e livres, dos ditos seis annos, de hoje para todo o sempre, que jamais por ello não possam ser demandados em Juizo nem fora dele. E por firmeza dello, assignou aqui o dito Contador e Recebedor. Feita por mim G.º Gil, escrivão dos contos, no sobredito dia. mez e era. E assim resguardo os annos atraz, querendo-os o dito Senhor mandar arrecadar. (a.) Mem de Cerveira. J.º A.º. Pg. 20.

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 7

Honrados Juizes e Officiaes do Julgado da Eiriceira.

Os Vereadores, Procurador e Procuradores dos Mesteres da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, vos fazemos saber que, por a mingua do pão e esterilidade dele que houve em estes reinos e especialmente em estas nossas comarcas, — esta cidade enviou pedir a El-Rei nosso Senhor que lhe fizesse merce de toda a dizima do pão que de fora parte, por mar, viesse a esta cidade; e sua Alteza, por nos fazer mercê, o concedeu por este anno presente; e alem disto, por mais franqueza, ordenamos que a dita cidade desse descarga e logea a todos aqueles que o dito pão trouxessem ... Escrevemos a França e a Bretanha e a Inglaterra e a outras partes donde sentimos que se o dito pão podia haver, notificando-lhes as franquezas e liberdades que lhe eram feitas e receberiam, por a qual razão Deus seja louvado, visto aquela soma e abastança de trigo que sabeis. E porque a despeza é tão grande que se com o dito pão faz, que as rendas desta cidade a não podem sofrer, vos rogamos que vos praza nos ajudardes ás ditas despesas, e entre vós fazerdes uma repartição de 300 reaes, que honestamente nos pareceu que haveis de pagar para as ditas despesas, pois a vós tão comum é o proveito e abastança como a nós mesmos. Do que nisto esperaes fazer, vos rogamos que nolo notifiqueis por vossa carta, logo por este portador, para disso sermos certos e sabermos o que havemos de fazer. Escrita em Lisboa a 14 dias de Abril de 1495. — (assignaturas).

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 8

Nos fins do seculo xv, a Câmara de Sintra quando, em documentos officiais, se dirigia à da Ericeira, empregava uma das seguintes fórmulas:

Virtuosos amigos. Honra, prazer com muita vida vos dê nosso senhor Deus quanto vós quereis e quanto nós os Juizes de Sintra para nós queríamos. Praza-vos saber etc. etc. etc.

Honrados Juizes, Vereadores, Procurador e Homens Bons da Villa da Ericeira Os Juizes, Vereadores e Procurador da Villa de Sintra nos encomendamos em vossas graças e boas amizades. Amigos, praza-vos saber etc. etc. etc.

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 9

Da transcrição do regimento apresentado à Camara por Pero Annes, consta que o Rei fôra informado que, de tempos antigos, sempre estes Povos concorreram para as obras dos muros de Cascais.

Trat. -se possivelmente do antigo imposto da annuduva, embora no documento se não faça referência aquella denominação.

N.º 10

Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e sete annos, aos vinte e cinco dias do mez de Maio, á porta da Egreja de São Pedro da villa da Ericeira, estando ahi o senhor João Fernandes de Sousa senhor da dita villa e João Alvares, Juiz Ordinario em a dita villa, e João Meão vereador, e Alvaro Alvares Procurador do Concelho da dita villa, e João de São Pedro, e Pedro Annes, e Gonçalo Fernandes, e João Pires, e Gonçalo Pires e João Ruivo, e Pedro Dias, e Gonçalo Annes da Praça, e Luiz Gonçalves, e Alvaro Pires, e outros moradores e Povo da dita Villa, e estando todos falando em como é necessário para esta Villa tomarem um Clerigo que cante e sirva na Egreja desta Villa, para os moradores della, porquanto os clerigos de Mafra que são obrigados a virem dizer as Missas, muitos domingos e festas erravam, (faltavam) e ficava a gente desta villa sem Missa; e conviram que se tome um clerigo que cante todos os domingos do anno e festas de Jesus Cristo e de Apostolos, e dos Santos e Santa Maria. E logo pelo dito senhor João Fernandes de Sousa e pelos ditos Officiaes e homens bons, foi feito concerto com João Vaz, clerigo de Missa, que de presente estava, que elle, de dia de São João Baptista que ora vem desta era, a um anno, cante na Egreja desta Villa, e diga Missa todos os domingos e de Santa Maria e festas de Jesus Cristo, e Missas pelo dito senhor e por todos os moradores desta Villa; e os Officiaes lhe farão pagamento de oitenta alqueires de pão e uma pipa de vinho e quinhentos reis em dinheiro; e o dito João Vaz lhe aprouve de servir este anno nesta Egreja, todos os sobreditos como dito é, pelos oitenta alqueires de pão e vinho e dinheiro; e os ditos Officiaes se obrigaram a pagar a dita soldada ao dito Clerigo, á custa do Concelho.

E que serão as ditas partes por verdade, assignaram aqui. Eu, Alvaro Annes tabelião, isto escrevi. E disseram que se cazo for que o dito João Vaz, Capelão, disser Missas alem destas que é obrigado, que dan-

do-lhe dinheiro qualquer pessoa desta Villa, que a ellas diga as Missas; e se derem algum trintario na dita Egreja ao dito Capelão, que o diga e entregue as Missas em outros de que o dito senhor e povo lhe aprouver. Alvaró Annes, tabelião, isto escrevi. E ficaram os Officiaes de entregarem esta soldada toda junta ao Capelão, e que lha entreguem os Officiaes que vierem; e pediram os Officiaes permissão ao senhor João Fernandes de Sousa e que assim lhe confirme este concerto; e logo pelo dito senhor João Fernandes de Sousa foi dito que, visto como esta coisa é tão bem ordenada e tanto a serviço de Deus e bem do Povo, lhe confirma este concerto, e mandou que os Officiaes que vierem, de São João em diante, tirem o dito pão e dinheiro e vinho, e entreguem a soldada ao dito Capelão; e mandou que os ditos Officiaes da dita Villa lançassem finta por todas as pessoas que para isto hão de pagar, assim como é razão que cada um pague, sob pena de elles o pagarem de suas cazas, se assim o não cumprirem.

(Arquivo Ericeirense. Masso IV — Egreja Parochial).

N.º 11

Este é o inventario das cousas da Igreja, que João Meão entregou a Alvaro Anes, Juiz, perante mim Tabalião e Gonçalo Pires, clerigo, ao primeiro de Setembro de 1507.

PRATA

Dois calices de prata com suas patenas a saber: um pesou um marco e cinco onças, branco; e outro pesou um marco e três onças, dourado na maçã e nos bordos.

Um turibulo de prata branco com suas cadeias e ... com duas argolinhas, tudo de prata, e pesou dois marcos e duas onças.

Uma custodia dourada, com duas cadeiasinhas e com dois fechos de prata e com uma cruzeta com o crucifixo e com 4 pedras de vidro e com a caixa em que anda a hostia quando dizem missa; toda dourada e pesa dois marcos.

Duas coroas de prata a saber: uma branca, que pesou dois marcos e tem duas pedras de rubis, e com uns crescentes dourados; e outra é dourada com um esmalte grande e...

Uma cruz grande de prata dourada, com um crucifixo todo dourado, com uma maçã grande no pé, e dali para baixo, branca.

ROUPAS E VESTIMENTAS

- Uma vestimenta de veludo, preta, com sua alva comprida.
- Uma vestimenta que se deu por Dona Izabel; pano brunido de linho, com a cruz vermelha, comprida.
- Vinte e cinco manteis, novos e velhos, linho estopa. -- 25.
- Outros manteis novos, tirados de lã vermelha.
- Duas mezas de toalhas francezas.
- Dez lençoes novos e velhos.
- Dois panos de veludo vermelho com que se cobre a gaiola do Corpo de Deus, e uma estóla, todo com enxarafas.
- Uma bandeira grande, com enxarafas.
- Quatro vestimentas brancas, usadas.
- Uma vestimenta usada, de sirgo, pintada.
- Uma vestimenta que se deu por o Anjo, listada de rôxa e amarela, comprida.
- Uma dalmatica amarela e com enxarafas, a saber: de feição de camisa.
- Um pano azul, do cruzeiro.
- Dois frontaes.
- Dois livros de missas.
- Um psalterio de escriptura, de rezar.
- Uma sentença dos bens de Gonçalo Anes, e instrumento de petição.
- Arca com fechadura, em que toda esta fazenda está, e 50 reaes da rendição das corôas.
- Eu, Alvaro Anes, me dou por entregue de todas estas coisas, e me obrigo a dar conta delas.

(Archivo Municipal, Livro de Actas de 1507.

N.º 12

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil e quinhentos e desasete annos, aos dez dias do mez de Janeiro, na Villa da Eiriceira, no Paço do Concelho, estando ahi Alvaro Anes, Ouvidor, e Silvestre Anes, Juiz, e Gonçalo Pires e Gonçalo Anes, Vereadores, e o Procurador do Concelho, P.º A.º, e outro Povo, todos em Camara, pareceu Braz de Fer.ª morador em Aveiro, e mostrou um regimento d'El Rei nosso Senhor, que fala da maneira em que hade deitar os Foraes desta comarca de Extremadura; e bem assim apresentou este Foral, que

foi publicado a todos, e outro tal para o Senhorio; e este entregou logo ao Juiz e Officiaes, e requereu que o cumprissem, como El-Rei nosso Senhor manda, e que lhe pagassem 1.500 reaes que se nele montam. E elles receberam o dito Foral, e disseram que o pagariam, ao tempo que El-Rei manda. Testemunhas, Alvaro Anes e Alvaro Pires. Eu, Alvaro Anes, Tabelião e Escrivão da Camara, que isto escrevi.

(Assignaturas).

(Archivo Municipal. Foral de Dom Manuel).

(Continua).

J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA.

HERCULANO, RESTAURATEUR DE LA PROSE PORTUGAISE (1)

Comme on dit Goethe et Schiller, Hugo et Lamartine, Mickiewitz et Slovacki, on a pris l'habitude de désigner le Romantisme portugais par les deux noms fraternels : Garrett et Herculano, qui représentent, en effet, les deux points culminants de l'époque littéraire en question. Il ne s'ensuit pas, toutefois, qu'il y ait entre ces groupements, de valeur exclusivement mnémonique, aucune équivalence réelle. La parenté incontestable qui existe entre Garrett et Herculano s'exprimerait mieux comparativement, en rapprochant d'autres noms : Goethe et Herder, Hugo et Augustin Thierry, avec cette restriction capitale que Garrett, au génie près, fut de tous les romantiques de la première heure celui dont l'intuition de la véritable mission littéraire du Romantisme fut la plus vive. Ce fut pour lui le retour de la Poésie aux sources pures de la tradition nationale. Concurrément Herculano, malgré les beaux titres de gloire que lui confère le lyrisme personnel de *La Harpe d'un croyant*, assied, selon nous, son mérite le plus éminent sur son entreprise inachevée de *L'Histoire de Portugal*. Ainsi renoue-t-il directement son effort à celui des grands chroniqueurs de la race, ceux des XVI^e et XVII^e siècles, les Antonio Galvão, les João de Barros, les Damião de Goes, et surtout à ce Dom Francisco Manoel

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.^o

de Mello, dont les *Guerres de Catalogne* ont la force dramatique des récits de Thucydide.

Herculano, certes, n'est pas un créateur comme Garrett et, jusque dans le roman historique à la Walter Scott, où il excella, il ne fut point positivement novateur, puisque l'*Arco de Sant'Anna* est antérieur à toute tentative de cet ordre dans la péninsule. Son style sévère et bien ordonné n'a pas la souplesse de celui de son rival; mais ce style peint tout l'homme; il a la même dignité sans concessions, la même allure un peu guindée, mais qui inspire l'estime et le respect.

Esprit fécondé par l'influence des poètes religieux de l'Allemagne, ayant subi l'ascendant de la Marquise d'Alorna, qu'on a surnommée la Madame de Staël portugaise, Herculano, dont la conscience littéraire fut longuement cultivée par les crises politiques de son pays et le contre-coup qu'il en éprouva, devait chercher dans le passé des arguments à ses préférences, et comme son âme était noble, comme il avait des lettres et du goût, comme il aimait la vérité, la précision et la mesure, il se trouvait préparé naturellement à réensemencer ce terrain difficile, où plus tard les Oliveira Martins, voire les Camillo, les Eça de Queiroz, les Abel Botelho glaneraient des moissons. En dehors de la valeur historique intrinsèque de ses travaux, l'auteur des *Lendas e Narrativas* et du *Monge de Cister*, à la suite duquel ont marché les Arnaldo Gama, les Rebello da Silva, les Andrade Corvo, les Pinheiro Chagas, doit être considéré comme le restaurateur de la Prose portugaise du XIX^e siècle.

A la veille de son centenaire, nous le saluons ainsi, l'égal de Garrett dans un autre domaine et avec d'autres dons.

Rigide figure, dont le Portugal a raison d'être fier.

24 Décembre 1909.

PHILÉAS LEBESGUE.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

O bravo D. Francisco de Almeida ao saber da morte do filho e destruição da sua armada tinha jurado a olhos enxutos:

« Quem matou o frango
há-de levar o galo ou pagá-lo »

Assim com uma boa armada de 19 velas o Vice-rei foi libertar a fortaleza de Cananor onde Francisco de Brito se defendia valentemente do cerco dos Moplôres e logo se fêz ao mar em busca de Mirocem.

A esquadra egípcia era uma armada escolhida: numerosas velas tripuladas por marinheiros destros e práticos na guerra naval contra os cristãos no Mediterrâneo, guarnecida de muita e boa artilharia que os seus bombardeiros venezianos e genovezes manejavam tão bem como os nossos: fôra o êrro do seu filho, o capitão-mór de 18 anos que batera a frota do Samorim, não podendo cortar a junção do Almirante mameluko e do Nababo de Diu, Malik Ayáz, ter atacado tão grande armada com os seus escassos onze navios: o pai, porém, dera-lhe ordem terminante de impedir que a frota inimiga descesse a Calecut em auxílio do Samorim e o filho obediente e heróico abordou a poderosa esquadra num feroz combate de dois dias que só acabou

(1) Cont. do vol. 85.º, pág. 585.

Vol. 86.º, n.º 1 — 1933.

com a sua morte: a cõxa partida e esfacelada por um pelouro inimigo, mandou que o sentassem na coberta e ali, impávido, continuou a comandar a batalha até que uma bombarda lhe deu nos peitos e o prostou, protegido na morte pelo corpo do seu escudeiro fiel Lourenço Gato que o abraçara para morrer com êle. O mesmo governador de Diu, receoso talvez de tão forte aliado, tratou bem os poucos prisioneiros portugueses e logo escreveu ao Vice-Rei desculpando-se de não ter podido encontrar o corpo do filho para lhe prestar as honras fúnebres e falando lhe da sua gloriosa morte: D. Francisco de Almeida tinha de o vingar e neste propósito se fêz ao norte em busca do Mameluko vencedor: de passagem bombardeou e tomou Dabul sem poupar vidas nem fazendas: a 2 de Fevereiro avistou finalmente a grande frota de Mirocem (dez formosos navios) e numa feroz batalha que durou um dia inteiro a destruiu quasi totalmente sem perdoar a um só vencido.

A vitória foi retumbante: logo o Guzarate (Mohamud Sháh Bejára de Ahmadábád) lhe escreveu condenando o procedimento do seu vassalo de Diu e pedindo-lhe paz: prometia restituir-lhe os prisioneiros portugueses e dar-lhe os restos da frota egípcia, pôsto cavalheirosamente recusasse entregar-lhe o vencido Mirocem: D. Francisco satisfeito regressou a Cochim e não só se negou abertamente a passar o govêrno a Albuquerque que impaciente o esperava mas o mandou encerrar na fortaleza de Cananor: entretanto a chegada do Marechal D. Fernando Coutinho com instruções terminantes de D. Manuel modificava a situação e D. Francisco, cumprindo-as, entregou a sucessão e com as suas naus fêz-se de vela ao reino onde não chegou, morrendo por trágico destino ás zargunchadas dos cafres ao fazer aguada na baía do Saldanha.

Albuquerque ficava finalmente com as mãos livres para executar o seu plano: o seu predecessor contentava-se em

dominar o mar e proteger com as armadas as feitorias em portos estranhos porque achava os portugueses poucos para segurar a terra: os projectos de Albuquerque de conquista das grandes cidades marítimas, pareciam-lhe de um louco: «quanto mais fortalezas tivermos em terra (escrevia o Vice-Rei a D. Manuel) mais fracos seremos: todo o nosso poder será no mar».

O descendente do bastardo Afonso Sanches e da formosa galega D. Aldonsa tinha uma concepção de império inteiramente divergente e apressou-se a realizá-la.

A situação política da Índia do sul, mormente do Malabar, era-lhe favorável: todos os Rajas indús, menos o Samorim e os seus aliados, eram contra o monopólio comercial dos mercadores mouros (Moplôres): o mais poderoso Raja do interior, o de Bisnagar, cercado já pelos príncipes maometanos do Dackan, via bem que só com a aliança dos portugueses poderia bater os mussulmanos e impedir-lhes o progresso nos seus estados.

Os portugueses, odiando e combatendo por tãda a parte os mouros, vinham como amigos dos indús: tendo descoberto já as comunidades cristãs do Malabar, não lhes pareciam tão avessos à sua religião: pelo seu lado Albuquerque via muito bem como se podia fortalecer pela aliança com príncipes nativos contra os mussulmanos que aqueles consideravam como intrusos no Oriente e no seu comércio. De facto, o único apoio seguro que até ali tinham tido na Índia, era o Raja bramene de Cochim: no intuito destas alianças com os senhores do Hindustão enviou o franciscano Fr. Luiz ao rei de Bisnagar, propondo-lhe que atacasse por terra o poderoso Samorim ao tempo que êle o cercaria por mar. As instruções que levava o frade descalço eram patentes: assim dizia em nome de Albuquerque: — o Rei de Portugal envia me para prestar serviços e honras aos príncipes de Narsinga e de todo o Malabar e não a fazer presas nos seus bar-

cos e mercadores, mas sim a destruir os mouros aos quais faço guerra incessantemente: eu posso ajudar o Rei de Narsinga e Bisnagar com as fortes armadas do meu Rei: os seus navios poderão navegar seguramente sob a nossa protecção por todos os mares da Índia e ancorar sob a guarda das nossas fortalezas —.

O novo governador tratava ainda da expulsão dos mouros de Calecut; de ajudar Goa contra os seus inimigos do Dackan e propunha enviar-lhe aos seus portos os cavalos de Ormuz e tirá-los dos portos daquele reino. Entretanto, o Marechal tinha pressa de atacar o Samorim e sem esperar outro auxilio, porque prometera levar as portas do seu paço a D. Manuel: Albuquerque mais práctico da Índia quis dissuadi-lo; D. Fernando Coutinho insistiu e assim foi decidida a infeliz campanha do inverno de 1510 contra Calecut: se não fôra a prudência de Albuquerque, mandando guardar a retirada ao sobrinho António de Noronha com 300 soldados, o desembarque teria sido um desastre total: os mesmos chefes estiveram a ponto de perecer todos ás espadagadas e frechas dos Naires. O temerário Marechal com a sua gente conseguiu romper ainda até ao palácio do Samorim que começou de incendiar mas logo, como os seus fôsem desordenados, teve de recuar; cercado e perseguido pelos guerreiros indús, pagou a sua audácia com a morte e a de oitenta cavaleiros e soldados portuguezes dos mais nobres e destemidos; a derrota seria maior se não fôra D. António de Noronha proteger hábil e valentemente o precipitado embarque.

Assim as duas primeiras empresas sérias que Albuquerque comandava na Índia tinham rematado mal; no Pérsico tivera de se resignar a perder a preciosa pérola engastada no mar azul que era Ormuz, por causa da rebeldia dos seus capitães: agora em Calecut, o bravo assalto transformara-se em triste e mortífera retirada por amor da coragem desdenhosa e imprudente do Marechal de Portugal.

O governador (pois D. Manuel não lhe dera ainda o título de Vice-Rei pôsto lhe conferisse quasi tôdas as attribuições de cargo) meditava talvez sobre a má sorte que attribuía tão somente à imperfeição das cousas da Índia onde a autoridade continuava partilhada e a disciplina frouxa: no seu íntimo, porém, esperava desforçar-se breve do desastre do assalto aos paços de Calecut: de-certo as más condições de acesso à cidadela real, pois os caminhos cortados e profundos na terra vermelha eram dominados dos dois lados por uma nuvem crucitante de guerreiros naires que os nossos comparavam ás bandadas de corvos, permitira aos inimigos criarem de frechas, a seu salvo, a pequena vanguarda portuguesa.

As grandes obras dêste mundo começam ás vezes por verdadeiros insucessos: o seu govêrno da Índia não se agou-rava bem, pensaria Albuquerque, que bastante aleijado na refrega se retirava a Cochim a curar as suas feridas e a pensar talvez quão impolítico era combater o Samorim; a-pe-sar-de doente não perde o seu tempo e aproveita o ócio forçado equipando e provendo de refrescos a sua armada e metendo a bordo um milhar de soldados reinóis.

Duarte de Lemos que andava de capitão-mór nos mares da Arábia e da Etiópia pedia-lhe socôrro, pois com os seus navios podres mal podia defender Socotorá: Albuquerque desejoso de cumprir com o que sugerira e prometera a D. Manuel (a conveniência de barrar ao comércio mourisco a saída do Mar Vermelho), em Fevereiro de 1510, com uma armada de vinte e três velas, levantava ferro e punha a prôa naquele rumo: de-certo ia também desejoso de seguir a Ormuz a ajustar contas com Cogear: ancorando porém na ilha de Anchediva, foi ali procurado pelo corsário indú Timója de cuja conversa lhe veio talvez a idea de mudar de objectivo à sua campanha naval, preferindo à Arábia e a Ormuz, a realização do seu antigo projecto de conquistar

Goa: Timoja contava-lhe que tendo morrido o seu governador a cidade estava dividida em partidos e que a ocasião era azada para a surpreender:

Timoja ou Timaya, velho amigo dos portugueses, era já conhecido de Vasco da Gama na sua segunda viagem (1502): narram as *Lendas da Índia* que trazia gente a soldo em algumas fustas e feitas as piratarías, costumava refugiar-se no Rio de Onor do que pagava fôro ao raja de Gersoppa: o primeiro Almirante do mar das Índias incendiara-lhe alguns navios: mais tarde D. Francisco de Almeida tratara-o amigavelmente: antes do ataque a Calecut, escrevera a Albuquerque propondo-lhe o assalto a Goa e ali estava de novo o Corsário indú insistindo na sua idea.

Albuquerque, deveras tentado, chamou a conselho os seus capitães e contou-lhes o que se passava e qual era o seu desejo: desta vez foram unânimes em lhe o aprovar; Goa não estava sob a suserania de nenhum dos Príncipes ou Rajas aliados dos portugueses; a sua amizade não seria ofendida com tal feito: Goa, portanto, numa situação única, central e insular, era uma boa prêsa de guerra e supria ás condições requeridas para os portugueses estabelecerem a sua capital: Albuquerque ao contrário do seu predecessor achava deprimente para o prestígio de Portugal que os portugueses tivessem as suas bases navais nos portos dos rajas amigos e portanto numa situação dependente e secundária.

Goa seria a sua metrópole, o seu pôrto, o seu arsenal: demais a cidade era governada por um príncipe mussulmano e tomá-la era abater o grande poder dos maometanos na Índia.

A população de Goa, dizia Timoja, vivia oprimida sob a tirania de Yusuf Adil Shah, que pôsto houvesse embelezado a cidade com formosos edificios tinha duplicado os impostos e com a sua guarda de soldados turcos tratava cruelmente os naturais: estava o Príncipe mouro agora ausente e até

um jogue profetizara que uns estrangeiros vindos de muito longe pelo mar lhe haviam de tirar Goa.

É certo que Albuquerque, decidido, pôs a proa à costa do Canari e em fins de Abril (1510) ancorava em frente da ilha: no comêço de Maio, ousadamente, o sobrinho Noronha entrou a barra com duas galés portuguesas e as fustas de Timoja; bombardeou o castelo de Pamgim que dominava o pôrto: o grosso da esquadra passou-a dois dias depois e breve a cidade se rendia sem tentar sequer defender-se; os mouros na azáfama da fuga afogavam-se ao passar o rio: ao contrário a população indú rejubilava.

O Governador então entrou pela porta principal no meio de grande pompa militar, seguido dos seus capitães e fidalgos: o povo vitoriava-o e lançava-lhes as florinhas de ouro e prata com que na Índia se honravam os deuses e os heróis; o Conquistador, rodeado dos principais, dirigiu-se então ao formoso paço do Sabayo.

Albuquerque porém viu logo como Goa, confiada na sua situação insular, estava mal defendida contra um cêrco mais a sério e tratou imediatamente, auxiliado pela população indú, de lhe abrir de roda dos muros um profundo valo e de a dotar com uma boa fortaleza: prudentemente ia observando o efeito da sua conquista sôbre os príncipes dos estados próximos; o vizinho de Bisnagar, antigo suserano de Goa, dava-lhe a entender claramente por um seu emissário que tinha direito a recuperar a cidade: ao tempo navegava para a Índia uma embaixada do Príncipe de Ormuz com outra do seu senhor natural, o Shah Ismaël ou Sofi para proporem ao Rei de Bijapur uma aliança geral contra os portugueses: ao saberem, de caminho, que Goa era nossa mudaram com astúcia de propósito e dirigiram-se ao próprio Albuquerque: recebeu-os êle com boas palavras pois conhecia bem que tendo o poderoso Sofi do seu lado poderia tirar partido da divisão dos maometanos entre Schiitas de que o persa era o senhor

espiritual e temporal e os seus inimigos turcos: o Sofi pretendia que os mouros de Goa se fizessem Schiitas e que a sua moeda circulasse na cidade: o Governador sem lhe dar resposta afirmativa não deixou de despedir o embaixador com excelentes palavras.

Aproveitando hàbilmente as dissensões na numerosa família mussulmana mandar-lhe ia mais tarde uma primeira embaixada oferecendo-lhe, em nome de D. Manuel, a aliança na guerra contra o Grão-turco e pondo ao seu serviço, exército e artilharia, as armadas e as fortalezas que tinha na Índia e nos seus mares e nos da Arábia: sugeria-lhe ainda Albuquerque uma expedição contra o Cairo e domínios próximos dos turcos e prometia que por outro lado o seu Rei atacaria Jerusalém e a Síria.

Breve chegaram notícias de que o Raja de Bijapur vinha sobre Goa com 60.000 homens de pé e de cavalo; os capitães, fartos de ver a sua gente abrindo valas, carreando terra e levantando muros, declararam que era impossível defender a cidade e que mais valia carregar as naus de boas especiarias para levar para Lisboa.

Albuquerque, pôsto fôsse mal obedecido, insistia em manter a sua conquista: o príncipe mussulmano ao aproximar-se mandou-lhe emissários prometendo-lhe, em troca de Goa, outro pôrto dos seus estados e sugeria que se lhe entregasse Timoja, considerado traidor e corsário, até Goa, possivelmente, ficava nas suas mãos: a embaixada foi mal recebida; entretanto o exército de Yussuf Adail Shah penetrava na ilha; Albuquerque pensara primeiro em defender a fortaleza, mas depois reconhecendo quão temerário seria, recolheu-se às naus não sem previamente deitar fogo ao arsenal: em seguida desceu o rio com tôda a sua armada; porém como o Maio era chegado encontrou a barra fechada pelas areias que a braveza do escarcéu do Índico naquela quadra acumula contra os seus portos: três meses ali ficou à âncora,

alvo certo e ancho da artilharia do Raja de Bijapur que armara de novo o castelo de Pangim que os portugueses tinham abandonado depois que conquistaram a cidade: impunha-se portanto tomar aquele baluarte que tão mal servia a frota de bombardas e pelouros: o assalto foi decidido; os portugueses atacaram com o costumado arremêso e os seus opugnadores foram expulsos, com basto sacrifício de vidas de parte a parte.

Entrementes Albuquerque tivera vozes de que o Sabaio preparava uma flotilha incendiária que devia descer o rio para vir pôr fogo nas nossas naus: para tirar a limpo o boato mandou a D. António de Noronha com alguns escaleres de bordo como espias; os nossos conseguiram chegar caladamente ao ancoradouro mas foram sentidos quando tentavam apoderar-se de um dos barcos inimigos: o fidalgo ficou gravemente ferido: o sobrinho querido, o amigo das horas difíceis, o soldado temerário, o cavaleiro cristão, succumbia quando Albuquerque precisava mais do seu apoio e valentia; a ocasião era má: a armada presa na barra; soldados e marujos reduzidos a uma fraca ração: os capitães descontentes ameaçando rebelar-se.

O caso de Rui Dias, acusado e sentenciado por manter relações ilícitas com as mulheres mouras de refens que Albuquerque embarcara ao deixar Goa e de, por via delas, transparecerem para o campo inimigo as grandes dificuldades dos nossos, acabou por revoltar os capitães, quatro dos quais foram lançados a ferros no porão: só uma estrita disciplina podia salvar a frota esfomeada; o Sabaio conhecendo pelos desertores quanta necessidade passavam, ou por gentileza ou desejando avaliar bem até que ponto sofriam da falta de mantimento, mandou-lhe emissários com a oferta de algumas barcas de refrescos; Albuquerque, quer por soberba, quer receando um ardil encoberto num acto de galanteria, não os quiz aceitar e mandando juntar sôbre mesas postas na coberta

quanto vinho e viandas havia ainda em tôda a frota, recebeu os mouros de Adail Shah no meio de um banquete para os convencer de que a sua fome era fartura: a traça era digna de um astucioso Viriato.

Entretanto o verão chegara: a meados do estio o tempo começou a mudar: a barra, até aí fechada pelas areias que a grossa vaga do Índico carreava do alto, começou de se abrir e afundar: logo o governador pôde levar das âncoras e dar as costas a Goa, mas talvez já na firme resolução de ali voltar breve e com esperança de maior fortuna.

Em Onor, pôrto sob a suzerania de uma Rani amiga dos portugueses e seguro abrigo, Timoja que com os seus navios ligeiros conseguira passar a barra de Goa antes das nossas grandes naus, informou-o de que o Idalcão tinha regressado a Bijapur depois da partida da nossa armada e quando o seu exército deixara a ilha logo o povo todo entrara em franca rebelião: era o ensejo excelente, afirmava o corsário, para tentar de novo apossar-se da cidade: Albuquerque não quiz ouvir mais; logo velejou a Cananor onde se encontrou com Duarte de Lemos que o substituíra como capitão-mór dos mares da Arábia; foi então que êste se empenhou para que os capitães e fidalgos destituídos e presos pelos motins no pôrto de Goa fôsem postos em liberdade: Albuquerque foi generoso, magnânimo e todos, à excepção de Fogaça, cabeça de motim, foram perdoados e alguns, mais tarde, bastante favorecidos, souberam agradecer-lhe.

Entretanto mais algumas naus chegavam de Portugal e o governador pôde reunir, para a sua próxima investida a Goa, quatorze navios e cêrca de um milhar e meio de soldados: logo navegou a Onor onde Timoja lhe deu novas de que o Hydalcão se achava no interior do seu reino e difficilmente, na presente ocasião, poderia acudir a Goa: a cidade tinha tão sòmente a sua guarnição de 4.000 turcos e parseos sob o comando de Rosal Can (Rasul Khan): afoito com estas

notícias o Governador fêz-se ao largo: a estação era excelente para navegar: na segunda quinzena de Novembro ancorava de novo a sua armada no pôrto de Goa: a 25 desembarcou e dividindo a sua gente em três hostes deu o assalto à cidade; a sua guarnição turca defendeu-a tão corajosamente que metade sucumbiu na peleja mas finalmente Goa foi tomada: era dia de Santa Catarina e o cavaleiro cristão, dando graças a Deus por tão grande feito, logo prometeu levantar ali uma igreja em devoção da Santa letrada.

Entre as muitas nobres façanhas dêste cêrco foi o assalto ao castelo ilustrado pela heróica isenção dos dois irmãos Limas, D. Jerónimo e D. João, e pela galanteria cavalheiresca de Manuel de Lacerda que, a cara atravessada por uma frecha, teve ainda esforço para matar um turco de cavalo e tomando-lhe o ginete continuou a pelejar sempre com o ferro enterrado na face: vieram então sôbre o valente fidalgo e os poucos que o acompanhavam uns quinhentos turcos: ao vê-lo cercado Albuquerque acudiu ao perigo e conseguiu livrá-lo de semelhante pêso de gente: o Lacerda então, o rosto e o peitoral tintos de sangue, desmontou e veio oferecer a sua preza ao Governador: êste nem no mais quente da acção se esquecia dos seus clássicos e abraçando o heróico gentil-homem disse-lhe com portuguesa cortezia: — Senhor Manuel de Lacerda, eu tenho-vos grande inveja e até Alexandre Magno a teria de vós se estivesse aqui, porque estais mais galante, assim ensangüentado, para uma entrevista de que o mesmo Imperador Aureliano!

Nem o vencedor de Dário nem o illustre Romano eram do número dos viventes, mas se as almas dos mortos voltavam, como o acreditava o Oriente, a encarnar nos vivos, naquele momento o conquistador da Pérsia estava neste mundo sob a figura do grande Albuquerque.

(Continua)

ANTÓNIO DE MATTOS CID.

CRECHES INDUSTRIAIS (1)

Sejam-me consentidas breves considerações prévias sobre o *papel do médico de fábrica* por ser cheio de responsabilidades e porque esclarecem a secção do relatório concernente à assistência.

Por um lado, funcionário da Companhia com deveres inerentes, por outro, médico tendo as obrigações derivantes para os doentes.

Conciliam-se essas duas circunstâncias desde que haja independência e confiança, o que não é difícil, porque o seu dever médico e o interesse do industrial não são antinómicos, antes se completam.

Preguntei a mim próprio se devia pedir a palavra nesta sala depois de, durante cêrca de seis anos, esperar aprovação para várias reclamações.

Pesando reflectidamente tôdas as circunstâncias em que me encontro (laços de gratidão e de sangue, deveres de médico, de homem e os interesses da Companhia) a minha consciência disse-me: vai porque se trata da vida de filhos de operários confiados à tua orientação clínica e o interesse da empresa está exactamente na sua protecção.

Entrei para esta casa incompreendido d'alguns e com o apoio da direcção.

(1) Apêlo para criação de uma creche operária dirigido aos accionistas da Companhia Portuguesa de Tabacos na Assembleia Geral de 1933.

Hoje as situações são diversas e confesso regosijar-me por ter modificado a sua mentalidade.

Efectivamente está compenetrada a mão de obra da intenção útil que dita a acção médico-social como se prova pela estatística inserta no relatório do Ex.^{mo} Conselho a qual embora seja respeitante sòmente ao ano de 1932 atinge perto de três mil consultas em 312 examinadas.

Não desejando ver afrouxar a dedicação da gerência declaro, todavia, ser eu e só eu, responsável pelas considerações que fizer. Peço apenas à Ex.^{ma} Direcção que consinta a livre manifestação, pró ou contra, da assembleia.

A experiência que me falta irei procurá-la a quem a possua, porquanto não é intenção minha encarar o assunto apenas medicamente, mas sob o ponto de vista social e económico.

Um grande industrial americano ⁽¹⁾ disse que, se organizasse de novo as suas oficinas, o primeiro serviço a montar seria o de medicina, pensamento justificável na bôca de um financeiro, em virtude de o médico poder cooperar intimamente com êle a-fim-de evitar doenças e, por consequência, os seus subsídios, bem como os acidentes de trabalho. Além dessas vantagens há outras que não se cifram mas que existem: por exemplo o transtôrno que numa oficina faz a substituição de operários.

Ainda será necessário não esquecer a fiscalização médica, por evitar possíveis abusos.

Por estes motivos não surpreende que o serviço médico tenha custado aos irmãos Michelin em 1927, 3,8% dos vencimentos dos operários.

Aqueles industriais confessam, porém, ser pequena verba em relação com os serviços prestados.

A despesa com a assistência é, por consequência, justificável e a referida no relatório não é excessivamente elevada

(1) *L'Hygiène du Travail*, n.º 227.

embora seja já, de facto, mais avultada que a de outras Companhias.

Não resisto à tentação de ler o princípio adoptado pelos dois franceses precursores de Taylor ⁽¹⁾: «é inútil socorrer um homem ao qual a água cobre só os tornosêlos; se sobe até à cintura, estendamos-lhe a mão; se está mergulhado até ao pescoço, avancemos ousadamente e não nos poupemos a esforços para o salvar».

«Assim o operário compreenderá que tomam interêsse por êle pessoalmente».

«O nosso sistema tem, portanto, a vantagem, dizem êles, de acrescentar reconfôrto moral ao auxílio material».

*

Êsse reconfôrto moral consegue-se modificando a igualdade de salários aos celibatários e aos pais com filhos a sustentar e educar, enquanto os não libertem dessas preocupações, *criando a crèche* e outras obras sociais.

¿ Porque não outorgar prémios, quando dos nascimentos dos filhos e proporcionalmente ao número dêstes?

Ou será preferível, o que é da mais humana justiça, *a instituição do salário familiar*, adoptada pelos industriais de Clermont e advogada pelo Doutor Oliveira Salazar?

¿ Não deve inteligentemente a Companhia demonstrar-se (não em palavras mas com factos) integrada na orientação social do estadista que preside aos destinos da nação?

¿ Porque não perfilhar o capítulo do programa de 30 de Julho de 1930, em que estes assuntos são esboçados e o projecto da Constituição, no título III (art. 14.º) mais claro, neste ponto, que o texto actual?

À volta da sua intenção e finalidade pode fazer-se a

(1) *Prospérité*, n.º 3.

união sagrada embora seja incontestável as ditaduras, como a fascista, terem patenteado maior possibilidade de realização que os sistemas adversos.

O livro *Itália fascista a caminho* documenta fotograficamente esta verdade. Mas... passemos a diante.

*

Ninguém como o médico obstetricista conhece a vida das operárias nos seus dois aspectos: profissional e extra-profissional.

No exercício da minha profissão têm-me, por isso, sido deparadas situações e factos que devem ser do conhecimento dos senhores accionistas.

Dignem-se V. Ex.^{as} acompanhar e estudar a vida das operárias da indústria dos tabacos embora prefunctoriamente.

Às 6 da manhã levantam-se e preparam a comida para si, para o marido e filhos. Depois saem com a creança nos braços a fim-de a depor nas mãos ignorantes das chamadas amas, porque *falta a Creche, primeira grave lacuna a preencher*.

Deixemos para outra ocasião as restantes deficiências do meio operário.

Entre as várias *objecções* opostas à Creche, oportunamente rebatidas, uma há que não posso deixar de salientar: a lei fala em lactário e não em Creche.

É certo o lactário ser referido no contracto de 1927, mas também é exacto, a-pesar-de o estabelecer, manter as regalias consignadas no regulamento de trabalho de 1895.

Ora do artigo 58.º dêste último regulamento consta a criação da Creche. Significa isto as duas instituições (Creche e lactário) não se contradizerem mas completarem-se.

De resto outras disposições legais vigoram obrigando toda a indústria com mais de 50 mulheres a dispor de local

onde permaneçam os filhos dos empregados até à idade de um ano: dec. 14.498 de Outubro de 1927 — art. 19.º. Os operários conhecem essa lei e temos de confessar o fundamento da sua reclamação.

Nesta sala encontra-se o Sr. Conselheiro Martins de Carvalho, mestre de juristas, a quem é lícito perguntar se interpreto mal as leis invocadas.

O nome de S. Ex.^a subscreve o contracto de 1906 o qual supponho garantir as antigas vantagens legais.

Ora a tradicionalista não ficará mal recordar a sentença atribuída a D. João II: a lei é feita por mim mas, desde que a faço, sou o primeiro a cumpri-la.

*

O facto de ter existido Creche no Pôrto tendo falido por falta de concorrência, não invalida também a sua necessidade actual em Lisboa.

Em todo o caso a objecção levou-me até ao Pôrto a-fim-de estudar o assunto e daí regressei convicto de que tal é absolutamente infundado.

Com efeito ouvindo várias opiniões de contemporâneos da Creche de 1897 e lendo o regulamento respectivo, conclui-se irrefragavelmente que o precedente não tem aplicação à Lisboa de hoje.

As operárias do Pôrto habitavam em Valongo, Ermezinde, isto é, muito longe do local do trabalho fabril.

De manhã e de tarde palmilhavam e muitas ainda hoje palmilham (a-pesar-dos auto-cars), todo o trajecto de suas casas à fábrica e vice-versa: quer dizer, percorrem cinco, seis e mais quilómetros duas vezes por dia.

Pelo contrário as operárias da Companhia de Tabacos de Lisboa habitam próximo das respectivas fábricas e só excepcionalmente fora da Capital.

ZONAS DE HABITAÇÕES DE 195 OPERÁRIAS
(SENDO CADA UMA REPRESENTADA PELO NÚMERO DA SUA FICHA)

Chelas, Xabregas, Alto Toucinheiros, Póço do Bispo	Estrada Circun- valação. Alto Va- leão, Vale Escuro	Bairro América, Santa Apolónia, Barbadinhos	Alfama, Castelo, Graça, Penha de Trança	Alto do Pina, Almi- rante Reis	Alcântara, Ajuda, Belém	Rio de Janeiro, Alto do Carvão, Estrela Campolide, Estrela	Avenidas Novas	Arredores de Lis- boa
2	25	1	7	52	123	110	281	113
4	32	3	9	66	165	203	-	175
5	40	8	10	77	168	-	-	331
6	47	12	11	92	201	-	-	-
14	49	13	15	115	235	-	-	-
17	79	18	44	146	288	-	-	-
19	81	21	48	210	-	-	-	-
20	83	35	54	214	-	-	-	-
22	86	39	60	239	-	-	-	-
24	94	42	70	259	-	-	-	-
26	109	43	72	289	-	-	-	-
27	118	45	75	-	-	-	-	-
28	122	46	89	-	-	-	-	-
30	139	50	98	-	-	-	-	-
37	155	51	127	-	-	-	-	-
63	174	53	141	-	-	-	-	-
68	190	58	142	-	-	-	-	-
71	195	59	153	-	-	-	-	-
74	213	67	156	-	-	-	-	-
76	252	69	161	-	-	-	-	-
80	278	78	162	-	-	-	-	-
84	279	87	164	-	-	-	-	-
96	312	88	170	-	-	-	-	-
97	328	101	172	-	-	-	-	-
100	341	102	173	-	-	-	-	-
107	-	114	189	-	-	-	-	-
108	-	128	191	-	-	-	-	-
111	-	133	198	-	-	-	-	-
124	-	159	205	-	-	-	-	-

Chelas, Xabregas, Alto Toucinheiros, Póço do Bispo	Estrada Circunva- lação, Alto Vare- jão, Vale Escuro	Bairro América, Santa Apolónia, Barbadinhos	Alfama, Castelo, Graça, Penha de França	Alto do Pina, Almi- rante Reis	Alcântara, Ajudá, Belém	Rio de Janeiro, Alto do Carvalhão, Campolide, Estrêla	Avenidas Novas	Arredores de Lis- boa
126	-	187	212	-	-	-	-	-
129	-	196	234	-	-	-	-	-
144	-	204	265	-	-	-	-	-
149	-	207	275	-	-	-	-	-
150	-	225	307	-	-	-	-	-
151	-	237	334	-	-	-	-	-
166	-	242	337	-	-	-	-	-
169	-	244	339	-	-	-	-	-
177	-	249	354	-	-	-	-	-
182	-	256	364	-	-	-	-	-
184	-	266	-	-	-	-	-	-
192	-	276	-	-	-	-	-	-
209	-	282	-	-	-	-	-	-
216	-	285	-	-	-	-	-	-
217	-	292	-	-	-	-	-	-
222	-	303	-	-	-	-	-	-
228	-	304	-	-	-	-	-	-
240	-	311	-	-	-	-	-	-
253	-	315	-	-	-	-	-	-
258	-	322	-	-	-	-	-	-
283	-	336	-	-	-	-	-	-
300	-	372	-	-	-	-	-	-
306	-	375	-	-	-	-	-	-
309	-	-	-	-	-	-	-	-
320	-	-	-	-	-	-	-	-
356	-	-	-	-	-	-	-	-
600	-	-	-	-	-	-	-	-
56	25	52	39	11	6	2	1	3

Das moradas que conheço, não é, pois, grande o número das situadas em bairros longínquos da fábrica de Xabregas

(Alcântara, Ajuda, Belém, Avenidas Novas) e pouquíssimas nos arredores de Lisboa.

Aquelas utilizam os elétricos e as últimas o comboio.

A enorme maioria habita as cercanias: Chelas, Alto Varejão, Alto dos Toucinheiros, Bairro América a Graça, Penha de França e Alto do Pina.

À generalidade destas mulheres não é difícil transportar os filhos para um anexo, seja da fábrica, seja da Maternidade, porquanto conduzem-nos para casa das pseudo-amas, bem mais longe algumas. Estamos reunindo as respostas das operárias sobre o tempo do trajecto das suas casas à fábrica. O interrogatório tem sido individual e não apenas dirigido às Associações de Classe. Este método é por conseguinte, de conclusões mais morosas, mas também mais precisas e fundamentadas que o processo adoptado oficialmente em 1911.

*

Além disso, afirmou-se que as operárias perdiam, *durante o tempo que iam amamentar* e por esse motivo, não levaram os filhos para a Creche portuense.

Ainda que assim fôsse perderiam menor quantia que a dispendida com as pseudo-amas, afirmação confirmada no quadro da página seguinte:

DESPESA MENSAL QUE 100 OPERÁRIAS FAZEM COM AS AMAS
(CADA OPERÁRIA É REPRESENTADA PELO NÚMERO DA SUA FICHA)

Não pagam		Pagam						
Não têm filhos	Têm filhos	até 29\$00	30\$00 a 50\$00	60\$00	61\$00 a 80\$00	81\$00 a 100\$00	101\$00 a 150\$00	mais 150\$00
2	3	6	27	1	9	68	4	40
212	7	25	48	5	19	72	28	-
213	8	28	50	12	30	81	46	-
222	10	32	257	17	42	87	53	-
240	13	308	60	18	45	94	57	-
278	14	-	98	21	66	198	79	-
304	15	-	229	24	67	265	81	-
364	20	-	269	26	69	279	98	-
59	22	-	331	35	76	-	156	-
-	37	-	358	43	86	-	166	-
-	39	-	372	47	92	-	-	-
-	52	-	-	49	101	-	-	-
-	74	-	-	51	288	-	-	-
-	80	-	-	56	322	-	-	-
-	88	-	-	60	-	-	-	-
-	115	-	-	96	-	-	-	-
-	126	-	-	113	-	-	-	-
-	141	-	-	127	-	-	-	-
-	153	-	-	133	-	-	-	-
-	306	-	-	339	-	-	-	-
-	312	-	-	-	-	-	-	-
-	334	-	-	-	-	-	-	-
9	22	5	11	20	14	8	10	1

Em resumo :

Nas 100 operárias cujas informações já foram registadas devemos excluir 9 porque não têm filhos.

Das 91 que foram mãis 22 não pagaram e 69 pagaram às amas ou seja 75,5 %.

No quadro estão inscritas apenas 100 mulheres sendo, portanto, numéricamente inferior à população fabril de tabacos e mesmo as que já foram estudadas clinicamente.

Este inquérito social iniciei-o com o fim de completar a acção clínica.

Cada mulher possuirá uma ficha social além das fichas clínicas: capítulo ainda incompleto e só lentamente se pode ir completando devido à minuciosidade com que o elaboramos.

O interrogatório verbal que sob este ponto de vista tenho feito faz-me supor que os restantes documentos confirmarão estes primeiros resultados.

É bom não esquecer que a alimentação até à idade de um ano está a cargo da Companhia.

Pois, a-pesar-disso, há mulheres que pagam 15000 mensais só para evitar que os filhos fiquem atropelados no meio da rua!

! Isto não é justo, nem humano!

As operárias mãis, aquelas cujos bons sentimentos impediram o aborto e deviam, por consequência, ser dignas de maior consideração, são justamente as sobrecarregadas de dificuldades financeiras e morais.

Pensando nisso algumas abortam e temos a casa sem filhos a que não pode deixar de ser sensível o académico aqui presente, sr. Dr. Alfredo da Cunha, porquanto o assunto cativa muitos poetas. Já Vitor Hugo exclamava melancolicamente nas Fôlhas de Outono :

Preservez-moi: preservez ceux que j'aime
Frères, parents, amis et mes ennemis même
Dans le mal triomphants,

De jamais voir, Seigneur, l'été sans fleurs vermeilles,
La cage sans oiseaux, la ruche sans abeilles,
La maison sans enfants!



Harmonizando as horas das mamadas com as do trabalho fabril, só durante cinco meses (do segundo ao sexto mês), teriam as operárias que se ausentarem duas vezes por dia, sendo 20 minutos de manhã e outro tanto de tarde.

Com efeito, no decurso do primeiro mês de puerpério é proibido o trabalho e depois dos seis meses iniciaria, em regra, a substituição das mamadas por farináceos, etc.

Começaria pelas que teriam logar durante as horas de trabalho.

Acresce ainda que nem tôdas as operárias mãis são amas, mesmo durante os primeiros meses. Umas por agaláctia, a outras por serem doentes gerais não amamentando, constituindo até um número restrito as que se encontram nas condições requeridas para boas amas e, por conseguinte, para deixarem o trabalho com êsse fim.

As operárias de 1897 e os industriais dessa época argumentaram à priori e não contaram, certamente, com estas duas reduções: limite de idade até aos seis meses e insignificante número de boas secreções lácteas.

Das creanças que freqüentam a consulta há ainda a descontar os filhos dos operários cujas mãis não pertencem à fábrica.

Em 1931 declarámos num manifesto: ficariam actualmente nas condições de interromper o trabalho fabril, se a Creche funcionasse sob rigorosa fiscalização médica, quatro lactantes.

Freqüentavam a consulta nessa época quinze crianças até aos seis meses.

Dessas, sete não são filhas de operárias mas apenas de

operários, não devendo freqüentar a Creche porque estavam entregues aos cuidados maternos.

Das outras oito, havia quatro cujas mãis não amamentavam por doença.

Assim obtivemos os números acima indicados. É o que se deduz da estatística da consulta referente ao mês de Agosto de 1931.

Os factos posteriores confirmam ser pequeno o número de lactantes em relação às crianças sujeitas a alimentação mixta e artificial.

Na verdade, analisando o quadro da página seguinte nota-se que a alimentação artificial é sobretudo freqüente nos filhos de operárias.

Pelo contrário nos filhos de mulheres de operários predomina a alimentação mixta.

Todavia os que nos interessam no momento presente são os primeiros, isto é, aqueles cujas mãis trabalham na fabrica.

O número de operárias que teriam de abandonar o trabalho oscilaria entre 1 a 7. Em regra seriam 3 ou 4.

CRIANÇAS COM MENOS DE UM ANO QUE FREQUENTARAM
A CONSULTA

Meses	N.º de crianças	Filhos de operárias			N.º de crianças	Filhos de operários			N.º de crianças	Total		
		Alimentação				Alimentação				Alimentação		
		Materna	Mista	Artificial		Materna	Mista	Artificial		Materna	Mista	Artificial
1932												
Janeiro. . . .	16	6	5	5	27	14	8	5	43	20	13	10
Fevereiro . .	19	7	5	7	29	13	11	5	48	20	16	12
Março. . . .	19	5	6	8	32	13	14	5	51	18	20	13
Abril.	21	6	5	10	30	10	14	6	51	16	19	16
Maio.	21	4	5	12	27	9	13	5	48	13	18	17
Junho	21	3	4	14	26	6	14	6	47	9	18	20
Julho.	20	4	5	11	26	5	15	6	46	9	20	17
Agosto. . . .	21	5	4	12	26	4	16	6	47	9	20	18
Setembro . .	21	3	6	12	22	5	11	6	43	8	17	18
Outubro. . .	22	3	6	13	22	6	11	5	44	9	17	18
Novembro. .	21	3	5	13	22	7	12	3	43	10	17	16
Dezembro. .	23	3	8	12	24	8	12	4	47	11	20	16
1933												
Janeiro. . . .	22	3	9	10	21	7	11	3	43	10	20	13
Fevereiro . .	19	1	9	9	18	7	10	1	37	8	19	10
Março. . . .	22	3	6	13	19	7	8	4	41	10	14	17

*

Em 1897 faliu a Crèche no Pôrto porque não era presidida por médico, que seleccionasse os casos, devido à

falta de consulta de grávidas e de crianças que hoje funcionam.

Na verdade, se abrirmos o regulamento da Creche notam-se as seguintes dificuldades:

pelo art. 4.º a mãe era obrigada a acompanhar o filho levando roupa para o seu penso diário; pelo art. 7.º a alimentação era fornecida pelas mãis.

Quanto a esta última o lactário, a que a Companhia se comprometeu e já está em vigor, eliminou essa despesa das operárias: *actualmente fornece-se gratuitamente leite em pó até à idade de 1 ano.*

Repito: se não chegaram a depositar um único filho na Creche de 1897, deve-se isso a circunstâncias que desapareceram.

Como rezava o regulamento, a Creche portuense estabeleceu-se *a título de ensaio* e três meses depois outras se instalariam, em diferentes fábricas de tabacos, se aquela tivesse dado resultado.

Ora o funcionamento regular e progressivo de qualquer instituição desta índole em que há equívocos a desfazer, consequência da ignorância e interesse mal compreendido, exige critério médico especializado, unidade de direcção e continuidade de esforços.

Não é em três meses que se conclui por forma definitiva.

É preciso que alguém viva predominantemente para essa obra e, então, ela prosperará. ¿Quereis uma prova?

Ai tendes os exemplos da consulta ⁽¹⁾ de grávidas e da Maternidade da Companhia.

(1) Total de consultas de mulheres de 27 de Setembro 1927	
a 30 de Novembro de 1932	5.133
Total de consultas de crianças.	5.088
Total geral.	10.221

Quantos preconceitos houve a vencer para obter os resultados atrás referidos, relativos às duas instituições.

Necessário foi estudar cada caso isolado e minuciosamente e elles já atingem 370 famílias.

Mais importante, contudo, tem sido o resultado obtido com a Maternidade.

Convencidas da vantagem desta haverá dúvidas de que mais facilmente se obterá o depósito dos filhos na Creche durante o tempo de trabalho?

Elas próprias têm pedido para os conservar na Maternidade depois da alta, o que me convence de laborarem num êrro os pessimistas que me diziam que a Creche não teria movimento e melhor fôra empregar esforços noutro campo de actividade.

Em resumo: se as operárias são empreiteiras e os filhos não são lactantes terão menor despesa que actualmente; se jornaleiras, podendo a mãe amamentar, o que se perde por um lado (20 minutos de manhã e 20 de tarde) ganha a Companhia economizando leite em pó e farináceos.

Quere dizer: dispende-se-á um pouco menos que hoje com o lactário, o qual atinge anualmente cêrca de 17 contos.

Na hipótese de, a-pesar-de tudo, se considerar prejudicial ao fabrico que três ou quatro mãis dêem de mamar a seus filhos, duas vezes por dia, instalarei a Creche fora do local de trabalho, o que se compreende, devido ao diminuto número de lactantes em relação aos não lactantes e por escolher *região mais higiênica envolvida dum parque*.

As vantagens sobre a situação actual serão evidentes: por um lado, economia; por outro, certeza de que seus filhos ficarão sob a direcção de quem esteja especializado em puêricultura e vigie as crianças com dedicação.

*

É mistér calcular quais as *despesas com a Creche*.

São de três ordens: de construção, de instalação e de manutenção.

A construção será custeada por mim, sem encargos para a Companhia tendo adquirido três mil metros de terreno e mantendo-me em negociações a-fim-de adquirir área muito mais vasta.

A aquisição dos móveis para a instalação será feita com o produto da subscrição que abri em 1931.

A manutenção dará logar a pequena despesa porque, como dissemos, já se está fazendo a distribuição de leite e farináceos tendo no ano de 1932 custado cêrca de 17 contos.

Restam os ordenados do pessoal, o aquecimento, etc., mas isso tudo não excederá o saldo da dotação da Maternidade.

Portanto a despesa anual da Creche poderá atingir o seguinte, sendo aprovada a presente proposta: 17 contos do lactário, mais 39 do saldo da Maternidade: total de 56 contos anuais pagos pela Companhia.

As contribuições das operárias interessadas (5 ou 6 tostões por dia em vez de dois ou três escudos) auxiliarão a instituição. Quanto às secções da Creche independentes da Companhia e destinadas à zona oriental da cidade, procuraremos outros recursos.

O saldo que mencionei, na realidade, é o dêste ano, embora seja mais elevado do que se pretendeu.

Senão vejamos: Inscreve o relatório da C. P. T. a verba global dispendida com a assistência ao pessoal doente no exercício de 1932.

Dessa soma apenas uma parcela reduzida foi empregada na assistência maternal e infantil. A despesa não atingiu

aquela que a Companhia pelo seu contracto (decreto 13.999 art. 16.^o) se obrigou a aplicar anualmente à manutenção da Maternidade e do lactário. Ora tendo havido tão boa administração que permitiu um *superavit* de 45 contos (e isto a-pesar-do movimento clínico exceder a expectativa) ; não seria razoável que se empregasse essa quantia noutros capítulos de assistência obstétrica ?

Não pensou assim o Ex.^{mo} Conselho de Administração.

Explica-se; mas, em meu sentir, não se justifica a solução dada, mormente quando já o exercício de 1932 acusa melhoria.

Deve ser estipulada renda em relação às condições em que o prédio estava antes das obras, porque estas foram feitas pela actual arrendatária. Eram então dois barracões que a antiga Companhia tinha adquirido por ocasião de um fogo na fábrica.

Deplorável o seu estado: chovia dentro, o chão estava podre. Fizeram-se novas coberturas, novos pavimentos, colocaram-se nas paredes lambrins de escariola ou de azulejo, alargou-se um terraço, levantou-se o andar dum dos pavilhões, introduziu-se electricidade interior e canalização de água quente e fria, tubos de aquecimento em tôdas as divisões, etc.

Quere-se renda? Fixe-se o máximo de 500 escudos mensais a-pesar-de ninguém os dar na época anterior às reparações.

Se descontar-mos a verba aceitável ficam 30 contos. Juntando mais os 9 contos temos 39 contos legalmente destinados à assistência maternal e infantil. Não é justo, creio eu, que se esqueça a Maternidade, instituição que me compete zelar tanto mais que conheço as lacunas. Se ainda a assistência maternal e infantil fôsse completa! Mas não é! Falta terreno, faltam alguns aparelhos de fisioterapia e sobretudo não se instalou a Creche.

Como disse, os barracões estavam abandonados e com-

preende-se a sua adaptação a Maternidade embora medicalmente haja discordado e proposto a aquisição de terreno para construir de novo. Não foi aceite o alvitre e ante a minha insistência, prometeram adquirir mais tarde jardim e casas anexas.

Não tendo sido ainda efectivada a promessa, já agora não a desejo, porque o plano alargou-se devido não só ao movimento ir além do que até os mais optimistas poderiam prever, mas porque, por outro lado, as possibilidades que Deus me entregou, com a correlativa responsabilidade, servirem para certas obras sociais um pouco mais vastas obedecendo a um plano geral que delinieei, pedindo o vosso auxílio para os capítulos que não conseguir fazer exclusivamente por mim. Em estudos subsequentes explanarei esse plano entregue nas mãos hábeis do architecto Carlos Ramos a quem presto a homenagem devida aos seus excepcionais conhecimentos desta especialidade complexa.

Por ora procuro convencer a assembleia de que as vantagens da Creche são clínicas e económicas. Estas já referi. Quanto às clínicas assistimos à inutilização dos esforços da consulta pré-natal e da Maternidade os quais determinaram gerações mais robustas.

É preciso completar a acção a favor das crianças e até das próprias mães, pela fundação da Creche, complemento indispensável da Maternidade. Com efeito em Lisboa morrem 20 0/0 das crianças até à idade de um ano.

Dos filhos dos operários da Companhia morreram até essa idade 10 0/0 nestes últimos 5 anos, cifra ainda muito elevada, apesar de lactário e da assistência médica embora comparável à média geral da França que é de 8 a 9 0/0 mas muito superior à da Dinamarca e da Scandinavia que são de 4 0/0 (1).

(1) Veil Halle lição inaugural do curso de puericultura.

Procurar a causa desta mortalidade é o meu dever de médico.

Conhece-la e não a declarar seria desconhecer quer a responsabilidade inerente à profissão, quer o interesse de accionista de uma Companhia a qual só tem vantagem em os operários não serem revoltados.

Eliminemos as causas de revolta não deixando abandonados os filhos dos humildes.

A minha missão como a de todo o médico moderno, consiste mais em evitar doenças de que em trata-las. Para isso desde que tomei conta do serviço pugno pela Crèche o melhor meio de evitar as enterites e suas conseqüências funestas.

Consenti, portanto, que recorde serem 40 0/0 destas mortes provenientes de enterites. Só há uma maneira de as evitar: Criar uma Creche.

Efectivamente, é principalmente enquanto as operárias trabalham para si, é certo e legítimo, mas também para a Companhia, é durante êsse tempo que os seus filhos ficam entregues a pessoas desconhecedoras da puericultura e sem interesse pelas crianças sendo tal facto prejudicial não só para estas, mas até para a indústria.

Da creche resultará por um lado diminuição da mortalidade (melhor fôra chamar-lhe mortandade) por outro aproximação das operárias da gerência.

A missão do médico tende assim a evitar a luta de classes, de onde só derivam prejuizos para a emprêsa.

*

Em fins de 1931 e no decurso de 1932 a época era não só de crise mundial mas de concorrência intensa na indústria de tabacos.

Por isso e para evitar atritos abri uma *subscrição a javor*

da *Crèche* para a qual todo o pessoal menor da Maternidade espontaneamente contribuiu com o ordenado de um dia.

Aos funcionários da Companhia não pedi tanto, mas apenas o que dispendiam num teatro, num animatógrafo, ou noutra verba inútil.

Não seria maior prazer contribuir para uma obra tão humana?

Descrevi nesse manifesto os exemplos vindos do estrangeiro que V. Ex.^{as} conhecem muito bem — os quais depõem a favor da presente tese.

Em Liège para a Maternidade da casa Ougray concorrem simultaneamente a direcção e os funcionários.

Mesmo em Portugal adopta-se êsse sistema na *Creche* da fábrica da Vista Alegre.

Ideal seria que, entre nós, se generalisasse o princípio da assistência mixta compreendendo o Estado, os industriais e os funcionários.

Exclamei então que mesmo sem responsabilidade médica, mas como homens iriam contribuir na medida das suas possibilidades, para a subscrição justa que teve a autorização do sr. Governador Civil bastando, para isso, recordarem-se da previsão lúcida de Oliveira Salazar:

«Ser necessário que a revolução se fizesse de cima para baixo»... Hoje a situação melhorou: é do próprio relatório oficial que tal se deduz.

À Companhia, por conseguinte me dirijo agora.

Vós todos, srs. accionistas, se ouvissem as operárias, como no decurso dum inquérito social tenho tido ensejo, não hesitariam, estou certo disso, em aprovar a proposta que vou apresentar.

Colocai no prato duma balança os 39 contos anuais, no outro, a acção moral proveniente do auxílio aos filhos dos trabalhadores pobres e dizei-me para que lado irá a vantagem da Companhia.

Que dirieis, senhores accionistas, se vossos filhos não tivessem quem os tratasse durante o trabalho das mãis?

Injustiça! Injustiça!

Ora quem supõe injustiça é revoltado.

Esse facto, gerador de revolta, deve determinar o interesse inteligente da Companhia a eliminá-lo, auxiliando a manutenção da Creche com os *superavits* provenientes da dotação legal da Maternidade e do lactário os quais devem continuar a funcionar.

Nesta ordem de ideas envio para a mesa a seguinte proposta:

A Companhia Portuguesa de Tabacos só admitindo *relações entre o Capital e o Trabalho tendo por base a justiça*, resolve dedicar à Creche os *saldos* resultantes das verbas anuais destinadas à Maternidade e ao Lactário.

MANUEL VICENTE MOREIRA.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho,* por Júlio de Castilho:
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 86.º

4.ª SERIE



VOLUME 15.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>¿ Porque fomos nós a Ceuta? </i> , por José T. da Silva Bastos	129
<i>Medalha concedida, em 1808, ao Corpo de Eclesiásticos Voluntários Conimbricenses durante a Guerra Peninsular</i> , por Henrique de Campos Ferreira Lima	141
<i>As três conferências africanas — I. Os antecedentes da conferência de Berlim</i> , por * * *	157
<i>Ideas médicas de Eça de Queiroz. — V. José Matias, a Tóto e vários outros</i> , por Alberto Pessoa	177
<i>Três ensaios sobre Antero de Quental — II. A inquietude religiosa de Antero</i> , por Rui Galvão de Carvalho ..	197
<i>O Tombo de Santa Maria de Sá</i> , por Carlos de Passos	215
<i>O Historiador</i> , por João Grave	223
<i>Cartas históricas</i> , por João Jardim de Vilhena	229
<i>S. Francisco de Xavier e o Oriente português</i> , por António de Matos Cid	237
<i>Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia</i> , por Mário Simões Trincão	246

¿PORQUE FOMOS NÓS A CEUTA?

— Sim! ¿Para que nos empurrou o Infante D. Henrique para aquela primeira e preciosa pedra do nosso colar imperial?

Responde-nos naturalmente o principal interessado na emprêsa, o Infante. Êste, homem de poucas falas, nada verbalista dirá:

— Fui a Ceuta porque o mar me seduziu; antevi que o nosso futuro estava além-mar: ocupar aquele ponto era uma necessidade para bater o corsarismo muçulmano e, por successivos estádios, arrancar-lhe um dia o Santo Sepulcro. Clamará da sua justiça o «Velho do Restelo», pela bôca de Camões:

— ¡Aventura que nos sairá cara! ¡Ir meter lanças em África, gastar rios de dinheiro e desviar de nós os braços que arroteariam as terras, sabido que no Reino não há pão que comer nem fato que vestir, rematada loucura!

Era a política do bom-senso, caseira, comezinha, a mesma que o sisudo Mártir de Alfarrobeira traduzia na metafórica e pitoresca sentença: «*trocar uma boa capa por um mau capêlo!*».

Convém ouvir agora os historiadores. Oliveira Martins:

— O Infante via em Ceuta um grande empório dos produtos do Oriente. Era uma Nova Iorque; com a sua posse, Portugal monopolizaria as especiarias do Oriente...

Ouçamos, como complemento, o testemunho dos vivos.

O Sr. Sérgio de Sousa, um dos críticos de alta cultura,

com êsse sentido das proporções que tanto falha na nossa literatura e na nossa historiografia, contrapõe à *política de fixação* — política afinal do Velho do Restelo e do Infante D. Pedro — a *política do transporte*. Esta, em seu entender, sobrelevou à outra. Trocado isto em miúdos: o Infante D. Henrique e seu pai e alguns conselheiros do Rei foram suggestionados pela burguesia comercial, cada vez mais ávida do lucro, da ganância; desleixou-se o cultivo das terras, o rendimento da agricultura e da indústria, para se ir atrás de um Sonho; vogava-se para o Deus-dará, para a aventura.

É pertinente recolher a opinião de quem tem estado com a mão na massa, na questão marroquina e, segundo nos disse, tem na sua frágua uma *História de Marrocos*.

O Sr. Dr. David Lopes, a quem nos referimos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, é autor de um livro que todos os portugueses amantes do seu país e do seu passado devem ler: — *História de Arzila durante o domínio português*. É, a par dos seus dotes de historiador consciencioso, *arabista*, o que lhe reforça o saber particularmente na matéria do domínio marroquino. Na questão de Ceuta, êsse autor, aprecia duas opiniões contraditórias, respeito à soma de motivos ou causas que impeliram o Infante D. Henrique à empresa de Ceuta — a *opinião* de Oliveira Martins, a *opinião* do Sr. Sérgio de Sousa. Quanto àquele, o Sr. David Lopes, sem reservas nem reticências, presta-lhe a devida homenagem; põe bem a claro como realça na prosa do autor dos *Filhos de D. João I*, um estilo sedutor, cheio de encanto, mas não deixa de sublinhar até que ponto as qualidades do estilista podem prejudicar um pouco, por vezes, a realidade, a inteireza da verdade contida nos conceitos. Com outras palavras vem a acôrdo com o Sr. António Sérgio de Sousa, nas reservas a ter com um historiador, se êste, de quando em quando, sobe aos páramos do romanticismo. No volume I dos seus *Ensaíos*, pág. 282 (o Prefácio dos *Dispersos*,

onde se dá um perfil admirável de verdade, de Oliveira Martins é uma *maravilha*, na opinião crítica do Dr. Mendes dos Remédios, na sua *História da Literatura*, 6.^a edição), o Sr. António Sérgio acautela-se advertindo: «... e porque me cumpria não esquecer quanto Oliveira Martins era romântico, quão pouco crítico na interpretação das fontes, quão pouco dado a subordinar a narrativa histórica aos efeitos artísticos da sua bela prosa».

Vamos ver os porquês.

«Ceuta, escreveu Oliveira Martins — precedeu Veneza, que precedeu Lisboa, no empório do comércio das Índias. Ali afluíam as especiarias, os tecidos preciosos, o oiro fulvo, e tudo o mais que as caravanas traziam através do deserto, desde o Mar Roxo, pelo Egipto, pela Tripolitana, e por Argel, até Marrocos, de que Ceuta era a Nova Iorque, e Fêz a capital, como Washington, uma côrte apenas».

Leia-se com despreocupação de falso patriotismo a *História de Arzila* pelo Sr. Dr. David Lopes, trabalho feito com ciência dos factos e probidade historial e logo se compreenderá que Oliveira Martins, fiando-se em Zurara «pedante e verboso» — no dizer de David Lopes — em Góis «muito encomiástico» o qual por seu turno se fiou em Leão Africano, traçou um quadro heróico muito lisongeiro para o nosso orgulho de portugueses, se bem que sob algumas côres falsas.

Eis como o Sr. David Lopes rectifica:

«A verdade — palavras do historiador de Arzila — é que nem Ceuta foi empório do comércio das Índias, nem foi a Nova Iorque de Marrocos, nem era a maior cidade da Mauritânia, nem se chegava a ela através de mares de areia ou desertos implacáveis. São lindas frases, e mais nada. Muitas vezes o escritor, levado da música das palavras, embarca distraído para o reino da fantasia. É o caso. Oliveira Martins fêz afirmações que não documentou conveniente-

mente. Deu em nota a descrição de Ceuta de Edrici, segundo a tradução francesa de Dozy e De Goege; mas não só ela não autoriza tal conclusão, como é do meado do século XII. É certo que as cousas marroquinas têm curso muito lento, e século mais ou século menos não faz muito ao caso; todavia, a sua leitura não permite concluir como êle fêz: as conclusões excedem as premissas... Do fim do século XII há uma outra narração de Ceuta, que é quasi só um resumo de Albacri. Muito posteriormente, no século XVI, Leão Africano deixou dela uma curta notícia que é quasi só histórica, porque estando já a cidade em poder dos portugueses a não parece ter visitado. Aí se diz que fôra em tempos remotos grande cidade, «a mais bela e povoada da Mauritânia», mas isso muito antes da conquista portuguesa, mesmo até da conquista islâmica, no fim do século VII, como se depreende, porque depois dêsse tempo sofreu muito de Abde Almúmene, o soberano almôhada contra o qual se rebelara em 1158, e também de Mohâmede, rei de Granada, que em 1306 a conquistou aos Merímidas e danificou muito». (Pág. xv e xvi).

É de saber que Leão Africano descreve Ceuta em poucas e magras linhas, mas dedica a Fêz, ao tempo capital do reino do mesmo nome, mais de cem páginas.

Pergunta então o Sr. David Lopes:

«¿Como dizer, pois, que ela era «Washington» e Ceuta «Nova Iorque?» Fêz, pelo contrário, é que carreava a si todo o tráfico do Oriente e do Sul e por sua vez distribuía tôdas as mercadorias recebidas das outras partes. Era o lugar de cruzamento das estradas comerciais do norte de Marrocos». (Pág. xvi a xvii) «... Não se creia, pois, que nós fomos a Ceuta para açambarcar o seu trigo e cobrir com êle o *déficit* da produção nacional. Se êsse fôsse o objectivo da conquista, a nossa armada não se teria dirigido para Ceuta, mas para algum dos lugares da costa do Atlântico onde de-

pois D. Manuel, realmente, estabeleceu o seu domínio». (Id., pág. xix a xx).

Desta maneira, a empresa de Ceuta, fica reduzida às suas históricas e verdadeiras proporções — enquanto novos elementos documentativos não venham modificar ou reforçar os actuais juízos. Se estas considerações nos levam a pôr uma surdina no belo livro que, literariamente é *Os Filhos de D. João I*, a surdina, na sua função ilucidativamente histórica, não visa pôr num plano inferior o merecimento de quem o escreveu. Esse livro representa indiscutivelmente uma obra de alto relêvo artístico. E lembrêmo-nos de que Oliveira Martins faleceu aos cinquenta anos incompletos. Com mais vinte, decorridos sobre as suas faculdades de estudioso, com assombrosa fôrça de visão retrospectiva pelo Passado, bem revelada nos seus melhores livros, o seu cabedal de informação histórica, sem dúvida que teria modificado sensivelmente alguns dos seus juízos críticos. Mais de uma vez procedeu lealmente, quando em face de novos documentos, vindos às suas mãos, êles o obrigavam honradamente, lógicamente a fazê-lo.

Voltêmo-nos agora para o postulado António Sérgio, nas suas linhas gerais, a *política do transporte*, síntese luminosa, curta, mas de que o leitor pode desconfiar, como em geral se desconfia das sínteses. ; É tão difícil abranger um mundo de ideas e de factos dentro de fórmulas breves, na aparência sedutoras!... Para o Sr. António Sérgio não foi o pensamento, não foi a vontade individual que impeliram o Infante à conquista de Ceuta: foi, sim, a vontade colectiva de uma classe, a *burguesia* endinheirada e já poderosa no comêço do século xv, a qual ambicionava novos mercados, o tráfego do Oriente carregado para Ceuta, e de Ceuta derivado para Lisboa, e daqui distribuído para os mercados do norte, para essa Flandres onde a riqueza de tal maneira se multiplicava que era um louvar a Deus!

A isto observa o Sr. David Lopes também rectificando: a vontade de um homem pode muito, é facto: mas não se deve pôr num plano inferior a colaboração anónima do povo, com a dos reis e dos estadistas, na obra da economia nacional; e comenta: «Mas a hipótese de Sérgio nasceu apenas destas considerações: Ceuta era grande empório comercial dos produtos do Oriente; Lisboa tinha uma burguesia comercial de carácter cosmopolita que impulsionava a nação para audaciosos empreendimentos. Ora nós já vimos que Ceuta não tinha, de facto, a importância comercial que Oliveira Martins lhe atribuiu... Maus foram pois os cálculos do alto comércio de Lisboa, se imaginou que ia ganhar dinheiro a Ceuta. Esta foi antes «sumidoiro de gente e de dinheiro», como disse o Infante D. Pedro. Mas não, êle não deve ter colaborado nesta emprêsa. Da conquista não resultou, nem podia resultar uma corrente comercial». (*Hist. de Arzila*, xxx).

Na opinião dêste historiador, o Infante obedeceu a um duplo pensamento—o *religioso* e o *político*: ir atacar os mouros no seu próprio país, ter em Ceuta uma base naval, e era-o de primeira ordem pela sua situação geográfica, já para *apoio à navegação italo-portuguesa que se fazia pelo Estreito, como também por tolher a pirataria dos mouros na costa do Atlântico*. (*Id.* xxxv).

Falta-nos agora o testemunho do Sr. Dr. Joaquim Bensaúde, historiador de largo alcance de visão.

Os seus trabalhos sôbre a cosmografia e cartografia portuguesa, e, recentemente as suas apreciações acêrca do Infante D. Henrique, preenchendo lacunas que se encontram na obra dos nossos cronistas oficiais, impõem-se ao nosso estudo e ao nosso respeito. O seu ponto de vista é, em sùmula, o do Sr. David Lopes, mas reforça-o à luz das suas pertinentes considerações, da sua bem ponderada documentação. Não é agora a política de *transporte*, e sim a da ex-

pansão sob a fôrça da Fé — ou, se nos permitem uma síntese — o «Imperialismo da Fé», a que o nosso Épico dedicou algumas estâncias dos seus *Lusiadas*.

Ouçamos o historiador:

«Nós sabemos pelas crónicas que D. Henrique procurava por todos os meios estar em relações com o Preste João, de quem esperava apoio para os seus planos no Oriente. Mas ignorámos tudo o que o Infante realizou até 1463, data da sua morte. João de Barros declara que as relações com a Abissínia começaram pela expedição do Covilhã partida em 1487, vinte e sete anos depois da morte do Infante. As crónicas portuguesas ignoram: o projecto de aliança do Preste João (1427 Valência); a resposta do Rei de Aragão em 1428; ignoram as seis embaixadas vindas da Abissínia à Europa (1402, 1427, 1431, 1450, 1452); assim como ignoram as cinco embaixadas das nações europeias enviadas ao Preste João (1428, 1430, 1452, 1453). As crónicas ignoram que D. Henrique tinha a seu lado, em 1452, um embaixador do Preste João; ignoram todos os esforços da Santa Sé durante oito pontificados para organizarem a luta contra a Turquia.

«Também as crónicas não mencionam os termos laudatórios da Bula de Nicolau V (8 de Janeiro de 1454) relativos aos planos do Infante no Oriente: *tornar o Oceano navegável até às Índias para socorrer a Cristandade do Ocidente contra os sarracenos, e para submeter do mesmo passo os povos pagãos ainda não infestados pela peste mahometana*.

«Com estes elementos novos está-se habilitado a traçar o conjunto do plano do Infante: em Marrocos trata-se de manter a todo o custo Ceuta e outros portos como postos avançados para a protecção da Península; além disso, a acção marítima visa à preparação do domínio dos mares para se chegar à vitória final no Oriente: esmagar nas Índias e no Mar Vermelho a potência comercial do Islamismo. Concebera, pois, o Infante D. Henrique um plano único do qual

um lado está em Marrocos o outro no mar para a conquista das Índias». (*Portugal Colonial*, n.º 7-8, ano 1931).

A êste critério compreende-se melhor a insistência do nosso Épico, nos *Lusíadas*, incitando os portugueses à luta, sem tréguas, contra os sectários de Mahomet. Atacar o Islamismo, resgatar a *divina sepultura possuída dos Cães* — os Muçulmanos

Não vêdes a divina Sepultura
Possuída de Cães, que, sempre unidos,
Vos vem tomar a vossa antiga terra,
Fazendo-se famosos pela guerra?

(*Lus.* c. 7, est. 9)

deve ser a grande emprêsa dos portugueses, tão pouco numerosos, como valentes. E mais ainda: o Épico insurge-se, em termos nada equívocos, contra o pouco zêlo ou frouxeza de algumas nações, — Alemães, Franceses, Italianos... na obra comum, qual seria a de expulsar da Europa os Turcos⁽¹⁾.

É dever patriótico, meu, referir-me ainda ao artigo do Sr. Dr. Bensaúde, no *Portugal Colonial*, (n.º 7-8, Setembro-Outubro de 1931). Êsse artigo merece ser decorado por todos os portugueses que não possam fruir largo conhecimento dos trabalhos do ilustre investigador, e que tão

(1) «Uma guerra contra os Turcos só podia ter probabilidades de êxito se a República de Veneza, primeira potência marítima do Mediterrâneo tomasse parte nela; mas esta havia muitos anos estava animada de surpreendentes disposições pacíficas, facto que os diplomatas romanos não viam com bons olhos. Todos os Breves pontifícios que exortavam os Venezianos a cumprirem os seus deveres de cristãos pegando em armas contra os Muçulmanos ficavam sem efeito. A República de S. Marcos evitava receosa todo e qualquer conflito com o Sultão, e não queria deixar-se arrastar para uma aliança contra os Turcos». (*Les Jésuites et le secret de leur puissance*, Fülöp Miller, (trad.) II, pág. 68).

grande luz projectou sobre a magna Empresa dos Descobrimientos dos nossos antepassados.

Farei mais uma transcrição: presto assim do mesmo passo nova homenagem a êsse Português. Assim o merece quem tanto se tem esforçado em pôr no devido relêvo o papel da cosmografia portuguesa na empresa das nossas navegações.

Palavras preciosas do artigo a que nos referimos:

«O plano das Índias e as guerras marroquinas formam na concepção do Infante um conjunto grande, um plano único. O impulso heróico em Marrocos fêz parte da idea dominante em tôda a obra da Santa Sé, de que D. Henrique e Portugal representam a acção decisiva.

«Na Bula de 8 de Janeiro de 1454, Nicolau V diz claramente que o «nosso caro filho Henrique, Infante de Portugal... inflamado em zêlo... como um intrépido atleta e soldado de Cristo, queria tornar êsse mar oceano navegável até às Índias... para correr... em socorro dos Cristãos do Ocidente contra os Sarracenos... O plano das Índias de D. Henrique parece-nos, nos seus começos uma utopia, uma visão quási quimérica. Contudo a visão era tão perfeita, tão prática, tão realizável, que o sonho das Índias levou-se a cabo inteiramente 40 anos após a morte do Infante. ... D. Henrique é um cavaleiro da Idade-média dominado por um ideal: a perturbação do mundo para a defesa da Cristandade e pela protecção da Civilização europeia ameaçada...».

Era um ideal, não exclusivo da imaginação do Infante. Estava no espírito da época; preponderou em Marrocos, como em todo o Oriente; o heroísmo religioso dominava o pensamento daquele teimoso filho de D. Filipa de Lencastre; a preocupação comercial, se a teve, vivia num plano inferior na alma dêsse cativo do mar.

A empresa de Ceuta, a insistência, a teimosia do Infante

avultam agora a nossos olhos; assume um relêvo maior. Positivos ou negativos os resultados do cometimento, é questão à parte: sob as ideias do tempo, a figura dêsse «alto Infante», fica singularmente engrandecida. Não previu, e isso se compreende, que a sua empresa ia provocar um «movimento religioso, o dos Xerifes, um vulcão que nos perdeu», e que fez que «a nossa passagem por lá (Marrocos) fôsse só episódio de guerra, por vezes brilhante, mas sem finalidade para nós?»⁽¹⁾. ; A cartada nem por isso deixa de ser de mestre!

*

Ceuta! Tânger! Mazagão! Arzila...!

Avessos, por índole, a verbalismos ôcos, à ênfase que alardeia patriotismo de má qualidade, entrara no nosso plano uma visita a êsses lugares onde metemos tantas lanças, bem caras em sangue e dinheiro. Não mo permitiram as *secundinas* da pavorosa e estúpida Guerra (1914-1918), que tudo revolveu e perverteu, moralidade, virtude, juízo, economia, relações sociais... Antes da Guerra pude estar um mês em Paris com pouco mais de duzentos mil reis; e ver Sevilha, Córdova, Granada por uns sessenta; e ir ao Rio de Janeiro com cento e cinco. Depois da Guerra, as economias amealhadas com quási avareza riam-se, se acaso me passava pela mente deslocar-me para ir receber uma lição de patriotismo da melhor lei, visitando êsses lugares assinalados por tanto heroísmo. *Ceuta, Tânger* — ; porque não nos foi esta retrocedida, em vez de a entregarem, desmanteladas brutalmente as suas fortalezas, aos Mouros? ; porque não nos foi aquela reintegrada na nossa posse, quando readquirimos a nossa independência no século xvii? Porque tínhamos — ; fôrça do Destino! — de ficar devendo êsse e análogos favores à nossa

⁽¹⁾ *História de Arzila*, pág. xxxix, por David Lopes.

amiga, que pelos séculos fora nos mostra um singular amor, a seu modo, *codilhando-nos*... Não se vive só do que se come; também se vive da idea, da evocação do Passado. Isto sem bater no peito, dizendo ou no Parlamento, ou no Comércio, ou na Imprensa: ¡Ouçam, senhores, eu cá sou um grande patriota e (batendo no peito com arreganho imperatório) peço meças a ver se há quem me exceda no meu amor pela Pátria!

Mas porque os tempos são outros, mais positivos, mais prosaicos e mesquinhos, nem por isso devemos olvidar que nós, portuguezes e espanhóis, *fomos um momento deuses!* Que no Oriente nos comportássemos bastas vezes como chatins, que até grandes nomes do nobiliário, de guerreiros de têmpera basáltica, tivessem lá tavolagem aberta e explorassem a prostituição — no Reino, a um certo D. Martinho, sabido é, concedeu D. Manuel, o *Venturoso*, o monopólio dessa indústria em Portimão — não importa! Havia porém grandeza na acção do braço lusitano. Éramos poucos para consolidar e perpetuar o nosso Império, mas fomos rotundamente fortes para o ganhar. Perdemos, é certo, Marrocos; mas perdêmo-lo porque um momento recuperámos o juízo, terra-a-terra, o senso-prático do Velho do Restelo ou o conselho, de experiências feito, da simpática vítima de Alfarrobeira, e foi *medida sábia* — e nisso concordam Oliveira Martins e o Sr. David Lopes — o abandono das praças de Marrocos pelo Govêrno de D. João III e dos seus sucessores. Tínhamos de trazer trigo do estrangeiro, que nos custava os olhos da cara, e fazia que aquele monarca, empenhado até às orelhas, se obrigasse a criar os famosos *padrões de juro*, para satisfazer a onzena capitalista. Reconheceu-se a-final que era tempo de acabar com as lançadas em África, improficuas e caras. Não era só isso: a população escassa, ao tempo, obrigava o govêrno a recrutar soldados na Espanha do Sul, caros e quási sempre gente de baixa espécie e

de torpes costumes. Era humilhante, e era um recurso que ainda mais agravava a penúria do Tesouro. Tudo aconselhava, portanto, a pôr ponto na *escola* do nosso heroísmo, aliás desnecessária, porque os nossos mancebos, quando punham pé na África, já sabiam manejar a lança com brio e denodo. Demos e levámos muita bordoadada, inútil e cara, mas, consolêmo-nos... *¡fomos um momento deuses!*

(De um livro em preparo — *Grandes passadas pela «Civilização»*).

JOSÉ T. DA SILVA BASTOS.

MEDALHA CONCEDIDA, EM 1808, AO CORPO
DE ECLESIÁSTICOS VOLUNTÁRIOS CONIM-
BRICENSES DURANTE A GUERRA
PENINSULAR (1)

Já os soldados franceses do exército de Junot pisavam o solo de Portugal, quando o Príncipe Regente, do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em data de 26 de Novembro



Medalha, concedida em 1808,
ao Corpo de Eclesiásticos Voluntários Conimbricenses

de 1807, nas vésperas da sua partida para o Brasil, recomendava, patenteando a maior solicitude para com os invasores, aos governadores do reino nomeados por real decreto de igual data: «Procurarão, quanto possível for, conservar em paz este Reino; e que as Tropas do Imperador dos Francezes e Rei de Italia sejam bem aquarteladas, e assistidas de tudo que lhes for preciso, em quanto se detiverem neste Reino, evi-

(1) Comunicação lida na sessão de 13 de Janeiro de 1933 da secção de numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

tando todo e qualquer insulto, que se possa perpretar, e castigando-o rigorosamente, quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia, que se deve praticar com os Exercitos das Nações, com as quaes nos achamos Unidos no Continente» (1).

O procedimento de alguns prelados do reino, nesta conjuntura, seguiu o caminho por esta forma indicado pelo Príncipe Regente.

Assim o Cardial Patriarca de Lisboa D. José II, em sua pastoral de 8 de Dezembro daquele ano não se pejou de declarar o seguinte, depois de lembrar que a Deus deviam os fiéis agradecer, entre outros, o benefício de ter sido recebido com tão boa ordem e quietação um grande exército comandado por General cujas virtudes eram notórias: «Não temais, Amados Filhos, vivei seguros em vossas casas e fóra dellas: lembrai-vos que este Exercito he de Sua Magestade o Imperador dos Francezes e Rei de Italia, Napoleão o Grande, que Deos tem destinado para amparar, e proteger a Religião, e fazer a felicidade dos Povos: Vós o sabeis, o Mundo todo o sabe: Confiai com segurança inalteravel neste Homem prodigioso, desconhecido de todos os Seculos: Elle derramará sobre Nós as felicidades da Paz, se Vós respeitardes as suas Determinações, se vos amardes todos mutuamente, Nacionaes, e Estrangeiros, com fraterna Caridade: Deste modo a Religião, e os seus Ministros, serão sempre respeitados; não serão violadas as Clausuras das Esposas do Senhor; o Povo todo será feliz, merecendo tão Alta Protecção...».

O Bispo do Algarve D. José Maria de Melo, inquisidor geral, na sua carta de 22 do mesmo mês, repete, enaltecendo-as, as frases que transcrevemos.

Também o Bispo do Pôrto D. António de S. José de

(1) *Collecção de decretos e editais do tempo dos franceses.*

Castro, na carta pastoral que, em 17 de Janeiro de 1808, dirigiu aos seus diocesanos, faz o maior elogio de Napoleão e do seu exército.

Eis as suas palavras: «Estas Tropas que aqui vêdes entrar, são nossas alliadas, e pacíficas; e quem as manda entrar tem sido prevenido, armado por Deos de poder, e de sabedoria para as fazer entrar, e para as saber dirigir ao fim da nossa felicidade; e devemos seguramente confiar no mesmo Senhor, que não seja outro o seu destino. Sim: o Imperador dos Francezes, e Rei de Italia, o Grande Napoleão, não poderia de outro modo servir-se de nós para augmentar a sua verdadeira gloria senão fazendo-nos felices. Nem he crível, que na grandeza sem igual do seu Coração; no ardente desejo de sua gloria podesse entrar em Portugal para outro fim. Este grande Imperador elevado sobre o Throno dos seus Triunfos tem unido a elles a gloria de fazer dominar a nossa Sagrada Religião nos seus Estados».

Ainda a 8 de Julho, em carta pastoral dirigida a tôdas as pessoas eclesiásticas e seculares do patriarcado, o cabido de Lisboa *sede patriarchali vacante*, condenava, nestes termos, o patriótico levantamento dos portuguezes, em vários lugares do país, contra os invasores: «... vinde... ajudar-nos a chorar na presença do Senhor os terriveis e lamentaveis estragos, que desolão a nossa Patria: os exemplos inauditos de crueza e de perfidia, recentemente praticados em diversas Provincias deste Reino contra as Tropas Francezas que pacificamente o occupavão, e o guardão e defendem debaixo da direcção Sabia e Vigilante de hum Chefe guerreiro, experimentado e nosso Amigo, que o possui, e o governa em Nome do Grande Imperador, do Invencivel Napoleam».

Salienta depois a acção que, nesses levantamentos, tiveram os membros do clero, tendo para ela palavras de desaprovação: «Desmaiareis por certo, Veneraveis Irmãos muito amados em Jesu Christo, e estremecerão de horror os vos-

«... sos corações, quando ouvirdes (e com quanta amargura o dizemos!) que os proprios Ministros da Religião do Crucificado, os Ungidos do Senhor manchárão suas mãos no sangue de seus Irmãos, que tambem a professavão! Ah! não permitta o Senhor nosso Deos que em tempo algum vos deixeis arrastar de exemplos tão abominaveis, e tão contrarios aos verdadeiros e bem entendidos interesses da vossa Patria».

As constantes extorsões, os roubos e as perseguições praticadas pelos Franceses, durante a occupação de Portugal, provocaram da parte dos Portuguezes, uma reacção tremenda, que, graças ao movimento insurreccional declarado em Espanha, e, principalmente, pela prisão, no Pôrto, do general Quesnel e de todo o seu estado maior, realizada pelas fôrças espanholas do general Balestá, se fêz sentir do norte ao sul do país.

Para despertar e animar o sentimento patriótico em todo o Portugal muito concorreu o clero, tanto regular, como secular, não só com as suas prédicas, mas também com o seu exemplo, armando-se e constituindo corpos destinados a combater os franceses.

Em 24 de Junho o deão da Sé do Pôrto, Luiz Pedro de Andrade Brederode, publica uma proclamação, dirigida aos senhores eclesiásticos seculares e regulares, em que se lê: «A Junta do Supremo Governo⁽¹⁾ quer que todos os Ecclesiasticos se formem em Corpo armado para Guarnição desta Cidade, em quanto as Tropas Seculares marchão ao inimigo. O Deão da Cathedral he o Coronel deste distincto Corpo, he por tanto a elle que todos os Membros desta Corporação se devem dirigir para em sua Casa os Alistar, e formar em Companhias, com os Officiaes competentes que

(1) Presidida, agora, pelo mesmo bispo que, ainda há pouco tempo, era partidário dos Franceses como vimos.

sahirão do mesmo Corpo, ficando só nas Igrejas os indispensavelmente necessários para o Culto Divino» (1).

À imitação desta dignidade da igreja portuense o deão da Sé de Braga proclama, igualmente, aos senhores eclesiásticos seculares e regulares, em 7 de Julho.

Eis o que se lê nesta proclamação: «Vamos pois, e sem demora corramos a pôr-nos em ordem para defeza nossa, e para segurança, e guarnição desta Cidade. A Junta do Supremo Governo tem aprovado esta resolução no Porto, e o nosso Excellentissimo prelado nos convida. Eu serei o Coronel deste tão distincto Corpo: receberei os nomes de todos os que se alistarem, para se dividirem em Companhias, com os competentes Officiaes, que hão-de ser tirados do

(1) *Collecção de proclamações, editaes, e pastoraes*, Coimbra, 1808.

A êste Regimento de Voluntários Eclesiásticos Portuenses foi concedido o uso, no braço esquerdo, de uma palma de metal dourado, cuja reprodução se acha na est. XVIII do valioso trabalho do nosso amigo o Sr. Dr. Pedro Vitorino *O grito da independência em 1808*, Coimbra, 1928.

Nos documentos finais se transcreve o que se refere a esta concessão, que vem assinada pelo deão Luiz Pedro de Andrade Brederode, seu coronel.

Foi coronel graduado dêste regimento Pedro António Vergolino, como se depreende do título dêste folheto, mencionado, com outras particularidades relativas ao seu autor, no interessante trabalho do nosso amigo o Sr. Dr. Xavier da Costa, *Notas sobre a baixela Germain da antiga Corte Portuguesa*, Lisboa, 1928: *Epistola que ao ill.^{mo}, e ex.^{mo} Senhor D. Antonio de S. José de Castro, bispo, presidente, e governador, em nome do seu clero d. o. c. Pedro Antonio Vergolino, fidalgo cavalleiro da real casa do principe regente nosso senhor, arcepreste da santa sé cathedral do Porto, e coronel graduado do regimento de voluntarios ecclesiasticos seculares, e regulares desta cidade, major do 2.^o batalhão, com exercicio de capitão da 1.^a companhia dos regulares*, Porto, 1808.

Nêle se solicita a concessão do referido distintivo não obstante não terem participado em qualquer acção guerreira:

«Honroza Palma o Clero teu distinga:
Permitte este Brazão aos teus Soldados:»

mesmo Corpo, e todos procuraremos á profia manifestar o nosso amor, o nosso respeito, a nossa fidelidade, e obediência ao mais amavel de todos os soberanos».

O Bispo de Lamego, D. João António Binet Pincio, dirigiu ao reverendo cabido, aos reverendos párocos, ao clero, ao corpo eclesiástico e secular da sua diocese uma carta pastoral, datada de 15 de Julho, em que se manifestam idênticos sentimentos patrióticos.

Um sacerdote secular compatriota do bispado de Aveiro endereçou, em 28 de Julho, uma proclamação ao clero regular e secular da mesma cidade e bispado, em que, igualmente, se expendem conselhos cheios de patriotismo, relativos aos donativos voluntários para as urgências do estado e à obediência às autoridades constituídas.

O Bispo daquela cidade D. António José Cordeiro, na pastoral de 5 de Agôsto, convida os párocos, clero regular e secular e fiéis da sua diocese para tomarem parte em procissões de desagravo pelos desacatos cometidos pelos Franceses contra o Santíssimo Sacramento.

Deixamos para o fim, a-pesar-de ficar, desta maneira, fora da ordem cronológica, a menção do que se praticou no bispado de Coimbra, nesta mesma época, no que diz respeito ao clero.

O Dr. António José Vieira dos Guimarães, desembargador, chanceler, vigário geral, servindo de provisor, presidente da Junta do Govêrno do bispado de Coimbra, pelo illustrissimo e excelentissimo senhor Bispo Conde, reformador reitor da Universidade, publicou, em 10 de Julho, uma pastoral, dirigida a todo povo, clero regular e secular do mesmo bispado em que chama às armas o clero conimbricense.

Foi em virtude desta pastoral que, em Coimbra, se criou um Corpo de Voluntários Eclesiásticos⁽¹⁾, em que se alistou

(1) Daqui por diante seguimos os documentos existentes no Arquivo Histórico Militar, que reproduzimos no final dêste artigo.

com toda a prontidão, zelo e patriotismo uma boa parte do mesmo clero, a quem a idade, moléstias ou quaisquer outros obstáculos, não impossibilitavam de assim o fazer.

O seu coronel comandante era o reverendo José da Costa e Silva e os nomes dos que se alistaram no corpo constavam de um *Livro do Alistamento*, de que ignoramos o paradeiro.

Os individuos que compuseram este corpo vieram, talvez em Novembro de 1808, solicitar que, em atenção aos serviços que haviam prestado naquela calamitosa época, lhes fôsse permitido, à semelhança do que se havia feito ao Batalhão Académico, ao qual fôra concedida uma medalha especial pendente de fita vermelha⁽¹⁾, o uso de outra medalha,

(1) Proficientemente descrita pelo nosso consócio e amigo Artur Lamas no seu trabalho *Centenario de uma medalha da Guerra Peninsular. 1808-1908. Medalha-insignia usada pelos estudantes da Universidade de Coimbra que se alistaram no Batalhão Académico do tempo dos franceses*. Lisboa, 1908.

Alegando o exemplo do que se já tinha praticado com este batalhão e outros corpos, também o Real Corpo de Voluntários do Pôrto, composto pela mocidade e nobreza portuense, pediu, em 22 de Junho de 1808, em atenção aos serviços que havia prestado naquela cidade, permissão não só para usar de uma insígnia mas também para continuar a envergar o seu uniforme, que era todo azul com fôrro amarelo, tendo por divisa um cordão de prata com borlas pendentes do ombro esquerdo e a inscrição *Voluntarios Reaes* nos chapéus.

Este corpo aprendera o manejo de armas e os exercícios debaixo do comando do capitão do Regimento de Infantaria n.º 18, José António Pauluchi Pinto de Vilhena.

À sua custa se fardou e obteve bandeiras e tambores e, do Real Arsenal do Exército, recebeu armas curtas de caçadores e o respectivo cartuchame.

Foi este corpo o primeiro que, depois da restauração do reino, se apresentou pronto ao governo, isto é, fardado, armado e exercitado.

Como procurador de outro corpo, o Regimento de Eclesiásticos do Bispado da Guarda, que teve como comandante a Simão de Oliveira da Costa Melo Alvim, apresentou, na mesma época, o Padre Tomaz Pedro

pendente de fita verde de que, no requerimento, juntavam o desenho, que reproduzimos.

No referido requerimento limitava-se o uso dêste distintivo apenas aos indivíduos munidos de carta autenticada com as armas do bispado conimbricense, escrita na câmara do mesmo por ordem do reverendo provisor, depois do atestado passado pelo comandante dos referidos eclesiásticos.

Êste requerimento foi a informar, segundo aviso de 14 de Novembro, ao vice-reitor da Universidade de Coimbra Manuel Pais de Aragão Trigoso, governador militar da cidade.

Êste, na sua informação, é de parecer que a concessão do uso da medalha é de tôda a justiça, a-pesar-de o corpo não ter entrado em qualquer acção, pelo facto de os indivíduos que nêle se alistaram terem manifestado a sua boa vontade e diligência em defesa da Pátria.

Não concorda, porém, com a forma da sua concessão, mediante a simples atestação do comandante do corpo, por isso que, tendo sido êle, como governador militar da cidade, quem ordenara o alistamento dos seus membros, quem escolhera, aprovara e confirmara o seu comandante e oficiais, era a êle que competia verificar as condições em que os pretendentes se achavam para poderem usar da referida medalha.

Finalmente o Govêrno do Reino, por Decreto de 27 de Dezembro, concedeu aos Eclesiásticos Seculares Conimbrienses o uso de uma medalha pendente de fita verde, me-

de Sampaio e Silva, alferes da sua 1.^a companhia, uma súplica relativa à concessão de uma divisa para o dito corpo, em atenção aos serviços que prestara na Guarda na manutenção da ordem pública, o que o privara de cooperar no cêrco de Almeida como tencionava.

Estes factos constam de documentos que existem no Arquivo Histórico Militar.

diante prévia informação favorável do vice-reitor da Universidade de Coimbra.

A medalha, conforme o desenho reproduzido, era de forma oval, com as seguintes dimensões: eixo maior, 27^{mm} e eixo menor 20^{mm},5. Superiormente tem a inscrição: *Volunt. Eccl. Conimbr.* Dentro da medalha vê-se, ao centro, uma pequena cruz encimada por uma coroa real e na parte inferior, dois escudos, representados em parte, um com as quinas e os castelos e outro com a inscrição, em cinco linhas: *Religio et Patria.*

Ignoramos qual o metal em que ela teria sido feita, se realmente esta medalha passou além dêste projecto.

É curioso saber-se quais os serviços alegados pelos eclesiásticos para lhes ser concedida essa distinção.

No atestado, passado pelo seu coronel José da Costa e Silva, cuja cópia juntaram ao requerimento, declara-se que uns se empregaram, nas suas frèguesias, em animar e dirigir as Ordenanças, chegando a meter guarda e a estar de sentinela com elas; outros vigiaram os movimentos do inimigo para dêles darem conhecimento aos encarregados da defesa do país, iniciaram, em diversas povoações, pronunciamentos contra os invasores e, nelas, aclamaram o Príncipe Regente e ainda outros se organizaram em companhias, recebendo a respectiva instrução, afim de estarem aptos a acudir a qualquer parte onde fôsem necessários.

Num folheto da época ⁽¹⁾ se justifica por esta forma a intervenção armada dos eclesiásticos nesta luta contra os Franceses: «Se pois, por todo o direito he permittido aos Clerigos usarem d'armas, sempre que occurrer causa legitima, como a defesa de sua pessoa, ou bens; porque não lhe será concedido, encorporarem-se na massa da Nação armada, para

(1) *Apologia dos ecclesiasticos armados para defensa da Patria.* Author José Antonio da Silva Freire, Lisboa 1809.

defenderem-na de tantos estragos, de que se vê ameaçada? Se a cada hum he licito defender seus bens, e a sua posse contra o injusto invasor, repellindo a força com a força; se mesmo ao Juiz que procede de facto, se pode resistir impunemente; quem deixará de convir, que he licito aos Ecclesiasticos, armarem-se para defender a Patria, o Principe, a Religião, a sua vida, e seus bens?».

Nada mais conseguimos apurar acêrca desta curiosa medalha a que não encontramos referência em qualquer outro lugar.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA.

DOCUMENTOS

O Doutor Antonio José Vieira dos Guimaraens, Desembargador, Chanceller, Vigario Geral, que sirvo de Provisor, e Presidente da Junta do Governo deste Bispado de Coimbra, pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bispo Conde, Reformador Reitor da Universidade, etc.

A todo o Povo, e Clero Secular, e Regular deste Bispado Saude, e Fortaleza em Jesus Christo, que he a Pedra Angular do Edificio da Igreja, e Principe dos Reis da Terra,

Chegou em fim, Amados Irmãos, a feliz Epoca, em que eu já posso derramar desabafadamente em vossos peitos os sentimentos do meu Coração. O Deos Altissimo, que habita nos Ceos, e que abragendo de hum fim a outro fim com fortaleza, dispõe tudo com suavidade, depois de nos ter ferido na sua ira, quer finalmente dar-nos vida, e mostrar-nos a grandeza das suas Misericordias. As Orações dos Santos chegarão ao Throno do Eterno, e o Senhor Misericordioso se dignou lançar vistas propicias sobre Portugal, sobre este Reino, que he herança sua por titulos tão particulares.

Huma Tropa de Salteadores, mandada por hum homem, que junta a perfidia mais atroz com huma soberba, e arrogancia diabolica, tem ha mezes, como sabeis, usurpado o Governo deste Reino, roubado a nossa fazenda, atacado nossa honra, desarmado os nossos bravos Compatriotas, e arrancado cruel, e aleivosamente a vida a alguns delles, cujo crime todo era o seu manifesto Patriotismo. Vimos, e toda a Europa vio com

espanto e horror, imposta por Napoleão huma Contribuição extraordinaria de Guerra aos Portuguezes, que tinham acolhido amigavelmente, e com generosa affabilidade as Tropas Francezas, e a quem elle protestava vir proteger: E não se envergonhou aquelle pérfido de intitular esta enorme Contribuição resgate das nossas propriedades, no momento mesmo, em que solemnemente declarou ser nosso amigo, e não Conquistador. Essa affronta, ó Portuguezes! Os Seculos da Barbaridade não apontão factos tão pérfidos, e atrozes: Nós fomos tratados de miseraveis, e vis escravos. Ainda mais, Amados Irmãos: Foi-nos arrancado d'entre os braços o nosso Bispo: Este Grande, e amavel Prelado, juntamente com as maiores personagens do Reino, foi obrigado a fazer uma viagem penosa, e lá se acha desterrado em Paiz inimigo; sem que nem o seu Character Sagrado, nem a sua idade avançada, nem a fraqueza da sua saude fossem bastantes a amolgar o coração de ferro do *Barbaro Usurpador*.

Continuando este na sua carreira de traição, e de perfidia, fingio huma chamada modificação do barbaro imposto, digno do tempo dos Vandalos, e descaradamente faltava á sua palavra, preparando-se já para saquear todo o dinheiro dos Portuguezes, depois de haver sacrilegamente roubado quasi todas as alfaias preciosas, que a Piedade Portugueza havia dedicado ao Culto do Santuario. Que monstro de iniquidade! Elle assim como abusara da amizade para roubar aleivosamente as Hespanhas a S. Magestade Catholica; assim como abusava da nossa sinceridade para usurpar Portugal ao Nosso Augusto, Legitimo, e Amado Principe; assim como abusava da Religião, da qual se serve só para disfarçar os seus damnados intentos: Assim projectava (abri os olhos, amados Irmãos) Planos sanguinarios, cuja consideração faz tremer de horror; e sobre tudo ferir-nos no que temos de mais precioso; pois que a nossa Santa Religião hia a ser tristemente reduzida ao desprezo, e vilipendio: semelhante ao Apostata Juliano, Napoleão queria reduzir o Clero á miseria, e indigencia, extinguir todas as Congregações Religiosas, aviltar tudo o que são asylos da innocencia, e Casas em que se praticão os Conselhos Evangelicos. E que barbaros projectos!

Mas o Nosso Bom Deos Omnipotente, em cujo Poder estão postas todas as cousas, e a cuja Magestade ninguem pode resistir, compadecido em fim da nossa tribulação, começa a defender-nos, e a confundir nossos pérfidos inimigos mostrando-lhes que nada são, e voltando contra elles seus malvados designios: Huma luz brilhante tem raiado em todo o Portugal, e por um modo perfeitamente milagroso o Ceo encheo de fortaleza os corações dos Portuguezes para sacudirem o jugo da do-

minação Franceza, e á imitação dos bravos Hespanhões (*sic*) nossos vizinhos libertarem as suas Cazas, as suas Familias, a sua Honra, e a sua Religião. Tem-se feito já prodigios em todas as Provincias, e tudo indica, que o Nosso Deos he conosco.

E será possível, ó Clero Conimbricense, que em quanto os Cidadãos de todas as Classes concorrem á porfia para consummar tão santa, e justa empreza, nós nos contentemos com simples gemidos, e estereis votos! Ás armas, Respeitaveis Irmãos: Se como Clerigos devemos orar fervorosamente, e offerecer sacrificios pelo Povo; como Cidadãos somos strictamente obrigados a defender com todas as nossas forças a Patria, que pádece. E se he isto sempre verdade, agora com maior razão, que a Causa da Patria está ligada com a da Religião, agora que a Causa Publica he muito especialmente a nossa Causa, ó Clerigos Seculares, e ainda mais vossa, ó Regulares. Corramos todos animosamente ás Armas; e seja esta a voz, que resoe por todas as Freguezias; Ás Armas, Pais de Familias, para defenderdes vossas mulheres, e vossos filhos: Ás Armas, filhos-familias para defenderdes vossos Pais: Ás Armas, Clerigos Seculares, para defenderdes os Fieis, de quem sois Pais na Religião: Ás Armas, Corporações Regulares, para rechaçardes os impios, os hypocritas, que pretendem arrazar-vos, e arrazar os Cidadãos que vos sustentão: Ás Armas, Valorosos Portuguezes, contra os vis Salteadores, que ousão querer-vos reduzir á escravidão. E para que esta voz tenha toda a sua força, abri caminho, ó Clero Respeitavel: juntai ás supplicas de Moysés a valentia, e fortaleza de Josué: Dai exemplo aos vossos Compatriotas, não só com exhortações, senão tambem com obras de valor: Alistai-vos voluntariamente, e empunhai a Espada, como os Levitas do Antigo Testamento, para cortardes os inimigos da vossa Lei, e confiai que o Senhor, que julga sempre segundo a justiça, hade coroar com victoria os vossos trabalhos: Taes são os desejos ardentes do meu Coração. Viva o Principe Regente Nosso Senhor: Vivão os Portuguezes: Viva o illustrado, e valoroso Clero Conimbricense.

E para que esta Carta Pastoral chegue á noticia de todos os Diocesanos deste Bispado, Mando que seja remettida a todos os Reverendos Parochos, para que a leião, e publiquem á estação da Missa Conventual, e depois a affixem nos Lugares costumados. Dada em Coimbra sob meu Signal, e Sello das Armas de sua Excellencia, aos dez de julho de mil oitocentos e oito E eu João Chrisostomo de Vasconcellos, Notario Apostolico, que sirvo de Escrivão da Camara, a fiz escrever, e subscrever. — *Antonio José Vieira dos Guimarães.*

Lugar + do Sello.

Senhor. — Dizem os Ecclesiasticos Seculares Voluntarios Conimbricenses, q̃. pelos Documentos juntos se mostra o Patriotismo, Zello, e Energia com q̃. se portarão na Cauza Commum, e q̃. para constar singularm.^{te}, pertendem q̃. V. A. R. Se digne Conferir-lhes a Graça de poderem trazer pendente huma Medalha, cujo modello vai prezente, e conceder fita p.^a a mesma de côr verde, p.^a q̃. se não confunda com a vermelha dos Academicos, ou a mesma vermelha, se for do Seu Real Agrado, e, p.^a q̃. lhes não possa ser disputada a ditta Graça, Mandar tãoobem, q̃. ninguem possa usar della, sem q̃. seja munido com huma carta authentica com as Armas do Bizpado Conimbricense, passada na Camara do m.^{mo} por ordem do R.^{do} D.^r Provizor aos habilitados por Attestação do R.^{do} Jozé da Costa e S.^a Commandante dos ditos Ecclesiasticos Voluntarios, e como em iguaes circumstancias forão contemplados os Academicos, e os Supp.^{tes} se não animarão a requerer, sem q̃. fosse assaz notorio o seu zello, e neste meio tempo felizmente se tornou a organizar na Capital o Augusto, Legitimo, e dezejado Governo de S. A. R., julgarão os Supp.^{tes}, q̃. immediatam.^{te} devião recorrer á Alta Protecção do Sobred.^o Governo, p.^a q̃. se dignasse conferir-lhes a Graça implorada, e como pelos dittos documentos juntos se mostrão habilitados p.^a ella, os m.^{mos} Sup.^{tes} rogão e — P. a V. A. R. Seja Servido defirir-lhes na forma, q̃. supplicação — E. R. M.^{co} — como pro.^{gor} — *Faustino José da Costa.*

O D.^{or} Antonio Joze Vieira dos Guimaraens, Dezembargador, Chanceller Vigario Geral, e Provizor, Juiz dos Cazamentos, habelitaçoens de Genere, vita, et moribus nesta Cidade, e Bispado de Coimbra pelo Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Bispo Conde, Reformador, Reitor da Universidade, do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor &^a Aos Senhores a quem a prezente Certidão em forma com o teor de uma petição, Despacho, e Attestação foi apprezentada, e o seu verdadeiro conhecimento pertencer: Saude, e pás em Jesus Christo Nosso Senhor, e Salvador: Faço saber, que por sua petição me enviarão dizer os Ecclesiasticos Seculares voluntarios Conimbricenses, que para requerimentos, que tinham, precisavão, que pela Camara Ecclesiastica se lhes passase, e reduzisse a publica forma os Documentos, que apresentavão, ao que defirindo por meu despacho lhe mandei passar a prezente Certidão com o teor dõs Documentos referidos, que são da forma, que se segue = Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor. Dizem os Ecclesiasticos Seculares Voluntarios Conimbricenses, que para constar do seu Patriotismo na promptidão, que mostrarão na defeza da cauza commum, e com quanto

zelo correrão a alistar-se em virtude da Sabia Proclamação do seu Benemerito Prelado, sujeitando-se até a aprender o exercicio Militar em recrutas, para que melhor podessem cumprir com os deveres de verdadeiros Cidadãos, pertendem obter da Regencia destes Reinos a Graça de poderem trazer pendente hum Distinctivo, cuja forma vai presente, e por haver exemplo de serem contemplados os Academicos; em iguais circunstancias, parece fazerem-se dignos da Graça, que implorão; más (*sic*) como para isso precisam Documentos authenticos, os Supplicantes estão nos termos de rogar a Vossa Excellencia, que pela sua incomparavel Benignidade se digne mandar que o Reverendissimo Coronel dos ditos Eccleziásticos Voluntarios passe attestação em como hé verdade o que alegão; pelo que = Pedem a Vossa Excellencia se digne defirir aos Supplicantes na forma que pedem = E receberião Mercê = Passe a attestação requerida. Coimbra vinte e sete de Setembro de mil oito centos e oito = Vice Reitor = Joze da Costa e Silva, Reitor do Seminario Episcopal de Coimbra, e Comandante do Corpo de Voluntarios Eccleziasticos Conimbricenses pelo Governo da mesma Cidade: Attesto, que em virtude da Pastoral do Muito Reverendo Provizor deste Bispado Antonio Joze Vieira dos Guimaraens, datada de des de Julho deste anno de mil oito centos e oito, na qual exhortou o Cléro Seculár, e Regular deste Bispado a pegár em armas, e a alistar-se para ajudarem a defeza da Patria, e particularmente desta Cidade; concorreo a alistar-se com tôda a promptidão, zelo, e Patriotismo huma boa parte do mesmo Cléro a quem ou a idade, ou molestias, ou obstaculos do Seu Emprego, não impossibilitavão de assim o fazer, cujos nomes constão do Livro do Alistamento: E depois de alistados, huns se empregarão nas suas respectivas Freguezias com exemplár edificaçam em animár, e derigir as Ordenanças, chegando a meter Goarda, e estár de Sentinela com ellas; o que muito efficázmente contribuiu para Sustentar no animo dos Povos o enthuziasmo, e valor Portuguez; outros andavão a observár os passos das Divizoens volantes do inimigo, para melhor se tomarem as medidas adequadas de defeza; outros forão começar em diversas Povoaçoens a feliz Revolução, e fazer acclamár o Nome Augusto do Nosso Principe Regente; outros em fim se organizarão em Companhias nesta Cidade; e juntamente com os seus camaradas della naturaes se andarão instruindo com grande edificação da mesma Cidade no exercicio Militar, promptos á voz do Governo, para acudirem a toda a parte onde o bem da Patria os chamasse; E em cumprimento do Despacho mandei passár esta que a signei no mesmo Seminario Episcopal de Coimbra aos tres de Outubro de mil oito centos e oito = Joze da Costa e Silva = E não

se continha mais em os ditos Documentos do que dito fica, cujas letras delles forão ante mim reconhecidas por verdadeiras, e com o teor dos quais se passou a prezente certidão em forma bem, e na verdade sem couza levár, que duvida faça, e para que se lhe dé fe, e credito nella interponho a minha Auctoridade Ordinaria, e Decreto Judicial. Dada em Coimbra sob meu Sinal, e Sello das Armas de Sua Excellencia aos seis dias do mez de Outubro de mil oito centos e oito annos e Eu João Chrisostomo de Vasconcellos Notario Apostolico, que sirvo de Escrivão da Camara a escrevi.—*Antonio Joze V.^a dos Guim.^{es}*—(selo em branco) — No Sello . . . XX.—Certidão em forma com o theor dos Documentos passada a favor dos Eccleziasticos Seculares Voluntarios Conimbricenses: Na sua forma &.^a

O Requerimento dos Eccleziasticos Seculares Voluntarios Conimbricenses, q̃. Vossa Alteza me manda informar, interpondo o meu parecer, por Avizo de 14 deste mes de Novembro, dirige (*sic*) a alcançar a Graça de uzarem do destintivo de huma medalha pendente; e a q̃. o uzo da mesma seja só exclusivamente permitido aos q̃. com attestação do comandante se acharem munidos com huma carta autentica com as Armas do Bispado Conimbricense passada na Camera do mesmo por ordem do Doutor Provizor.

Este Corpo de Voluntarios Eccleziasticos, em q̃. tambem entrarão alguns Regulares, organizou, e principiou a exercitarce no manejo com todo o fervor; mas não chegou a porce em acção, nem a fazer serviço algum; por q̃. felismente não foy necessario. Entretanto merecem Louvor os q̃. se allistarão, e dispozerão de tão boa vontade prontos para o serviço e defeza da Patria, e em attenção a isto pareceme justo se lhe conceda o uzo da Medalha pendente cujo modello apresentão.

Em quanto porem ao modo com q̃. pertendem ser authorizados exclusivamente, os q̃. so deverão uzar desta Insignia; não o acho racional; Porq̃. ainda q̃. huma grande parte dos mesmos Voluntarios Eccleziasticos compareceu a allistarce em virtude da Pastoral insinuada do seu Prelado; o alistamento foy feito por ordem minha; Por q̃. a escolha, approvação, e confirmação do Comandante, e dos maes Officiaes deste Corpo forão feitas igualmente por mim; e Por q̃. na rezão de Corpo Militar elle não reconheceu outra authoridade, em quanto existiu, se não a minha. Em consequencia do q̃, parece q̃. perante mim he q̃. se deverião verificar as circumstancias em q̃. cada individuo se achava para uzar da Insignia q̃. se lhe conceder; e q̃. não fosse so o Juiz disso o Comandante, e quem não teve debaixo da sua inspecção e das suas

ordens este Corpo. Mas Vossa Alteza determinará o q̃ lhe parecer mais justo. Coimbra 22 de Novembro de 1808. — O Vice Reitor da Universidade — *Manuel Paes de Aragão Trigoço*.

Sendo presente ao Principe Regente Nosso Senhor a Informação de V. S.^a, em data de 21 de Novembro proximo passado, sobre o Requerimento dos Ecclesiasticos Seculares Voluntarios Conimbricenses: Ha Sua Alteza Real por bem Conceder-lhes a Graça de poderem uzar como distinctivo de huma Medalha pendente de fita verde, conforme o modelo junto ao mesmo Requerimento. que torno a remetter incluso; devendo porêem verificar perante V. S.^a as circumstancias em que cada hum dos Supplicantes se acha para lhe competir o uso do referido distinctivo, conforme o parecer de V. S.^a, aquêem assim o participo para sua devida intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S.^a Palacio do Governo, em 27 de Dezembro de 1808. — *D. Miguel Per.^a Forjaç.* — S.^{or} Vice Reitor da Universidade de Coimbra.

Luiç Pedro de Andrade e Brederode, Deão, e Coronel do Regimento de Voluntarios, composto de Ecclesiasticos Seculares, e Regulares

Faço saber a todos os Senhores Dignidades, e Conegos, que tem servido na presente occasião da feliz Restauração do Principe Regente Nosso Senhor, como Capitaens Ajudantes d'Ordens de Sua Ex.^a R.^{ma}, assim como aos Senhores Beneficiados da Cathedral, que tem servido, como Tenentes Ajudantes, que por graça especial do nosso Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor foi permittido poderem usar de armas offensivas, e defensivas em quanto durar a guerra com a França, por ser esta em defesa da nossa Sagrada Religião, e da Patria; e concede a todos estes, que como taes tem servido, o poderem usar do distinctivo de huma palma d'ouro no braço esquerdo, guardando-se as graduações das Patentes de cada hum no modo da mesma palma, da qual poderão usar em quanto vivos forem.

Igualmente concede a mesma Graça a todos os Senhores Officiaes do Regimento, e aos Soldados, que tem servido com zelo e Patriotismo, sendo estes alistados por cada hum dos Senhores Capitaens; pelo que recommendo muito a todos os Senhores Officiaes tenham o cuidado necessario para que nenhum outro se atreva a usar deste distinctivo, e fação que assim se execute.

Porto 1 de Outubro de 1808. — *Luis Pedro de Andrade e Brederode*
— Deão, Coronel

AS TRÊS CONFERÊNCIAS AFRICANAS

I

OS ANTECEDENTES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM

As posições portuguesas em África não melhoraram no século XVIII. As preocupações da Europa e do Brasil não deram tempo a que a expansão colonial se desenvolvesse. As margens do Zaire estavam mal ocupadas. Havia interesses comerciais de diversas nações, sem que preponderassem os portugueses. Quando as forças portuguesas construíram em fins do século XVIII o forte de Cabinda, o Marquês de Marigny à frente de uma expedição veio destruí-lo em 1785. Os franceses queriam ali comerciar livremente. A contenda entre Portugal e a França terminou pelo tratado do Pardo em 30 de Janeiro de 1789⁽¹⁾. Foi medianeiro o diplomata espanhol Conde de Floriblanca. Estipulou-se que os comerciantes franceses não se estabeleceriam para o Sul do Zaire e do Cabo Padrão, que o interior e a costa de Angola ficavam reservados aos portugueses. Os franceses exigiram, contudo, tratamento igual aos ingleses e holandeses. Diz o Tratado: «A França não se arroga o direito de disputar nem de reconhecer os títulos para a pretensão, domínio e comércio exclusivo das outras nações que propõe Portugal sobre a Costa de Angola desde o Cabo Padrão para o Sul, e consente que o tráfico dos vassalos S. M. C. sobre

(1) Castro, *Collecção de Tratados*, VIII, pág. 410.

a dita Costa não se estenda ao Sul do Rio Zaire mais para lá do Cabo Padrão, contanto-que as outras nações não estendam o seu mais para lá do dito Cabo, de maneira que os subditos franceses sejam tratados em tudo sôbre estes pontos como os das outras nações, e gosem dos direitos que outras gosarem ou se lhes permitirem por S. M. F.».

A ocupação do Cabo da Boa Esperança pela Inglaterra em 1796 sobressaltou Portugal. Sentiu-se a necessidade de assegurar a posse dos territórios entre Angola e Moçambique. A Inglaterra não queria reconhecer os direitos de Portugal ao Norte do Zaire. A diplomacia portuguesa procurou por várias formas obter êsse reconhecimento; mas foram baldados os seus esforços. Assim no artigo X do Tratado de 19 de Fevereiro de 1810 diz-se que as estipulações feitas não «invalidam ou affectam de modo algum os direitos da Corôa de Portugal aos territórios de Cabinda e Molembo». Era uma declaração unilateral. A Grã Bretanha não se pronunciou sôbre ela. No Tratado de 22 de Janeiro de 1815, assinado em Viena, para a abolição da escravatura, não se definiram os limites dos territórios portugueses ao Norte do Equador. Na convenção de Londres de 28 de Julho de 1817, Portugal declarou que os territórios que possuía ao Sul do Equador na Costa Ocidental da África eram Cabinda e Molembo, a partir do 5° 12' até o 8° de latitude sul. A Inglaterra nem aceitou nem rejeitou esta declaração. Mais tarde, quando foi outorgada a Carta Constitucional, Cabinda e Molembo foram expressamente mencionados como pertencentes à Corôa. Nenhuma objecção foi levantada.

Os tratados entre a França e a Inglaterra para a repressão do tráfico da escravatura de 1841 e de 1845 compreendiam territórios portugueses. Portugal protestou. A Inglaterra respondeu em 30 de Setembro de 1845 dando tôdas as satisfações, sem contudo reconhecer os direitos de Portugal, naquele ponto. Palmerston, em nota de 26 de Se-

tembro de 1846⁽¹⁾ diz que a Grã Bretanha não tinha reconhecido os direitos de Portugal ao Norte do Ambriz. Se essa soberania tivesse sido reconhecida, dizia o estadista inglês, o comércio britânico teria sido prejudicado.

O Conde de Lavradio, em 17 de Setembro de 1855, sustentava a prioridade da descoberta em 1484 e afirmava a existência da administração portuguesa desde essa data. A polémica havida entre o Conde de Lavradio e Lord Clarendon a êste respeito tende a demonstrar por parte de Portugal que à descoberta se seguiu a ocupação e que não só as tribus indígenas reconheciam os direitos portugueses, como também outras nações europeas. A Inglaterra rebatia estas afirmações e acabou por declarar que manteria livres as comunicações nesta parte da Costa de África. Como o Governador Geral de Angola mandasse ocupar militarmente estes territórios disputados, a Inglaterra enviou um navio de guerra para Ambriz, a-fim-de proteger os súbditos britânicos. Não foi brilhante a correspondência que sôbre o assunto se trocou. Já se desenhava no ar o princípio da efectividade da ocupação. Os direitos históricos tinham passado de moda. As memórias escritas pelo Visconde de Santarém e pelo Visconde de Sá da Bandeira demonstrativas da soberania portuguesa na região em nada impressionaram o Conde Clarendon, pois êste declarou que o único título que a Inglaterra reconhecia era o da ocupação efectiva do Ambriz e que o Governo Português devia obrigar-se a delimitar a região e a garantir aos ingleses ali estabelecidos a liberdade comercial, e bem assim a abolir a escravatura. No entanto não admitia a soberania portuguesa sôbre Cabinda e Moimbo e acrescentava que «qualquer tentativa das autoridades portuguesas em África de estenderem a ocupação seria combatida pelas forças navais de S. M. B.».

(1) *Africa*, n.º 2. (1883).

Em 15 de Agosto de 1856⁽¹⁾ Lord Clarendon mandou dizer ao gabinete de Lisboa que era preferível o Governo Português deixar a questão no pé em que estava.

Lord John Russell, em 13 de Outubro de 1860, aconselhava em Lisboa que «melhor avisado andaria o Governo Português se desenvolvesse os vastos territórios que possuía em África do que procurar estender uma soberania colonial sobre territórios que só pela violência poderia conquistar.

Quando em 1875 João de Andrade Corvo tentou encetar negociações para terminar este estado de cousas, acêrca de Cabinda, o Duque de Saldanha recebeu de Lord Derby (8 de Fevereiro de 1876) uma resposta áspera e que não dava margem a discussões amigáveis. As instruções, dizia, dadas ao Almirantado em 1856 para se opôr pela fôrça, a qualquer tentativa de ocupação por parte de Portugal, estavam ainda em vigor. Malogrou-se pois o plano de se resolver a questão de Cabinda com a Inglaterra. As apreensões de Andrade Corvo eram fundadas. O Capitão Owen tinha feito o reconhecimento do Zaire em 1857. Richard Burton tinha subido o Rio até as quedas de Yalala no mesmo ano. Livingston tinha ido de Victoira Falls para o Kassai e tinha saído por Loanda. Em 1866 tinha empreendido a sua última expedição, à procura das origens do Nilo, para o Norte do Lago Niassa. Stanley, mandado pelo «New York Herald» à procura de Livingston, deu uma grande publicidade às descobertas do interior da África e interessou o grande público nas suas viagens. Outras expedições aproveitaram para fazer tratados com chefes indígenas assegurando à Associação a Bacia do Congo. O Capitão alemão von Hofmeyer em 1875 alvitrava ao seu Governo a anexação do Congo⁽²⁾. Na África Oriental

(1) *Africa*, n.º 2, 1883, n.º 31.

(2) *Keith The Belgian Congo*, pág. 28.

debatiam-se problemas análogos, agravados pela escravatura e pelos árabes. Leopoldo da Bélgica aproveitou a oportunidade e com o manto de filantropia, acabou por fundar o Estado Livre do Congo. A reunião de geógrafos em Bruxelas em 1876 (12 de Setembro) discutiu as descobertas africanas. Os governos não estavam representados, nem foram convidados; mas com excepção de Portugal todos os países interessados tinham ali um geógrafo da sua nacionalidade. Sir Bartle Frere representava a Inglaterra, e Nachtigal a Alemanha. Nasceu desta conferência de três dias a Association Internationale Africaine, cujo fim era a exploração da África Central. Constituíram-se nos vários países comités nacionais. A Royal Geographical Society de Londres não se associou ao movimento. Na Bélgica fundou-se o comité belga para a supressão da escravatura e a exploração da África. Em Dezembro de 1876 organizou-se o comité alemão com o mesmo fim. Em 20 de Junho de 1877 reuniu-se a Comissão Internacional de Bruxelas, a que não assistiram nem portugueses nem russos. Nessa comissão resolveu-se organizar uma comissão executiva, que ficou constituída pelo General Sanford (americano) pelo Dr. Nachtigal (alemão) e pelo geógrafo francês Quatrefages. Preparou-se outra expedição à África Central e adoptou-se uma bandeira. O Rei Leopoldo contribuiu com fortes quantias para os trabalhos poderem prosseguir. Os insucessos belgas na África Oriental não o desanimavam. Secundado pelo Americano Sanford, o Rei não cessava de trabalhar no seu plano de conquista da África Central. O jornalista anglo-americano Stanley quando regressou da sua viagem pela África Ocidental, onde acabava de percorrer 1660 milhas de rio e 140 de terras por explorar, em 281 dias, encontrou em Marselha um delegado de Leopoldo II, que o convidou a ir a Bruxelas avistar-se com o Rei em Junho de 1878. Esta conferência despertou a curiosidade de Gambeta, mas a Inglaterra mantinha-se alheia

à actividade do Rei dos Belgas. Tinha outras preocupações na Índia, no Afghanistan, na África do Sul e no Egipto, sem mencionar a sua política interna e as suas relações com a Alemanha.

Em Novembro de 1878 reuniram-se em Bruxelas os financeiros que constituíam o Comité d'Etudes du Haut Congo para estudarem as possibilidades do Congo, sob a presidência do Coronel Strauch, amigo íntimo do Rei. Resolveu-se financiar uma nova expedição, chefiada por Stanley, que fôsse à África Central comprar terrenos e tomar posições, como preliminar da futura Confederação de repúblicas indígenas independentes, sob a presidência de quem o Rei escolhesse. Stanley partiu em Janeiro de 1879 com destino a Zanzibar. A-pesar-da sua fama de esmagador de rochas (Boula Matari na língua indígena) Stanley encontrou as maiores dificuldades na execução das instruções que levava. Os povos que habitavam o centro da África eram perfeitamente selvagens e não compreendiam o plano de Leopoldo.

A França não via com indiferença a actividade do Rei dos Belgas no Congo. Brazza, italiano, ao serviço da França, desde 1870, foi mandado no encalce de Stanley e explorou as costas do Gabão, as margens do Rio Ogoué e uma parte do Congo.

A Inglaterra continuava indiferente. Só em Novembro de 1882 é que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Serpa Pimentel, conseguiu renovar as negociações malogradas em 1876, para se definir a situação dos territórios de Cabinda e Molembo. Ao dar instruções ao plenipotenciário português em Londres, dizia o Governo que Portugal «não queria fechar a África mas sim abri-la à civilização e ao comércio do mundo»... Era então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Inglaterra o Conde Granville, homem hesitante, amoldável e amável, que só tomava decisões⁽¹⁾ quando

(1) *Grosse Politike*, vol. III.

Gladstone se impunha. À diligência portuguesa correspondeu o Governo Inglês com uma nota na qual declarava que estava disposto a negociar, desde que Portugal declarasse a liberdade de navegação no Zambeze e Congo, que estabelecesse uma pauta máxima nas colónias que não excedesse os máximos fixados na de Moçambique, que concedesse o tratamento da nação mais favorecida aos súbditos britânicos nas colónias, que garantisse a liberdade religiosa, que suprimisse o tráfico da escravatura, que desistisse de quaisquer pretensões sobre terrenos ao Sul do paralelo 18° de latitude Sul na costa ocidental da África, que desistisse de quaisquer pretensões sobre terrenos no interior que não estivessem efectivamente ocupados, e que desistisse a favor da Inglaterra de quaisquer direitos ou pretensões sobre terrenos compreendidos entre o meridiano 5° de longitude Oeste e o meridiano 5° de longitude Este (S. João Baptista da Ajuda) ⁽¹⁾.

As negociações foram demoradas. O comércio inglês, estabelecido no Zaire protestava contra qualquer concessão que ampliasse o domínio de Portugal, porque o considerava prejudicial aos seus interesses. As sociedades filantrópicas inglesas influíam no govêrno para restringir a soberania portuguesa, alegando que a escravatura era o negócio dos degredados, que se despejavam em Angola, e que as autoridades eram impotentes para acabar com essa vergonha da humanidade.

Lord Granville escrevia em 15 de Março de 1883 que o tratado que Portugal desejava não podia ser uma convenção apenas entre os dois países, pois seria inútil se não fôsse sancionando por outras potências interessadas na região. Não bastava que se consignassem princípios de liberdade de comércio, de religião, de navegação e de abolição de escravatura, era indispensável que as nações interessadas aceitassem essas declarações. O Governo Português respondeu

⁽¹⁾ *Africa*, n.º 3, 1883, e *Africa*, n.º 2, 1884.

que não fazia questão de amor próprio, visto estar firmemente convencido dos direitos de Portugal e que não tinha «o mínimo receio» de que tôdas as potências reconheçam a soberania portuguesa desde que a Inglaterra o fizesse. A França, dizia a nota de Serpa Pimentel, tinha reconhecido os territórios de Cabinda e Molembo pelo Tratado de 1786 e pelas declarações de Duclerc ao encarregado de negócios de Portugal em Paris. A Holanda tinha reconhecido a soberania portuguesa no Zaire. A Alemanha, em nota de 29 de Dezembro de 1870 ⁽¹⁾, tinha também reconhecido a soberania portuguesa na região. Só a Inglaterra, desde 1846, se opunha à ocupação portuguesa dos territórios ao norte do Ambriz.

Lord Granville exprimiu as suas dúvidas sobre o reconhecimento das outras potências. Disse que quanto à França, o Ministro dos Estrangeiros, Challemeil-Lacour, numa conversa com o Embaixador Inglês em Paris, negara que a França tivesse reconhecido os direitos de Portugal sobre os territórios em questão. Sublinhara mesmo ao Embaixador a «futilidade» de se fazer uma convenção entre duas potências, quando o reconhecimento das outras era indispensável. Apesar desta informação, o Ministro Serpa Pimentel instou com a Inglaterra para que a negociação prosseguisse entre as duas nações somente. As críticas ao sistema administrativo português e a escravatura faziam objecto de constantes manifestações da opinião pública inglesa. Repentinamente Lord Granville, em Julho de 1883, pergunta qual era o ponto no Rio Shire até onde se exercia a soberania portuguesa. Insinuava que pelas pautas de Moçambique devia ser a confluência desse rio com o Zambeze. No decreto de 2 de Agosto de 1875, pelo qual tinha sido concedido o exclusivo

(1) A nota alemã diz: La capture du bâtiment en question dans les eaux neutres des possessions portugaises est évidemment contraire au droit des gens. *Questão do Zaire*, vol. I, pág. 66.

da navegação do Zambeze e Shire, compreendia-se todo o percurso do Shire. O Governo Inglês reconhecia qualquer ponto, desde que houvesse uma autoridade portuguesa efectivamente estabelecida.

A liberdade de trânsito e a liberdade religiosa eram indispensáveis garantias para tranquilizar os missionários protestantes, principalmente os do Lago Niassa. Em Novembro de 1883 ainda Lord Granville alegava que a soberania portuguesa no Shire não ia além de 60 milhas ao norte da confluência deste rio com o Zambeze. Lembrava também que se criasse uma comissão internacional para a navegação do Zaire, em vez de uma comissão luso-britânica. O Governo Português não aceitava estes alvitre, que considerava depressantes da sua honra. Lord Granville argumentava com a Comissão do Danúbio, que não ofendia a soberania dos Estados marginais; mas Serpa Pimentel não se conformava. Em Janeiro de 1884 explicou Lord Granville que a demarcação dos limites do Shire era essencial para a Inglaterra, por causa dos missionários do Lago Niassa, que queriam saber em que lei viviam. Aceitou nessa ocasião a proposta portuguesa de que a comissão do Zaire fôsse composta apenas de ingleses e portugueses.

Acrescentou que o fazia «com a menos dissimulada relutância» e só porque o Governo Português declarava que para contentar a opinião portuguesa era indispensável substituir a comissão internacional do Zaire por uma luso-britânica. Era do feitio de Lord Granville não oferecer grandes resistências. Tinha apresentado as suas razões. Não foram atendidas. Desinteressava-se.

Em 26 de Fevereiro de 1884 foi assinado em Londres o Tratado relativo aos Rios Zaire e Zambeze e aos territórios da Costa Ocidental da África situados entre os paralelos 8.º e 5º 12' de latitude Sul. O Tratado consta de 12 artigos. Por êle a Inglaterra reconhecia os direitos de Portugal aos

territórios ao Norte do Ambriz. Estabelecia-se a liberdade comercial entre os súbditos de tôdas as nações naqueles territórios. Garantia-se a liberdade de navegação no Zaire e Zambeze, sendo o tratamento igual para todos os países. Ficava consignado que o limite norte da soberania portuguesa no Shire era o ponto a 60 milhas para o Norte da confluência dêste rio com o Zambeze. A liberdade de navegação era extensiva às costas marítimas. Não haveria monopólios de navegação nem diferenciais de bandeira. As estradas de acesso aos rios ficavam sujeitas ao mesmo regime de liberdade. Estipulava-se a liberdade religiosa e a protecção aos indígenas. Uma comissão anglo-portuguesa regularia a navegação no Zaire e Zambeze.

Durante dez anos as pautas de Moçambique não seriam alteradas e os máximos nelas estabelecidos não seriam excedidos nas pautas de outras colónias africanas portuguesas.

O tratamento da nação mais favorecida era concedido aos súbditos das duas potências. A abolição da escravatura e do tráfico ficou convencionada. Foi dado o direito de preferência à Inglaterra sobre o Forte de S. João Baptista de Ajuda, no caso de Portugal o querer alienar.

As objecções que se levantaram contra êste tratado foram inúmeras e não tardaram a manifestar-se. Tanto em Inglaterra como em Portugal não faltaram críticos e descontentamentos. E, para além fronteiras, explorou-se bem com o estado da opinião pública nos dois países signatários. O Comité des Hautes Etudes du Congo invocou 4 contractos que tinha feito com indígenas no Congo para contestar a jurisdição portuguesa na região. A *Association Belge* tinha uma estação em frente de Noqui e o Governo Inglês teve de obter de Portugal a declaração de que essa estação ficava fora da fronteira portuguesa ⁽¹⁾.

(1) *Africa*, n.º 5 1884, n.º 7.

Em Inglaterra, a Câmara de Comércio de Manchester, cuja influência política é de todos bem conhecida, considerava prejudicial para o comércio britânico o alargamento da jurisdição portuguesa. Alegava que as razões havidas no passado para a Inglaterra se opôr à ocupação dessa região por Portugal continuavam a prevalecer. O comércio, dizia, estava exposto às exacções de legiões de empregados públicos «sem meios nem energia, nem fôrça para superintender no delta do Zaire»...

O Foreign Office contestava estes argumentos. Dizia que se a Inglaterra tinha mudado de atitude era porque as circunstâncias também se tinham modificado. O Tratado garantia o comércio, a navegação e a liberdade religiosa. Punha termo aos abusos das pautas.

Mas a Câmara de Comércio de Manchester não se dava por convencida⁽¹⁾. A British and Foreign Anti-Slavery Society protestava também alegando que os portugueses estabelecidos na região eram, na sua grande maioria, degredados que fomentavam o crime e a desordem. A escravatura era e continuava a ser um dos negócios a que se dedicavam êsses elementos da população portuguesa. A administração portuguesa da região era «corrupta e insuficiente». Alargar o domínio português era, por consequência, adiar para mais tarde a abolição da escravatura.

O Foreign Office tendo submetido ao seu representante em Lisboa estas críticas recebeu a seguinte informação, que é das mais interessantes defesas que Portugal tem tido da sua administração colonial, dizia M. Petre: «O Governo Português é tam sincero e firme na sua resolução de abolir a escravatura como qualquer outro Governo europeu e não tolera mais de qualquer outro, atentados contra a sua autoridade a êste respeito. As suspeições lançadas contra o Go-

(1) *Africa* n.º 5, 1884.

vêrno Português são cousas do passado. A-pesar-de todos os ditos, os governadores das colónias portuguesas regressam às suas casas depois de longos anos de permanência no Ultramar, tam pobres como para lá foram. Ha actos praticados por individuos que falam a lingua portuguesa, na África Oriental que desacreditam o bom nome de Portugal; mas êsses individuos são geralmente mestiços ou pretos que não têm direito de invocar a nacionalidade portuguesa e que exercem o seu infame tráfico para além da jurisdição da autoridade portuguesa ou para além do seu domínio pratico».

Lord Granville, em 23 de Abril de 1884, lembrava ao Govêrno Português a conveniência de averiguar quais eram de facto as Potências que reconheciam os direitos de Portugal aos territórios em questão. A campanha contra a administração portuguesa intensificava-se em Inglaterra. As sociedades missionárias e filantrópicas descreviam nos jornais a chegada de vadios a Loanda, a maneira como se recrutava o exército ultramarino, a chegada de trabalhadores recrutados a S. Tomé, etc., etc. As Câmaras de Comércio procuraram justificar-se publicando os factos passados com os seus sócios. No Parlamento inglês suscitavam-se interpelações constantes. Lord Granville ao discutir a questão dos Lords em 9 de Maio de 1884⁽¹⁾, declarou que se Portugal não estava havia mais tempo na posse dêsses territórios era porque a Inglaterra tinha procedido arbitraria e abusivamente (in a high handed manner) em conformidade dos desejos das sociedades anti-escravistas, dando a entender que usaria da fôrça para obstar a que Portugal ocupasse essa região. Lord Granville rebateu um por um os argumentos aduzidos contra Portugal e concluiu por perguntar porque é que se havia de receiar que Portugal não cumprisse uma obrigação voluntariamente tomada?

(1) *Questão do Zaire*, vol. II, n.º 16.

O Ministro dos Estrangeiros de Portugal manifestava-se surpreendido com a atitude inglesa. Não percebia que só «agora» o Governo Britânico julgasse necessário um acordo prévio com as outras potências para o reconhecimento da soberania portuguesa. O certo é que sem mais conversas com a Inglaterra mandou propor pelo Ministro de Portugal em Londres uma conferência internacional para resolver as questões pendentes⁽¹⁾. A Inglaterra acabava de perguntar em Lisboa se o Governo aceitava um delegado francês à comissão do Zaire. Em 13 de Maio de 1884 foi expedida uma circular às legações mandando propor uma conferência internacional aos vários governos para discutir os negócios africanos.

A discussão do tratado em Inglaterra estava suspensa até que fôsem resolvidas as objecções das outras potências ao tratado (9/5/84) e Lord Granville tinha prometido indicar os meios mais prováveis de se chegar a um acordo. O alvitre de uma conferência surgiu inesperadamente e Lord Granville absteve-se de mais conversas. Em Junho ainda não tinha indicado quais os meios conducentes a um acordo com as Potências e o Ministro dos Estrangeiros (Bocage) manifestava-se apreensivo. «Não me cansarei, dizia o Ministro no seu despacho para Londres, de insistir em que os dois governos, Português e Inglês, têm de entender-se conjuntamente e, de comum acordo com as outras Potências». Recordava que em Abril último Lord Granville tinha mandado dizer em Lisboa que o Governo Inglês estava pronto a auxiliar o Governo Português por qualquer forma que fôsse julgada mais adequada (judicious) por ambas as partes para alcançar a aceitação do Tratado pelas outras Potências.

Lord Granville, sem fazer recriminações acerca do alvitre para uma conferência internacional, a meio de negocia-

(1) *Questão do Zaire*, vol. II, n.º 19, 12/5/84.

ções pendentes, e com conseqüências que podiam ser graves, não se manifestava e recusava-se a responder às perguntas de Lisboa (1).

Desde Abril que a França se entendera com a Alemanha sobre a atitude a tomar contra a Inglaterra e o Tratado do Zaire. As negociações do Conde Herbert de Bismarck em Londres não deixavam a menor dúvida ao Governo Inglês de que alguma coisa de grave se concertava entre as duas Potências.

Em Junho (29) seguinte o Ministro de Inglaterra em Lisboa comunicava que as objecções suscitadas pela Alemanha contra o tratado eram tam sérias que o Governo Inglês perdera a esperança de o ver confirmado pelas outras Potências. A ratificação do Tratado era pois inútil. Claramente se vê da correspondência que o Governo Inglês attribuía o insucesso da negociação ao facto de Portugal ter tido demasiada confiança na sua situação e não ter querido tomar em consideração as informações que a Inglaterra lhe deu de que as outras Potências não estavam de acôrdo com o Tratado. O Governo Inglês declinou pois o encargo de negociar directamente o reconhecimento do tratado. Mantinha, porém, para com Portugal a mesma attitude. A fraqueza da política de Lord Granville manifestou-se neste caso, como em vários outros. A Inglaterra não se opunha à actividade da Association Internacional Africaine e consentia que officiais ingleses fôsem servir o Rei Leopoldo.

A resolução tomada pela Inglaterra de não ratificar o tratado não foi tomada de acôrdo com Portugal, assim como também não foi de acôrdo com a Inglaterra que se tomou a deliberação de lembrar uma conferência internacional para resolver as questões africanas.

(1) *Questão do Zaire*, vol. II, nº 34.

O Ministro Bocage exclamava num dos seus despachos:

«É singular na história este facto de uma nação poderosa haver durante perto de 40 anos impedido o exercício dos direitos de soberania de uma nação amiga, sua antiga e sempre fiel aliada, e isto em territórios a respeito dos quais não invocava nem podia invocar direitos alguns de domínio resultando daqui manter-se por tam longo periodo naquelas regiões em completo estado de anarquia, contrário ao livre desenvolvimento do comércio nas nações civilizadas, mas altamente proveitoso dos interêsses egoístas e ao monopólio exclusivo de alguns opulentos traficantes».

Em 16 de Outubro de 1884 o Governo Inglês declarou em Lisboa que a sua posição no tocante ao Tratado do Zaire dependia da attitude das outras Potências. Prevenia, contudo, Lisboa de que as outras Potências não estavam concordes em reconhecer os direitos de Portugal (5/11/84). Assegurava as boas disposições da Inglaterra.

As conversações havidas entre representantes alemães e ingleses⁽¹⁾ a respeito de cousas coloniais, as negociações de Bismarck com a França acêrca do mesmo assunto, a conferência de Londres sôbre os negócios do Egito, as aspirações coloniais alemãs e a negociação para a entrega de Heligoland à Alemanha tinham orientado o Governo Inglês suficientemente para saber que o Tratado do Zaire serviria de pretexto para compensações territoriais ou políticas. Em Agosto de 1884 Ferry combinou com Bismarck a attitude a tomar em vários assuntos e Bismarck resolveu convidar várias Potências para uma conferência, cujo programa esboçou com a aprovação da França.

Negociações havidas entre Leopoldo II da Bélgica e Jules Ferry, bem como com Bismarck, e os Estados Unidos da América do Norte influíram certamente nas resoluções to-

(1) *Grosse Politik des Europaeischen Kabinette*, vol. III e IV.

mas. Bismarck não deu satisfação à Inglaterra do que planeava, nem tampouco a França se entendia com Lord Granville.

O convite para a conferência por parte da Alemanha foi dirigido à Inglaterra em 8 de Outubro de 1884. Indicava-se qual ia ser o trabalho a fazer, mas não se especificava bem o programa. A Inglaterra fêz as suas reservas e observações. Exigiu esclarecimentos, principalmente no que respeitava às ocupações novas e à sua efectividade. Bismarck levou muito tempo a responder. Só em 22 de Outubro chegou a resposta da Alemanha às dúvidas de Lord Granville. Só nessa data a Inglaterra aceitou o convite. Mas só em 2 de Novembro a Alemanha declarou o que entendia pelo programa da Conferência e explicou alguns pontos obscuros. Assim, a respeito de ocupações novas ficou determinado que não se discutiriam os territórios que à data da conferência estivessem na posse ou sob o protectorado de uma Potência. Esta reserva era fundamental para o domínio português.

O Ministro Bocage recebeu o convite para a Conferência em 12 de Outubro e respondeu em 15 do mesmo mês aceitando, sem formular reservas, mas apenas esclarecendo o que entendia por formalidades que terão de observar-se de futuro para uma ocupação nova ser considerada efectiva. Não teria evitado contestações em Berlim, se não fôsse a prudência da diplomacia britânica.

A França representou um papel à parte. Em nota de 12 de Março de 1884 fêz as mais expressas reservas sobre o Tratado do Zaire no que podesse afectar a convenção de 1786⁽¹⁾ O Ministro Bocage achava que a França estava «dominada por mais ambiciosos intuitos». É que Jules Ferry em 23 de Abril tinha trocado com Strauch em nome da

(1) *Questão do Zaire*, vol. II, pág. 7 e Documents Diplomatiques Affaires du Congo 1884-87.

Association Internationale, cartas garantindo o direito de preferência a favor da França, caso a Association quizesse alienar os territórios que possuía. O Governo Francês em compensação tomou o compromisso de respeitar as estações e territórios da Association e de não pôr obstáculos ao exercício dos seus direitos (24/4/84).

A França estava pois ligada aos planos do Rei Leopoldo II. Os Estados Unidos no mesmo mês de Abril reconheceram a bandeira a Association, como se se tratasse de uma potência.

A Alemanha tinha escolhido Paris para declarar, em 17 de Abril de 1884, que rejeitaria o Tratado do Congo. Bismarck era indiferente à idea colonial, mas aproveitava as oportunidades para alcançar os seus fins. Queria acima de tudo Heligoland e a trôco dessa ilha modificava a sua política ora na conferência sobre o Egipto ora em outras ocasiões em que podia ser agradável à Inglaterra, conforme as conveniências do seu país. Aproximou-se da França nesta ocasião, porque teve um intermediário no Rei dos Belgas. As conversas entre o Baron de Courcel, embaixador francês em Berlim, Jules Ferry e Bismarck são do maior interesse e demonstram a intimidade de relações entre os dois países, havia pouco, inimigos. Bismarck favorecia a expansão colonial francesa, como meio de desviar conflitos da Europa. Bismarck propôs que a conferência se reunisse em Paris; mas o Barão de Courcel preferiu Berlim, para desviar as suspeitas de Portugal⁽¹⁾.

Na lista das potências a convidar, mandada pelo Chanceler alemão para Paris, não se incluiu Portugal.

A atitude da Alemanha para com Portugal era de franca hostilidade. Por um lado desinteressava-se, por outro lado declarava que se não conformava que duas potências divi-

(1) *Grosse Politik*, vol. III, n.º 688, pág. 426.

dissem entre si a África. Os partidos e sociedades coloniais alemães intensificavam a propaganda a favor de colónias e, como Bismarck achou propícia a ocasião para desagradar à Inglaterra, aproveitou o ensejo e entendeu-se com a França para convocar a conferência internacional, que Portugal tinha lembrado! Com o Rei Leopoldo havia entendimentos. O Governo alemão reconheceu em 8 de Novembro, 7 dias antes da Conferência, os direitos da Association Internationale. O Rei Leopoldo, logo depois da Conferência foi a Berlim agradecer ao príncipe de Bismarck o seu apoio⁽¹⁾.

A Itália acolheu favoravelmente a idea da conferência quando lhe foi apresentada pelo Ministro de Portugal em Roma. O seu interesse em África era mínimo.

Os Estados Unidos, que tinham reconhecido em Abril a Association, asseguravam que nada tinham contra Portugal; mas recusavam-se a reconhecer os direitos derivados do Tratado do Zaire.

A Bélgica não tomou parte activa nestas negociações; mas em compensação foi o Rei Leopoldo quem mais trabalhou para que o Tratado do Zaire não fôsse ávante, no que foi apoiado pela opinião pública de Portugal e da Inglaterra, por paradoxal que pareça. Manning conta nas suas memórias que foi encarregado, em 1883, de escrever um folheto sobre a soberania de Portugal no Zaire, e contra o sistema fiscal e que graças a êsse escrito as negociações entre a Inglaterra e Portugal se interromperam. A maneira como Leopoldo II ganhou o apoio dos Estados Unidos dando a garantia de liberdade de comércio e de abolição de escravidão; a forma como captivou a França, dando-lhe o direito de opção e cedendo-lhe 300 km. de costa africana, a habilidade com que convenceu Bismarck a tomar a direcção dos trabalhos numa ocasião critica para a Inglaterra, tudo de-

(1) Manning, *Mémoires*.

monstra a diplomacia inegualável do chefe de Estado da Bélgica. Quanto à Association e aos seus empregados, Barbosa du Bocage exprimia-se da seguinte maneira acêrca dos seus méritos:

«É inaudita a ousadia, para não empregar mais severo qualificativo, com que uma sociedade particular, criada com intuitos puramente científicos, exclusivamente empenhada, segundo dizia, em promover a dilatação dos conhecimentos geográficos e o progresso da civilização no centro da África, absolutamente estranha a especulações de comércio e destituída de ambições de conquista, vem agora declarar-se empenhada em promover a constituição de estados livres, e venha usurpar pela violência e pela fraude direitos de soberania que não pode exercer em face dos mais elementares princípios de direito internacional. É esta associação que não tem nacionalidade certa, nem estatutos conhecidos, que muda freqüentemente de nome para melhor cambiar o programa, e que tem a seu soldo hordas indómitas de Haussas e Zanzibares com que oprime as povoações pacíficas do Zaire e se vale de aventureiros sem escrúpulos para extorquir aos chefes indígenas pela fraude, o que só pela força não lograria alcançar, é esta associação que ousa solicitar perante as Potências, direitos de soberania, e promove com astuciosas intrigas a exclusão do Zaire da Nação que descobriu, conquistou e colonizou a África, e que há mais de três séculos havia penetrado no coração dêste vasto continente e registado nas páginas gloriosas da sua história a maior parte das descobertas que os exploradores modernos julgam haver realizado» (1).

Era êste o xadrês politico quando as potências se reuniram em Berlim em 15 de Novembro de 1884. A idea de submeter a uma conferência internacional de negócios da

(1) *Questões do Zaire*, vol. II, pág. 63.

África, sugerida por Portugal, tinha sido aproveitada habilmente por Leopoldo II da Bélgica, que manejava o Chanceler da Alemanha, Príncipe de Bismarck. As aparências eram enganosas. Bismarck não tinha interesse verdadeiro no êxito da conferência, pois não tinha ambições coloniais⁽¹⁾. A primeira vez que se falou numa conferência internacional a respeito destes negócios do Congo foi em 1882, quando M. Frère Orban disse ao encarregado de negócios de Portugal em Bruxelas⁽²⁾ que era provável haver um dia uma conferência internacional para determinar os limites dos territórios que fôsem reclamados em África pelas várias potências interessadas. Mas Portugal deixou de imprimir a orientação aos trabalhos da conferência, onde compareceu como uma das muitas nações convidadas. A Inglaterra, que não esperava este convite, foi um tanto contrariada, por não saber bem até onde iriam as exigências de Bismarck, embora não o tivesse aceitado sem fixar bem os pontos do programa. Foi no entanto a última a pronunciar-se sobre a conferência. O Tratado do Zaire tinha sido abandonado. Os princípios nêle consignados foram, afinal, na sua generalidade, os que se estipularam em Berlim.

* * *

(*Continua*).

(1) Sir Edward Grey, hoje Lord Grey of Fallodm disse ao embaixador alemão em 1912 que se a Alemanha tivesse querido colónias, tinha-as obtido facilmente na conferência de Berlim.

(2) *Questões do Zaire*, vol. I, pág. 2.

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ⁽¹⁾

A TÓTÓ

Na história daquela Tótó, que morreu, como já se viu, a deitar golfadas de sangue pela bôca fora, aparece uma novidade — o diagnóstico escrito com tôdas as letras.

Era *histeria*, conforme o autor diz, por mais do que uma vez, ao longo de *O crime do padre Amaro*.

Trata-se de uma rapariga *de quinze annos*, filha do tio Esguelhas, sineiro da Sé de Leiria, *paralytica desde pequena, das pernas* (pág. 412).

Não se mexia da cama... Coitadita, para alli estava... E depois tinha manias: ora fazia bonecas e apaixonava-se por ellas a ponto de ter febre; outros dias passava-os n'um silencio medonho com os olhos cravados na parede (págs. 418 e 419).

Ninguém lhe entendia o feitio — umas vezes *estava alegre, palrava, chalaceava...* (pág. 419); outras eram *phrenesis, desesperos, furores sem razão...* (pág. 425).

Dizia-se que torturava o pai, o pobre tio Esguelhas, *com perrices... e caprichos abominaveis* (pág. 412).

O doutor Gouvêa declarára-a *HYSTERICA: mas era uma certeza, para as pessoas de bons principios, que a Tótó estava POSSUIDA DO DEMONIO* (pág. 412).

(1) Cont. do n.º 1, pág. 80.



Quando começaram as visitas do padre Amaro à casa do sineiro, onde se ia encontrar com a Amélia, veio de repente à Tótó uma birra de parecer alguém..., a ponto de se não querer separar d'um espelho e d'um pente que escondia debaixo do travesseiro e obrigar o pai a encafuar sob a cama, entre a roupa suja, as bonecas que agora desprezava (pág. 433).

E, sempre que podia, examinava o padre com uns olhos reluzentes... que o não deixavam, penetrando-o, percorrendo-lhe o corpo com pasmo e com ardor... (pág. 434).

Ao mesmo tempo, parecia odiar Amélia — respondia-lhe muito carrancuda; outras vezes persistia n'um silencio rancoroso, voltada para a parede...; e encolhia-se toda encruada se ela lhe queria compôr o chale sobre os hombros ou conche-gar-lhe a roupa... (pág. 434).

E, quando a Amélia e o padre subiam para o quarto, que havia em cima na casa do sineiro, a Tótó estendia o pescoço sófregamente e seguia-os, escutando o ranger dos degraus, com olhos chammejantes que lagrimas de raiva enne-voavam (pág. 434).

Antes de sahir, Amélia ia sempre vér a paralytica... Encontrava-a ás vezes com a cabeça debaixo dos cobertores, que entalava e prendia com as mãos para se esconder; outras vezes, sentada na cama, examinava Amelia com olhos em que se accendia uma curiosidade viciosa; chegava o rosto para ella, com as narinas dilatadas que pareciam cheiral-a: Amelia recuava, inquieta, córando tambem... e sahia, amaldiçoando aquella criatura tão maliciosa na sua mudez (págs. 436 e 437).

*

E esta embirração não tinha jeitos de passar.

Cada vez a Tótó estava pior.

Tinha agora por Amelia uma aversão desabrida. Apenas ella se aproximava da cama, atirava a cabeça para debaixo dos cobertores, torcendo-se com phrenesi se lhe sentia a mão ou a voz... (pág. 449).

De uma vez que o padre Amaro a quis repreender, a Tótó rompeu n'um choro hysterico; depois, de repente, ficou immovel, hirta, esbugalhando os olhos em alvo, com uma espuma branca na bôca... (pág. 450).

Grande foi o susto que tiveram, tanto a Amélia como o padre.

E, desde então, resolveram deixar a fera em paz (pág. 450).

Mas, por escrupulo, iam sempre ao entrar vél-a um instante. Não passavam da porta da alcova, perguntando-lhe d'alto «como ia». Nunca respondia. E elles retiravam-se logo aterrados com aquelles olhos selvagens e brilhantes, que os devoravam, indo d'um a outro, percorrendo-lhes o corpo, fixando-se com uma faiscação metallica nos vestidos d'Amelia e na batina do padre, como para lhes adivinhar o que estava por baixo, n'uma curiosidade avida que lhe dilatava desesperadamente as narinas e lhe arreganhava os beiços lividos... Felizmente que as pernas inertes cravavam a Tótó alli na enxerga! Senão... era capaz de lhes entrar no quarto e mordêl-os n'um accesso! (pág. 450).

*

Aborrecida com aquelle espectáculo, que sempre se repetia, decidiu Amélia, d'ahi por diante, subir para o quarto sem fallar á Tótó (págs. 450 e 451).

Foi peor. Quando a via atravessar da porta da rua para a escada, a Tótó debruçava-se para fóra do leito, agarrada ás bordas da enxerga, n'um esforço ancioso para a seguir, para a vér, com a face toda descomposta do desespero da sua immobibilidade. E Amelia ao entrar no quarto sentia vir de baixo uma risadinha sécca, ou um ui! prolongado e uivado que a gelava... (pág. 451).

Para que a Tótó nem sequer os visse, resolveram então a Amélia e o pároco entrarem ambos pela sacristia: tinham apenas a atravessar a cozinha para subir a escada (pág. 451).

Mas succedia que, quando elles entravam em pontas de pés e mordendo a respiração, os seus passos, por mais subtils, faziam ranger os velhos degraus da escada. E então a voz da Tótó sahia da alcova, uma voz rouca e aspera, berrando:

— Passa fóra, cão! passa fóra cão!...

... Amelia tremia toda branca.

E a criatura uivava de dentro:

— Lá vão os cães! lá vão os cães!

Elles refugiavam-se no quarto, aferrolhando-se por dentro. Mas aquella voz d'um desolamento lugubre, que lhes parecia vir dos infernos, chegava-lhes ainda, perseguia-os:

— Estão a pegar-se os cães! estão a pegar-se os cães! (págs. 451 e 452).

*

Ora succede, como é sabido, que o cónego Dias também quis ver a Tótó.

Chegou lá na companhia de Amélia que encontrara na rua.

E, enquanto esta, com o pretexto de dar uma arrumadella, foi á cozinha vigiar o pateo, para fazer um signal da janella, apenas Amaro apparecesse, a rapariguita perguntou ao bom velhote, n'uma voz subtil como um sopro, se também vinha o outro.

— *Que outro?* — perguntou o cônego, chegando-se com a orelha dilatada de curiosidade...

— *O bonito. O que vai com ella p'r'ó quarto. O que a belisca...*

Mas Amelia entrava: e a paralytica calou-se logo, repousada, com os olhos cerrados e respirando regaladamente, como n'um allivio repentino de todo o seu soffrimento... (págs. 466 e 467).

E nessa tarde, sòzinha com o cônego, a Tótó, fazendo-se ora toda branca ora toda vermelha, olhando aqui e além, inquieta, na perturbação que lhe dava aquelle homem de que sentia o hálito forte..., contou, com um furor que dava tons sibilantes á sua voz de tísica, — como ambos entravam, e a vinham vér, e se roçavam um pelo outro e abalavam para o quarto de cima, e estavam lá uma hora fechados... (págs. 468 e 469).

*

Foi no dia seguinte ao da visita do conego que a Tótó começou a deitar golfadas de sangue (pág. 475).

Depois foi sempre piorando.

Quando estava a morrer, quis receber os sacramentos da mão do senhor parocho (pág. 526).

Mas, quando Amaro chegou, já era tarde — duas grandes velas de cera... ardiam sobre uma mesa; um lençol branco cobria o corpo...; e o padre Silverio... lia o Breviario, com o lenço nos joelhos, os seus grandes oculos na ponta do nariz. Ergueu-se apenas viu Amaro:

— *Ah, collega, disse muito baixo, andaram a procural-o por toda a parte... A pobre de Christo queria-o a vossê... Que scena! Morreu na impenitencia, como era dos livros. Quando me viu, e que vossê não vinha, que espectaculo! Até tive medo que me cuspisse no crucifixo...* (págs. 526 e 527).

*

Sendo a histeria uma coisa que, por ter muito de fantástico, tão bem se presta aos vãos da fantasia, de louvar é, sem dúvida, o autor por ter sabido fazer um retrato assim modesto, ao querer pintar uma histérica.

E quando isto foi escrito, ainda para mais, devia andar já no ar a idea de uma histeria de aparato, com manifestações rituais a grande instrumental, que fêz as delícias dos médicos do século passado.

Mas a Tótó é apenas uma histérica, simplória e mal estilizada, que não faz, afinal, um espalhafato excessivo.

E com isso se contenta a pobre pequena...

*

Vista em conjunto, a história não está mal arranjada.

A rapariguita mostra bem o feitio que é costume atribuir às histéricas.

De génio instável, ora está alegre, ora está triste, às vezes sem razão que se perceba.

Uns dias brinca e palra; outros, está calada e macambúzia.

Tem birras, exigências, caprichos que atormentam o pai, o pobre tio Esguelhas.

É maliciosa e sem piedade.

Inveja e odeia Amélia, mostrando-lhe clara e malcriadamente a sua embirração.

Procura, além disso, tornar-se interessante, chamar a atenção, representar um papel.

Quere ser alguém.

E não se deixa facilmente esquecer...

É certo que não procura, para exagerar a sua importância, compor a aventura em que se encontra metida.

Não romantiza o caso, não lhe dá o ar de folhetim...

Mas tudo o que faz corresponde bem, no entanto, ao que se encontra correntemente escrito sobre a mentalidade das histéricas.

E, sendo assim, não deverá causar surpresa que a rapariga tivesse uma forte curiosidade, animada de uma ponta de malícia, por certas coisas, para ela ainda cheias de mistério, que muito faziam trabalhar a sua pobre cabeça.

Examina o padre e examina a Amélia, percorrendo-lhes o corpo com uns olhos brilhantes que vão da batina de Amaro para o vestido da outra, como a adivinhar o que estava por baixo.

Parece mesmo que os cheira, dilatando as narinas...

Depois segue-os sôfregamente, estendendo o pescoço ou debruçando-se, num esforço ansioso, para fora da enxêrga, quando êles vão a subir a escada.

Escuta os ruídos que fazem...

Curiosidade de criança curiosa em face do desconhecido, bem própria, afinal, de uma rapariga histérica.

*

Talvez, quando refere isto tudo e, ainda mais, quando relata a perturbação da pequena ao sentir junto de si o velho cónego Dias, talvez, dizia eu, o romancista, dando crédito a uma idea muito velha, nos quisesse dar a entender que havia, da parte da Tótó, um exagêro do apetite genésico.

Mas ainda bem que tão discreto foi...

A rapariga só nos aparece afinal, com vaidade e presunção, a dar-se uns grandes ares de pessoa importante e entendida.

A completar o quadro, vem a indicação de que a Tótó

tinha umas reacções emocionais vivas e, às vezes, até apatósas, como é vulgar nas histéricas.

Ao contar tudo ao cónego Dias, ora se fazia branca, ora vermelha.

Daquela vez que Amaro a repreendeu, rompeu a chorar e depois, de repente, ficou immovei, hirta, esbugalhando os olhos em alvo, com uma escuma branca na bóca, como já se contou noutro ponto.

Mas êste acesso emocional de explosão brusca não corresponde, de modo algum, à descrição clássica dos ataques histéricos.

Muito bem se poderia dispensar, por exemplo, aquela escuma na bóca...

*

Temos depois a paralisia.

Ora é certo que há paralisias histéricas.

Mas não há nada que impeça, creio eu, uma rapariga, que não mexe as pernas por qualquer outro motivo, de sofrer, ao mesmo tempo, de histeria.

Evidentemente...

E o que vem no romance não permite distinguir.

É de presumir porém que, na idea do autor, aquilo deveria querer ser uma paralisia histérica.

E ninguém faz questão...

De propósito guardei para o fim o episódio da agonia.

Custa a crer, francamente, que, à hora da morte, uma histérica, extenuada pelas hemoptises, queimada pela febre, ainda estivesse para aqueles espalhafatos.

Em resumo, nesta história da Tótó, as notas, que se referem a coisas de ordem puramente psíquica, pode dizer-se, sem favor, que são bem achadas.

Mas o resto é de segunda ordem...

O ALBUQUERQUEZINHO

O caso do Albuquerquezinho, de que chegou agora a vez, não é lá muito claro.

Pode até mesmo dizer-se que é bastante confuso.

De facto, como a tia Sabina explicou um dia ao seu sobrinho Artur, êste homem, já velho, era *um santo* que tinha *a cabecinha desarranjada*, não pensando *senão em navios e cousas do mar* (*A Capital* (pág. 47).

Fôra *depois de viuvo* que começou assim *a tresloucar* (pág. 47).

Mas, *como não tinha parentes e não estava doudo declarado para ir para Rilhafoles*, ela e a irmã tinham-no trazido para casa (pág. 47).

E Sabina justificava-se dizendo:

— ... *era um amigo do mano... e é rico, tem uma fazenda muito boa, ao pé de Santa Euphrasia* (pág. 47).

Depois, *ao retirar-se...* *quasi com uma supplicação na voz*, a pobre senhora acabou por dizer ao sobrinho:

— *Não te rias, menino, queria pedir-te uma cousa. Sempre que fallares ao Albuquerquezinho, chama-lhe «snr. almirante»* (pág. 48).

O rapaz assim fêz.

E logo *o velho...*, *passando com satisfação as mãos espalmadas sobre os quatro pellos da calva...* *lhe declarou com amizade*:

— *Hei-de leval-o ámanhã a bordo* (pág. 49).

*

Ora em cima, à porta do quarto do Albuquerquezinho, havia *postado, d'arma ao hombro, um soldado de papel* em

tamanho natural, collado a uma taboa que fôra recortada pelos contornos da figura (pág. 46).

E, ao passar, o pobre homem, que trazia *tres galões d'ouro, de general, ... cosidos no canhão da manga* (pág. 44), nunca deixava de fazer *a continencia ao soldado* e de dar o *santo e senha, para entrar a bordo*:

— *Nelson e Sabininha!* (pág. 51).

Là dentro era um delirio.

Uma manhã, no quarto pegado, *Arthur, debruçado, fumava, quando da janella ao lado, sahiu um braço agalado d'ouro e immediatamente uma voz formidavel retumbou*:

— *Orça a barlavento! Senhor segundo tenente, abra as escotilhas da proa! — e uma trombeta soou: traiará, traiará, rá, rá, á...*

E então d'um porta-voz, que appareceu fóra da janella, sahiu um vozeirão:

— *Cerre os traquetes! Fogo! Boum! Boum! Boum... Traiará, traiará, rá, rá, á...*

Era Albuquerquezinho, de chapéu armado, commandando, do peitoril da janella, a sua fragata de guerra! (pág. 52).

*

Êle tinha ainda *dous grossos cadernos de papel em que... collava em fila os navios e paquetes recortados nos annuncios dos jornaes, com os nomes escriptos a tinta vermelha: VALOROSO, RELAMPAGO, FRAGATA SABINA, NELSON...* Havia as *esquadras de todos os paizes da Europa, e, como não cessava de recortar, tinha agora esquadras de terras exoticas: a frota da Laponia, a frota da Cafraria, a frota da Arabia...*

— *Hein, meu amigo! Qu'esquadra... E tudo ás minhas ordens! — dizia, mostrando os galões da manga. — Dá-me muito que fazer...* (pág. 55).

E, a folhear os cadernos, passava horas felizes.

Outras vezes entretinha-se a fazer *navegar no tanque do poço o seu bote cheio de soldados de chumbo* (pág. 54).

Sempre esta mania...

E nunca andara embarcado!

*

Em tudo o mais tinha juízo, falando com razoável sensatez nestas pequenas coisas da vida corrente (pág. 47).

Mas, às vezes, inesperadamente, no meio de uma conversa, lá vinha o disparate...

Quando Artur chegou a casa das tias, em Oliveira de Azemeis, Albuquerquezinho perguntou-lhe se fizera *boa viagem* e se o *mar estava picado* (pág. 43).

E, como o rapaz respondesse que tinha vindo de Ovar, êle *rosnou logo com desprezo*:

— *Hum!... Na diligencia! Nelson, o grande Nelson não andava em diligencia...* (pág. 43).

Daquela vez que Artur foi a Ovar, para ver passar o padrinho que, afinal, não vinha no combóio, as tias quiseram saber se êle *tinha procurado bem*.

— *Fui vêr até á terceira classe! Nem signaes!* — disse o rapaz.

E logo o Albuquerquezinho:

— *Viu no porão?* (pág. 89).

Um dia, vendo as velhas a chorar, aflitas, porque o sobrinho fôra despedido da farmácia do Vasco, Albuquerquezinho, *que desde a vespera estava agitado, começou a baloiçar-se sobre as pernas, de punhos fechados, o olho vago, murmurando*:

— *Olá!... olá!*

E de repente, largou pelo corredor, galgou os degraus, gritando:

— *Ferra o traquete da gavea! Abordagem! Abordagem!*

Fogo! Poum! Tararará! Hei-de vingal-as! Orça a barlavento! (pág. 127).

Mas ao jantar, mais sossegado, *Albuquerquezinho...*, de vez em quando, pousava o talher, piscava o olho para Arthur:

— *Boa batalha! Metti-lhe dous balazios no costado!... Mau pirata! Mau pirata!...* (págs. 128 e 129).

Pouco depois, estando Artur, que herdara dois contos de réis, a fazer projectos de vida, falando, *n'uma exaltação...* do seu talento, das altas posições que dão as letras, da influencia da imprensa, d'uma cadeira em S. Bento e da posteridade.

— *Mas nunca has-de ser um Nelson* — exclamou o *Albuquerquezinho*, fixando-o (págs. 139 e 140).

E no dia da partida, porque afinal, com grande desgosto das tias, Artur sempre ia para Lisboa, levando o dinheiro do padrinho, *Albuquerquezinho...* toda a manhã passeara pela sala de jantar, de testa franzida, as mãos atraç das costas, rosnando:

— *Ingrato!... Ingrato! Mau pirata, mau pirata!* (pág. 144).

Mas, à despedida, abraçou o rapaz, dizendo-lhe:

— *Boa viagem, Arthurzinho. Fique descansado, eu cá vigiarei. Ha-de haver ordem a bordo!...* (pág. 145).

Fora isto, sô encontro no romance, como coisa digna de nota, que tôdas as noites, na casa de jantar, o *Albuquerquezinho* fazia paciências, anunciando as cartas, que iam saindo, com *uma voz de major enrouquecida nas manobras...*: *quadra, dama, az, terno!...* (pág. 45).

E não gostava que o perturbassem quando estava nesse serviço.

Logo na própria noite em que Artur chegou a casa das tias, por duas vezes o Albuquerquezinho o mandou calar com *um* CHUT! *despedido com colera...* (págs. 43 e 44).

No fim anunciou que, nessa noite, fizera *duas* IMPERIAES (pág. 46), daquelas que a Sabininha cuidadosamente apontava no *caderno das paciencias felizes*, com *um traço de lapis* (pág. 99).

De vez em quando dava-se o balanço.

— *Quantas IMPERIAES, este mez, menina?*

— *Quatorze, Albuquerquezinho.*

— *Bom mez...*

Ella folheava o caderno, muito interessada:

— *O mez passado foi melhor. Vinte e quatro... Mas faltam nove dias para acabar o mez, é preciso contar com isso.*

— *Chut! — fazia o Albuquerque, que recomeçava a dispôr o seu quadrilatero de cartas* (pág. 99).

Um desgosto veio, porém, alterar estes hábitos.

Depois da morte da Sabininha, Albuquerquezinho parecia outro: abandonara as esquadras internacionaes, e, desinteressado mesmo das suas PACIENCIAS, errava pela casa soturnamente, muito enervado, olhando Arthur de revez e rosnando entre os dentes: «*Mau pirata! Mau pirata!*» (pág. 553).

*

Espremendo isto tudo, que se consegue apurar?

Em primeiro lugar é evidente que o Albuquerquezinho fazia um juízo errado da sua pessoa e do meio sorna em que iam decorrendo os seus monótonos dias.

Julgava-se um grande almirante a comandar esquadras de tamanho nunca visto.

Supunha-se a bordo de uma fragata, quando estava no seu quarto em Oliveira de Azemeis...

E este seu delírio grandioso tinha manifestações de grande

puerilidade — trazia sempre uns galões cosidos na manga; fazia continências a um soldado de papel; brincava com um bote cheio de soldadinhos de chumbo...

Tinha ainda a ingénua mania de coleccionar navios recortados dos anúncios dos jornais.

Eram as esquadras de todo o mundo...

E tudo às ordens dêle!

*

Mas, a-pesar-de tôda esta fantasmagoria naval, tão cheia de combates e de vozes de comando, o homem nunca perdeu por completo, é evidente, o contacto com o mundo exterior.

Nas pequenas coisas da vida de todos os dias falava, de facto, com razoável acêrto.

Mas era homem de poucas palavras.

E nunca dizia nada de notável.

Os seus pensamentos era sempre, ao que parece, do mais simples e trivial que se possa imaginar...

E às vezes, inesperadamente, lá surgiam, como se mostrou, no meio de uma conversa razoável, referências disparatadas às coisas do mar.

Então se se excitava, era fatal, vinham logo os maus piratas e as abordagens...

Mas era, no fim de contas, um simples e autêntico pobre diabo que não fazia mal a ninguém.

Além das esquadras, só uma outra coisa o preocupava a valer — as suas paciências, tão rigorosamente escrituradas pela tia Sabina.

E de nada mais queria saber êste homem que bem se podia dizer que era *um santo com a cabecinha desarranjada*...

*

Tudo isto, que assim fica apontado, não é, quere-me parecer, de molde a impor um diagnóstico.

Mas não seria, por certo, extremamente difícil lembrar hipóteses, mais ou menos justificáveis com uma boa dose de dialéctica.

Falta, porém, um dado fundamental — saber como o homem era antes de começar assim a tresloucar.

Teria sido sempre, como agora, um pobre de espírito?

E outros informes complementares, impossíveis de obter, ainda seriam necessários para se poder falar à vontade da doença do Albuquerquezinho.

Mas, como não teria manifestamente interêsse de maior uma discussão feita assim um pouco no ar, deixo ir em paz o homem, sem lhe colar qualquer etiqueta.

Além disso, embora por lá haja certamente muita coisa boa, não se pode ter por uma escritura tudo o que vem, nos livros de Eça de Queiroz, sobre questões de psiquiatria...

A RAPARIGA LOIRA

Ao descrever, no volume *Contos*, as *Singularidades de uma rapariga louca*, Eça de Queiroz procurou evidentemente mostrar um caso de *cleptomania*.

Mas, como se sabe, há quem diga que, vistas bem as coisas, nada existe afinal que deva merecer tal nome.

Outros, mais modestos, afirmam apenas ser muito pequeno o número dos verdadeiros cleptómanos.

E insistem nas características do roubo patológico.

Não é êste, porém, o lugar próprio para discutir o caso.

O que importa apenas é dizer que, como documento

psicológico, a descrição do romancista não tem qualquer interesse.

*

Começa por se saber que a tal rapariga, que *fallava pouco*, mas *sorria sempre*, dizendo *a tudo* POIS SIM..., *muito simples*, *quasi indifferente*, *cheia de transigencias* (pág. 28), tinha um leque que deu na vista ao Macário.

Era uma ventarola chinesa, redonda, de seda branca com dragões escarlates bordados á penna, uma cercadura de plumagem azul, fina e tremula como uma pennugem e o seu cabo de marfim, d'onde pendiam duas borlas de fio de oiro, tinha incrustações de nacar á linda maneira persa.

Era um leque magnifico e n'aquelle tempo inesperado nas mãos plebeias de uma rapariga vestida de cassa (págs. 11 e 12).

É certo que alguém lhe podia ter dado *aquella ventarola de mandarina* (pág. 12).

E, *como ella era loura e a mãe tão meridional*, Macário chegou mesmo a pensar que talvez a rapariga fôsse *filha de um inglez* que lhe tivesse trazido das suas viagens aquela soberba prenda (pág. 12).

Depois averigua-se que, num dia em que ela e mãe foram à loja do tio Francisco, onde Macário era empregado, desapareceu misteriosamente, de cima do balcão, *um pacote de lenços da India* (pág. 14), *pacote pequenino*, em que os lenços vêm bem *acamados e apertados n'uma tira de papel dourado* (pág. 13).

Descobre-se a seguir que, estando uma noite a jogar em casa da rapariga loira, Macário, para *pagar uns tentos...*, tirou da algibeira uma peça que fez girar sobre o panno verde..., *como um bilro ou um peão*. *Era uma peça nova que luzia, faiscava, rodando, e feria a vista como uma bola de nevoa doirada...* Mas, de repente, a peça, correndo até

á borda da mesa, caiu para o lado do regaço de Luíza, que assim se chamava a rapariga, e desapareceu, sem se ouvir no soalho de taboas o seu ruído metálico (págs. 21 e 22).

Todos se abaixaram a procurar, mas a peça não appareceu (pág. 22).

Ora, para cada uma destas coisas, se poderia achar, com boa vontade, uma explicação mais ou menos razoável.

No caso da moeda, por exemplo, Macário ficou desconfiado de que talvez um beneficiado da Sé, parceiro do jôgo, lhe tivesse pôsto em cima o seu vasto sapato ecclesiastico e tachado ... (pág. 23).

*

Mas, passado algum tempo, num lindo dia... d'inverno, claro, fino, frio, com um grande céu azul-ferrete, profundo, luminoso, consolador,... Luíza arrastou... brandamente Macário para a loja de um ourives (pág. 37).

Gostou de um anel, que lhe estava um pouco largo.

— Aperta-se, querendo — disse o caixeiro — *Deixe a medida. Tem-n'o prompto ámanhã...* (pág. 38).

No entanto, Luíza continuava examinando os anneis, experimentando-os em todos os dedos...

Mas, de repente, o caixeiro fez-se muito pallido, e affirmou-se em Luíza, passeando vagarosamente a mão pela cara... (pág. 39).

Quando iam a sair, Luíza levava as suas mãos pequeninas... escondidas n'um regalo branco.

— Perdão! — disse de repente o caixeiro.

Macario voltou-se.

— O senhor não pagou...

Macario olhou para elle gravemente.

— Está claro que não. Ámanhã venho buscar o anel, pago ámanhã.

— *Perdão!* — insistiu o caixeiro — *mas o outro...*

— *Qual outro?* — exclamou Macario com uma voz surprehendida, adiantando-se para o balcão.

— *Essa senhora sabe* — affirmou o caixeiro. — *Essa senhora sabe...*

Macario tirou a carteira lentamente.

— *Perdão, se ha uma conta antiga...*

O caixeiro abriu o balcão, e com um aspecto resolutivo:

— *Nada, meu caro senhor, é de agora. É um annel com dois brilhantes que aquella senhora leva.*

— *Eu!* — disse Luisa, com a voz baixa, toda escarlate.

— *Que é? Que está a dizer?*

E Macario, pallido, com os dentes cerrados, contrahido, fitava o caixeiro colericamente.

O caixeiro disse então:

— *Essa senhora tirou d'alli um annel.*

Macario ficou immovel, encarando-o.

— *Um annel com dois brilhantes* — continuou o rapaz.

— *Vi perfeitamente.*

O caixeiro estava tão excitado, que a sua voz gaguejava, prendia-se espessamente.

— *Essa senhora não sei quem é. Mas tirou o annel. Tirou d'alli...*

Macario, machinalmente, agarrou-lhe no braço, e voltando-se para Luisa, com a palavra abafada, gottas de suor na testa, livido:

— *Luiça, dize...*

Mas a voz cortou-se-lhe.

— *Eu...* — balbuciou ella, tremula, assombrada, enfiada, decomposta.

E deixou cair o regalo no chão.

Macario veio para ella, agarrou-lhe no pulso fitando-a: e o seu aspecto era tão resolutivo e tão imperioso, que ella

metteu a mão no bolso, bruscamente, apavorada, e mostrando o anel:

— *Não me faça mal!* — supplicou, encolhendo-se toda... (págs. 39, 40 e 41).

Macário abriu a carteira e pagou (pág. 41).

Sairam.

Ele ia machinalmente, como no fundo de um sonho. Parou a uma esquina. Tinha o braço de Luíza passado no seu...

De repente, soltando o braço..., disse-lhe baixo:

— *Vae-te.*

— *Ouve!*... — rogou ella, com a cabeça toda inclinada.

— *Vae-te.* — E com a voz abafada e terrível: — *Vae-te.*

Olha que chamo. Mando-te para o Aljube. Vae-te.

— *Mas ouve, Jesus!*

— *Vae-te!* — E fez um gesto, com o punho cerrado.

— *Pelo amor de Deus, não me batas aqui* — disse ella, suffocada.

— *Vae-te! Pódem reparar. Não chores. Olha que vêem. Vae-te!*

E chegando-se para ella, disse baixo:

— *És uma ladra!* (págs. 42 e 43).

*

E está acabada a história.

Como se vê, no ponto de vista psicológico, isto não tem, de facto, interêsse de maior.

Apenas se contou o aspecto exterior da aventura.

É certo que, rebuscando bem, se consegue descobrir uma nota sôbre o modo de ser de Luíza.

Mas parece-me que não tem importância para o caso.

Diz-se de facto, a pág. 28, que ela *tinha o character louro*

como o cabelo — se é certo que o louro é uma côr fraca e desbotada.

E acrescenta-se — amava decerto Macario, mas com todo o amor que podia dar a sua natureza debil, agoada, nulla. Era como uma estriga de linho, fiava-se como se queria... (págs. 28 e 29).

Era tão sensaborona que ás vezes, nos encontros nocturnos com o namorado, até tinha somno... (pág. 29).

E, para que cada um tire as conseqüências que entender, termino fazendo notar que esta rapariga, assim tão frouxa, só roubava, afinal, coisas de valor...

(Continua).

ALBERTO PESSOA.

TRÊS ENSAIOS SÔBRE ANTERO DE QUENTAL⁽¹⁾

Nos seus *Sonetos* encontramos tocantes preces erguidas ao Deus da sua infância, muitas vezes orvalhadas de lágrimas de sangue e fel, de dor e angústia; outras de resignação e humildade, de confiança e reconhecimento...

«Deus é Pai! Pai de tôda a criatura:
E a todo o ser o seu amor assiste:
De seus filhos o mal sempre é lembrado...

Ah! se Deus a seus filhos dá ventura
Nesta hora santa... e eu só posso ser triste...
Serei filho, mas filho abandonado»!

(*Lamento*).

«Minha'alma, ó Deus! a outros céus aspira:
Se um momento a prendeu mortal beleza,
É pela eterna pátria que suspira...

Porém do pressentir dá-me a certeza,
Dá-m'a! e sereno, embora a dor me fira,
Eu sempre bendirei esta tristeza»!

(*Aspiração*).

Seja o soneto *Salmo* — :

«Esperemos em Deus! Êle há tomado
Em suas mãos a massa inerte e fria
Da matéria impotente e, num só dia,
Luz, movimento, acção, tudo lhe há dado.

(¹) Cont. do vol. 85.º, pág. 538.

Êle, ao mais pobre d'alma, há tributado
Desvelo e amor; êle conduz à via
Segura quem lhe foge e se extravia,
Quem pela noite andava desgarrado.

E a mim, que aspiro a êle, a mim, que o amo,
Que anseio por mais vida e maior brilho
Há-de negar-me o têrmo dêste anseio?

Buscar quem o não quis; e a mim, que o chamo,
Há-de fugir-me, como a ingrato filho?
Ó Deus, meu pai e abrigo! espero!... eu creio!»

No final do soneto dedicado a João de Deus: —

... «Só Deus pode acudir em tanto dano:
Esperemos a luz de uma outra vida,
Seja a terra degrêdo, o céu destino!»

A mesma serena crença em Deus, a mesma sincera fé na sua infinita misericórdia, a mesma unção mística, o mesmo forte sentimento religioso e angústia metafísica, o Poeta o tinha já também exteriorizado, dando vida e alma, forma e expressão, em algumas poesias dos seus *Raios de extinta luz* — colecção de versos que êle destruíra, mas que, «por uma casualidade feliz», um seu companheiro chamado Eduardo Xavier de Oliveira Barros Leite, e que «por êsse tempo frequentava a faculdade de medicina», as copiara para um caderno, salvando assim quási milagrosamente tão «valioso documento, onde estavam os primeiros gérmens do talento poético de Antero de Quental» (1).

Como que escutando a doce voz do Senhor que o chama

(1) Antero de Quental: *Raios de extinta luz*. Poesias inéditas (1859-1863). Com outras pela primeira vez coligidas. Publicadas e precedidas de um esorso biográfico por Teófilo Braga. Lisboa, 1892.

para si, daquele Deus a quem o Poeta roga que não o deixe nunca, a quem o Poeta pede *arrimo* e lhe *estenda a mão por sobre o abismo* (vid. págs. 230 dos *Raios*, etc.), — como que correndo ao chamamento do Senhor, diz êle enlevadamente nas quadras finais da poesia *Aspiração* —:

... És tu oh Deus que me chamas!
És tu Senhor que me inflamas
Naquelas ardentes chamas,
Que me dão tão pura luz!
És tu, oh Pai! que da altura,
Olhando a minha amargura,
Me estendes a mão segura,
A mão que a ti nos conduz!

Sim! minha alma te pressente!
Guiada por luz ingente
Dêsse fanal que não mente,
Já p'ra ti desprende o vôo...
Oh! quem tem essa luz querida,
Não tem outra prometida,
Não pode amar outra vida...
Senhor! eu busco-te... eu vou!

Até mesmo a sua tristeza que o levava a um pessimismo dilacerante — e os sonetos de 1874 a 1880 são comovente exemplo, sangrenta imagem —, até mesmo a sua tristeza o Poeta a reconhece filha da sua neurastenia e daquele «mal, — segundo imagina Vasconcelos Abreu, — que Stuart Mill diz ser a fôrça dissolvente do universo psicológico, da reflexão e medição em si e consigo, que dá a acuidade interna».

E, complacentemente, o Poeta se prostra diante do tribunal da confissão, batendo no peito, clamando a *Mea culpa*...: —

«Não duvido que o mundo no seu eixo
Gire suspenso e volva em harmonia;

Que o homem suba e vá da noite ao dia,
E a homem vá subindo insecto e seixo.

Não chamo a Deus tirano, nem me queixo,
Nem chamo ao céu da vida noite fria:
Não chamo à existência hora sombria;
Acaso, à ordem; nem à lei desleixo.

A Natureza é minha mãe ainda...
É minha mãe... Ah, se eu à face linda
Não sei sorrir; se estou desesperado;

Se nada há que me aqueça esta frieza;
Se estou cheio de fel e de tristeza...
É de crer que só eu seja o culpado!

E, se às vezes o Poeta-filósofo, vencido totalmente pela dúvida, regeitava e maldizia Deus, considerando-o como uma criação dos homens (*Divina Comédia*), ou como um «Espírito antigo» que «desde tãda a eternidade» se buscava a si próprio e que ainda se não tinha encontrado (*Ignotus*) — logo a sua consciência moral protestava e a sua alma reconhecia que em vão tinha lutado por sacudir o divino jugo, — contra êsse espectro provocador: tortura e inquietude do seu pensamento dolorosíssimo. Confessava enfim a sua derrota:

«Não morreste, por mais que o brade à gente
Uma orgulhosa e vã filosofia...
Não se sacode assim tão facilmente
O jugo da divina tirania!

Clamam em vão, e êsse triunfo ingente
Com que a Razão — coitada! — se inebria,
É nova forma, apenas, mais pungente,
Da tua eterna, trágica ironia.

Não, não morreste, espectro! o Pensamento
Como dantes te encara, e és o tormento
De quantos sôbre os livros desfalecem.

E os que folgam na orgia ímpia e devassa
Ai! quantas vezes, ao erguer a taça,
Param, e estremecendo, empalidecem!»

(*Qui Aeternus*)

*

Evidentemente que no campo intelectual e discursivo, no mundo dialéctico e especulativo, dadas as exigências da sua inteligência crítica, e, por outro lado, a leitura de certas obras filosóficas onde o problema de Deus era tratado heterodoxamente, ou cientificamente, — Antero ao Deus tradicional substituiu um Deus «categoria do ideal», na terminologia de Kant, ou, em certa altura da sua vida, um Deus «sem consciência de si próprio», um Deus que não sabe o que é (leitura da *Filosofia do Inconsciente*, de Hartmann).

O soneto *O Inconsciente* traduz êste último conceito de Deus:

«O espectro familiar que anda comigo,
Sem que pudesse ainda ver-lhe o rosto,
Que umas vezes encaro com desgosto
E outras muito ansioso espreito e sigo,

É um espectro mudo, grave, antigo,
Que parece a conversas mal disposto...
Ante êsse vulto, ascético e composto
Mil vezes abro a bôca... e nada digo.

Só uma vez ousei interrogá-lo:
Quem és (lhe perguntei com grande abalo)
Fantasma a quem odeio e a quem amo?

Teus irmãos (respondeu) os vãos humanos,
Chamam-me Deus, há mais de dez mil anos...
Mas eu por mim não sei como me chamo...»

Antero procura mais tarde, numa evolução ascencional,

identificar Deus com o ser, com a substância; e nós podemos surpreender neste conceito velada e indirecta influência de Espinoza.

*

Discorrendo pròpriamente sôbre «o acto simples» do Ser, «todo êle idéa pura e causa e fim da própria idéa, criador em todos os seus momentos e em cada um deles pleno e uno, como se a sua infinita virtualidade estivesse presente tôda inteira, em cada uma das suas determinações», e afirmando que «êste ser, que está todo em cada um dos seus actos, cuja essência se substitui ao universo e cuja actividade não reconhece outros limites senão as leis da sua própria natureza, realiza por certo o ideal de ser livre», — o precursor das chamadas «modernas filosofias da intuição», chegava à conclusão de que só Deus, «se Deus fôsse possível», é que poderia representar em tôda a plenitude êsse ser perfeito, ser não *real*, mas *verdadeiro*; Deus é que seria «êsse ser absolutamente livre», — «o centro de atracção de tôda a vida espiritual».

*

Seja, em última hipótese, Deus encarado sob os quatro aspectos definidos por H. Hatzfeld, — quer «como o grandé e sinistro desconhecido», quer «como o espirito universal identificado com a natureza (panteísmo)», quer «como um Deus tremendo que há-de ser buscado para além das antigas representações do culto», quer, finalmente, «como um poder pessoal amoroso que se preocupa com o homem, o Deus do amor, o «Padre»», — o que é certo é que para Antero Deus era sempre fonte permanente de amor piedoso e de bondade excelsa, sempre *Pai* de todo aquele que vem «ao mundo para amar, crer, sentir, ser bom, e feliz, e forte, que tanto quere dizer *homem*».



Acima de tudo, porém, fora de qualquer dêstes conceitos nublosos, Antero via sempre em Deus o Sumo Bem e o centro da liberdade moral, fanal da Verdade; Deus que se revelava à consciência dos «homens e das nações» e era bússola apetecida das almas sedentas de ideal e de justiça; Deus que em nós mesmos tinha a sua residência eterna!

Esta concepção *subjectiva* de Deus tinha sido já visionada por Sócrates e depois anunciada por Jesus.

O primeiro afirmava: «Dentro do homem existe um Deus desconhecido: não sei qual, mas existe».

Prêgava Cristo: «O reino de Deus está dentro de nós».

Também hoje os *Baïls* do norte da Índia, em cânticos magníficos e solenes, dizem que é no coração do homem que existe o templo do Supremo Espírito, do Criador de Deus!...

Ouçamos *Antero*:

...Lá, no seio da eterna claridade,
Aonde Deus à humana voz responde,
É que te havemos abraçar, Verdade!»

«Lá! Mas aonde é *lá*? aonde? — Espera,
Coração indomado! o céu, que anseia
A alma fiel, o céu, o céu da Idéa,
Em vão o buscas nessa imensa esfera!

O espaço é mudo: a imensidade austera
Debalde noite e dia se incendeia...
Em nenhum astro, em nenhum sol se alteia
A rosa ideal da eterna primavera!

O Paraíso e o templo da Verdade,
Oh mundos, astros, sóis, constelações!
Nenhum de vós o tem na imensidade...

A Idéa, o Sumo Bem, o Verbo, a Essência,
Só se revela aos homens e às nações
No céu incorruptível da Consciência!»

(*A Idea*, sonetos VII e VIII).

*

Deter-nos-emos, outrossim, em o seu cristianismo, pois que a influência d'ele foi dominante em Antero; e, como diz o Prof. Joaquim de Carvalho, «Antero não se descristianizou», conquanto tivesse abandonado o Catolicismo.

Seguindo a corrente sincretista da época, e inspirando-se no livro de Ernest Havet — *Le Cristianisme et ses origines*, — «livro admirável», dizia Antero, — o Poeta dos *Sonetos*, em carta ao seu amigo Oliveira Martins faz sair o Cristianismo da «grande corrente do pensamento grego», filha de Parménides e de Anaxagoras, de Sócrates, Platão e Aristóteles...; e em outra carta ao mesmo amigo, confessa Antero que o seu «cristianismo não é propriamente o dos apologistas cristãos».

Também num estudo intitulado *Esboços biográficos*, referindo se ao Cristianismo a essa «grande idea, a maior que no mundo tem aparecido», escreve êle: «... o Cristianismo, com a sua moral pura e santa, transmitira à civilização moderna idéas precisas de direito e filosofia, porque essa religião realiza o ideal de tôdas as civilizações, e as páginas divinas do Evangelho são a síntese admirável das doutrinas filosóficas do velho mundo ampliadas e desenvolvidas por uma razão superior e inspirada».

Por estas transcrições, — e não vale a pena repisar o assunto —, podemos desde já imaginar qual deveria ter sido para êle a figura de Cristo.

Na verdade, Cristo não existia para Antero, como uma personagem histórica, de natureza humana (êsse tinha morrido e a religião por êle fundada também: «em corpo e alma», vid. a carta dêle a Lôbo de Moura), — mas sim como um «símbolo», princípio da vida espiritual, «idéa pura da vida». Assim se exprime o Poeta a Tommazzo Canizzarro, em 1889, dois anos antes do seu suicídio, — ao comentar o seu soneto *Palavras de um certo morto*, e o «pensamento simbólico nêle vasado». Eis o que Antero escreve: «Êsse pensamento consiste no contraste entre o Cristo, *idéa pura da vida*, o Cristo *princípio* e o Cristo personificado, idolatrado e por isso desvirtuado; de modo que a apoteose equivale à morte e entêrro daquilo mesmo a que se pretendia dar imortalidade. A *vida* (*princípio* ideal espiritual) não pode ser *alguém* (uma pessoa, um indivíduo limitado): daí a contradição íntima do Cristianismo, o contraste e a ironia dolorosa das palavras que ponho na bôca do Cristo, ao mesmo tempo como uma crítica amarga da loucura idólatra dos homens e um juízo sintético da história do Cristianismo».

O famoso soneto é êste:

«Há mil anos, e mais, que aqui estou morto,
Pôsto sobre um rochedo, à chuva e ao vento:
Não há como eu espectro macilento,
Nem mais disforme que eu nenhum aborto...

Só o espírito vive: vela absorto
Num fixo, inexorável pensamento:
«Morto, enterrado em Vidal» o meu tormento
É isto só... do resto não me importo...

Que vivi sei-o eu bem... mas foi um dia,
Um dia só — no outro, a Idolatria
Deu-me um altar e um culto... ai adoraram-me,

Como se eu fôsse *alguém*, como se na Vida
Podesse ser *alguém*! — logo em seguida
Disseram que era um Deus... e amortalharam-me!»

*

Por aqui se vê, em derradeira análise, que tanto o Cristianismo como Jesus, mereceram de Antero íntima e viva atenção, muito embora o seu critério se distanciasse imensamente da severa ortodoxia dos Doutores da Igreja.

Reconheça-se, no entanto, sem qualquer facciosismo, nesta atitude crítica e livre, de apresentar o problema de Cristo e a origem do Cristianismo, uma ânsia infinita do seu espírito, sincera inquietude, anseio de um coração em luta com a razão e com o mundo material; tudo girando à volta de Deus: «o ser, a coisa em si, o númenon, o incognoscível», «o motor por excelência de todo o progresso, único bem da Humanidade», como dizia êle em conversa com o seu amigo G. de Vasconcelos Abreu⁽¹⁾.

Foi esta, — e não nos cansamos de afirmar, — foi esta a sua maior ansiedade, a sua constante inquietude; e, como escreve Guerra Junqueiro, Antero «desde moço ao fim da vida cravou os olhos hipnotizados no mistério supremo do *au delà*».

Sim, Deus e o Além, a Virtude — «fim último da vida» —, e a paz sobrenatural, a renúncia a tudo o que fôsse passageiro e illusório, e o Absoluto que é o Amor infinito e a comunhão do Ser com a substância divina!

Escreve Amiel: «Il n'y a de repos pour l'esprit que dans

(1) «Deus, ou é *nada*, ou é a plenitude do Ser, o Absoluto, a Perfeição. O que não pode ser é uma *matéria* indeterminada, com pensamento sem consciência e uma espécie de vácuo» (*Carta de Antero a João de Deus*, págs. 177 das *Cartas*).

l'absolu, pour le sentiment que dans l'infini, pour l'âme que dans le divin. Rien de fini n'est vrai, n'est intéressant, n'est digne de me fixer».

Sonhou dar aos homens um caminho brando, — uma senda direita e plana que os conduzisse à Beatitude e ao «eterno Bem; e, por isso, a sua vida «interiormente inquieta e atormentada», foi, como escreve Jaime de Magalhães Lima, «uma silenciosa epopeia, o combate de uma grande alma em busca da verdade, elevando-se, pelo próprio esforço, das trevas do egoísmo à imperturbável paz do amor, para deixar-nos amplo e iluminado o caminho da redenção, a estrada que podemos trilhar sem sentirmos os espinhos da existência, invulneráveis ao ódio e ao mal que ensangüentam os corações miseráveis».

Os íntimos, os que com êle conviveram de perto, os que tiveram a suprema e inefável ventura de conhecer, tratavam-no por «santo», isto é, «a alma para quem a virtude é o fim único da vida, o motivo soberano da existência», — segundo a interpretação de Guerra Junqueiro.

— «E *santo* Antero como vai? — Assim se exprimia Eça de Queiroz tôdas as vezes que se encontrava com Oliveira Martins; e, em cartas ao autor da *Vida de Nun'Alvares*, o autor do *Mandarim* não se esquecia nunca de enviar um «abraço fraternal a S.^{to} Antero», de perguntar pelo «doce mestre Antero».

É que o cultor da Beatitude e da renúncia, pelo muito que sofreu e pelo muito que amou, pela sua vida imaculada e cristalina, assemelhava-se «à figura daqueles profetas bíblicos que o Senhor, de séculos a séculos, enviava para consolação do povo predestinado», na frase de Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro; — bem merecia que o chamassem «santo».

Simples em tudo, todo êle respirava bondade e candura da alma! Mesmo nas horas de descrença, de desespero e

de dúvida, nunca o seu coração transbordou ódio ou ambição, despeito ou malquerença.

Lia a *Vida dos Santos* e a *Imitação de Cristo* muitas vezes.

Era um místico em todo o sentido da palavra!

«Se tivesse vivido no século vi ou no século xii, seria um dos companheiros de S. Bento ou de S. Francisco de Assis», — escreve Oliveira Martins no prefácio que compo-
sera para os *Sonetos* do altíssimo Poeta.

Por seu turno diz também Bulhão Pato: «O poeta das *Odes Modernas* e dos *Sonetos*, se tivesse nascido duzentos ou trezentos anos atrás, seria um cenobita, talvez retirado nas agruras da montanha, elevando os seus hinos a Deus, em êxtases místicos».

Teria sido um *cenobita*, escreve o autor da *Paqueta*... E na formação de uma ordem religiosa, pensou uma vez Antero de Quental. Conta Eça de Queiroz, no seu estilo inconfundível: «Como aquela noite de Coimbra em que o conheci, era também de primavera e de luar a noite derradeira que passamos juntos em Santo Ovídio.

De tarde andáramos por sob os nobres e seculares arvo-
redos da quinta. Depois êle descansou no meu quarto, es-
tendido na cama, com o seu cigarro, como nos tempos es-
colásticos. Pela varanda, orlada de glicínias, aberta sôbre
os jardins, entrava frescura, paz, o murmúrio dos repuxos
dormentes, todo o aroma esparso das rosas de Maio.

Antero amava aquela velha vivenda patricia, refúgio ex-
celente para um erudito, ou para um magoado da vida que
procurasse um ermo ainda florido e onde a severidade fôsse
risonha. E assim viemos a conversar desta materialidade dos
tempos, e estridor das cidades, e exageração da actividade
cerebral, e aspereza das democracias, que começavam a
empurrar tantos seres sensíveis, ou mais imaginativos, para
a quietação religiosa e para o Deserto moral. Antero pen-

sava que uma forte reacção espiritualista e afectiva se seguiria à materialidade dêste duro século utilitário e mercenário; — e, rindo, lembrou a sua antiga idéa, a fundação da *Ordem dos Mateiros*.

Estes monges do idealismo teriam por missão o reconstituir, em toda a sua beleza e dignidades primitivas, a vida rural, a mais elevada, porque imolando toda a civilização sumptuária, e portanto todos os apetites e paixões e necessidades falsas que dela derivam, e reclamando apenas ao seu bocado de terra o seu bocado de pão, conquista socialmente a verdadeira liberdade, e através dela se prepara a atingir espiritualmente a verdadeira perfeição. Mas não era esta a obra melhor dos *Mateiros*. Toda essa reorganização do mundo, na forma de quietos e fecundos hortos, servia de base a uma alta renovação religiosa. Qual? Antero tendia para uma mistura do Platonismo e do Budismo». E mais abaixo concluía: «... Tudo isto ocorria muito familiarmente sem pompas exegeticas ou filosóficas, e terminámos mesmo por escorregar da Filosofia para a Fantasia, organizando a *Ordem*, os seus estatutos, a sua disciplina, o seu trage, o seu cerimonial».

Tal Antero de Quental sempre ansioso, sempre inquieto, sempre ávido do *Desconhecido* e de Deus, sonhando construir para os homens uma nova moral e uma religião nova!

Tal, finalmente, o drama mental e a tragédia íntima, angustiosíssima, humana⁽¹⁾, daquêlê que é, pelas idéas que expôs nos seus escritos de prosa e de verso, a mais con-

(1) A não ser que vejamos também nesta tragédia íntima o mesmo que viu G. Marañon na de Amiel: «una desarmonía entre su instinto sexual y la realización de este instinto, desarmonía engendrada, como la tantos hombres, en parte por condiciones nativas de su organismo y en parte por imposiciones del medio en que se vió obligado a vivir, (Vid. Amiel, *Un estudio sobre la timidez*, págs. 41-42; e o nosso ensaio sobre *Antero de Quental e a Mulher*, a publicar).

temporânea intelectualidade de Portugal e o português eminente mais europeu e universalista que entre nós nasceu e viveu.

*

Resta-nos falar de Antero nos últimos anos da sua vida: saber se ele encontrou a *paz* que diz desejar e esperar na sua *Carta auto-biográfica*; se o seu coração descansou sempre na mão de Deus, na «sua mão direita»; se ficou a sonhar «a vida inteira» ante a visão «triste e piedosa» da Virgem Santíssima...; se a sua inquietude se fundiu e terminou na «paz do Senhor».

É um problema delicadíssimo e complexo, este, — tanto mais que o seu suicídio é um desmentido tristemente eloquente às suas «íntimas aspirações».

Não sabemos, pois, como explicar este desfecho final, a não ser que vejamos no seu suicídio, — afora a sua doença *nervosa*, as causas morais e físicas, interiores e exteriores, que foram predominantes nesta fase —, o principal móbil de toda a sua vida: conhecer a Verdade e saber se Deus existia, — «só me falta saber se Deus existe», diz o Poeta no soneto *O convertido* —; se havia para além desta vida uma outra; mitigar nos braços da morte a quem amava *devotamente*, a sua inquietude religiosa, a sua sede de Absoluto.

Suicidou-se...; «a crise dolorosa da sua alma terminou pelo suicídio», — escreve Oliveira Martins.

Suicidou-se com os olhos fixos numa âncora onde se destacava a palavra *Esperança*; exalou o último suspiro sorrindo como uma criança ingénua e simples...; morreu, narra Andrade Albuquerque, morreu «com um sorriso, que a todos comoveu, a iluminar-lhe o rosto descarnado de mártir»...

Quere-nos, contudo, parecer que a morte de Antero há-de ser sempre um «mistério», e que a sua determinante principal será eterna esfinge para quem dela se aproximar, apa-

vorante enigma para todo aquele que nunca teve como o Poeta dos *Sonetos*, como os grandes pensadores, como os grandes génios, *inquiétude*, que é «condição do homem», na justa frase do autor celeberrimo dos *Pensamentos*, — Pascal!

Carnaval de 1933.

RUI GALVÃO DE CARVALHO.

NOTA EXPLICATIVA SÔBRE O SUICÍDIO DE ANTERO.

O Prof. Joaquim de Carvalho no ensaio *A evolução espiritual de Antero*, págs. 106, diz que aquilo que levou Antero ao suicídio foi «a angustiosa paralisia do sentimento vital».

Manuel da Câmara, casado com uma das pupilas do Poeta-filósofo, é de opinião que Antero se suicidou «certo da sua vida inutilizada, certo de caminhar para a loucura» (*Antero de Quental e a sua Morte*, pág. 49).

Vid. o que escreveram alguns dos seus amigos no número especial da Revista, de que era director Eça de Queiroz: *In Memoriam*; e também o artigo do Prof. Alfredo Bensaúde publicado no *Correio dos Açores* de 10 de Setembro de 1922; e a conferência do Dr. Augusto Rocha, intitulada: *Antero de Quental. Perfil psíquico*; Coimbra, 1900.

De passagem: encarando o suicídio do Poeta dos *Sonetos* apenas pelo lado patológico, é de crer que êle tivesse sido filho da dispepsia que, como é sabido, em parte originou a neurastenia de Antero, em parte alterou a sua personalidade. Ribot dizia: «Tel organisme, telle personnalité» (*Les Maladies de la Personnalité*, págs. 55-56; Paris, 1924).

*

Sobre o *mistério* da sua morte escreveu o Dr. Luiz de Magalhães: «A morte de Antero é... para os que mais o conheceram e amaram, para os que mais profundamente têm meditado nela, um problema psicológico mergulhado na maior incerteza e mistério» (*A Vida de Antero*, págs. 136 do *In Memoriam*).

A terminar: não esquecer o seu pessimismo (mais humano que o de Vigny); dêle Antero nunca se libertou totalmente; nunca o Poeta-filósofo conseguiu livrar-se completamente. Talvez êle contribuisse para o suicídio do altíssimo poeta. E porquê? «Porque mil circunstâncias,— escreve a propósito António Sérgio,— porque mil circunstâncias levaram aquele organismo ao estado de asfixia, de desalento, e raiva, em que tudo é uma tortura monstruosa, em que o mundo positivamente se depara uma fantasmagoria, mas uma fantasmagoria diabólica e absurda, uma fantasmagoria de pesadelo. Entre duas contracções de desespero dá-se friamente balanço à existência, vê-se que a esperança é nada, e o recurso da morte aparece nítido, nítido espantosamente.

Na mão o punho de um revolver, na bôca a frialdade de um cano de aço, na cabeça a impressão vaga da trajectória de uma bala... Correram talvez imagens destas pela imaginação do suicida. Foi a uma loja e comprou um Lefauchaux. «Ia morar para sítio retirado e achava prudente...», O empregado carregou-o,— que êle, Antero, «nunca pegara em arma de fogo».

Esteve em casa de dois amigos, «conversando sossegadamente». Das oito para as nove sentou-se num banco da Praça de S. Francisco, «encostado ao muro da cêrca do antigo convento da Esperança». «Era uma noite quente, húmida, com uma grande massa sombria de nuvens negras. Inclinou a cabeça para trás, meteu o revólver na bôca e disparou». A bala saiu «pela saliência óssea do nariz, ao pé dos olhos...» Parece-me vê-lo com a cabeça pendente, a barba ensangüentada, os olhos semi-cerrados... Vivía. Deu então segundo tiro. Transportaram-no para o Hospital onde agonizou por uma hora. Morreu assim um homem adorável que mais do que filósofo foi um «altíssimo poeta» — «e que ainda mais do que poeta foi um Santo» (*Notas*, págs. 123-124; vid. também o ensaio do Prof. Joaquim de Carvalho, págs. 44 e segs. e o artigo de Jaime de Magalhães Lima no *Diário dos Açores* de 10 de Setembro de 1921, etc.).

Livros de consulta sobre o suicídio: Ach.-Delmas: *Psychologie pathologique du Suicide*; M. Halbwachs: *Les causes du suicide*; o livro clássico de Durckheim: *Le Suicide*; Esquirol: *Des maladies mentales*; Bayet: *Le suicide et la Morale*; Fabret: *De l'hypocondrie et du suicide*; Bourdin: *Du suicide considéré comme maladie*; Dr. Maurice de Fleury: *L'angoisse humaine*, Dr. Charles Blondel: *Le Suicide*; J. Asúa: *A liberdade de amar e o direito a morrer* (trad. port.), etc.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Antero de Quental: *Sonetos Completos*, *Cartas* (editadas em volume, dispersas e a Carta-Prefácio in-*Lira Romântica*, volume de poesias de António Molarinho), e os três volumes das *Prosas* (coleção de escritos dispersos), Coimbra, Imprensa da Universidade; *In Memoriam* de Antero de Quental (vários); Eça de Queiroz: *Um Génio que era um Santo*, in-*Notas Contemporâneas*, *In Memoriam*, e *Correspondência*; Gonçalves Crespo, artigo sobre João Penha, in-*A Renascença*, págs. 57. Ano de 1868, reprod. in-*Obras Completas*, Lisboa, 1897; Joaquim de Carvalho: *A evolução espiritual de Antero* (*Ensaio breve de interpretação*). Lisboa, 1929; António Sérgio: *Notas sobre os Sonetos e as Tendências Gerais da Filosofia de Antero de Quental*, Lisboa, 1909; António Sardinha: *Ao ritmo da ampulheta* (cap. *A dor de Antero*) e *Ao principio era o Verbo* (cap. *O verdadeiro Antero*); Leonardo Coimbra: *O pensamento filosófico de Antero de Quental*, Porto; Alfredo Pimenta: *O livro das muitas e variadas coisas* (cap. sobre Antero de Quental); Severo Portela: *A Crença de Antero*, Coimbra M.D.CCCXCIX; Silva Gaio: *Antero filósofo* (Notas), in-*Correio dos Açores* de 10 de Setembro de 1922; Guerra Junqueiro: *Antero de Quental. O drama da sua vida*, in-*Prosas dispersas* e *In Memoriam*; Luiz de Magalhães: *A vida de Antero* (*In Memoriam*); Oliveira Martins: *O mal do século* (*In Memoriam*) e o *Prefácio* (*Sonetos Completos*); Jaime de Magalhães Lima: *Um Justo* (*In Memoriam*) e *O pessimismo de Antero* in *Diário dos Açores* de 10 de Setembro de 1921; C. Andrade Albuquerque: *Em lembrança de Antero* (*In Memoriam*); G. de Vasconcelos Abreu: *O tédio doloroso* (*In Memoriam*); João Lobo de Moura: *O fim do Poeta* (*In Memoriam*); João Machado de Faria e Maia: *Memórias* (*In Memoriam* e na 1.ª edição das *Cartas*); Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro: *Antero de Quental* (*In Memoriam*); M. Duarte d'Almeida: *O suicídio de Antero* (*In Memoriam*); Joaquim de Araújo: *Ensaio de bibliografia anterior* (*In Memoriam*); Dr. Augusto Rocha: *Antero de Quental. Perfil psíquico*; Manuel da Câmara: *Antero de Quental e a sua Morte*; Bulhão Pato: *Memórias. Scenas de infância e homens de Letras*, tòm. I. Lisboa, 1894; Unamuno: *Por tierras de Portugal y de España*, e *Del sentimiento trágico de la vida en los hombres y en los pueblos*; Garrigon Lagrange: *Le sens commun* (*La philosophie de l'être et les formules dogmatiques*); H. Heine: *Le Livre des Chants, Questions* (trad. de Gérard de Nerval;

cit. por Aristides Marié: *Gérard de Nerval. Le Poète. L'Homme, etc.*); Amiel: *Journal Intime*; P. Bourget: *Essais de Psychologie contemporaine*, t. second; Bergson: *Les deux sources de la Morale et de la Religion*; R. P. Pierre Sanson: *L'Inquietude Humaine* (Conferências; ano de 1925); Daniel-Rops: *Notre Inquiétude, (Essais)*; Fénelon, Strowski, Laprade, André Gide e Anatole France foram citados por D.-Rops, *ob. cit.*; H. Hatzfeld: *La expresión de «lo santo» en el lenguaje poético de los románticos portugueses y catalanes*, in-*Extret dels Annuaris de l'Oficina Románica de 1930*; Stefan Zweig: *Dostoïevski*; Renan (cit. por António Sardinha in-*O espólio de Fradique Mendes: In Memoriam de Eça de Queiroz*); Michelet (citado por João Machado de Faria e Maia); Pascal: *Oeuvres* (Introd. e notes par L. Brunschwig); A. Baillot: *Influence de la Philosophie de Schopenhauer en France, etc.*); Th. Ribot: *La philosophie de Schopenhauer*; A. Bossert: *Schopenhauer, l'homme et le philosophe*; P. Godet: *La pensée de Schopenhauer*; Bossert: *Schopenhauer et ses disciples*; Palante: *Pessimisme et individualisme*; Rzewnski: *L'optimisme de Schopenhauer*; Sylvain Levi: *La doctrine du sacrifice dans les Bráhmanas*; H. Oldenberg: *La religion du Védas, e Le Bouddha, sa vie, sa doctrine, sa communauté*; Chantepie de la Saussaye: *Manuel d'histoire des religions*; Gopala Aiyer: *The date of Buddha*, *Indian Antiquary*, XXXVII, n.º 475, déc. 1908; J. E. Ellam: *La mission du Bouddhisme dans l'Ouest*, *La Revue*, 15 mai 1910; E. H. Brewster: *Gotama le Bouddha. Sa vie*; E. Gilson: *Saint-Thomas d'Aquin (A beatitude, etc.; vid. também a Sum. Theologica)*; *Imitação de Cristo*; Rabindranath Tagore: *La Religion del Hombre* (versão cast.); *Catalogo da Livraria de Antero de Quental*.

(Continua).

O TOMBO DE SANTA MARIA DE SÁ

Constituem os tombos paroquiais um dos mais profícuos e eficientes recursos para os estudos históricos, em especial os monográficos. A tal despeito, êsse manancial ótimo e abundoso não tem criado exploradores, quási virgem se encontra. Redundante se torna o encarecer suas vantagens, por demais óbvias.

Umas horas cavidadoiras na leitura do da frèguesia de Santa Maria de Sá, do têrmo de Ponte de Lima, esbanjei, mercê destas férias grandes. Modesto de informações apre-ciáveis se me patenteou, para não discrepar da pequenez paroquial. Todavia, não é para malbaratar. Eis porque o reduzi ao essencial e o estampo em letra de fôrma. Que de chamariz sirva para os das fartas e ridentes frèguesias da Ribeira-Lima enfeitiçadora.

Em 1609, por lhe convir conhecer os limites e propriedades da sua igreja, ao Doutor Provisor da Sé Bracarense requereu o Abade António Afonso Cerqueira um traslado do tomo paroquial respectivo. Do livro grande dos tomos das igrejas archiepiscopais foi executada a transcrição, que Feliciano de Carvalho Barreto, escrivão da Câmara da comarca e administração de Valença em Braga, certificou com o peso da sua autoridade.

Da forma seguinte reza a tal cópia:

Em 1594 a Fernão Pereira Soares, notário apostólico morador em Ponte de Lima, apresentou Pedrálvares de

Araújo, Abade da metade curada de Sá⁽¹⁾, uma provisão do Dr. António Freitas⁽²⁾, Provisor e Vigário Geral do Arcebispado de Braga. E logo foi a essa freguesia, donde notificou Lourenço Gonçalves, Abade de Bertandos, e Gaspar Gonçalves, Vigário de Santa Comba, para servirem de vedores do tombo a efectivar, os quais chamaram dois homens lavradores de sã consciência, que entendiam dos limites da freguesia e do que à sua igreja pertencia. Êsses foram Gonzalo Pires, do Casal de Cima, com 55 anos, e António Gonçalves, de Casal Deite, com 60 anos, e lhes tomaram juramento nos Santos Evangelhos de bem e verdadeiramente fazerem o tombo, em suas medidas e declarações. O mesmo juraram os ditos vedores e o Abade de Sá.

Após, declarou Pedrálvares de Araujo que era Abade da metade curada da igreja de Sá, sendo Vicente de Sampaio o Abade da parte não curada: que as terras eram reparti-

(1) Vid. *A Ribeira Lima Epigráfica*, do autor, in *Arqueologia e História*, 1932, pág. 39.

Em 1700 a renda era repartida em dois benefícios — um de abade com 250.000 rs. e outro simples com 100.000 rs.

(2) Mandava a provisão: «Fazer tombo e pregoação na forma da constituição de Braga; averiguar a prata, cálices, ornamentos, livros, assento, casas, côrtes e currais, águas, campos, vinhas, árvores, sementeiras, montados, pensões, direitos, casais, propriedades, confrontações, prazos (com suas vidas e títulos), da igreja. Tudo devia ser medido por vara de 5 palmos. Sob pena de excomunhão maior mandava e admoestava Abades, Reitores e Vigários dos mosteiros das igrejas circunvizinhas à de Sá, e tôdas mais pessoas de qualquer qualidade e condição, cujos nomes e cognomes se consideravam expressos e declarados, caseiros e foreiros, para que sabendo de tais assentos e propriedades o dissessem e descobrissem em termo de 3 dias, findos os quais ficavam excomungados e malditos da maldição de Deus todo poderoso, de S. Pedro e S. Paulo e da Santa Madre Igreja e seriam subvertidos e iriam vivos aos infernos com todos os diabos». Em negócios temporais não perdoava a caridade eclesiástica.

das entre êles, a cada um pertencendo um assento⁽¹⁾: que no campanário⁽²⁾ havia um sino de metal: que tinha dois cálices de prata, um com pé de latão; cinco vestimentas, uma de chamalote de côres, outra de setim vermelho falso, outra de chamalote côr de lírio, outra de seda velha e uma de prata de...; dois frontais, um de setim falso verde e amarelo e outro preto de chamalote sem águas: uma cruz de latão mourisco; um turíbulo e caldeira de metal; uma caixa de guardar isto ao modo de arquibanco; dois lampadários de latão; uma arquinha fechada para as ofertas de milho e centeio⁽³⁾: que a igreja tinha três altares, o mór e os dois da nave, sem sacristia⁽⁴⁾, cada um com seu retábulo da largura dos mesmos, e quatro castiçais de latão. Medida a igreja, acharam-se-lhe 15 varas da porta principal ao tôpo da capela-mór e 4 1/2 de largura.

Passaram depois os vedores e os dois homens bons a medir as terras da igreja e acharam o seguinte:

1) — Campo junto ao adro, que foi deveza e era assento da igreja, cerrado sôbre si; comporta 6 alqueires de centeio de sementeira; de N. a S. 32 varas e de nascente a poente 48; partia do N. com o caminho da igreja, do S. com vinha, de leste com deveza e do oeste com giestal.

2) Campo debaixo da eira, assento, de sementeira 7 razas de centeio; do norte ao vendaval 80 varas e 35 de L. a O., partindo do N. com terras do Abade Sampaio, do poente com terras do Abade Araújo, do vendaval com as de Pero Prego.

(1) Há mais itens, mas ilegíveis por estar roído o papel da tinta.

(2) Substituído no século XIX por uma torre.

(3) Seguem mais itens, uns ilegíveis, outros de objectos insignificantes.

(4) A primitiva fábrica devia ser românica. Actualmente, não há o mínimo resto, tal foi a transformação.

3) Campo do Meio, assento, cerrado sôbre si, de 7 a 8 alqueires de sementeira, de N. a S. 76 varas e 47 de L. a O., partindo do aguião com o giestal da igreja, do S. com Pedro Anes e Maria Álvares, do casal do Monte, de L. e O. com terras do Abade Araújo.

4) Campo do Amieiral, assento, cerrado sôbre si, 12 alqueires de centeio de sementeira, de N. a S. 110 varas e 86 de L. a O., partindo do N. e L. com terras do Abade Araújo, do S. com Gaspar Gonçalves e Bartolomeu Dias, caleiro, do O. com o ribeiro que vai para a veiga.

5) Campo do adro, assento, cerrado sôbre si, 2 alqueires de centeio de sementeira, de L. a O. 43 varas e de largo contra o nascente 27 e 18 contra o poente, partindo do N. com a igreja.

6) Deveza e giestal junto ao adro, de N. a S. 170 varas e 72 de L. a O., 10 alqueires de centeio de sementeira, partindo do N. com terras do Abade Sampaio, do S. com terras do adro, e de L. com giestal e penedos do Abade Araújo.

7) Campo do Boução, assento, cerrado sôbre si, 20 alqueires de centeio de sementeira, da N. a S. 98,5 varas e 104 de L. a O., partindo do N. com a Veiga da Portela, do S. com fazenda de António Gonçalves, de L. com terras de D. Leonor e de O. com a estrada do caminho que vai para a Fonte da Ínsua.

8) Leira de deveza sem carvalhos, nas Regadas, uma raza de centeio de sementeira, medindo 48 varas por 5, junto ao campo do Boução, partindo por todos os lados com herdeiros de Gaspar Gonçalves, almocreve.

9) Leira do Sisto, assento, de N. a S. 53 varas e de L. a O. 16, de sementeira 2 alqueires de centeio, partindo do N. com Gaspar gaiteiro, do S. com a estrada que vai à vila, do L. com terras da igreja e de O. com João Dias.

10) Meia deveza no Ameal, ao longo de Louredo, na veiga, com 170 varas de comprimento e 20 de largo na ca-

beça do N. e 11 na do S., 4 alqueires de centeio, partindo do N. com a estrada da vila, do S. com a veigã de Louredo, de O. António Afonso de Parada e de L. com o Abade Sampaio.

11) Leira do Cabrão, debaixo do caminho que vai para Bertandos e Santa Comba, que dizem ser assento, de sementeira um alqueire, 117 varas de N. a S. por 2,5, partindo com Pero Anes por todos os lados.

12) Leira na beira do Cabrão, da banda de cima detrás do palheiro, de sementeira um alqueire, medindo 97 varas por 7 e partindo do N. com Domingos Lopes e Pedro Afonso, do S. com Margarida Gonçalves, de L. com vinha do licenciado Baltazar Ferraz e de O. com Gaspar Cação, meirinho.

13) Leira no campo do Chouro, na freguesia de Santa Comba, alqueire e meio de sementeira, medindo 64 varas por 12 e partindo de L. com Domingos Gonçalves, o Lopo, e de O. com Pero Afonso. Além do dizimo, pagava o quarto de centeio e o meio de milho⁽¹⁾.

14) Deveza, cerrada sôbre si, com 82 varas de N. a S. e 48 de largo, de sementeira 4 alqueires, partindo do N. com o caminho que vem da aldeia de Sá para a igreja, do S. com António Domingues, pedreiro e de L. e O. com o dito. Assento.

15) Campo e vinha junto da igreja, abaixo da dita deveza, cerrados sôbre si, de N. a S. 79 varas e 53 de L. a O., a um tiro de pedra de mão da igreja, partindo do S. com vinha de António Domingues e dos outros lados com terras dos Abades. Com água de rega da fonte da igreja de seis dias dois. De sementeira 8 a 9 alqueires.

16) O campo da Minhoca, assento, a um tiro de bésta

(1) Note-se esta referência a milho, a única. As sementeiras são tôdas de centeio.

da igreja, cerrado sôbre si, com mato, de sementeira 5 alqueires, de N. a S. 104 varas e 24 de largo, partindo do N. com o Abade Sampaio, do S. com o campo do Ameal, de L. com o Abade Araújo e de O. com o ribeiro de João Pires dos Paços.

17) Campo da Fonte da Ínsua, com deveza que tem dentro em si tudo místico, assento, água de rega, a meio tiro de bésta da igreja, 108 varas de N. a S. e 80 de largo, 7 alqueires de sementeira, partindo do N. com a Fonte da Ínsua e do S. com o Abade Sampaio.

18) Um pedaço de terra das Regadas de fora, assento, a dois tiros de bésta, de N. a S. 106 varas e 11 de largo numa cabeça e 4 na outra, partindo de L. com António Gonçalves e de O. com Belchior Afonso, pedreiro, e entes-tando no N. na deveza das Regadas e no S. no caminho da congosta que vai á Fonte da Ínsua.

19) Leira de terra, que é meia vessada, na veiga do Ameal, assento, a tiro e meio de bésta, de N. a S. 157 com 27 na cabeça norte e 11 na S., partindo do N. com a estrada de Esturãos, do S. com Pedro Anes, de L. com Gaspar Afonso da Cruz e do O. com o Abade Araújo.

20) Leira na veiga de Louredo, assento, a dois tiros de bésta, de sementeira 4 alqueires, de L. a O. 127 varas, partindo do N. com Álvaro Roiz defunto e do S. com Diogo Gonçalves.

Com 20 prédios, numa frêguesia pequena, não era pobre a sua igreja. Basta atentar em que, *grosso modo*, levavam 102 alqueires de sementeira e abrangiam uma área de 8 hectares. De todo êsse património vasto pouco resta, mercê das delapidações e extorsões em que foram e são férteis os cambalachos políticos, cujos roubos públicos de bens pertencentes a corporações têm sempre colados rótulos mirabolantes para pasto da estupidez ingénua. Peço aos selvagens da Beócia que não classifiquem a opinião de reac-

cionária, embora seja livre a asneira dos que pensam com os pés e estudam no soalheiro dos cafés e das tabernas, actualmente com o mirífico título de *bars*.

Passamos, agora, ao capítulo dos limites e demarcações da freguesia.

Com a de Santa Marinha de Arcozelo partia águas vertentes pelo monte de S. Miguel⁽¹⁾.

Com a de Santa Comba partia pelas covas de S. Francisco⁽²⁾ da ermida de S. Miguel direito ao monte de Santim onde sabia estar uma cruz de pau e onde cruzavam os caminhos; dali chegava a um marco grande num souto de castanheiros, que ficara de António Pais Ferraz, e dêle corria direito a uma castanheira velha do campo da Rainha; daqui ao som do rêgo da água pelo ribeiro de Cristóvão, onde caía no rial de António Pais, até à fonte de Janfe pela barqueira por um rêgo velho; e desta fonte pelo ribeiro abaixo até às poldras de pedra e daqui ao boeiro que recebe as águas caídas das congostas dos Lagares e da congosta de Meyão, que entrava na vinha de Miguel Simão, até ao marco debaixo da lata e junto ao poço das suas casas.

Com Bertianos: do sobredito marco direito ao portelo do Cabrão, a uma estante alta de pedra⁽³⁾, na qual se fêz uma cruz, e dela pela congosta foreira da lagoa e codeçal; daí ao portelo do souto do Cabrão, donde descia pela congosta até um moinho de Bertianos, que em tudo partia pelo assento dessa igreja, e dali com terra da mesma igreja ao moinho velho que entesta no juncal e pelo rêgo ia ter ao valado de Caravel e dêste ao da Praina, que ficavam de

(1) Castro lusó-romano. Hoje de Santo Ovídio.

(2) ¿Este onomástico relacionar-se-á com a romagem de S. Francisco a Compostela? Na tradição existe a fonte do Salgueirinho, onde repousou o Santo, sobre a qual ver o *Almanak de Ponte de Lima*, de 1909, pág. 169.

(3) Menhir?

contra o sul; aí passava o Pôrto da Praina à veiga da Freixa direito pelo meio, onde está um marco alto de pedra e dêle ia ter ao Pero Gil, junto ao monte onde estava um marco alto de pedra.

Com S. Pedro de Arcos: Pelos juizes atombadores foi mandado fazer ao notário uma adição relativa a esta frèguesia, que também confrontava com Sá. E como o Abade não residia nela, por andar em demandas por causa da igreja, fêz vir dois homens dessa frèguesia para deporem o que soubessem sob juramento aos Evangelhos. Foram êles Domingos Gonçalves, da Pragossa, e António Martins, de Paredes. E disseram êles que os limites começavam no pocinho de Pero Gil (dantes chamado de Maria Pires) e daí direito ao portelo velho antigo dos campos do sobreiro, onde começava a confrontar com Moreira.

Com Moreira: Foi notificado o Abade, o licenciado Amaro Fagundes⁽¹⁾, para assistir às demarcações. Todos juntos na deveza do Boudilhão e mais Pero Lopes, de 70 anos, levado pelo Abade, disseram que do portelo dos campos do sobreiro ia correndo ao marco dos eirós e daqui deferia e seguia até ao marco da deveza da viúva, donde novamente deferia até outro marco na terra de João Pires dos Paços e dêle a outro no pomar de Izabel Dias. Seguia depois para as pedras da gândara, perto do cruzeiro, e delas ao penedo grande, no caminho da portela de S. Miguel. Disseram Pero Lopes e os mais louvados que estes marcos e pedras mencionados tinham cruces gravadas. E aqui findaram as demarcações e com ella o tombo.

CARLOS DE PASSOS.

(1) Decerto, da família dos Fagundes, à qual pertenceu João Álvaro Fagundes, o da Terra Nova, cuja casa, dita do Outeiro, assentava nessa frèguesia.

O HISTORIADOR (1)

Alexandre Herculano foi, certamente, um dos primaciais Portugueses do século em que viveu, pelo carácter, pela elevação moral, pela pureza das suas virtudes cívicas e pela nobreza dos seus princípios. Vista hoje, a distância considerável da sua morte, a figura do solitário de Vale de Lôbos avulta de esplêndida grandeza. Não são maiores nem mais belas, pela sua alta significação humana, as dos Gregos ou dos Romanos eternizadas nas páginas de Plutarco ou de Tácito como nas alegorias maravilhosas do bronze. Não é, contudo, do homem que queremos falar, mas do historiador que foi, em Portugal, o primeiro que formou da história uma concepção larga e científica. Antes de Herculano, com efeito, era sob a inspiração de ideias e de sentimentos bem diversos que os escritores nacionais procuravam reproduzir com mais ou menos brilho a imagem encantada e evocadora do passado. Nascido numa época reveladora e inquieta de lutas e de exegeses, que se caracterizou especialmente pela tendência combativa e pelo espírito de análise, Herculano dispôs magnificamente dos dons naturais que, em teoria, se exigem do historiador, completando-os mais tarde por outros adquiridos no estudo. Denominou-se a si próprio de discípulo de Guizot, e o amor por este mestre a cada momento transparece na sua obra excelsa, que parece gravada a luzentes letras de ouro sobre a imaculada brancura de

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

um mármore brunido. Na realidade, os seus trabalhos, como os do insigne historiógrafo francês, salientam-se luminosamente pela superioridade de um saber municioso haurido em buscas pacientes pelos arquivos e tombos do país, pela nitidez e pela harmonia das reconstituições, pelo espectáculo animado dos acontecimentos de outras eras e pela experiência que reflectem dos homens e dos negócios. Os livros de Herculano, como os de Guizot, denunciam ainda as fortes qualidades e os puros méritos que a ciência pode receber da arte — na clareza da composição, no desenho vivo e na modelação dos caracteres. Pela correcção, graça, eloquência, sobriedade e aticismo do seu estilo, Herculano tem um lugar entre os clássicos, que tanto concorreram para a formação da sua personalidade literária, como já tinham concorrido para a educação de Ranke — com quem Herculano tem certos pontos de contacto. Efectivamente, o historiador germânico levou a sua imparcialidade até ferir, por vezes, a religião patriótica. Herculano também nunca sacrificou a verdade em caso nenhum. Foi rígido e intransigente. De resto, encarando a história como uma espécie de cosmologia hegeliana, o português ilustre não quis ser juiz mas apenas observador. Foi menos um crítico e um filósofo, do que um narrador. Comprazia-se em evocar a alma das gerações passadas, em erguer das frias e tristes sombras dos tempos findos prodigiosas figuras, em ressuscitar diante das imaginações, com um famoso poder de realidade, os quadros fiéis das eras mortas.

Possuindo uma vasta cultura humanista, tendo sido educado por uma era audaz que começava a procurar a verdade no método experimental, não podia deixar de ser influenciado pelas correntes que então dominavam. Foi, certamente, no século xvi que se iniciou a reacção contra os hábitos literários que vinham da antiguidade, concebendo-se a história como uma obra de ciência e não como uma obra de fantasia.

A renovação completa, porém, apenas se operou em pleno século XIX — que foi o de Herculano — pelo influxo de causas múltiplas: — o movimento do romantismo que fez penetrar nas artes e nas letras o gosto das pinturas verídicas dos dias volvidos: as descobertas arqueológicas e lingüísticas que revelam as origens, através das idades, das raças indo-europeias: os rápidos progressos das ciências positivas que multiplicaram os meios da informação exacta: a filosofia científica comunicando aos estudos sobre o homem, ser complexo, e sobre as sociedades, até aí governadas por leis que se ignoravam, mais precisão e amplitude, aproximando-as das ciências da natureza. Isto rasgou aos historiadores horizontes resplandecentes de claridade. Herculano, que dispunha de altas faculdades assimiladoras, não permaneceu refractário à orientação que as ideias inovadoras imprimiam, nesse momento de luz nascente, às inteligências.

*

A busca das causas gerais aplicada ao estudo do desenvolvimento da humanidade nas épocas distantes tomou o nome de *Filosofia da História*. Êste processo foi ensaiado por muitos historiadores e pensadores e deu origem concepções sistemáticas que se dividem em duas categorias, na lúcida afirmação de Mortet. Outrora, fez-se intervir na história uma potência sobrenatural que, com o paganismo, se chamou Fatalidade, e que com Santo Agostinho, Vico, Bossuet e José de Maistre, se denominou Providência. Os homens, aparentemente livres, não são mais do que os instrumentos de uma Vontade superior: e é pela acção benéfica ou vingadora que se interpretam todos os factos de ordem geral. A história assim realizada não se compreende nos nossos tempos. Os sistemas que com ela se prendem modificam os termos do problema, sem nada esclarecerem da vida — pois

que o mistério se torna a única razão das coisas. Herculano, que negou o milagre de Ourique — a aparição cenográfica de Jesus Cristo crucificado, entre nuvens, na glória da manhã alvorecente, anunciando a vitória contra os sarracenos — não pertence a esta escola.

Modernamente, intervêm na história apenas as leis naturais, idênticas às que dirigem o mundo físico: e é pela acção regular e permanente dessas leis que se explicam os factos gerais. Esta concepção filosófica deve-se principalmente a dois pensadores do século XVIII: — Herder e Montesquieu, sobretudo a êste último que, no *Espirito das leis*, assinalou a influência dos meios sobre os costumes e os actos dos seres humanos. Como historiador, Alexandre Herculano pode integrar-se neste método, exercendo a sua actividade de um modo incompleto porque a evolução que mais tarde se produziu — e que êle desconheceu — foi enorme, com os trabalhos de Comte, Bukle, Taine e Spencer, que consideraram as sociedades como organismos vivos e que afirmaram que os fenómenos sociais tinham de ser submetidos, como os fenómenos individuais, às leis de coexistência, que pertencem à economia política, e às leis de sucessão, que pertencem à filosofia da história. Contudo, o génio do escritor português teve a intuição destas conclusões, e já uma luz nova cintila com claro reflexo em muitas das suas páginas consistentes e definitivas!

*

Alexandre Herculano não foi, certamente, um renovador universal na arte de escrever a história. Nos seus livros não é o filósofo que se destaca em firme relêvo: é o narrador. A filosofia somente entreluz por lampejos na obra monumental que nos legou: mas o historiador da Inquisição em Portugal deriva dos pensadores que à história talharam inéditos destinos. Desde os seus trabalhos iniciais, Herculano

aparece-nos como um investigador tenaz, procurando a verdade como um mineiro que vai seguindo um filão de ouro e sem êsses artifícios de estilo com que os escritores, dotados de certa imaginação, tiravam do mais banal motivo, efeitos para páginas longas e discursivas. Na sua prosa, talvez pesada e sem plasticidade e fluidez, mas no entanto rica de colorido e de som, com o ritmo inconfundível que marca as individualidades dominantes e vitoriosas, sente-se já a reacção contra o abuso fastidioso da retórica: e esta virtude valoriza excepcionalmente a sua obra, pois que na lúcida expressão de Monod, a beleza da composição formal está muito longe de ser um elemento supérfluo e só ela imprime à realização literária um perdurável encanto. A forma de Herculano deixou de pertencer às regras de uma estética de convencionalismo para se adaptar à natureza da obra e reproduzir, na sua diversidade, os traços essenciais a cada reconstituição das coisas e das acções passadas. Foi, portanto, a mais própria, exprimindo com nitidez tanto as suas ideias definidas, como os fugidios e vagos matisés do seu pensamento, qualidade que apenas possui o escritor que perfeitamente conheça a sua língua e a maneje com facilidade e destreza.

A história de Herculano tem as diferenciações de côr, de modalidades plásticas, de sensações e de sentimentos da vida real, o que demonstra no seu imortal autor o conhecimento preciso do espírito, dos costumes, da civilização material, das leis políticas e das tendências artísticas, morais e religiosas das épocas que ressuscitou, sabendo distinguir, através das fórmulas, as figuras, e sentindo com intensidade a alma das gerações findas.

Neste ligeiro e incompleto esboço de crítica pretendi fazer um pálido retrato de Herculano como fundador da história portuguesa, que antes da sua acção luminosa e fecunda, andava dispersa pelas crónicas seculares, sem sistematização,

sem unidade, sem orientação filosófica e científica. Mas Herculano foi também poeta, panfletário, romancista, encheu, neste país, com sua maravilhosa personalidade moral e mental, o século em que existiu. Recordá-lo e consagrar definitivamente a sua memória é um dever patriótico da nacionalidade que êle tanto dignificou e enobreceu, pela profundidade do seu génio.

1910.

JOÃO GRAVE.

CARTAS HISTÓRICAS⁽¹⁾

IX

«Monsieur le Comte. — Ayant oui dire que votre Excellence devait bientôt partir pour la campagne, j'ose La supplier de vouloir bien presser la decision de l'affaire de Carneiro Pessoa qui ne se terminerait certainement point en votre absence, et qui par ce retard ferait manquer l'expédition, au moins pour cette année au grand préjudice de tous les intéressés.

«Je joins á cette prière une note et quelques réflexions sur une affaire d'un autre genre; et qu'il me semble que l'on peut mettre avec succès, sous les yeux de Mr. le Comte de Villaverde.

«Il y a environ quatre mois que dans une conférence avec Dom Luis de Vasconcelos j'exposai á ce Ministre que d'après les embarras pécuniaires du Gouvernement, la Ressource d'un emprunt de quatre millions de crusades à l'étranger pourrait devenir nécessaire; et que dans ce cas, je connaissais un Souverain de l'empire d'Allemagne qui possède un trésor de plus de trente millions de florins; et avec lequel on pourrait négocier cet emprunt à des conditions raisonnables; et à des termes comodes pour le remboursement, me réservant de faire connaître quel est le propriétaire de

(1) Cont. do vol. 85.º, pág. 558.

ce Trésor et les moyens de faire réussir cette négociation dès que je serais bien assuré d'en être l'agent.

«Dom Luis de Vasconcelos accueillit ma proposition et me dit qu'il la regardait comme une ressource très utile; mas qu'il espérait pouvoir s'en passer si le plan qu'il méditait alors réussirait; ce qui serait promptement décidé; et ce fut sans doute dans l'espoir de ce succès, qu'il fit publier cet édit du Prince qui promettait le payement du courant et les mesures efficaces pour le remboursement de l'arriéré; promesse qui est encore bien loin d'avoir été accomplie. Depuis ce temps et dans plusieurs conférences successives, les réponses et les esperances ont été les mêmes; et tout reste dans le même état, au grand désespoir de Son Altesse R.^{ale} et au grand détriment du crédit public.

«Si donc (comme on n'en peut douter) un emprunt à des conditions raisonnables, devient aujourd'hui une mesure nécessaire: il faut se hâter de le faire tandis que le Portugal conserve encore en Europe l'opinion d'une puissance solidement riche, et qui n'a point de dettes au dehors.

«Un dilème fort simples me parrait démontrer la nécessité d'un emprunt.

«Ou la pénurie des finances est réelle; ou elle est l'effet d'un calcul politique pour éloigner les demandes pécuniaires de certaines puissances?...

«Dans le premier cas, la nécessité d'un emprunt est démontré; dans le second elle remplit également le but qu'on se propose, car l'on n'emprunte pas ordinairement chez les autres ce qu'on peut trouver chez soi... et certes, dans ce dernier cas, le moyen d'un emprunt est bien plus politique que celui de réduire au désespoir un peuple essentiellement bon et soumis; dont on a si rigoureusement éprouvé la patience.

«Toutes ces réflexions, Monsieur le Comte, sont confidentielles, mais elles se présenteront naturellement à votre

esprit comme au mien, pour appuyer auprès du premier ministre les propositions que je fais dans la note ci jointe.

«J'ai l'honneur d'être avec Respect. — Monsieur le Comte votre très humble et très obeissant serviteur. — Lisbonne 9 juillet 1804 (a.) *Le C.^{te} de Liniers*».

COMENTÁRIO

O signatário desta carta ocupava no Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Lisboa, no ano de 1804, o lugar de Secretário de Legação e, por vezes, Encarregado de Negócios do Império Francês.

Como se vê pelo contexto dela, o seu autor conhecia as atribulações, do governo de então no conseguimento do dinheiro necessário para pagar ao exército e aos funcionários.

A-pesar-da lógica cerrada que o Conde de Liniers apresentou, o governo desprezou o conselho de amigo e resolveu remediar por todas as maneiras a penúria do Erário, recorrendo aos pequenos empréstimos internos, à aceitação de donativos voluntários de cavalos e forragens para o exército e ao lançamento de impostos sobre os ordenados do funcionalismo e sobre os produtos das comendas, além dos rendimentos naturais do comércio e da indústria, produzidos nas ocasiões próprias. E assim foi atamancando uma situação que, de dia para dia, se tornava mais aflita, em virtude das circunstâncias de momento, agravadas pelas ambições napoleónicas e mais tarde pela retirada da corte para o Brasil.

Esta retirada atrapalhou ainda mais o desfôgo do Erário, porque, enquanto que em Portugal o governo se esforçava por manter a Coroa na cabeça do Príncipe D. João, este considerava a sua pátria como uma colónia, visto que todas as suas rendas particulares e as das pessoas que o haviam acompanhado eram enviadas para o Rio de Janeiro. Além disso os continuados saques sobre o Erário português, mesmo para cousas que só interessavam ao Brasil, como foi a expedição de Montevideu, constituíam uma das formas para que Portugal se lembrasse de que tinha um Rei, com uma faustosa corte que era preciso manter a todo o custo, como era desejo do Príncipe Regente que, para captar mais simpatias, havia criado uma outra aristocracia entre os indígenas ⁽¹⁾, de maneira

⁽¹⁾ Melo Moraes, *A independência e o império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1873.

que os pruridos de grandeza e de vaidade de supremacia sôbre os outros povos americanos haviam esquentado os espíritos e os havia tornado perdulários.

O empréstimo forçado que Junot impôs a Portugal em 1807 e a contribuição de guerra em 1808 serviram para as despesas de exército e para o esbanjamento dos franceses. Depois da retirada destes, o tesouro português achou-se exausto, e então recorreu-se como diz o signatário da carta seguinte ao *cofre britânico* !!

X

«S.^r Joaq.^m da Costa e Silva. — Dezejo noticias do seu restabelecimento, e no cazo de continuarem as impertinentes sezoins torno a offerecer boa Quina.

«A junta está na mais urgente percizão de algum socorro, e o Erario sem meios de lhe acudir, p.^r tanto não tenho remedio senão solecitar algum dinheiro do Cofre Britanico, bem certo na sua boa vontade, e conhecimento da necessida^e q̃. esta repartição tem de avultadas sômas.

«Hontem esteve aqui Stuart, e eu lhe falei com franqueza sobre dinheiros e contas, e elle conveio em tudo q.^{to} lhe ponderei prometendo-me os seus bons officios para q̃. tudo se obtenha, e dá esperanças sollidas de chegarem brevem.^{te} de Cadiz remeças consideraveis.

«Sinto dar-lhe tantos encomodos sendo só os meus dezejos deo obsequiar como — M.^{to} seu Vn.^r (a.) *Conde do Redondo* — 28 de junho 1810».

COMENTÁRIO

Este Conde é o 15.^o na seqüência da casa Redondo e 2.^o Marquês de Borba, Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Menezes, Presidente do Real Erário e um dos Governadores do Reino quando da partida de D. João VI para o Brasil. O destinatário é o Conselheiro Joaquim da Costa e Silva, que foi um dos homens mais indispensáveis do seu tempo. Exerceu uma infinidade de comissões tanto civis como

militares e cargos de grande responsabilidade, tais como Inspector do Palácio da Ajuda e das suas cavalharias, Deputado da Junta dos diamantes e do sal, Inspector das tesourarias das tropas, Director dos Parques do Exército e por último o cargo de Tesoureiro-mor do Erário Régio, donde saíu por intrigas políticas, depois de o exercer por espaço de quarenta e dois anos.

A publicação desta carta seria inútil se não houvesse aquela declaração de que o *Erário estava exausto* e que só um auxílio do *Cofre britânico* lhe daria vida por algum tempo.

Efectivamente em 1808⁽¹⁾, na previsão de acontecimentos futuros necessariamente consequentes da invasão francesa, a Inglaterra havia desembarcado em Lisboa um contingente de tropas para auxiliar o embarque de D. João VI, e as despesas desse contingente eram sustentadas pelo *cofre dos donativos britânicos* que estava sob a inspecção daquele Costa e Silva.

Bastantes vezes este abonou grandes somas a título de empréstimo, mercê da influência que tinha junto dos ministros britânicos, e depois da dominação francesa, estando as caixas militares exaustas, foi ele quem proveu em tudo para o desfogo das tropas com o auxílio de duzentos contos de réis cobertos por títulos de dívida passados pelos Governadores do Reino.

Em 1810⁽²⁾ na Campanha de Restauração, como a Inglaterra tivesse fixado em 800 contos a despesa a pagar com as suas tropas, ficando Portugal responsável pelo excedente, Costa e Silva conseguiu pela força dos seus argumentos junto do Ministro Carlos Stuart, que aquela nação

(1) A única referência que encontrámos na *Colleção dos Tratados, Convenções, Contratos e actos publicos* está no vol. XV onde vem um officio de George Canning a Domingos de Sousa Coutinho, datado de 1808, em que diz que manda armas e 200 a 300 mil patacas e fala na *Caixa militar ingleza*.

(2) Um Decreto do Príncipe Regente, referendado pelos Governadores do Reino, de 27 de Agosto de 1810 fala nos grandes *subsídios de Sua Magestade Britanica* e diz que para conservar a *Nossa Santa Religião e salvar a Monarquia e a Patria e com ella as Igrejas, os Conventos, a Honra das familias, a propriedade dos nossos bens, etc., etc.*, renova a contribuição extraordinária de defesa, cabendo ao comércio 200 contos de réis, distribuídos pela Junta do Comércio e sendo colectados todos e tudo quanto tivesse rendimento.

pagasse a Portugal tudo quanto este tivesse despendido com as tropas inglesas, de que resultou para nós um benefício de alguns milhões.

Além disso na fixação dos contingentes militares fornecidos pelo Governo Português, figurava o de infantaria com o efectivo de 15:000 homens e para a sua sustentação obteve também Costa e Silva que o pagamento das despesas desse contingente pedido pelo Governo Inglês fôsse feito em metal (nesse tempo qualquer soma a pagar, era metade em metal, metade em papel), e que as despesas fôsem pagas integralmente por aquele Governo.

Por tantos auxílios prestados, pela proficiência com que elle exercia os cargos, pela confiança que merecia aos Governadores do Reino, Costa e Silva foi nomeado Tesoureiro-mor do Erário Régio e a esse lugar se referem as seis cartas do Principal Sousa que a seguir se publicam.

XI

«Ill.^{mo} Snr. — Não he possivel haver homem publico mais exato, mais entendido e zeloso do real serviço, que V. S.

«Eu sinto que V. S.^a tivesse o incomodo que me diz, e muito lhe peço que tenha toda a cautela, sendo a sua saude tão necessaria ao Real Serviço.

«Bastava que V. S. assentasse a questão para eu acreditar, tanta he... que deve merecer o voto de V. S.^a, restituirei logo o livro que he bem interessante, pois que a materia de que falamos merece ser levada á Real consideração para regulação geral de todas as Casas da Moeda.

«Já he tempo que os estrangeiros cessem de nos lograr.

«Eu sou de Vossa Senhoria amigo obrigado e fiel captivo
(a.) *Principal Sousa*».

XII

«Ill.^{mo} Sr. — Li com a maior satisfação a sua excelente memoria, e a tenho actualmente em meu poder, para a levar terça feira.

«He pêne estar o Soberano tão distante, delogando-se as providencias mais seis ou oito mezes, quando as circunstan-

cias pedião grande brevidade. — Não posso negar que o Erario não teve hum tesoureiro mór igoal.

«Agradeço a V. S.^a a lembrança do homem que tinha recomendado a Bento de Faro, o credito do Erario que diariamente cresce he verdadeiramente devido a semelhantes providencias.

«Demorando-se o restabelecimento de Francisco Alves da Silva, nomearão com acordo dele ao dezembargador Guerreiro para servir de ajudante interino, não pode ser proprietario em caso algum, porquanto deve ser ao menos Aggravista, o dito Francisco Alves espera melhorar; mas a alfan-dega não podia estar sem governo: e este vivo.

«Eu espero que V. S. nos vá ali comunicar as suas luzes, e para o Brazil se deve negociar a propriedade, porquanto ele está muito acabado, e aquella casa necessita de ser estudada, vigiada e melhorada.

«Não vejo outro meio para se conseguir hum rendimento, sem pezar e gravar o Povo.

«He lastima que as fazendas entrem e saião por baldeação, e de noite e se recolhão a Lisboa sem pagar os direitos; que a agua ardente entre sem franquia e se gaste na terra livre de direitos; que as peças de pano digão no Sêlo 30 e muitas vezes acusem 50 e não seja confiscada a peça como se practica em todas as Nacções que entendem de commercio; que a estiva seja hua das... de maior prejuizo.

«Á vista melhor explicarei os meus desejos e sentimentos.

«Eu sou de V. S.^a muito amigo obrigado e venerador
(a.) *Principal Sousa* — 14 de janeiro de 1815».

XIII

«Ill.^{mo} Sñr. — Não ha duvida que as molas ainda tem muita ferrugem, mas fique V. S. descansado que hade ter remedio.

«O soldado nos regimentos deve ter exercicios, e alguma vivaçidade, na séria e sisuda disciplina, então ele deseja licenças para trabalhar.

«Eu fico de acordo para procurar este beneficio que tanto... está a Fazenda.

«Custa-me vêr o contrabando e a nenhuma intelligencia relativa aos interesses do seu rendimento. Vem o prezunto de Bayona e nada paga, e o do Reyno e Ilhas e sofre direitos grandes, vem o pano de linho do Minho pela Foz e paga os direitos grandes enquanto o pano de Holanda paga 15 0/0. Sobre tudo não se faz a Pauta ordenada e se estão cobrando os direitos de 15 pela avaliação antiga que não chega a 5 0/0.

«Manda o Tratado que se tenha em vista o preço corrente na sua factura, baldado é o trabalho pela ferrugem (?) que ha.

«Apesar de tudo Deus dê saude a V. S. e volte muito depressa, porque a sua falta é grande e para ajudar a pôr em execução estas medidas para que o Erario não secumba.

«Peço-lhe muito que atenda o Montepio da Marinha, Exercito e Reformados na sua volta. Eu me proponho a activar todas estas vistas, para quanto em mim estiver, ajudar ao grande tesoureiro mór, homem que unindo o desinteresse, intelligencia e honra e grandes conhecimentos, hade fazer o milagre de restituir e restabelecer a Fazenda, assim como lhe soube grangear o Credito que hoje tem o Erario.

«Divirtase V. S., augmentando o gado vacuum manso, permita o ceu que ele se torne manso de bravo que he (?)

«Eu sou de V. S. amigo obrigado e Venerador (a.) *Principal Sousa*».

(Continua).

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS ⁽¹⁾

A ASCENDÊNCIA DOS DESCOBRIDORES

Os povos do próximo Oriente mediterrâneo, particularmente os semitas, aliam a uma notável capacidade de invenção religiosa certas aptidões coloniais e mercantis que formam o carácter da sua história.

Os Portugueses como os Espanhóis do centro e meio-dia da península têm nas veias muito sangue do Oriente: mormente o sul de Portugal, para baixo do Mondego (Extremadura, Alentejo e Algarve), a Extremadura espanhola, toda a Andaluzia, os antigos reinos de Múrcia, Jativa, Alicante, Valência, uma parte do Aragão e para o centro e interior os estados de Toledo e Saragoça. Se nos lembrarmos de que quasi todo o litoral de Espanha e do país luso foi colonizado pelos mercadores tírios que por lá tiveram numerosas feitorias desde Aveiro, Buarcos e Setúbal no norte Atlântico, por Gades, Hespério e além das colunas Heracleas até à moderna Catalunha; conquistado ou protegido em seguida pelos seus sucessores de Cartago; grandemente povoado de Israelitas que durante o domínio dos Faraós e o Império romano encontraram na Espanha uma segunda pátria e finalmente ocupado durante séculos pelos Árabes, é fácil de compreender como estas sucessivas transfusões de sangue orien-

⁽¹⁾ Cont. do n.º 1, pág. 107.

tal alteraram a pureza de uma ou mais raças preexistentes quer de origem europeia primitiva, quer das invasões nórdicas mais ou menos recentes: sem dúvida o norte e centro luso de Portugal, a Galiza céltica, o Leão suevo-romano, as Astúrias góticas, a Guiposcoa e Alava bascas, evitaram a penetração semítica, uns opondo-lhe a barreira da sua cultura cristã e outros, até, a da sua língua erriçada de asperezas como as suas montanhas ancestrais: é certo porém que tanto nas praias atlânticas como no parapeito montanhoso do Mediterrâneo, pela duradoira mestiçagem semita se gerou uma nova raça peninsular mais irrequieta, menos resignada que a dos celtas pastoris da Galícia e Lusitânia à simples vida agrícola e em que os instintos nómadas e mercantis dos semitas e um pouco da sua crueldade e fatalismo predominaram. Sucedeu pois, como era natural, que o primeiro esforço naval dos Portugueses na Descoberta foi exercido pelas populações marítimas do sul, fortemente arabizadas, prestigiosamente conduzidas pelo engenho tenás e esquadrinhador do Infante D. Henrique, de todos os filhos do D. João I o que herdou sem dúvida na fisionomia e no carácter mais sangue ibérico: com efeito ao lado de D. Duarte, espírito culto sempre preocupado de filosofia e de moral, protótipo da serena cultura europeia; ao pé do Conde D. Pedro, inglês rígido, curioso de viajar o mundo, o perfil do Infante astrólogo e descobridor, destacava-se com um recorte fortemente semita: e não lhe faltou da raça a crueldade fatalista com que imolou o Infante Santo às suas emprêsas africanas e finalmente para governar melhor o sobrinho, louco cavaleiro, se desinteressou, homem sem coração, do irmão Regente trucidado em Alfarrobeira como numa espera de lobos pelas áscuas brigantinas.

Só depois de realizada a descoberta de toda a costa africano-atlântica e das ilhas do Oceano (obra de pilotos e marítimos do sul, algarvios e extremenhos) e quando se pensou

em colonizar os arquipélagos e em enviar armadas à Índia, o Portugal agrícola e militar do norte foi chamado a seu turno a colaborar nas navegações oceânicas e conquista do Oriente: porém nesse tempo já a nobreza e pionagem galaico-lusitana, batendo-se incessantemente nas praças marroquinas, tinha ganho aquele ascendente militar, aquela prática de guerra com os mouros que tornou a sua intervenção tão necessária na conquista do Império e logo a fez passar ao primeiro plano no comando e guarnição das armadas, fortalezas e feitorias da África, da Índia e da Malásia.

Com excepção do Gama, de origem alentejana litoral, que pertence ainda à geração dos bons capitães pilotos, logo todos os vice-reis e capitães são escolhidos na côrte e na aristocracia gótica ou luso-galega que tinha formado o primeiro Portugal, antes que o montante de Afonso Henriques abrisse caminho até Lisboa e à mourisca Badajoz e o esforço do bisneto conquistasse para Portugal o reino árabe do Algarve.

Assim na epopeia da Índia, D. Nuno de Almeida, o agigantado fidalgo que abria um mouro até aos peitos de um golpe de montante é o cavaleiro nórdico da Távola Redonda; é o heróico Rolando, par e companheiro do Imperador da barba florida, que, sòzinho no Covão de Roncesvales, soando debalde a trompa de caça dá combate à multidão inumerável dos infiéis: também com poucas naus D. Nuno acurrado em Chaul pela armada do Soldão do Cairo oferece uma desigual abordagem às suas urcas e galeras; ferido, uma perna amputada de um pelouro, pede que o sentem numa cadeira para mesmo assim comandar a batalha; finalmente, coberto de golpes, morre amparado pelo fiel escudeiro que do seu próprio corpo esfacelado defende ainda o moribundo.

Em Cochim, o pai ao sabê-lo, com a fúria do leão a que arrebataram os cachorros lança-se no mar em busca da armada egípcia: encontra-a finalmente no golfo de Cambaia,

os mastros ainda com os galhardetes festivos da vitória; não lhe consente delongas o vingativo ânimo: esforça a sua gente e sem atender ao número e poder do inimigo, abalrôa-o violentamente: batalha tremenda e sem quartel mas que aos olhos de Deus justificava a desforra de um pai: da frota de Mirocem, nem um só soldado, nem um só marujo escapou à sua fera senha: assim como um velho Senhor português o Pai vingava a sua prole. Até então a Índia, descoberta por um hábil piloto que D. Manuel nobilitou e fêz Conde-Almirante, fôra governada com um couto ou honra galaico-portuguesa, por um fidalgo de sangue: um Almeida, parente daquele outro que em Toro era alferes da bandeira e que, decepado das mãos pelos Castelhanos a abraçou ao peito com os côtos sangrentos e sem mãos nem braços a tomou com os dentes: era o estado da Índia incipiente regido por heróis como se a lenda cavalheiresca dos Lancelotes e dos Persivais, dos Amadis e dos Rolandos se transportasse das brumas do Norte às praias vermelhas de Cochim, assombradas de verdes coqueiros.

A CONQUISTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ORIENTE

O homem que alargou para além dos oceanos extremos as fronteiras da nação portuguesa mais que nenhum dos seus reis e grandes capitães, podia orgulhar-se também de ter nas veias sangue real pois a sua linhagem remonta ao bastardo Afonso Sanches e a D. Teresa Martins, filha de João Afonso Teles de Menezes e neta de Sancho III de Castela: as cinzas do Infante e da sua mulher repousam par a par em sumptuosas arcas mortuárias de rendilhada traça gótica sob a abóbada artezoadada de uma capela principesca na igreja do convento de Vila do Conde: não longe, ao meio da nave, está o túmulo, de sóbrio e elegante desenho, da filha de Nuno Álvares Pereira, aquela nobre Dona que foi

a fundadora da alta prole donde se começou a casa de Bragança: o acaso caprichoso reuniu ali na morte duas grandes estirpes; ambas bastardas, da primeira procedeu o conquistador do Oriente português; da outra a descendência de toda uma dinastia: mas na sombra desmesurada que projecta na nossa formosa história da Índia o vulto leonino do vassalo que fôí Vice-rei quasi se obscurece a gloriosa memória de tantos príncipes e monarcas do nobre solar brigantino.

O Rei D. Deniz, rico-homem lavrador, poetava nos seus ócios à guisa dos Provençais e da Côrte de Compostela: no cancionero real, nos seus apaixonados «cantares de amigo», adivinha-se uma doce figura de mulher a quem não poucas daquelas trovas devem ter sido dedicadas: é a «louçã», a «vellida» (bella), a «fermosa», «a do corpo de ouro»: estas imagens do ingénuo paganismo medieval, frescas mas comuns e bastante vagas como os conceitos de Petrarca para poderem guardar o seu mistério, applicavam-se provavelmente a uma mulher bonita, à fidalga galega, D. Aldonsa de Sousa do claro sangue suevo-gótico dos solares de além-Douro, viçosa e flava floração de uma raça loura: amava tanto o Rei poeta a sua «amiga» distante que um dia a trouxe para mais perto de si; a Rainha era tão santa e vivia tão embrenhada no seu sonho místico que lhe perdoava de boa-mente as fantasias reais; D. Aldonsa de Sousa deu ao Rei um filho, Afonso Sanches, que veio a suplantar no carinho do pai o herdeiro legítimo do reino: por causa dêle o Infante real chegou a ponto de tomar as armas contra D. Deniz e nos campos de Coimbra, as duas hostes firmavam já as suas lanças, prontas a acicatar os cavalos achairelados de ferro, quando a Santa, mãe e esposa, se meteu de permeio: vinha montada na sua branca hacaneia, a alva face macerada entre os cabelos fulvos, o colo pendente como um lírio votivo: a Mãe suplica, a Esposa chora; a Santa ergue os olhos

lacrimosos e põe as mãos ao céu; logo, como a uma aparição de milagre os cavaleiros cobertos de ferro abaixaram as lanças fraticidas.

Os anos volveram: D. Deniz morreu e «real, real» foi clamado, desde a côrte aos concelhos mais remotos, pelo Infante, agora rei, D. Afonso IV: não perdoou o novo Príncipe ao irmão odiado a preferência paterna e logo Afonso Sanches que o pai fizera Mordomo-mor tivera que se refugiar em Castela: bom cavaleiro, foi recebido gostosamente naquela côrte e ali esposou a neta de Sancho III e lhe deram com a sua mão, entre outras terras, o castelo de Albuquerque onde foi habitar.

Já o seu filho João Afonso tomava o nome do seu acastelado solar: entrementes veio a casar com uma parente, D. Isabel de Meneses, e passando-se a Sevilha foi Mordomo-mor do Rei D. Pedro o Cruel, de Castela e Leão, o «amigo» da formosa D. Maria de Padilha cujo marmóreo banho e oloroso pomar de laranjeiras se mostra ainda hoje nos jardins do velho alcáçar real.

Foi da descendência bastarda do filho João Afonso (o fundador da casa e vínculo de Albuquerque tão célebre na Espanha) que proveio a linhagem dos Albuquerque portugueses: dêste ramo lusitano, duas raparigas de reputada beleza casaram com dois irmãos de D. Leonor Teles que foram os Condes de Barcelos e de Neiva: a «Flor d'altura», rainha odiada pelo povo de Lisboa, ligava assim a sua família com a melhor estirpe de Portugal e Espanha pois não era tacha na nobreza a bastardia de sangue real: com as duas fidalgas veio também para a côrte um irmão, Fernão Afonso de Albuquerque que foi mestre de Santiago; uma sua filha D. Teresa casou com Vasco Martins da Cunha, viúvo que pelo seu primeiro casamento foi o bisavô de Tristão da Cunha, o célebre capitão da Índia e faustoso embaixador de D. Manuel ao Papa; uma neta de Fernando Afonso

casou com Gonçalo Vaz de Melo e a bisneta D. Leonor esposou João Gonçalves de Gomide: como por vezes sucedeu em Portugal, êste tomou o sobrenome afamado da mulher e foi o progenitor de uma numerosa prole dentre a qual avultou Pedro de Albuquerque que foi almirante da Armada Real; aqui de-certo se começou a vocação para o mar desta família: o seu filho mais velho, Gonçalo de Albuquerque, succedeu-lhe no senhorio de Vila Verde e casou-se com D. Leonor de Meneses filha de Álvaro Gonçalves de Ataíde; assim o sangue real de Portugal e de Espanha e o das suas mais nobres famílias se fundiram neste matrimónio do qual o segundo filho foi Afonso de Albuquerque.

Linhagem assás alta por certo, revigorada de bastardia em bastardia até aos avoengos: devia produzir tal árvore nos filhos e netas vergôntes de heróis: homens prestantes, almas temperadas no esforço e vontade de uma antiga raça, eis o que foram os Albuquerque, os Noronhas, os Cunhas, os Ataídes. A família de Afonso de Albuquerque, era numerosa: quatro rapazes, duas meninas: o morgado, Fernão, espousando a filha de Diogo da Silva, ligou-se a uma das linhagens mais antigas do reino: houve dela duas raparigas que casaram, uma com D. Martinho de Noronha, outra com Jorge Barreto: o irmão imediato ao futuro Vice-rei, Álvaro, foi clérigo e o mais novo morreu ao lado do Conquistador, nos muros de Arzila; a irmã mais velha, Constança, casou com D. Fernando de Noronha e foi a mãe do heróico e impávido António de Noronha que veremos combater na Índia sempre ao lado do tio e do gentil cavaleiro D. Garcia que o acompanhou a Ormuz; a mais nova casou com D. Pedro da Silva.

O moço Afonso de Albuquerque, criado na côrte cavalleiresca e belicosa do Africano, parece que fôra na adolescência companheiro e amigo do Infante real D. João que se chamou depois o Príncipe Perfeito: andou nos estudos, sem

dúvida, como tôda a jovem nobreza do tempo pois que pelas suas memórias e cartas podemos avaliar como possuía inteiramente a nossa língua que escreveu com elegâncias de latinista: versado foi de-certo nas artes náuticas, pois o vemos, logo na sua primeira viagem à Índia, lançar-se para encurtar o retôrno, através do golfão indico em viagem directa a Moçambique e na segunda substituir-se ao piloto que à saída de Lisboa lhe fugira para Espanha: o ambiente da côrte de Afonso V, militar, cavalheiroso e ao mesmo tempo letrado, era de molde a impressionar um nobre e alto espírito como era o do jovem Albuquerque; cedo teve a experiência da guerra pois aos dezoito anos tomou parte na terceira jornada que Afonso V fêz à África e em que conquistou para Portugal Tânger e Arzila: ficou o moço fidalgo dez anos na guarnição de Arzila que foi uma das praças fortes — escola dos nossos soldados nos combates com os Mouros.

Em 1481, ralado pelo insucesso na sua pretensão ao trono de Castela, morreu o Rei Africano e D. João II, jurado rei, chamou à côrte o companheiro da sua mocidade e fê-lo seu estribeiro-mor: podemos imaginar como o alto e ambicioso espírito do novo Príncipe, dado tanto à execução das grandes emprêsas ultramarinas como à concepção de um estado absoluto, possa ter influído sôbre o seu companheiro da adolescência: encontraremos com efeito estas duas tendências no carácter de Albuquerque: o espírito de empreender ligado à concepção autoritária do mando e ao interêsse superior do estado: se assim foi, Albuquerque ter-se-ia mostrado o melhor e mais glorioso discípulo do seu rei.

Uma aprendizagem de dez anos de guerras de sítio e de sortidas com os mouros de África devia breve ser completada pela prática da guerra naval com o Turco no Mediterrâneo: de facto Albuquerque toma parte na armada que D. João II manda ao golfo de Tarento para auxiliar o Rei de Nápoles fortemente ameaçado pelas frotas vitoriosas do

Sultão: porém a morte do Príncipe Perfeito em 1495 veio travar por alguns anos a carreira de Afonso de Albuquerque; naturalmente D. Manuel não via com bons olhos os amigos mais achegados do Príncipe que não só apunhalara cruelmente o irmão mas pretendia tirar-lhe a êle próprio o trono para fazer jurar rei o seu filho bastardo D. Jorge.

Assim nesse mesmo ano Albuquerque é mandado de novo para Arzila onde serve ainda por algum tempo: foi por essa época que os Mouros lhe mataram em combate o irmão mais novo: desgostoso, regressou a Portugal; porém é só em 1503 que a D. Manuel ocorre servir-se da sua grande competência militar e naval, dando-lhe a capitania de três navios para acompanhar à Índia o seu primo Francisco de Albuquerque, mas em situação subordinada: era o objectivo da armada socorrer Cochim que só o heroísmo de Duarte Pacheco pudera salvar e fortificá-la de forma que a nossa feitoria tivesse uma defesa eficaz.

Já tivemos ocasião de ver como o autoritário capitão se desempenhou do seu mandato: vejamos agora como conquistou e organizou o Império do Oriente.

(Continua)

ANTÓNIO DE MATTOS CID.

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL (1)

CAPÍTULO III

Sinais radiológicos das úlceras gástricas e duodenais

De todos os processos de semiologia gástrica aquele que ocupa o lugar proeminente, é o exame radiológico.

Para o diagnóstico da úlcera gástrica tem uma enorme importância a constatação dos sinais radiológicos que lhe são próprios.

Como se diz mais adiante, para a afirmação da cura clínica dos processos ulcerativos, os factos em que se baseiam os patologistas são principalmente de ordem radiológica.

Devo dizer que, nos casos de úlcera que tratei pela pepsina, observei importantíssimas modificações de ordem radiológica e foi a constatação persistente destas modificações que me levaram a afirmar: nuns casos a melhoria franca do processo ulcerativo, noutros, a sua cura clínica.

Convém descrever em separado os sinais radiológicos da úlcera da pequena curvatura, da úlcera pilórica e da úlcera duodenal.

Úlcera da pequena curvatura: Sinais radiológicos.

A úlcera da pequena curvatura, quando situada na região

(1) Cont. do vol. 85.º, pág. 599.

média, pode provocar perturbações de trânsito gástrico, e daí, a sua evolução lenta e incidiosa durante um período mais ou menos longo.

Nas úlceras dêste tipo, sob o ponto de vista radiológico, devem ser estudados; o nicho, o estado da pequena curvatura, o estado do piloro, e o da grande curvatura.

O nicho é o sinal da própria úlcera. Como faz notar Guttman⁽¹⁾ a úlcera da pequena curvatura têm caracteres evolutivos especiais: — «il à tendance à envoyer tout autour de lui des traînées inflammatoires fibreuses; ce processus produit un double effet, il enraidit et il rétracte; c'est à cette double action que sont dus les signes importants que l'on constate près de la niche sur la petite courbure et le pylore et en face de la niche sur la grande courbure».

O nicho — é representado por uma pequena sombra ligada, ou separada, da pequena curvatura e que, por vezes, é encimada por uma bolha de ar.

O nicho é geralmente proeminente, formando como que um divertículo da cavidade gástrica, donde o nome de imagem diverticular que lhe foi dado por Béclere.

«As imagens diverticulares de Béclere são patognomônicas, tanto da úlcera simples antiga, como da calosa ou penetrante; no dizer dêste autor, aquelas imagens impoem o diagnóstico de úlcera antiga com mais certeza do que uma expectoração viscosa, arejada e cor de tijolo observada num febricitante dispneico impõe o diagnóstico de pneumonia⁽²⁾.

São as úlceras calosas e as úlceras penetrantes ou perforantes as que originam os nichos.

É verdade que já se encontraram nichos em carcino-

(1) R. Guttman, «Les syndromes douloureux de la région épigastrique», t. I, 1930, pág. 130.

(2) Vid. Egidio Aires, *Radiologia gastrica*, 1917, pág. 219.

mas, que tinham sido primitivamente úlceras, e sofreram a degenerescência mais tarde (1).

2) *Modificações da pequena curvatura.*

Na pequena curvatura, na vizinhança do nicho, podem observar-se diferentes modificações, devendo salientar-se, que podem persistir mesmo depois da cura da úlcera:

Rigidez segmentar — Pierre Duval (2) dá uma grande importância a este sinal — que é devido ao facto de a parede gástrica perder a sua «souplesse» o que faz com que as ondas peristálticas parem a pequena distância, percam a sua amplitude, para a retomarem abaixo da úlcera;

Retracção da pequena curvatura — A úlcera tem tendência no curso da sua evolução a puxar para si, a «aspirar» os tecidos vizinhos.

Esta aspiração pode fazer-se transversalmente no sentido da grande curvatura, originando a biloculação; ou longitudinalmente no sentido da pequena curvatura, e daí, a retracção.

3) *Modificações do piloro e da evacuação gástrica.*

Pode haver uma estenose pilórica incompleta, devida a retracção da pequena curvatura que repuxa o piloro para cima e o curva.

Também o piloro pode estar repuxado em consequência de fenómenos de periviscerite.

A estenose do piloro observada pode não ter uma causa orgânica e ser puramente funcional.

(1) Vid. Custódio Cabeça, *Lições de clinica cirurgica*, pág. 126.

(2) Vid. P. Duval, «L'ulcère de la petite courbure», *Rapp. du XXIX Cong. Franc. de chir.* 1920.

4) *Modificações da grande curvatura. Incisura espasmódica intermitente da grande curvatura.*

Traduz-se inicialmente esta situação por um espasmo localizado intermitente. Pode ser mais largo e tomar o aspecto de um chanfro. Esta incisura aparece sempre no mesmo ponto, com a mesma forma, não se desloca, o que a distingue das incisuras observadas nos estômagos hiperkinéticos.

Se bem que seja um sinal radiológico de valor não é patognômico da úlcera, pode constatar-se em outros estados inflamatórios de órgãos abdominais que condicionem uma irritação gástrica, como sucede em certos casos de apendicite e de colecistite;

Biloculação espasmodica persistente: traduz-se por uma incisura permanente da grande curvatura, dividindo o estômago em dois, deixando apenas uma passagem estreita junto da pequena curvatura. Há casos em que a zona de separação é mais larga, em que na grande curvatura não existe propriamente uma incisura mas antes um chanfro;

Biloculação orgânica ulcerosa — que se apresenta ao écran sob aspectos diferentes, consoante os casos.

Úlcera pilórica.

René Gutmann, salienta como sinal importante, o facto já assinalado por Leven e Benet, de as ondas peristálticas desaparecerem na vizinhança do ponto séde da úlcera. Como a úlcera juxta pilórica está situada geralmente na pequena curvatura, sucede que, as contracções são principalmente, ou até unicamente visíveis ao nível da grande curvatura, constituindo o fenómeno que Vasselle designa por «peristaltismo unilateral».

Brulgel, liga grande importância à ausência de ondulação prepilórica, atribuindo o limite horizontal prepilórico resultante, a um estado de infiltração cicatricial difuso.

O nicho é raro, talvez porque, como admite Keller, a úlcera do antro seja pouco penetrante, e ainda pela sua situação, que impede que ela se encha de papa.

A estenose pilórica observa-se muito freqüentemente nesta variedade de úlceras.

Úlcera duodenal. — O exame radiológico desempenha um grande papel no diagnóstico, é o factor de maior valor, pois só este processo semiológico permite, com precisão, localizar a séde da úlcera.

A úlcera está situada geralmente na 1.^a porção do duodeno.

O bôlbo duodenal pode apresentar modificações no seu contorno, consequência de lesões do próprio duodeno (úlcera); do estômago (cancro, úlcera); do apêndice ou da vesícula biliar (colecistite e pericolecistite).

As úlceras do duodeno têm sinais radiológicos directos e indirectos.

Sinais directos: 1.^o nicho — é um sinal da observação freqüente, podendo apresentar formas e dimensões bastante variáveis.

A séde mais freqüente do nicho é o bôrdo interno do bôlbo, sôbre a sua pequena curvatura; mas, por vezes, pode estar situado sôbre uma das faces.

O conhecimento dos nichos de face ⁽¹⁾ é da maior importância, porquanto pode ser o único sinal por que se traduza uma úlcera duodenal, conservando-se nestes casos o contorno do bôlbo perfeitamente regular ⁽²⁾.

(1) Êste nicho passa muitas vezes desapercibido, por o bolbo ser clàssicamente radiografado cheio e para o pôr em evidência ser necessário radiografar o bolbo já quási evacuado. Êste nicho é o sinal capital da úlcera, a sua verdadeira marca, sempre em relação anatómica com a sua evolução.

(2) A úlcera pode ser representada por uma pequena mancha mais

- 2.º Deformações peri-ulcerosas do bôlbo;
- 3.º Encurtamento do bôlbo — traduz em geral um processo ulcerativo esclerogeno, a parte superior do bôlbo parece ter sido amputada.
- 4.º Dor provocada, localizada sob o controle radioscópico a um ponto fixo do duodeno qualquer que seja a posição do doente.

Sinais radiológicos indirectos:

Os sinais indirectos fornecidos pelo exame do estômago são muito freqüentes, e suficientemente característicos para que se lhes ligue na realidade um certo valor. Consistem:

- 1.º Num certo grau de estase gástrica verificada 6 horas depois da ingestão da papa baritada;
- 2.º na dilatação, ainda que pouco acentuada, do estômago;
- 3.º na hiperkinesia gástrica, hipertonia e hipermotilidade (sinal de Barclay), o que constitui a triade radioscópica dos hiper de Parturier e Vassel.

A úlcera pode ser representada por uma pequena mancha mais escura existente em plena opacidade duodenal, ou então, por uma lacuna dimensões insignificantes (sinal de Cole).

Liguei, no estudo dos doentes que tratei pela pepsina, uma enorme importância a radiologia, quer para afirmar a existência do processo ulcerativo, quer para afirmar a sua cura. — Do valor dos sinais radiológicos para o diagnóstico da úlcera creio ter dito o suficiente; resta agora dizer alguma coisa acerca do critério radiológico da cura das úlceras.

Poderá a radiologia fornecer-nos elementos para afirmarmos com segurança que uma úlcera se encontra curada?

escura existente em plena opacidade duodenal; ou então por uma lacuna de dimensões insignificantes (Sinal de Cole).

Se encontrarmos num cliché radiográfico antes do tratamento de uma úlcera, seja qual for o processo terapêutico de que lançaram mão, um dos sinais radiológicos que se consideram patognomônicos de os processos ulcerativos, e ele tiver desaparecido depois desse tratamento, parece, que sem sombra de dúvida, poderíamos afirmar afoitamente a cura da úlcera, mas na realidade, as coisas não se passam com essa simplicidade.

Desde há muito que alguns gastro-enterrerologistas, merecendo entre eles ser citado especialmente R. Gutmann, têm constatado o desaparecimento espontâneo dos sinais radiográficos, mesmo dos directos, nos períodos de acalmia dos processos ulcerativos. Nichos, por vezes volumosos, podem desaparecer logo que a úlcera entre num período de acalmia (1).

São bastantes elucidativas sob este ponto de vista três casos citados por Gutmann, que passo a transcrever. «M.^{me} V. tem há quatro anos períodos dolorosos de mês e meio com intervalos livres de quatro a cinco meses. Radiografia em período doloroso: enorme nicho do bordo interno do bôlbo.

Tratamento pelo extracto paratiroideo «cura». Seis meses depois reapareceram as dores; exame radiográfico feito em plena *poussée*; o nicho persiste; tratamento: pepsina, as dores aumentam; angioxil, «cura». Radiografia em período de acalmia: desaparecimento do nicho. Recomeça a sofrer seis meses depois, radiografia em plena *poussée*: o enorme nicho reaparece.

M. B. desde há muitos anos que apresenta períodos dolorosos de um mês com intervalos de muitos meses. Fizem-se várias radiografias que não acusaram nada de especial; a última feita em plena acalmia não acusou mesmo

(1) Vid. R. Gutmann, «Les critères de Guérison des ulcères gastriques et duodénance», *Presse*, n.º 84, 1931, pág. 15-37.

nada de anormal. Surge nova *poussée*, o doente volta à consulta, radiografamo-lo em plena *poussée*; nicho da pequena curvatura.

Um outro doente em que os seus sofrimentos se manifestaram por períodos separados por intervalos de quatro a cinco meses vem-me consultar em plena *poussée*. Vemos um enorme nicho da pequena curvatura gástrica. Tratado pelo angioxil, cura completamente; deixa de sofrer; o nicho desaparece. Não se vendo mesmo nos clichés da mucosa. Continuamos o processo terapêutico que deu tão bons resultados. Quatro meses depois, na altura em que o doente toma a 5.ª injeção de angioxil; uma nova *poussée*, fatídica e prevista, surge, parece que com uma violência maior, o nicho reaparece e tivemos que intervir cirurgicamente».

Como interpretar estes fenómenos aparentemente tão complexos?

Nas fases de actividade o processo ulcerativo inflama-se e de aí, em consequência da tumefacção da mucosa, advem o aumento de espessura da parede.

«La muqueuse boursouflée augmente l'épaisseur de la paroi et, par conséquent, la profondeur apparente de la perte de substance; un spasme circulaire, entoure parfois l'ulcère et sa périphérie enflammée, semble les «exclure» les «enfouir» au fond d'un véritable puits spasmodique».

Entrando num período de acalmia todos os fenómenos acessórios desaparecem, presistindo apenas a úlcera.

Radiológicamente, a não ser que se trate de uma úlcera calosa em que não há grandes modificações em relação ao período doloroso, o nicho desaparece donde ter-se pelo exame de film a impressão de que a úlcera curou.

As dificuldades são ainda maiores quando se pretende afirmar radiològicamente a cura de uma úlcera duodenal.

O bôlbo duodenal séde de um processo ulcerativo pode

permanecer deformado, mesmo depois de um longo período em que não há sintomatologia clínica.

Em suma, radiologicamente podemos facilmente afirmar, ou negar, se um bôlbo que examinamos, é, ou foi, a séde de uma úlcera, mas, a maior parte das vezes, nós não sabemos se a úlcera é recente ou antiga, activa ou cicatrizada há muito tempo⁽¹⁾.

A úlcera da pequena curvatura é a que mais se presta a este género de observações e aquela em que este critério é o mais demonstrativo.

Se o nicho persiste podemos afirmar que o tratamento não foi eficaz; mas se não persiste não devemos, se não quizermos incorrer em êrro, afirmar logo que a úlcera curou, é necessário o contrôle de o tempo, que é de grande importância.

Foi justamente para ter o contrôle de o tempo nos casos que tratei pela pepsinoterapia, que só agora os publiquei, a-pesar-dêste estudo vir sendo feito por mim já há alguns anos.

Alguns dos doentes tratados apresentam realmente enorme interêsse sob o ponto de vista das modificações radiológicas observados, quer no curso, quer no fim do tratamento.

Como se verá adiante, foi nos casos de úlcera de pequena curvatura que se observavam os mais brilhantes resultados.

Nos casos de úlcera do duodeno o tratamento na maior parte dos casos não foi seguido de sucesso radiológico.

Entre os casos mais interessados que tratei pela pepsina merecem especial referência sob o ponto de vista radiológico os seguintes.

I. — J. M. — Exame radiológico antes do tratamento: — 24/XI/931. Êste exame mostrou que, havia uma úlcera

(1) Vid. Gutmann, *Loc. cit.*

crónica na vertente posterior da pequena curvatura, quasi invisível na posição frontal anterior, bem aparente na posição oblíqua anterior direita. Seis horas depois da ingestão da papa baritada havia uma estase de mais de metade desta substância, por fenómenos de estenose espasmódica do piloro.

2.º Exame em 21/XII/931 (feito alguns dias após a primeira série de injeções de pepsina) — Estômago alongado, vertical, com pequena câmara de ar, e o polo inferior, levemente inclinado para a direita, situado ligeiramente abaixo da linha das cristas ilíacas.

Perfeita regularidade dos contornos, antro pilórico não dilatado, nitidamente arredondado, com o piloro normalmente permeável.

Na pequena curvatura não se via já nenhuma imagem diverticular.

Como se observara no exame anterior o peristaltismo gástrico era de intensidade normal, fazendo-se regularmente a evacuação da substância opaca.

O doente acusava dor bem localizada na porção inferior da pequena curvatura, no ponto onde existiu a imagem diverticular. Mobilidade gástrica normal. Cinco horas depois um novo exame, mostrou não haver estase gástrica, nem duodenal, encontrando-se a substância opaca espalhada pelo cego, colon ascendente, todo o transverso e parte do descendente — *Conclusão do exame.* — *Úlcera crónica da pequena curvatura, actualmente muito melhorada.*

Como se verá, ao ler a técnica do tratamento que utilizei neste doente, fiz, nova série de injeções de pepsina, e em 19 de Janeiro de 1932 procedi a outro exame radiológico. — Dêste exame concluiu-se que, *não havia já sinais radiológicos da úlcera da pequena curvatura, nem estase.*

II. — J. F. — 1.º exame radiológico feito em 13/IV/932, (antes de qualquer tratamento): — Do exame radiológico

feito ao estômago concluiu-se que havia um processo *ulcerativo crónico da pequena curvatura*, sob a forma dum volumoso divertículo, e estase de $1/3$, por fenómenos espasmódicos do piloro.

2.º Exame feito em 9/V/932, após uma série de injeções de pepsina: — Dêste exame, concluiu-se que o processo *ulcerativo da pequena curvatura está consideravelmente melhorado, apresentando-se muito reduzida a imagem diverticular* e que a estase era agora apenas de $1/4$.

3.º Exame feito em 12 de Junho de 1932 (depois de nova série de injeções de pepsina) — mostrou o desaparecimento do *divertículo da pequena curvatura* e da estase observada nos dois exames anteriores.

III. — A. B. — 1.º exame radiológico feito em 13/X/931; — (antes do tratamento): — Mostrou que havia um processo ulcerativo da pequena curvatura, com fenómenos espasmódicos do piloro, que condicionavam uma estase de $1/3$ da substância opaca, cinco horas depois da sua ingestão.

2.º Exame feito em 12/X/932 (depois da 1.ª série de injeções de pepsina): — concluiu-se que, a imagem diverticular ulcerativa, da pequena curvatura, verificada no 1.º exame, tinha desaparecido, não deixando mesmo sinais da sua existência como se vê no film.

IV. — A. R. R. — 1.º exame 3/X/932 (antes do tratamento). — Estômago do tipo ortotónico, pouco volumoso, com regular câmara de ar, e o polo inferior acima da linha das cristas ilíacas.

Na porção inferior da pequena curvatura, nota-se a presença de uma pequena imagem diverticular saliente, constituindo um nicho de Haudek atípico, onde o doente referia dor à palpação.

O antro pilórico é pequeno, mas irregular de contornos, tendo o piloro uma permeabilidade normal; o bolbo duodenal mostra-se mal impregnado, de contornos «*flous*» esba-

tidos, vendo-se sensivelmente normal a segundo porção de duodeno.

O peristaltismo gástrico tinha uma fraca intensidade, fazendo-se no entanto regularmente a evacuação da substância opaca. Mobilidade gástrica normal.

Cinco horas depois não havia estase gástrica nem duodenal, encontrando-se a substância opaca em ansas do ileon, colon ascendente e parte do transversos.

Conclusões: — Úlcera crónica da pequena curvatura, actualmente em actividade, as alterações piloro-duodenais observado são de origem reflexa.

2.º Exame feito em 25/1/933 (depois de o doente ter feito duas séries de gastropsina): — Estômago de contornos regulares, com antro pilórico bem arredondado, tendo uma normal permeabilidade pilórica; *já não existe a imagem diverticular da pequena curvatura*, observada no exame anterior.

A evacuação da substância opaca fazia-se com normalidade sendo de boa intensidade o peristaltismo gástrico. O duodeno mostrava-se radiològicamente normal.

Ausência de dor no estômago ou no duodeno, sendo indolor a região do plexo solar.

Mobilidade gástrica normal. Cinco horas depois não havia estase gástrica nem duodenal.

Conclusões — Ausência dos sinais de úlcera da pequena curvatura, anteriormente existentes.

V. — M. S. P. — 1.º exame (antes do tratamento) 29/V/931: — Estômago de tipo ortotónico, com regular câmara de ar, e o polo inferior situado ao nível das cristas ilíacas.

Na pequena curvatura, por vezes, observa-se a formação de uma pequena imagem diverticular, de forma triangular, que em certos momentos se deixava de observar, e sobre a qual o doente acusava dor a pressão. O antro pilórico era perfeitamente arredondado, pouco volumoso, tendo o piloro

uma permeabilidade normal. A evacuação da substância opaca fazia-se com regularidade sendo de boa intensidade o peristaltismo gástrico. Mobilidade gástrica normal.

Seis horas depois não havia estase gástrica nem duodenal.

Conclusões — *Ulceração da pequena curvatura.*

2.º Exame em 29 de Julho de 1931: após a primeira série de pepsina — Perfeita regularidade dos contornos gástricos; antro pilórico, não dilatado, nitidamente arredondado, com piloro pouco permeável opondo uma certa resistência a passagem da substância opaca.

O film mostra o bôlbo completamente cheio, devido a pequena porção de substância opaca que passa através do piloro. As outras porções do duodeno não estão aparentes: no entanto em radioscopia via-se o bôlbo com a sua forma triangular normal e as restantes porções do duodeno sem alterações apreciáveis. Seis horas depois, um novo exame mostrou uma estase gástrica igual a $\frac{1}{3}$ do volume da papa ingerida.

Conclusões — Ausência de sinais actuais de ulceração gástrica; estenose pilórica incompleta, possivelmente de origem espasmódica.

3.º Exame 9/9/931: — Êste exame feito pelo processo das pregas (Berg) e pelo da repleção: mostrou que não havia ulceração gástrica nem duodenal; e que subsistia a estase gástrica de cerca de um têrço.

VI. — M. J. A. — 1.º exame radiológico em 16/XI/931: — Mostrou um estômago vertical de tipo ortotónico, pouco volumoso, com pequena câmara de ar, e o polo inferior ligeiramente acima da linha das cristas ilíacas.

Em radioscopia os contornos gástricos mostravam-se perfeitamente regulares, com o antro pilórico não dilatado e perfeitamente arredondado.

Nos films, que se fizeram na ocasião dêste exame, nota-se

na parte inferior da pequena curvatura, na região juxta-pilórica, a presença de um pequeno divertículo, constituindo um cone de atracção, com rectilindade da pequena curvatura numa certa extensão acima do divertículo.

O bôlbo e as restantes porções do duodeno, bem evidentes nos films, mostravam-se de forma e volume sensivelmente normais, notando-se somente umas ligeiras irregularidades nos contornos do bôlbo.

O peristaltismo gástrico era de boa intensidade, fazendo-se com facilidade a evacuação da substância opaca. O piloro e o duodeno tinham uma permeabilidade normal. Dor accentuada e localizada à região do divertículo.

Mobilidade gástrica normal. Cinco horas depois um novo exame mostrou não haver estase gástrica nem duodenal, encontrando-se a substância opaca no cego, colon ascendente, e em quasi todo o transverso.

Conclusão — Úlcera da pequena curvatura localizada à região prepilórica (1).

O 2.º exame radiológico, feito em 28/XI/931 (após a primeira série de injeções de pepsina): — mostrou que os contornos gástricos eram perfeitamente regulares, com o antro pilórico pequeno e nitidamente arredondado, tendo o piloro uma permeabilidade normal.

Na parte inferior da pequena curvatura, na região juxta-pilórica, notava-se ainda a presença da imagem diverticular observada no exame anterior, se bem que mais reduzida.

Ausência de dor expontânea ou provocada em qualquer ponto de estômago, inclusivé no *nível do divertículo*.

Peristaltismo gástrico de boa intensidade, fazendo-se regularmente a evacuação da substância opaca.

(1) Êste doente tinha estado internado, no serviço de 1.ª M. H. em Junho de 1931, tendo sido submetido ao tratamento pelos alcalinos e bismuto, sem ter colhido resultados notáveis.

Não se constatou estase gástrica nem duodenal.

Conclusões — Úlcera antiga da pequena curvatura, actualmente não em actividade.

3.º Exame radiológico em 15/3/932 — neste exame não se constatou a existência do divertículo, fazendo-se bem a evacuação da substância opaca, não havendo dor a pressão em qualquer ponto do estômago.

(Continua).

MÁRIO SIMÕES TRINÇÃO.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)* — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães* — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem* — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho:
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V..... | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 86.º

4.ª SERIE



VOLUME 15.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>O Cronista Rui de Pina e mestre António, «Físico» da Renascença</i> , por Luiz de Pina.....	261
<i>Glórias e positivismo dos factos</i> , por José T. da Silva Bastos	285
<i>Ideas médicas de Eça de Queiroz</i> . — V. José Matias, <i>a Tóto e vários outros</i> , por Alberto Pessoa	293
<i>A mutualidade em Portugal</i> , por Domingos da Cruz.....	309
<i>As três conferências africanas — II. Conferências de Berlim</i> , por * * *	326
<i>Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia</i> , por Mário Simões Trincão	347
<i>Anais da Vila da Ericeira</i> , por J. de Oliveira Lobo e Silva.....	366
<i>Alexandre Herculano redactor do «Diário do Governo»</i> por Marques Gomes	378
<i>Cartas históricas</i> , por João Jardim de Vilhena	388

O CRONISTA RUI DE PINA
E MESTRE ANTÓNIO,
«FÍSICO» DA RENASCENÇA⁽¹⁾

No tômo V dos seus *Opúsculos*⁽²⁾, escreveu Alexandre Herculano, a propósito do cronista Rui de Pina —: *Parece que os fados de Ruy de Pina eram ganhar nome e celebridade á custa do trabalho alheio: ajudou elle o seu destino em quanto vivo; ajudaram-lho outros depois de morto. Em 1608 publicou-se em Lisboa um volume em 8.º com o título de Compendio das grandezas e cousas notaveis d'entre Douro e Minho, obra que no frontispicio é attribuida a Ruy de Pina. Este livro, porém, nada mais é do que o que compoz mestre Antonio, fisico e solorgiam, natural de Guimarães e que em antigos codices anda juncto ás chronicas de Ruy de Pina, bastando ler uma pagina d'elle para nos convencermos de que é escripto em um periodo de lingua anterior á epocha d'este chronista, e que elle talvez não fez mais que copial'o, com intento de lhe chamar seu, podendo-se-lhe applicar aquelle distico francez:*

*Pour tout esprit que le bon homme avait,
Il compilait, compilait, compilait.*

(1) Comunicação apresentada à Associação Médica Lusitana, na noite de 29 de Junho de 1933.

(2) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Vol. V. «Controversias e estudos historicos». Tômo II. Lisboa, MDCCCLXXXVI.

Vid. também *O Panorama*, Vol. III, pág. 347. 1839.

Esta passagem do imortal historiador sugeriu-me o presente estudo, pois o encontro digno de atenção; vários problemas se antolham ao elaborá-lo: a seriedade de Rui de Pina, a biografia de Mestre António, a real existência da obra (manuscrita ou impressa) e de escritos similares, devidos a outro autor ou representando cópias do primitivo original, etc.

Sobre os que apontei vou discorrer. Sendo um trabalho biográfico-bibliográfico, sua aspereza não combinará bem com a amável atenção da douda assembleia que venceu escutar-me. Desde já, sinceras desculpas.

*

Não foi prolífero em obras médicas, entre nós, o século xv; paupérrimo, até, se escorreu⁽¹⁾. Só ao esmaecer do mesmo alguns factos de tômo ressaltaram, como a instituição da primeira Misericórdia, do hospital das Caldas e da fusão de muitos hospitais de Lisboa (origem do Hospital de Todos os Santos)⁽²⁾.

A fundação da Universidade portuguesa, ao expirar o século xiii, pouco fêz adiantar a pátria medicina; mas aqueles acontecimentos talharam caminho ao seu progresso e os frutos começam a madurar no século xvi, o do renascimento médico nacional.

Então luzem Garcia de Orta e Cristóvam da Costa, Amato Lusitano e Rodrigo de Castro, Henrique Henriques e Francisco Sanches, Luiz de Lemos e Henrique de Cuellar, António Luiz, Veiga e outros.

Contudo, as obras dêstes médicos datam, a mór parte

(1) Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Doutrinas e Instituições, Lisboa, MDCCCXCIX.

(2) Silva Carvalho, *História da Medicina portuguesa*. 1929. Lisboa.

da última metade do século e outros da alva do século imediato; fracotes passaram, em escritos de suco, os primeiros trinta anos seiscentistas.

Quando se topa com obra mais antiga, contenta-se o historiador com o achado e vê-se na obrigação de estadear, com sumo prazer, o nome do autor.

E se é certo que nada descobri, porquanto o manuscrito de Mestre António é referido desde arredados anos, como adiante veremos, de encarecer será o meu intento apresentando o modesto *físico* da Renascença, cujo trabalho, de que vou falar, não sendo propriamente de medicina, alguma coisa encerra que lhe pega de largo.

Quanto mais não fôsse, justo era destacarmos, entre tantos polígrafos nacionais, um avoengo colega nosso que, em horas de lazer, se tentava das curiosidades, a mór parte ingénuas, apontadas com carinhoso disvêlo no seu livro.

É biografia assás pobre a de Mestre António; e, embora eu aprove, incondicionalmente, a idea do eruditíssimo historiador da Medicina Prof. Charles Singer, nesta sua concenciosa frase traduzida por Garcia del Real⁽¹⁾: «*La historia de la Medicina, es una historia de ideas, las biografías solo tienen valor en cuanto hacen nacer ideas*», não posso deixar de perder algum tempo com esta figura médica, pelo que representa na bibliografia portuguesa.

Diz Barbosa Machado⁽²⁾: Mestre António era natural da Vila de Guimarães e médico da Câmara do Sereníssimo Rei de Portugal D. João II, a cujo Príncipe sobreviveu; garante esta afirmativa em Gaspar Estaço⁽³⁾, que escreveu ter-se-lhe estendido a vida até 1533.

(1) Em carta particular a Fielding Garrison. *Introducción a la Historia de la Medicina*. Tradução do Prof. E. Garcia del Real. Tómo I. Prefácio. Madrid. 1921.

(2) Barbosa Machado, *Bibliot. Lus.*, 1.^a ed.

(3) Gaspar Estaço, *Varias antigvidades de Portvgal*. Lisboa, MDCXXV

Alguns dados colherei eu já também sôbre Mestre António, indicados num dos meus trabalhos⁽¹⁾. Sendo natural de Guimarães, tal dizem Herculano⁽²⁾, Barbosa⁽³⁾, e Estaço⁽⁴⁾, e como se indica nos manuscritos da sua obra, tentei esquadrihar-lhe a origem; verifica-se que houve, realmente, um Mestre António em Guimarães; confirmam-no: um testamento de 1504⁽⁵⁾ onde figura como testemunha, estando aí bem claramente expressa a profissão *físico e celurgião*; um prazo e doação do Casal da Cova, feita por Maria Nunes à confraria do serviço de Nossa Senhora, datado de 6 de Março de 1508, e onde é denominado *Mestre*⁽⁶⁾; finalmente, no Arquivo camarário vimaranense se encontra uma petição para venda de casas a Mestre António, *físico morador na dita Villa*, com data de 30 de Junho de 1531⁽⁷⁾.

Que assistiu em Guimarães, desde 1504 a 1531, pelo menos, ainda que interruptamente, é um facto, excluindo a hipótese de não ser o mesmo Mestre António dos manuscritos; porém, num destes, se declara a sua naturalidade vimaranense e a sua residência na histórica vila nortenha.

Inocência da Silva⁽⁸⁾ registou: foi *Cirurgião mór de el rei D. João II, natural não de Guimarães, como Barbosa*

(1) Luiz de Pina, *Vimaranes. Materiais para a história da Medicina Portuguesa. Arqueologia. Antropologia. História*. 1929. Pôrto.

(2) Alexandre Herculano, *Op. cit.*

(3) Barbosa Machado, *Op. cit.*

(4) Gaspar Estaço, *Op. cit.*

(5) *Livro II dos Testamentos e Doações do Arquivo da Colegiada*. Fl. 149 v.

(6) Abade de Tàgilde, *Catalogo dos pergaminhos existentes no Arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães*. Doc. CCCLXXII. *Arqueólogo Português*. Vol. XIII. 1908. Lisboa.

(7) *Livro I das Vereações*.

(8) Inocência da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. T. I. Lisboa. MDCCCLVIII.

disse inadvertidamente no tomo I da Bibl. Lusit., mas de Torres Novas, como depois emendou no tomo IV. Era filho de Mestre Thomaz, e foi pai de Nicolau Lopes, que gosou também das honras de Fysico d'Elrei.

Como vemos, começa a embrulhar-se a história. Tudo leva a crer que houve dois Mestres António: um de Guimarães, aí residente e outro possivelmente de Tôrres Novas, habitando, como obrigava o seu cargo, em Lisboa. Mas Eduardo de Noronha ⁽¹⁾ indica outro Mestre António ainda, o terceiro, também médico de D. João II, estabelecido em Arzila no comêço do século xvi, o qual escreveu *Cavalgadas e boas entradas que fez D. Pedro de Menezes almocadem de Arzilla*, ainda manuscrito.

Noronha aponta êste e outro Mestre António, a que já fizemos referência. Outros, com o mesmo nome, existiram certamente.

A acreditar-se naquelas palavras, houve, portanto, três Mestres António. O natural de Guimarães, que nada obriga, por enquanto, a identificar com qualquer dos outros dois, foi o autor duma obra já mencionada ao abrir êste estudo, cuja paternidade se atribui ao *físico* de D. João II, possivelmente natural de Tôrres Novas e que, além dessa, em meu entender indevida, escreveu mais, no dizer de Barbosa Machado ⁽²⁾:

Chronica delRey D. João o II da qual se conservava hum copia na Bibliotheca do Excellentissimo Marquez de Abrantes, e della fazem memória Cardos. Agiol. Lusit. Tom. 3. no Cõmentario de 18. de Junho let. F. p. 733. e Francisco de Santa Maria, Hist. da Congreg. dos Coneg.

⁽¹⁾ Eduardo de Noronha, *Diccionario Universal Illustrado, Linguistico e Encyclopedico*. Vol. II, Lisboa.

⁽²⁾ Barbosa Machado. *Op. cit.*

secul. de S. João Evang. lib. I. cap. 42. pag. 358. o qual no livr. 3. cap. 72. pag. 871. faz menção de outra obra de Mestre Antonio, que se conserva M. S. na Livraria do Convento de Santo Eloy de Lisboa, cujo titulo he «Memorias do seu tempo».

Compôs também, segundo Noronha na já citada obra, *Ajudas da Fé contra os Judeus*.

Por agora, nada nos interessam estas três obras, que muito dariam para discutir; fixar-me-ei somente naquella cujo autor, com tôdas as possibilidades, foi mestre António de Guimarães, apagado médico-cirurgião provinciano.

Os manuscritos que conheço, li e estudei, respeitantes a essa obra, são dois: um, pertencente à Biblioteca Municipal do Pôrto (n.º 256, colecção Conde de Azevedo); outro, à Biblioteca Nacional, de Lisboa (n.º 245; A. 6-31) (1).

O do Pôrto está encadernado e intitula-se:

«Historia Geografica de varias partes do mundo E huma breve noticia de algumas couzas mais raras delle tudo por Mestre Amtonyo Fysyquo e Colorgião natural e morador de Guimaraens, em 1512».

Em 1512, acaba de confirmar-se, residia Mestre António em Guimarães; quatro datas dizem respeito à sua estadia ali: 1504, 1508, 1512 e 1531.

Na página seguinte àquella onde se lê o título geral agora referido, nota-se este outro:

«Tratado sobre a Provincia d'Entre Douro, e Minho e suas avondanças Copilado por Mestre Amtonyo Fisyque, e

(1) Já citado por Silva Carvalho, *Médicos e curandeiros*. Lisboa, 1917.

Colorgião, morador na Villa de Guimaraens, e natural da mesma».

A obra é repartida em 4 tratados, sendo êste o primeiro, que ocupa 60 páginas; o 2.º, intitula-se:

«*Tratado segundo sobre A Provincia de Armenia*».

e consta de 6 páginas. A seguir vem:

«*Tratados varios de varias historias asim de terras como de Fontes como de Aves Serpentes Pedras ervas e Animaes Ferozes com a explicação das suas raras vertudes quimiças Tudo escrito por Mestre Amtonyo. Fisyquo e Colorgião da Provincia do Minho em 1512*».

Recheia 32 páginas esta parte, que foi talhada em:

- *Tratado de algumas couças e feras notaveis do Mundo*
- *Trado (sic) das Fontes de partes remotas e suas virtudes.*
- *Trado (sic) de algumas serpentes raras q̃ ha no mundo*
- *Tratado de algumas pedras raras e suas virtudes raras.*
- *Tratado de algumas ervas e suas virtudes*

A seguir, vem:

«*Tratado 3.º e, Noticia breve do Paraizo Terreal Segundo Valera*»

Por último:

«*Tratado 4.º emqueda huma boa noticia das Indias e do Preste João*» (13 páginas).

A rematar, breves considerações, com este título:

«*Advertencia ao que fica atras ditto*» (2 páginas).

O manuscrito de Lisboa é mais reduzido, capa de pergaminho e lombada rezando: «*Sumario dos Reys, de Por...*»; e encerra também a «*Chronica Genealogica dos Reis de Portugal*» («*Alvaro Ferreira de Vera. Chronica e Genealogia dos Reis de Portugal — desde o Conde D. Henrique até D. Pedro I*). É cópia do século XVIII.

Porém, a parte que nos interessa, da qual apresento a fotografia reduzida da 1.^a página (Fig. 1), devida à amabilidade do Ex.^{mo} Sr. Eleutério Cerdeira, ilustre publicista e director artístico da *História de Portugal*, em publicação, intitula-se:

«*Provincia Dantre Douro e Minho Copilada por mestre Antonio fisico esorirgiam, morador na Villa de Guimaraes e natural della*».

O título, nas linhas gerais, é idêntico ao do manuscrito do Pôrto. Consta de 14 páginas (fôlhas 80 a 86); o recheio é quasi o mesmo.

Segundo Barbosa Machado, a obra de Mestre António principia por estas palavras «*Como quer que toda a pessoa*» e remata com estas «*a muy nobre e sempre leal Villa de Guimaraens*», tal como os manuscritos de Lisboa e Pôrto; mais diz que se conservava uma cópia, *que ele viu*, na «*Livraria do Marquez Mordomo mor, e consta de oito paginas de folha, cuja obra como diz o Author foy escrita no anno de 1512...*».

Data não lobriguei no manuscrito de Lisboa; logo, aquele não era o exemplar que se refere Barbosa Machado, pois nem lá existe tal data, nem o número de fôlhas (oito) condiz.

PROVÎNCIA DANTY E

Puro Emendo Opilada por Mestre Antonio Fri-
co e chorrigiam, invacior, na villa de Guimara-
res e natural della.

Como quer que toda pessoa se aca amais ligeira a
deprender que a inuention me querria de dar de se
seguir este breue e p^{ro}prio mas confiança em a virtude
das minhas faltas virtuosamente em mençoes
escriuira e pello amor caferiam que tendo a nature-
za que a Comarca tride nassi em de degey e por al-
guns senhores que me logarom que p^{ro}prio que eu de
cerca deste caso algumas curas tinha inuenticado que
os acace em auctas curas. sa iudicias me fizerom
quebrar as cordas com eu e porito em fizerom bus-
car o seguinte em prestada a aquellas curas que da
minha noticia puden obrar a clareia.

Reyno de Portugal a uma minima parte que guarri
do Reyno nom by de undeida senobamaes Eicelente
senobamaes Eicelente orta que nomundo sejusta la-
dar de sua comtiolade aqua lorta secdama antrebu-
ro omnirito eclamace antrecluro omnindo porquie es-
ta afituada antrecluro dno caubdeas n guato tam
veluro omnindo, aqua lorta tom de compido des-
de cluro alle omnindo que de desde o Porto alla balonca
que ommaes largo cluroto legas e de anelo clomar pra-
ta osor tam que clomar alle apmteclanas que de
ommaes clamo deis legas cernu cloro partes qua tro
sincos legas esis, aqua lorta aqua lorta lobe tam no de-
uer de esaclam nella multas flores de curas cluro?
cas esomdo cas que fora Eilla cercada clomar nom ru-
ura mistor nendua par teclomundo para seu fopora-
mento queda seu fopora natural tom boles an curas
que lle cam necessarias para o naturais della ematas.
tarica iello nap tirarem para as partes por ti qus
della la passante de se montamul berindos de tam pouo (P)

Fig. 1

POWELL & COY

Em resumo, aquele bibliógrafo regista outro exemplar do manuscrito.

Antes de prosseguirmos no estudo da obra, vejamos o que sabemos da impressão.

Baldados foram meus empenhos na busca do trabalho estampado. Procurei-o na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Torre do Tombo, nas Bibliotecas de Braga e Guimarães, onde poderia topar qualquer exemplar. Tudo em vão. Na de Coimbra não existe, na de Évora também não, como não existe na Municipal portuense.

No entanto, Herculano diz que se publicou em Lisboa, no ano 1608 (in 8.^o), com o título já revelado no limiar desta nota. Mendes dos Remédios ⁽¹⁾, que aceitou a obra como sendo de Rui de Pina, aponta-a impressa, mas diferindo o seu quê no título:

«Compêndio e sumário das grandezas e cousas notáveis que há entre Douro e Minho, e sua comarca, vistas pelo muito douto Ruy de Pina».

Chama-lhe raro opúsculo, impresso em 1608, cabendo em magras 16 páginas.

Recentemente, o douto Professor Agostinho de Campos ⁽²⁾ criticando Rui de Pina, fá-lo também autor de:

«Compendio e summario das grandezas e cousas notaveis que ha entre Douro e Minho, e em sua Comarca, vistas pelo muito douto Ruy de Pina, chronista-mór que foi deste Reino,

⁽¹⁾ Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa, desde as origens até a atualidade*. 5.^a ed. 1921. Coimbra.

⁽²⁾ Agostinho de Campos, *Os cronistas*. In *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* 1.^o volume III. Rui de Pina. Direcção de Forjaz de Sampaio.

por mandado d'El-Rei D. João III (sic) e agora nouamente acrescentados em algumas partes».

Dá-o publicado em Lisboa, por Pedro Craesbaeck, em 1608. Agostinho de Campos conta-lhe somente 14 páginas. Há discordância, assim se vê, no que pega ao título e ao número de páginas, entre Mendes dos Remédios e este professor.

Inocência do Silva⁽¹⁾ diz também: «*Parece que Mestre Antonio é o verdadeiro autor do Compendio das grandezas e cousas notaveis d'Entre Douro e Minho, que muito depois se imprimiu em 1606 (salvo erro), e que no frontispicio se attribue a Ruy de Pina, a cujas chronicas costumava andar annexo em antigos codices...*». Não chegou a ver tal obra e diz que abre com estas palavras «*Como quer que toda a pessoa...*» e termina por «*A mui nobre e sempre leal villa de Guimarães*». Deve tratar-se, realmente, do trabalho escrito por Mestre António: aquelas palavras são as mesmas que se lêem na obra já citada por Barbosa Machado. Não sei se este escritor fala do manuscrito ou do impresso! Porém, Inocência diz mais o seguinte, ao arrolar as obras de Rui de Pina:

«Compendio e sumario das grandezas e cousas notaveis que ha entre Douro e Minho, acrescentadas por José Martins. Lisboa, sem nome do impressor 1606. 8º, segundo diz Barbosa, ou 4.º, segundo tem o pseudo Catalogo da Academia. Como não descobri ainda algum exemplar, mal saberei dizer qual dos dous acertou. Parece que o verdadeiro auctor d'este escripto fôra Mestre Antonio, fisico e solorgiam d'el-rei D. João II e que o attribuirem-no a Ruy de Pina proveiu de andar o tal opusculo annexo a algumas antigas copias de Chronicas d'este chronista».

(1) Inocência da Silva, *Op. cit.* T. VII. Lisboa. MDCCCLXII.

Ou não chegou a sentir o prelo, ou se escoou completamente a obra, cousa improvável.

A êste respeito, o Sr. Dr. Alberto Feio, erudito publicista e director da Biblioteca Pública de Braga, a quem me dirigi, respondeu-me amavelmente na seguinte carta, que muito agradeço e com vénia publico:

A Biblioteca de Braga não possui o livro de Mestre António, a que alude a carta de V. Já esse problema me interessou em tempos, sem ter conseguido saber da existencia real de tal publicação. Desde Nepomuceno para cá nunca appareceu em nenhuma venda, Inocêncio não o viu e Barbosa Machado dá-o manuscrito. Nos livros impressos em Portugal no sec. XVI, quer os descritos por Sousa Viterbo, quer a Bibliografia completa o mais possível de António Anselmo, não vem semelhante obra. Deante da falta tão assinalada, chego a duvidar da existência do livro impresso. E é tudo o que posso dizer a V. Etc.

O sr. Dr. Alberto Feio diz que Barbosa põe a obra manuscrita; Inocêncio, como há pouco se viu, dá-a impressa, escudando-se em Barbosa.

Dêste modo, o assunto emmaranha-se. Ou a obra não chegou a estampar-se, como aventa aquele publicista, tendo alguém indicado, erradamente, a sua impressão, perdendo se depois todos os bibliógrafos no êrro, ou nenhum exemplar se livrou de qualquer catástrofe inimaginável!

O testemunho de Alexandre Herculano é de pêso, porque brota de séria intellectualidade: se se recordam, êle aponta também uma edição em 8.º, publicada em 1608.

A Biblioteca da Ajuda, que dirigiu, não a possui; aí a procurei, julgando encontrá-la; infrutífera emprêsa. Cabe neste lugar agradecer ao Sr. Dr. Jordão de Freitas, seu Director actual, os esclarecimentos que me prestou.

Presentemente, êste problema antolha-se-me de custosa solução, a menos que apareça um exemplar impresso do manuscrito. Tudo o mais é conjectural!

Não posso prosseguir sem referir-me a uma outra obra muito importante, do Dr. João de Barros, (o Moralista), intitulada *Geografia de Entre-Douro e Minho e Trás os Montes*⁽¹⁾, autor também do *Espelho de Casados*, nascido, pelo que diz Mendes dos Remédios⁽²⁾, depois de 1553. Daquele primeiro trabalho, conta o mesmo professor, existe uma edição, raríssima, de 1540 e outra de 1874 (Tito de Noronha e António Cabral).

Porém, pergunta-se: queria o crítico indicar a data 1640, em vez de 1540? Como podia João de Barros escrever uma obra antes de ter nascido?

O Prof. Joaquim de Carvalho⁽³⁾ diz que João de Barros foi desembargador e doutor por Salamanca, dando-lhe D. João III carta de brasão em 1553 (23 de Junho). Severim de Faria fá-lo nascido em Braga; Barbosa Machado, no ano de 1496. Outros garantem o Pôrto como sua terra natal (Nicolau António e D. Rodrigo da Cunha). Mas não há certeza das datas de nascimento e morte de João de Barros, bem como de sua naturalidade.

Todavia, algumas deduções cronológicas poderemos estabelecer. Assim: se êle em 1540 imprimia o seu *Espelho de Casados* e dado que tivesse, por exemplo, 40 anos de idade, têmo-lo nascido em 1500; se contasse 45, o que não está muito contra qualquer hipótese, Barros nasceria em 1495; esta data aproxima-se da de 1496, apontada por Severim. Mas, não se conhece qualquer exemplar impresso da obra

(1) Mendes dos Remédios, *Op. cit.*.

(2) Idem, *Ibid.*

(3) Joaquim de Carvalho, *Moralistas. História da Literatura Portuguesa Ilustrada. Op. cit.*, pág. 98.

sôbre o Entre Douro e Minho e Trás--os-Montes; «é livro consciencioso, de grandes informações, indispensável para o estudo sério de Portugal do seu tempo» (1), afirma o Prof. Joaquim de Carvalho. Em 1919, a Biblioteca Municipal do Pôrto editou a obra, com êste título:

«*Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*».

J. Grave, no prefácio, dá-nos indicações sôbre cópias da mesma, em número de 5. Um dêstes exemplares, n.º 1109, é o mais arcaico e foi escolhido para a reprodução, visto que ostenta a nota de ser *original do autor*.

A data é desconhecida. Porém, Barbosa Machado, tem-no como impresso em Lisboa, no ano de 1549, contando 32 capítulos. Seja como fôr, Barros teria escrito o livro pas-sante dos 30 anos de idade, isto é, de 1525 ou 1530 por diante.

O manuscrito 1109 da Biblioteca Municipal do Pôrto intitula-se:

Hũa breve Suma de Geographia d'entre Douro e Minho Minho e tras os montes em a coal se contem outras coisas antigas e notaveis.

Um dos outros, n.º 192, é assim encabeçado:

Breve suma da Geographia da Comarca d'entre Douro, Minho e Tras-os-Montes.

Uma curiosa semelhança irmana estes títulos com os já indicados da obra de Mestre António. E, como o suco é o mesmo nos manuscritos dos dois autores — Mestre António

(1) Joaquim de Carvalho, *Moralistas, etc. Op. cit.*

e João de Barros — vá de investigar-se sôbre a prioridade na ideia.

Em introdução à obra dada aos prelos por aquela Biblioteca, diz assim «*Sylvio Mondanio*»:

He digno de lembrar que Mestre Antonio de Guimaraens (de quem se não lembrou o A. da Biblioteca Lusitana) fez um Tratado com este titulo: «... das couzas dentre Douro e Minho» que confere com o da Geographia do Dr. João de Barros. daquele A. faz memoria Ruy Fernandes, cidadão de Lamego, no L.^o MS., em 4.^o, que tem por tit.^o: «Antiguidade de Lamego. 1532».

Pesemos esta declaração. O autor da Biblioteca Lusitana, Barbosa Machado, lembrou-se de Mestre António, como já atrás mostrei; logo, é menos verdadeira a declaração de *Mondanio*, neste ponto; o título que apresenta como sendo da obra de Mestre António é curto e muito difere dos títulos já apontados; todavia, compara-o ao do trabalho de Barros. Em 1532, o citado Rui Fernandes punha Mestre António como autor da obra; logo, ela é anterior à de João de Barros, possivelmente escrita à roda de 1525-1530. Vimos que a data 1512 aparece no manuscrito de Mestre António; não se diz aí, claramente, que êle a escreveu então, mas sim que nesse ano residia em Guimarães; mas dá a entender ser aquele o ano da elaboração do curioso manuscrito. Segundo a nota que já apresentei, o nosso *físico* vivia ainda em 1531; até 1533 o dá chegado Barbosa, como também já indicámos. E poucos mais anos viveria, pois em 1504 já era *físico e cirurgia* e contava, pelo menos, 30 a 40 anos de idade. É de calcular ter deixado êste mundo com cêrca de 60.

A obra de João de Barros seria escrita por volta de 1530, poucos anos antes da morte de António e mais de 20 após a presumível data do manuscrito dêste (1512).

Quere dizer, a *Geografia*, de Barros, é posterior à de Mestre António; e, se dermos fé a Barbosa Machado, que lhe assinala o ano de 1549, já aquele vimaranense tinha desaparecido do rol dos vivos, há mais de 12 anos.

Em meu entender, o trabalho do *físico* de Guimarães inspirou João de Barros, que compôs um outro muito mais extenso e melhor, sem dúvida alguma.

Gaspar Estaço ⁽¹⁾, em 1625, falando da região de Entre Douro e Minho, não cita João de Barros, nem tampouco a obra impressa; e a propósito do que escreve, segreda-nos que tudo colheu no manuscrito do Mestre: «*Isto é en substancia o que contem aquelle trattado de mestre Antonio*»; e, mais adiante: «*tudo isto é de mestre Antonio*».

Vale registo uma passagem de Estaço, que vou ler, fisingada aos que sugam o trabalho de outros, sem manifestarem aos leitores as fontes onde beberam ensinamentos:

. § 1.º — *Esta terra chamada entre Douro e Minho é muito conhecida por algũas cousas notaveis, que tem, de que Vaseo dá testemunho en sua historia, as quaes tomou de hum trattado de letra de mam feito por mestre Antonio fisico de Guimarães, que elle nam nomea, como nòs hora fazemos, pera que a fé do que d'elle tomarmos, fique sobre seu autor e por nam imitarmos a Macrobio, que tomando muitas cousas de Aulo Gellio, foi tam ingrato, que en tam grande monte de diuidas sêpre calou o nome de crêdor, de q̃ o reprende Crinito na honesta disciplina.*

Avareza ingrata, e nescia, que faz o alheio seu, e quer mais ser tomada no furto, que pagar o emprestado, como disse Plinio por alguns engenhos viciosos, e mat affortunados, (§ 1.º cap. 56, pág. 201).

(1) Gaspar Estaço, *Op. cit.*

George Cardoso enumera os autores a que se acostou para a elaboração da sua tão nomeada obra⁽¹⁾, indicando, entre os manuscritos consultados, «*O Doutor João de Barros nas antiguidades de entre Douro, & Minho, & M. Antonio no fummario do mesmo argumento*; (I Tomo. Advertências) no *Commentario ao II de Janeiro*, pág. 17, diz novamente «*& M. Antonio nas relações do mesmo argumento*; e ainda no *Commentario ao XXII de Abril*, pág. 68, aponta «*M. Antonio no Sūmario ao mesmo assumpto*».

Daqui se infere (aliás já vai memorado por Barbosa, na *Biblioteca*) ter Cardoso considerado a obra de Mestre António um sumário da de Barros, não registando impressa a obra dêste mas somente manuscrita; isto escrevia em 1652. Leva-nos a concluir, portanto, que a edição de João de Barros não foi vista por êle, o que nos puxa a não acreditar ter ela corrido nos prelos.

Quanto a George Cardoso considerar o trabalho de Mestre António como sumário do de Barros, já expus as razões que me levaram a não admitir a hipótese de ser anterior à do Mestre a obra do Desembargador.

Tocante à data do manuscrito do *físico*, existente na Biblioteca do Pôrto, quiz ouvir a opinião do ilustre Director da Torre do Tombo, Dr. António Baião, que me respondeu gentilmente nestes termos, desde já muito agradecidos:

Examinei com atenção o decalque do manuscrito da Biblioteca do Porto em que V. aqui me falou e concordo em absoluto com o calculo de V. Parece na verdade dos fins do seculo XVII; é essa evidentemente a data da copia, mas pode não o ser da redação primitiva. V. sabe como dos manus-

(1) George Cardoso, *Agiologio Lysitano dos sanctos e varoens illvstres em virtvde do reino de Portvgal, e syas conqvistas, etc.* Lisboa, MDCLII.

critos importantes, não dados á estampa, as copias se multiplicavam, etc.

Não conheço, portanto, o autêntico original de Mestre António.

Pôsto isto, é tempo de dizer o necessário sôbre tal cópia do século XVII.

Mestre António, nesta e na existente em Lisboa (Bibl. Nac.), descreve o Entre Douro e Minho muito esmigadamente. Calcula as dimensões do Reino de Portugal, situação geográfica, população, produções, fauna e flora, pescados, terras principais, divisão administrativa e eclesiástica; conventos; rios, portos, fontes e pontes; solares, famílias de nobreza, etc.

Uma ou outra nota curiosa se colhe nos manuscritos. Assim é que, falando da Vila de Guimarães, terra onde mais se demora, nos refere os estabelecimentos hospitalares da vila, nestes termos (Tratado 1.^o):

«Solamente nesta villa de Guimarães antre Capellas que tem rendas boas, e Confrarias ha vinte duas deque segover-não — cinco Espritaes, e duas Guafarias, e coatro Mecceerias hua de homes e outra de Molheres...».

«Afora muitas misas, que se dizem nas Capellas que ordenarom os que constituyrom, e asij tem rendas, e Capellas para os Ministradores dellas, e as Confrarias — para as Missas, e guovernamça dos Espritaes, e para a cera, que dão para os finados».

Respeitante à hygiene, eis o que êle nos conta (Trat. 1.^o).

Em esta Comarqua he — mais curavel a geração das crianças que em ella nascem, que em nenhũa parte. porque em esta Comarqua parem mulheres muitas athe conquoenta annos, e noutras partes não parem mais que até os corenta annos, e asij pare hũa mulher dezanove, vinte e hua cria-

turas, e delas seis e todas as cria, e se lhe logrão, e em outras partes quando hũa mulher tem dez filhos aos por muyto e em este termo de Braga esta hua mulher de noventa e sete annos que vem a Braga por seu pee em todo seu syso natural, etem vivos antre fithos, enetos, e bisnetos cento e nove».

«... Os ares os melhores, que no mundo posa aver, pela qual cousa nadita Comarqua haa muy poucas febres, salvo se são alguns sanguinhos pela abastança da carnes, e fruitas, e pesquados que nella haa, e porque he quente, e umyda, e os febreцитantes, que vem d'outras partes loguo hij são saõs».

«... As agoas em esta Comarqua são as mais, e melhores, e mais prestadias, e donde proceedem mais rios cabe-daes que em nenhũa parte seposão achar, e em tamanho espaço de terra».

Como S. Isidoro, nas *Etimologias*, Mestre António divide o globo terrestre, «esta machina, ou redondeza do mundo», em 3 partes: Ásia, África e Europa.

Conta-nos também da fertilidade das terras, no tocante a frutas, e dos animais: «muitas cabras e ouelhas que parem decada ves duas crias» (Ms. de Lisboa).

Mais indica os nomes dos Santos milagrosos da comarca: S. Geraldo, S. Tiago, S. Vitor, S.^{ta} Suzana, S. Frutuoso, S. Martinho do Dume, S. Torcato, S. Gonçalo de Amarante, S. Pantaleão do Pôrto (que, como é lenda, foi médico), o corpo santo do Mosteiro de Leça, S. Guálter, S.^{ta} Senhorinha, S. Gervásio, etc.

No *Tratado das Fontes*, conta:

«Aa outras Fomtes que saraõ os olhos emfermos, ese algum ladrão he alij trazido, molhamdo os olhos com a agoa dellas perde avista, esenão he culpado torna muy mais clara que

antes, assim o dizem homens que pasão por verdadeiros e eu o não afirmo por serto.

«... Aa outra Fomte que qualquer ferida de qualquer membro cura lavando a com agoa della: outras Fomtes aa em Boccia que trazem aa memoria as cousas passadas, outras que as fazem esquecer.

No das Pedras:

«A cornerina tem vertudes d'estamcar ho sangue de ferida, e de varizes, e o que se chama sangue chuivo(?) de mulheres, e he de muyto maior vertude, e valor se he esculpida, porque as esculpidas forão das que os filhos de Isrrael por inspiração Divina no Deserto esculpirão; asim o achei.

«... O Jaspe tem vertude contra a Idroqpsia se for moydo, e bebido com agoa de Fumcho, ou Aipo, e aproveita muyto aas mulheres prenhes trazendoo consigo que as fas seguras de não mover; domde quer que aa Jaspe fogem os Demonios».

«Ho Jacimto he contra a peste, e contra toda peçonha he de cor de cera da a graça a quem o traz comsigo, acha se em as terras de Ethiopia».

Sôbre ervas:

«A Arruda tem muytas vertudes segumdo dizem a qual moyda com rais de Peonia, e Castor, cozida todo em vinho provoca o sangue monstruoso de mulher, e faz lancar a Criatura; se acomtece estar morto no ventre; isto mesmo obra o cumo da Arruda to mado pela boqa(?) e qualquer imchaço quer de golpe, quer d'outra qualquer maneira emque se puzer a Arruda pizada, e emcorporada em manteiga de Vaqua tira ador, e desfaz o imchaço, e bebida aproveita contra toda peçonha; queimada, e moyda, e emvolta em açuquer tira avermelhidão dos olhos; clarefica a vista; he contra todas vene-

nosas — serpentes, e tanto em se hum homem for cuberto de Arruda verde sê temor poode chegar a matar ho Basalisquo ho cheiro da qual ho mata.

A salva cozida em vinho he contra toda opilação he contra aperlezya, segundo dizem autores de verdade.

Tôda esta terapêutica é supersticiosa, muito popular, própria da época.

No tratado sôbre as Índias e o Preste João, refere-nos que os Embaixadores da Etiópia, enviados ao Papa Eugénio IV, preguntados por êste Pontífice sôbre as afirmações de Nicolau Veneto a respeito daquele país, segundo Pogio, secretário do Papa indicado (cit. por Mestre Antonio), ensinaram que

«Na Ethiopia nunca jaa mais avia peeste, nem outra em fermidades geraes, e que vivião os homêes muy são e chegavão alomga velhice, e acomum idade dos mais eraõ cento evinte cento trinta anos, — e algũs chegavão a cento e cincoenta, e a dozentos anos, etc.».

«... Nella haa muytas aromaticas arvores, e cinamomo, pimenta, e canella, e todalas outras odoriferas guomas».

Eis o que pudemos arrebanhar, com carácter médico, no interessante manuscrito de Mestre António, muito mais extenso que o conservado em Lisboa, o qual contém sòmente a parte respeitante ao Entre-Douro-e-Minho.

O próprio autor encontra modesta a sua obra: *«todas couzas antes as pus em muito menos cantidade q.^e em maes e se aqui algumas couzas uam como nom devem Remeto aos que omelhor souberem afetuoamente oemmendem Deo gracias»* (Ms. de Lisboa).

João de Barros trata dos mesmos assuntos, mas não dos de carácter médico apontados; no entanto, fala-nos

também dos mosteiros, solares, rios fontes, caça, pesca, fruta, etc. etc.

Como a Mestre António, chamou-lhe a atenção um só pé de vide, em Burgães, que com seu vinho enchia o bojo de nada menos de 30 almudes!

Menciona também pessoas com 100, 110 e mais anos de idade.

Resta-nos agora discorrer sobre o que de Rui de Pina disse Herculano, ao apontá-lo autor duma obra que lhe não pertence.

Se é certo que este cronista peca por muito hábito de inflar a sua obra com o miolo das alheias, certo é também que nem sempre as críticas são justas; e aquela que Herculano lhe fez, a propósito do trabalho do nosso colega quinhentista, parece-me caber bem neste rol.

A personalidade de Rui de Pina já anda fartamente estudada. Inferior a Fernão Lopes, mas suplantando Zurara, dele restam muitas crónicas, umas originais, outras compiladas dos dois cronistas, dizendo-o Herculano «*ambicioso de pouco suada glória*» (1).

Contudo, Correia da Serra e João de Barros, o das *Décadas*, exaltam-no; o primeiro entroniza-o acima dos dois cronistas seus antecessores; o segundo chama-lhe uma *potência literária do seu tempo* (2).

O Prof. Agostinho de Campos (3), dando-o como autor de 10 trabalhos, julga-o *ilustrado e prudente*; espremendo argumentos de Braamcamp Freire e Aragão Morato, não chega a inclinar-se, abertamente, para as supostas faltas de Rui de Pina, a-pesar-de tudo temido e adulado por homens

(1) Alexandre Herculano, *Op. cit.*

(2) Idem, *Op. cit.*

(3) Agostinho de Campos, *Op. cit.*

como Afonso de Albuquerque; sabido é, por João de Barros, tê-lo prendado ricamente êsse nosso maior capitão de Mares e Terras, para que dêle se não esquecesse em futuras crónicas! Os tempos em que viviam explicam o desairoso gesto de Afonso de Albuquerque e as acções condenadas de Rui de Pina; Damião de Góis, alto espírito e robusto carácter, tudo assoalhou à posteridade.

A-pesar-de não serem convincentes as razões de Góis, a obra de Pina, di-lo o ilustre crítico Domingos Maurício⁽¹⁾, *tem de ser sujeita a uma cuidadosa revisão de fontes, para estabelecer o que nela ha de aproveitável à refundição da nossa história medieval*».

Não venho defender — escasseiam-me as armas do engenho para tal! — o discutido cronista.

Outros, de mais autorizado cabedal, o farão por certo. Mas, no que respeita à acusação feita por Herculano e referente ao expropriação da obra de Mestre António, algo direi em sua defesa.

Desconhecemos as datas do seu nascimento e da sua morte; segundo uns, veio ao mundo cêrca de 1440; outros o dão falecido à roda de 1521⁽²⁾. Foi, portanto, contemporâneo de Mestre António, que viveria, possivelmente, no mesmo espaço de tempo que Rui de Pina.

Êste não podia apropriar-se do trabalho do médico ainda vivo, mas sòmente depois de morto; isto mesmo não aconteceria, pois Mestre António lhe sobreviveu, com muita probabilidade.

Além disso, a obra não era de cobiçar; o seu sabor literário é muito inferior ao de Rui de Pina.

(1) Domingos Maurício, *Do valor histórico de Rui de Pina*, Brotéria. Vol. XV. Fasc. 2-3. Pôrto, Imp.

(2) Braancamp Freire, *Archivo historico portuguez*. VI. pág. 313. *Maria Brandoa*. Êste autor diz que o cronista faleceu antes de 18 de Novembro de 1522.

Mas, ainda que não apareça impresso o livro do Mestre, com o nome do historiador a encabeçá-lo, depreende-se que Herculano o leu, pois diz, nos *Opúsculos* citados: «*bastando ler uma pagina d'elle para nós convencermos de que é escripto em um periodo da lingua anterior á epocha deste chronista*».

Se a impressão da obra é fiel trasladação do manuscrito, não adivinho as bases em que Herculano assenta tal juízo, pois a sua linguagem é, positivamente, da mesma época ou, até, posterior! A não ser que o manuscrito fôsse dissemelhante do original do autor.

Mas, a haver duas cópias idênticas, como as já apresentadas, depreende-se que o original era análogo.

Custa admitirmos corrupção tam larga do primitivo manuscrito de Mestre António.

Herculano, no entanto, diz que Rui de Pina «*talvez não fez mais que copia-lo*»; e, noutro lugar, «*ajudou elle (Pina) o seu destino em quanto vivo; ajudaram-lh'o outros depois de morto*»; das suas palavras se infere que os culpados daquela suposta expropriação fôram outros; e que não há certeza do cronista ter copiado a pobre obracinha do Mestre de Guimarães.

De andar anexo o manuscrito, em antigos códices, às crónicas de Rui de Pina, não podemos criminá-lo; outrem o fêz, que não êle, naturalmente após a sua morte. O êrro provém, em nosso entender, dessa destemperada anexação, desconhecida, com certeza, do mal-aventurado cronista.

Até aparecer a célebre edição de 1608, a que me reportei, e que provas concretas, brilhando nas sombras dêste problema, levem a condenar definitivamente o homem arguido, nada afirmaremos em seu desabôno.

Fique em pé, se quisermos, a suposição de Herculano, ainda que firmada em quebradiças bases.

Tal como demonstrei, podemos formular estas conclusões:

— A obra de Mestre António é anterior à do Dr. João de Barros.

— Esta foi inspirada naquela.

— Não se encontram exemplares impressos do manuscrito de Mestre António.

— Rui de Pina não se apropriou da referida obra; talvez por êrro, devido a outros, foi anexada às suas crónicas e, daí, inculcarem-na como da sua autoria.

— Rui de Pina em parte alguma se intitula autor do dito trabalho; êste, nos exemplares impressos, é attribuído ao cronista, naturalmente por quem o editou.

— Rui de Pina, a estar certa a data de 1608 na referida impressão, não pode, nem deve, apontar-se como culpado do facto, passado cêrca de 80 anos após a sua morte!

Aqui se remata êste trabalho, agradecendo a amabilíssima atenção dos que o escutaram, usando as mesmas palavras do nosso *fisico e sorirgiam* de Guimarães:

«Todas couzas antes as pus em muito menos cantidade q.ª em maes eseaqui algumas couzas uam como nom devem Remeto aos que omelhor souberem afetuoamente oemendem. Deo gracias».

LUIZ DE PINA.

GLÓRIAS E POSITIVISMO DOS FACTOS

O terreno da História é por vezes escabroso e resvaladio: todos o sabemos. Torna-se forçoso então chamar em nosso auxílio as fôrças necessárias para podermos caminhar por êle com cautela e a passo seguro.

Aqui temos nós um problema de tal magnitude que dividiu opiniões, se não paixões, o que, em crítica, envolve desvantagem. É o problema do abandono das praças africanas, aconselhado pela política prudente de D. João III. Foi êrro, foi crime de lesa-pátria, foi acto de rematada covardia lançar um capacete de gelo sôbre os nossos heroísmos, sôbre as nossas glórias conquistadas à custa de tanto sangue derramado pela nossa gente, em ardimento constante, empenhada em meter a sonhada lança em África, quere dizer no corpo do Mouro?

A lança em África era com efeito o pesadelo constante do portuguezinho valente». Sonho apenas? Havia mais alguma cousa que o sonho: havia não só a Fé, mas um pensamento político a animar o brio nacional. Termos um império português às portas do Algarve, na preocupação ciosa de guardar a entrada do Mediterrâneo, e, como consequência, dominar a estrada marítima da África, da Ásia, da América, verdadeira razão de ser da lança a cravar no peito mourisco, era emprêsa excelente mercê da qual poderíamos conquistar um Portugal heroicamente maior. ; Sábia e altíssima política, pelo menos nas aparências! ; Abater o Marroquino, esbulhá-lo das melhores praças por êle ocupadas,

reduzir o cobiçado império ao estado de província à maneira outrora romana, dar caça ao corsarismo limpando-o dos mares e assim podermos navegar livres de inimigos, de entraves, equivaleria quasi à posse de um mundo!

O pior é que tínhamos resolutamente pela proa um inimigo cheio de paixão religiosa levada ao fanatismo — o mais temeroso dos inimigos. «Os Xerifes — diz-nos o Sr. David Lopes — despertavam na alma adormecida dos Marroquinos um fervor de fé que nos havia de forçar ao abandono da maior parte das posições conquistadas». (*Hist. de Arzila*, pág. 440). Em poucas linhas, grandes verdades. Isto explica a pertinácia, — estavam *na sua casa* — com que os Mouros respondiam às lançadas dos portugueses valentes assaltando-nos, raziando-nos, ferindo-nos, matando-nos, no fervoroso empenho de nos expulsar de Marrocos.

¿Não afrouxavam as nossas fôrças, nem os nossos brios, nem a nossa fé? De modo nenhum; o braço português cada vez se retemperava com maior pujança na luta incansável contra o Mouro. ¿Cada dia, pelo menos uma glória!

A tomada de Arzila, ¿quem o ignora! é certamente uma das páginas mais brilhantes dos nossos fastos guerreiros. À nossa imaginação, surge êste quadro brilhante: um Rei cavaleiroso, o *Africano*, à frente de luzidas tropas incendidas de zêlo, de fé, na ânsia de esmagar o Marroquino, o *increu*; ao lado do monarca o seu filho, jovem de 16 anos, o futuro *homem*, mais tarde aquele D. João II, herdeiro apenas das *estradas de Portugal* e que à nação restituirá o que o pai, perdulariamente entregara aos fidalgos de *mão-beijada*. Para mais, era preciso vingar o desastre de Tânger, castigar sem hesitações o Mouro por ter aviltado o Infante D. Fernando, na situação de refens, martirizando-o, fazendo dessa primeira vítima do nosso império colonial um farrapo sujo, cosido de ignomínias.

Assalto à praça. ¿A arremetida é soberanamente he-

róica! Mas os Mouros — *na sua casa!* — defendem-se ferozmente, e contra-atacam não menos esforçados e ávidos de sangue; não dão tréguas aos inimigos da sua fé. Da falange dos assaltantes destaca-se o Conde de Marialva, de ponto em branco, arrogante e soberbo na sua montada; ceifa cabeças com a sua espada que não afrouxa na fúria de acutilar; um Mouro recorre ao expediente seguro de lhe matar o cavalo; o Conde desmonta: logo o arteiro marroquino lhe decepa a cabeça. Mais adiante outro cavaleiro não menos garboso, não menos ardido de fé, não menos esforçado na matança — o Conde de Monsanto; acutila sem descanso, com mais frenesi; num cubelo, prostra mouros à direita e à esquerda; um visa-o e despede-lhe a seta que o mata, segundo uns ou segundo outros lhe decepa a cabeça com a rápida gumiada. A carnificina é medonha; o Príncipe D. João, com valentia superior à sua idade, mostra, ufano, a sua espada retorcida, tôda retinta de sangue. (Mais uns anos escorridos no Passado, e êle, já rei, mostrará igualmente tinto de sangue o punhal com que, por sua mão limpa de escrúpulos, respondeu a um dos inimigos da sua política à maneira forte da Idade-média!). É então que o moço Príncipe ganha as suas esporas: o pai arma-o cavaleiro consoante o estilo da época.

E os dias passavam com a mesma tenacidade no ataque e na defesa. Venceu-se; a lança em África operava prodígios e milagres; já a praça é nossa: sustentá-la, porém, custar-nos-ia novos sacrifícios; os Mouros não cansam de nos atacar; todos os dias corre sangue português e mourisco; o Marroquino, cada vez mais acirrado na defesa do seu credo, porfia em recuperar a prêsa perdida. Tinha de ser... Às vezes há intervalos de breve paz, até com episódios de galhardia no requinte cortês. Um dia, o alcaide muçulmano Abraém anuncia a sua visita ao capitão da praça, o heróico D. João Coutinho, Conde de Redondo. Vem ao campo ini-

migo, cheio de louçania, solene de estardalhaço; pretende cumprimentar o comandante e solicitar quaisquer favores para os seus e justificar certo castigo bárbaro infligido a um português. Um algarvio, João Vaz, mourisco ou convertido à fé cristã fôra feito prisioneiro.

Era um renegado, por tanto merecedor, aos olhos do Mouro, do mór castigo; cobriram-no de estopa embebida em breu e largaram-lhe o fogo: o desgraçado — tinha apenas 25 anos — morreu no meio de tormentos crudelíssimos. O Conde de Redondo intercedera em seu favor, em vão! para o *renegado* não havia atenuante possível.

Mulei Abraém, acompanhado de mais de mil de cavalo, gente sua e do Xerife, avisara da sua visita o capitão; entra no campo: o Conde espera-o armado de armas brancas; gôrra na cabeça, com um formoso penacho, mostrando ir de paz em tempo de guerra; montava «Valera», o mais formoso ginete que então havia. Ao contrário, Mulei Abraém e os seus vinham sem armas; Mulei vestia pelote de veludo escuro e um barrete de grã na cabeça». (*Hist. de Arzila*, págs. 275-6).

Espectáculo imponente! Agora amigos, logo inimigos encarniçados. E o alcaide não se esquecera dos seus cumprimentos respeitosos à Condessa nem de lhe beijar a mão, indo à sua presença. Cortezia por cortesia: a Condessa também não tardara em lhe mandar seis pagens, bem ataviados, com coisas de açúcar para presentear o alcaide, amigo por momentos. Êste regalou-se com a comezaina: comeu, saboreou a lambarice, assim como os seus companheiros que encheram as suas barjuletas, tão bons acharam os bolinhos da Condessa.

Os dois capitães despediram-se, no mesmo tom de cortezia fazendo amistosos oferecimentos, como de pessoas em paz e de boa vizinhança. O alcaide beijou a mão à condessa (*idem*, pág. 277). Agora paz, amanhã guerra: não

tardou muito que no dia de S. João, o Xerife saísse do nosso campo para ir destruir as searas de Tânger como o fizera no de Arzila: o braço português não sofria demoras na fúria acutiladora. Quási todos os dias incursões, assaltos, ataques, contra-ataques, razias, surpresas — pão nosso de cada dia obrigado: corria o sangue mouro e português. ¿E socorros de Portugal? Tarde e às más horas: o pôrto de Arzila não se prestava a bom auxilio nem a fácil desembarque. A empresa caminhava pois para falência certa. Tenha-se em vista que as praças do norte recebiam tudo de fora; por exemplo — havia em Málaga uma feitoria nossa, destinada exclusivamente ao recrutamento de andaluzes para com o seu braço nos auxiliarem e para o abastecimento de trigo e outros géneros que nos faltavam na metrópole; o Tesouro Português ia em minguate assustador, a-pesar-de encher-mos a bôca proclamando-nos *senhores da Guiné, e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, etc.* Não tínhamos agricultura nem indústria; éramos apenas — obedientes à *politica de transporte*, o corretor da Europa. E o Mouro — compreende-se — não nos deixava respirar uns dias: surpresas, correrias, razias: a tôrre do sino quási sempre a repicar e a bombarda a disparar — era o aviso por assim dizer constante: toca a montar a cavalo com a lança prestes à acutilação.

Quando havia rumor de assalto próximo a qualquer praça, ou quando estava a ser atacada rudemente, logo recorriamos à feitoria na Espanha para recrutar «gente de costumes soltos, homens brancos e lerdos para a boa disciplina e mais fáceis e prontos para todo o insulto» (*Anaes de D. João III*). Tudo isso nos custava rios de dinheiro. Donde nos vinha êste — ¿da Guiné, da Etiópia, da Pérsia? Não: vinha-nos da praça de Flandres ao juro de 25 0/0. Ceuta, Tânger, Safim, Mazagão — bem avisara o Infante D. Pedro — constituíam *sorvedoiros de gente e de dinheiro*. «O seu abasteci-

mento, diz-nos o Sr. David Lopes no livro já citado, custava muito caro. Assim o provimento do trigo de Janeiro a Setembro de 1536, dos oito lugares que então possuíamos naquela costa, foi de 5.420 moios, repartidos dêste modo: Ceuta e Alcácer, 580 moios cada uma: Tânger e Arzila, 1.000 cada uma: Azamor, 780; Mazagão, 139 $\frac{1}{2}$; Safim, 950; Santa Cruz, 390 $\frac{1}{2}$. As despesas em dinheiro eram igualmente avultadíssimas. Em 1534, o soldo da gente dos lugares de África somava 25.000 cruzados...».

E então? Então forçoso é confessar que essa escola de guerra nos custava muito sangue e muito dinheiro, o que fazia que D. João III estivesse empenhado até às orelhas. O bom senso havia de aconselhar-nos remédio pronto, um cautério maravilhoso, decisivo para essa chaga; avisos repetidos da gente de juízo vinham de momento a momento insinuar-nos o cautério. O próprio D. João III, numa carta de padrão de juro confessa «que foi determinado e assentado que mandasse vender dos direitos e rendas que a Corôa dos meus reinos pertencem aquela parte que fôsse necessária para acudir as necessidades e isto em renda de juro para sempre e pelo preço que geralmente o dito juro agora val e por aver poucas pessoas que comprassem tanto dela como convinha...».

Recrutamento de gentes de fora, dinheiro a juro de onzena judaica, ameaçados Tânger e Arzila pelo Xerife que se dispunha, num supremo arranco, a atacá-las com fôrças extraordinárias, o Govêrno de D. João III viu a impossibilidade de conservar a segunda praça e, quando menos se esperava, abandonou-a aos berberes; pouco depois, sob o império dos mesmos motivos, largava de mão Alcácer.

O sistema mourisco, ao tempo, era raziar os campos, talá-los, não deixar espiga de trigo ou de cevada em pé. — Coisa do Demo! diria algum soldadinho bisonho: quando as espigas loirejam e anunciam boa e próxima

colheita, vêm aqueles danados mouros e não deixam nenhuma em pé!

Foi pois medida sensata, *sábia*, largar aos mouros as praças africanas. Nem serve ao caso a desculpa de que eram escolas de guerra, de preparação para os feitos e emprêsas em larga escala da Índia.

«É certo — escreve o Sr. David Lopes — que muitos dos fronteiros da África se distinguiram depois noutras possesões portuguesas... Ela formava-se (a mocidade portuguesa) antes nos torneios e outros jogos, tanto em honra nessa época, e que eram a quasi exclusiva ocupação da nobreza do tempo... O Português de linhagem que ia a Arzila e às outras praças de guerra era para quebrar uma lança no corpo do infiel mouro. Mal chegava, queria logo colher louros fáceis. Era preciso, na maioria dos casos, reprimi-lo, porque êle não via perigo no seu esforço e imaginava que tudo devia ceder ao seu braço valente. Pela maior parte, diz Bernardo Rodrigues, os desmanchos que se fazem os mais são por êles (fidalgos) que, como mais desejosos de honra, não guardam a ordem que devem, nem a de seus capitães». (*Id.* págs. 441-442).

Já em pleno orgulho e pavoneamento da nação mercê do feito de Ceuta, homens de juízo como D. Pedro e o Conde de Barcelos, irmãos do próprio Infante D. Henrique, punham a claro os riscos de tal emprêsa.

Dizia D. Pedro numa extensa carta — estava então em Bruges — a seu irmão, o Rei D. Duarte:

«Ceuta é grande sumidoiro de gente, de armas, de dinheiro; e os homens de autoridade de Inglaterra e desta Flandres já não falam na honra e boa fama que a sua conquista deu, mas sim no grande desacêrto que é conservá-la com tanta perda e prejuizo do país».

No momento de Ceuta, a população do Reino ascendia a pouco mais de um milhão de habitantes. ¿ Não está isto a

indicar a importância dêsse desacêrto, o qual foi o metermos-nos na camisa-de-onze varas — ¿ a conquista de Marrocos?

*

Concordam Oliveira Martins e, recentemente, o Sr. David Lopes na *sábia medida* — qual foi a do abandono da praça de Arzila, pelo govêrno de D. João III. Era um luxo caríssimo e sem efeito prático para a nação. Nem se justifica como escola de guerra, pelo que já vimos. Impunha-se pois essa operação de alta cirurgia administrativa. Aquela perda fêz chorar lágrimas de patriótica indignação, à personagem que, na poesia de A. Herculano, representa o protesto, o desabafo contra a régia determinação. Explica-se o facto, sabida a fortaleza de alma do grande português que era o nosso preclaro historiador. A lágrima é um lenitivo muitas vezes necessário ao desafôgo das almas sofredoras, é certo, mas a filosofia e o bom-senso que irrompem dos factos, sem desrespeito pelas necessidades do lacrimal, encaram os actos do govêrno no seu positivismo terra-a-terra, alheio ao romanticismo com cabimento apenas no campo da sentimentalidade.

Aquela resolução era um imperativo de boa política administrativa. Pode ser que D. João III tenha prestado severas contas a Deus pela forma, sobretudo interesseira, inclemente e desleal como conduziu as negociações em Roma para o estabelecimento da Inquisição em Portugal — figurino recordado na política religiosa dos Reis Católicos, Fernando e Isabel; mas no caso da largada de mão da praça de Arzila, é muito provável que o Onnipotente lhe perdoasse o *crime*, se o foi, dado mesmo que o confessor, jesuíta ou não, lho tivesse desaconselhado...

(De um livro em preparo — *Grandes passadas pela «Civilização»*).

JOSÉ T. DA SILVA BASTOS.

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ (1)

D. JOSEFA DIAS

Além da Tótó, fala-se ainda, em *O crime do padre Amaro*, de uma outra criatura que me parece também digna de figurar nesta colecção.

É daquela velhota, chamada D. Josefa Dias, que esteve muito mal com uma pneumonia, como já se viu num outro destes ensaios.

Antes de adoecer, esta senhora andava sempre metida pelas igrejas de Leiria, onde encontrava padres que a entendiam muito bem e lhe sabiam valer nas suas aflições.

Mas, quando foi convalescer para a Ricoça, viu-se de repente sòzinha com o abade Ferrão, homem bom e virtuoso, sacerdote exemplar, mas que, tendo vivido sempre na aldeia, no meio de gente de *devoção simples*, não era capaz de compreender aquela *alma complicada de devota da cidade, d'um beaterio caturra e atormentado* (págs. 545 e 546).

Por isso, ao ouvir a *extraordinaria lista de peccados mortaes*, que a D. Josefa lhe ia confessando, *murmurava espantado*:

— *É estranho, é estranho...*

Percebera bem ao principio que tinha diante de si uma d'essas degenerações morbidas do sentimento religioso, que a

(1) Cont. do n.º 2, pág. 196.

Vol. 86.º, N.º 3 — 1933.

theologia chama DOENÇA DOS ESCRUPULOS...; mas depois, a certas revelações da velha, receou estar realmente em presença d'uma maniaca perigosa; e instinctivamente, com o singular horror que os sacerdotes têm pelos doidos, recuou a cadeira (pág. 546).

*

Pobre D. Josepha! Logo na primeira noite em que chegára á Ricoça..., ao começar o rosario a Nossa Senhora, lembrára-lhe de repente que lhe esquecera o saiote de flanela escarlata, que era tão efficaç nas dôres das pernas... Trinta e oito vezes de seguida recommençára o rosario, e sempre o saiote escarlata se interpunha entre ella e Nossa Senhora!... Então desistira, d'exhausta, d'esfalfada. E immediatamente sentira dôres vivas nas pernas, e tivera como uma voz de dentro a dizer-lhe que era Nossa Senhora por vingança a esperar-lhe alfinetes nas pernas... (pág. 546).

Ainda havia outro peccado que a torturava: quando rezava, ás vezes, sentia vir a expectoração; e, tendo ainda o nome de Deus ou da Virgem na bôca, tinha de escarrar; ultimamente engulia o escarro, mas estivera pensando que o nome de Deus ou da Virgem lhe descia d'embrulhada para o estomago e se ia misturar com as fezes!... (págs. 546 e 547).

Mas isto não era o peor: o grave era, que na noite antecedente estava toda socegada, toda em virtude, a rezar a S. Francisco Xavier — e de repente, nem ella soube como, pôe-se a pensar como seria S. Francisco Xavier nú em pélllo!... (pág. 547).

*

Ao ouvir estas coisas assombrosas, o bom abade Ferrão, d'olhar esgazeado, limpava o suor da testa (pág. 547).

Ficara atordoadado... (pág. 547).

Mas, vendo a D. Josefa a olhar anciosa para elle, á espera das suas palavras e dos seus conselhos (pág. 547), tentou calmá-la, fazendo-lhe ver que todos esses escrúpulos... eram perturbações da razão doente... (pág. 548).

Mas a velha não gostou de tal ouvir.

Apenas o abade saiu, condenou-o com uma unica palavra na sua auctoridade de velha devota, experiente:

— É relaxado! (pág. 545).

E acrescentava, toda indignada, quasi choramingando:

— Ai, não presta p'ra nada, não presta p'ra nada!... Não me percebeu!... É um tapado... É um pedreiro-livre...! Que vergonha n'um sacerdote do Senhor...

E desde esse dia não tornou a revelar ao abbade os peccados medonhos que continuava a commeter... (págs. 548 e 549).

*

Privada dos auxilios devotos d'um padre, um verdadeiro padre..., a pobre senhora sentia a sua velha alma indefesa exposta a todas as audacias de Satana: a visão singular que tivera de S. Francisco Xavier nú, repetia-se agora com uma insistencia pavorosa a respeito de todos os santos: era toda uma côrte do céo, arrojando tunicas e habitos, e bailando-lhe na imaginação sarabandas em pélllo: e a velha estava morrendo da perseguição d'estes espectaculos dispostos pelo demonio... (pág. 589).

Estava positivamente a perder a sua alma n'aquella quinta fatal... (pág. 590).

*

Depois de saber isto tudo, podemos dizer também com o abade Ferrão:

— É estranho, é estranho...

É mesmo muito estranho!

Esboçam-se manifestamente umas ideas que se podem, sem favor, etiquetar de delirantes.

Tudo gira, como se vê, em tórno da estranha idea de uma estranha culpabilidade, gerada por um excesso de escrúpulos, que a triste vai longamente ruminando nos parados dias da sua convalescença.

E, como não deve surpreender, mais ou menos despontam, aqui ou acolá, as outras ideas penosas do cortejo habitual — as ideas de expiação, de castigo, de indignidade...

Ela, de facto, pensa, a pobre velhota, que não tem sabido nem podido cumprir os seus deveres religiosos.

Julga-se perdida, sem remissão possível.

E queixa-se e lamenta-se sem cessar...

Não consegue, por mais que faça, expulsar umas vivas representações mentais que, a cada momento, a vêm perseguir.

São elas, como se pode ver no romance, que principalmente alimentam o seu delírio.

Ora assim acontece na *melancolia*.

E, no caso presente, pensando que a D. Josefa convalescia de uma longa doença febril, facilmente se poderia encontrar uma explicação aceitável para o acesso.

A não ser que se tenha por melhor supor, reparando na idade da senhora, que seja já a embirrenta melancolia prè-senil, tão cheia de gemidos e queixumes...

JOÃO TORRADO

Em *A Cidade e as Serras* topa-se com um João Torrado, *velho singular...*, de grandes barbas brancas, hervanario, vagamente alveitar, morador mysterioso d'uma cova no alto da serra (pág. 308), que não sei bem se deva aparecer também aqui.

Falando do Jacinto da Quinta de Tormes, *a todos affirmava que aquelle bom senhor era El-Rei D. Sebastião que voltára!* (pág. 308).

E num dia em que o Jacinto mais o amigo Zé Fernandes pararam à porta da taberna do Torto, *de traz da umbreira... uma grande voz bradou, cavamente, solememente:*

— *Bemdito seja o pae dos Pobres!*

E um extranho velho, de longos cabellos brancos, barbas brancas, que lhe comiam a face côr de tijolo, assomou no vão da porta, apoiado a um bordão, com uma caixa de lata a tiracolo, e cravou em Jacintho dous olhinhos d'um brilho negro, que faiscavam. Era o tio João Torrado, o propheta da serra... (pág. 341).

Zé Fernandes estendeu-lhe logo a mão *que elle apertou, sem despegar de Jacintho os olhos, que se dilatavam mais negros...*

— *Pois aqui o tem, o senhor de Tormes, que fez por ahi todo esse bem á pobreza.*

O velho atirou para elle bruscamente o braço, que sahia cabelludo e quasi negro, d'uma manga muito curta.

— *A mão!*

E quando Jacintho lh'a deu, depois de arrancar vivamente a luva, João Torrado longamente lh'a reteve com um sacudir lento e pensativo, murmurando:

— *Mão real, mão de dar, mão que vem de cima, mão já rara!*

Depois tomou o copo, que lhe offerecia o Tôrto, bebeu com immensa lentidão, limpou as barbas, deu um geito à correia que lhe prendia a caixa de lata, e batendo com a ponta do cajado no chão:

— *Pois louvado seja nosso Senhor Jesus Christo, que por aqui me trouxe, que não perdi o meu dia, e vi um homem!* (págs. 341 e 342).

Zé Fernandes debruçou-se então para êle, e perguntou-lhe mais em confidencia:

— Mas, ó tio João, ouça cá! Sempre é certo você dizer por ahi, pelos sitios, que El-Rei D. Sebastião voltára?

O pittoresco velho apoiou as duas mãos sobre o cajado, o queixo d'espalhada barba sobre as mãos, e murmurava..., como seguindo a percussão dos seus pensamentos:

— Talvez voltasse, talvez não voltasse... Não se sabe quem vae, nem quem vem. A gente vê os corpos, mas não vê as almas que estão dentro. Ha corpos d'agora com almas d'outr'ora. Corpo é vestido, alma é pessoa... Na feira da Roqueirinha quem sabe com quantos reis antigos se topa, quando se anda aos encontrões entre os vaqueiros... Em ruim corpo se esconde bom senhor!

E como elle findára n'um murmurio, Zé Fernandes, atirando um olhar a Jacintho, e para gozar aquelles estranhos, pittorescos modos de vidente, insistiu:

— Mas, ó tio João, você realmente, em sua consciencia, pensa que El-Rei D. Sebastião não morreu na batalha?

O velho ergueu... a face, que se enrugára n'uma desconfiança:

— Essas cousas são muito antigas. E não calham bem aqui á porta do Tôrto. O vinho era bom e V. S.^a tem pressa, meu menino! A flôr da Flôr da Malva lá tem o paesinho doente... Mas o mal já vae pela serra abaixo com a inchação ás costas. Dá gosto vêr quem dá gosto aos tristes. Por cima de Tormes ha uma estrella clara. E é trotar, trotar, que o dia está lindo!

Com a magra mão lançou um gesto para que seguissemos.

E já passavamos o cruzeiro quando o seu brado ardente, de novo revoou, com solemnidade cava:

— Bemdito seja o Pae dos Pobres.

Direito, no meio da estrada, erguia o cajado como dirigindo as acclamações d'um povo... (págs. 342 e 343).

*

São estranhas falas e são estranhos modos que muito bem podem traduzir a idea delirante de um poder misterioso.

Nada custa, é certo, a admitir que houvesse, da parte do homem, um especial cuidado no compor das suas atitudes e do seu aspecto, para assim mais facilmente passar por um inspirado.

Mas, seja como for, tudo isto mostra bem, quere-me parecer, um orgulho que se não pode, afinal, deixar de ter por suspeito.

Ora, como é sabido, para orientar um delírio desta ordem num certo e determinado sentido, tem muitas vezes importância decisiva o meio em que a criatura vive.

E as ideas do João Torrado parecem girar tôdas em tórno da mística sebastianista, que tem tido, quási até nossos dias, adeptos em Portugal.

Mas, embora em psiquiatria um sintoma, só de per si, muitas vezes baste para criar a entidade mórbida, sucede também que há sintomas que aparecem em variadíssimas doenças.

É o caso dos *delirios de grandeza*, como êste que parece ter o João Torrado.

E, para distinguir, nada se consegue apurar, no romance, nem sôbre a forma como o delírio se instalou, nem sôbre o modo como se alimenta.

Nem mesmo se chega a saber se cristalizou ou se vai variando.

Nada mais se poderá fazer, portanto, do que registrar o sintoma...

A SANTA DA ARREGASSA

Na opinião das beatas, que se juntavam em casa da S. Joaneira, a Santa da Arregassa era o *milagre dos milagres* (*O crime do padre Amaro*, pág. 72).

— ... é uma mulher — explicava a D. Joaquina Gansoso ao padre Amaro — *que aqui há n'uma freguezia perto, que está ha vinte annos na cama...* (pág. 72).

— *Está entrevadinha de todo, senhor parocho! rompeu a irmã do conego, a D. Josefa Dias, avida de fallar. Parece uma alminha de Deus! Os bracinhos são isto! — E mostrava o dedo minimo. — Para a gente a ouvir é necessario pôr-lhe a orelha ao pé da boca!...* (pág. 72).

— ... *está sempre na cama* — continuou a D. Joaquina Gansoso — *sabe rezas para tudo; pessoa por quem ella peça tem a graça do Senhor; é a gente apegar-se com ella e cura-se de toda a molestia. E depois, quando communga, começa a erguer-se, e fica com o corpo todo no ar, com os olhos erguidos para o céu, que até chega a fazer terror* (pág. 74).

*

Queria o romancista falar evidentemente numas coisas um tanto misteriosas que, com uns toques de simulação dados a propósito, fazem delirar as almas cándidas.

É uso arrumar os casos desta espécie, com melhor ou pior razão, para os domínios da *histeria*.

Nem sempre assim será, pela certa.

Mas não há, no romance, dados que permitam encontrar

caminho para o diagnóstico das perturbações da mulherzinha...

Só se fará, por isso, notar que o romancista põe, na boca de João Eduardo, as seguintes palavras:

— Olhe, senhor parcho, a coisa é o que os medicos dizem: é que aquillo é uma doença nervosa.

E esta irreverencia fez, entre as velhas devotas, um escandalo: a snr.^a D. Maria da Assumpção persignou-se logo «á cautella»... (pág. 73).

VÁRIOS OUTROS

Mais nenhuma história comprida, destas que metem sujeitos de miolo avariado, se encontra nos livros de Eça de Queiroz.

Mas ainda por lá aparecem referências a uma ou outra pessoa que o autor, manifestamente, quis apontar como sendo falha de juízo.

São, porém, algumas dessas notas tão ligeiras que se não chega a perceber qual seja a perturbação mental das criaturas.

Assim, no volume I de *Os Maias* fala-se, nos seguintes termos, de um Runa, bisavô de Pedro da Maia — *este homem extraordinario, com que na casa se mettia medo ás crianças, enlouquecera — e julgando-se Judas, enforcara-se n'uma figueira...* (pág. 24); no volume II do mesmo romance diz-se que a mãe de Maria Eduarda parecia ir perdendo todo o senso, *desarranjada de nervos, quasi irresponsavel...*, bebendo champagne «pour s'étourdir» (pág. 236); em *O primo Bazilio* conta-se que Sebastião tinha um tio, um velho exquisito, com um olhar de doido, que passava a existencia combinando enxertos no pomar, e lendo, relendo o EURICO (pág. 154); finalmente, na novela *Alves & C.^a* narra-se que o pai do Alves,

por gosto, se fazia transportar d'uma sala para a outra n'uma cadeira de rodas (pág. 10).

São, como se vê, tudo coisas bastante vagas...

*

A propósito da irmã da S. Joaneira, de que assistimos à morte, diz o romancista que ela era *meia idiota*, que estava *entrevada havia dez annos*, e que *ia fazer sessenta annos* (*O crime do padre Amaro*, pág. 23).

Volta a chamar-lhe *idiota* a págs. 114 e 168, dizendo ainda noutro ponto (pág. 118) que, quando a iam ver, ela *fixava em todos, com susto, os seus olhinhos concavos e chorosos*.

Nada mais acrescenta que mereça ser apontado.

E, só com estes dados, não se pode também, manifestamente, vir a saber o que a mulher tinha.

Uma coisa, no entanto, se me afigura certa — a palavra *idiota* não foi aqui empregue com o seu significado próprio...

*

O facto de se dizer que a mãe de Godofredo Alves, senhora sentimental *que tocava harpā e passava a vida a lér versos, se voltara para Deus, n'um começo de monomania religiosa*, tornando-se *uma devota maniaca do Senhor dos Passos* e vindo a acabar os seus dias num *longo terror do inferno* (*Alves & C.^a*, pág. 12), não é também bastante, quere-me parecer ainda, para lembrar um diagnóstico...

*

Agora o Mandarin da história famosa, *decrepito e... gottoso...*, *mais inutil em Pekin e na humanidade que um seixo na bocca d'um cão esfomeado* (*O Mandarin*, pág. 22),

a quem noutro ponto se chama *velho Mandarin idiota* (pág. 24), êsse poderia talvez ser um demente senil.

Mas é, afinal, um diagnóstico feito um pouco ao acaso...

*

A curta história de Pedro da Maia, que se matou quando lhe fugiu a mulher, é muito mais interessante.

O rapaz devia ser um *ciclotímico*...

E, embora em poucas palavras, as coisas não vêm mal descritas no romance.

Pode ler-se, com efeito, no volume I de *Os Maias* que êle *tinha crises de melancolia negra, que o traziam dias e dias mudo, murcho, amarello, com as olheiras fundas e já velho* (pág. 22), alternando, *quasi sem transição*, com períodos *de vida dissipada e turbulenta, estroinice banal, em que...*, levado por um romantismo torpe, procurava *affogar em lupanares e botequins* as suas dores (pág. 23).

Mas, passada *essa exhuberancia anciosa... de façanhas nas esperas de toiros, de cavallos esfalfados, de pateadas em S. Carlos...*, voltavam... *dias taciturnos, longos como desertos, passados em casa a bocejar pelas salas, ou sob alguma arvore da quinta todo estirado de bruços, como despenhado n'um fundo de amargura. N'esses periodos tornava-se muito devoto: lia Vidas de Santos, visitava o Lausperenne...* (págs. 23 e 24).

Talvez se trate de mais um caso em que o romancista fez boa psiquiatria sem saber...

*

-29 Não sei bem se José Barrôlo, *moço indolente, gorducho, de bochechas coradas como uma maçã, e tão escasso d'espi-rito* que os amigos lhe chamavam «o José Bacóco» (*A illustre*

casa de Ramires, pág. 61), poderá ser considerado como um débil mental.

Todo o romance vem cheio das suas bacoquices, que levariam muito tempo a contar.

Não percebia a malícia das coisas.

Era, no fundo, todo simplicidade êste pobre homem que gostava de passar num grande descanso *os seus bacôcos dias* (pág. 378).

E não fazia mal a uma mosca.

Deixemos, por isso, no socêgo, que êle tanto apreciava, êsse homem tão bom...

*

O caso da morte de D. Alonso de Lara parece-me cheio de mistério.

É uma história macabra, de pôr os cabelos em pé, que talvez esteja aqui deslocada.

Mas nada se perde em a registar.

Julgando atravessar, com a sua adaga, a D. Rui de Cardenas, D. Alonso cravou até aos copos a lâmina no corpo de um enforcado, misterioso companheiro numa aventura de amor, daquele *cavalleiro moço, de muito limpa linhagem e gentil parecer* (*O defunto*, no volume *Contos*, pág. 221).

Ora D. Alonso veio a descobrir que *fôra elle que matára o morto!* (pág. 269).

Viu bem vivo, com *os seus olhos attonitos* (pág. 268), a êsse D. Rui que êle julgava ter varado *com aquella rija adaga que... trez vezes lhe enterrára no peito, e que no peito lhe deixára* (pág. 264).

Depois veio a saber que, *com muito pasmo e muito escandalo* (pág. 268), se descobrira que um enforcado, já *cór do betume* (pág. 250), aparecera, no Cêrro das Forcas, pen-

durado com corda nova e tendo uma adaga cravada no peito (pág. 268).

E era a sua adaga...! (pág. 269).

Espavorido, D. Alonso de Lara galopou então para Cabril, casa de campo, a duas léguas de Segóvia, onde se passara o caso.

E ahí se encerrou com o seu segredo, começando logo a amarellecer, a definhar,... escondido pelas ruas sombrias do jardim, murmurando palavras ao vento, até que na madrugada de S. João uma serva, que voltava da fonte com a sua bilha, o encontrou morto, por baixo do balcão de pedra, todo estirado no chão, com os dedos encravados no canteiro de goivos, onde parecia ter longamente esgaravatado a terra, a procurar... (pág. 269).

Era aí que devia ter tombado o corpo de D. Rui.

*

Assim fica, salvo êrro, completa a nota de todos os casos de psiquiatria, grandes e pequenos, que se encontram pelos livros de Eça de Queiroz.

E vejo agora que, ao arrumar os pequenos, segui a ordem inversa da que tinha anunciado.

As vantagens são as mesmas, no fim de contas...

E, ao chegar ao cabo de todo êste trabalho, uma coisa tem que se reconhecer — há, pela obra do escritor, muita observação feliz apontada com justeza.

Assim fica confirmado o que foi dito noutro ponto — quando o romancista não é médico, são em regra os casos, que entram nos domínios da psiquiatria, os melhor descritos.

No entanto, como também já foi dito, não se devem ter, sôbre estas questões, os livros de Eça de Queiroz como uma escritura...

E, para que nada falte, termino recordando que tôda a

maravilhosa história daquele Teodoro, que foi amanuense do Ministério do Reino, gira em tórno de uma alucinação.

A ALUCINAÇÃO DE TEODORO

Foi uma noite, ao voltar ao seu quarto, *na casa d'hospedes da D. Augusta...*, *viuva do major Marques* (O Mandarim, pág. 3), que Teodoro pela primeira vez viu, jazendo na cama, *estirada de través, sobre a coberta...*, *uma figura bojuda, de Mandarim fulminado, vestida de sêda amarella, com um grande rabicho solto; e entre os braços, como morto tambem, tinha um papagaio de papel...* (págs. 47 e 48).

Mas o homem abriu desesperadamente a janella e tudo *desappareceu* (pág. 48).

Quando Teodoro foi viver para o *palacete amarello ao Loreto* (pág. 50), que comprara depois de receber a herança... do Mandarim *Ti-Chin-Fú* (pág. 36), sempre que entrava em casa estacava, arripiado, diante da mesma visão: ou estirada no limiar da porta, ou atravessada sobre o leito d'oiro — lá jazia a figura bojuda, de rabicho negro e tunica amarella, com o seu papagaio nos braços... (págs. 59 e 60).

Ele precipitava-se de punho erguido: e tudo se dissipava (pág. 60).

Mas depois cahia aniquilado, tudo em suor, sobre uma poltrona, com o horror supremo da idéa..., cravada no seu espirito como um ferro inarrancavel..., de que tinha assassinado um velho! (pág. 60).

Matara, é certo, o velho muito longe, lá na remota China, tocando apenas uma campainha na travessa da Conceição, n.º 106, na casa d'hospedes da... esplendida D. Augusta (pág. 3).

Mas isso, afinal, não diminuia a tragica negrura do facto... (pág. 61).

Debalde êle replicava á Consciencia....:

— *Pois bem! Matei-o! Melhor! Que queres tu? o teu grande nome de Consciencia não me assusta! És apenas uma perversão da sensibilidade nervosa. Posso eliminar-te com FLÔR DE LARANJA!* (pág. 63).

*

Para ver se se livrava do infernal Mandarim, resolveu Teodoro, por conselho de *prelados astutos...*, *captar a benevolencia de Nossa Senhora das Dôres...*, *erguendo-lhe uma cathedral toda de marmore branco* (págs. 69 e 70).

Pois no dia da consagração, mal êle entrou, logo viu, *para além das calvas dos celebrantes, entre a mystica nevoa dos incensos...*, *o velho malandro com o seu olho obliquo e o seu papagaio nos braços! Era a ELLE, ao seu branco bigode de tartaro, á sua pança côr d'oca, que todo um sacerdocio recamado d'ouro estava offerecendo, ao roncar do orgão, a Eternidade dos Louvores!*... (págs. 70 e 71).

*

Enquanto andou pela China, nunca mais Teodoro tornou a ver o fatal Mandarim com o seu papagaio de papel.

Mas, quando embarcou para a volta, logo na primeira noite viu, ao descer ao beliche, *estirada sobre a maca a figura pançuda, vestida de sêda amarella, com o seu papagaio nos braços!*

Era ELLE outra vez!

E foi ELLE, perpetuamente! Foi elle em Singapura e em Ceylão. Foi elle erguendo-se dos areaes do deserto... no canal de Suez; adiantando-se á proa d'um barco de provisões, à passagem em Malta; resvalando sobre as rosadas monta-

nhas da Silicia; emergindo dos nevoeiros que cercam o morro de Gibraltar! (págs. 173 e 174).

E quando desembarcou em Lisboa, *no caes das Columnas*, Teodoro logo viu *a figura bojuda...* que *enchia todo o arco da rua Augusta...* (pág. 174).

E assim foi até aos seus últimos dias, sempre com o *velho Ti-Chin-Fú... á... ilharga, obeso e côr d'óca...* (pág. 177).

*

Convém dizer ainda que, logo no princípio da sua maravilhosa aventura, quando ainda morava na Travessa da Conceição, n.º 106, Teodoro viu uma noite, junto de si, *muito pacificamente sentado, um individuo corpulento, todo vestido de preto, de chapéo alto, com as duas mãos calçadas de luvas negras gravemente apoiadas ao cabo d'um guarda-chuva* (págs. 14 e 15), individuo que, com *uma voz insinuante e metálica* (pág. 14), o aconselhou a tocar a campainha fatal.

Mais tarde ainda tornou a ver, *uma noite*, numa *rua deserta*, êsse mesmo *Personagem vestido de preto com o guarda-chuva debaixo do braço* (págs. 178 e 179).

Mas agora não sei francamente explicar se teriam sido novas alucinações, ou se se trataria antes do próprio diabo em figura de gente.

Outros, mais entendidos, que decidam...

ALBERTO PESSOA.

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL⁽¹⁾

CAPÍTULO VI

**A tentativa do seguro obrigatório.
Falta de apoio das classes interessadas.
— Esforços perdidos**

Em 1919, o já falecido e então Ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva, filiado no Partido Socialista, deixa elaborados os decretos criando o Instituto de Seguros Sociais e instituindo o seguro obrigatório na doença e na invalidez. Havendo-se demitido, foram tais diplomas subscritos e publicados pelo seu sucessor, sr. Jorge Nunes, conservador do regime. Paradoxos da nossa política.

Foi uma generosa tentativa, que não passou do *Diário do Governo*, pelo que respeita aos seguros obrigatórios. É que, demasiadamente teóricos, embora na sua técnica fôsem considerados superiores ao tempo, por um lado não se contou com as mutualidades livres, para as inscrições que se pretendia promover, e, pelo outro, o patronato, chamado a dar a sua colaboração, na cota parte de subscrição que lhe competia, dêles se desinteressou, o que é lamentável. Mas mais estranho é ainda o facto de o operariado opôr grande resistência a aceitar as cadernetas que em muitos milhares foram impressas pelo Instituto, assim deixando de praticar

(1) Cont. do vol. 85.º, pág. 633.

a mutualidade que lhe era aconselhada, embora com certo auxílio oficial. Estava-se então na época do sindicalismo intransigente que nenhuma relação queria com o Estado.

Mal foi êsse, e em parte o continua sendo, mais o sentindo agora o trabalhador que se encontra doente, sem nenhum amparo, e que é atingido pela velhice, não tendo para ela, na grande maioria, mais do que o mísero auxílio que possam prestar-lhe os filhos, se os tiver, ou a parquíssima assistência particular e oficial que existe.

Dos chamados seguros sociais, cuja eficiência ficaria a cargo do Instituto criado, subsistiram apenas os acidentes no trabalho, devidos à benemerência do grande mutualista, já falecido também, o Dr. Estevam de Vasconcelos, que, como deputado republicano, apresentara o projecto respectivo ao Parlamento da Monarquia, só o conseguindo fazer votar no primeiro Parlamento da República, a que também pertenceu. É pena que as importâncias a abonar aos sinistrados não estejam actualizadas, pois regulam-se ainda pela tarifa anterior à desvalorização da moeda.

Mas se tal seguro interessa o operariado do Estado e o de grandes fábricas e emprêsas, não abrange praticamente os rurais, o operariado doméstico e outro, embora a lei preceitui que os riscos correm sempre por conta do patrão, quando não se verifique desleixo do trabalhador que foi acidentado.

Basta dizer que os salários seguros nas companhias respectivas e nas sociedades mútuas não atingem 800.000 contos, quando a soma dos salários e ordenados pagos no país é computada em cêrca de 4:500.000 contos anuais.

¿Mas como segurar-se contra um acidente no trabalho, podendo ocasionar, além da invalidez absoluta, a própria morte, a grande massa que trabalha de sua conta ou dá o seu dia ao pequeno rendeiro agrícola ou mesmo industrial

doméstico, quando nem sequer contra a doença está protegida?

Aqui está um dos aspectos a considerar, na premente solução do nosso problema social, em que uma profunda reforma agrária deve ocupar um dos primeiros lugares.

Em matéria de previdência, pois, o Instituto limitou-se e limita-se, além dos acidentes de trabalho e das companhias de seguro dos vários ramos, cuja fiscalização lhe compete, a uma tal ou qual doutrinação no seu Boletim, agora mesmo raro aparecendo uma publicação que era mensal, inserindo por vezes magníficos estudos próprios da sua índole, com esboços estatísticos ainda muito incompletos, pois mesmo quanto à mutualidade e ao cooperativismo, são deficientes os elementos que nos fornece, além de não virem com a necessária periodicidade.

Começa em 1919 a desvalorização da moeda, e, com ela, as enormes dificuldades da mutualidade, atacada fortemente pela epidemia pneumónica, tendo o Estado de acudir a várias associações com os auxílios que lhes foram distribuídos.

Os subsídios monetários passam a ser misérrimos, pois se regulavam por tabelas antigas, quando a vida mais encarecia. Subindo assustadoramente o custo dos medicamentos, as verbas das associações para êles disponíveis tornam-se insuficientes. Os médicos da mutualidade reclamam também um aumento de honorários, por igual duplamente atingidos na desvalorização da moeda e na carestia das coisas, cada vez mais superior áquela desvalorização. Esboçam o propósito de uma greve, a todos os títulos censurável, por não poderem ser atendidos. Ainda no Conselho Central da Federação, procurei solucionar o problema, pela criação da liga dos serviços clínicos, que muito antes vinha sendo preconizada, e que a tempo aquele organismo não criou.

Fiz que fôsem convocadas as associações federadas e mesmo outras. Poucas mandaram delegados. Por uma cir-

cular e um questionário, que redigi e fiz previamente por elas distribuir, quis assegurar-me do número de sócios que tinha cada uma, a média anual dos sócios doentes e duração média da doença, gastos com medicamentos e com médicos, o número dêstes, etc. Propuz que cada associação contribuisse para o fundo comum, com a quantia proporcional ao número de sócios, dêle se pagando aos médicos julgados necessários para a população mutualista assim agremiada, dividindo-se a cidade em zonas convenientes. Dentro de cada uma, o médico respectivo trataria o doente carecido, desde que pertencesse a uma associação ligada e tivesse em dia as suas cotas.

Nada consegui. Pois constatei que muito se melhoraria o serviço clínico, economizando-se nos gastos, mas pagando-se condignamente aos médicos que ficassem no organismo proposto, embora, talvez, com prejuízo de alguns monopolistas da clínica mutualista, tendo a seu cargo tão elevado número de sócios que não podiam assistir conveniente e honestamente.

Também foram poucas e deficientes as respostas ao questionário. Não interessava o problema a certos empresários da mutualidade, pois, além de interesses feridos, viam o seu prestígio — falso prestígio — muito atacado, vivendo da ignorância das massas, a-pesar-das práticas mais condenáveis.

Infelizmente a Federação não agia. Aquela iniciativa fôra puramente minha, com o desinteresse do organismo. Por aí fora, a mutualidade continuava à mercê do tempo. Algumas associações preferiram tratar delas próprias, animadas, dirigidas e impulsionadas pelos bons mutualistas que tinham e têm no seu seio, o que as fêz persistir e prosperar num mar de dificuldades cada vez maiores, mesmo agora. Ainda bem. Honra lhes seja. Não o fizeram por um censurável egoísmo. É que não houve da parte de quem de direito o bom senso e mesmo a isenção e abnegação necessárias.

Pena é que tais males se reflectissem na grande maioria de associações que assim ficaram, e em muitas outras que ainda se criaram, sem um estímulo orientador, do que resultou irem subindo em número e mesmo em massa associada, até que a crise económica mais se acentua, mas sem a eficiência que deviam ter na assistência e nos altos objectivos sociais que o sistema comporta. Adiante confirmarão as cifras o magoado desabafo que aqui fica. Possa êle contribuir para melhorarmos e salvarmos o que existe fora das associações mais robustecidas, pelos motivos que aponte.

A única solução que então se previa, era que o Estado autorizasse a elevação da cota social. Mais de uma vez o fez.

Mas nunca elas foram actualizadas. E, mesmo que o fôsem, só na federação dos serviços clínicos e de farmácia; só na economia dos gastos gerais; só na fusão de associações pequenas; só na melhor montagem de serviços e na distribuição de fundos em moldes científicos, tanto quanto possível científicos, o mal encontraria e encontrará ainda remédio.

Aborrecido, e porque não gosto de perder o meu tempo, faltando-me qualidades, saber e condições para orientar a mutualidade, que nem na Federação nem no Estado encontrava a indicação do rumo preciso e o auxílio para o seguir, desliguei-me do Conselho Central, tanto mais que êle, nos últimos anos, 1922-1923, se bem me recordo, era apenas convocado no fim do ano para aprovar contas de umas escassas dezenas de escudos, que a tanto subia a contribuição das poucas associações já federadas, bastantes mesmo nem sequer pagando a reduzida cota, creio que por dificuldade de o fazerem.

Anos depois, aí por 1929, já quando nem da Federação me lembrava, a Direcção da Liga Mutualista de Lisboa, constituída pelas associações instaladas no edifício, e que

felizmente o não abandonara, pede novamente o meu concurso e o de poucos e antigos colegas, ainda vivos. Lá fui, apenas por amor da causa, mas na certeza de novas ilusões, que não faltaram, por sinal.

No edifício, havia já o Estado instalado uma secção de obras públicas, estando, portanto, na iminência de se perder para a mutualidade, sendo lamentável o seu estado de conservação. Não havia actas dos últimos anos, quasi correspondentes aos da minha ausência, havendo passado alguns em África. Nem sequer as modestas contas elaboradas, para serem remetidas ao Instituto dos Seguros Sociais, nos termos da lei. Disperso uma parte do arquivo. Perdida a cotização de uns três anos das poucas associações que até já se consideravam desligadas.

Uma situação lamentável, em parte devida à longa doença de José Ernesto Dias da Silva, da qual foi infelizmente para o túmulo, pois na sua casa concentrava o quasi nada que de federativismo existia, com o defeito absorvente que teve e com o desinterêsse que, a partir de 1916, começou a mostrar, sem, contudo, deixar de merecer a nossa gratidão, pelo muito que até então fez à mutualidade.

São do meu punho as actas que tive de improvisar no livro respectivo da Federação, como também tive de organizar as contas em atraso, para umas e outras remeter à entidade competente. Sem isto, a Federação teria morrido e o edifício deixaria de ser pertença legal da mutualidade. Do meu punho são ainda os officios para o Ministério do Comércio, solicitando o despejo das dependências ocupadas pelas obras públicas e até por funcionários que noutras se haviam instalado, no que muito louvavelmente fomos atendidos, mediante um auto de reentrega à Federação, o qual assinei.

Cabe aqui o merecido louvor à referida Liga Mutualista, pelo auxílio prestante para estes conseguimentos.

Dias depois, tanto quanto possível normalizada a parca

vida federativa, a direcção da mesma Liga traz ao meu apoucado parecer um projecto para novos estatutos da Federação.

Aplaudi o intento, mas fiz um contra — projecto que, discutido em reuniões conjuntas da mesma direcção e dos poucos elementos que subsistiam do antigo Conselho Central, foi aprovado com pouquíssimas alterações.

Impresso e distribuído com uma circular às associações federadas, foram estas convocadas para, um mês depois, em assemblea geral dos seus delegados, sobre elle se pronunciarem, considerados os alvitres que o projecto havia sugerido às associações convocadas.

Mereceu então definitiva aprovação, ainda com ligeiríssimas emendas, sendo por mim defendido nessa primeira assemblea geral da Federação, desde que ela havia sido criada, em 1911. Dei-lhe a última redacção, e fui pedir ao director dos serviços da Mutualidade livre, sr. Alfredo Pinto, a quem a causa associativa também muito deve em Portugal, que, estando nas condições da lei, fizesse o possível para a breve aprovação por parte da entidade superior competente.

Salvo o edificio, pelo modo que fica rapidamente referido, os novos estatutos, logo pouco depois aprovados pelo ministro respectivo, deram à Federação o carácter, que ela nunca teve, de uma associação de associações, o que teria evitado o abandono e as consequências acima apontadas. Pode agora, com seus objectivos de estudo, propaganda, doutrinação, estatística e acção construtiva e impulsionadora da mutualidade, cumprir cabalmente o seu importante mas trabalhoso dever, quer através de um boletim digno da instituição, — que ignoro se voltou a ser publicado, — quer pelo contacto directo, contínuo e eficaz, não apenas com as associações federadas, o que seria muito pouco, mas junto de toda a mutualidade portuguesa, qualquer que

seja a modalidade que revista, incluindo nela o cooperativismo. De então para cá, não sei o que se tem feito, pois, havendo saído novamente do continente, ninguém me informou do estado de uma instituição que procurei servir com desinterêsse e sem exhibicionismos, mas com o melhor da minha devoção mutualista.

Aqui se aludiu a uma acção meramente pessoal, em obediência apenas à fidelidade histórica que nos propusemos sintetizar, quasi apenas nos servindo da retina da memória, nos quasi trinta anos em que tenho acompanhado as varias fases da evolução associativa em Portugal.

Meros subsídios ficará tão singela e descolorida ressenha, para o historiador futuro que queira tratar de um aspecto simpático da nossa história pátria.

CAPÍTULO VII

Começam as dificuldades mutualistas.

— Os exemplos de fora. — Um apelo à mocidade

Como acima se disse, havendo sido decretado em 1919 o seguro social obrigatório, e não obstante haverem sido oficialmente nomeados alguns propagandistas, dos quais poucos tendo até então qualquer espécie de contacto directo com a mutualidade, uns dez anos depois, apenas estavam criadas umas 43 associações, mercê do auxílio financeiro do tesouro e de outras circunstâncias com que o Estado as favoreceu, mas fundando-se e creio que algumas delas subsistindo ainda no regime da mutualidade livre.

De forma que preferível teria sido estimular o desenvolvimento desta, por uma inteligente propaganda dos que praticavam com saber e isenção o mutualismo, por outras medidas proteccionistas, e também, preciso é dizer-lo, fazendo terminar abusos e ronceirismos já notados — a falta de escrita

e de relatórios de gerência, sedes volantes, ausência de assembleas gerais, pelo desconhecimento e desinterêsse dos associados, predominância administrativa de empregados, conluio nos fornecimentos, etc. Para isto contribuía sobretudo a falta de fiscalização directa e indirecta, raro uma ou outra associação sendo visitada pela inspecção competente, e não se exigindo relatórios de gerência que fôsem a expressão exacta e demonstrativa do viver de cada associação.

Assim é que, só muito tempo depois de criado o Ministério do Trabalho, appareceu uma estatística, bastante deficiente, por carência de elementos que directa e indirectamente deviam e devem ser coligidos. É tanto mais lamentável o facto quanto, em todo o tempo que a mutualidade esteve adstricta à Direcção Geral do Comércio e Indústria — o que chega a parecer incrível para instituições de previdência — uma única estatística, também rudimentar, foi por ela publicada.

Mas não nos queixemos apenas do Estado. Já dissemos como a própria Federação descurou em absoluto esta matéria, que reputamos fundamental para uma proficiente evolução da mutualidade.

Nem ao menos fêz um inquérito às associações nela inscritas. Nada sobre o assunto publicou no *Boletim*, e nada existe no seu arquivo que o permita, salvo um ou outro relatório com as deficiências estatísticas notórias na quasi totalidade das associações.

A grande maioria delas — algumas mesmo com elevado número de sócios — há muitos anos que nem sequer os publica, para conhecimento dos associados.

Muitas, nunca mesmo o fizeram. Limitar-se-ão a remeter para a entidade official umas cifras de sintéticas rubricas, que bem pouco esclarecem, faltando, aliás, os elementos de controle.

O sócio ignora o que se passa na sua associação. Lá aparece uma convocatória da assemblea, escondida nas páginas de anúncios dos jornais, às vezes dos de menor tiragem. Como ninguém comparece, tudo se faz em família, não vindo ao menos no noticiário das gazetas um resumo da gerência. A associação só é conhecida através do cobrador e do médico, nos casos de doença. É uma coisa que não nos interessa.

Paga-se a cota como uma contribuição ao Estado. Uma espécie de contracto bilateral, friamente, e mesmo desconfiadamente cumprido, no mínimo que o pode ser. Tal é o viver da grande maioria do nosso mutualismo.

Em matéria de estatísticas, fomos sempre demasiadamente descuidados, por isso Portugal não aparecendo nas publicações internacionais, onde tantos e tão preciosos elementos se publicam e que deviam interessar-nos. Pois é preciso começar a conhecermo-nos a nós mesmos, ao menos.

Se a simples obrigatoriedade do seguro na doença assim falhou, não vale a pena falar, sequer, no seguro contra a velhice e contra a invalidez, na sobrevivência e menos ainda no desemprego. Continuam simples aspirações, não de todos ainda, como seria para desejar. Se ao menos o nosso operariado seguisse belos exemplos lá de fora, o problema estaria muito atenuado. Pertencem êles ao tempo do associativismo romântico, é verdade, mas ainda muito de honroso no estrangeiro se pratica.

Darei apenas um dêles, no muito que poderia apresentar acêrca do sindicalismo profissional europeu. Em 1913, o operariado britânico organizado, apenas com a modesta cota semanal de dois *pence* — então equivalentes a cêrca de 375 réis da nossa moeda — obtinha receitas anuais de cêrca de catorze milhões de libras, isto é, um pouco mais da importância de que dispunha o orçamento do Estado português. Com tais recursos, além de exercer uma intensa e útil acção política

e económica, por meio de caixas de resistência, podendo assim manter-se por largo tempo em greves ordeiras; através da sua numerosa imprensa; pela biblioteca; pela revista; pela cooperação; por outras formas de propaganda; por instituições de recreio e de educação mental, podia ainda praticar o seguro na doença, no desemprego e às vezes um pouco na velhice.

Semelhantemente acontecia nos países europeus de que estatísticas desta natureza nos falam, em quasi todos êles notando-se a ausência do nosso, a-pesar-de outros haver menos progressivos.

De forma que erraria quem quisesse estudar a posição da nossa mutualidade ao lado da de tais países. Raro se praticando no sindicalismo profissional português as formas de previdência que vimos estudando, concluiria que estamos mais avançados, quando, na verdade, nos encontramos muito mais atrasados, se levarmos em conta, como é preciso considerar, a acção meramente previdente que desenvolvem as agremiações operárias noutros povos, a dentro dos sindicatos de classe, não contando o que praticam nas associações do socorro mútuo, nas cooperativas, caixas económicas, etc., também muito numerosas e solidamente organizadas na França, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Itália, Holanda e Dinamarca, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, etc.

Concretizamos o exemplo inglês, de um país essencialmente tradicionalista, tendo, embora, uma organização acentuatadamente democrática, que evolui e progride ao lado de instituições as mais aristocráticas da Europa. Foi nesse bom senso que o proletariado britânico, na política intervencionista que o levou ao poder, arrancou ao Estado um complexo de legislação social das mais avançadas, melhorando, par e passo, as suas condições económicas. Pôsto que presentemente, por vícios profundamente arraigados nas cama-

das conservadoras e no capitalismo ainda dominante, mas suportando agora duros golpes, esteja por igual sofrendo as consequências da áspera crise económica que assoberba o globo. Mas muito mais êle a sentiria, como a sente o nosso operariado, se a tempo não alcançasse melhorias sucessivas.

Bom é, pois, que procuremos voltar à época do grande idealismo associativo que nos deixou o muito de bom que ainda possuímos. Hoje, com o feroz egoísmo que passa; com o desinterêsse geral pelo que nos é mais caro e útil; no meio de tremendas dificuldades que suportam as classes pobres, era impossível erguer êsses templos da associação e da previdência a que devemos acolher-nos.

Magoa-me o desinterêsse associativo da mocidade. Se, por exemplo, reservasse uma pequena parte do que dá para os desportos — alguns, por sinal, bem perigosamente exercidos, como o *foot-ball*, muitas vezes sem a precisa inspecção médica, havendo para êle tantas contra-indicações, a-pesar-de ter já entrado na fase de uma rendosa indústria — e a entregasse a uma instituição de previdência, quando a doença e a velhice se lhe apresentassem, bem diria a hora em que o fêz. Mas ninguém cuida de a orientar nesse sentido. Pelo contrário, estimula-se-lhe uma tendência que vai tendo até certos aspectos mórbidos.

Não sou contra os desportos. Ao contrário, reputo-os necessários ao avigoramento físico, mental e moral da raça, quando racionalmente executados, segundo os preceitos da higiene, da indicação médica e da própria índole tradicional.

Quero mesmo que êles comecem na escola primária, como eu os institui na *Voz do Operário*, pelos jogos e canções infantis, tanto quanto possível integrados na tradição nacional e na evolução fisiológica e mental da criança. Com êles, a ginástica infantil, por competente professor, o boletim médico-pedagógico, no qual, a-par-dos antecedentes mórbidos do aluno, se registre periódicamente a sua curva fisiológica e da car-

reira pròpriamente escolar, para o efeito das correcções orgânicas a fazer e dos cuidados profiláticos e mesmo medicamentosos a tomar, sob a direcção de médicos especializados. Corolário de tudo isto, a mutualidade infantil, organizada, administrada e fiscalizada pela própria escola, sob a orientação do professor e da direcção da colectividade, com a cota mínima acessível à família da criança, não só para lhe despertar o espírito associativo e de previdência, como para a tornar sociável e praticante do auxílio mútuo, nas excursões, bibliotecas infantis, museus e mesmo com o carácter de recíproca assistência. Tudo isto deixei fundado e a funcionar na aludida instituição.

Por sinal que, havendo-se ela associado, louvável e brilhantemente, à semana mutualista — porventura com um exagerado aspecto festivo, a destoar, quanto a mim, da celebração da mutualidade — me contristou ver que as aludidas mutualidades infantis não tiveram nela a menor participação, o que me leva a supor que não haja continuado uma iniciativa que precedeu a do próprio Estado, pois só cêrca de um ano depois daquela, em fins de 1925, o Ministério da Instrução publicava um decreto incitando o professorado primário oficial a criar mutualidades similares.

É pena se tal aconteceu, pois, em menos de seis meses do sistema, as crianças associadas, para cima de 600, a cotas voluntárias de 505 a 1010, raro um pouco mais, consoante a posse e a vontade da família, — e muitas havendo que nada podiam pagar, não deixando, por isso de serem sócios — haviam amealhado para cima de dois mil escudos, como de seus livros de actas e de caixa constava, tudo por elas escriturado e documentado nos recibos respectivos e nas cadernetas de depósito na Caixa Económica Portuguesa, que em nome das aludidas mutualidades mandei passar.

Cabe aqui dizer que, em virtude das remodelações então operadas no ensino da *Voz do Operário*, tornando-o mais

eficiente e racional; por virtude de outras reformas operadas na secretaria, abertura e reorganização da sua biblioteca, melhoria dos seus serviços, etc. tarefas estas últimas para que dei modesta colaboração a outros dedicados directores dos serviços respectivos dêles incumbidos — do que se deu conhecimento superior, com os dados estatísticos, pela primeira vez, na longa vida da colectividade, remetidos à Direcção Geral competente, que passou então a inseri-los na publicação anual respectiva — aquela benemérita instituição, que honra o país e que deve ser orgulho do nosso operariado, foi então considerada, em diploma oficial, de utilidade pública, e pela primeira vez na sua existência condecorada com a ordem de Cristo. Não me arrependo de para o facto haver assim contribuído.

Ora se assim não sou contra os desportos, como avigoramente físico e moral da mocidade, mas quando racionalmente executados, tal como com inteligentes colaborações os deixei naquelas escolas primárias, e os desejaria ver continuados cientificamente nos demais ramos do ensino oficial e particular, mas para eficiência educativa e não para meros exhibicionismos que às vezes apresentam, custa-me ver a mocidade portuguesa, precisamente na idade em que devia inscrever-se em qualquer instituição de previdência, de todo abandonar esta, e seguir doentia e apaixonadamente os desafios de muita especulação industrial.

Pois em qualquer mutualidade, cooperativa, caixa económica, lutuosa, etc., enquanto a vida e o vigor não faltam, devia ela precaver-se e aos que a seu cargo no futuro estiverem, contra a doença, o desemprego, a velhice e a sobrevivência, tirando uma pequena parte dos gastos de tantas e tantas vezes prejudiciais distrações a que se entrega.

Assim avoluma a contribuição, que irá já a muitas centenas de contos anuais, para sustento apenas de algumas dezenas de pessoas, mas sem o recíproco interesse colectivo

proporcional a tão avultadas somas. Pois devia tirar um pouco de tais diversões, que nem o espírito lhe elevam, para o entregar a si própria, pelas instituições que tudo lhe devolverão aumentado, na ocasião de uma doença grave, de tantos infortúnios na vida dos pobres, o maior dos quais a morte do chefe, deixando espôsa e filhos sem pão, sem abrigo, sem as elementares condições de luta pela vida árdua que os proletários arrastam como um pesado fardo. Depois da primeira mocidade, e não já quando, pela idade avançada, ou por dificuldades cada vez maiores dos depauperados orçamentos domésticos, as portas das instituições de previdência não podem abrir-se aos que então mais precisam.

Quantos milhares de rapazes e de raparigas não morrem, pelo país fora, por falta de assistência médica a tempo, devido à carência de medicamentos e de repouso; por não estarem inscritos em qualquer associação e lhes escacearem de todo os recursos monetários que, todavia, nem sempre faltam aos primeiros para as diversões a que aludi, enquanto não caem enfermos, muitíssimos deles também vítimas de prazeres e de excessos que nos desportos praticam, havendo contra-indicações orgânicas para a êles se entregarem? Quantos chefes de família, já quando o não podem conseguir, não lamentam o seu descuido associativo, vendo a mulher e os filhos sofrerem as maiores e mais cruéis privações, redobrando, assim, o sofrimento atroz com que a doença e a invalidez os retém no leito, horrorizados, hora a hora, pelo momento, mais ou menos próximo, em que a morte se aproxima, deixando um lar, que por vezes foi de alegrias e de esperanças, na mais cruciante das misérias e infortúnios?

Pois tudo isto podiam atenuar, prolongar mesmo a sua vida ou a do filho que a miséria precocemente roubou aos seus carinhos, se, mês a mês, semana a semana, reservassem do salário ou do vencimento, ainda que pequeno, ainda que coibindo-se de gastos muitas vezes supérfluos, como o ex-

cesso de bebidas, por exemplo, e de outros dispensáveis, uma pequena cota para se assegurarem contra o futuro, contra a miséria, companheira certa do pobre, na última etapa da sua existência. Que em tudo isto pense o nossa mocidade.

Os seguros de vida, isto é a sobrevivência, são ainda novos em Portugal. Para uma renda vitalícia ou pensão razoável, não chega o minguado salário do operariado nem o parco vencimento do modesto funcionário ou empregado. Só os ricos podem inscrever-se em tais companhias, agora já com certa segurança científica, e até há pouco tempo carecidas de bases, por falta de estatísticas portuguesas apropriadas.

Surgiram mais recentemente ainda as ltuosas, de cotas mais acessíveis, sem os grandes gastos de administração daquelas companhias e sem as exigências do rendimento ao capital nestas colocado. Os poucos anos do seu funcionamento provam que vão tendo condições de resistência.

Pois que o operariado se inscreva naquela que lhe ofereça possibilidades económicas de o fazer, regulando a pensão a legar aos seus pelas disponibilidades mensais do seu orçamento doméstico, depurado das verbas supérfluas ou de menor utilidade imediata a que aludi, ainda que à custa da abstenção de prazeres meramente materiais.

Se o homem há de continuar na animalidade feroz que cada vez mais dêle se apossa, aproximando-se assim dos povos selvagens de que procura distanciar-se, pelas etapas sucessivas da civilização, na perfectibilidade moral e social que reivindicam os espíritos bem formados, então objuremos de todo um passado de lutas e de heroísmos sãdios das gerações que nos precederam, por incapazes e indignos de lhes continuarmos tão nobre esforço e exemplo. Não acredito que o queiramos fazer. Os povos atravessam um momento difícil da sua trajectória. Mas havemos de vencê-la. E nós os

portugueses, temos excepcionais condições de resistência material, moral e orgânica, e admiráveis possibilidades realizadoras.¹ No aspecto previdência, tanto por iniciativas honrosamente nossas, como pelo ardor com que acompanhamos o que de bom nos chega, — tal o afirmam os factos que aponto como outras cifras que vou dar — havemos de recuperar o caminho perdido, e elevar tôdas as suas modalidades à alta função social condigna com as etapas brilhantes da nossa história, humana e progressiva como poucos a tiveram, enquanto comnosco procuravam competir nas manifestações arrojadas da civilização, cujo facho melhor do que ninguém empunhámos. Queiramos, e voltaremos a triunfar.

(Continua)

DOMINGOS DA CRUZ.

AS TRÊS CONFERÊNCIAS AFRICANAS (1)

II

CONFERÊNCIA DE BERLIM

No dia 15 de Novembro de 1884, reuniu-se em Berlim a conferência, lembrada por Portugal e organizada pela França e pela Alemanha, sob a pressão do Rei Leopoldo II da Bélgica.

Os 14 estados convidados fizeram-se representar pelos diplomatas acreditados naquela cidade, assistidos por peritos em cousas de África.

Bismarck era a figura preponderante na política internacional. Teria dominado a conferência se tivesse querido; mas desprezava a questão colonial. Presidiu à sessão de abertura e de encerramento; mas não tomou parte alguma nos debates. Fêz-se substituir por dois funcionários secundários: o Conde de Hatzfeldt e o Sub-Secretário de Estado Dr. Busch.

O Embaixador de França, o Barão de Courcel, era um diplomata de carreira, com maneiras atraentes e do antigo regime. Era perspicaz, vivo, dotado com uma cultura jurídica brilhante, tinha grande ascendente junto de Bismarck, com quem combinara o programa da conferência. Foi pelo seu *savoir faire* e pela sua imperturbável cortesia que o delegado Francês se tornou mais conspícuo e que mais pres-

(1) Cont. do n.º 2, pág. 176.

tígio ganhou para o seu país. Várias vezes auxiliou Portugal e foi medianeiro na questão com a *Association Internationale Africaine*. Era espirituoso e mordaz. Tinha uma redacção facilíma e precisa.

Os Estados Unidos estavam representados por três delegados, entre os quais Sanford, o antigo Ministro em Bruxelas, amigo íntimo de Leopoldo II. Tinha sido por influência dêste que o Governo Americano tinha reconhecido a Associação em Abril de 1884. Era um instrumento nas mãos do Rei. O outro delegado era o Ministro em Berlim, o jurisconsulto Kasson. Banning nas suas memórias diz que Kasson «*était d'humeur inquiète et affairée qui le portait à intervenir dans nombre de débats qu'il dominait imparfaitement. Peu de ses nombreuses propositions ont été accueillies. Finalement il n'a pas réussi à faire ratifier par le Sénat Américain l'acte auquel il avait si vivement participé*». Banning acrescenta que o delegado Americano era subtil e confuso. Stanley também figurava como delegado dos Estados Unidos. Podia invocar a nacionalidade Inglesa ou Americana conforme as circunstâncias. Era um assalariado da Associação.

Os delegados Portugueses eram o Marquês de Penafiel, o Conselheiro António de Serpa Pimentel e Luciano Cordeiro. O Marquês, de origem brasileira, naturalizado Português para casar com a Marquesa do mesmo título, era diplomata de carreira e não tinha conhecimentos especiais.

Serpa Pimentel era chefe de partido e deixou em Banning a impressão de que era um espírito absoluto, intransigente, «*de rapports difficiles, imprégné de l'idée fixe que le Portugal possède sur l'Afrique un droit d'aînesse imprescriptible, il se condamna à une rôle d'opposition et fut souvent un embarras pour la puissance dont il secondait la politique*» Luciano Cordeiro, geógrafo, publicista, violento não obstante o seu nome, como nota Banning, tinha conhecimentos espe-

ciais, «mais aucune des qualités de négociateur». O Barão de Courcel chamou-lhe a rir «Comité du Salut Public» (1).

Sir Edward Malet era o Embaixador de Inglaterra. «Figure honnête, mais terne, sans connaissances spéciales, sans éclat ni vigueur, ayant à faire face, avec des moyens insuffisants, à une situation ingrate et pénible. Le rôle de la Grande Bretagne était sacrifié à Berlin».

O Conde de Launay representava a Itália. Era diplomata de carreira. Dominava pela simpatia e pelo tacto. Não tinha plano colonial.

A Associação Internacional não tinha delegado na conferência, mas além do auxílio dos Americanos, tinha o Coronel Strauch, mandatário do Rei Leopoldo e hábil negociador que trabalhava por fora. Embora a Associação não estivesse reconhecida ainda oficialmente por tôdas as potências, dizia o Barão de Courcel, que ela era «La dame de nos pensées».

Tais foram os principais personagens da conferência.

No seu discurso inaugural Bismarck frisou que a conferência tinha por fim deliberar sobre a melhor forma de levar a civilização ao centro de África, de estabelecer a liberdade de comércio, de navegação e de trânsito, acabando com os diferenciais e outras peias aduaneiras e administrativas que cerceavam a livre expansão do comércio. Salientou também que se fixariam as regras e formalidades para as novas ocupações nas costas de África serem consideradas válidas, e referiu-se ao dever sagrado, que incumbia às Potências Africanas, de abolir a escravatura. Era o programa já estabelecido e aprovado pelas nações convidadas para Berlim.

O Embaixador de Inglaterra ponderou que não se tratava apenas de interesses materiais. Os morais não eram de

(1) Banning, *Mémoires*.

somenos importância. Os indígenas não tinham ali representação. As resoluções da conferência eram tanto mais para considerar quanto poderiam vir a ter consequências graves sobre os nativos. As costas marítimas que dão acesso ao interior de África deviam ficar sujeitas ao mesmo regime do interior.

O Embaixador Americano falou na descoberta do interior de África por Stanley, que durante 39 meses percorreu o Congo e revelou ao mundo o que era o centro do continente negro. Nas suas viagens não encontrou vestígios de soberania presente ou passada por parte de povos europeus. Declarou que os Estados Unidos queriam era que a região conquistada para o mundo fôsse destinada ao bem da humanidade e fôsse neutralizada, pois seria inconveniente levar para aquelas paragens as dissensões entre europeus. Acrescentou que a Associação Internacional Africana já estava reconhecida pelos Estados Unidos e dava tôdas as garantias de ser uma potência pacífica e neutra, pois baseava-se no livre consentimento dos indígenas e os seus actos deviam ser sancionados pelas Potências.

O Marquês de Penafiel declarou, em nome do Governo Português, quanto era grato a Portugal estar representado naquela conferência, que tinha alvitado, tanto mais que os princípios que se iam ali consignar eram os de liberdade comercial, de há muito em vigor no Ultramar Português⁽¹⁾.

O Conde Launay falou por alto no comércio dos espirituosos e das armas como factores do tráfico da escravatura. Acentuou a protecção aos missionários cristãos. Disse que o seu país era inexperiente em matéria colonial, pois a Itália acabava de fazer a sua primeira expedição à Erythreia⁽²⁾.

(1) As pautas de Moçambique de 1877 abriram aquela Colónia ao comércio internacional.

(2) Mancini era Ministro dos Negócios Estrangeiros e pugnava por-

O Barão de Courcel secundou Bismarck nos princípios proclamados e pouco mais disse.

Desde o início os delegados deixaram entrever as tendências de que estavam animados e revelaram a feição que iam dar aos debates.

A secretaria alemã tinha preparado um esboço de tratado para servir de norma aos trabalhos, para que a discussão não fôsse estéril, como é sempre nas assembleias sem programa. Foi por êsse trabalho que se pautaram os estudos das várias comissões, nomeadas para relatar sobre diversos assuntos.

O primeiro ponto discutido foi o da área da bacia do Congo, cuja delimitação foi das mais penosas e difíceis. Suscitaram-se numerosas dúvidas. Reconheceu-se que ao rio Congo era indispensável juntar os afluentes, os lagos interiores, as costas marítimas dando acesso ao interior, e, finalmente, decidiu-se que era necessário estender a bacia do Congo até ao Oceano Índico passando assim os limites de geográficos a convencionais⁽¹⁾. A França desinteressou-se do problema, porque fêz exceptuar uma parte do Gabão, na África Ocidental, e Madagascar, na Oriental.

A Alemanha quasi não interveio na discussão, visto a Inglaterra defender os pontos de vista de liberdade de comércio e de trânsito que convinham a Bismarck.

A Inglaterra esforçou-se por fazer incluir o Zambeze nos princípios que regulam a navegação dos rios Zaire e Niger; mas o delegado Português logrou exceptuar aquele rio. Quanto

que a Itália se expandisse no Mar Vermelho. Organizou a primeira expedição nesse sentido.

(1) A área da Bacia Convencional do lado do Atlântico é de 3.600.000 quilómetros quadrados; a da zona franca oriental é de 2.500.000 quilómetros quadrados. A superfície total é de 6.250.000 quilómetros quadrados (*Partition of Africa*. Edição *Foreign Office*, 1920).

maior fôsse a área de liberdade comercial, melhor era para a civilização da África, diziam os ingleses ⁽¹⁾.

A liberdade de navegação era um corolário da liberdade de comércio. Proclamada a isenção de direitos de importação, que devia ficar inalterável durante vinte anos, a Assembleia determinou que a navegação fôsse livre nos rios, lagos, canais e costas que dão acesso à Bacia Convencional. O delegado Inglês instou por que se mencionasse expressamente a cabotagem ⁽²⁾ para que não houvesse dúvidas de que era compreendida na liberdade de navegação e na abolição de todo e qualquer direito diferencial ou diferencial de bandeira. O princípio repete-se em vários artigos.

A conferência declarou que ficavam abolidos os monopólios e privilégios comerciais. Mas Sanford queria o caminho de ferro do Congo para a Associação Internacional e sem o exclusivo da construção e da exploração não havia possibilidade de obter capitais para levar a cabo êsse empreendimento, essencial ao desenvolvimento do Congo. Por isso se acrescentou o adjectivo comerciais ⁽³⁾, que limitou logo o alcance, que primitivamente se quis dar ao princípio. Foi na discussão dêste artigo que mais se fêz sentir a influência de Leopoldo II.

A forma a dar às resoluções tomadas pela conferência ⁽⁴⁾ foi teòricamente muito debatida. O Barão de Lambermont, delegado Belga, foi relator. Apresentou três alvitres: o primeiro era que se desse às resoluções a forma de tratado e que se fizesse um preâmbulo explicativo, seguindo o método

⁽¹⁾ Vê-se do Relatório da Comissão Anexo ao Protocolo n.º 3 que foi o delegado Americano quem lembrou que se incluísse uma parte da Costa Oriental na Bacia Convencional.

⁽²⁾ Vide. *Protocoles* n.ºs 3 e 5. «Projet Amendé d'Acte de Navigation du Niger, proposé par la Grande Bretagne».

⁽³⁾ Vide *Protocole* n.º 4, Annexe II.

⁽⁴⁾ Vide *Protocole* n.º 9, Annexe VI.

do Congresso de Viena (1815), do Tratado de Paris (1856) e do Tratado de Berlim (1878). O outro seria formular dois artigos, precedidos de um preâmbulo, com anexos apenas, contendo cada resolução à parte como no Tratado de Londres de 1839. O terceiro alvitre consistia em formular cada resolução à parte e enumerá-las, sistema êste que nunca tinha sido adoptado. A conferência optou pela primeira forma, conquanto Kasson tivesse objectado que os Estados Unidos talvez tivessem escrúpulos constitucionais na ratificação, se fôsse essa a forma preferida, pois o Governo Americano não aceitava obrigações recíprocas que o ligassem a um grupo de potências, como seria o caso de um tratado colectivo.

Kasson⁽¹⁾ propôs que se neutralizasse a Bacia Convencional. Julgava que era um péssimo exemplo que nações europeias levassem para o interior de África as suas dissensões e que o território, que se ia abrir à civilização, fôsse teatro de guerras entre europeus. A natural consequência dêste princípio era estabelecer a arbitragem ou mediação para solucionar qualquer divergência entre as potências interessadas na Bacia Convencional. Mas a França fêz votar o seu ponto de vista e pela forma pela qual redigiu o artigo tornou-o inofensivo. A mediação ficou talvez obrigatória; mas a arbitragem ficou facultativa. A Itália advogou a arbitragem; mas cedeu à França na redacção e, portanto, a proposta Americana ficou iludida⁽²⁾.

O regime de navegação⁽³⁾ dos grandes rios africanos foi objecto de controvérsias. Invocaram-se os precedentes do Danúbio e do Reno, do Paraguay e outros rios

(1) Annexes n.ºs 12, 13 e 14, au *Protocole* n.ºs 5 e 6.

(2) Pelo artigo 12.º do Acto Geral a mediação ou a arbitragem não são applicáveis senão aos territórios submetidos ao regime da liberdade comercial. A zona da Costa Oriental, que não tivesse sido declarada sob o regime de liberdade comercial, ficava exceptuada.

(3) *Protocole* n.º 5, Annexes n.ºs 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 17.

que atravessam vários Estados, para implantar os mesmos princípios em África. Mas as circunstâncias eram diversas e a opinião não estava preparada para ir tão longe. A Inglaterra não aceitou a redacção preparada pela Alemanha nesse ponto. Todos concordaram em que o Zaire fôsse internacionalizado, mas os ingleses sustentaram que o Niger não estava nas mesmas condições, porque atravessava territórios pertencentes à Inglaterra somente. A França acudiu dizendo que também tinha territórios atravessados pelo Niger; mas como a Inglaterra queria restringir, a França concordou e adoptaram um regime para o Niger um pouco diferente do que estabeleceram para o Zaire. Portugal conseguiu exceptuar o Zambeze⁽¹⁾, graças ao apoio francês. A Inglaterra queria êste último rio compreendido no regime de liberdade de navegação, como aliás o tinha manifestado quando negociou o Tratado de Lourenço Marques (1879) e o do Zaire (1884). A Conferência criou uma Comissão Internacional para regular a navegação do Congo. Era uma espécie de delegação dos Governos. Tôdas as Potências teriam ali um representante. Mas a Comissão, que tinha poderes para regular o tráfego do rio Zaire e para superintender no comércio das margens e administrar territórios que não estivessem ocupados, não tinha meios para exercer

(1) Lê-se no *Protocole* n.º 5 a seguinte declaração do Marquês de Penafiel: «Aproveita gostosamente o ensejo que lhe oferece o Plenipotenciário inglês para declarar que o seu Governo já introduziu de moto próprio, o regime de livre navegação no Zambeze... onde Portugal é o único soberano... De resto, esta questão não estava compreendida no programa da Conferência e o Governo Português não podia aceitar discuti-la e deve reservar-se o pleno direito de aplicar nesta parte dos seus domínios os princípios que julgar mais convenientes segundo as circunstâncias».

A livre navegação do Zambeze só foi decretada em 18 de Novembro de 1890. Em 1875 tinha sido concedido o monopólio da navegação dêste rio e do Chire.

as suas funções, embora tivesse personalidade jurídica e pudesse empenhar ou consignar as receitas para garantia de empréstimos.

A escravatura ⁽¹⁾, cuja abolição «era um dever sagrado da humanidade», fêz objecto de vários debates em que preponderaram, como sempre, os delegados Ingêleses e Americanos. Kasson propôs que se fixasse uma pena para os traficantes e alvitrou que estes fôsem expulsos dos territórios da Bacia Convencional. Courcel corrigiu esta proposta alegando que a Constituição Francesa não permitia que cidadãos Franceses fôsem expulsos do território nacional. Abandonou-se, portanto a idea de estabelecer na Conferência uma pena que todos se compromettessem a adoptar. Era a internacionalização demasiada do direito de punir e o delegado Americano não media o alcance do que acabava de propor. Sem lho dizerem, os delegados redigiram o artigo por forma a nada significar. O delegado Italiano lembrou, a propósito de escravatura, a vantagem de restringir o comércio das armas e da pólvora; mas não instou. O delegado Dinamarquês alvitrou a abolição dos espirituosos ⁽²⁾ e encontrou uma grande resistência da parte da Holanda e da Alemanha. Além das razões comerciais, estes dois países alegaram os altos princípios de liberdade de comércio que acabavam de ser adoptados. O assunto foi pôsto de parte; mas formulou-se um voto para que os Governos harmonizassem os interesses do comércio com os «direitos imprescritíveis» dos povos africanos e os princípios de humanidade.

As ocupações ⁽³⁾ novas fizeram objecto de várias sessões da Conferência. O primitivo programa de Bismarck, que era feito de acôrdo com o Rei Leopoldo, era de grande latitude. Foi a

⁽¹⁾ *Protocoles* n.ºs 6 e 7.

⁽²⁾ *Protocole* n.º 5 e *Annexe* n.º 16 e *Protocole* n.º 6.

⁽³⁾ *Protocole* n.º 8 e *Annexe* 1.

Inglaterra que o restringiu e que o limitou de tal forma que pôde ir para Berlim sem receio de que fôsse posta em dúvida a soberania dos territórios que a interessavam. A Conferência devia estipular as formalidades a cumprir por parte de qualquer potência que ocupasse territórios vagos na costa de África, para o futuro. Era uma tese jurídica, sem efeitos materiais. O litoral africano estava quási todo ocupado. O delegado Francês começou por excluir Madagascar da discussão e o resto foi-lhe indiferente. Os princípios estabelecidos foram que as Potências ocupantes deviam notificar as outras da sua acção e deviam organizar uma administração suficiente para garantir paz e direitos adquiridos. Suscitaram-se dúvidas sobre as reclamações e sobre as contestações acerca de ocupações novas. Não foi aprovada a proposta do delegado Turco no sentido de se aceitar a arbitragem para resolver divergências. Prevaleceu a fórmula francesa, que a nada obriga. O processo conciliatório só é aplicável aos territórios em regime de liberdade comercial.

As resoluções tomadas pela Conferência foram reduzidas a artigos e assinadas em 26 de Fevereiro de 1885, em Berlim, pelos 14 Estados representados. Adoptou-se a forma de declarações precedidas de um preâmbulo curto em que se afirmam os princípios, já enunciados, de liberdade comercial, de navegação e bem-estar moral e material dos indígenas. É o único tratado internacional em que as cláusulas obrigatórias são substituídas por declarações, cujo valor jurídico não é o mesmo; mas era preciso contentar o juriconsulto Americano Kasson.

O Acto Geral da Conferência de Berlim consta de seis declarações e de sete capítulos e trinta e oito artigos.

A primeira declaração é relativa à liberdade de comércio na Bacia Convencional; a segunda ao tráfico de escravos; a terceira à neutralidade; a quarta à navegação do Congo: a

quinta à navegação do Niger; a sexta às novas ocupações. O capítulo sétimo contém disposições gerais.

No artigo I⁽¹⁾ consigna-se a liberdade de comércio na Baía Convencional cujos limites foram definidos, com a maior arbitrariedade⁽²⁾, pois vão do Atlântico ao Índico por linhas sinuosas, sem obedecer a um critério uniforme. No artigo II completa-se o I, declarando-se que o acesso ao litoral é livre, que os diferenciais de bandeira ficam abolidos e que a cabotagem é livre. O artigo III, como se os anteriores não fôsem suficientes, explica que a importação e o trânsito de mercadorias é livre de direitos e que qualquer taxa que se venha a fixar deve ser equitativa e só para cobrir as despesas administrativas; mas sem diferenciais. No artigo IV reitera-se o princípio de liberdade de comércio e declara-se que ficam isentos de direitos a importação e o trânsito e que durante vinte anos este princípio deverá vigorar sem alteração. No artigo V estipula-se que ficam proibidos os monopólios e privilégios comerciais e que os subditos de tôdas as nações, sem distinção alguma, gozam de liberdade de estabelecimento e do exercício das suas profissões. No artigo VI estabelece-se a protecção aos indígenas, aos missionários e viajantes. As nações declaram que vão zelar a conservação dos nativos pelo aperfeiçoamento das condições morais e materiais de

(1) Diz o último parágrafo do artigo 1.º que «fica expressamente entendido que ao tornar extensivo à zona oriental o princípio de liberdade comercial, as Potências... só se obrigam por si próprias e o princípio não é aplicável aos territórios pertencentes actualmente a Estados independentes e soberanos senão na medida em que estes derem o seu consentimento. As potências concordam em empregar os seus bons ofícios junto dos Governos estabelecidos no litoral africano no Mar das Índias a-fim-de obter o respectivo consentimento e em tôdo o caso para assegurar ao trânsito de tôdas as nações as condições mais favoráveis».

(2) A linha da Baía Convencional corta diversas circunscrições em Angola, atravessa em dois pontos a linha férrea de Banguela, reparte distritos, etc.

existência. Obrigaram-se a auxiliar a abolição da escravidão e em especial do tráfico. O artigo VII trata do regime postal a adoptar na Bacia Convencional e que é o de Paris de 1 de Junho de 1878. O artigo VIII refere-se aos poderes de fiscalização dados à Comissão Internacional de Navegação do Congo sobre os territórios não sujeitos à soberania ou protectorado das Potências. O artigo IX é o único do capítulo II e trata do tráfico da escravatura, que as Potências se obrigaram a reprimir e a abolir, proibindo mercados e trânsito de escravos. Pelo confronto entre o artigo VI e este vê-se que a Conferência fez a distinção clara entre escravidão e tráfico de escravos, acabando assim com dúvidas que nos tratados anteriores subsistiam. O capítulo III consta de três artigos e é a declaração relativa à neutralidade da Bacia Convencional. As Potências obrigam-se a respeitar a neutralidade dos territórios em caso de guerra, enquanto os beligerantes mantiverem a neutralidade. Os não beligerantes obrigam-se a oferecer os seus bons officios para se conservar a neutralidade e os beligerantes a se absterem de operações de guerra na zona neutra. As Potências declararam que em caso de divergência séria na zona sujeita à liberdade comercial se obrigavam, antes de recorrer às armas, a aceitar a mediação de uma ou mais Potências amigas. Reservaram-se também o recurso facultativo à arbitragem. O capítulo IV compreende 13 artigos e contém o Acto de Navegação do Congo. Por todas as maneiras se consagram aí os princípios de liberdade de navegação e de trânsito, sem omitir as costas marítimas, os afluentes, os canais e as estradas ou caminhos. O artigo XVII criava a Comissão Internacional encarregada de superintender na navegação do Zaire. Foram-lhe fixadas as atribuições e competência, personalidade jurídica e as relações com os estados. O capítulo V é o Acto de Navegação do Niger e contém oito artigos, moldados nos que vigoravam para o Congo; mas sem a fiscalização da

Comissão Internacional de Navegação. A Inglaterra e a França fizeram declarações de que se obrigavam a cumprir os princípios consignados.

O capítulo VI intitula-se: «Declaração relativa às condições essenciais a observar para que as novas ocupações nas costas de África possam ser consideradas efectivas». Consta de dois artigos. Pelo primeiro torna-se obrigatória a notificação da ocupação para que as Potências interessadas possam fazer valer os seus direitos. Pelo segundo, as Potências obrigam-se a estabelecer autoridade suficiente nas regiões novamente ocupadas, a fim de garantirem os direitos adquiridos, a liberdade comercial e de trânsito.

O capítulo VII é o das disposições gerais e contém três artigos. O artigo XXXVI refere-se às modificações a introduzir no Acto Geral e que só o podiam ser por comum acôrdo entre as signatárias. O artigo XXXVII trata das adesões e o artigo XXXVIII trata das ratificações.

O acto geral de Berlim, ditado pela ideologia do tempo, corrigida devidamente pela experiência dos homens de estado, foi indubitavelmente o primeiro Tratado Internacional Africano. Com excepção do Congresso de Viena, que só se referiu à escravatura, não tinha ainda havido uma conferência em que se tratassem os vários problemas africanos em conjunto. Até à data, pode dizer-se que só a escravatura tinha preocupado as nações no princípio do século em relação à África. E essa mesma era sempre objecto de convenções bilaterais, entre a Inglaterra e outra Potência⁽¹⁾.

O hábito das conferências internacionais estabeleceu-se mais tarde. Não admira pois que houvesse lacunas na de Berlim. O que parece indubitável, a 50 anos de distância,

(1) Norman Hill no seu tratado sobre conferências internacionais públicas diz que de 1826 a 1907 houve trezentas e treze conferências internacionais, contando-se apenas seis de 1850 a 1860, dezenove de 1860 a 1870 e vinte e seis de 1900 a 1907.

é que esta conferência foi das mais produtivas. A sua influência nas relações entre as Potências Coloniais foi decisiva. Os princípios de liberdade comercial, de tolerância religiosa, de protecção às missões científicas e religiosas, de deveres para com os indígenas, entre outros, orientaram a legislação adoptada nas várias colónias. Mas o princípio que sobressai a todos os outros e o que maior influência teve nos destinos africanos foi o da efectividade das ocupações para justificar a soberania. Ficou estabelecido que só tem direito a reconhecimento como soberano quem tiver uma organização que garanta o comércio e a justiça na região, e quem tenha obras permanentes de civilização.

Embora no Acto Geral se não tenha consignado o princípio para as colónias antigas, ficou assente que era essa a doutrina a seguir por todos os países coloniais e todos o entenderam por essa forma. Todos passaram a valorisar as suas possessões quer abrindo estradas, quer construindo caminhos de ferro, quer facilitando as iniciativas particulares e a entrada de capitais de tôdas as proveniências. Pode afoitamente sustentar-se que a Conferência de Berlim consagrou o princípio do aproveitamento das colónias para bem da humanidade. Os chamados direitos históricos tinham passado de moda. E de não menor consequência foi a forma como se discutiu em Berlim. As questões foram debatidas de igual para igual entre os delegados, em que entrasse em linha de conta a fôrça militar de cada nação. Tanto assim foi que as resoluções foram tomadas por unanimidade e não por maioria⁽¹⁾, facto que o Embaixador inglês sublinha no seu relatório.

É intuitivo que os delegados procurassem defender os seus países de qualquer interferência na sua livre administração e, portanto, não admira que a França excep-

(1) *Africa*, n.º 2 (1885), documentto n.º 3, de 21 de Fevereiro de 1885.

tuasse das deliberações da Conferência, sob qualquer pretexto, os territórios e rios da África Ocidental, que queria reservar para o seu comércio, e que tivesse eliminado Madagascar⁽¹⁾, que à data ainda não estava na sua plena posse. O sistema colonial francês é proteccionista e exclusivista. Repugna à política colonial francesa qualquer sombra de internacionalização. Os estadistas franceses não costumam ser ideólogos e têm o senso das realidades. Encaram com despreendimento as correntes de opinião filantrópica dos países anglo-saxões. Courcel tirou ao artigo sobre escravatura a possível ideia de internacionalisou a pena aplicável aos traficantes. O mesmo delegado eliminou dos projectos de Kasson a obrigatoriedade de mediações ou de arbitragens em caso de guerra. Tornou illusória a cláusula de neutralidade da Bacia Convencional. A Inglaterra defendia os seus princípios de liberdade de comércio e navegação, de abolição de escravatura; mas quando os Americanos e outros pensaram que o regime do Congo seria aplicável ao Niger, a Grã-Bretanha invocou razões de soberania e não se quis submeter às regras que preconizava para o Congo, porque as circunstâncias eram diversas. Malet, no dizer de Banning «tirailé... mal conseillé flottait entre des courants opposés». Por consequência não era um orientador. Bismarck sustentava que os ossos de um granadeiro da Pomerânia não se deviam sacrificar a uma colónia. Alheio em princípio à expansão colonial não utilizou a oportunidade que se lhe ofereceu de conquistar a África Central⁽²⁾. Portugal procurou defender-se quanto pôde⁽³⁾. Inclinou-se para a França. Ima-

(1) *Protocoles* n.º 5 e 8.

(2) Lord Grey of Fallodon disse ao Embaixador Alemão em 1911 que se Bismarck tivesse querido teria obtido os territórios que passaram para a Associação na Conferência de Berlim. Vide *Grosse Politik*, vol. XXIX, pág. 202.

(3) Fazendo reservas acêrca da aplicação dos princípios de liberdade

ginou encontrar nela o apoio, que lhe faltava na Inglaterra. O seu sistema colonial aproximava-se mais do francês. Havia mais afinidades de raça entre os delegados. Foi na França que o Marquês de Penafiel encontrou auxílio para exceptuar o Zambeze da Conferência, contra a proposta inglesa. Parecia ignorar os entendimentos entre a França, a Associação e a Alemanha; parecia estranho às negociações entre a Inglaterra e a Alemanha exactamente nesse período. Penafiel no entanto nota que a França não deseja que Portugal conte demasiado com ela ⁽¹⁾.

A resistência que o Governo Português opôs ao reconhecimento da Associação causou certa perturbação em Berlim. As nações comprometidas com a Associação intervieram junto de Portugal para que este reconhecesse essa organização internacional. O reconhecimento não era platónico. A Associação pretendia que Portugal desistisse da sua pretensão à margem direita do Congo, à margem esquerda, a Cabinda e Molembo, e a Boma e Banana, além de outras exigências. Em Angola os agentes da Associação, aventureiros de tôdas as nacionalidades, ocupavam pontos na fronteira portuguesa para poderem alegar na Conferência que a Associação estava na posse pacífica dos territórios. O Governador de Angola, perante tais abusos, decidiu mandar uma expedição militar tomar os pontos em questão. Daí a agitação que se sentiu em Berlim e Lisboa, nas últimas semanas da Conferência. Perante este acto de fôrça, Bismarck pro-

comercial na zona oriental, entendeu-se que sem expressa declaração as cláusulas de Berlim não eram obrigatórias. Assim se explica que nas pautas de Moçambique de 1892 se não estabelecesse uma zona franca, como se fêz em Angola no mesmo ano. Também pela mesma razão se explica que a liberdade de navegação do Zambeze só fôsse declarada por decreto de Novembro de 1890.

(1) *Questão do Zaire*, pág. 104.

curou amedrontar Portugal e perguntou em Lisboa se as ocupações militares do Congo eram feitas com o fim de contrariar as deliberações da Conferência. O aspecto de que se ia revestindo a questão era «grave» no dizer de Penafiel. A Inglaterra interveiu em princípios de Fevereiro de 1885 recomendando que Portugal se entendesse com a Associação. A situação internacional exigia-o. Tinham-se malgrado as tentativas feitas pela Inglaterra para que Portugal abolisse o seu sistema fiscal no Ultramar⁽¹⁾ contra o reconhecimento dos direitos de soberania de Portugal no Congo por parte da Grã-Bretanha e a promessa de que promoveria o reconhecimento por parte das outras Potências. Eram as Pautas Aduaneiras que provocavam a maior animosidade de Bismarck e de todos, como dizia Ferry⁽²⁾ aos delegados Portugueses que junto d'ele procuravam conselho e auxílio. Nesta conjuntura foi preciosa a intervenção da França. Courcel arranjou uma fórmula de conciliação. Portugal desistia da margem direita do Congo; mas obtinha o reconhecimento de Cabinda, Molembo, a margem esquerda até Noqui, e daí pelo paralelo dêsse ponto até ao Cuango, seguindo depois êsse rio para o Sul⁽³⁾. Em 14 de Fevereiro de 1885 assinou-se a convenção entre Portugal e a Associação. Banning diz nas suas Memórias que foi depois das ocupações militares por parte de Portugal no Congo que a pressão diplomática se intensificou e também diz que os delegados Portugueses solicitaram um *ultimatum* para ceder, pois só assim se justificariam perante a opinião pública do país. Em nenhum outro documento ou livro vem a confirmação ou mesmo referência a semelhante desejo. O Mar-

(1) Documentos n.ºs 74 e 75 do *Livro Branco* de 1885 «Questão do Zaire», II, pág. 102.

(1) *Livro Branco* «Questão do Zaire» II, pág. 108, doc. 85.

(2) *Idem*, pág. 111 e segs.

quês de Penafiel, ao assinar a convenção com a Associação, foi alvo dos agradecimentos da França, da Alemanha e da Inglaterra. Em ofício de Paris dizia o Visconde de Azevedo que não era pela persuasão nem pela argumentação que se conseguiria que a Europa nos reconhecesse os nossos direitos... «visto o interesse e os factos consumados serem hoje as únicas bitolas pelas quais se resolvem as pendências internacionais» (1). Ferry, tal como Granville, Bismarck ou outro qualquer, tinha prevenido os delegados Portugueses de que direitos históricos eram puramente platónicos.

O reconhecimento da Associação Internacional não implicava a criação do Estado Independente do Congo, cuja proclamação se fez em Banana pelo representante do Rei Leopoldo em 19 de Julho de 1885 (2).

O princípio da efectividade das ocupações africanas, a contrapor ao dos direitos históricos, embora ficasse restrito às costas de Africa não ocupadas pelas Potências, era o axioma político da época. Os Estados, representados em Berlim, não podiam ter a menor dúvida de que quem não tivesse meios de garantir uma administração eficiente não podia alegar direitos. Leopoldo II apressou-se portanto em valorizar o Congo e promoveu a afluência de capitais necessários para o seu empreendimento. Keith não hesita em classificar de estupenda a obra do Rei. A luta contra a indiferença ou hostilidade dos belgas, as ambições que se começavam a desenhar na Alemanha, as dificuldades financeiras e militares que iam surgindo à medida que a ocupação se tornava efectiva, acarretaram ao Rei sérias preocupações. Em todos os Parlamentos europeus foi ratificado o Acto Geral de Berlim, assim designado para se distinguir do Tra-

(1) *Livro Branco*, «Questão do Zaire», II, pág. 111.

(2) *Keith The Belgian Congo*, pág. 67.

tado de Berlim de 1878. A América, porém, não ratificou. Teve escrúpulos constitucionais. E Kasson não os conseguiu desfazer. Na Bélgica, o acto de ratificação mais se pareceu com um acto de resignação do que de conquista, diz Banning, tal era a oposição que se fazia ao empreendimento colonial do Rei. A Bélgica queria ser neutra e receiava que a posse de vastos territórios em África não só a obrigassem a grandes despesas como despertassem a cobiça dos vizinhos. Daí a relutância em autorizar o Rei a aceitar a chefia do Novo Estado.

Quando se tratou da delimitação de fronteiras, o Rei Leopoldo, que tinha tão boas relações com a França, pensou em recorrer à arbitragem do Presidente da Confederação Suíça para pôr termo à contenda. A questão não foi mais longe, porque Leopoldo queria lançar na bolsa de Paris o primeiro empréstimo do Congo, e precisava das boas graças do Governo e do público. Com Portugal, não obstante o rigor dos limites da Convenção de 1885 com a Associação, surgiram dúvidas sobre o paralelo de Noqui e outras, e pensou-se em recorrer ao Papa como árbitro. Em princípios de 1890 o complexo político da Europa tinha mudado e tendia a modificar-se ainda mais. Bismarck estava para cair. A sua queda ia ter conseqüências inesperadas. O partido colonial alemão despertava. A Inglaterra também atravessava um período crítico. A França estava empenhada na ocupação dos seus territórios ultramarinos. A tática de 1884-85 não era adequada às circunstâncias.

Mas a diplomacia de Leopoldo II era a mais subtil e a mais hábil. Sabia aproveitar as oportunidades. As revelações acerca de África, as viagens, as conferências, a publicidade que se fez em tôrno do interior do Continente Negro, atraíram o interesse público para aquela região. As sociedades filantrópicas e anti-escravistas entraram num grande período de actividade. O Cardial Lavigerie iniciou na Europa

uma forte campanha contra a escravatura, no que era apoiado pelo Papa Leão XIII. E Leopoldo viu logo o partido que dêsse movimento podia tirar e passou a demonstrar que para poder policiar convenientemente o Congo precisava de fundos e que êsses só podiam vir dos direitos de importação, que a Conferência de Berlim tinha proibido que se cobrassem durante vinte anos. Sem polícia não era possível impedir os traficantes de escravos de exercerem o seu infame comércio. A filantropia do Rei era conhecida na América e em Inglaterra. O seu desinterêsse estava demonstrado em Berlim, como dizia o delegado Americano Kasson. Em 1889 houve um debate na Câmara dos Comuns em Londres sobre a escravatura. Foi fácil pôr em evidência que as Potências em Berlim nada tinham feito de positivo. A cláusula do Acto Geral era uma declaração, um voto e nada mais. Era preciso mais alguma cousa e tornar mais eficiente o combate contra êsse mal. A convite do Parlamento Britânico o Governo Inglês dirigiu-se à Bélgica para que ela reunisse uma conferência a-fim de tratar com os signatários de Berlim, da escravatura e tráfico e tudo quanto se relacionasse com o problema da repressão. Havia factores a favor dessa conferência, que ia modificar o Acto Geral de Berlim. Não só o Rei Leopoldo queria estabelecer direitos de importação sobre mercadorias que entrassem no Congo, como as sociedades anti-escravistas tinham reconhecido que o comércio das bebidas alcoólicas e das armas e da pólvora eram elementos prejudiciais em África. Além disso, países como a Espanha, que não tinham podido abolir em Berlim o direito de visita marítima às suas embarcações, por não terem conseguido revogar os seus tratados com a Inglaterra para a repressão do tráfico, viam na futura Conferência uma oportunidade de novamente abordar o assunto. A Espanha não estava isolada nesse desejo. Era acompanhada por Portugal e pela França, onde o direito de visita das em-

barcações suspeitas de tráfico, foi sempre muito ressentido.

Portanto, os factores ponderáveis e imponderáveis moviam-se no sentido de uma modificação do estado anterior criado em 1885 em Berlim.

(Continua)

* * *

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL (1)

VII. — J. M. B. — 1.º exame radiológico, antes de qualquer medicação, em 18/IV/932: — Estômago ortotónico, pouco volumoso, levemente inclinado para a direita, com regular câmara de ar, e o polo inferior acima da linha das cristas ilíacas.

Na pequena curvatura, vê-se uma imagem diverticular, de dimensões reduzidas, constituindo um nicho de Haudeck atípico, que se mantém em dois filmes tirados no momento da observação, e onde o doente acusava dor à palpação.

Antro pilórico de contornos regulares, sendo o piloro perfeitamente permeável.

Duodeno não apresenta alterações radiológicas. Cinco horas depois não havia estase gástrica nem duodenal.

2.º Exame, em 10/VII/932: — após o tratamento pela pepsina. Na parte média da pequena curvatura, vê-se ainda um divertículo, muito mais pequeno do que tinha mostrado o exame anterior, mas ainda doloroso à palpação.

Não se observou estase gástrica cinco horas após a ingestão do caldo opaco.

3.º exame em 26/VII/932: — depois da segunda série de injecções de pepsina: — Na parte média da pequena curvatura, vê-se ainda numa pequena imagem diverticular, cons-

(1) Cont. do n.º 2, pág. 260.

tituindo um nicho atípico, menos saliente do que o observado no 2.º exame, mas ainda doloroso à pressão.

O piloro tinha fraca permeabilidade, passando pouca substância opaca através dêle.

Cinco horas depois não havia estase gástrica nem duodenal.

VIII. — C. F. — 1.º exame radiológico (antes do tratamento) em 18/VI/932.

Estômago ortotonico, com o polo inferior ao nível das cristas ilíacas. Na parte média da pequena curvatura observou-se a existência de uma pequena imagem diverticular, ao nível da qual a doente acusava forte dor a pressão.

Mobilidade gástrica normal. Piloro oferecendo uma certa resistência inicial à passagem da substância opaca.

Duodeno radiologicamente normal. Cinco horas depois não se observou estase gástrica nem duodenal.

2.º Exame radiológico em 15/VII/932: — Estômago de contornos perfeitamente normais, tendo desaparecido a imagem diverticular da pequena curvatura.

IX. — J. D. — 1.º Exame em 29/X/932: — Do exame radiológico do estômago e duodeno conclui-se que havia um processo ulcerativo crónico da pequena curvatura gástrica, fenómenos de periduodenite da 2.ª porção e fenómenos espasmódicos do piloro, que condicionam estase gástrica de um terço.

2.º exame radiológico em 27/I/933, (depois da doente ter feito duas séries de injeccões de gastropsina): — Concluiu-se que existia um processo ulcerativo da pequena curvatura consideravelmente melhorado e apresentando-se sob a forma de um pequeno cone de atracção; ligeira dor a pressão; inexistência doutras alterações.

X. — E. J. — No 1.º exame radiológico em 22/VI/931: — A grande curvatura do estômago estava completamente deformada por duas grandes depressões, uma delas quasi

atingindo a pequena curvatura, limitando uma zona do estômago que apresenta o aspecto dum divertículo. A esta mesma altura viam-se grandes massas de aerocalia que exerciam uma certa pressão sobre a grande curvatura do estômago exagerando aquelas depressões.

Em frente, na pequena curvatura, nota-se uma muito pequena imagem diverticular, de forma triangular, constituindo um verdadeiro cone de atracção.

O peristaltismo gástrico era de boa intensidade, sendo absolutamente ineficazes as ondas de contracção, conservando-se completamente fechado o piloro durante todo o tempo da observação.

Dor bem localizada à região das contracturas. Mobilidade gástrica normal.

Seis horas depois um novo exame mostrou não haver estase gástrica nem duodenal.

Conclusões do exame: — Úlcera da pequena curvatura, determinando contracções espasmódicas muito pronunciadas da grande curvatura, exageradas pela pressão exercida pelo colon cheio de gases. As irregularidades observadas no divertículo formado pelas contracturas devem ser condicionadas pela aero-colia. Espasmos pilóricos iniciais de origem reflexa.

Na 2.ª observação radiológica feita em 29/VII/931, (depois de uma série de injeções de pepsina); notou-se a existência na parte média da grande curvatura de uma depressão bem acentuada.

Em frente, na pequena curvatura, não se via nenhuma irregularidade ou imagem anormal.

Regular peristaltismo gástrico, determinando uma fácil evacuação da substância opaca. Ausência de dor espontânea ou provocada em qualquer ponto do estômago ou do duodeno, sendo também indolor a região do plexo-solar.

Não havia estase gástrica nem duodenal seis horas depois.

Conclusões do exame: — Contractura espasmódica da grande curvatura por úlcera da pequena curvatura, actualmente não em actividade.

Depois de um repouso de 15 dias fêz-se uma nova série de pepsina e terminada ela procedeu-se ao 3.º exame radiológico em 29/VIII/931, que mostrou:

Perfeita regularidade dos contornos gástricos, não se observando as deformações existentes nos exames anteriores.

Esta doente teve alta, mas tornou a dar entrada no mesmo serviço em Outubro de 1932.

No exame radiológico feito na altura do seu internamento constatou-se que na grande curvatura existiam duas grandes contracturas, que se mantinham, havendo em frente, na pequena curvatura, uma zona de rectilindade da parede do estômago, não se observando qualquer imagem diverticular.

O antro pilórico é pequeno tendo o piloro uma permeabilidade normal; peristaltismo gástrico intenso.

O bôlbo duodenal mostrava-se muito irregular de contornos, em tôdas as suas curvaturas, havendo também a notar algumas irregularidades na segunda porção do duodeno.

A doente referia dor bem localizada à palpação, na porção rectilínea da pequena curvatura.

Mobilidade gástrica normal; cinco horas depois havia uma muito pequena estase gástrica, encontrando-se o resto da substância opaca espalhada por todo o colon ascendente e transversos.

Conclusões: Úlcera crónica da pequena curvatura, actualmente em período de actividade. Fenómenos de periduodenite do bôlbo e da segunda porção do duodeno.

Além dêstes casos de úlcera da pequena curvatura tive ensejo de tratar outros dois que, sob o ponto de vista radiológico, eram perfeitamente sobreponíveis aos das observações descritas.

Tive também ocasião de aplicar a pepsinoterapia em 18 casos de úlcera do duodeno.

Para controlar os resultados obtidos, bem como para afirmar o diagnóstico, o elemento de mais alto valor é, sem sombra de dúvida, a radiografia.

As úlceras duodenais escapam na maioria dos casos a um simples exame radioscópico, não por incompetência do radiologista, mas porque as deformações por elas ocasionadas ultrapassam o limite da visibilidade. «La visibilité radioscopique a ses limites, une petite niche, de petites encoches sont au delà» (1).

O nicho de face, que se observa frequentemente, pode ser o único sinal radiológico de uma úlcera do bôlbo, e é sabido, que êste sinal não se pode evidenciar no exame radioscópico.

Há casos, se bem que não muito freqüentes, de úlceras duodenais verificadas no acto operatório, em que o próprio exame radiográfico é negativo.

«Des malades chez qui leur médecin soupçonne un ulcus du duodenum — et chez qui l'opération ultérieure confirmera ce diagnostic — sont revenus de chez le radiographe avec des clichés et un compte rendu sans signes duodenaux» (2).

Na maioria dos casos porém, os sinais radiológicos de úlcera são bem patentes e servem para ajuizarmos, em exames sucessivos, da eficácia do tratamento preconizado.

De momento interessa-me apenas assinalar quais as modificações radiológicas constatadas após o tratamento, nalguns dos casos mais interessantes.

(1) Vid. R. Gutmann, «Indications respectives de la radioscopie et de la radiographie dans les maladies du tube digestif» *Presse Médicale* n.º 13, 1931, pág. 217.

(2) Vid. Ch. Jacquelin et P. Chêne, «Difficultés et incertitudes du diagnostic d'ulcère duodénale, *Presse Médicale*, n.º 22, 1933, pág. 439.

M. R. — 1.º exame radiológico feito em 28/X/932: — os filmes mostram os contornos gástricos bem regulares, com o antro pilórico pequeno, mas com irregularidades de impregnação do lado do piloro.

O bôlbo duodenal vê-se também mal impregnado e de contornos irregulares; as outras porções do duodeno não estão aparentes, vendo-se no entanto na observação radioscópica de aspecto sensivelmente normal. A evacuação da substância opaca fazia-se regularmente, sendo de intensidade normal o peristaltismo gástrico. Não havia, cinco horas depois, nem estase gástrica nem duodenal.

Conclusão. — Pequena ulceração do bôlbo?

2.º Exame radioscópico em 20/III/933, após duas séries de injeções das gastropina: — Os filmes mostram o bôlbo duodenal pequeno, mais ou menos deformado, irregular de contornos, e também algumas irregularidades no princípio da segunda porção.

A doente referia dor a palpação sôbre o bôlbo. A evacuação da substância opaca fazia-se normalmente sendo de boa intensidade o peristaltismo gástrico. Não se observou estase gástrica nem duodenal.

Conclusão: — Úlcera crónica do bôlbo duodenal ainda em actividade.

A. M. S. — 1.º exame radiológico em 18/I/932 — ausência de deformações ou irregularidades dos contornos gástricos; antro pilórico nitidamente regular, não dilatado, piloro normalmente permeável. Peristaltismo gástrico de boa intensidade, determinando uma rápida evacuação da substância opaca. Bôlbo duodenal um pouco deformado e irregular de contornos, o que se confirmava pelos filmes feitos nesta ocasião. Não havia estase gástrica nem duodenal.

Conclusões: — Pequena ulceração do bôlbo duodenal.

2.º Exame em 22/II/932: — Contornos gástricos perfeitamente regulares. Hiperperistaltismo gástrico, sendo no en-

tanto ineficazes as ondas de contracção, mantendo-se o píloro completamente fechado durante todo o tempo da observação.

Não foi possível observar o duodeno. Dor a palpação na região do bôlbo duodenal. Cinco horas depois observou-se estase gástrica aproximadamente igual a metade do volume total do caldo ingerido.

Conclusão: Estenose pilórica, possivelmente espasmódica, condicionando a estase gástrica observada. A dor que o doente refere na região bolbar, indica que, com probabilidade, se encontra ainda em actividade o processo ulcerativo observado anteriormente.

Podia resumir a observação radiológica de mais 12 casos de úlcera do duodeno em que após a pepsinaterápia não se observaram quaisquer modificações radiológicas continuando a úlcera em actividade.

Sucede mesmo, que em 4 dêstes doentes, desapareceu tôda a sintomatologia clínica de úlcera persistindo no entanto os sinais radiológicos.

Não me surpreende que de facto assim tenha sucedido pois, como já atrás deixei dito, um bôlbo duodenal ulcerado pode permanecer deformado mesmo após um longuíssimo período de acalmia.

Qualquer processo de tratamento das úlceras gastro-duodenais é susceptível de comentários de duas ordens, uns respeitantes ao critério clínico de cura, outros referentes à eficácia de o método especialmente considerado⁽¹⁾.

«Clínicamente a melhoria do doente após um tratamento dado não tem qualquer valor».

A úlcera é uma doença que evoluciona por períodos,

(1) Vid. Max-Lévy, «Les resultats éloignés du traitement des ulcères gastro-duodénaux par l'extrait parathyroïdien, *Arch. Mal. App. Dig.*, T. XXI, 1931, pág. 745.

há fases dolorosas de duração variável, separadas por períodos de acalmia de meses ou anos. Em consequência d'êste carácter evolutivo especial não há o direito, por a desapareição das dores ter coincidido com a aplicação de qualquer tratamento, de proclamar a eficácia d'êste tratamento.

É necessário conjugar os critérios clínicos com os critérios radiológicos para avaliar do sucesso ou insucesso da terapêutica aplicada.

Mas o próprio critério radiológico, principalmente quando os clichés radiográficos tenham sido obtidos pouco tempo depois do doente ter entrado nessa fase de acalmia, pode induzir em êrro.

Guttmann, gastro-ênterologista e radiologista de incontestável valor, cita, nos seus já numerosos trabalhos sôbre êste assunto, factos bastante demonstrativos de que a própria desapareição de um nicho não permite afirmar a cura. A desapareição pode ser espontânea. Pode sobretudo não ser duradoira.

O Dr. Gallari-Monès, de Barcelona, numa estatística publicada há pouco tempo acêrca dos resultados obtidos no tratamento das úlceras, utilizando métodos diversos, constatou que, seguindo os doentes durante um ano, obtinha 62 % de curas; quando os seguia durante dois anos, tinha apenas 33 %; se os seguia três anos, apenas 6 %.

Na doente da observação X, se apenas me baseasse nos critérios clínicos e radiológicos não controlados pela acção do tempo, teria afirmado a cura do seu processo ulcerativo. Ora, após um período silencioso de um ano, a doente tornou a dar entrada no hospital com a mesma sintomatologia dolorosa, e foram constatados os mesmos sinais radiológicos observados quando do seu internamento pela primeira vez.

«O nicho não é fatalmente equivalente à úlcera; a imagem

cavitária revelada pelo *écran* radiológico corresponde com efeito só a úlcera, ou à úlcera mais alguma coisa ⁽¹⁾.

Schindler, Gutzeit, Haudeck, Forssell, Berg, Albrecht, admitem que os elementos que se juntam à úlcera e condicionam as imagens cavitárias são: uns resultantes da inflamação parietal, outros de origem dinâmica. São levados a esta conclusão em face dos exames gastroscópicos complementares da radiologia.

Além do elemento inflamatório, a que já atrás se fez referência, convém no estudo das variações do nicho, ter em conta os fenómenos cinéticos que se passam em tórno.

Estes fenómenos evidenciam-se pelo exame gastroscópico e consistem em espasmos de tipos variáveis.

«Dans un cas notamment, pour les ulcères sis au voisinage de la petite courbure mais sur les faces, les contractions déterminent un froncement circulaire un peu à la manière du diaphragme d'un obturateur photographique. Ainsi se forme une bourse, qui constitue une cavité vraie au fond de laquelle est l'ulcère, exteriorisé de l'estomac. Il convient de signaler que les images de Haudeck peuvent parfaitement répondre à une cavité réalisée par ce mécanisme et non pas fatalement à une vaste ulcère extériorisé.

«Dans d'autres cas, la contraction est lineaire, la paroi se plissant et se contractant à la manière d'un orifice buccal.

«Ainsi se forme, non plus une sorte de bourse renfermant l'ulcère, mais une gouttière longitudinale plus ou moins ouverte à ses extrémités».

Vista de face a projecção de uma depressão em goteira não dá qualquer relêvo da parede gástrica.

Mas se fôr observada por uma das extremidades já dá

(1) Vid. F. Moutier, «Le diagnostic de la guérison dans l'ulcères gastro-duodénaux, à la lumière de la clinique, de la radiologie et de la gastroscopie, *Arch. Mal. App. Dig.*, T. XXI, 1931, pág. 821.

uma imagem semicircular ou circular, que se projecta em relêvo na parede gástrica.

Desaparecida a inflamação, tendo cessado o espasmo, compreende-se bem que a imagem cavitária possa desaparecer, mais ou menos rapidamente, sem que no entanto a úlcera tenha cicatrizado; o que deixa é de ter relêvo, bastando que surja uma nova «poussée» para que o nicho reapareça de novo.

A imagem cavitária pode existir sem úlcera em actividade. Citam-se casos de periviscerite em que assim sucede.

Os empregamentos da parede em bolsa ou goteira, persistindo ao nível da cicatrização das úlceras, ou em casos de gastrite com hipertonia, podem dar origem a imagens do tipo cavitário.

Ora, em virtude dos erros a que podemos ser induzidos pela radiologia, convém por vezes utilizar no estudo dos doentes processos de endoscopia, gastroscopia, ou gastrofotografia.

Não tenho prática de qualquer destes processos semiópticos e por isso não posso ter uma opinião segura acerca das suas vantagens para o diagnóstico e estudo da evolução do processo ulcerativo.

Segundo Moutier, a gastroscopia permite reconhecer a persistência duma úlcera que radiològicamente podíamos considerar curada, «enquanto que ela é apenas «mis à plat» pelo desaparecimento das reacções inflamatórias ou espasmódicas da vizinhança».

Mas, se assim sucede nalguns casos, é necessário salientar, que há outros em que úlceras em período evolutivo não são descobertas pela gastroscopia; basta que a úlcera esteja encoberta por um espasmo ou tenha uma posição tal que a incidência a encubra ao exame.

Em face do que acabo de expor, parece-me absolutamente legítimo concluir como Moutier: «Não existe nenhum critério,

clínico, radiológico ou endoscópico, que permita afirmar a cura duma úlcera. A única prova da cura é o silêncio absoluto, durante um período extremamente prolongado, mas é necessário um espaço superior a dois anos e pode ser mesmo a três, para se poder admitir com alguma probabilidade a hipótese da cura.

E ainda, se podemos com rigor admitir a cicatrização duma lesão após êste lapso de tempo, não poderemos no entanto pressupor o estado do terreno, isto é, afirmar que a doença ulcerosa terminou. Com efeito, no estado actual da terapêutica, as recidivas parecem, se não fatais, pelo menos sempre possíveis, tornando-se menos prováveis à medida que os anos passam após o último acidente doloroso».

A respeito de alguns dos trinta casos que servem de base a esta monografia, pode invocar-se êste critério do tempo para a afirmativa da sua cura clínica e radiológica.

CAPÍTULO IV

Tratamento da úlcera gastro-duodenal

A úlcera gástrica é uma afecção iminentemente curável pelos processos da terapêutica médica, sendo necessário no entanto destrinçar aqueles casos em que a intervenção cirúrgica se impõe desde logo, com exclusão da tentativa de utilização de qualquer dos numerosos métodos terapêuticos usados pelos médicos.

Quanto mais precocemente é diagnosticada a úlcera tanto maiores são as probabilidades de cura pelo tratamento médico.

Nós, para nos decidirmos acêrca do tratamento a aplicar em cada caso, temos que entrar em linha de conta com numerosos factores dignos de atenção.

Além dos caracteres próprios da úlcera, da sua situação, das suas complicações, temos que ter em conta o estado

geral do doente, as perturbações do aparelho circulatório, respiratório, sistema nervoso, etc., e ainda as suas condições sociais.

No entanto parece-me aconselhável em face de todo o ulcerado, em que não existam aquelas condições que impõem a sua entrega imediata ao cirurgião, a instituição de um tratamento médico, continuado durante um ou dois meses, ou mais se as melhoras são progressivas, cessando-o se ao cabo dêste tempo não se obtêm as melhoras desejadas, isto é, se as hemorragias ocultas e as dores persistem, se o regime normal de vida não pode ser realizado.

Nos indivíduos novos, aconselham os diferentes tratadistas, que a prova terapêutica se prolongue durante mais tempo não só por as probabilidades de cura serem maiores, mas ainda por não haver o perigo da transformação cancerosa.

Evidentemente que há doentes que, mercê da sua posição social, não podem ser sujeitos a um tratamento longo, com um regime especial, que necessita de ser rigorosamente observado e acompanhado de absoluto repouso; daí a razão porque muitos dêstes doentes têm que ser enviados ao cirurgião.

Felizmente para estes doentes, aparecem hoje preconizados para o tratamento da úlcera processos que podem ser postos em prática sem que seja necessário observar êste regime alimentar e repouso rigoroso.

Há casos em que, independentemente das condições sociais e sem qualquer exitação, o doente deve ser enviado a um serviço de cirurgia; é o que sucede: nas úlceras perfuradas, nos casos de estenose pilórica ou duodenal de origem orgânica quando bastante acentuada, nos casos de biloculação orgânica e de perigastrite (ou periduodenite), e nos casos de hemorragia oculta.

Diagnosticada a úlcera e assente que se deve ensaiar um tratamento médico, encontra-se o clínico em face de um

problema embaraçoso: saber qual o tratamento que deve ser aplicado.

Não é meu objectivo fazer a história da terapêutica das úlceras gastro-duodenais.

Vou referir-me a alguns processos de tratamento médico pelo interesse que têm para o clínico e para comparar os resultados colhidos pelo seu emprêgo em relação aos obtidos pela utilização da pepsinoterápia.

Sabido como ainda hoje é incerta a patogenia da úlcera, não é para admirar o grande número de tratamentos propostos para a cura dêste processo, pois que as diferentes terapêuticas aconselham uma medicação em harmonia com a doutrina patogénica que defendem.

O excesso de acidez clorídrica, factor originário da úlcera para a maioria dos clássicos por um lado, e o carácter anatómico da lesão por outro, impunham uma dupla medicação: uma tendente a saturar a hiperacidez gástrica, medicação puramente química, outra tendo em vista o penso da lesão pelos pós inertes.

Para porem em prática o primeiro método, Debove e Mathieu utilizaram principalmente o bicarbonato de sódio, e os sais insolúveis de cálcio e magnésio, assim tendo nascido a chamada *medicação alcalina da úlcera gástrica*.

No segundo método preconizado inicialmente por Hayem, depois por Lion e Mennier, utilizam-se os sais insolúveis de bismuto e kaolino, ou as duas substâncias simultaneamente.

Tratamento pelos alcalinos.

A terapêutica alcalinizante visa principalmente ao combate da hipercloridria e não à cura da úlcera.

A hipercloridria, está hoje suficientemente demonstrado, desempenha na génese e manutenção da úlcera um papel muito menos importante do que aquele que lhe atribuíam os clássicos. Há muitos casos de úlcera com cloridria normal.

Para certos autores, Beling por exemplo, a hiperacidez não desempenha qualquer papel na produção da dor.

A dor observa-se em muitos casos em que há acidez normal ou até hipoacidez.

Para Beling, os alcalinos atenuam a dor sem modificarem a taxa de acidez gástrica.

«A sedação da dor deve atribuir-se à alcalinização geral do organismo, podendo realizar-se esta sedação também por hiperventilação pulmonar, pois como é sabido esta hiperventilação traz como consequência a produção de alcalose sanguínea.

Julga este autor que os fenómenos dolorosos estão na dependência da acidez dos humores e espasmos da parede gástrica, ocasionando a acidez humoral uma hiperacidez gástrica.

Ora para neutralizar esta acidez seria necesssário administrar o bicarbonato de sódio em doses suficientes, sem que contudo a quantidade administrada faça desaparecer totalmente a acidez a-fim-de impedir fenómenos reacionais.

De todos os medicamentos anti-ácidos, aquele que tem tido um mais largo emprêgo é o *bicarbonato de sódio*.

Este medicamento, como é sabido, não é isento de inconvenientes, porquanto após uma sedação passageira excita secundariamente a mucosa gástrica.

Este medicamento não deve ser utilizado só, deve adicionar-se-lhe outras substâncias que lhe corrijam a sua acção nefasta.

Por demais conhecidas, não falo nas suas combinações com o fosfato de sódio, o sulfato de sódio, etc. realizadas a-fim-de evitar as inconvenientes do bicarbonato de sódio.

Loeper e Turpin, recomendam a utilização do *borato de sódio*, que além de não provocar a dor reacional diminui a hipercontractilidade gástrica e é um sedativo geral.

Greenwald preconiza os «agentes anticiados de acção puramente local».

Entram nesta categoria os fosfatos tribásicos neutros de cálcio e magnésio.

Estes sais utilizam-se na dose de 1 a 6 gramas, 3 vezes por dia, após as refeições.

Le Noir e Charles Richet, filho, utilizam o bicarbonato de sódio em injeccões endovenosas.

Penso gástrico.

É já conhecida há muito tempo a acção eficaz dos pós inertes na úlcera do estômago e duodeno.

De todos os produtos empregados com esta finalidade aquele que conserva a maior voga é o bismuto. Os sais de bismuto mais usados com êste fim são o carbonato e o subnitrato de bismuto.

Foi Monneret quem primeiro começou a utilizar largamente o subnitrato de bismuto no tratamento das afecções gástricas, escrevendo para justificar esta terapêutica: «C'est un corps inerte qui s'étend sur toute la muqueuse et lui constitue une couche protectrice. Il défend ainsi les organes de l'absorption et la sécrétion, aussi bien que les papilles nerveuses dont la sensibilité est exaltée, contre le contact trop immédiat des aliments.

«L'action en est purement mécanique. Il n'est qu'un palliatif et la gastralgie reparait une fois qu'il a quitté l'estomac».

De facto, esta acção protectora que o bismuto exerce sobre a mucosa gástrica, é admitida por todos, tanto mais que é sabido, por experiências feitas em cães em que se administra o bismuto e se sacrificam 40 minutos depois desta administração, que o bismuto se reparte igualmente por toda a superfície da mucosa que se apresenta uniformemente branca.

Examinada ao microscópio, toda a superfície da mucosa aparece *uniformemente* impregnada de cristais de subnitrato de bismuto misturados com outros de oxiclreto de bismuto.

Hayem⁽¹⁾ teve ocasião de verificar, na autópsia de um indivíduo que morreu com um neoplasma da primeira porção do duodeno e em que a morte ocorreu no 7.º dia da administração do penso bismutado, que o bismuto se fixa à mucosa gástrica do homem do mesmo modo que se tinha verificado experimentalmente no cão.

¿ Mas actuará o bismuto exclusivamente como uma substância protectora ou sofrerá pela acção do suco gástrico qualquer transformação que possa acentuar o seu papel protector?

Muito recentemente, appareceu na *Presse Médicale*, um curioso artigo de G. Lion⁽²⁾ acêrca dêste assunto.

Demonstra êste autor que o subnitrato de bismuto e o conteúdo gástrico permanecendo em contacto reagem um sobre o outro. Tendo obtido suco gástrico dum hiperclorídrico e pondo-o em contacto durante quarenta minutos com 10 gramas de subnitrato de bismuto pesado, observou que todos os valores do quimismo gástrico «sont tombés à 0, sauf l'acidité totale qui a baissée fortement et qui reste due toute entière à de l'acide azotique mis en liberté. Le clore s'est entièrement fixé sur le bismuth et s'est précipité sous forme d'oxychlorure insoluble. Il en résulte qu'en tout que corps inerte, doué de propriétés protectrices, le produit, même après ces transformations, reste égal à lui-même».

Esta característica diferencia o subnitrato de bismuto de todos os outros pós absorventes.

(1) Vid. G. Hayem, *Bull et Mém. de la Soc. Med. des Hop. de Paris*, 27 de Nov. 1931, pág. 1819.

(2) Vid. G. Lion, «Sur le mode d'action des sels de bismuth en pathologie gastrique et en chirurgie. *Presse Médicale*, n.º 26-1933, pág. 516.

Mostra o mesmo autor, no seguimento do seu artigo, que tendo pôsto em contacto com o mesmo líquido gástrico, carbonato de cálcio, êste decompõe-se, uma parte liberta-se sob a forma de ácido carbónico, enquanto que outra se combina com o cloro, originando sais solúveis.

Esta substância destruída não produz portanto qualquer acção tópica local.

As coisas passam-se duma maneira análoga com a magnésia: o cloro do suco gástrico persiste em liberdade, determinando um certo grau de excitação das glândulas do estômago.

«Quando o suco gástrico é tratado pelo subnitrato de bismuto, ao contrário, transforma-se numa solução azótica fraca que parece não possuir grandes propriedades excito-secretoras: os cloretos são precipitados e há grandes probabilidades que o estômago esvazie o seu conteúdo».

Um outro facto da maior importância sob o ponto de vista clínico se deduz destas experiências: — administrado aos doentes, em altas doses, durante muitos dias consecutivos, o subnitrato de bismuto não é reabsorvido e não passa, ou passa numa quantidade imponderável na urina.

Com o carbonato de bismuto já não se observam os mesmos factos. Os valores do ácido clorídrico livre e combinado, assim como os da pepsia, baixam bastante, mas a acidez total permanece bastante elevada, o que deve ser atribuído ao facto de se formar cloreto de bismuto solúvel, permanecendo no estômago uma solução cloretada com propriedades osmóticas e secretórias.

O carbonato de bismuto actua portanto não como tópico à maneira do subnitrato, mas sim de um modo análogo aos alcalinos.

Também, ao contrário do que a maioria dos clínicos supõe, o carbonato de bismuto pode determinar fenómenos tóxicos, pois dando êste medicamento em contacto com o suco gás-

trico origem ao cloreto de bismuto solúvel, que passa para o sangue e é eliminado pela urina, compreende-se bem que a sua administração prolongada possa produzir, por acumulação ou retenção do metal, a intoxicação bismútica.

O óxido de bismuto que tem a vantagem de precipitar todo o cloro sob a forma de oxicloreto insolúvel, de não passar para o sangue, e não conter ácido nítrico e, portanto, não pode produzir intoxicação pelos nitritos ou pelo metal, poderia ser utilizado no tratamento da úlcera.

Não se utiliza o óxido de bismuto no tratamento da úlcera apenas por ser muito difícil encontrá-lo no estado puro e ser extraordinariamente caro.

Além do bismuto, são utilizados para o penso gástrico o Kaolino, talco, carvão animal, sulfato de bário, etc.

De tôdas estas substâncias as que dão maior número de sucessos são os sais de bismuto que, segundo Surmont e Dubus (de Lille), juntam à sua acção tópica e neutralizante, propriedades absorventes e antisépticos e aumentam a secreção de muco.

Quando se utiliza quer a medicação alcalina, quer o penso gástrico, é de uso associar-lhes antiespasmódicos pois que a medicação clássica tem um duplo fim: actuar sobre a ulceração e combater os espasmos.

Sabe-se como é freqüente a observação de espasmos pilóricos em casos de úlcera, ainda que êste processo tenha uma localização relativamente afastada do piloro. Como consequência dêste espasmo há uma retenção de suco gástrico geralmente hiper-acido, o que prejudica a integridade da mucosa, e é dêste espasmo que resultam as mais intensas dores. Além do espasmo do piloro há por vezes espasmo da pequena e grande curvatura.

Para combater estes espasmos é corrente a utilização da beladona e da atropina que, como são paralizantes do vago, têm grande eficácia nestes doentes hipervagotónicos.

À beladona podemos associar o maimendro, os brometos, etc. A genatropina dá os melhores resultados e tem a vantagem de ser muito menos tóxica do que a atropina.

O cloridrato de papaverina é pouco tóxico, e tem uma acção antiespasmódica bastante acentuada.

A cicuta, aconselhada por Richaud, pode ser administrada, quer em injeccção (soluto de bromidrato de cicutina a 15 % esterilizado por tindalização, 1 a 3 c.c.), quer em ingestão também sob a forma de bromidrato de cicutina. O benzoato de benzilo também é muito utilizado na prática.

O azeite tem também propriedades antiespasmódicas calmantes das dores, colocando-o alguns autores, como Gutmann, pela eficácia da sua acção, logo a seguir à beladona.

O borato de sódio pode ser empregado sob a forma de bi- ou tetra- borato em solução a 10 /0⁰.

(Continua).

MÁRIO SIMÕES TRINCÃO.

ANAIIS DA VILA DA ERICEIRA (1)

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS
REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

N.º 13

Muito honrado Juiz, Procurador e Vereadores e Almotacés e homens bons da minha Villa da Ericeira; muita honra com acrescentamento de vida vos dê Deus nosso Senhor como eu para mim queria.

El-Rei meu senhor mandou lá uma provisão para vos botar em armas, e vós sois escuzos pelos privilegios antigos e escaimbo que El-Rei Dom Diniz fez com a Villa de Portel, confirmado por todos os outros Reis depois, e por El-Rei meu senhor a meu avou e a mim.

Lá mandei uns embargos em vosso nome e meu; segui a demanda que eu pagarei tudo e farei o gasto.

E quanto à nova jurisdição, isso mesmo mandei embargos, os quais os bons vassalos, e principalmente os pescadores a quem isso mais toca, e como vós outros sois, não deveis consentir mas seguir a demanda pelos embargos que mandei em meu nome e vosso. E quanto a Recebedor e Escrivão da dizima, o que for verdadeiramente meu vassalo e amigo, não deve servir o Conde, que é muito meu inimigo e contrario, e favorece o meu contrario contra mim em demandas por me destruir, e assim o foi de meu avou que Deus haja, que sempre o trouxe em demandas; e assim que o meu amigo e vassalo e os que foram da minha criação não hão de servir o Conde que é meu inimigo capital e por tal o tenho.

E se o licenciado Jordão Botelho pozer penas a quem quer que estes officios de Recebedor e Escrivão forem dados, apelem e agravem, alegando esta razão, e peçam um instrumento ou carta testemunhavel

(1) Cont. do n.º 1, pág. 94.

para El-Rei e seus Dezembargadores, porque me hão de fazer justiça, e El-Rei assim o quer, porque eu lhe falei e ha de me fazer justiça como faz a todos seus reinos e senhorios; que essas coisas que se oferecem por parte do Conde são ja de muitos dias, somente a carta de armas é a que mandou ao licenciado Jordão Botelho. E segui vossa justiça e minha que eu vos dou minha fé como cavaleiro e *infanção*? que todas as custas e gastos pague, porque sei que tenho justiça, se vós, honrados vassalos e amigos, não afrouxardes; porque bem e honesto e justiça é os bons vassalos com justica, e por a liberdade da terra e honra de seu senhorio deverem de ser briosos e ajudarem a requerer sua justiça, pois será em proveito de todos. Porque bem sabeis que em Cascaes nem em Peniche, que são logares mui grandes, não ha Juiz das duvidas que se crescem na dizima nova e na do senhorio da terra, senão o Juiz Ordinario da terra, e d'ahi apelação e agravo para o Juiz dos feitos d'El-Rei, que está em sua Relação; quanto mais em uma terra tão pequena, e assim que o não deveis consentir por justiça, nem assigneis coisa em meu prejuizo; e quando vos apertarem e apenarem, apelai e agravaí que não deveis fazer coisa em meu prejuizo, que sou vosso senhor e amigo; porque sempre meus antecessores, e eu assim o faço, vos tiveram em paz e socego, e foi sempre terra sem demandas; e agora com essa nova jurisdição tereis mil debates, que de uma arraia de cêbo ou de uma centola se alevantarão. Assim que procuraes pela liberdade da terra, pois que eu vos ajudo e pago as custas tôdas, e pagarei tôdas as perdas. Se inquirição tirarem por cuja causa se não paga a dizima ao Conde, bem sabeis que vós mesmos vos agravaveis de clerigos escreverem, ora um ora outro, e criados seus e do Conde, que vos faziam agravos e não queriam tomar juramento na Camara; porque em quanto ahi foi Cristovam Carvalho nunca lhe eu tolhi a dizima, nem menos a F. criado do Conde filho do Carlos; somente lhe tolhi a Luiz Martins, porque foi criado de meu avou, cazado com uma criada de minha avó e meu vassalo; e assim o tolherei sempre enquanto o Conde for meu inimigo e favorecedor de meus contrarios, porque sempre o foi de meu avou em sua vida, e assim o faz agora comigo, porque eu não quero fazer partido da terra da Ericeira e Mafra, que cometeu cá muitas vezes por pessoas mui honradas, e eu não o hei de fazer, porque prézo mais um vassalo dessa terra que todo o meu Bayão, e principalmente dessa honrada e nobre Villa. Não hajais medo que tudo é pelo melhor. Requerer justiça como peço e ajudai-me com a verdade, que El-Rei meu senhor m'a fará, como faz a todo o mundo; porque estes embates tenho eu por melhor se se disser verdade. El-Rei me não quiz deixar lá ir e passou-me esse

Alvará para que o licenciado Jordão Botelho mande dizer a El-Rei meu senhor se é amigo do Conde ou tem razão com elle ou coisa sua. Nosso Senhor vos ajude e faça bem. A 9 de Novembro Vosso amigo — (a.) *João de Sousa*.

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 14

Dom João, pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves etc. etc. etc.

A vós licenciado Jordão Botelho, Juiz de Fora por nós com alçada em a Villa de Torres Vedras, e a todos os outros juizes, jnstiças, officiaes e pessoas de nossos reinos a quem o conhecimento disto, por qualquer guiza que seja, pertencer, saude.

Sabei que perante nós e o Juiz de nossos feitos, em nossa Côrte e Caza da Suplicação, foi apresentado um instrumento de agravo, contendo uns autos, os quaes pareciam ser feitos e assignados por Gomes da Rocha, tabalião da dita Villa, aos oito dias do mez de novembro do anno passado de mil e quinhentos e vinte e um annos, em o qual instrumento e autos se continha que ante vós parecera Pero Gonçalves, e em nome e como Procurador do Conde de Penella, por virtude de uma sua procuração, vos apresentara uma carta de El-Rei meu Senhor e Pai, que santa gloria haja, em a qual se continha que vos sabia fazer como o dito Conde se aqueixara ao dito Rei meu senhor, dizendo que a renda da dizima nova do pescado da Villa da Ericeira, que o dito Conde de nós tem, se perdia toda e se não pagára, por lhe não darem na dita Villa officiaes que lha arrecadassem, e por não ter Juiz da dita dizima que lha fizesse pagar como devia, e que conhecesse das duvidas que se seguissem sobre o pagamento e arrecadação della, pedindo-lhe o dito Conde que, acerca disso, o mandasse prover com justiça; e porque a dita renda era Direito Real e não era nosso serviço perder-se, o dito Rei meu senhor vos mandou que, tanto que a dita sua carta vos fosse apresentada e da parte do dito Conde fosse requerido, fosseis à Villa da Ericeira, e acerca do sobredito e assim de tudo o que cumprisse para boa arrecadação da dita dizima, fizesseis cumprir e desseis á execução todas as cartas e provisões que o dito Conde tinha, e fizesseis tudo assentar em tal maneira que a dita renda se pagasse e arrecadasse como devia, etc. etc. etc. E vistos por nós os ditos autos e çousas nelles con-

teudas, em Relação com os do nosso Dezembargo; Acordamos que os suplicantes são agravados por vós juiz de Torres Vedras, em mandardes que o Bacharel Fernão Gonçalves fosse Juiz da dizima nova da Villa da Ericeira e Cristovam Carvalho por escrivão da dita dizima, postos pelo Conde de Penella, e lhe dardes juramento que servissem os ditos officios; e corregendo no dito agravo mandamos que o dito Conde de Penella não ponha Juiz nem Escrivão na dita dizima nova, visto como a doação e cartas por parte do dito Conde oferecidas lhe não dão poder que possa pôr os ditos officiaes na dita dizima; e quanto á perda que o dito Conde alega receber por se não arrecadar a dita dizima, o dito Conde poderá demandar ordinariamente perante quem e contra quem lhe parecer que é obrigado a pagar a dita perda, visto o que se por este instrumento mostra. E porem vos mandamos que assim o cumpraes e guardeis e façaes cumprir e guardar como por nós é julgado, acordado e mandado. E com esta carta fareis requerer o dito Conde que dê e pague aos ditos suplicantes, cento e oitenta e quatro reis que por elle pagaram ao escrivão dos autos, do que por sua parte em elles escreveu, e mais dezoito reis ao Contador que os ditos autos contou; e se elle logo pagar não quizer, vós o fareis penhorar em tantas de seus bens e rendas, e os fareis vender e arrematar aos tempos conteudos em nossas Ordenações, em tal maneira que elles sejam logo pagos do que dito é. E al não fareis. Dada em a nossa cidade de Lisboa aos desaseis dias do mez de Junho. El-Rei o mandou pelo licenciado Alvaro Annes, do seu Dezembargo e Juiz dos seus feitos. Roque da Matta o fez. Pero da Matta tem os autos. Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e vinte e dois annos. Pagou vinte e tres reis e de assignar quarenta reis. — (a.) *Alvaro Annes*, licenciatus.

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 15

Jorge Temudo, Doutor em Canones, Dezembargador e Vigario Geral neste Arcebispado de Lisboa, pelo muito Excelente Principe o Senhor Cardeal Infante de Portugal, administrador e Governador do dito Arcebispado e Bispado de Evora, etc. etc.

A quantos esta minha carta de sentença tirada de processo, virem, — saude em Jesus Cristo, nosso remidor e salvador. Faço saber como em esta Côrte, perante em Juizo, se tratou um processo de feito civil, que a mim veio cometido, por especial comissão do dito Senhor Car-

deal, ... dentre partes: os moradores e fregueses da Villa da Eyriceira auctores, contra os honrados e reverendos Conegos da Sé da dita cidade, Alvaro Botelho e João Amado, vigario de Santo André da villa de Mafara, reus
 e visto por mim, pronunciei em elle uma minha sentença, de que o teor é o seguinte: Visto como os moradores da Eyriceira passam de quatrocentas pessoas, sendo nos tempos passados menos, e assim como cresceu o povo assim cresceram os dizimos; e do dito lugar da Eyriceira a Mafara ha uma legua de mau caminho e com ribeiras más de passar; visto outrosim, como se prova claramente, os ditos moradores da Eyriceira serem mal providos e mal sacramentados pelos Reus, que a isso eram obrigados, e por culpa sua e nos tempos passados faleceram algumas pessoas sem os sacramentos da confissão e comunhão; por esta minha sentença mando que os ditos Reus ponham um Capelão no dito lugar da Eyriceira, o qual, por sua apresentação, haja carta de Cura, em cada um anno, e que more e esteja no dito lugar, e administre todos os sacramentos aos Auctores, e lhes diga Missa cada domingo, assim como foi mandado em visitação; e os moradores da Eyriceira, Auctores, irão somente á procissão e festa do Corpo de Deus, naqueles dias que a dita festa se fizer em Mafara; e os ditos Reus porão o dito Capelão, da publicação desta minha sentença a dez dias, e não o pondo, dou licença aos ditos fregueses, Auctores, que o apresentem, passado o dito termo; e este mandado terão cada um anno, tanto que passarem dez dias depois de dia de São João; e sem custas, ex-causa. etc. A qual sentença por mim foi publicada em audiencia e logar costumado, e pelos Auctores recebida, e pelo Procurador dos Reus dito que, da dita minha sentença, apelava para a Egreja e Côrte de Roma, e que por ser por intervalo, me pedia que lhe mandasse dar o feito, para vir com ella em escripto, e eu lho mandei dar, e com elle mandei dar vista aos procuradores das ditas partes, os quaes a houveram e arrazoaram de seu direito; e com tudo mandei que me fosse levado conclusão, ao que foi satisfeito; e visto por mim, pronunciei sobre a dita apelação, em o dito feito, um meu desembargo que tal é: Sem embargo da apelação interposta pelos apelantes, a qual não recebo, cumpra-se o que está julgado. Do qual desembargo nenhuma das partes agravou nem pediu carta testemunhavel. E por o Procurador dos Auctores me foi requerido que, para guarda e direito dos Auctores, lhe mandasse dar uma e muitas sentenças; e lhe mandei dar a presente minha sentença, e quantas mais lhe cumprirem. Dada em a dita cidade, sob meu signal e selo do dito Senhor, aos quatorze dias do mez de Fevereiro. Martim

Carneiro. a fez, — de mil e quinhentos e trinta annos. Pagou duzentos e cincoenta reaes. — (a.) *Temudo*.

(Archivo Ericeirense. Masso 5 — Egreja Parochial).

N.º 16

Aos tres dias do mez de Janeiro de mil quinhentos e trinta e um annos, na villa da Ericeira, no Paço do Concelho, estando ahi Alvaro Annes Juiz Ordinario, e João Fernandes e Gonçalo Silvestre vereadores e Gaspar Gonçalves Procurador do Concelho, e Gaspar Pires e João Alvares Palhares e Alvaro Meão e Gonçalo Dias e João Pires e João Gomes, homens bons da Camara, todos juntamente em camara, acordaram e confirmaram com muitas vozes do Povo que para isto foram perguntados, acordaram que o Juiz Ordinario fosse e o assentaram por Guarda Mor nesta Villa, e que elle com o escrivão da Camara registassem as recadações e coisas que á guarda e regimento da dita villa pertencia; e que não consentiam nem lhes aprazia que Rui de Sequeira fosse Guarda Mor nesta villa, assim porque muitas pessoas se delle agravavam, como por ser Ouvidor na dita Villa e lhe pertencer conhecer dos agravos daqueles que agravados se sentirem; e portanto nos não apraz que o elle seja. E nós considerando que se pode disto seguir alguns agravos a algumas pessoas, havemos por bem e acordamos que o dito Juiz Ordinario desta Villa tenha cargo de Guarda Mor e por Guarda o assentamos; que elle com o escrivão da Camara, como dito temos, proveja as coisas que a bom regimento da villa e guarda pertença. E que elle dito Juiz possa pôr e dar as penas, assim ás pessoas que guardar não quizerem como áquelas que contra seus mandados forem, as que elle vir que são convinhaes aos casos por que as puzer. E que quanto aos visinhos daqui de redor a saber: do termo de Mafra e Carvoeira e assim outras partes comarcãs aqui a nós, que entrem por seu juramento; e que os outros venham a elle para os despachar como dito temos. E que todos os moradores desta Villa guardem cada um seu dia, sob pena de vinte reis; e que toda a pessoa que vier de fora e entrar sem ir á bandeira, que pague cincoenta reis, e de pena haverá a mais o que o dito Guarda Mor e escrivão da Camara lhes bem parecer. E que nenhuma pessoa não vá a Lisboa sem o fazer saber ao Guarda Mor e elle lhe dar a ordenança que vir que lhe é necessaria, e que não tragam senão trigo, azeite e sal e loiça; e que não dormirá na dita cidade nem comerá senão do seu alforge que de cá levar; e que quem o contrario fizer que pague de

pena para o Concelho cem reis, e um mez degradado fora da Villa è termo. E que toda a pessoa que guardar e deixar entrar os daqui de redor sem juramento, que pague vinte reis para o Concelho. E por verdade do que aqui acordaram. assignaram aqui. Francisco Alvares, escrivão o escrevi.

(Assignaturas).

(Archivo Ericelrense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 17

Dom João pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves etc. etc. etc.

A vós João de Sousa, fidalgo de minha caza e senhor da Vila da Ericeira, e assim a todos os Juizes e justiças e officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios a quem esta minha carta for mostrada, — saude.

Vos faço saber que em minha Côrte e Caza do Cível, por parte do Juiz e Vereadores e Procurador do Concelho dessa Villa e homens bons della, foi apresentado um publico instrumento que mostrava ser feito e assignado por Francisco Alvares, publico tabelião nessa Villa, aos nove dias do mez de Abril da era de mil e quinhentos e trinta e um annos, no qual se continha entre outras coisas, que por parte dos suplicantes vos fora feito um requerimento, dizendo em elle que elles suplicantes em camara juntamente, elegeram para Guarda Mor dessa Villa a um Alvares Annes, Juiz Ordinario em ella, por bem dos ares da peste, por elle ser pessoa auta para servir o dito cargo e que tendo-o assim elegido por Guarda Mor vós o não deixaveis servir o dito cargo, e fazieis outro Guarda; requerendo-vos de minha parte que deixasseis servir o dito cargo de Guarda Mor ao dito Juiz que era assim elegido em Camara por elles suplicantes; e do contrario pediam d'ante vós o dito instrumento com protestaão das custas e seu direito. O qual requerimento sendo-vos apresentado etc. etc. etc.

..... o qual visto por mim em Relação com os do meu Dezembargo: Acordei que o Concelho suplicante é agravado por vós João de Sousa, senhor da Villa da Ericeira, em lhe impedir e perturbar sua posse em que se mostra o dito Concelho estar, de poer guardas na dita villa para evitar o perigo do ar corrupto da peste. E corregendo seu agravo mando que o dito Concelho seja mantido em sua posse, e elle ponha sua guarda como se mostra até aqui poer E

porem vos mando que assim o cumprais e guardeis e façaes cumprir e guardar como por mim é acordado, corregido e mandado, e deixareis estar em sua posse o dito Concelho, como se mostra até aqui estar, sem lhe impedir e perturbar sua posse, como dito é. Assim cumpri e al não façaes. Dada em o lugar do Lumiar, termo da cidade, onde a Relação e Caza do Civel está, aos onze dias do mez de Maio. El-Rei o mandou pelos licenciados Alvaro Martins e Diogo da Gran, ambos do seu Dezembargo e Dezembargadores dos agravos e petições em a dita Côrte e Caza do Civel. Estevam Dias de Bulhões a fez. Anno de mil quinhentos e trinta e um. Pagou oitenta reis e de assignar quarenta reis. (Duas rubricas).

Aos vinte e dois dias do mez de Maio de mil quinhentos e trinta e um annos, na Villa da Ericeira, nas cazas do senhor João de Sousa, estando elle de presente, foi por mim tabelião publicada ao dito senhor João de Sousa esta sentença que esta Villa houve de El-Rei nosso senhor, sobre o pôr dos Guardas mores nesta villa; e o dito senhor disse que elle tem embargos a esta sentença. E de presente estavam Alvaro Annes, Juiz Ordinario em a dita Villa, e Gonçalo Silvestre e João Fernandes, Vereadores, e Gaspar Gonçalves Procurador do Concelho, o qual procurador logo por parte do dito Concelho requereu ao dito Juiz que lhe fizesse cumprir a dita sentença. E o dito Juiz com elles Vereadores, em cumprimento da dita sentença, logo pozeram guardas na villa e ordenança acerca dos ares corruptos da peste. Francisco Alvares, tabelião o escrevi.

(Archivo Ericeirense. Masso I — Documentos antigos).

N.º 18

Dom João, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor da Guiné e da conquista na-vegação e comercio da Etiopia, da Arabia, da Persia e da India.

A todos os Corregedores, Juizes e justiçaes, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios a quem esta minha carta de sentença for mostrada e o conhecimento della por qualquer guisa que seja, pertencer, — saude. Faço-vos saber que dante o licenciado Jorge de Pinhoranda, corregedor por mim com alçada e correição da Extremadura, a esta minha Côrte e Caza da Suplicação e aos Juizes de meus feitos em ella, veio um feito crime por apelação entre partes: o Procurador de meus feitos

como autor, de uma parte, contra João de Sousa, senhor da Villa da Ericeira, reu, da outra; em o qual feito o Procurador de meus feitos veio com um libelo contra o dito reu, dizendo em elle que o dito reu, contra a forma das minhas ordenações, sem ter privilegio nem doação, fizera na dita Villa Ouvidor, o qual era um Rui de Sequeira, o qual Ouvidor fazia as eleições dos Juizes e as apurava e confirmava, e lhes passava carta de confirmação, pela qual carta lhes levava, em cada um anno, uma galinha, e dava juramento aos Juizes, e elles confiando o reu ter doação para isso serviam seus officios: e alem disso o Ouvidor conhecia de apelação e agravo, e isto fizera de muitos annos a esta parte, tomando a minha jurisdição não tendo poder para isso. E que o foral dado á dita Villa da Ericeira mandava que os pescadores levassem conducto do pescado que tirassem do mar, e por cada pessoa que fosse na barca uma arraia, redovalho ou pescada, sem disso pagarem dizima: e o dito reu, por ser senhor da dizima, lhes não quer guardar o dito foral, e não consentia que os ditos pescadores levassem conducto, de que o Povo muito se agravava. E que o dito reu tinha o releigo da dita Villa, e sendo pelo foral mandado, que nos tres mezes do releigo, se não vendesse outro nenhum vinho, salvo o que elle reu houvesse dos oitavos, elle reu, sem embargo disso, mandava trazer todo o vinho que havia na villa de Mafra, e o misturava todo em uma adega, e todo vendia no tempo do releigo, de que o Povo muito se aqueixava. E que elle reu como senhorio que era na dita Villa, dava muita opressão aos moradores e lhes mandava tomar as galinhas sem lhas mandar pagar; e assim lhes tomavam, por seu mandado, as bestas, e se servia delas contra vontade de seus donos; e alem disso mandara a certos moradores da dita Villa, que fossem com suas barcas ao Porto, para lhe trazerem seu fato, e andaram nisso dois mezes sem lhe nunca querer pagar nada. E que o dito reu mandava aos pescadores que lhe levassem a sua caza os pescados melhores que traziam, e depois de os ter em sua caza lhes não queria pagar nada, e se algum ora lhes pagava, era menos de metade do que valia, do que os pescadores eram muito agravados e alguns deles queriam deixar a terra pelas ditas opressões. E que assim elle reu mandara tomar um carneiro a um João Fernandes, morador na dita Villa, sem sua licença, do seu curral, e lho não quizera mandar pagar; o que era publica voz e fama. E pedindo-lho o auctor que lhe recebesse seu libelo e condenasse ao dito reu naquela pena que por tal cazo merecesse. O qual libelo lhe recebeu o dito Corregedor e mandou ao reu que se tivesse contrariedade que viesse com ella, com a qual veio e lhe fora recebida, e mandado á parte que se tivesse replica que viesse com

ella, e por com ella não vir, fôra dela lançado, e mandado ás partes que fizessem certo de seus artigos recebidos; ao que fôra satisfeito por inquirição devassa que sobre o dito cazo foi tirada, e por inquirições de testemunhas, que foram acabadas e abertas e publicadas, e juntas ao feito, e tanto nele arrazoadado pelas ditas partes, que o dito Corregedor mandou que o feito lhe fosse levado conclusão; e visto por elle o dito feito e prova em elle dada, e como se provava que a villa de Mafra e Ericeira e seus termos serem dados com seu juro, por titulo de contracto e escaimbo, por patrimonio e herança, aos antecessores do reu, pela Villa de Portel, e desde então para cá sempre foram havidos por patrimonio, e a Villa de Portel ficara na Corôa do Reino; e vista a Ordenação e lei mental em tal cazo, e como por assim a villa de Mafra e Ericeira serem dadas com seu juro, os senhorios estiveram em posse de confirmar juizes e fazerem Ouvidores que confirmavam e apuravam as eleições e conheciam de agravos, não tendo para ello nenhuma doação nem privilegio, mais do que a Ordenação do Reino, pois uzavam dela; e como se outrosim provava o reu mandar matar galinhas e tomar o peixe e leval-o a sua caza e lhe poer os preços á sua vontade, e se servia das bestas e homens da dita Villa e os mandar ao Porto sem lhes pagar coisa alguma; e sendo o foral que os pescadores da dita Vila levassem conducto de todo o peixe que trouxessem do mar antes de ser dizimado, posto que fosse peixe grande e não trouxessem outro, outrosim elle reu não consentia que de congros nem doutro peixe algum se levasse conducto; e assim trazia as ovelhas e bestas pelos pães alheios sem nenhum pastor; e no tempo do releigo metia os vinhos do termo de Mafra e da sua colheita com o vinho do releigo da dita Villa, e todo vendia juntamente; com o mais que se pelos autos mostrava, por sentença condenou o reu por assim uzar da dita jurisdição de poer Ouvidor que as eleições fazia e apurava, e confirmava os Juizes não tendo nenhuma provisão nem privilegio para isso, conhecendo de agravos contra a forma da Ordenação, fosse suspenso dela até minha mercê; e pelo que tomava a seus vassallos e se deles servia sem lhes pagar, desse e pagasse para os captivos cincoenta cruzados conforme a minha Ordenação, e que daqui por deante deixasse tomar o conducto do peixe grande, conforme ao foral, e se dizimasse como elle mandava; e que tirasse suas ovelhas e bestas da terra, um anno, para que nela não fizessem nojo, salvo se as tivesse em estrebaria; e da mais pena o relevava, visto o que dito era; e condenou ao reu nas custas, e apelou para mim por bem da Justiça; e o feito me foi trazido, e sendo perante mim apresentado, por parte do reu foi apre-

sentado o escaimbo que fora feito da Villa de Portel com a dita Villa da Ericeira e Mafra, o qual fora junto ao feito, e fora nele tanto por parte do dito reu e do dito meu Procurador arrazoadado do seu direito e justiça, que o dito feito me foi levado concluso, o qual visto por mim em Relação com os meu Dezembargo: Acordei que é bem julgado pelo Corregedor em suspender João de Sousa reu, da jurisdição, emquanto for minha mercê, e não é bem julgado, por elle o condenar em outras penas declaradas em sua sentença; e visto pelo escaimbo e doação, por elle reu apresentado, se mostrava o dito reu ter jurisdição, e não ser pelo dito escaimbo e doação declarada a forma que se dela ha de uzar, pelo que, segundo a forma da Ordenação, não pode por si e seu Ouvidor fazer eleições de Juizes e Officiaes do Conselho e apural-os e confirmal-os, com o mais que se pelos autos mostra, mando que o reu não uze da dita jurisdição em mais que, por si ou seu Ouvidor, conheça das apelações sòmente, e desta jurisdição o hei por suspenso até minha mercê, e nesta parte confirmo a sentença do dito Corregedor e o absolvo das mais penas em que é condenado, visto o que se pelos autos mostra; e condeno o dito reu nas custas do processo, sòmente. E porem vos mando que assim o cumpraes e guardeis e façaes em tudo mui inteiramente cumprir e guardar, como por mim é julgado, confirmado, acordado, mandado e determinado; e mando que esta minha sentença se cumpra e guarde como de feito e realmente, assim e da maneira que em ella é conteudo. E porquanto esta sentença é tirada por parte do Procurador de meus feitos por isso em ella não dão conta das custas. O que assim cumpri. Dada em a minha cidade de Evora, aos dez dias do mez de Novembro. El-Rei o mandou pelo Doutor Antonio de Macedo, do seu Dezembargo e Juiz dos seus feitos em sua Côrte e Caza da Suplicação. Francisco Pires a fez por Afonso de Toar, escrivão. Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e trinta e seis annos. E eu dito Afonso Fernandes de Toar a fiz escrever e a subscrevi.

Tôrre do Tombo. Sentenças a favor da Corôa. Livro único a folhas 24 e 25.

N.º 19

No livro 1.º do Registo de Obitos da Freguesia de São João das Lampas, folhas 277, encontramos o registo de Obito de 2 combatentes, Pero Luiz e João Rodrigues, com a nota de terem morrido no combate junto á Igreja de Nossa Senhora do Porto, em cujo adro foram sepultados.

«No mesmo mez (Junho de 1585) faleceu P.^o Luiz, do Arneiro da Reganha, não fez testamento e foi enterrado no Adro de Nossa Senhora do Porto. Este morreu na briga dos alevantados do Rei ermitão de São Gião, o qual Rei morreu enforcado na cidade de Lisboa por dizer que era Rei; e mais se alevantaram com elle de tres mil homens, mas alguns delles pagaram o desconhecerem o seu verdadeiro Rei, porque foram tambem enforcados».

«No mesmo mez faleceu João Ruiz, de Cortezia, e foi enterrado no Adro de Nossa Senhora do Porto, e não fez testamento. Este morreu na briga dos alevantados».

Com referencia a terem sido perdoados alguns dos revoltosos, consta, pelas contas de receita e despesa do Concelho, prestadas pelo Procurador do Concelho, Baltazar Fernandes, em 10 de Fevereiro de 1586, perante o Tabelião Luiz Mendes, a seguinte verba de despesa:

«Disse que dera, por mandado do Juiz, a um caminheiro que trouxe o perdão dos alevantados por parte do Ermitão, trezentos reis — 300 reis.

Livro 69 do Archivo Municipal, a folhas 86 verso.

(Deste mesmo livro, a folhas 88 verso, consta que o ex-Procurador do Concelho, Luiz Gonçalves, se achava prezo nas galés).

Nos principios do século XVIII havia na Ericeira, junto ao actual Largo do Oitão, um Chão Salgado, do qual se dizia, naquele tempo, que ali estivera construida uma caza que servira de residencia a um Rei que fôra prezo, e que aquele chão fôra salgado para nunca mais ali se poder edificar. E pedindo alguns moradores licença á Camara para ali edificarem cazas, houve duvidas sobre a concessão de taes licenças. Os requerentes recorreram ao Conde donatario, que mandou á Camara que o informasse acerca do assumpto, e se haveria algum impedimento. A Camara informou que, dos seus archivos, nada constava, pelo que foram concedidas as licenças.

Tambem se dizia que, naquele chão salgado, estivera construida uma caza que servira de moradia a uns capitães inglezes, que vieram com o exercito que a Inglaterra mandara em auxilio de Dom Antonio Prior do Crato; mas um dos requerentes informou o Conde de que, o exercito inglez não havia desembarcado na Ericeira, mas sim em Peniche, de onde seguira para Torres Vedras, e dali para Lisboa, sem ter passado pelas povoações da beira-mar.

(Continua).

J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA.

ALEXANDRE HERCULANO
REDACTOR DO «DIÁRIO DO GOVÊRNO»⁽¹⁾

Pelas 5 horas da tarde de 10 de Setembro de 1836, na sala nobre dos Paços do Concelho em Lisboa a Rainha D. Maria II constrangida e lacrimosa jurava a Constituição de 1822 com que o Povo e a Guarda Nacional sublevados na véspera tinham substituído a Carta de 1826. Para não prestar idêntico juramento demitiu-se um sem-número de funcionários, por isso razão tinha Manuel Passos para dizer depois que chegara a ter o braço cansado de assinar demissões. O primeiro a abrir o caminho foi o presidente do tribunal comercial de segunda instância e antigo vogal da Junta do Pôrto em 1820, José Ferreira Borges que no requerimento que para tal fim dirigiu à Rainha em 16 de Setembro dizia: «é incompatível com os meus conhecimentos, com a minha honra, com o meu carácter, nunca desmentido, o amalgamar com a ordem da sucessão legislada na constituição política da Monarquia Portuguesa de 1822, feita em outras circunstâncias, e para outros efeitos, que já hoje se não dão nem podem dar-se, depois que Vossa Majestade governa pela Carta de 1826 sôbre o assenso e consentimento expresso e jurado de todos os Portugueses». No dia seguinte 17, seguia o exemplo dêste notável homem público, o segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Pôrto, o futuro historiador, o maior do nosso tempo Alexandre Herculano de Carvalho

⁽¹⁾ Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

Araújo, que num officio ao presidente do município portuense fundamentava o seu pedido de demissão por esta forma: «A fé que prestei guardar à Carta Constitucional da Monarquia selei-a com as misérias do destêrro, e com os padecimentos e riscos de soldado, que passei na emancipação da Pátria; para a conservação de um cargo público não sacrificarei portanto nem a religião do juramento, nem o orgulho que me inspiram as minhas acções passadas».

Muitos outros, como Herculano, é verdade, se demitiram também, mas de todos talvez fôsse êle o único que ficasse sem pão, pois era «pobre como a viúva que afastou o óbolo» ⁽¹⁾ como poucos anos passados o confessava ainda.

Demitido por não querer servir com uma situação que julgava incompatível com os seus princípios políticos e juramento que prestara, Herculano aceitou um ano depois do triunfo da revolução que a levara ao poder, a direcção da fôlha official. Tem passado quasi inteiramente desapercibido aos biógrafos do Mestre, esta fase aliás importante da sua vida pública, e em que parece à primeira vista haver uma flagrante quebra daquela grande integridade de carácter que foi uma das suas mais brilhantes qualidades, o que tal não há pelo que passo a expor:

Inocêncio no seu *Dicionário Bibliográfico* (vol. II do Suplemento), limita-se a dizer em duas linhas que Herculano foi redactor do *Diário do Governo* por Junho ou Julho de 1837 e meses seguintes.

Disse o que sabia e nada pôde adiantar o seu já benemérito continuador e meu illustre colega Brito Aranha, que consultado por mim me dizia há pouco em carta que tenho presente:

«Não é fácil hoje deslindar o que Herculano escreveu para o *Diário do Governo*, em 1837, pois o Inocêncio, que

⁽¹⁾ *A meditação de Jesus*, artigo de Herculano, a pág. 115 do vol. V do *Panorama*.

devia ter escrito o artigo do *Dicionário* com subsídios procurados na Contadoria da Imprensa Nacional, atendendo ao cuidado que punha nas investigações e à amizade que o ligava ao contador e escritor aprimorado Pereira Sousa (o *Sousinha da Imprensa*, como era conhecido) nada pôde adiantar, nem a respeito de Alexandre Herculano, nem de outros na redacção daquela fôlha; e agora dada a circunstância de que o testamenteiro do egrégio historiador, o professor Galhardo da Escola Naval também falecido, prometera, a mim próprio o declarou, que antes de morrer, acabaria de coligir apontamentos preciosos para a vida de Herculano, mas segundo ouvi na «Livraria Bertrand», onde interroguei quem podia informar com verdade, declararam-me que os herdeiros do Galhardo, depois do óbito dêste venderam tudo e até os direitos das obras de Alexandre Herculano a José Bastos & C.^a. Declaram os herdeiros, repito, que cousa alguma de completo e viável se lhe deparou no espólio do falecido. Veja o meu amigo como vão desaparecendo os subsídios de valor e não descansam nestas fainas em que se perde a saúde e a paciência».

A entrada de Herculano para a redacção do *Diário do Governo*, que ao tempo e ainda por muitos anos depois continha a parte não oficial, em que se apreciavam as artes e medidas governamentivas sempre mais ou menos favoravelmente, como é bem de calcular, foi em 1838 e não em Junho de 1837 como indica Inocêncio, e repete o Sr. Teófilo Braga na sua *História do romantismo em Portugal* ⁽¹⁾ que, de-certo baseado no testamento daquele, escreveu:

«Em fins de Junho de 1837 foi-lhe confiada a redacção do *Diário do Governo*, que então não era o órgão da publicação dos documentos legislativos; era um jornal de discussão política como qualquer outro, em que o Governo se de-

(1) Pág. 282.

fendia. Herculano redigiu apenas alguns meses, e isto pode explicar-se pelo facto da queda do ministério Setembrista em Junho de 1837, acompanhada de revoltas parciais, conspirações de despeitados e movimentos do exército».

O *Diário do Govérno* continha como disse, uma secção doutrinal, mas no resto era o que sempre foi a fôlha oficial e não o que afirma o distintíssimo académico. A primeira situação Setembrista caiu é verdade no comêço de Junho de 1837, mas Setembristas continuaram a ser tôdas as que se lhe seguiram até Novembro de 1839, por isso não se pode ir encontrar ali o motivo da entrada e da saída de Herculano na redacção do *Diário*».

É no próprio jornal que temos de procurar a explicação do facto, e é dali igualmente que se depreende quando principiou a colaboração de Herculano, que foi em 7 de Janeiro de 1838, lendo-se no número do *Diário* dêste dia:

«Encarregados pelas pessoas a quem isso incumbia, le-se ali, da redacção do *Diario do Governo*, era de crer que começassemos por fazer profissão de fé politica, e por annunciar de que cousas ou pessoas diríamos bem ou mal.

«Velho costume é este de jornalistas; e velho costume é tambem seu desmentirem brevemente a profissão. O Publico já o sabe, e dá a estas declarações tanta importancia, como a forma e grandesa dos caracteres com que vem estampado o titulo do jornal.—Assim nós pouparemos ao Publico o trabalho de lêr cousas inuteis. Entre tanto, se nada temos a dizer por esta parte, nem por isso ficamos desobrigados de declarar qual seja o objecto a que nos propoemos, aceitando esta empresa, que sem nós a pedir-mos, nos foi confiada».

Depois de largas considerações sôbre a imprensa periódica, missão do jornalista e do jornalismo politico, termina por esta forma:

«Hoje a polemica politica tem-se tornado objecto de miras pessoas, e até indecencias. Mas a maior de todas seria que o principal

Diario portuguez entrasse neste pugilato vergonhoso, de que o vencido e o vencedor só colhem afronta e vituperio. Ninguém a isso nos obrigará, ao menos debaixo da nossa responsabilidade; mas se tal tentasse, alegremente deixariamos a missão, que, sem a minima diligencia nossa, encarregaram a uma penna tão debil como a nossa é».

A escolha de Herculano para redactor do *Diário* não agradou à grande maioria do partido Setembrista; e tanto que um dos seus jornais mais em evidência o *Nacional* não perdia ocasião de manifestar êsse desagrado. Havendo saído no *Diário* um artigo advogando a extinção da pena de morte, aquele jornal chamou para o facto a atenção do gabinete por êste tal consentir. Herculano desforçou-se, explicando assim a sua situação perante êste:

«Accusa o *Nacional* o Governo de consentir que no *Diario* se publiquem artigos que os redactores d'aquelle periodico julgam nocivos. Concedendo que estes o sejam, a accusação contra o Governo é inteiramente infundada. Os artigos da redacção não os lê nenhum dos Ministros antes de irem para a imprensa, e a razão é clara: o Governo nada absolutamente tem com a parte não official do *Diario*; e os redactores do *Nacional* devem estar lembrados de que ainda não ha muitos meses um dos Ministros da Corôa declarou isto mesmo no Congresso. A nossa obrigação para com o Governo reduz-se a não atacar os seus principios ou a sua politica, n'uma folha onde elle publica os seus actos, mas que pertence a uma empresa particular. Nem se isto de outro modo fosse, nos teriamos nós encarrregado da redacção do *Diario*, porque n'esse caso nos considerariamos como occupando um cargo publico, o que de certo não queremos (1).

Dias depois em 13 de Março estalava a chamada Revolução do Arsenal, e Herculano estigmatizou acremente no *Diário* o procedimento da Guarda Nacional que foi a causa do tumulto. Pois o *Nacional* immediatamente lhe retorquiu escrevendo: «É com a maior estranheza que vimos em o

(1) *Diário do Governo*, n.º 58, de sexta feira 8 de Março de 1838.

Diário do Governo de 14 de Março uma relação dos sucesos do dia anterior, onde se lêem inexactidões e expressões descomedidas, o que deve admirar depois de expor o redactor que aguardaria fidedignas informações.

.....
«O redactor expõe que se travou um combate entre Portugueses que pertencem ou querem pertencer à mesma bandeira senão ao mesmo *bando*. ; O que significam expressões tais? Qual é o *bando* a que pertencem os que estiveram em armas no dia 13? Acaso entende o publicista, que os patriotas da revolução de Setembro, os habitantes da capital, — os militares, e a porção da Guarda Nacional armada pertencem colectivamente a qualquer facção?

«O *Diário do Governo* devia apressar-se a rectificar esta parte da sua exposição porque a reputamos altamente indecorosa para a nação e sôbre tudo para a gente que nos governa, a qual deve ser mais cautelosa na revisão dos artigos da fôlha oficial, ou limitá-lo a um mero boletim de leis» (1).

Herculano não deixou sem resposta o seu contendor que voltando novamente à carga denuncia agora, e nestas palavras que conhece bem quem é o adversário.

«O fácil estôrvo do movimento do dia 13 parece ter acalentado amortecidos desígnios, que a desconfiança e a lição dos nossos precedentes talvez exagerem. Acredite pois o público que a nossa voz se tornará mais fidedigna do que a do *profeta* admoestando-o a conservar-se plácido e comedido» (2).

Pela última vez, querendo pôr têrmo à polémica, Herculano vem com novas explicações no *Diário* sendo uma delas o repetir que nenhum contrato tem com o Governo

(1) *O Nacional*, n.º 973 de sexta feira 16 de Março de 1838.

(2) Alusão clara à *Voz do Profeta*.

(3) *O Nacional*, n.º 976 de quarta feira 21 de Março de 1838.

para a redacção do jornal e outra que se segue ou não a politica do Govêrno, é êste e não o *Nacional* que há-de julgar, e, termina:

«Falam os redactores em ultimo lugar em certo escrupulo nosso, que não recusamos receber como tal; a este argumento *ad odium* sabem muito bem os srs. Redactores do *Nacional* que não podemos responder n'esta folha: entretanto asseguramos-lhes que não recusamos a responsabilidade politica ou moral que d'ahi nos possa resultar» (1).

O escrito a que refere Herculano, e que primeiro tinha sido denunciado pelo *Nacional* era o seu soberbo panfleto *A voz do propheta* onde em termos admiráveis estigmatizara a revolução cujo govêrno agora defendia.

O *Nacional* ainda respondeu, mas a questão ficou por aqui, mas para logo se levantar outra e esta mais grave pelas acusações que se fizeram ao carácter de Herculano mas que de tudo se desafrontou também e brilhantemente.

O ataque partiu agora de um outro jornal Setembrista avançado *O Procurador dos Povos* que em fins de 1837 tinha vindo substituir o *Toureiro* jornal criado em Março de 1836 para combater o *Raio* que era violentíssimo contra a opposição de então, govêrno depois de 9 de Setembro dêsse ano. Era redactor de ambos o padre Lampreia (2), cujo cinismo e desbragamento de linguagem tornaram célebres.

Agora, Herculano para se desforçar não se aproveitou do *Diário*, procurou um outro jornal, *O Correio de Lisboa* (3), queera oposicionista e onde publicou diferentes documentos referentes aos seus serviços de soldado da liberdade, e entre êles esta carta, e exposição:

«Snr. Redactor: — Sendo o seu jornal um dos mais bem redigidos e por consequencia um dos mais lidos pelo publico a quem eu pretendo

(1) *Diário do Govêrno*, n.º 70, de quinta feira 22 de Março de 1838.

(2) Joaquim Manuel de Moura Lampreia.

(3) N.º 60 de segunda feira 12 de Março de 1838.

dar conta de mim — pelo publico a quem unicamente respeito, aquele para quem a honra e o pudor tem preço e valia, rogo-lhe faça inserir nas columnas do *Correio* os papeis que remeto, e cuja publicação é necessaria ao meu credito offendido. Do seu amor á justiça espero esta mercê pela qual lhe serei perpetuamente obrigado etc. — A. Herculano.

«Tendo eu sido vivamente affrontado n'um periodico intitulado o *Toureiro*, periodico despresado pelos homens honrados de todos os partidos, escripto, segundo geralmente se diz, por um frade dissoluto e malvado, periodico onde como em sentina publica se despejam continuamente vituperios contra todos os que não victoriam a licença e a immoralidade; tendo, digo, sido mal tratado nesse papel abjecto, hesitei muito tempo em levantar do lodo a luva da ignominia. Hoje é quasi uma espécie de triumpho, uma prova de merito e de virtude ser insultado no *Toureiro*. Muitos ambicionam isso; tambem eu de ora avante o ambicionarei. Mas se um homem conhecido por sua honradez, talento e bons serviços feitos á Patria pode sorrir tranquillo dos ladridos de um frade ignorante e corrupto, eu não o posso fazer. Pequeno no mundo, vivendo vida obscura, sem illustração e sem nome, não tenho um escudo que me resguarde dos tiros da malevolencia. Cumpre pois que eu me erga e, seguro n'uma boa consciencia, diga aos meus concidadãos: eis-me aqui! — julgai-me. Muitos dos meus amigos crerão que eu me avilto fazendo cabedal do *Toureiro*. Enganam-se. — Avilta-se acaso o innocente condemnado injustamente ao patibulo, se quando o algoz annuncia ao povo o supposto crime, lhe diz: Algoz olha que mentes? — Avilta-se acaso aquele que, mordido por um verme asqueroso, o esmaga, e passa avante, para nunca mais se lembrar delle?

«Estas e outras considerações me fizeram lançar mão da penna. Destituído dos bens que dá a fortuna, a minha única propriedade é um nome sem mancha: esta herança, mercê de Deus, tenho-a conservado inteira, e conserva-la-hei a todo o custo. Perante os tribunaes eu pedirei o castigo de um assassino da alheia reputação; e se não houvessem tribunaes que o dessem, para quem tem um coração de homem ainda há outros meios na terra de reparar affrontas.

«Quem arriscou muitas vezes a vida pugnando pela liberdade da patria, e não pela licença da relé, no campo da batalha, e não nas columnas de um papel infame; quem soffreu o desterro, as tempestades, a fome e a miseria por bem merecer do seu paiz; quem póde sem receio desafiar todos os seus inimigos para que lhe apontem, desde que entrou no mundo como cidadão, um unico acto da sua vida, em que deslissasse do caminho da honra, ver-se um tal homem tractado como o

mais vil dos fautores da tyrannia por uma creatura que para eterna vergonha da imprensa portugueza enxovalha diariamente com ineptias e calumnias uma avultada porção de papel; por uma creatura sem decencia, sem saber, sem serviços, sem virtudes e sem pudor; ver-se isto é ter deante dos olhos a prova do estado de dissolução social, a que infelizmente temos chegado.

«E este escandalo e agravo é tanto maior quanto é certo que semelhante procedimento da parte do *Toureiro* — procurador não foi provocado. Em que o offendi eu? — Que mal lhe causei? — Que pode neste mundo haver que seja commum entre mim e elle? — Pretender derrocar a boa reputação de quem não conhecemos nem por beneficio, nem por injuria, que é senão o cumulo da perversidade? — Aproveitar um acontecimento succedido a uma creança, torce-lo, e interpreta-lo para insultar um homem feito, que mostra, se não vileza de animo, e um coração corrupto? — Quem até hoje se lembrou de lançar em rosto a ninguem os desvios dos desesseis annos? — E que diremos daquelle que aproveita essa idade e uma desgraça para calumniar um homem que nunca lhe fez mal? — Conheço muita gente immoral; mas para haver quem fosse capaz de tanto, era preciso que tivessem existido frades.

«Se, porem, nesta materia é permittido o gracejo, eu direi ao procurador-toureiro, que se deseja noticias das travessuras da minha primeira mocidade para com ellas adornar as columnas dos curiosos periodicos que redige, eu lh'as posso dar mais certas do que essa que aproveitou, as quaes, sem que tenha o trabalho de as torcer, e não deixarão de ter galantaria, e de serem páginas notaveis na historia das travessuras.

«Emigrei da idade de 20 annos, em consequencia da infeliz tentativa da revolução do 4.º regimento de infantaria, tentativa conduzida com tanto valor pelos meus honrados amigos o capitão Albino Francisco de Figueiredo, e Tenente-Coronel Bravo, hoje tão esquecidos e maltratados pelo toureiro e pelos seus dignos amigos politicos.

«Tinha eu pouco mais de 18 annos, quando o Capitão Figueiredo me conheceu, e já então convidou o Moço Miguelista para o ajudar n'uma arriscadissima empresa, que não foi levada a cabo, porque a maior parte dos que para isso foram convidados, a julgaram impossivel. Elle pode dizer se eu a julguei assim, e se tive receio da morte, que n'aquella tentativa era quasi certa.

«Desde que emigrei até ao fim da lucta ahi estão documentos authenticos que fallem por mim. Se o toureiro-procurador apresentar em seu abono cousa que com elles se pareça, eu quero ser tido na conta de

vilissimo entre os vis: — maior infamia do que isso, quero escrever um artigo para o *Toureiro* ou para o *Procurador dos Povos*.

«Póde agora o immoral redactor desses jornaes despreziveis vomitar contra mim quantos doestos e injurias achar na sua imaginação cultivada nos lupanares e tabernas. Não será nos papeis publicos, mas deante do magistrado que nos tornaremos a encontrar. É ahi que pagará aquelle de nós que dever. — *O redactor do Diário do Governo*».

Se alguma dúvida houvesse ainda quanto a Herculano haver sido redactor do *Diário do Governo* em 1838 desapparecia perante estes dois documentos que fui arrancar a uma publicação periódica onde estavam sepultados à setenta anos e que hoje é da mais extrema raridade.

Aveiro, 28 de Março de 1910.

MARQUES GOMES.

CARTAS HISTÓRICAS (1)

XIV

«Ill.^{mo} Snr. — Não me admira de ver o que V. S. faz em todos os objetos que lhe pertencem, e a facilidade com que executa o que me dita, porquanto sabe escolher os individuos, e vigia na execução do que ordena, merecendo com a maior razão de se dizer que he hum dos servidores de S. A. R.

«Este novo serviço he uma prova do seu zelo, mas hade V. S. confessar que se todos tivessem igoal cuidado não succederia o que representa o Intendente da Policia que pede providencia geral para tão grave epidemia que assola o Reyno.

«Dou a V. S. os parabens do feliz exito da empresa e lhe peço que assente os meios que necessita para continuar a ser empregado tão brilhante General.

«Lembra me que seria util o crear em todas as Comarcas hua companhia de lobeiros, os quaes recebendo hum moderado soldo, e hum provimento de polvora e bala seguissem constantemente estes animaes (2), debaixo de hum cabo respondendo ao chefe director, e na *sua caixa* se recebesse o premio das *Cameras* para ser repartido pela Companhia segundo o seu prestimo e ganho. Eu creio que este seria o unico meio de exterminar a raça que ordinariamente se re-

(1) Cont. do n.º 2, pág. 236.

(2) Lobos.

força em Portugal pela serra da Sinafria e pela serra Morena.

«Peço a V. S. que com a sua actividade continui neste grande bem, e inclusos remeto os documentos que são interessantissimos e aceite V. S. os agradecimentos da sua lembrança de todas estas senhoras (?) que com o maior prazer e..., apreciação a sua lembrança e favor.

«Eu devo lembrar a Tonelada no Concelho, a moeda de ouro e prata, a divida fundada, livre a renda ordinaria, o Linkinfonde (?) para amortizar.

«A grandes genios só se destinão altas empresas e tais eu as espero de V. S. de quem sou amigo obrigado fiel captivo (a.) *Principal Sousa* — são 27 de março de 1816».

XV

«Ill.^{mo} Snr. — Sempre admirei os seus trabalhos, e reconheci a superioridade de talento e estudos não falando da actividade, e regularidade de serviço, assim com o maior prazer admirarei de novo os esforços de hum vassalo honrado e digno a bem do seu Principe.

«Não sei se me ingano, mas a sua imaginação me faz ver hua epocha brilhante, se houver hum ministerio de luzes.

«A divida de Portugal he muito diminuta: na relação a Portugal he muito grande pelo triste estado da sua cultura, limitada, só a hum terço do Reyno. Por consequencia se V. S.^a fizer jogar todo verão o milagre, o augmento da renda ordinaria he muito necessario. Nada vejo mais facil, sem comtudo parecer tributos novos.

1.^o

«Perdoar, limitar terços *quantos quantos* 6.^{os} e septimos (?)

nas terras de pão e mesmo inverter por compensações; — aumentando os reaes no vinho atavernado.

«Esta simples mudança permitirá hum bom lançamento de decimas, que talvez cresça mais de 300 contos no Reino.

«Augmentará as cisas pelo valor que devem ter as terras nas suas vendas, das quaes disfruta o Erario o terço, e os empréstimos extraordinarios, etc.

2.º

«A mudança do selo, para hua das Leys do Papel Selado, então esta renda entrará no Erario, em lugar de ficar nos Escrivães das terras.

3.º

«O direito das manteigas e queijos e carnes dará hum augmento de mais de 200 contos, o anno passado deu no balanço 300, e tantos contos.

4.º

«O direito da tonelada igualada segundo o Tratado será de hum proveito muito grande. — Estes acrescimos talvez excedão a 100 contos e muito excedão.

«Para findar a divida pedindo por 10 annos ao Clero Regular, e Secular assim como aos bens das ordens, hua meia decima mais, terá S. A. R. com que pôr em pagamento certo, toda a massa das dividas que houverão o Estado, segurando-lhe assim hum juro moderado e hum fundo amortisador constante.

«Pondo alem disso em venda, as sobras dos baldios do Reyno que não forem necessarios para logradouros dos Povos, e aceitando na parte publica, estas cedulas em pagamento destes terrenos. —

«Tendo porem estes terrenos o perdão por 20 annos de todos os impostos Eclessiasticos e Civis.

«A circulação e credito destas Apolices será grande, prompto o pagamento da divida nacional, e o unico emprego destes Capitalistas na Agricultura será passados vinte annos, hum extraordinario augmento de renda, e povoação.

«Alem dos impostos indirectos que logo devem produzir.

«Exaqui em breve, o meu modo de ver, desejo que S. A. R. seja felis, e poderoso, choro a desgraça do Reyno no estado prezente, e não conheço outro remedio.

«Desculpe V. S.^a estes borrões, mas eu tenho passado mal da minha cabeça, não posso fazer mais applicação.

«Eu sou de V. S.^a amigo obrigado e fiel captivo (a.) *Principal Sousa*».

XVI

«Ill.^{mo} Snr. — Muito gosto de falar e aprender de quem tem tantas luzes como V. S.^a

«Que renda teria Portugal se em lugar de hum terço (se tanto he cultivado,) se cultivassem as outras duas partes.

«Porque rezão se não hade estudar, porque rezão se não hade fazer a diligencia por melhorar este mal, as consequencias são visiveis, o nosso numerario a fugir, e desaparecer, e o Estado cada dia a empobrecer. Eis a rezão porque alliando na primeira mão, se consegue augmentar a Renda Publica, eis a rezão porque se concluia. Se hum terço cultivado dá 20 milhoens, quanto, darião os dois terços que estão em pouzio.

«Esta he a primeira origem da nossa pobreza.

«Sobre a lembrança que tive para extincção da divida fluctuante, eu tenho o resultado — que applicando 3 ao juro e 3 ao capital em 23 annos 3 mezes e 13 dias se extingue a [divida] mas com hum sacrificio, alem da divida, de 1:951,400,000.

«No 2.^o caso applicados a amortizar os 3 por 0/0 segundo o agio, e sem valor calculado segundo o credito das Apolices que não circulão, se pode considerar paga a divida em 9 anos 7 mezes, 2:757,758,466, econemisando se quasi 10 milhoens.

«Parece-me certo e o mando copiar para remeter a V. S.^a (bem que não he necessario) mas sempre serve para combinar com o que V. S.^a ordenar.

«Estimarei a boa saude de V. S.^a, de quem sou — De V. S.^a amigo obrigado e fiel captivo (a.) *Principal Sousa*».

COMENTÁRIO

O Principal Sousa, assim conhecido na História de Portugal e porque assim se assinava, por ser um dos principais purpurados da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa e da Basílica de Santa Maria, chamava-se D. José António de Menezes e Sousa. Era irmão do Conde de Linhares. Governador do Reino em 1817, assistiu em conselho, ao plano meditado por D. Miguel Pereira Forjaz, para a desgraça de Gomes Freire de Andrade e ousou defendê-lo e pedir clemência. Não assistiu à execução, porque a morte poupou-o ao Anátema de um povo escravidado.

Não sabemos mais nada de notável dêste Principal, a não ser que fora da Patriarcal vestia de rôxo e dentro de encarnado como um Cardinal. Recebia em 1817, como cõgrua, 12:000 cruzados por ano, alem do seu ordenado como Governador do Reino.

XVI

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. — Pelas Representaçoens que me tem sido derigidas da Real Tapada de Villa Viçozza, consta que os Porcos bravos se tem ali multiplicado ahum ponto tal, que se fás incompativel a concervação delles com a demais Caça de Veação e Gamos que S. A. R. o Principe Regente N. Sñr., e Augusto Amo, ali manda que se mantanhão, tanto para aconcervação da Caça da mesma Real Tapada, como

para de ali seproverem as mais Coutadas do Reino, como annualmente sepratica mediante a remessa dos Unhatos que para ellas se invião: Pela abundancia dos Porcos bravos se arruinão os Pastos destinados para asubsistencia da outra Caça, e se diminue apropagação dos Viados e Gamos que os mesmos Porcos devorão enquanto são pequenos; isto posto nenuma outra providencia occorre que não seja como já setempraticado emdiferentes occazioens, ade permitir S. A. R., que sefação batidas, e esperas aos mesmos Porcos, afim de diminuir o excessivo numero que delles existe: quando S. A. R. assim oaprove se expedirão as ordens necessarias, afim dese executarem.

«Devo igualmente pôr na Real Presença por intervenção de V. Ex.^{cia} que o actual Administrador do Couto do Boncão João Rodrigues Fialho Capitão Mór de Portel, cuja honra, zello, e dezentenresse he conhecido de S. A. R., tendo-se achado por cauza de enfermidade impedido depassar áquele Couto com aregularidade que costumava requereoo selhenomiasse entretanto hum Ajudante, oque selheconcedeo destinandose para isso Francisco Pedro Sargento Mór de Monsarraz, achando-se porem agora o dito Administrador João Rodrigues Fialho completamente restabalecido sefás desnecessario apermanentia do referido Ajudante, aquem passo aescrever para odispençar da quele serviço quando S. A. R. não determine ocontrario.

«Queira V. Ex.^{cia} pôr igualmente na Real Presença que o Couto do Roncão, Defeza dos Pombalinhos, e Coutada de Portel, são frequentemente entradas por Caçadores que ali vem acaçar as Lebres, Coelhos, e Perdizes, unica espece de Caça que existe naqueles sitios, e por outros individuos que ali vão a cortar Paus, afrequencia destes acontecimentos procede da impunidade, eda opinião que se fez propagar deque aqueles sitios não erão defezos, quando S. A. R. despende para os guardar os Ordenados com que são

socorridos os Couteiros depé, ede Cavallo: Isto posto rogo a V. Ex.^{cia} queira fazer-me siente sehé da Real Determinação que estes Coutos seconcervem defezos, esepratique para assim oserem omesmo que se acha determinado no Regimento das Coutadas, e mais Ordens Reaes relativas aeste objecto, e emtal cazo ponho na Real Prezença que me parece mt.^o conveniente ao Real Serviço do mesmo Senhor empregar o Administrador João Roiz Fialho em vigiar na execução das Reaes Ordens edo Regimento, e igualmente em Inspectar a conducta dos Couteiros dos sobreditos Coutos que me consta que seconduzem com alguma negligencia, authorizandoo eu para despedir aqueles que senão corrigirem esedescuidarem das suas obrigaçoens.

Devo rogar a V. Ex.^{cia} em dezempenho das obrigaçoens que mesão impostas como Couteiro Mór, queira fazerme obter as Reaes Determinaçoens, assim sobre estes objectos, como sobre aqueles outros que tenho levado a Real Prezença por intervenção de V. Ex.^{cia}. — S.^r Conde de Villa Verde — D.^s G.^e a V. Ex.^{cia} Campo pequeno 4 de Abril de 1805 (a.) *D. João de Almeida de Mello de Castro*».

COMENTÁRIO

O signatário desta carta é o 4.^o Conde das Galveias, do Conselho de Estado, Ministro da Marinha, da Guerra e dos Estrangeiros, Ministro em Londres, Haia e Roma, Embaixador em Viena, Couteiro-mór da Real Tapada de Vila Viçosa e mais tapadas da Casa de Bragança.

Nasceu em 22 de Janeiro de e morreu no Rio de Janeiro, para onde foi na comitiva de D. João VI, em 18 de Janeiro de 1814. Casou com D. Isabel de Menezes, 5.^a filha dos primeiros Condes de Cavaleiros.

(Continua).

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)* — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães* — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem* — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25,000
Número avulso	10,000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 86.º

4.ª SERIE



VOLUME 15.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>A tese da Infanta nas líricas de Camões — IV</i> , pelo Dr. José Maria Rodrigues	395
<i>Contribution à l'étude de la relativité générale — L'espace et sa mesure</i> , por J. Perpétuo da Cruz	424
<i>Anais da Vila da Ericeira</i> , por J. de Oliveira Lobo e Silva	440
<i>As três conferências africanas — III. Conferência de Bruxelas</i> , por * * *	456
<i>Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia</i> , por Mário Simões Trincão	479
<i>Alejandro Herculano y España</i> , por Luis Rodriguez Miguel	498
<i>Três ensaios sobre Antero de Quental — III. Antero de Quental na fase última da sua vida</i> , por Rui Galvão de Carvalho	503

A TESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMÕES

IV

No *Diário de Notícias* de 12 de Outubro dêste ano, o autor do artigo *Cultura estrangeira Cultura portuguesa* pretende responder ao meu III opúsculo sôbre *A Tese da Infanta*.

Trabalho inútil, como o leitor vai verificar.

I

A passagem da hipótese para a tese

1. Quando há mais de três dezenas de anos me estava ocupando das fontes de *Os Lusíadas*, tornou-se-me necessário reler as restantes obras do poeta, à procura de elementos que pudessem servir aos meus intuitos. Ora as líricas fizeram-me logo surgir no espírito a deficiência de tudo quanto se havia escrito sôbre os amores de Camões.

Era, portanto, necessário, pelo menos provisòriamente, fazer tábua rasa sôbre êste assunto e procurar, primeiro que tudo, colher e, se fôsse possível, coordenar o que se encontrava disperso na caótica aglomeração daquelas composições.

Ora não me levou muito tempo a chegar à conclusão de que na vida amorosa do poeta havia desempenhado

papel muito preponderante uma senhora de elevada categoria social.

2. Chamou-me desde logo muito especialmente a atenção o soneto 95 da edição de 1873-1874⁽¹⁾, que transcrevo, com algumas das anotações que acrescentei no *Camões e a Infanta D. Maria*, pág. 265-266:

Que poderei do mundo já querer,
Pois no mesmo em que pus tamanho amor,
Não vi senão desgosto e desfavor,
E morte, em fim, que mais não pode ser?
Pois me⁽²⁾ não farta a vida de viver,
Pois já sei que não mata grande dor,
Se houver cousa que mágoa dê maior,
Eu a verei, que tudo posso ver.
A Morte, a meu pesar, me assegurou
De quanto mal me vinha⁽³⁾; já perdi
O que a perder o medo⁽⁴⁾ me ensinou.
Na vida desamor somente vi,
Na morte a grande dor que me ficou.
Parece que para isto só nasci

¿Quem seria esta senhora que, por sua morte, tamanho vácuo deixou na alma do poeta? ¿Esta senhora, que êle tão profundamente amou por tempo mais ou menos longo, e de quem não recebeu senão desgosto e desfavor, de quem só viu desamor?

(1) *Obras completas de Luiz de Camões. Edição crítica com as mais notáveis variantes...* Porto, 1873-1874. Era esta a edição de que me servia, o que explica, embora não justifique, a presença de algumas poesias não camonianas no *Camões e a Infanta*.

Este soneto tem na *Lírica* o n.º 113.

(2) Talvez: *se*. Pois a minha vida se não farta de viver, pois não vem a morte.

(3) Provavelmente: *venha*, isto é, possa vir.

(4) Em vez de *o medo*, é preciso ler *só ela*. O *medo* seria uma glosa marginal, introduzida depois no texto.

3. Para Faria e Sousa (*Rimas várias de Camões*, II, 147) e para Juromenha (*Obras de Camões*, II, 427), trata-se de D. Catarina de Ataíde, a dama do paço cuja prematura morte teria motivado o famoso soneto *Alma minha gentil*.

Ora basta ler esta composição, aliás motivada pela morte de Dinamene, que o poeta viu perecer no naufrágio do mar da China, para se concluir que as situações são inteiramente diversas, havendo apenas de comum o sentimento pela morte das duas amadas do poeta, sentimento que motivou as expressões iguais: *a dor que me ficou*.

Verifique o leitor, confrontando os dois valiosos documentos auto-biográficos (1).

O ilustre professor e homem de letras brasileiro, Dr. Afrânio Peixoto, a quem tão relevantes serviços devem os estudos camonianos, inclui o soneto *Que poderei* entre os que constituem o *poema de Dinamene* (2).

Obstam, porém, a isto, para não citar outros, os dois sonetos que expressamente mencionam o nome desta mulher tão ardentemente amada por Camões e que tão sin-

(1) Para facilitar este confronto, reproduzo também o segundo soneto, embora ande na memória de toda a gente.

Alma minha gentil, que te partiste
Tão cedo desta vida descontente,
Repousa lá no Céu eternamente
E viva eu cá na terra sempre triste.
Se lá no assento etéreo, onde subiste,
Memória desta vida se consente,
Não te esqueças daquele amor ardente
Que já nos olhos meus tão puro viste.
E se vires que pode merecer-te
Alguma cousa a dor que me ficou
Da mágoa, sem remédio, de perder-te,
Roga a Deus que teus anos encurtou,
Que tão cedo de cá me leve a ver-te,
Quão cedo de meus olhos te levou.

(2) *Dinamene, alma gentil*, pág. 108-109.

ceramente correspondia à paixão que inspirou ao poeta.
Ei-los:

Ah! minha Dinamene! assim deixaste
Quem nunca deixar pôde de querer-te!
Que já, Ninfa gentil, não possa ver-te!
Que tão veloz a vida desprezaste!
¿ Como por tempo eterno te apartaste
De quem tão longe andava de perder-te?
¿ Puderam essas águas defender-te
Que não visses quem tanto magoaste?
Nem sòmente falar-te a dura morte
Me deixou, que apressada o negro manto
Lançar sôbre os teus olhos consentiste!
Oh mar! oh céu! oh minha escura sorte!
¿ Qual vida perderei que valha tanto,
Se inda tenho por pouco o viver triste?

Lírica, son. 115.

Quando de minhas mágoas a comprida
Maginação os olhos me adormece,
Em sonhos aquela alma me aparece
Que para mim foi sonho nesta vida.
Lá numa soïdade, onde estendida
A vista por o campo desfalece,
Corro após ela; e ela então parece
Que mais de mim se alonga, compelida.
Brado: não me fujais, sombra benina!
Ela, os olhos em mim co'um brando pejo,
Como quem diz que já não pode ser,
Torna a fugir. Torno a bradar: *Dina...*
E antes que diga *mene*, acordo, e vejo
Que nem um breve engano posso ter.

Lírica, son. 118.

Mais acauteladamente procedeu W. Storck, limitando-se a informar que o soneto já tivera três versões para alemão⁽¹⁾.

⁽¹⁾ *Camoens, Buch der Sonette*, pág. 386.

4. Era necessário, portanto, procurar nas líricas outros passos que se podessem relacionar com o soneto *Que podereis*. E ofereceu-se-me logo um, e bem típico, a canção 9 (hoje 8), *Junto dum séco, duro, estéril monte*. Aí se lêem, com efeito, estes versos:

Se de tantos trabalhos só tirasse
Saber inda por certo que alguma hora
Lembrava a uns claros olhos que já vi;
E se esta triste voz, rompendo fora,
As orelhas angélicas tocasse
Daquela em cuja vista já vivi;
A qual, tornando um pouco sôbre si,
Revolvendo na mente pressurosa
Os tempos já passados
De meus doces erros,
De meus suaves males e furores,
Por ela padecidos e buscados,
E, pôsto que já tarde, piedosa,
Um pouco lhe pesasse
E lá entre si por dura se julgasse;

Isto só que soubesse, me seria
Descanso para vida que me fica;
Com isto afogaria o sofrimento...

Manifestamente tratava-se da mesma senhora do soneto *Que poderei*.

E a interrogação impunha-se-me cada vez com mais insistência: ¿Quem seria esta senhora por quem o poeta tanto se havia apaixonado e que desejava ver arrependida do que lhe havia feito sofrer?

5. Resolvi nesta altura investigar se entre as damas da côrte alguma aparecia que satisfizesse às condições supostas no soneto e na canção a que acabo de me referir.

O primeiro livro que, para êste efeito, compulsei foi o

de D. Carolina Michaëlis, *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas* (Pôrto, 1902).

Ora a pág. 70-71 reparei no seguinte trecho: «Quanto à nossa Infanta, é natural que nova, bela, cheia de espírito e amável, exercesse também certa sedução sôbre os moços fidalgos da côrte. Um sorriso benévolo, um lampejo de luz nos olhos geralmente serenos, uma suave emoção na voz bem timbrada ao pronunciar as palavras de agradecimento, seriam, de longe em longe, a recompensa de acções nobres, feitos cavalheirescos praticados ou de versos sublimes escritos em sua honra».

E intuitivamente me ocorreu ler outra vez as palavras que ficavam pouco antes, concernentes às redondilhas *Perdigão perdeu a pena*, que se poderiam julgar alusivas ao que se contava da paixão de Jorge da Silva pela Infanta⁽¹⁾: «Certo é que o grande poeta lírico, ao parafrasear o adágio popular, pensava em qualquer aventura, determinada, de amor: no vôo de Ícaro de algum temerário moço palaciano que, menos calado, retraído e circunspecto do que o Beato Amadeu, tornara públicos os seus mais secretos sentimentos, sendo porisso despenhado, de asas quebradas e ferido, do alto de seus sonhos».

E no meu espírito surgiu neste momento a hipótese de que o perdigão das redondilhas era o próprio poeta.

E reli as redondilhas, que agora se me revelaram com o cunho pessoal que as caracteriza. Só um facto passado com o poeta poderia explicar as vivas côres, o profundo sentimento com que êle se exprime⁽²⁾.

(1) A êste respeito escreveu posteriormente a ilustre senhora: «Jorge da Silva, ... segundo tôdas as probabilidades, realmente se atreveu a incomodar a Infanta» *Bernardim Ribeiro e Cristovão Falcão*, I, 253, nota. Coimbra, 1923.

(2) Foram estas circunstâncias as que me levaram a abrir por elas o

6. Mas isto era muito pouco para a transformação em tese da hipótese da Infanta. Era necessário proceder a novo exame das duas poesias; averiguar se havia outras que se pudessem pôr ao lado delas, inquirir se a nova suposição estava de acôrdo com o que sabíamos a respeito da vida tanto da Infanta, como do poeta. Numa palavra: era indispensável proceder à verificação da hipótese, dentro, é claro, dos limites do possível, nesta ordem de assuntos.

Comecei, como era natural, pelo soneto *Que poderei*.

A Infanta faleceu em 10 de Outubro de 1577 com 56 anos e 4 meses, quási 3 anos antes do poeta (10 de Junho de 1580). Trata-se, portanto, de um soneto escrito nos últimos anos da vida de Camões e endereçado à memória de uma Senhora havia pouco falecida. E ficamos também sabendo que foi esta Senhora a causadora dos exílios que êle teve de sofrer.

Camões e a Infanta D. Maria. E aqui as reproduzo mais uma vez, tanto pela sua beleza, como pela importância auto-biográfica que revestem:

MOTE ALHEIO

*Perdigão perdeu a pena,
Não há mal que lhe não venha.*

VOLTAS

*Perdigão, que o pensamento
Subiu a um alto lugar,
Perde a pena do voar,
Ganha a pena do tormento;
Não tem no ar nem no vento
Asas com que se sustenha.
Não há mal que lhe não venha!*

*Quis voar a uma alta tôrre,
Mas achou-se desasado;
E, vendo-se depenado,
De puro penado morre.
Se a queixumes se socorre,
Lança no fogo mais lenha.
Não há mal que lhe não venha!*

¿Quem podia ela ser senão a Infanta? Enquanto não aparecer outro nome com iguais direitos, é ela que está de posse. E o espaço de tempo não é muito longo, para as necessárias investigações.

7. Mas prossigamos. Tendo voltado do Oriente, o poeta, que, pela segunda vez, desistira do «seu pensamento»⁽¹⁾, sentiu que êste queria, renascer, mas procurava afastá-lo.

Um facto se deu, contudo, ou êle supôs que se deu, que lhe causou viva impressão.

Leiamos os sonetos que documentam estas asserções.

Se depois de esperança tão perdida,
 Amor por causa alguma consentisse
 Que inda alguma hora alegre visse
 De quantas tristes viu tão longa vida;
 Uma alma já tão fraca e tão caída,
 Quando a sorte mais alto me subisse,
 Não tenho para mim que consentisse
 Alegria tão tarde consentida.
 Nem tão sòmente o Amor me não mostrou
 Uma hora que vivesse alegremente,
 De quantas nesta vida me negou;
 Mas inda tanta pena me consente
 Que co'o contentamento me tirou
 O gôsto de alguma hora ser contente.

Lírica, son. 108.

Pensamentos, que agora novamente
 Cuidados vãos em mim resuscitais,
 Dizei-me: ¿E ainda não vos contentais
 De ter a quem vos tem tão descontente?
 ¿Que fantasia é esta, que presente
 Cada hora ante os meus olhos me mostrais?
 ¿Com uns sonhos tão vãos inda tentais

⁽¹⁾ A primeira vez em Ceuta (cf., por exemplo, as redondilhas *O meus altos pensamentos*), a segunda nas Molucas (cf. o soneto *Um mover de olhos*).

Quem nem por sonhos pode ser contente?
Vejo-vos, pensamentos, alterados,
E não quereis, de esquivos, declarar-me
Que é isto que vos traz tão enleados?
Não me negueis, se andais por negar-me;
Porque, se contra mim 'stais levantados,
Eu vos ajudarei mesmo a matar-me

Lírica, son. 109.

Que me quereis, perpétuas saúdes?
Com que esperanças inda me enganais?
O tempo que se vai torna mais,
E se torna ⁽¹⁾, não tornam as idades.
..... ⁽²⁾
Aquilo a que já quis é tão mudado ⁽³⁾
Que quasi é outra cousa, porque os dias
Tem o primeiro gosto já danado.
Esperanças de novas alegrias
Não mas deixa a Fortuna e o Tempo irado,
Que do contentamento são espias.

Lírica, son. 110.

(1) Se voltam as estações do ano.

(2) A 2.^a quadra deve ter sofrido grande alteração, se é que não pertencia a outro soneto.

Eis como ela se encontra no texto corrente:

Razão é já, ó anos, que vos vades,
Porque estes tão ligeiros que passais,
Nem todos para um gosto sois iguais,
Nem sempre são conformes as vontades.

(3) Fr. Miguel Pacheco (*Vida de la Serenissima Infanta D. Maria*, fl. 126 v), transmitiu-nos a seguinte informação: «Haviendo esta Princesa dispuesto en su vida todo lo que mirava a la otra, poco despues cayo mala de una calentura lenta; juzgaron los medicos ser mortal». Baseado nestas palavras, escreveu Gomes de Brito: «Foi provavelmente aos primeiros rebates do último período da doença de que havia de falecer — a tísica pulmonar (?) — que a Sereníssima Infanta se dipôs a mandar escrever o seu testamento, o qual, datado, assinou de seu punho». (*Arquivo Histórico Português*, n.º 51-52, pág. 105).

Os dois sonetos seguintes devem referir-se ao mesmo facto:

Pues siempre, sin cessar, mis ojos tristes
En lágrimas tratais, la noche y día,
Mirad si es lágrima esta que os envia
Aquel Sol por quien vos tantas vertistes.
Si vos me assegurais, pues ya la vistes,
Que es lágrima, será ventura mia;
Por empleadas bien desde hoy tendria
Las muchas que por ella sola distes.
Mas qualquier cosa mucho deseada,
Aunque viendo se esté, nunca es creida;
Y menos esta, nunca imaginada.
Pero della asseguro, si es fingida,
Que basta ser por lágrima enviada,
Para que sea por lágrima tenida.

Lirica, son. 111.

Na desesperação já repousava
O peito longamente magoado,
E, com seu dano eterno concertado,
Já não temia, já não desejava;
Quando uma sombra vã me assegurava
Que algum bem me podia estar guardado
Em tão formosa imagem, que o traslado
Na alma ficou, que nela se enlevava.
Que crédito que dá tão facilmente
O coração àquilo que deseja,
Quando lhe esquece o fero seu destino!
Ah! deixem-me enganar, que eu sou contente;
Que, pôsto-que maior meu dano seja,
Fica-me a glória já do que imagino.

Lirica, son. 112.

Sôbre o assunto dos dois sonetos escrevi no *Camões e a Infanta D. Maria*, pág. 261-262: «Se é fundada a conjectura que me sugerem os dois sonetos, a filha de D. Manuel comoveu-se profundamente com a leitura da nossa epopeia

nacional e o fino lanço em que se viam vestígios de uma lágrima foi mostrado ao Poeta, dando-se-lhe a entender que se fazia isto por ordem da Infanta, o que, como era natural, não deixou de suscitar dúvidas no seu espírito» (1).

Note o leitor como os sonetos que ficam transcritos confirmam a hipótese da Infanta. ¿A quem senão a ela é que o poeta se podia referir, por estes termos, na última fase da vida dos dois?

8. Vejamos agora como a canção 8.^a (*Junto de um seco etc.*) nos reporta do mesmo modo à Infanta.

Quando Camões partiu para a Índia em 1553, estava justo o casamento da Infanta D. Maria, com o príncipe Filipe, herdeiro do trono de Espanha e viúvo desde 1545, pelo prematuro falecimento da sobrinha e homónima da filha mais nova de D. Manuel. Não admira, portanto, que o poeta procurasse afastar de si «os altos pensamentos» de que já se despedira, mas que às vezes ainda o obsediavam.

É assim que no comêço da elegia 6.^a, *O Poeta Simonides* (narrativa da viagem para a Índia), êle pergunta resignadamente:

¿ De que serve às pessoas o lembrar-se
Do que se passou já, pois tudo passa,
Senão de entristecer-se e magoar-se?

Mas em outra altura do caminho, no Cabo, durante uma

(1) Mais de uma dama da Infanta, na esperança de receber em trôco versos do poeta, não hesitaria em praticar o acto que suponho explicar os dois sonetos. A uma delas, D. Guiomar de Blasfé, dirigiu Camões as redondilhas *Amor, que a todos ofende* (*Lírica*, pág. 59) e o soneto 138.

Faria e Sousa (*Rimas*, I, 353) diz ter lido em um manuscrito que o soneto 111 foi dirigido a uma dama, em troca de uma lágrima que enviou ao poeta *entre dós platos*!

temerosa tempestade, eram outras as reflexões que lhe ocorriam :

Amor ali, mostrando-se possante,
E que por algum medo não fugia,
Mas quanto mais trabalho, mais constante,
Vendo a morte presente, em mim dizia :
Se alguma hora, Senhora, vos lembrasse, |
Nada do que passei me lembraria.
Emfim, nunca houve cousa que mudasse,
O firme amor intrínseco daquele
Em quem alguma vez de siso entrasse.

Contudo, a distância, o tempo, os novos aspectos da natureza e dos homens e sobretudo a idea do irremediável deviam ir amortecendo as lembranças amorosas na alma do poeta.

Aconteceu, porém, que em Setembro de 1554, com o novo vice-rei, D. Pedro de Mascarenhas, chegou à Índia a notícia de que já se não realizava o casamento da Infanta com o príncipe espanhol, e que êste, ao partir da armada para a Índia, ficava noivo da rainha Maria de Inglaterra ⁽¹⁾.

Compreende-se o alvoroço do poeta, o desejo ardente de voltar para Lisboa, a-fim-de «tornar a ver, servir e querer» aquela que tão profunda paixão lhe havia inspirado e por causa de quem tanto tinha sofrido. Como a Infanta acolheria com bons olhos as finezas de tão fiel amante — não deixaria êle de pensar consigo.

(1) Quando se ia efectuar em Lisboa o casamento da Infanta, Carlos V escreveu à pressa, no invólucro de um maço de cartas: «En esto punto tengo aviso que es muerto Eduardo Rei de Inglaterra, a quien sucede Maria, su hermana. Si no está celebrada el desposorio con la Infanta Doña Maria de Portugal, suspendase por aora» (Fr. Miguel Pacheco, *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria*, fl. 46, v.). E ficou suspenso para sempre, porque a nobre Senhora não consentiu que lhe tornassem a falar em casamento.

Mas estava ainda sujeito ao serviço militar e foi-lhe porisso necessário partir para o perigoso cruzeiro do monte de Félix.

Os sentimentos que então lhe agitavam a alma tradu-los bem a respectiva canção. Entre êles avultava o desejo ardente de «tornar a ver», «de ir servir e querer» a Senhora «em cuja vista já vivera».

Camões voltou para Goa, à espera que terminasse o triénio durante o qual estava obrigado ao serviço militar (Março de 1553 a Março de 1556); mas mal chegava êste prazo, quando teve de embarcar para as Molucas, onde os indígenas andavam em guerra com os portugueses⁽¹⁾. É que D. Pedro de Mascarenhas devia ter levado ordens terminantes de Lisboa, para que, mesmo depois de findo o tempo de serviço, Camões continuasse no Oriente, a-fim-de não vir incomodar a Infanta com as suas impertinências e levianidades.

E o poeta sentiu bem donde lhe vinha o golpe.

Basta reler o final da canção 9.^a, escrita nas Molucas:

E agora venho a dar
Conta do bem passado
A esta triste vida e longa ausência.
¿ Quem pode imaginar
Que houvesse em mim pecado
Digno de uma tão grave penitência?
Olhai que é consciência,
Por tão pequeno êrro,
Senhora, tanta pena!
Não vedes que é onzena?

(1) Camões deve ter ido na *Santa Maria dos Anjos*, do comando de António Pereira Brandão, que desferiu quando se ia cerrar o inverno de 1556, isto é, nas proximidades de Maio dêsse ano. Ocupei-me dêste assunto na *História da Literatura Portuguesa*, publicada sob a direcção de A. Forjaz de Sampaio, vol. II, pág. 327.

Mas se tão longo e mísero destêrro
Vos dá contentamento,
Nunca se acabe nêle o meu tormento.

9. Nestas alturas, devo dizê-lo, já me não oferecia dúvida nenhuma a conversão em tese da hipótese da Infanta. As coincidências entre esta fase da vida dela e a do poeta não podem explicar-se pelo acaso.

Só com o aparecimento de uma nova hipótese que resolvesse satisfatoriamente estas concordâncias é que a tese da Infanta voltaria à situação de hipótese ou teria de ser abandonada. Enquanto isto se não der — e não se dará —, está ela senhora do terreno.

10. Mas prossigamos. Aparece nos exílios do poeta para Ceuta e, mais tarde, para as Molucas a vontade tenaz de uma Senhora que o hostiliza e cuja acção directa êle bem conhece.

Basta recordar estas estrofes da ode 4.^a, escrita em Ceuta e dirigida à Lua, em quem o poeta figura essa Senhora:

Triste de mim! ¿ Que alcanço por queixar-me,
Pois minhas queixas digo
A quem já ergueu a mão para matar-me
Como a cruel imigo?
Mas eu meu Fado sigo,
Que a isto me destina
E que isto só pretende a si me ensina.

Oh! Quanto há já que o Céu me desengana!
Mas eu sempre porfio
Cada vez mais na minha teima insana!
Tendo livre alvedrio,
Não fujo o desvario;
Porque êste em que me vejo
Engana co'a esperança o meu desejo.

Mas não se trata apenas de uma poderosa Senhora que

tinha influência bastante para desterrar o poeta e assim se ver livre de imprudências que a pudessem comprometer. Há mais alguma coisa.

É que, quando Camões começou a interpretar mal as disposições da Infanta a seu respeito e a «dar às cousas que via outro sentido»⁽¹⁾, estava ela empenhada em casar com o príncipe herdeiro do trôno de Espanha. Apenas, portanto, percebeu os intuitos do poeta, começaram logo as hostilidades, primeiro só perceptíveis para êste; mas com outro carácter, logo que o primeiro processo se mostrou ineficaz.

E como não bastou o exílio para o Ribatejo, veio o de Ceuta, que só terminou quando o poeta uma e mais vezes fêz a declaração de que desistia das suas pretensões amorosas. E quando estas mais tarde reapareceram no Oriente, seguiu-se o exílio para as Molucas, precisamente quando Camões acabava o tempo do serviço militar e via prestes a chegar a tão desejada oportunidade de vir realizar o programa enunciado no final da canção 8.^a:

Ah! Senhora! Ah! Senhora! E que tão rica
Estais, que cá, tão longe de alegria,
Me sustentais com doce fingimento!
Logo que vos figura o pensamento,
Foge todo o trabalho e toda a pena.
Só com vossas lembranças
Me acho seguro e forte
Contra o rosto feroz da fera Morte,

(1) Cf. a canção 13 (*Vinde cá*):

Aqui o adivinhar e o ter por certo
Que era verdade quanto adivinhava,
E logo o desdizer-me de corrido;
Dar às cousas que via outro sentido,
E para tudo, enfim, buscar razões;
Mas eram muitas mais as sem-razões.

E logo se me juntam esperanças
Com que, a fronte tornada mais serena,
Torno os tormentos graves
Em saúdades brandas e suaves.

Aqui, côm êles, fico preguntando
Aos ventos amorosos que respiram
Da parte donde estais, por vós, Senhora,
Às aves que ali voam, se vos viram,
Que fazieis, que estáveis praticando,
Onde, como, com quem, que dia e que hora.
Ali, a vida cansada se melhora,
Torna espíritos novos, com que vença
A Fortuna e o Trabalho,
Só por tornar a ver-vos,
Só por ir a servir-vos e querer-vos.
Diz-me o Tempo que a tudo dará talho;
Mas o Desejo ardente, que detença
Nunca sofreu, sem tento
Me abre as chagas de novo ao sofrimento.

Mas, ao exarar estes tão sentidos versos, bem longe estava a poeta de imaginar que a seu respeito estava em Gôa uma ordem — que havia de ser executada por Francisco Barreto, o sucessor de D. Pedro de Mascarenhas.

Em conclusão: os exílios do poeta constituem uma prova irrefragável da tese da Infanta. Só poderia ser ela a Senhora que o desterrou para Ceuta e que lhe impediu voltasse para Lisboa findo o tempo do serviço militar. Se foi outra, que apareça o seu nome, para que se veja, se êle satisfaz ou não aos dados do problema.

11. Por espaço de trinta anos (números redondos), desde o soneto ao *Senhor João Lopes*⁽¹⁾ até ao que começa pelo

(1) Novamente se reproduz, por ser o que abre a longa série das poesias amorosas de Camões, que têm por assunto a Infanta:

Senhor João Lopes, o meu baixo estado
Ontem vi pôsto em grau tão excelente,

verso *Que poderei do mundo já querer*, é fácil seguir através da lírica amorosa de Camões um vulto feminino de muito elevada categoria social, que êle profundamente amou e por causa de quem passou muitos trabalhos.

Quem era essa Senhora?

Há uma só hipótese em campo: a infanta D. Maria.

Não aparece o nome dela? Também se não aduz o de outra qualquer dama⁽¹⁾. E todavia alguém foi, porque não é um mito a paixão de Camões por uma Senhora de muito alta categoria social, da parte de quem «desamor sòmente viu» e a respeito da qual se exprime em linguagem só adaptável à Infanta ou a outra Senhora de quem êle pudesse dizer, por exemplo:

Num tão alto lugar, de tanto preço,
Êste meu pensamento posto vejo,
Que desfalece nêle inda o desejo,
Vendo quanto por mim o desmereço.

Que, sendo vós inveja a tôda a gente,
Só por mim vos quisereis ver trocado.
O gesto vi, suave e delicado,
Que já vos fêz contente e descontente,
Lançar ao vento a voz tão docemente,
Que fêz o ar serêno e sossegado.
Vi-lhe em poucas palavras dizer quanto
Ninguém diria em muitas; mas eu chego
A expirar só de ouvir a doce fala.
Oh! mal haja a Fortuna e o Moço cego!
Êle, que os corações obriga a tanto;
Ela, porque os estados desiguala.

Lírica, son. 23,

(1) É fácil de compreender a omissão do nome da Infanta, que seria inexorável com quem lho trouxesse a público, com grande desdouro e incalculável prejuízo seu, demais a mais estando ela inocente. Recordemo-nos da maneira como Caminha e J. Lopes Leitão se referem a ela, a propósito do episódio que se deu como o segundo dêstes (*Tese*, I, pág. 29-30). «O que todos ver tememos» (diz Caminha; e Lopes Leitão: «o que mais tememos».

Quando esta tal baixeza em mim conheço,
Acho que cuidar nêle é grão despejo,
E que morrer por êle me é sobejo
E mór bem para mim do que mereço.
O mais que natural merecimento
De quem me causa um mal tão duro e forte
O faz que vá crescendo de hora em hora.
Mas eu não deixarei meu pensamento,
Porque, inda que êste mal me cause a morte,
Um bel morir tutta la vita honora.

Lírica, son. 48.

Enquanto não for apresentado o nome de uma Senhora que tão bem ou melhor do que a Infanta satisfaça às condições postuladas por uma boa parte da lírica amorosa do nosso poeta, está em pé a hipótese por mim formulada no *Camões e a Infanta D. Maria*, que assim se transforma em tese. É claro que não basta dizer que pode ser outra Senhora. É preciso que apareça o nome desta, para se ver se realmente pode ser ou não o que deve substituir o da filha de D. Manuel.

II

A argumentação do articulista

1. «Sôbre a tese infantista (lê-se no *Diário de Notícias*), nada de novo (no terceiro opúsculo). (J. M. R.) repete as afirmações infundadas; repete as inferências ilegítimas. Continua a mover-se dentro do romance que Campos Junior inventou, ... sem invocar um texto só, uma palavra só, que a Crítica objectiva possa aceitar como característica exclusiva da personalidade da Infanta... É verdade que, aceiteada a tese infantista, tudo aquilo é ajustável à Infanta. Até nos versos

Aquilo a que já quis é tão mudado,
Que quási é outra cousa...

se pode ver alusão à suposta tuberculose da Infanta!... Mas é só partindo-se do princípio de que a Infanta foi a amada de Camões. Simplesmente a Crítica não pode partir dêsse princípio... A Crítica, ao interpretar os versos de Camões, ignora a pessoa ou pessoas que os inspiraram».

Ao estudar as líricas de Camões, o bom senso do leitor vê-se logo obrigado a reconhecer que, através delas, aparece uma Senhora que ocupava na sociedade portuguesa um muito alto lugar⁽¹⁾, uma Senhora que durante largos anos fêz passar graves trabalhos ao poeta, da qual ele não recebeu senão desgostos e desfavor e que faleceu na última fase da vida do poeta, isto é, depois de ele haver voltado do Oriente.

E a Crítica, a cargo de quem, como uma das suas funções primaciais, está a interpretação dos textos, tem obrigação de procurar saber quem era aquela Senhora.

Não aparece expresso nome nenhum? Ainda aqui não pára a função e obrigação desta disciplina. Precisa de averiguar se há indícios que a levem a formular alguma hipótese sobre o assunto, de examinar se esta explica todos os dados fornecidos pelos textos e se há outra ou outras que lhe disputem o campo.

Ora no caso presente temos só a hipótese da Infanta D. Maria, cujos fundamentos já ficam apresentados, sendo alguns de tal ordem que justificam a sua passagem à categoria de tese.

Veja-se este argumento do articulista: «É verdade que, aceiteada a tese infantista, tudo aquilo é aplicável à Infanta».

(1) Recorde-se, por exemplo, o soneto 45 da *Lírica*, acima transcrito, e que começa pelos versos:

Num tão alto lugar, de tanto preço,
Este meu pensamento pôsto vejo, etc.

Mas se tudo aquilo é aplicável à Infanta, a tese infantista é verdadeira.

E só deixaria de o ser, ou passaria a ser duvidosa, se fôsse também aplicável a outra ou outras pessoas. Mas não é isto o que se verifica.

A hipótese que, numa determinada esfera de conhecimentos, resolve todos os casos que se apresentem, é incorporada na ciência e toma outro nome: é uma verdade, uma teoria, uma tese.

Daqui não há fugir. Não o permite a chamada «lógica da hipótese».

O articulista fala em nome da Crítica (com C maiúsculo), como se fôsse a personificação desta.

Mas, para lá chegar, tem mostrado, nesta polémica, que lhe falta, por vezes, uma qualidade essencial: o respeito sagrado pela verdade.

Aí estão a atestá-lo as várias faltas da probidade mental, em que tem incorrido.

Repetirei só um caso, em que tenho de fazer uma rectificação ao que disse na *Tese III*, 32-33.

Escrevi eu: «Contestando a opinião do articulista de que «é impossível organizar uma edição irrepreensivelmente científica da lírica de Camões, pela falta absoluta de autógrafos», repliquei: «Mas é possível organizar uma edição em que se excluam os apócrifos que desde Soropita infestam as edições das líricas camonianas; é possível rever o texto e corrigi-lo, onde êle esteja manifestamente errado; é possível e, no caso presente, de extrema importância, agrupar as poesias amorosas de Camões. ¿Que é isto tudo senão um trabalho de crítica? ¿Que é senão uma edição crítica aquela em que isto se fêz»? A isto responde o articulista: «(J. M. R.) atribui-me a opinião de que é possível organizar uma edição em que se excluam» etc. (*seguem-se as minhas palavras até: poesias amorosas de Camões*). E depois comenta: «Cal-

cul-se! Isto é sério? Só quero que me digam: isto é sério? Que pontos de contacto há entre o que eu disse e o que (J. M. R.) me atribui?

Em vista disto, julguei-me no direito de formular três hipóteses: a) estranha leviandade do articulista, por me fazer dar como dito por êle o que eu afirmava como pensar meu; b) grosseira falta de probidade mental; c) lastimável falta de senso.

Ora hoje devo retirar a hipótese a), deixando em campo as outras duas. E devo retirá-la, porque a circunstância de o articulista omitir as minhas perguntas: — «Que é isto tudo senão um trabalho de crítica? ; Que é senão uma edição crítica aquela em que isto se fêz?» — a omissão destas perguntas, digo, mostra que não se trata apenas de uma indesculpável leviandade, mas de um característico acto de má fé. É uma omissão consciente do articulista, para mais desembaraçadamente poder afirmar que eu lhe atribuo uma opinião que lhe não pertence.

2. Escreveu o articulista no *Diário de Notícias* de 15 de Junho último: «No *Camões e a Infanta*, (J. M. R.) enca-beça na Infanta 37 poemas, dos quais exclui na *Lírica* 21 e anonimiza 16. Quere dizer: quando compôs o romance encontrou 37 poemas que lhe serviram de base para a sua tese infantista, com que marcou fases, cenas, atitudes, sentimentos do poeta».

Observei na *Tese, III*, pág. 25, que neste caso o *Camões e a Infanta* ficava sem qualquer documentação, pois $21 + 16 = 37$, e rectifiquei o que com tanta segurança, a respeito do número dos poemas, asseverava o articulista. «Só o número dos sonetos relativos à Infanta (disse eu) que se reproduzem nesta obra (*Camões*, etc.), para não falar das outras composições literárias, é muito superior aos 37 poemas contados pelo articulista. E passaram quasi tôdas para a *Lírica*».

Agora o articulista vai-se ao texto do *Diário de Notícias*, reproduzido no princípio dêste número 2 e introduz-lhe de novo a palavra *unicamente*, que lhe modifica o sentido e prepara a resposta.

Eis o que êle escreve agora: «Pois que vê (J. M. R.), antes de mais nada, na minha objecção? A afirmativa de que no *Camões* e a *Infanta* êle apresentava *unicamente*⁽¹⁾ a favor da sua tese aqueles 37 poemas. Consequentemente, «o livro *Camões e a Infanta* ficou assim sem qualquer documentação, pois $21 + 16 = 27$! Autêntico passe de vermelhinha».

Uma das formas mais grosseiras que por vezes reveste a improbidade mental é a deturpação dos textos por mutilação ou por acrescentamento.

Acabamos de ver, em o n.º 1, um caso da primeira espécie; temos já agora outro da segunda.

E fala o articulista em «passes de vermelhinha»!

E isto depois de subrepticiamente meter onde não estava um advérbio que modifica o sentido da frase!

3. Outro processo da improbidade mental consiste em torcer o sentido das palavras de alguém, para lhes atribuir uma significação que nelas se não encontra. Também isto, infelizmente, não falta no articulista.

Tinha eu escrito que, «por vezes», tem havido grande dificuldade em separar nas líricas de Camões o que é autêntico do que não passa de uma falsa atribuição «e que, «por vezes» Camões se encontrou em situações muito semelhantes com algumas das mulheres que lhe inspiravam versos amorosos» (*Tese, III, 25-26*).

Mas acrescentei: «A-pesar-destas dificuldades, a enorme

(1) Como quem diz: os textos são mais do que 27, embora só houvesse referência a êste número.

O *itálico* do *unicamente* é do articulista.

maioria das líricas atribuídas a Camões não oferece dúvidas enquanto à autenticidade; e para muitas sabe-se, ou pode averiguar-se pelo raciocínio, a quem foram endereçadas. Estão neste último caso as que ficam em parte transcritas no começo dêste capítulo».

Que faz o articulista? Dá por não escrita a locução «por vezes» da primeira transcrição; faz o mesmo a respeito da segunda e argumenta: «O que se discute é cousa muito diferente: porque foi que daqueles 37 poemas que no *Camões e a Infanta* vinham endereçados à Infanta, e serviam a tese da Infanta e provavam os amores de Camões pela Infanta e marcavam os incidentes da paixão de Camões — 16 passaram na *Lírica* a outras madamas, depois de 21 terem sido dados como apócrifos? O que se discute é isto: se os 37 poemas, no *Camões e a Infanta* provaram os amores de Camões pela Infanta e agora já não provam nada, como é que (J. M. R.) não admite que os que lhe restam têm fôrça probatória precária e amanhã não possam ir pelo caminho dos pelo menos 16, que na *Lírica* são endereçados a outra que não à Infanta? Por outras palavras: o que se discute é isto: se de todos os poemas dados no *Camões e a Infanta*, como demonstração de que o poeta amou a filha do rei D. Manuel, já foram alijados 37, como é que (J. M. R.) persiste, a despeito... dos 37 cadáveres em dar foros de demonstração aos que ainda mantêm vivos?»

Admire o leitor a aritmética do articulista. No *Camões e a Infanta* não são 37, mas 111, as poesias dadas como referentes à Infanta, das quais pus de parte mais tarde 25 (salvo algum pequeno êrro, para mais ou para menos, nos dois números), ficando portanto não 37, mas 86. Pois não é pequena a diferença que existe entre estes dois números. São 49!

Mas há mais. O articulista, para os seus cálculos devia tomar para base, não o *Camões e a Infanta*, publicado em

1910, há 23 anos, mas a *Lírica*, que data de 1932. Ora aí veria o seguinte: são dados como referentes à Infanta os sonetos 23 a 113, isto é, 90 sonetos, e mais 27 redondilhas, 2 éclogas, 2 odes, umas oitavas, 6 elegias e 2 canções, ao todo 130 composições, com a ressalva acima indicada.

E eis-nos bem longe da conta do articulista: daqueles «37 poemas que no *Camões e a Infanta* vinham endereçados à Infanta», (dos quais) 16 passaram na *Lírica* a outras madamas, depois de 21 terem sido dados como apócrifos! E lá se vão os 37 poemas que no *Camões e a Infanta* provavam os amores de Camões por esta Senhora, «os 37 cadáveres que foram alijados». E como dar assim «foros de demonstração aos que ainda ficam vivos»? Não seguirão êles o mesmo caminho?

Esteja o articulista tranqüilo, que nas 130 composições da *Lírica*, ainda que êste número passa vir a sofrer alguma pequena modificação para menos⁽¹⁾, sobram os elementos que demonstram a tese infantista. Esta acha-se inabalavelmente estabelecida em numerosas composições, indiscutível e indiscutidamente camonianas.

Mas não é só na questão dos números que o articulista me atribui o que eu não disse.

«Por vezes», escrevi eu, Camões encontrou-se em situações amorosas muito semelhantes, o que devia ter como efeito a composição de poesias que oferecessem dúvidas a respeito das pessoas a quem elas eram dirigidas, mas

(1) No prefácio da *Lírica*: «Certo é que esta edição foi preparada entre o constante cuidado de dois perigos — o de tirar a Camões o que lhe pertencesse e o de lhe atribuir o que lhe fôsse alheio.

Porém, se alguma composição entrou a mais ou lhe vem a faltar, têm os editores a consciência segura de que a *Lírica de Camões* não ficou por essa razão prejudicada, porque nem o que porventura faltasse poderia desfalcar o tesouro, nem o que entrou o conseguiria enriquecer» (pág. xxviii).

acrescentei que a enorme maioria das líricas atribuídas a Camões não oferecia essas dúvidas e que estavam neste caso as que se referiam à Infanta e vinham transcritas no c. 1 da *Tese III*.

O articulista amplia logo, alterando o que eu afirmei: «Com que então a dificuldade em atribuir com precisão à Infanta os poemas de Camões, provém do facto de o Poeta se ter, por vezes, encontrado em situações muito semelhantes... Ficamos a saber que é difícil fazer uma atribuição precisa dos poemas líricos de Camões à Infanta, porque o Poeta se encontrou por vezes» etc.

E o articulista conta com a conclusão de algum imbecil: «Se as poesias que se apresentam como dirigidas por Camões à Infanta não são susceptíveis de uma atribuição precisa, que valor tem a tese infantista?»

4. «(J. M. R.) teima em dizer, por exemplo, que só à Infanta se pode referir o soneto

Que poderei do mundo já querer,

que o Sr. Afrânio Peixoto encabeça, com as mesmas razões, na *Dynamene*. Esse soneto é o tal que (J. M. R.), com uma leviandade que ultrapassa todos os limites, dizia na *Lírica* ser «caso único entre os sonetos camonianos» por suas rimas serem tôdas agudas, no que havia o propósito de se obter «um terrível efeito de angústia desolada»! Só isto. Mostrei-lhe o êrro, citando-lhe o soneto

Sempre a Razão vencida foi de Amor,

também todo em rimas agudas, mas parece que nem diante dos factos se demove. Apre, que é ser teimoso»!

Comecemos pelo fim. Na *Tese I*, pág. 39, escrevi eu, clara e terminante: «Houve um lapso em dar o soneto 113

(*Que poderei* etc.) como o único entre os camonianos que termina todo em rimas agudas. O articulista cita outro, o 94, que oportunamente será colocado a par do 113.

Veja o leitor a probidade mental que revelam as palavras do articulista, afirmando que eu continuo a insistir no lapso por êle apontado! Admire-se a lealdade com que êle argumenta! Veja-se o respeito com que é tratada a verdade!

Julga o articulista poder desfazer-se da fôrça demonstrativa do soneto *Que poderei* com as alegações transcritas no comêço dêste n.º 4. Tentativa inútil. Essa fôrça só desapareceria perante o nome de outra senhora que houvesse falecido na mesma época e a respeito de quem Camões pudesse dizer que muito a amou, mas que só viu dela «desgosto, desfavor, desamor». Enquanto isto se não verificar, enquanto não aparecer êste nome, é o da Infanta que se impõe, pois satisfaz a todos os requisitos dos textos camonianos.

5. Argüiu-me o articulista de falta de probidade mental por eu ter afirmado que foi directamente em Sannazaro e não em Faria e Sousa que encontrei os elementos para a emenda *Sírinx*, em vez de *dantes*, na ode 3.ª, estrofe 11. Mostrei que F. e Sousa tinha truncado o passo do poeta italiano, omitindo precisamente as palavras que justificam aquela emenda. Agora quer que eu tivesse ido verificar a citação de Faria e Sousa, a ver se ela estava bem ou mal.

Não fui, porque já antes de ter visto a citação do articulista, tinha feito a correcção directamente pelo texto do poeta napolitano.

Devo dizer que, para mim, Faria e Sousa, a-pesar-da sua vastíssima erudição, fica sempre para o último lugar, pela escandalosa falta de probidade mental que macula os seus trabalhos camonianos.

Ouçamos, a êste respeito, o testemunho de duas autoridades competentes: Storck e D. Carolina Michaëlis.

Diz o primeiro, referindo-se à 2.^a *Vida do Poeta*: (F. e Sousa) modificou, além disso, várias asserções, dando por factos verdadeiros e indubitáveis uma série de hipóteses vãs e fantásticas; servindo-se de poesias apócrifas, tiradas sem escrúpulo das Obras de outros poetas peninsulares, de nomeada geral, que êle explorou sem dó nem consciencia, a favor do seu mestre idolatrado... É um trabalho extremamente difícil e árduo o desmascarar tôdas as suas falsificações e expurgar erros, hoje inveterados». E em nota: «Em muitos casos é impossível restituir o texto primordial das poesias camonianas que passaram pelas mãos de Faria e Sousa, porque as alterou *ad libitum* e hoje faltam os originais de que se serviu» (1).

De D. Carolina Michaëlis limitar-me hei a estes passos: «Iludido e iludindo, (Faria e Sousa) tirou sem escrúpulo de impressos e de manuscritos raros quantas poesias lhe pareceram dignas do Mestre, embora estivessem atribuídas nas colecções exploradas a outros vates, ou fossem anónimas». Em nota: «Entre elas, claro haveria algumas subscritadas: de Camões» (2). «Claro que uma égloga quinhentista a uma dama da Rainha, chamada Caterina de Ataíde, estava predestinada a entrar nas *Rimas* do Poeta desde o dia em que Faria e Sousa, guiado por uma informação de J. Pinto Ribeiro, tinha reparado nos sonetos *Todo o animal da calma repousava*, em que figura o pastor *Liso*, e *Na metade do céu subido ardia*, em que figuram *Liso* e *Natércia*; forjando depois o banal acróstico dos dois nomes (*Lume desta vida*), e falsificando outra meia duzia de tex-

(1) *Vida de Camões*, versão anotada por C. Michaëlis, pág. 28.

(2) *Estudos Camoneanos*, I. O Cancioneiro Fernandes Tomás, pág. 10.

tos, em que substituiu nomes como *Délio e Marília* ou *Damon e Marfisa*, por *Liso e Natércia* (ou *Soliso e Natércia*)⁽¹⁾.

Agora o articulista: «Teima (J. M. R.) em que não foi em Faria e Sousa que colheu as fontes. Paciência. E alega, para sua justificação que Faria e Sousa não transcreve a passagem tôda da *Arcadia* de Sannazaro. Concedo. Mas então temos de concluir uma de duas trístimas cousas: ou que (J. M. R.) desconhecia os comentários de Faria e Sousa; ou que, conhecendo-os, os não leu e estudou como devia. No primeiro caso — que diabo de camonista é êste, que se mete a interpretar versos de Camões, no desconhecimento dos profundos, luminosos comentários de Faria e Sousa? No segundo caso, pior ainda: que diabo de camonista é êste que não verifica citação a citação, exemplo a exemplo, tudo quanto os comentadores apontam?»

A minha repulsa pela falta de probidade mental, que data desde que me conheço, leva-me a consultar Faria e Sousa só no caso de não ter chegado, por outra via, a solução que me satisfaça. Só nesta ocorrência é que me resolvo a recorrer ao «forjador», ao «falsificador» de textos camonianos, ao «expoliador» das composições de outros poetas para as incluir entre as de Camões.

Demais, escuso dizê-lo, não é, em regra, dos comentadores que parto nos meus estudos camonianos; é, sempre que é possível, das fontes de que o poeta se utilizou ou podia ter utilizado, e que Storck muitas vezes indica.

E foi o que aconteceu no caso presente.

Reconhecido que o *dantes* não podia provir de Camões e sabendo, por outro lado, a importância ligada por êle a

(1) *Estudos Camoneanos*, I. *O Cancioneiro Fernandes Tomás*, pág. 76, nota.

Sannazaro⁽¹⁾, estava indicado um dos caminhos que tinha a seguir.

E não me enganei.

Se tivesse recorrido a Faria e Sousa encontrava-me logo em um beco de difícil saída, por causa da falsificação que êste faz do texto italiano, omitindo precisamente as palavras que justificam a emenda do texto português.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

(1) Veja-se, por exemplo, as *Oitavas* II e a *écloga* VII.

CONTRIBUTION À L'ÉTUDE DE LA RELATIVITÉ GÉNÉRALE

L'ESPACE ET SA MESURE

INTRODUCTION

Le langage.

En dehors de quelques gestes et attitudes, spontanés et irréfléchis, dont l'instinct et l'habitude nous ont appris à déterminer le sens, seul le langage nous permet de connaître la pensée des autres et d'exprimer la nôtre.

Les premiers langages qui ont dû s'offrir à l'homme étaient : celui de l'image, qui lui permettait de représenter ce qu'il voyait ou ce qu'il croyait voir et celui du son, par lequel il traduisait ce qu'il entendait, ou ce qu'il croyait entendre.

Le premier devait être imagé, figuratif, idéographique ; le second serait oral et onomatopéique.

Mais ces deux langages ne pouvaient servir qu'à exprimer les sensations visuelles ou auditives. Les sensations gustatives, tactiles et olfactives restaient, à peu près, inexprimables.

Les sensations visuelles restaient, elles-mêmes, sans expression orale et les sensations auditives sans expression graphique.

Il a donc fallu choisir des symboles et créer des vocables susceptibles, soit de représenter graphiquement, soit d'exprimer oralement, les sensations ⁽¹⁾.

(1) Les phases d'évolution du langage sont ici présentées par un ordre logique qui peut ne pas coïncider avec l'ordre chronologique.

Le choix des symboles et la création des vocables rendait exprimable le monde concret révélé par les sens, mais laissait sans expression le monde abstrait, créé par l'entendement.

De nouveaux symboles et vocables ont dû être établis pour représenter et pour exprimer les idées abstraites.

Langage quantitatif.

La plus élémentaire idée abstraite étant celle de la *quantité*, le langage correspondant a dû être *quantitatif*.

Parce qu'il employa les *nombres* pour exprimer les quantités, on le nomma *arithmétique*.

Dans ce langage, des *signes* devenaient nécessaires pour marquer les traits de liaison entre les quantités.

Cherchons la signification de ces nombres et de ces signes pour connaître le sens exact de ce langage.

Un *nombre* est un ensemble d'unités de même espèce, reliées entre elles par le signe $+$ de l'addition.

Une *unité* est une quantité susceptible d'existence individuelle.

Or, pour que les unités, qui constituent les nombres, aient une existence individuelle, il faut qu'elles soient finies; pour qu'elles soient de même espèce il faut que les quantités exprimées par des nombres soient homogènes.

L'arithmétique postule donc une limite de divisibilité pour les unités constitutionnelles des quantités et une homogénéité essentielle de toutes les quantités.

Les vocables pour exprimer les nombres une fois créés, il fallait déterminer des symboles pour les représenter graphiquement.

Pour avoir une image de l'unité on devrait lui fixer une forme simple et finie.

La forme la plus simple qui se présentait à l'esprit était une portion finie de ligne droite.

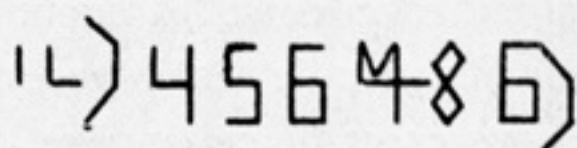
Le symbole 1 était donc naturellement indiqué pour représenter graphiquement l'unité.

La quantité constituée par deux unités devait être représentée par deux portions de ligne droite, identiques et ayant une existence individuelle explicite, mais non indépendante.

Le symbole 2 satisfaisait à ces conditions et était le plus simple.

Deux droites parallèles représenteraient, en effet, deux unités indépendantes; une droite de longueur double de celle de l'unité ne montrerait pas d'une façon explicite l'individualité de chaque unité.

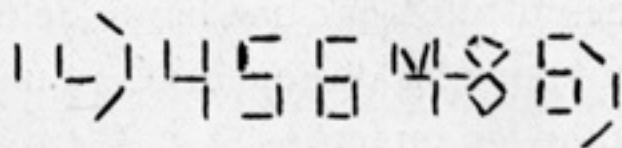
En suivant les mêmes principes on devrait naturellement aboutir aux symboles :



peu à peu transformés par arrondissement des angles en

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Ces chiffres sont composés respectivement par un, deux, trois, quatre, cinq, six, sept, huit, neuf segments identiques de ligne droite, disposés d'une façon déterminée, comme on peut s'en rendre compte en séparant les unités



Si nous supposons maintenant qu'un groupe de dix unités constitue une nouvelle unité plus complexe, nous représenterons ce groupe par le symbole 1. et nous le nommerons une *dizaine*.

Les symboles des nombres de la deuxième dizaine s'obtiendront alors en remplaçant le point par le nombre d'unités au-delà de dix contenues dans la quantité.

On trouve ainsi les nouveaux symboles

11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19

L'ensemble constitué par vingt unités pourra être remplacé par celui de deux dizaines et sera représenté par le symbole 2.

Les nombres de la troisième dizaine seront alors représentés d'une manière analogue à ceux de la deuxième et ainsi de suite.

On pourra créer une unité d'ordre encore plus élevé, pour le groupe de dix dizaines, qui sera la centaine; une autre pour le groupe de dix centaines, qui sera le millier, etc.

Dans ce symbolisme rectiligne la quantité est représentée par un ensemble d'unités finies et l'unité par une infinité de points géométriques contigus.

On peut donc considérer l'unité comme étant engendrée par le déplacement d'un point dans l'espace et la quantité comme le résultat de la reproduction périodique de l'unité.

Cette conception dynamique, et de l'unité et de la quantité, permettra de faire entrer l'arithmétique dans le cadre de la mécanique.

On remarquera que le langage des nombres, qui condense dans le même symbole le caractère continu de l'unité et le caractère périodique de la quantité, n'est pas un langage quantitatif ou formel, puisque la forme des symboles dont il se sert n'a rien à voir avec la forme ou la qualité des quantités représentées. C'est plutôt un langage analytique, en ce sens qu'il décompose la quantité en ses unités constitutionnelles pour la représenter.

Ce langage part de l'hypothèse de l'existence dans l'espace d'une quantité continue, minima et indivisible, qu'on nomme *unité*, et qui est l'élément constitutionnel de toutes les quantités.

Langage qualitatif — Réalités et vérités.

Dans le langage qualitatif on distingue une *réalité concrète* d'une *réalité abstraite*.

La première exprime un certain accord harmonique entre le *sujet* et l'*objet*; la deuxième exprime l'accord du sujet avec lui-même.

On peut dire que dans une réalité abstraite le sujet et l'objet sont deux états successifs du même sujet, l'un actif, l'autre réactif, le premier correspondant à l'acte de *connaissance* et le second à l'acte de *conscience*.

Dans ces conditions une réalité concrète dépendra du sujet qui l'aperçoit, de l'objet aperçu et de tous les êtres qui entourent l'un et l'autre, dont l'ensemble constitue le *milieu ambiant* à travers lequel s'établit l'accord; une réalité abstraite ne dépendra pas directement du milieu, mais pourra en dépendre indirectement par l'influence que celui-ci exerce sur la façon d'être du sujet.

C'est pour cela qu'une réalité abstraite apparaît plus parfaite au sujet qui la conçoit; en résidant dans le sujet lui-même, elle risque moins d'être déformée par les êtres environnants.

On donne habituellement le nom de *vérité* à une réalité, abstraite ou concrète, commune à plusieurs sujets.

Lorsqu'elle est commune à tous les sujets et indépendante du milieu, elle devient *axiomatique* et traduit un certain aspect d'identité des sujets avec les objets et entre les sujets eux-mêmes.

Une vérité transitoire est dite *hypothèse* ou *apparence*, suivant qu'elle correspond à une réalité abstraite ou concrète.

Chaque sujet est naturellement porté à considérer *vraies* toutes les réalités abstraites qu'il conçoit et toutes les réalités concrètes qu'il aperçoit.

De là vient l'excessive ampleur, prise dans le langage, par le mot *vérité*.

Tout ce qui se dessine dans notre connaissance correspond bien à quelque chose qui réside quelque part et, par cela, est incontestablement une réalité.

Nous la considérons aussi incontestablement vraie, qu'elle est réelle, même lorsqu'elle n'est pas commune à d'autres sujets.

Pour accorder cette notion de vérité avec la précédente nous dirons que tout ce qui se dessine dans notre connaissance et, d'une manière générale, toute forme ou toute succession périodique d'une forme dans l'Espace est une *vérité absolue*; mais seuls les accords harmoniques entre vérités absolues constituent des *vérités relatives* ou *vérités proprement dites*.

Pour bien les distinguer les unes des autres nous dirons de l'être qui constitue une vérité absolue, qu'il *est*, et de celui qui correspond à une vérité relative, qu'il *existe*.

Un être *existe*, en effet, par rapport à un autre être et non par rapport au *non-être*.

Seul l'être absolu *est* par rapport au non-être; il *est* en soi, indépendamment des autres.

Mais pour qu'un être absolu se révèle à notre conscience il faut qu'il y réside et qu'il en soit, pour ainsi dire, une forme, sans équivalent extérieur et projetée par conséquent dans le domaine de l'abstraction.

Les êtres absolus sont donc toujours *abstrait*s.

Pour qu'ils soient rationnels il faut que la forme de la conscience qui les a fait naître s'accorde avec la *Raison*. Cet accord leur donne un premier caractère de relativité.

La *Raison* fonctionne ainsi comme une espèce de sélectionneur qui cueille les accords et rejette les discordances.

On peut concevoir des êtres absolus qui laissent ce sélectionneur inactif ou indifférent. Ils se projettent au-dehors,

à travers le langage, sans filtrage rationnel et constitueront des *dogmes*.

Si l'accord avec la Raison est impossible ils seront irrationnels ou *absurdes*.

D'après ce qui précède les vérités relatives peuvent encore être classées :

- 1.° Suivant le nombre d'accords qu'elles traduisent en :
 - a) *Vérités immédiates*, ou dépendantes d'un seul accord harmonique ;
 - b) *Vérités transcendentes*, ou dépendantes de plusieurs, accords, harmoniques et suivis ;
- 2.° Suivant le degré d'harmonie des accords qu'elles traduisent en :
 - c) *Evidences* — traduisant l'harmonie parfaite ;
 - d) *Certitudes* — traduisant une harmonie élevée ;
 - e) *Probabilités* — traduisant une harmonie faible ;
 - f) *Possibilités* — traduisant une harmonie vague ;

Les *erreurs* correspondront à des discordances.

D'une manière générale, du degré d'harmonie entre deux formes quelconques de l'Espace dépendra le degré relatif de vérité d'une des formes par rapport à l'autre, ce qui fait perdre à la vérité, ainsi conçue, son étroit caractère anthropocentrique.

Physique, Métaphysique et Mathématique.

Le concept de vérité qui découle de ces définitions, bien que compatible avec la notion des êtres absolus, ne leur donne le caractère d'existence que lorsqu'ils deviennent relatifs, en se plaçant dans la zone d'harmonie, qui constitue le domaine du sensible, dont l'étude fait l'objet de la *Physique*.

Le domaine pur des vérités absolues, ultra-sensibles ou

extra-rationnelles est réservé à la *Métaphysique*, qui cherchera à les rendre sensibles ou rationnelles.

La *Mathématique* ne devra être que le langage de ces deux sciences.

L'analyse de chacun de ces domaines nous aidera à dévoiler les zones les plus obscures de l'autre.

Si on précise bien le sens du langage on remarquera que la *Métaphysique* n'est pas, comme le prétendait Newton, une ennemie de la Physique et peut même devenir sa précieuse collaboratrice, si elle se constitue en simple instrument d'analyse rationnelle.

Bien que ce rôle, secondaire en apparence, puisse blesser la vanité de ces métaphysiciens purs qui se nomment des philosophes, il faudra bien qu'ils s'y adaptent, s'ils veulent que ce nom d'emprunt leur revienne de droit.

Il est indispensable, d'un autre côté, que les physiciens quittent, de temps en temps, leurs instruments d'observation pour lancer une lueur d'intuition et l'harmonie de leurs accords rationnels dans les zones obscures et apparemment silencieuses du monde ultra-sensible, pour que de nouvelles vérités surgissent.

Si entre l'homme et l'univers il y a identité essentielle parfaite et simple harmonie formelle, on doit bien pouvoir arriver à déterminer les lois, ou du moins le sens, de cette harmonie.

Nous savons, par exemple, que notre oeil perçoit l'image d'un objet lorsqu'il y a accord harmonique entre les oscillations propre de l'organe visuel, celles du milieu ambiant et celles de l'objet. Nous savons encore que, si l'oeil ne perçoit pas directement l'image, on peut introduire, entre l'organe visuel et l'objet, des lentilles qui, en faisant intervenir de nouveaux accords harmoniques, rendent l'image perceptible.

Ce qui ne peut être rendu sensible au moyen de l'appar-

reillage d'observation, pourra, au moins, être rendu rationnel au moyen de l'appareillage intellectuel. Ainsi sera vaincue une première étape, qui rendra plus aisé le chemin pour arriver à l'observation expérimentale. Tout ce qui est rationnel doit pouvoir devenir sensible, si nous savons y mettre les organes d'observation convenables ; autrement il y aurait entre le sensible et l'intelligible une discordance fondamentale qui serait absurde dans un univers harmonique. Il est même parfois plus aisé de confirmer par les sens ce que la Raison formule, que de confirmer par la raison ce que les sens aperçoivent.

Retournons donc, pour un moment, au domaine des vérités absolues et cherchons à y lancer les accords de la Raison.

Loi des états complémentaires.

En regardant en dedans de nous mêmes — et il faut bien suivre la maxime célèbre : « connais-toi, toi-même », si on veut découvrir le vérité — nous trouvons, comme force dominante de nos actes, une ambition, pour ainsi dire illimitée, qu'on a considéré comme un *besoin d'infini*.

D'où nous vient-il, ce besoin ?

On peut s'en rendre compte en remarquant que l'ensemble de tous les êtres doit forcément constituer un *tout* complet, entier et, par cela même, invariable.

En effet, si ce *tout* n'était pas complet et entier il ne comprendrait pas tous les êtres ; s'il variait, une nouvelle quantité y entrerait ou en sortirait et il ne serait pas complet et entier.

Alors tout être individualisé y tendra à envahir tous les autres pour refaire l'ensemble complet primitif ; ces êtres tendront à leur tour à absorber l'être individualisé pour que l'ensemble redevienne entier.

Ceci revient à dire que dans l'univers chaque individu

tendra à envahir le milieu et celui-ci tendra, à son tour, à absorber les individus.

De là nous vient cette apparence de *besoin d'infini*, qui n'est, au fond, qu'une tendance vers le complet, l'entier, le parfait, limite suprême de toute aspiration individuelle ou collective.

Seul l'ensemble *est*, toujours invariable et toujours parfait, les êtres qui en font partie *n'existent* que relativement et transitoirement.

En donnant à cet ensemble le nom d'*Espace*, l'analyse de notre soidisant besoin d'infini, nous amène à formuler ce premier principe :

Seul l'Espace est ; les êtres existent mais ne sont qu'instantanément, ce qui correspond à la vieille formule :

« L'Espace est l'éternel *présent* ; chaque être un éternel *devenir* » Deux postulats en découlent :

1.^o *La mesure absolue de chaque être ne peut être qu'instantanée ;*

2.^o *L'évolution individuelle d'un être est toujours complémentaire de celle de tous les autres.*

Ce deuxième postulat nous donne l'expression la plus générale de la *loi de la conservation* qu'on devrait plutôt nommer *loi des états complémentaires*.

Cette loi nous montre que les êtres ne sont, ni des infiniment petits à la recherche du *néant*, ni des infiniment grands à la recherche de *l'infini*.

Ce qui *existe* tend vers ce qui *est*.

Or l'infini *a été* toujours et *sera* toujours ; il n'est jamais ; le néant n'a *été* jamais, n'est pas et ne *sera* jamais, puisqu'il se nie lui-même.

L'Espace est donc un état moyen et non pas un terme extrême ; la loi de la conservation exprime la tendance de

tous les êtres vers cet état moyen, qui est une constante universelle.

L'erreur résidera donc dans le *trop* ou dans le *pas assez*;

La *vérité relative* se trouvera dans les harmoniques voisines de l'état moyen;

La *vérité parfaite* sied dans l'état moyen lui-même.

L'existence de vérités relatives dans un milieu exprime des aspects d'harmonie entre les individus qui constituent ce milieu.

L'existence de vérités parfaites, universelles et éternelles, nous révélerait un caractère d'identité essentielle parfaite entre tous les états de l'Univers.

La loi des états complémentaires exige qu'à cette identité essentielle parfaite corresponde une simple harmonie des formes complémentaires.

Mais qu'est-ce que cette *harmonie*?

Si l'Espace était constitué de deux seuls individus, toute évolution de l'un d'eux, complémentaire de celle de l'autre, serait *harmonique* avec l'invariabilité de l'ensemble.

L'existence de trois individus en présence pourrait encore permettre une évolution quelconque de l'un d'eux, harmonique avec l'invariabilité de l'ensemble, si l'évolution de l'autre était complémentaire et si le troisième se confondait avec l'état moyen invariable.

Mais si les trois individus interviennent dans l'évolution, l'invariabilité de l'ensemble exige une interdépendance parfaite entre l'évolution de chacun d'eux et celle des deux autres.

Les expressions de cette interdépendance traduiront les lois d'harmonie d'évolution des trois êtres.

L'harmonie dans un ensemble est donc l'expression de l'invariabilité moyenne de cet ensemble.

Nous pouvons représenter par le symbole 0 (zéro) l'état

moyen invariable, puisque cet état, parfaitement homogène est irrévélable.

La loi d'harmonie entre trois états quelconques, exprimés par les lettres A, B, C, sera donnée par le symbole

$$A + B + C = 0$$

Si le signe — représente un état complémentaire de celui qui n'est précédé d'aucun signe ou qui est précédé du signe +, on pourra écrire, pour exprimer l'harmonie des trois états, les égalités suivantes :

$$A = -B - C = -(B + C), \quad B = -A - C = -(A + C), \\ C = -A - B = -(A + B)$$

Le symbole 0 (zéro) acquiert ainsi un sens précis dans le langage de l'Espace harmonique.

La loi de la permanence serait exprimée dans ce langage par l'identité :

$$0 = 0$$

Nous ferons remarquer, en passant, que, dans toutes les équations de la physique classique, qui expriment le principe de conservation de l'énergie, sont représentés symboliquement dans le premier membre des états complémentaires de ceux représentés dans le second, avec l'erreur consciente de supposer le milieu, où l'on opère, isolé du reste de l'univers.

Mais la physique classique n'a pas défini le sens précis et réel du symbole 0 (zero). Ce symbole y est l'expression de plusieurs états physiques, bien déterminés, mais arbitrairement pris pour origine, soit d'un aspect physique, soit d'un autre.

Nous prétendons donner à ce symbole une signification

bien déterminée et absolument invariable. En le faisant correspondre à un état qu'on pourra prendre pour origine de tous les états physiques, il est vraiment un *zéro absolu*, avec un sens physique réel.

Loi des invariants physiques

D'après les considérations précédentes, qui mettent en relief le catactère de relativité de notre connaissance, la *Science* nous apparaît comme une simple chaîne harmonique de vérités immédiates, nécessaires et suffisantes, pour nous amener à la découverte des vérités transcendantes. La *Logique* sera l'art d'enchaîner harmoniquement ces vérités immédiates de manière à arriver aux vérités transcendentes par le chemin le plus court et en même temps le plus sûr.

Pour créer une science il faudra donc construire, sur quelques vérités immédiates, un édifice logique.

Mas ces vérités immédiates, que nous plaçons à la base de la Science, sont-elles des vérités de tout le monde, aujourd'hui et toujours, c'est-à-dire, se maintiendront-elles invariables, quel que soit le sujet et l'objet auquel on les rapporte, dans le Temps et dans l'Espace?

L'évolution d'un individu étant toujours complémentaire de celle des autres, l'accord du premier avec les derniers, qui est la définition même de la vérité, ne sera invariable et parfait que lorsque l'un et les autres se confondront avec l'état moyen invariable de l'univers, c'est-à-dire, lorsque l'harmonie entre eux devient identité sous les aspects que ces vérités traduisent.

Seuls les états correspondants à ces accords parfaits seront des *invariants* et pourront être placés à la base de la Science.

La recherche expérimentale des *invariants physiques* est ainsi l'équivalent de la recherche rationnelle et intuitive des *invariants mathématiques*.

La première repose sur l'hypothèse de l'existence de quelques traits d'identité de notre connaissance sensorielle avec l'univers; la seconde sur celle d'une pareille identité entre notre connaissance rationnelle et l'Univers.

La quelle des deux hypothèses est la plus légitime?

Où se trouvent ces traits d'identité: dans la raison ou dans les sens?

On ne pourra jamais le savoir puisque l'identité est, de par sa nature même, invérifiable.

Au fond les principes de la science rationnelle, comme ceux de la science expérimentale, sont donc, quoi qu'on dise des hypothèses, d'autant plus légitimes que l'accord est plus parfait entre la raison et les sens.

Mais, une fois admise l'hypothèse d'une identité essentielle entre l'homme et l'univers — qui revient, en somme, à l'hypothèse de l'unité essentielle de l'Espace — y aura-t'il forcément, dans l'univers, des invariants formels ou qualitatifs?

Un espace essentiellement homogène peut bien être formellement hétérogène. L'invariabilité de l'ensemble exige cependant que toutes les formes soient complémentaires. Alors l'identité ne pourra se trouver que parmi les formes ou les qualités qui caractérisent l'état moyen parfait de l'univers.

Invariants physiques et invariants mathématiques ou rationnels ne sont donc que les traces, sur notre connaissance, de l'état moyen parfait de l'univers.

On pourra alors exprimer la loi suivante:

Seuls les états d'évolution des êtres qui coïncident avec l'état moyen parfait de l'univers, sont des invariants.

La recherche des invariants physiques reviendra ainsi à la découverte des propriétés physiques de l'état moyen de l'univers.

*

Un concept inexprimé réside dans le domaine métaphysique. Dès qu'on l'exprime, il entre dans le domaine physique, en devenant, par cela même, définissable en quantité et en qualité.

Sa définition quantitative se fait au moyen du langage mathématique; sa définition qualitative ne peut être faite qu'imparfaitement au moyen du langage littéral, aidé de toutes sortes d'artifices capables d'impressionner les organes sensoriels.

Mais dans un univers essentiellement homogène la qualité ne peut être qu'un rapport de quantités et alors le langage mathématique y peut devenir qualitatif. Il suffit pour cela de trouver une quantité fondamentale finie, qui puisse être prise comme unité constitutionnelle de toutes les quantités.

L'étude de la constitution intime de cette unité appartient à la Métaphysique.

On peut chercher son origine dans le concept, purement rationnel, de l'infiniment petit, qui, étant quantitativement indéfinissable, engendre toutes les quantités, et dans son équivalent qualitatif, le point géométrique, qui, étant sans dimensions, engendre toutes les formes et toutes les dimensions.

L'analyse infinitésimale deviendra ainsi le langage mathématique de la Métaphysique.

L'algèbre et la *géométrie* constitueront deux chapitres du langage mathématique de la Physique.

À l'aide de cette unité constitutionnelle on pourra mesurer exactement toutes les quantités et toutes les qualités de l'Espace.

La recherche de cette mesure constituera le but de cet ouvrage, dont le programme reste ainsi bien défini.

Nous tâcherons de donner dans la première partie un léger aperçu du concept de l'Espace dans l'antiquité classique, pour montrer que, dans ce concept, la notion d'une unité universelle de mesure résidait déjà implicite.

Dans la deuxième partie nous chercherons à analyser les concepts postérieurs à celui de Pythagore, pour aboutir, dans la troisième partie, aux théories de la relativité, qui nous permettront de découvrir le sens caché de quelques aspects, apparemment mystérieux, de la doctrine pythagorique.

J. PERPETUO DA CRUZ.

ANAIIS DA VILA DA ERICEIRA⁽¹⁾

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS
REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

N.º 20

O tronco da familia dos Condes da Ericeira foi Dom Fernando de Menezes «o Roxo» pai de Dom Henrique de Menezes que foi Vice-Rei da India, em cujo governo succedeu a Vasco da Gama.

Dom Diogo de Menezes, 1.º Conde da Ericeira, era Mordomo-Mor de Filipe IV de Hespanha, que lhe deu o titulo.

Teve 4 irmãos mortos ao lado de Dom Sebastião da desgraçada batalha de Alcacer-Kibir, onde elle proprio ficou prisioneiro.

Foi cazado com Dona Izabel de Castro, filha de Alvaro Pires de Andrade, Comendador de Torres Vedras.

Por sua morte succedeu-lhe no condado da Ericeira seu sobrinho-neto, Dom Fernando de Menezes, 2.º Conde, de quem ao deante se fara menção; e a este succedeu sua filha Dona Josefa de Menezes, que veio a cazar com seu tio, Dom Luiz de Menezes, que foi o 3.º Conde da Ericeira.

Este foi general de Artilheria e Veador de Dom Pedro II. Dirigiu os negocios publicos com grande sabedoria e integridade, promovendo o desenvolvimento das industrias e das artes, pelo que foi chamado «o Colbert portuguez». Foi auctor de uma obra historica denominada, *Portugal Restaurado*, em que descreve a guerra dos 27 anos, (1640-1668). Escreveu ainda outras obras muito estimadas no seu tempo.

A este succedeu seu filho, Dom Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira, escriptor erudito e elegante, famoso bibliofilo, poliglota e matematico que prestou á Patria grandes serviços com as suas estimaveis publicações.

(1) Cont. do n.º 3, pág. 377.

Sucedeu-lhe Dom Luiz Carlos de Menezes, 5.º Conde da Ericeira e 1.º Marquez do Lourical, escriptor e militar famigerado que, por duas vezes, foi Vice-Rei da India.

Se o Condado da Ericeira alvoreceu torvamente por mercê de um Rei intruso, a culpa original da caza foi bem resgatada pelos netos, que honraram a Patria nas letras e nas armas, com o sangue das suas veias nos combates da Restauração, e com o sangue das suas penas eternizando essa lucta patriotica.

O palácio dos Condes da Ericeira, denominado «Palacio da Annunciada» era uma das mais sumptuosas residencias fidalgas de Lisboa. Ocupava todo o espaço que medeia entre a actual Rua dos Condes e o Largo da Annunciada. Tinha 120 cazas, 10 pateos, jardins, etc.

Havia nelle uma famosa livraria com 18.000 volumes, manuscritos preciosos, cartas hydraulicas levantadas pelos antigos navegadores, etc., e um museu com mais de 200 quadros entre os quaes muitos de artistas celebres.

O Jardim deste palacio, que tambem continha trabalhos de escultura muito notaveis, gozava fama de não ter rival na Peninsula.

O palacio, que havia sido edificado em 1533, por Fernando Alvares de Andrade, foi destruido pelo terramoto de 1755.

Apontamentos extrahidos de *Figuras Historicadas de Portugal*, artigo de Matos Sequeira, e *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal.

N.º 21

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil e seiscentos e quarenta e quatro annos, nesta Villa da Ericeira, aos vinte e um dias do mez de Outubro, nas casas de morada de Alvaro Franco Serreiro, Juiz Ordinario na dita Villa, onde eu Escrivão da Camara fui e onde estava Gaspar Marques de Carvalho, Cura nesta Egreja, e seu sobrinho Gaspar Marques Leal, que vive em sua caza, debaixo de sua administração e jurisdição, que aos desaseis dias do presente mez de Outubro, de seiscentos e quarenta e quatro annos, estando elle Suplicante em caza do dito seu tio, junto á Praça da dita Villa, ahi foi ter Maria Soares, mulher de Francisco Gomes, Tabalião da dita Villa e nela moradores; e publicamente disse a sobredita, em alta voz, deante de muitas pessoas, que elle Gaspar Marques Leal era um ladrão; e com essas palavras muitos outros nomes afrontozos o deshonrou e ameaçou, dizendo que seu marido, Francisco Gomes, o havia de despir; como, com efeito, o dito Francisco Gomes fez, no mesmo dia, á tarde, bus-

cando ao dito Gaspar Marques Leal, que pacifico estava em caza de Pero Henriques, escrivão da Camara, onde o dito Francisco Gomes entrou contra força e violencia, que pegou por um braço ao dito Gaspar Marques Leal e o trouxe á Rua publica, deante de muitas pessoas, tirou uma faca que trazia e lha poz aos peitos, fazendo-lhe com ella muitas ameaças que o havia de matar se falasse; e logo na dita rua publica, á vista de muitas pessoas, o despiu, forçosamente, de uma roupeta de sarragoça, ... e de uns calções novos da mesma côr, e de umas seroulas, e de uma camiza, o que tudo valia mais de dois mil reis; e o deixou na rua publica, com todas suas vergonhas á mostra, como sua mãe o pariu, deante de toda a gente, sendo já homem de quatorze annos para cima. E as pessoas que tal cazo estavam vendo não ouzaram acudir-lhe ao dito Gaspar Marques Leal, porquanto o dito Francisco Gomes estava armado com uma faca na mão, temeram que as matasse ou espancasse como é acostumado de fazer. E deixando assim ao dito Gaspar Marques Leal despido com suas partes vergonhosas á mostra, lhe tirou e levou seus vestidos, sabendo que era sobrinho do Suplicante e conhecendo que era seu sobrinho e como tal o tratava, e lhe não fazia officios mechanicos, sendo filho de paes nobres e avós honrados, e parentes que teem mais de fidalgos que de escudeiros, e por taes são tidos nas terras onde viveram e vivem. Finalmente, o dito Francisco Gomes lhe fez tão grande afronta, tomara antes perder mil cruzados; o que foi muito estranhado das pessoas que o cazo viram e dos que noticia tiveram, por ser cazo que não fazem senão ladrões e salteadores.

Emtanto que depois do cazo feito, e que o dito Francisco Gomes o despiu de todos os seus vestidos e os tomar e levar comsigo, lhe cobriram, ao dito Gaspar Marques Leal, suas vergonhas, com uma manta, e o meteram em caza de João de Miranda, morador na dita Villa. O que tudo o dito Francisco Gomes fez com o poder do officio de Tabela-lião que de serventia serve, como por ser muito aparentado na dita Villa e acostumado a fazer semelhantes insultos e muitos desacatos, espancando homens e mulheres, chamando de putas e vilões ruins, como foi espancar a Francisca, filha de Ignez Gonçalves, e romper-lhe a saia por detraz, de modo que ficou desautorizada, e por tal delicto ainda não está livre.

E outrosim se foi a um Domingos Rodrigues, ourives, ás estocadas, sem duvida o mataria se lhe não acudissem. Outrosim espancou a uma Maria Luiz, viuva, e chamou muitos nomes injuriosos a Izabel Travassos, sendo mulher cazada e honrada. Outrosim espancou a Manuel Gonçalves, na Praça publica; finalmente é uzeiro e vezeiro a fazer tantos e

innumeraveis insultos, que se não podem contar. E porque querem que-
relar, na forma da Ordenação do Livro quinto, titulo cento e desaseis,
etc., etc.

(Archivo Municipal — Registo de querelas).

N.º 22

Dom Fernando de Menezes, 2.º conde da Ericeira, 6.º Senhor do
Louriçal, comendador da Ordem de Cristo e das comendas de São Pe-
dro de Elvas e Sancta Cristina de Serzedelo, nasceu em Lisboa em 27
de Novembro de 1614 e faleceu em 22 de Junho de 1699.

Era filho de Dom Henrique de Menezes, 5.º Senhor do Louriçal e
de Dona Margarida de Lima, filha do 4.º conde da Atouguia.

Cazou com Dona Leonor Filipa de Gusmão, filha de Fernão de Sal-
danha, capitão general da Ilha da Madeira, e de sua mulher Dona Joana
de Noronha, tendo deste casamento nascido Dona Josefa de Menezes,
que veio a ser mulher de seu tio, Dom Luiz de Menezes, 3.º conde da
Ericeira, e estes paes do erudito conde Dom Francisco Xavier de Me-
nezes.

Dom Fernando de Menezes serviu em Italia Dom Filipe IV, tendo
entrado nas batalhas de Alexandria de la Palla e Valencia e em varios
combates dados contra os francezes.

Depois de 1640 passou a Portugal, sendo chamado ao serviço de
Dom João IV que aproveitou os seus grandes conhecimentos de enge-
nharia e arquitectura militares. Construiu varias fortalezas, esteve nas
batalhas de Montijo, Barcarrota e Valverde e no cerco de Evora; go-
vernou Penhiche onde impediu o desembarque dos ingleses e, em 1656,
passou a Tanger como governador, sustentando durante cinco annos
constantes lutas com os moiros.

Voltando a Portugal, foi Vereador do Senado da Camara, Deputado
da Junta dos Tres Estados, Regedor da Caza da Suplicação, Conselheiro
de Estado e da Guerra, gentil-homem da camara do Infante Dom Pedro,
tendo regeitado os logares de Vedor da Fazenda e de Governador do
Algarve.

Entre as obras literarias que deixou, as mais notaveis são a *Histo-
ria de Tanger* e a de *El-Rei D. João I*, muito conhecidas dos bibliofilos.

(Matos Sequeira, *Figuras Historicas de Portugal*, pág. 64).

primeira vez, fez crescer cinco mil e quinhentos cruzados; e na segunda, nove mil e quinhentos; havendo-se com grande zelo e desinteresse em todas as ocasiões que se lhe ofereceram do meu serviço; e com igual zêlo emprestou, no anno de seiscentos e sessenta e seis, quatorze mil cruzados, sem avanço algum, para se acudir ás fortificações; e no anno de seiscentos e sessenta e oito, tres mil cruzados para pagamento dos inglezes, e estando ainda por satisfazer de uma e outra quantia;..... em satisfação de tudo, houve por bem fazer-lhe mercê de quarenta mil reis, de que serão vinte efectivos, para os ter com o Habito de Cristo que lhe tenho mandado lançar; e visto o mais que me representou, hei por bem que os vinte mil reis efectivos com que Francisco Lopes Franco foi respondido, assim se lhe assentem em um dos Almojarifados do Reino, em que couberem, sem prejuizo de terceiro; pelo que mando aos Vedores da minha Fazenda, lhe façam assentar, em um dos ditos Almojarifados, os vinte mil reis referidos, e levar em cada anno na folha dos assentamentos, para serem pagos ao mesmo Francisco Lopes Franco, e os ter com o Habito de Cristo; cujo vencimento deles começará a correr de oito de Maio do presente anno de seiscentos e setenta. E por firmeza disso lhe mandei dar esta carta, por mim assinada e selada com o selo pendente da dita Ordem; que será registada no Livro da fazenda dela e mercês que faço. E pagou quinze mil reis que devia dos tres quartos, que os recebeu o Tesoureiro deles, Antonio do Couto Franco, e lhe foram carregados em o livro de sua receita, a folhas 15, verso, como se viu por conhecimento em forma, feito pelo escrivão do seu cargo, e por ambos assignado, que foi rôto ao assignar desta carta; e não pagou o novo direito por não o dever. Dada nesta cidade, aos dezesete dias do mez de Outubro. Cristovam Peixôto a fez, no anno do Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil seiscentos e setenta annos. Francisco Pereira de Betancur o fez escrever.

... O Principe. ...

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 46, fol. 110, v.)

N.º 25

Luiz de Sousa, por mercê de Deus e da Santa Igreja Apostolica, Metropolitano Arcebispo de Lisboa, Capelão Mor do Principe meu Senhor e do seu Conselho etc.

Aos que esta provisão virem, fazemos saber que havendo respeito

ao que, por sua petição, nos enviaram dizer o Juiz e Irmãos da Confraria de São Sebastião, sita na sua Ermida da villa da Ericeira, e visto o que alegaram e acordam da nossa Relação com que nos conformamos, ... havemos por bem de lhes dar licença para que se possa reedificar a dita ermida de São Sebastião, acrescentando-a com novo chão, na forma que estava edificada, sem prejuizo dos direitos parochiaes. Esta se registará no livro do registo da Camara. Dada em Lisboa sob o nosso signal e sello, a deseseis de Abril de mil e seiscentos e setenta e oito anos. Domingos Alves de Andrade, escrivão da Camara a fiz escrever. (a.) *Arcebispo de Lisboa, Capelão Mor.*

Ha V.^a Illma. por bem conceder licença para se reedificar a egreja de São Sebastião na villa da Ericeira, na forma que acima se declara.

Para V.^a Illma. ver.

Por acordam da Relação de 18 de Novembro de 1678. Pagou trinta reis. (a.) *Brito.* (a.) *Soares.*

A folhas 70 do livro decimo sexto do Registo da Camara, fica registada esta provisão. Lisboa, 11 de Junho de 1678. (a.) *Andrade.*

E não continha mais a dita provisão de licença aqui trasladada no livro da Camara desta Villa, a folhas 23, ao que me reporto, hoje 23 de Janeiro de 1680 annos. Eu, Alvaro Serrão, escrivão da Camara e Almo-tacaria o escrevi. (a.) *Alvaro Serrão.*

(Archivo Municipal, Livro de Actas, 1680, fols. 23).

N.º 26

Em nome de Deus. Amen. Saibam quantos este publico instrumento de contracto virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, de mil e seiscentos e setenta e oito annos, em os vinte e nove dias do mez de Dezembro do dito anno, nesta villa da Ericeira, no Paço do Concelho della, ahi sendo chamados a tom de campa tangida, na forma da lei, foram chamados os Officiaes da Camara e pessoas do Povo della a saber: Os Juizes Ordinarios, Antonio de Bayrros e Antonio Franco Notario, e os Vereadores Luiz Palhano e Domingos dos Santos, e o Procurador do Concelho, Domingos Luiz, e os Mestres das embarcações, Jose Delgado, e Pedro Franco, e João Meão, e Francisco de Bayrros, e Simão Luiz, e Domingos de Bayrros, e Jose de Bayrros, e Francisco Franco, e Antonio da Costa, cazado, e Antonio da Costa, solteiro, estando tambem presente Francisco Lopes Franco, Cavaleiro

do Habito de Cristo e morador na cidade de Lisboa, no bairro de São Tiago, pelo qual foi dito, perante mim Tabelião e as testemunhas ao deante nomeadas e assignadas, que elle, pela boa vontade que sempre tivera a esta Villa e a seus moradores, e o desejo de os ver auctorisados, e por serviço de Nosso Senhor, queria fundar Caza de Misericordia, na Ermida do Espirito Santo, sita nesta dita Villa, no meio della, a qual queria dotar com mil cruzados de renda, postos em propriedades equivalentes, de que daria escripturas ou padrões que bem os valessem, para os Capelães que havia de apresentar na dita Caza da Misericordia, que hão de ser tres a quarenta mil reis cada um, e duzentos para esmolas de captivos desta Villa, em cazo que os hajam, o que Deus tal não permita, e não os havendo se darão para orfãs desta villa, para cazamento delas; que o mais que remanescer, para esmolas ordinarias da dita caza, a qual ha de fabricar com os ornamentos necessarios e fazer a caza do Despacho e mais insignias e cousas necessarias para a fabrica e ornamentos da dita Caza, tudo na forma que teem as cazas de Misericordia circumvizinhas; e que a disposição com que se ha de despender os ditos quatrocentos mil reis, declarava que tinha declarado em seu testamento; e porque para a dita Caza da Misericordia se ir augmentando era necessario maiores cabedaes, que elles Officiaes da Camara e mais Povo desta Villa que presentes estavam, declarassem e vissem com que podiam ajudar a esta obra tão importante. E por elles Officiaes da Camara e mais Povo e Mestres das barcas que de presente são foi dito, que elles se obrigam, por si e por seus sucessores, a que levarão em cada barco uma rede, para o que ganhar com a dita rede ser para a dita Caza da Misericordia, da qual darão conta todos os mezes ao Escrivão e Tesoureiro, em presença do Provedor e mais irmãos, para se lhes pôr em receita o que renderam; o que será na forma que elles costumam levar para as mais redes das Confrarias; as quaes começarão a levar de dia de São João Baptista por deante, do anno que vem de mil e seiscentos e setenta e nove annos, por se ficar principiando pelo tempo em que se fazem as eleições dos Officiaes das Cazas de Misericordia; e que fóra do que declaram os homens do mar e da terra, cada um dará sua esmola como puder; e que a Caza do Espirito Santo, que é deste Povo, dão, para se fazer e instituir nella a dita Caza da Misericordia, para que nella faça o dito Francisco Lopes Franco e funde a dita Caza e seja Padroeiro della e os mais seus herdeiros e sucessores, e nelle faça seu jazigo na forma que lhe parecer, no cruzeiro ou onde lhe parecer, como fundador da dita Caza; e em cazo, que Deus não permita, que ella seja () se reedificará com as rendas, sem embargo de se applicarem para as esmo-

las referidas, por só se fazerem em tal cazo aquellas que forem precisas; e sendo cazo que sejam necessarios alguns ornamentos se farão em tal cazo aqueles que forem precizos; e sendo cazo que sejam necessarios alguns ornamentos sempre se farão das esmolas da Caza; a qual será obrigada a enterrar todos os defuntos, assim Irmãos como os que o não forem, porquanto, as tumbas das Irmandades de São Pedro e de São Sebastião se hão de extinguir, e ficar somente a da Caza da Misericordia. Ao que todo o referido se obrigaram e obrigam elles Officiaes da Camara a cumprir tudo na forma que dito é, por si e por seus successores. E em cazo, que Deus não permita, que algum Mestre assim dos presentes como dos que lhes succederem não queiram levar a dita rede, elles Officiaes da Camara e os mais que lhes succederem, os poderão obrigar a que a levem, com as penas que lhes parecer. E elle dito Francisco Lopes Franco se obrigou por sua pessoa e bens e de seus successores, a dar cumprimento a tudo o que dito é, na forma da disposição do seu testamento, a que se refere, e que ficará servindo de titulo, para governo da dita Caza, e nessa forma se cumprirá; para o que se trasladará no livro do tombo da dita Caza, que se ha de fazer; e sendo cazo que em algum tempo algum Mestre de barco duvidar levar a rede para a dita Caza, e obrigando-o a Justiça como acima se declara, emquanto a não levar, pagará o tal Mestre tudo o que a dita rede podia render, conforme os mais companheiros que a levarem. E com todas estas clausulas e condições elles ditos Officiaes da Camara e mais Povo que presentes estavam e ao deante forem, se obrigam por si e seus successores, em cuja representação celebram êste contracto, e elle dito Francisco Lopes Franco, a tudo cumprir e guardar inteiramente, sem duvida nem embargo algum que a isso ponham em tempo algum, para o que não alegarão, por parte de nenhum deles, se revogue em parte nem em todo, e se hão por bem entendidos nella, para o que não alcançarão provisão de Sua Magestade nem de quem seu poder tiver, porque alcançando-a, della não querem uzar, posto que concedida lhes seja. E sendo cazo que neste instrumento falte alguma clausula para seu devido efeito e cumprimento, elles aqui a hão por posta, como se de cada uma delas fizessem expressa e declarada menção. E assim o outorgaram e mandaram ser feito este instrumento nesta minha nota, e que dele se dessem os traslados necessarios, todos de um teor, que pediram e aceitaram, e eu Tabelião tudo aceito, em nome de quem tocar ausente, como pessoa publica estipulante e aceitante. Testemunhas que presentes estavam, Pedro Fialho, pescador, e Pedro Henriques, pescador, e Luciano Pereira, pescador, todos moradores nesta Villa da Ericeira, os quaes todos eu Tabelião reconheço e

dou fé serem os proprios aqui contheudos e declarados, que assignação de seus signaes costumados. E eu, Luiz de Torres, Tabelião publico e do Judicial e notas nesta Villa da Ericeira e seu termo que o escrevi.

Assignaturas.

(Archivo da Santa Caza da Misericordia da Ericeira,
liv. 3, fol. 22)

N.º 27

Eu El-Rei, faço saber que Francisco Lopes Franco me representou, por sua petição, que seu Tio Francisco Lopes Franco, já defunto, se contractara com os Officiaes da Camara da Villa da Ericeira e pessoas do Povo, para efeito de fundar nela, na Ermida do Espirito Santo, uma Caza da Santa Mizericordia, que nela não havia, para bem comum daquele Povo e serviço de Nosso Senhor; a qual havia de dotar com mil cruzados de renda, em propriedades ou juros que bem os valessem, para os Capelães que havia de apresentar, que haviam de ser tres, aos quaes se havia de dar 40 mil reis a cada um; e duzentos mil reis para esmolas de captivos da dita Villa; e em cazo que os não houvesse, se dariam para cazamentos de orfãs da mesma Villa; e o mais que remanescesse, pasa esmolas ordinarias da dita Caza, a qual havia de fabricar com os ornamentos necessarios, e fazer caza de Despacho e mais insignias e coisas necessarias, e guisamentos para a fabrica da dita Caza, tudo na forma que as Misericordias circumvisinhas tinham; e que a disposição com que se haviam de despender os ditos quatrocentos mil reis, tinha declarado em seu testamento, com condição que elle dito Francisco Lopes Franco seria Padroeiro dela, e mais seus herdeiros e sucessores; e que no testamento com que falecêra o dito seu Tio, aprovara e ractificara o dito contracto, ao qual o Suplicante tinha dado cumprimento, com os ornamentos necessarios para a dita Caza e oficinas, e tudo se ia acabando de aperfeiçoar; e os Capelães que o dito seu Tio deixara, estavam servindo actualmente. . . . E porque estava dando conta do dito testamento, no Juizo dos Reziduos ecclesiasticos o obrigavam a que mostrasse como estava instituida a dita Irmandade da Misericordia, . . . o que não podia ser, sem que Eu confirmasse o dito contracto e disposição do testamento do dito seu Tio, me pedia lhe fizesse mercê de confirmar o dito contracto e disposição do dito testamento, para o efeito de se estabelecer a Irmandade da dita Caza da Misericordia, de que ha-de ser Padroeiro e seus sucessores. E visto o que alegou, infor-

mação que mandei tomar pelo Corregedor da Comarca de Torres Vedras, ouvindo os Officiaes da Camara e homens da governança da Villa da Ericeira que nisso não tiveram duvida, nem menos o Procurador da Corôa, a quem se deu vista, e constar da utilidade e piedade desta obra: Hei por bem confirmar, como com efeito confirmo e hei por confirmado, o contracto e disposição de testamento de que faz menção o dito Francisco Lopes Franco, e que se cumpra com todas as clausulas, condições e declarações nele insertas. Este Alvará se cumprirá como nele se contem, e valerá postoque seu efeito haja de durar mais do que um anno, sem embargo da Ordenação do Livro segundo, titulo 40, em contrario; e se trasladará na escriptura do dito contracto e na instituição da dita Caza da Misericordia, e onde mais for necessario, para a todo o tempo constar que Eu assim o houve por bem. E pagou de novos direitos 540 reis, que se carregaram ao Tesoureiro deles, a folhas 37, verso, do livro 1.º de sua receita, como constou por conhecimento em forma, registado no Livro I, do Registo Geral, folhas 35. Luiz Godinho de Niza a fez em Lisboa, a 22 de Junho de 1695.

... Rei. ...

O Monteiro-Mor. Alvará por que Vossa Magestade ha por bem confirmar o contracto e disposição do testamento de que faz menção Francisco Lopes Franco, e se cumprirá com todas as clausulas, condições e declarações nele insertas, como acima se declara. Para Vossa Magestade vêr. Por resolução de Sua Magestade, de 8 de Fevereiro de 1695, em consulta do Dezembargo do Paço.

João de Roxas de Azevedo. Pagou 400, e aos Officiaes 310 reis.

Lisboa, 11 de Agosto de 695. Dom Francisco Maldonado.

Registado na Chancelaria Mór da Côrte e Reino, no Livro dos officios e mercês, a folhas 318, verso. Lisboa 11 de Agosto de 695.

Patricio Nunes. Pagou 200 reis.

(Archivo da Santa Caza da Misericordia da Ericeira, liv. 3, fol. 37).

N.º 28

Sendo em o ultimo dia do mez de Setembro, de mil setecentos e sessenta e cinco annos, achando-se varios barcos desta villa da Ericeira á pescaria, em o mar chamado do Lameiro, defronte do cabo de Sanchete, no distrito dos mares de Cascaes, entre os quaes era o barco chamado «Manuel Lopes», no qual andavam, alem da companhia, Vicente da Silva, cazado que era com Eugenia Tereza, e Jose da Costa Pacheco,

cazado que era com Catarina Lopes, e aparecendo ahi um chaveco de moiros argelinos, atirou ao dito barco chamado «Manuel Lopes», pondo-lhe a proa e dando-lhe uma descarga de balas de espingarda, com ella feriram e mataram aos ditos Vicente da Silva, marido da dita Eugenia Tereza, e Jose da Costa Pacheco marido da dita Catarina Lopes, captivaram os mais companheiros, e ficando os ditos, mortos ou agonizantes no dito barco, como estava arrombado pela violencia e encontro que lhe dera o dito chaveco, do que ali se foram ao fundo; e como não foram captivos os ditos pescadores com os mais companheiros, era infalivel ficaram mortos e foram sepultados nas aguas com o dito barco; vindo a esta Villa cartas de alguns captivos em que diziam que os ditos pescadores ficaram mortos no barco; o que justificando as mulheres dos ditos Vicente da Silva e Jose da Costa Pacheco, etc. etc. etc.

(Livro do Registo de Obitos, n.º 7, a fols. 2)

PETIÇÃO

Snr. Padroeiro. Diz Maria Jorge, desta Villa da Ericeira que sendo no mez de setembro proximo passado, partindo do porto desta villa um barco de que era mestre Francisco Franco «o Massapão» para colher suas redes que tinha nos mares desta costa, lhe sahiu ao encontro uma sétia de moiros e captivou o dito barco, indo nelle Bazilio Franco, marido da suplicante, a qual deixou com uma filha e muito pobrinha, por não ter cabedades com que se sustente, o que por caridade, lhe faz seu pai, Luiz Jorge; e nestes termos não tem com que mande vir do captiveiro ao dito seu marido para seu amparo; causa por que recorre com toda a piedade ao amparo da Santa Caza e á benignidade de Vossa Mercê para nomear no sobredito um dos dotes que a Santa Caza costuma, em cada um anno, dar a escravos ou captivos. E como a Vossa Mercê, in solidum, lhe pertence a nomeação deles, por serviço de Deus lhe implora a nomeação de um, para que, tendo certa essa esmola, tratar de mandar vir o dito seu marido do captiveiro em que se acha. Pede a V. Mercê a esmola de nomear no sobredito um dos dotes que costuma para com elle tratar de mandar vir do captiveiro o dito seu marido, ficando da sua parte rogar a Deus pelo augmento da Santa Caza e saude de V. Mercê e pela alma do deixador. E. R. M.

DESPACHO

Requererá quando houver a certeza da terra em que se acha o dito seu marido, e então será atendida como for Justiça. Ericeira, 24 de Novembro de 1741. O Padroeiro, Castelo Branco.

PETIÇÃO

Snr. Padroeiro. Diz Baltazar Franco natural e morador na villa da Ericeira, que elle suplicante tem um filho por nome Bazilio Franco captivo em Argel, e porquanto de presente lhe escreveu o dito seu filho em como tinha feito troca com um turco que na galé desta cidade de Lisboa se achava, para o qual lhe era necessario ao suplicante dinheiro para poder dar uma ajuda de custo ao dito Turco para haver de passar para a Barbaria, e juntamente para comprar algumas peças que o dito captivo mandou pedir. E como o dito captivo é muito pobre e juntamente o suplicante não terem que vender nem empenhar, e assim que implora o patrocínio e amparo de V. M.^a para que o mande prover com meio dote daqueles que a Santa Caza da Misericordia costuma dar aos captivos; porquanto P. a V. Mercê seja servido mandar, por seu despacho, que os Irmãos da Meza da Santa Caza da Misericordia deem a referida esmola, visto como é para resgate de um captivo, será por amor de Deus. E. R. M.

CERTIDÃO

Frei Antonio da Silva, da Ordem da Santissima Trindade e Procurador Geral da Redempção dos Captivos, etc.

Certifico em como o Padre Administrador do Hospital de Argel, Frei Pedro Arostegue me remeteu um instrumento autentico pelo qual consta estar resgatado o captivo Bazilio Franco, filho de Baltazar Franco e de Antonia Gomes, cazado com Maria Jorge, natural da vila da Ericeira, por troco de Majamet, turco da galé, e outro sim me consta que o captivo ha de fazer despesas no seu troco e no seu transporte. E por me ser pedida esta certidão a passei do que consta na verdade. Convento da Santissima Trindade de Lisboa, 2 de Março de 1746. *Fr. Antonio da Silva*, Procurador Geral da Redempção.

DESPACHO

A Meza da Misericórdia satisfaça a este captivo com meio dote na forma que pede; e dará fiança, a satisfação da Meza, para que, no cazo em que suceda morrer o dito captivo antes de chegar a este Reino, não perca a Misericórdia o dinheiro. Lx.^a 3 de Março de 1746. O Padroeiro, *Castelo Branco*.

Não obstante o despacho acima, a Meza da Misericórdia complete o dote na forma costumada, por me constar a necessidade que o pretendente tem, e deixar dividas em Argel, por cuja razão mando se lhe ajuste o dote por inteiro.

Lx.^a 24 de Maio de 1746. O Padroeiro, *Francisco Xavier de Horta Osorio Castelo Branco*.

(Archivo da Santa Caza da Misericórdia da Ericeira,
Livro de Orfãs e Captivos)

N.º 29

Diogo João de Serpa e Brito de Noronha, tendo 37 annos de idade e o posto de Sargento-Mor de Infantaria, partiu para a India comandando a nau de guerra «Nossa Senhora Madre de Deus».

Pelas alturas do Cabo da Boa Esperança sentiu-se doente e fez o seu testamento. Este foi escripto pelo Dezembargador Jeronimo de Lemos Monteiro, que ia a bordo, em data de 26 de Junho de 1748, e aprovado na mesma data pelo Escrivão da nau, Jeronimo da Cruz Madeira. Assignou a rogo do testador, que pelo seu estado não podia escrever, o dito Dezembargador.

Declara dispensar honras funebres e, se morrer a bordo, quer ser lançado no mar, sem aparato algum, como se fosse o mais pobre soldado; e pede a quem o substituir no comando que o poupe às referidas honras «com que a cegueira e vaidade humanas pretendem, até na egualdade da morte, introduzir chimericas differenças».

Se morrer em Gôa ou Moçambique quer ser sepultado na Igreja que aos seus testamenteiros aprouver; e se os seus irmãos quizerem que os seus ossos sejam transportados para Portugal, elles deverão ser depositados, ou na Capela de São Bartolomeu na Se de Lisboa, fundada por Bartolomeu Joannes, e cujo vinculo sempre tem andado na sua caza, ou em São Martinho da Villa de Sintra, na sepultura que deixou

o Chantre da mesma Sé, Mateus de Fontes, com um vínculo a seu 4.^o avou, Dom Fernando de Brito e Noronha, fidalgo da Caza Real, para cazar com sua 4.^a avó, Dona Anna de Sousa, sobrinha do referido Chantre.

Em 9 de Dezembro de 1750, fez um codicilo ao mesmo testamento, declarando que era comandante da nau capitanea Nossa Senhora da Misericórdia, e chefe de uma expedição a Damão, praça que elle testador ia governar, tendo já o posto de Coronel. Diz que no dia immediato se daria um combate, pois recebera noticias de que fôra tomada, por surpresa a armada daquela praça pelo regulo Magi, o qual tinha as embarcações no fundo do seu rio, esperando as aguas vivas para as levar para dentro «e, devendo castigar-se tal agravo e olhar-se pela honra de Deus e pela da Nação, resolvera ir tirar-lhe as ditas embarcações e pelejar com elle». Declara que El-Rei lhe dera o fôro de Fidalgo da sua caza, com 268 mil reis de tença, atendendo aos seus serviços pessoaes e aos de seu pai e avós; e pede a El-Rei que, se elle testador morrer, queira conceder o mesmo titulo a seus irmãos, como filhos e netos de homens que souberam sempre, fielmente, expor a vida em defeza da Corôa e da Patria.

Entre os diferentes legados deixa ao comandante da Armada da India, capitão de Mar e Guerra Antonio de Brito Sanches, um florete dourado, duas espadas, uma rodela e um par de pistolas.

Nomeia por sua universal herdeira sua mãe, Dona Juliana de Sousa Brito de Noronha.

Foram testemunhas, os capitães-tenentes, Jose Forde, Joaquim Tomaz Xavier Mach-Mahon, Marco Antonio de Azevedo Coutinho, o alferes Lourenço Lobo Garies de Almeida e Valentim da Costa Campos.

Tem o seguinte despacho: Cumpra-se e registre-se. Damão, 21 de Maio de 1751. Coutinho.

Estes apontamentos foram extrahidos de uma má copia do testamento original, existente no Archivo da Quinta dos Chãos.— Santo Izidoro —.

N.^o 3o

Tornar-se hia prolixo dar uma nota das quantidades de generos importados e exportados na Ericeira. Limitei-me, por isso, a referir somente os cereaes, vinhos e seus derivados.

Deixando pois as quantidades e referindo apenas as qualidades, direi que aqueles generos eram, entre muitos outros, os seguintes:

Madeiras, sal, lenha, carvão, legumes, animaes, carnes e seus derivados, mobiliarios, fazendas de linho e algodão, etc. etc.

É evidente que os generos exportados vinham de muito longe embarcar aqui para seguirem para os portos das Ilhas, Algarve e outros; e os importados seguiam daqui para o interior do paiz.

A Alfandega da Ericeira, servida pelo seguinte pessoal, Director, Escrivão, Tesoureiro, Chaveiro, Porteiro, Meirinho, Despachantes, Guarda-bandeira, Patrão de escaler e remadores, Guardas a pé e a cavallo, Guarda-mor de Saude, escrivão e meirinho do Guarda-Mor, etc. tinha jurisdição na area maritima desde Cascaes até á Figueira, e era considerada a 4.ª alfandega do Reino, só lhe sendo superiores, em importancia, as alfandegas de Lisboa, Porto e Setubal.

O movimento de passageiros, principalmente dos portos do Minho e da Galiza, era tambem importante, verificando-se pelos registos de passaportes, que o seu numero atingia algumas centenas em cada anno.

N.º 31

É tempo de fazer justiça á memoria de Francisco José da Silva Ericeira, cuja vida foi um grande exemplo de dedicação á sua terra, e de tenacidade em a defender da enfatuada preponderancia e do nefasto predomínio de extranhos.

É, pois, necessario que todos os ericeirenses saibam que, a culpa que tradicionalmente vem sido atribuida a Silva Ericeira, nasceu, unica e exclusivamente, da calumnia e do odio dos seus inimigos politicos, dirigidos por elementos extranhos á Ericeira, os quaes elle sempre combateu e muitas vezes esmagou, inutilisando-lhes a vaidosa ancia de mandar, numa terra que não era a deles.

Fique-se, portanto, sabendo que, á face dos documentos da epoca, ninguem será capaz de demonstrar que Silva Ericeira tivesse concorrido, de perto ou de longe, para a extinção do Concelho, pois que os mesmos documentos demonstram, precisamente, o contrario.

Esta é que é a verdade, que aqui fica consignada, para conhecimento de todos.

J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA.

AS TRÊS CONFERÊNCIAS AFRICANAS (1)

III

CONFERÊNCIA DE BRUXELAS

Em nota de 28 de Agosto de 1889 a Legação da Bélgica em Lisboa convidou o Governo Português a fazer-se representar numa Conferência, que devia reunir-se em Bruxelas a 15 de Outubro do mesmo ano. O fim era tratar de encontrar os meios mais eficazes de pôr termo ao tráfico da escravatura (2). As potências teriam plena liberdade de iniciativa para sugerirem os meios mais adequados ao objectivo em vista.

O Governo Português aceitou e declarou que, tomando parte na Conferência com o fim de cooperar para a extinção total do tráfico, entendia que as providências a adoptar deveriam respeitar a soberania das nações que possuem colónias em África, salvaguardar os interesses da navegação e comércio lícitos, e revestir um carácter eminentemente eficaz e prático, para que mais facilmente se obtivesse o comum acôrdo dos países interessados.

As instruções ao delegado Português mandavam-no apre-

(1) Cont. do n.º 3, pág. 346.

(2) O Governo Belga referia-se na nota ao desejo de sancionar as decisões anteriormente tomadas no mesmo sentido e de completar por novas medidas a obra já em comêço de realização e que era objecto da solicitude comum. (L. Branco, 1891).

sentar uma memória sobre escravatura nas colónias portuguesas e esclarecer a Conferência sobre o que havia quanto a leis e regulamentos do trabalho indígena no Ultramar.

Quanto à navegação no Zambeze e às restrições impostas na África Oriental dizem as Instruções que êsses inconvenientes provinham «exclusivamente do facto de não ter sido ainda reconhecido ali e delimitado de acôrdo connosco o nosso domínio político, por uma nação que tenazmente tem procurado circunscrevê-lo às regiões marítimas da Costa» (11/11/1889).

As questões do comércio das armas de fogo, munições e pólvora tinham grande importância financeira para Portugal. O que conviria era limitar a faculdade de importação e uso de armas de fogo aperfeiçoadas. As armas «lazarinas» seriam permitidas, mediante um direito elevado, como receita fiscal como compensação das despesas com a repressão da escravatura. A pólvora poderia ser objecto de uma régie — «origem de fortes receitas».

No tocante a bebidas espirituosas podia aceitar-se um direito de importação elevado. Era porém necessário ter em consideração os interesses de Angola quanto às fábricas de aguardente e ao consumo de bebidas espirituosas.

As modificações ao regime económico do Congo seriam examinadas pelo Governo, à medida que lhes fôsem submetidas.

No que respeitava à supressão do tráfico da escravatura, Portugal cumpria o tratado de 1842 com a Inglaterra, mas não reconhecia o direito de visita a nenhuma outra Potência, e não tomaria qualquer compromisso mais «em assunto que tão inteiramente se liga com questões de soberania e dignidade nacional» (1).

A França (2) desejava a abolição da escravatura e a re-

(1) *Livro Branco*, pág. 8.

(2) *Livre Jaune*. Conférence et Comisión de Bruxelles, 1889-1891.

pressão do tráfico. O tráfico marítimo era quasi nulo. Em terra, porém, havia caravanas, cujos percursos eram mal conhecidos.

« Il est difficile », dizia o Ministro dos Estrangeiros, « d'aller atteindre le mal dans sa source et, sur ce point, on ne pourra trouver de remède absolu que dans l'extension, au centre africain, des doctrines et des principes du monde civilisé. Provisoirement, il faut se contenter de palliatifs ».

No que toca a espirituosos (n.º 26) a França entendia que o alcoolismo causava mais prejuizos à população do que a escravatura. A proibição pura e simples encontrava sérios obstáculos; mas um direito elevado à importação era a maneira de restringir o consumo.

As limitações a impor ao comércio das armas, no entender da França, deviam ser tornadas extensivas à África tãda, exceptuando contudo Madagascar e as ilhas Comores.

Eram estas as instruções dos delegados de Portugal e da França.

A primeira sessão da Conferência teve logar em 18 de Novembro de 1889 — a última em 2 de Julho de 1890. Houve 39 reuniões e o volume das Actas é de 702 páginas *in folio*.

Assistiram às sessões representantes de 16 Estados, incluindo os Estados Unidos da América do Norte e o Estado Independente do Congo.

A presidência da Conferência foi dada ao Príncipe de Chimay, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.

No discurso inaugural, o Príncipe de Chimay referiu-se à obra « grande e pura » e desinteressada que a Conferência se propunha realizar para a supressão da escravatura.

O programa não estava definido. A organização da Conferência não pertencia a ninguém. A França só foi convi-

dada quando, pela falta de resposta, se notou que não lhe tinha sido dirigida a circular⁽¹⁾.

O representante Americano começou logo por declarar que estava ali *ad referendum* e não com plenos poderes. Fêz reservas em nome do seu Governo, depois de ter dito que os Estados Unidos não tinham hesitado perante uma guerra civil para extinguir a escravatura na América.

Os Plenipotenciários Belgas apresentaram uma memória sobre a repressão da escravatura no Congo. Lord Vivian⁽²⁾ fêz, em nome do Governo Inglês, uma exposição do que tinha sido a acção da Inglaterra na repressão do tráfico marítimo. Acentuou a necessidade de restringir o comércio das armas e das bebidas espirituosas como meio de combater a escravatura.

Os delegados Portugueses apresentaram uma memória sobre a escravatura que é um trabalho interessante sob o ponto de vista histórico. Uma grande parte diz respeito à escravatura em Inglaterra e aos traficantes Ingêleses nas costas de África. Juntou-se uma lista das estações oficiais de Portugal em África incluindo pontos discutidos.

As Memórias dos vários países sobre escravatura provocaram grandes controvérsias. A belga da autoria de Banning, Lambermont e Brandt intitulada «La Traite des Esclaves en Afrique», suscitou da parte da Turquia, de Portugal e da França protestos contra as afirmações contidas nos Livros Cinzentos Belgas. «La vanité de ces réserves ne pouvait échapper à aucune personne compétente, elles n'en revêtient pas moins dans la bouche des représentants de la France et

(1) O convite à França foi enviado em 14 de Setembro de 1889 enquanto a circular às outras Potências era datada de 28 de Agosto.

(2) Além de Lord Vivian, que era Ministro em Bruxelas, a Inglaterra estava representada por Sir J. Kerk, que não percebia francês, o que ocasionou muitas confusões.

du Portugal une vivacité extrême, affectant parfois le ton d'une polémique quasi personnelle» (1).

Ao *Livre Gris* foram anexados os documentos em que os vários governos refutavam as afirmações feitas.

A memória portuguesa mereceu reparos da Inglaterra.

O Plenipotenciário Inglês frizou que era deslocado tratar de questões territoriais na Conferência e invocou o precedente da Conferência de Berlim da qual foram eliminadas as questões de fronteira.

Lord Vivian disse que lhe parecia que a lista de estações, anexa à Memória portuguesa, nunca devia ter sido apresentada. «Il serait impossible de ne pas y voir une atteinte aux droits d'autrui» (2).

Na sessão de 4 de Dezembro o Plenipotenciário Inglês apresentou uma memória da British Foreign Anti-Slavery Society, que ofereceu à Conferência a sua experiência em matéria de escravatura. Também juntou uma mensagem da sociedade, fundada pelo Duque de Westminster, para impedir a desmoralização das raças indígenas proveniente do tráfico dos espírituosos. «Ces sociétés travaillent avec un entier dévouement aux progrès des races africaines et elles désiraient vivement pouvoir être de quelque utilité à la Conférence». O Governo Inglês advertiu, porém, que não tomava a responsabilidade dos escritos que submetia à apreciação da Conferência.

Na sessão de 19 de Dezembro, Lord Vivian, em nome do seu Governo, protestou formalmente contra as «pretensões» de Portugal a certos territórios ao Norte e ao Sul do Zambeze, cuja posse por Portugal a Inglaterra não reconhecia.

Protestou também contra as passagens da memória por-

(1) Banning, *Mémoires Politiques et Diplomatiques*.

(2) *Protocoles*, pág. 71.

tuguesa em que se insinua que a Inglaterra tolera a escravidão nas suas colônias. E terminou com a seguinte frase: «Enfin, Messieurs, permettez-moi d'exprimer le sincère espoir que c'est pour la dernière fois que de pareilles questions contentieuses sont portées devant cette Conférence, où, à mon avis, elles sont non seulement déplacées, mais très nuisibles à notre œuvre, qui est exclusivement humanitaire et nullement politique».

O Plenipotenciário do Estado Independente do Congo também se insurgiu contra as afirmações do delegado Português por representarem, no seu entender, uma violação flagrante do tratado de 14 de Fevereiro de 1885.

À réplica o Plenipotenciário Português manteve as suas afirmações. O presidente da Conferência pôz ponto na discussão declarando que a Conferência não tinha competência para tratar de direitos territoriais.

Suscitou-se depois a questão das bebidas espirituosas em África. O abuso do álcool é para os indígenas uma fonte de desmoralização e de ruína. O Plenipotenciário Português exprimiu dúvidas sobre a competência da Conferência para tratar deste assunto. O delegado Holandês apoiou este ponto de vista.

Lord Vivian⁽¹⁾ apresentou à Conferência uma exposição sobre a proibição dos espirituosos em certas regiões africanas e sobre as restrições a impor ao comércio das bebidas alcoólicas. Alvitrava impostos de importação e impostos de fabrico.

O delegado Americano não tinha instruções para discutir a questão do álcool; mas afirmou o interesse dos Estados Unidos pela conservação e bem estar dos indígenas.

O delegado Português insistiu sobre as dúvidas que tinha acerca da competência da Conferência para se ocupar do assunto.

(1) *Protocolles*, pág. 112.

Entrando pròpriamente na matéria de escravatura discutiu-se, na parte referente ao tráfico marítimo, o direito de visita no mar.

Em Inglaterra predominava a opinião de que a repressão do tráfico só se podia fazer eficazmente regulamentando-se a polícia marítima. Êste ponto de vista não era o da França, nem o da Bélgica que viam na repressão terrestre a melhor maneira de atingir o fim. A Inglaterra estava isolada. Não tomava iniciativas. Sir J. Kerk, não percebia o que se dizia.

A Bélgica abstinha-se. Não se queria intrometer nem tomar um papel preponderante, embora os seus delegados merecessem a confiança de todos.

Os delegados Portugueses (Macedo e Batalha Reis) eram dos mais conspícuos pelo brilho da sua argumentação, pela vivacidade da réplica (Batalha Reis) e pelo ardor do seu patriotismo, que foi interpretado por Banning como attitude hostil e provocadora que só agravava a situação.

O *Journal des Débats* publicou os textos das propostas belgas. A Inglaterra irritou-se. Averiguou-se quem podia ter cometido essas indiscrições e os indícios levaram alguns delegados a crer que era dos delegados Portugueses que o *Journal des Débats* recebia os documentos. Os trabalhos eram dificultados por incidentes estranhos, tais como a questão da África Oriental entre Portugal e a Inglaterra, e a questão da Lunda entre Portugal e o Estado Livre do Congo, questões que eram sistematicamente trazidas para a Conferência.

«Ce parti-pris d'agression et d'obstination», diz Banning «visait directment l'Angleterre et l'État du Congo: il se prolongea jusqu'à la crise ministérielle qui se produisit dans les premiers mois de 1890 à Lisbonne et réagit sur la situation personnelle des représentants Portugais».

A attitude francesa era menos explicável. Manifestava receios exagerados. Referia-se à occupação forçada das fron-

teiras e revelava a preocupação de evitar que a Inglaterra utilizasse a Conferência em benefício próprio. A França estava isolada na Europa e afectava êsse isolamento.

Na repressão da escravatura as Potências queriam direitos mas nenhuma se conformava com obrigações. A discussão do artigo III foi interminável e irritante.

«A quoi bon», diz Banning, «proposer, accepter, réunir une Conférence pour organiser la répression de la traite en Afrique, si les Puissances refusent d'avance toute charge de ce chef, tout effort en ce sens?»

O artigo IV sobre companhias magestáticas deu origem ao ataque dos delegados Portugueses contra a Chartered Company of South Africa. Os Franceses também criticavam o direito inglês sobre a matéria de companhias.

As principais Potências opuseram-se a aceitar um texto para o artigo V que as obrigasse a adoptar uma legislação penal comum contra os traficantes e ficou um texto incompleto.

A libertação dos escravos que tinha sido objecto de um inquérito em 1876, suscitou a questão da abolição da escravatura.

O estudo das medidas repressivas do tráfico em terra fêz objecto de um longo relatório em que se atende a quatro pontos: 1.º locais de origem do tráfico; 2.º itinerários seguidos pelas caravanas; 3.ª zona de transportes marítimos; 4.º destino dos escravos. Os delegados Portugueses (Macedo e Batalha Reis) tomaram parte activa na discussão. Ora apresentavam erros no mapa apresentado pela comissão, ora imperfeições na doutrina a formular. A história de cada artigo encontra-se a pág. 201 e seguintes dos Actos e Protocolos. Por ela se vê qual foi a attitude dos diversos delegados e quais as dúvidas que se se suscitaram. Os pontos mais debatidos no tocante à polícia marítima foram o direito de visita e a zona dentro da qual podia ser exercido.

A França queria restringir os poderes da Inglaterra na polícia dos mares e nesse esforço era apoiada pela Espanha e por Portugal.

A fiscalização da escravatura ficou reduzida a duas repartições: uma em Zanzibar e outra em Bruxelas. Desapareceram tôdas as arestas e suprimiram-se quaisquer supremacias.

A proposta inglesa sobre polícia dos mares foi publicada na *Indépendance Belge*. Atribuiu-se aos Portugueses essa indiscreção.

Na discussão do direito de visita o delegado Português, apoiado pelo Francês, propôs que êsse direito se não exercesse em águas territoriais.

Portugal tinha consentido duas excepções a favor da Inglaterra, mas não queria mais.

Sobre a sede da repartição em Bruxelas não houve divergência; mas, quanto à competência da repartição, a França desejava que as suas funções fôsem apenas de arquivo de informações, enquanto os ingleses desejavam que tivesse funções activas.

A Inglaterra queria a fiscalização da escravatura incumbida a uma comissão internacional (1).

No que respeita aos direitos sobre bebidas alcoólicas a Inglaterra não conseguiu impor o seu ponto de vista. O direito de importação foi insignificante e a zona de proibição muito limitada. O delegado Americano apoiava o ponto de vista inglês.

A França, Portugal, a Alemanha e a Holanda não tinham empenho na proibição.

A Holanda foi quem mais se opôs ao estabelecimento de direitos de importação. Fundava-se em que a Conferência de

(1) Só em 1932 foi votada a criação de uma Comissão Internacional com sede em Genebra, sob proposta da Grã Bretanha.

Berlim tinha estabelecido a isenção de direitos de importação durante o prazo de 20 anos. A Inglaterra não contrariou o projecto de lançar uma contribuição de 10 0/0 *ad valorem* sobre as importações, embora sustentasse o princípio da liberdade comercial.

As necessidades de dinheiro do Estado Independente sobrepuzaram-se a tôdas essas considerações jurídicas e as Potências aprovaram a criação de direitos de importação ⁽¹⁾.

Os Estados Unidos formularam três condições para aceitarem as deliberações da Conferência. A primeira era que se não mencionasse a Conferência de Berlim; porque a não tinham ratificado. A segunda era que se fizesse uma convenção à parte sobre os direitos de importação na Bacia Convencional. A terceira respeitava a elevação dos direitos sobre bebidas espirituosas, porque os Estados Unidos julgavam insuficientes os que estavam propostos. No entanto foram os Americanos que propuzeram o direito de 15 francos por hectolitro.

No que respeita às armas e munições a divergência entre as Potências não foi menor. A França, principalmente, instava por que o Cabo da Boa Esperança ficasse sujeito às restrições a impor, mas a Inglaterra declarava que as colónias eram autónomas e não podia obrigá-las a aceitar o que elas não queriam.

O *Journal des Débats* divulgou o projecto Belga antes de tempo e exerceram-se fortes pressões sobre o delegado Inglês por parte dos fabricantes de armas. Perante a indecisão da Inglaterra, a França reclamou a proibição absoluta do comércio de armas. Fizeram-se *meetings* em Inglaterra para protestar contra a inação do Governo perante as fábricas de armas. A atitude teve de mudar na Conferência.

O delegado Português entendia que não havia motivo para consentir obrigatoriamente no trânsito, desde que se es-

(1) *Protocolles*, pág. 457.

tabelecesse a proibição do comércio das armas. Corresponderia ao estabelecimento de uma servidão internacional possivelmente perigosa.

Estas divergências e desinteligências entre delegados reflectiam o estado de relações dos diversos países. Foi neste ambiente de desarmonias que se assinou finalmente o Acto Geral de Bruxelas.

O fim que se tinha em vista aparentemente era a repressão do tráfico dos escravos africanos e o estabelecimento de novas sanções contra os traficantes.

A organização administrativa, as estações e cruzeiros a conceder ao comércio e às missões, bem como aos exploradores e sábios, eram as medidas preconizadas para a repressão do tráfico.

Mas no artigo III as Potências obrigaram-se a suprimir a escravatura *gradualmente* à medida que as circunstâncias o permitissem.

As Potências podiam delegar nas companhias privilegiadas certas funções. Nas obrigações tomadas para a repressão da escravatura, o que havia de novo era o final do artigo IV em que as Potências prometiam acolher, auxiliar e proteger as associações nacionais e as iniciativas individuais que desejassem cooperar nas respectivas possessões para a repressão da escravatura. Evidentemente reservaram-se o direito de fiscalização e mantiveram o direito de soberania.

As penalidades, que os vários países se obrigaram a introduzir nas respectivas legislações penais, não foram especificadas. Não se aceitou a unificação da pena, nem a internacionalização do direito de punir. Cada país preferiu manter a sua independência sobre este ponto.

As restrições impostas ao comércio das armas de fogo, por serem um elemento preponderante nas operações de tráfico (art. VIII) vigoravam na zona delimitada ao norte pelo 20.º grau de latitude norte e ao sul pelo 22.º grau de

latitude sul tanto no Atlântico como no Índico, abrangendo as ilhas a menos de 100 milhas de distância da costa. Unificou-se a legislação sobre importações de armas de fogo, sua venda e trânsito. O trânsito foi condicionado. As Potências, que tivessem acesso directo ao mar, não poderiam exigir o trânsito através de territórios de terceiros, salvo se o trânsito através dos seus territórios estivesse interrompido. Mas as Potências que solicitassem a autorização de trânsito de armas e munições deveriam justificar que eram destinadas às forças militares para protecção do comércio e das missões ⁽¹⁾.

As Potências obrigaram-se a comunicar as informações sobre este comércio. Também se obrigaram a adoptar medidas penais contra os infractores (art. XIII) a impedir o contrabando pelas fronteiras terrestres. O regime devia durar 12 anos.

A perpetuidade de Berlim começa a sofrer restrições.

Há digno de nota o capítulo II sobre as caravanas, além das medidas de protecção aos escravos, a obrigação que tomaram os signatários de introduzir na respectiva legislação penalidades para os traficantes que desrespeitassem as cláusulas do Acto Geral. Os deliçuentes que tivessem sido castigados não poderiam empreender operações comerciais, sem depositar uma caução.

Na polícia dos mares (capítulo III) fizeram-se innovações. Em primeiro lugar o direito de visita estabelecido por convenções anteriores, passou a só poder ser exercido na zona delimitada pelo artigo XXI e sobre embarcações de arqueação inferior a 500 toneladas.

A defesa contra o abuso da bandeira faz objecto do artigo XXV.

(1) Este artigo interessava a Inglaterra e Portugal. Discutia-se nessa época a passagem de armas através da fronteira para territórios sob a influência inglesa e pressentia-se a questão do Transvaal.

Criou-se, pelo artigo XXVII, a repartição de Zanzibar, onde se deviam coordenar tôdas as informações sôbre tráfico.

No processo de presas introduziram-se algumas modificações. Salienta-se, entre elas, a competência dada aos tribunais da nação cuja bandeira tivesse sido arvorada pelo navio traficante, embora no artigo LX se diga que as disposições anteriores não alteram a competência dos tribunais especiais existentes para julgar as questões do tráfico.

Quando à escravatura, no capítulo IV proíbe-se a importação, exportação, comércio e trânsito de escravos Africanos. É curiosa esta restrição aos Africanos.

Estipulou-se a nulidade de todo e qualquer contracto de escravatura e a libertação dos que se declarassem às autoridades.

Há referências especiais à Turquia, à Pérsia e a Zanzibar.

Os agentes diplomáticos (art. LXXI) e consulares e os oficiais de marinha deveriam auxiliar as autoridades locais a reprimir o tráfico.

Criaram-se repartições de emancipação.

As Potências obrigaram-se a comunicar-se estatísticas sôbre escravos libertados e as medidas legislativas para a repressão do tráfico.

A troca de correspondência sôbre escravatura deveria concentrar-se em Bruxelas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (art. LXXXII).

Estes documentos deviam ser publicados anualmente.

As repartições de libertação (Bureaux d'affranchissement) entregavam aos escravos cartas de alforria e tinham obrigação de ocupar-se dos libertos.

O Acto Geral estabelecia uma zona (art. XC) dentro da qual o comércio das bebidas espirituosas era restrito; mas só o proibia nas regiões onde o seu uso não estava estabelecido. Nas outras criou-se um direito mínimo de 15 francos

por hectolitro de 50^o durante os primeiros três anos, podendo elevar-se por outro período de três anos até um mínimo de 25 francos. No sexto ano este sistema devia ser revisto (art. XCII).

As Potências obrigavam-se a comunicar as informações acêrca de bebidas espirituosas à Repartição de Bruxelas.

Tal é na sua substância, o resultado da Conferência de Bruxelas de 1890.

As resoluções de Berlim foram um pouco modificadas, como se vê da exposição que precede. A principal alteração é a que diz respeito aos direitos de importação sobre álcool, às medidas sobre o comércio das armas e munições e às de escravatura, salientando-se entre estas últimas, a abolição do direito de visita, concedido à Inglaterra por numerosas Potências, por virtude de convenções especiais datadas das primeiras décadas do século XIX.

No tocante à área da Conferência também se seguiu em Bruxelas um método diverso do de Berlim. Em Bruxelas fixaram-se várias zonas para diferentes regimes. Delimitou-se a área onde se devia exercer a polícia do tráfico da escravatura; fixou-se outra para a polícia das caravanas; outra para os mercados interiores de escravos; outra onde vigoravam as restrições sobre espirituosos e armas de fogo, que é compreendida entre o paralelo 20.^o de latitude Norte e o 22.^o Sul até 100 milhas da costa; e ainda a zona de fiscalização do tráfico marítimo (art. XXI) que abrange Madagascar, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho.

Quanto aos direitos de importação na Bacia Convencional os Belgas acabaram por desistir de incluir essa cláusula no Acto Geral e deliberaram que se fizesse por uma convenção à parte, assinada no mesmo dia ⁽¹⁾.

O Acto Geral de Bruxelas foi assinado pelos 14 repre-

(1) Banning, pág. 149.

sentantes das Potências signatárias da Conferência de Berlim, pelos representantes do Estado Independente do Congo e do Shah da Pérsia.

Contém 100 artigos e dois anexos.

No primeiro capítulo trata-se do tráfico da escravatura e das medidas repressivas na origem. Declararam-se os meios considerados mais eficazes para combater o tráfico no interior de África, as leis penais a promulgar para punir os traficantes (art. V) e a libertação de escravos (arts. VI e VII). Os artigos VIII a X regulam o comércio das armas de fogo e comércio de munições e pólvora, delimitando a zona dentro da qual é proibido.

As Potências (art. XI) obrigaram-se a prestar informações sobre o comércio das armas e a repressão exercida.

O regime estipulado nos artigos VIII a XIII inclusive sobre armas e munições devia vigorar 12 anos (artigo XIV).

O Capítulo II trata das caravanas e transportes de escravos por terra. Os cinco artigos, de que se compõe, estabelecem as regras de fiscalização e polícia do litoral para obstar ao embarque de escravos vindos do interior.

As autoridades deviam policiar especialmente as caravanas, proteger os escravos libertados (art. XVIII) e punir os implicados no tráfico.

O Capítulo III trata da repressão do tráfico por mar. Delimita a zona em que se exerce a fiscalização. Pelo artigo XXII revogam-se as convenções especiais anteriores sobre o direito de visita restringindo-o às embarcações de menos de 500 toneladas, ficando em vigor tôdas as outras cláusulas das ditas convenções. As Potências obrigaram-se a impedir o abuso do seu pavilhão e a tomar medidas para a descoberta das pessoas implicadas no tráfico. O artigo XXVII criava a Repartição de Zanzibar para serem ali reunidos os documentos e informações. O artigo XXVII e XXIX

tratam da libertação dos escravos encontrados a bordo e das medidas de protecção.

Os artigos XXX e LXI regulam o uso da bandeira e da fiscalização dos cruzadores, assim como do julgamento das presas.

O Capítulo IV intitula-se «Países de destino cujas instituições permitem a existência da escravatura doméstica». Inclui os artigos LXII e LXXIII. A libertação de escravos, a proibição do tráfico e do trânsito de escravos assim como as medidas tomadas pela Turquia, Pérsia e Zanzibar fazem objecto das disposições desses artigos.

O Capítulo V refere-se às Instituições destinadas a assegurar a execução do Acto Geral e vai do artigo LXXIV ao LXXXIX.

O § I trata do Bureau Internacional Marítimo, o § II da troca de documentos e informações sobre o tráfico em Bruxelas o § III trata da protecção de escravos libertados.

O Capítulo VI refere-se às restricções ao comércio de espirituosos. Delimita-se a zona dentro da qual é proibido esse comércio, estipulam-se as proibições e as imposições fiscais, o fabrico de bebidas espirituosas e informações.

O Capítulo VII trata de «Disposições Finais». Compreende os artigos XCVI a C. Revogam-se as Convenções anteriores em sentido contrário, prevêem-se as alterações de comum acordo, estabelecem-se as condições de adesão e de ratificação e entrada em vigor do Acto Geral.

No Anexo do Protocolo XXXIII declararam as Potências que convencionaram estabelecer o direito máximo de 10% sobre as importações, excepto quanto aos espirituosos, sem que por isso se pudessem estabelecer direitos diferenciais. Esta combinação devia durar 15 anos.

Não foi sem grandes dificuldades e morosas negociações que foi ratificado o Acto Geral.

Alguns países como Portugal, a França e os Estados

Unidos pediram para ser adiado o prazo para a ratificação.

A principal objecção da França ao Acto Geral de Bruxelas consistia no direito de visita no mar. A Inglaterra⁽¹⁾ não estava disposta a ceder à França o direito *exclusivo* de policiar os mares a leste de Madagascar⁽²⁾, nem a aceitar que as embarcações francesas de mais de 500 toneladas estivessem isentas da fiscalização.

Parte das dificuldades suscitadas nos vários países provinham da crença em que se estava de que prevaleciam no Congo os interesses financeiros. Em Lisboa a campanha contra o Congo intensificava-se e era apoiada por Paris.

Lord Vivian, em Bruxelas, dizia⁽³⁾ que as diligências simultâneas da Inglaterra, da Alemanha e da França tinham sido inúteis perante a «teimosia portuguesa». Os Ministros Portugueses lançavam sobre os Ministros Franceses a responsabilidade da demora. Estava-se em fins de Janeiro de 1892. Portugal queria fazer sobre o direito de visita das embarcações reservas iguais às da França, o que alterava novamente a situação.

(1) Desde 1841 que só a autoridade francesa tinha competência para prender uma embarcação sob a bandeira francesa e assim foi convenção com a Inglaterra em 1867.

(2) Pela declaração de 5 de Agosto de 1890 a Inglaterra reconheceu o protectorado francês sobre Madagascar e a França reconheceu o protectorado inglês sobre Zanzibar.

Por nota de 10 de Agosto de 1891 o Governo Francês comunicou ao Belga (n.º 9 Documents Diplomatiques — Conférence Internationale de Bruxelles — 1891) que o Parlamento Francês objectava contra a inclusão de Madagascar na zona delimitada pelo artigo XXI do Acto Geral, assim como se opunha ao regulamento das presas e ao julgamento das embarcações suspeitas. Também não lhe agradava o disposto acerca dos direitos de exportação na bacia do Congo por não se lhe ter fixado um máximo.

Propunha a França que se fixasse em 10% o máximo por direitos de exportação.

(3) Banning, *Mémoires*, pág. 361.

A Inglaterra⁽¹⁾ e a Alemanha⁽²⁾ continuavam a instar com Portugal pela ratificação. A Alemanha chegou mesmo a representar enèrgicamente em Lisboa, e o encarregado de negócios de Portugal em Berlim foi interpelado «rudemente» pelo Chanceler (Caprivi).

Mas o Governo Português recusava-se a apresentar às Côrtes tanto o Acto Geral como o Protocolo aduaneiro.

«Au fond c'est un sentiment d'inimité que dicte cette attitude» diz Banning (pág. 363).

Em Março de 1892 nota-se em Lisboa uma mudança de atitude (pág. 365) que se atribui à Inglaterra ou à França. De facto a 7 dêsse mês as Côrtes aprovam a carta de lei para a ratificação.

Mas a propósito do regime aduaneiro do Congo, Portugal introduziu algumas modificações que a França não parecia disposta a aceitar.

Os Gabinetes de Paris e de Lisboa negociaram à parte. Tinham surgido entre Portugal e a França questões económicas e financeiras que prejudicavam as negociações do Congo.

Portugal só ratificou o Acto Geral em 24 de Março de 1892⁽³⁾.

(1) A Inglaterra assinou em 2 de Julho de 1890, em Bruxelas, um tratado com a Espanha para a supressão do tráfico da escravatura em África. Ficaram revogados os tratados e convenções anteriores e especialmente o Tratado de 28 de Junho de 1835 (State Papers vol. LXXXII, pág. 85).

(2) Banning, *Mémoires*, pág. 362.

(3) Portugal depositou a carta da ratificação em Bruxelas em 30 de Março de 1892. Estipulou com a França e o Congo o regime de importação e exportação na bacia ocidental do Congo, em 8 de Abril de 1892, estabelecendo direitos de importação e de exportação, por um período de dez anos. Por Decreto de 3 de Agôsto de 1892 criou um direito de importação de 2,70 por hectolitro de bebidas alcoólicas até 50º centígrados. Por Decreto de 17 de Junho de 1892 promulgou o regime das

Os Estados Unidos ratificaram com declarações. Uma destas é para frizar que não têm interesses em África e pelo facto de terem tomado parte nesta Conferência não querem que se infira intenção ou propósito de estabelecer possessões ou protectorados naquele continente (Protocolo da ratificação de 2 de Fevereiro de 1892).

A França, em 2 de Julho de 1891, ao ratificar o Acto Geral de Bruxelas, exceptuou os artigos XXI, XXII e XXIII, assim como os artigos XLII e LXI (Madagascar, direito de visita a bordo, detenção de embarcações).

O estabelecimento de um direito de 10 % sobre as importações, como era desejo do Estado do Congo, suscitou questões de princípio, por parte da Holanda e dos Estados Unidos e questões de soberania aduaneira por parte de Portugal e de França. Estes dois últimos países receavam qualquer internacionalização de pautas ou qualquer ingerência internacional no sistema económico.

A Inglaterra propunha que, depois de expirado o prazo de vinte anos do artigo 10 de Berlim, se continuasse o mesmo

armas em Moçambique; por portaria do Governador Geral de Moçambique de 16 de Setembro de 1892 foram dadas instruções para a execução dos artigos V, XI, LXXIII, LXXXI e XCV do Acto Geral de Bruxelas no tocante à escravatura, às armas e às bebidas espirituosas e às informações a prestar.

Por portaria de 1 de Outubro de 1892 do Governador Geral de Moçambique foram tomadas providências sobre a polícia e trânsito de nacionais e estrangeiros.

O comércio das armas foi modificado por Decreto de 29 de Dezembro de 1892 assim como foi regulamentado o fabrico e comércio de bebidas alcoólicas em Moçambique.

O comércio de espirituosos na Companhia de Moçambique foi regulado por Decreto de 5 de Setembro de 1893.

O comércio de armas e munições foi regulado em Angola por portarias do Governador Geral, n.º 38 (St. P. LXXXIV, pág. 421) e n.º 131-A (St. P. LXXXV pág. 707).

regime de liberdade comercial, caso não fôsse modificado. A França e Portugal eram de parecer que, se não houvesse acôrdo, passados os vinte anos, cada Potência retomasse a liberdade de acção.

Para se evitar as objecções da Holanda e outras (Protocolles XXV, 21 Juin 1890), resolveu-se fazer um acôrdo à parte estipulando-se que as Potências signatárias do Acto Geral de Berlim ficassem com a faculdade de estabelecer um direito máximo de 10% *ad valorem* sobre as mercadorias importadas na Bacia Convencional do Congo.

Esta proposta foi apresentada pela França. Foi, porém, sujeita a longas discussões e finalmente os representantes das diversas Potências interessadas resolveram fazer acordos parciais.

Só no dia 2 de Julho de 1890, assinaram os plenipotenciários acreditados em Bruxelas, uma declaração pela qual se obrigaram a estabelecer o regime aduaneiro na Bacia Convencional, dentro do limite máximo de 10% *ad valorem* sobre as importações, com excepção do que ficou convencionado sobre espirituosos.

Nenhum diferencial seria estabelecido e nenhum imposto de trânsito podia ser cobrado.

O regime a decretar vigoraria durante 15 anos.

Esta declaração foi ratificada conjuntamente com o Acto Geral de Bruxelas.

A Convenção de 22 de Dezembro de 1890 entre a Inglaterra, a Alemanha e a Itália modificava o regime aduaneiro na Bacia Convencional do lado Oriental. Por virtude dêste acôrdo, podiam as Potências levantar um direito de 5% *ad valorem* à importação, excepto para armas e munições que pagavam 10%. O alcool ficava sujeito a um regime especial. A isenção de direitos era concedida a objectos especificados. Êste acôrdo era válido por períodos sucessivos de cinco anos.

O protocolo de 9 de Fevereiro de 1891, assinado em Paris entre a França, Portugal e o Estado Independente do Congo estipulava que os direitos de importação na bacia ocidental do Congo fôsem fixados em 6% *ad valorem*, com excepção das armas, munições e sal que pagariam 10%.

As bebidas alcoólicas faziam objecto de medidas especiais.

Máquinas, navios e outros objectos necessários à agricultura, à indústria e à ciência gozariam de isenção aduaneira.

A pauta deveria vigorar 18 meses sem alteração.

Em 25 de Maio de 1891 assinou-se em Lisboa o Tratado de Limites entre Portugal e o Estado Independente do Congo.

Pela Convenção da mesma data, assinada em Bruxelas, entre Portugal e o Estado Independente resolveram-se algumas das dificuldades de fronteiras no Baixo Congo.

Depois de assinado o Acto Geral a Companhia Africana de Rotterdam iniciou uma forte campanha de descrédito contra a administração do Estado Independente do Congo, contra os direitos de importação e contra a escravatura.

A comissão para fixar o regime aduaneiro do Congo estava reunida. Aos protestos da Holanda opunha-se a influência das outras Potências.

O delegado Francês propôs duas pautas: uma para a África Oriental, outra para a Ocidental. Esta idea era portuguesa, segundo diz Banning (pág. 105).

Todos os países aceitaram este sistema de duas pautas.

Não queriam era que fôsem comuns nem internacionais, pois nem a França nem Portugal aceitavam a unificação do regime aduaneiro.

Bourée, delegado Francês, declarou que não podia admitir que as pautas pudessem ficar sujeitas à aprovação de Potências que nada tinham com as regiões interessadas.

No entanto a França declarava-se disposta a estudar com Portugal e o Estado do Congo uma pauta comum.

A Inglaterra queria manter a preponderância ⁽¹⁾ na comissão de pautas; mas a França não cedeu a sua posição.

A Bélgica estava em discussão com a Holanda, com a França, com Portugal, com a Inglaterra e com os Estados Unidos. O seu prestígio não era já o que tinha sido em Berlim.

A pauta única para a Bacia Convencional teve de ser posta de parte perante a obstrução francesa. Em França predominavam as correntes proteccionistas. Portugal seguia a mesma política. A Holanda resistia quanto podia à criação de direitos de importação.

Durou 15 meses a discussão, de 2 de Janeiro de 1891 a 2 de Abril de 1892.

As campanhas contra a administração do Estado Independente do Congo intensificaram-se em 1890 e continuaram nos anos seguintes. Na Bélgica a opinião continuava a ser adversa ao Rei no tocante a empreendimentos. Só em 18 de Outubro de 1907 o Congo foi anexado à Bélgica. Foram dificultosas as negociações que conduziram a êsse acto. A anexação efectivou-se a 15 de Novembro dêsse ano.

As apreciações sobre a Conferência de Bruxelas não são unânimes. É, porém interessante a de Banning, que colaborou desde Berlim, nas negociações relativas ao Congo. Diz êle, nas suas Memórias :

«La Conférence de Bruxelles s'était ouverte au milieu de l'attention générale avec de puissantes sympathies. Un courant intense d'opinion publique, manifesté au début par la présence en Belgique d'un groupe important de publicistes et de philanthropes seconda ses premiers efforts. Après deux ans et demi de laborieuses négociations, elle s'est clôturée dans l'indifférence et l'inattention.

«C'est exactement l'inverse de ce qui s'était passé pour

(1) Banning, pág. 219.

la Conférence de Berlin. Peu remarquée au debut, cette assemblée finit par apparaître, en se séparant, un évènement européen, malgré la défection des États Unis et l'échec partiel de ses délibérations».

O motivo diz o mesmo autor, foi que uma criou uma cousa concreta, que foi o Estado Independente do Congo, e que a outra foi abstracta.

Uma foi política e económica e a outra filantrópica e religiosa. Esta última foi eivada de idealismo, no momento em que as Potências partilhavam a África. Em França suspeitava-se da filantropia inglesa. Em Portugal dominava o conflito com a Inglaterra. Nos Países Baixos predominavam interesses comerciais. Nos Estados Unidos receava-se estar a servir as ambições europeias e a ser ludibriado pela Europa. Em Inglaterra a autonomia colonial e os interesses dos fabricantes de armas preocupavam o Governo acima de tudo. Na Alemanha eram os exportadores de álcool que influíam no Governo. Além destes factores não é possível esquecer a política da triple-aliança e da entente-franco-russa.

«Il y eut des froissements et des mécontentements partout. Le but humanitaire fut obscurci; le prestige moral était amoindri; la médisance eut son prétexte de dénigrement. L'État du Congo, qui avait grandi l'Acte de Berlin, compromit l'Acte de Bruxelles».

(Continua).

* * *

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL (1)

Regimes alimentares no tratamento da úlcera.

Em face dum ulcerado encontramos na maior dificuldade quando lhe temos que prescrever o regime alimentar.

Se, na maioria dos doentes, é bem suportada a alimentação de que se tenham proscritos todos os alimentos líquidos ou sólidos, excito-motores e excito-secretores, outros há em que apenas o leite, ainda que difficilmente, é suportado.

Há a acrescentar ainda que, em muitos casos, para que um regime produza efficácia, é necessário que o doente esteja em repouso.

O regime lácteo, é de aconselhar principalmente durante os períodos de actividade do processo ulcerativo.

Êste regime não é absolutamente isento de inconvenientes: Marbais, Pawloff e Chigine, demonstraram experimentalmente no cão, que o leite provoca o espasmo do piloro.

F. Ramond, Carrié e Petit, verificaram que o leite pode produzir hipercloridria num individuo normal.

Regime de Sippy.

Berkeley Moynihan, em 1919, numa comunicação à Har-

(1) Cont. do n.º 3, pág. 365.

veian Society, dizia: — «O método mais racional do tratamento da úlcera gástrica é o de Sippy. Este método parece combater com a maior eficácia as condições do meio gástrico que devem ser controladas para que uma úlcera tenha probabilidades de cura».

CH. Mayo, no Congresso que se realizou em Cambridge, afirmava «Sippy deve ser considerado como o indivíduo que melhor coordenou as ideias respeitantes à úlcera gástrica e ao seu tratamento médico».

O fundamento em que Sippy se baseou para a instituição do seu método foi o seguinte: — «Quando uma zona circunscrita da mucosa gástrica perde a sua resistência normal, por desnutrição ou necrose, é sujeita à acção péptica do suco gástrico, que a digere. Qualquer que seja o factor inicial da ulceração, a sua permanência, a passagem ao estado crónico, são devidas à acção dissolvente da pepsina sobre os albuminoides penetrados por um ácido livre. Ora a pepsina, praticamente inerte nos meios alcalinos e neutros, é igualmente inactiva em presença de ácidos combinados».

Este método, consiste fundamentalmente em neutralizar o conteúdo do estômago, mantendo esta neutralização durante todo o tempo da digestão gástrica, diminuir a secreção do estômago, e conservar a nutrição dos doentes por um regime apropriado.

A neutralização do conteúdo gástrico é obtida pelas refeições frequentes, emprêgo de alcalinos e aspiração das secreções.

Durante 3 semanas, das 7 às 19 horas, o doente toma tôdas as horas, uma refeição composta de 50 gramas de leite e 50 gramas de crème. Depois do 2.º dia é costume juntar a uma destas refeições, um ovo quente, biscoitos ou pão com manteiga. Aumentam-se progressivamente estes suplementos de forma que ao fim da primeira semana além das doze refeições de leite e creme o doente tome 2 a 3

ovos quentes e 200 a 300 gramas de farinha de arroz ou caldo de cereais.

Meia hora depois de cada refeição o doente toma alternadamente uma das seguintes misturas.

A) Magnésia pesada
Bicarbonato de sódio } $\bar{a}\bar{a}$ 0,50 gr.

B) Carbonato de cálcio } 0,50 gr.
Bicarbonato de sódio } 1,50 gr.

Tôdas as noites o conteúdo gástrico é esvaziado por sondagem.

Não tenho a menor simpatia por êste método, não só por os doentes em que o tenho aplicado não terem obtido sucessos, mas ainda pelo que tenho lido não ser de molde a convencer-me da sua eficácia.

É difícil que os doentes se sujeitem rigorosamente a êste regime, e o sucesso está no rigor da sua observação.

É possível que seja bom regime para tratamento de americanos, mas não para portugueses, pelo menos de certas classes, que não têm a docilidade suficiente para se sujeitarem ao extremo rigorismo dêste processo.

Regime de Jarotsky.

Não concordando com a administração do regime lácteo aos ulcerados, porque, diz: a caseína coagula no estômago, e a sua passagem ao duodeno provoca a oclusão do piloro, além do que o leite contém substâncias que provocam uma secreção gástrica exagerada, preconiza êste autor uma dieta consistindo na administração separada de claras de ovos e manteiga.

A clara de ovo passa rapidamente através do estômago, fixa o ácido clorídrico e não excita a secreção gástrica.

A manteiga sem sal tem a vantagem de fornecer sob um volume pequeno um grande número de calorias, diminuir a secreção gástrica, e provocar a abertura do piloro.

Para diminuir a secreção gástrica durante o tratamento, Jorotsky proíbe que os doentes ingiram água.

Regime de Coleman.

Consiste na administração de azeite e manteiga como base do regime, dando as proteínas exclusivamente sob a forma de clara de ovo, e os hidratos de carbono, em clister glucosado. O sal é também dado em clister, a-fim-de impedir a hipocloretemia.

Mathieu, Enriquez e Carrié — utilizam o azeite puro; de 2 em 2 horas dão ao doente 150 gramas de leite açucarado, tendo-lhe dado antes uma colher de azeite (primeiro de café, por fim de sopa) o que representa no fim das 24 horas 120 a 150 gramas de azeite.

O azeite actua como protector da mucosa gástrica, inibe a secreção, aumenta a rapidez de evacuação do estômago, é cologogo e excita o peristaltismo intestinal.

Tratamento pelo açúcar.

Atendendo a que o açúcar diminue a secreção gástrica e acelera a evacuação do estômago há quem preconize esta substância como base do regime alimentar dos ulcerados do estômago.

Recht, pensa que o açúcar actua estimulando a secreção de insulina. Dá 50 a 80 gramas de açúcar dissolvido em 200 a 250 gramas de água, chá ou leite.

Existem muitos outros tipos de regimes, entre os quais se podem citar o de Lenhartz, Sénator, Smithies etc.

Proteínoterapia.

Esta terapêutica de choque foi preconizada por Bier e Pribram.

O que levou Pribram a utilizar este método de tratamento, foi o facto de saber, que as regiões sedes duma inflamação aguda ou crónica, apresentam uma sensibilidade particular, por vezes muito grande, aos excitantes.

As injeções parenterais de proteína produzem uma *pousée* aguda do processo ulcerativo, que dura algumas horas, seguindo-se um longo período de acalmia.

A acalmia da dor depois duma injeção proteínica, verifica-se com uma tal regularidade em todos os casos de ulceração gástrica e duodenal, que a sua ausência deve fazer duvidar da exactidão do diagnóstico.

O desaparecimento da dor em seguida à injeção de proteínas, resulta de facto desta substância possuir uma notável acção espasmolítica que se faz sentir, por vezes, durante largo tempo, semanas e meses.

Katzenstein, tendo verificado experimentalmente que a taxa de anti-pepsina do sangue aumenta em seguida à injeção de proteínas, supõe que é por aumento da anti-pepsina que estas injeções determinam a cicatrização das úlceras gastro-duodenais.

As injeções de proteína podem ser feitas por via intramuscular ou endovenosa.

Qualquer que seja a via utilizada, estas injeções ocasionam uma reacção geral e focal, com exacerbação mais ou menos acentuada da dor.

As injeções devem ser dadas de 3 em 3 dias, em séries de 8 a 10.

Pribram, tendo utilizado a «novoprotina» em 77 doentes enviados ao seu serviço de cirurgia, para serem operados, visto o insucesso das terapêuticas médicas utilizadas, verifi-

cou que: em 42 casos os sintomas desapareceram; em 20 houve melhoras notáveis e em 15 os sintomas não se modificaram.

Várias proteínas têm sido utilizadas: a vacineurina (proteína microbiana extraída das culturas do estafilococcus dourado e do bacilos prodigiosus) o caseosan, soluto de caseína a 5 %, a neurolisina de Friedrich.

Pierre Delbert utiliza o propidon.

Também pode ser utilizada a peptona e o leite.

A auto-hemoterapia, também utilizada no tratamento das úlceras, actua anàlogamente à proteínoterapia.

Vacinoterapia.

Depois do aparecimento da doutrina que atribui a úlcera a fenómenos infecciosos, tem-se preconizado a vacinoterapia no tratamento desta doença.

Acêrca do mecanismo de acção desta terapêutica têm-se dividido as opiniões.

Enquanto que uns, lhe atribuem uma acção específica, outros, afirmam que actua como uma proteína banal, ocasionando fenómenos de choque, e os ecléticos, atribuem-lhe um mecanismo de acção mixta.

Rosenow, preconiza a vacinoterapia específica dos ulcerados, utilizando para isso as culturas do estreptococcus viridans.

A vacinoterapia não deve ser aplicada nas fases agudas do processo ulcerativo, por causa das reacções focais intensas que pode originar.

Radioterapia.

Basea-se êste método em fundamentos de ordem biológica e experimental.

A irradiação favorece a esclerose, diminui a secreção, e

tem uma acção anti-espasmódica e analgésica bastante acentuada.

Parece que este processo tem já no seu activo casos de melhoras acentuados, tendo-se observado mesmo algumas curas clínicas duradoiras.

A radioterapia da úlcera do estômago pode ser utilizada:

Como paliativo: — Nos casos momentânea ou definitivamente inoperáveis; depois da intervenção, em caso de mau funcionamento das bôcas de gastro-enterostomia e como profilática da úlcera péptica.

Como curativa: — Quando a intervenção cirúrgica não é formalmente indicada, como adjuvante do tratamento médico» (1).

Também os preparados de prata têm sido utilizados com maior ou menor sucesso no tratamento da úlcera. Steinberg obteve com o nitrato de prata 70 0/0 de curas clínicas e 32 0/0 de curas radiológicas. Saksaw, utiliza para o tratamento, um soluto de nitrato de prata a 1 para 2000. Saxl e Kelen utilizando uma solução de prata coloidal a 2 0/0 — obtiveram 50 0/0 de curas clínicas e 25 0/0 de melhoras radiológicas.

Tratamento pela Mucina.

Fogelson (2) teve a idea de administrar a mucina nas úlceras gástricas, com fins terapêuticos, baseado no facto de que ela é capaz de neutralizar quantidades importantes de HCL livre (3). Injectada em cães, através da fístula de

(1) Vid. R. Gutmann, *Les syndromes douloureux de la région épigastrique*, tòm. I, 1930, pág. 200.

(2) Vid. *Jorn. Of Amer. Med. Ass.* 28-II-931.

(3) A mucina actua por um tríptico papel de protecção: Mecânica, biológica e química.

Lim, Fogelson, Atkinson, Kim e Ivy, consideram o muco gástrico como o anti-ácido ideal, por fixar apenas o excesso de ácido, e não produzir a neutralização à maneira dos alcalinos.

Pawlow, esta substância diminui consideravelmente o pH do suco gástrico, mesmo após injeção de histamina.

Utiliza-se a mucina no tratamento da úlcera na dose de 5 a 10 gramas diárias, dando-se conjuntamente com os alimentos.

Brooen, Cramer, Jenkinson e Gilbert⁽¹⁾, tendo utilizado esta terapêutica em 37 doentes em que o processo ulcerativo tinha resistido a outros tratamentos, obtiveram em 36 casos, num lapso de tempo curto, melhorias acentuadas, caracterizadas: pelo desaparecimento dos sinais funcionais e objectivos e melhoria dos sinais radiológicos.

Tratamento pelos extractos biliopancreáticos associados às stocks vacinas.

Bécart e Goehlinger, foram levados à instituição desta terapêutica pelo seguinte raciocínio: — Na origem e manutenção da úlcera há que considerar dois factores: infecção da zona ulcerada por um lado, hiperacidez gastro-duodenal por outro. Êste excesso de acidez gástrica e falta de alcalinidade duodenal podem ser considerados como resultantes de uma perturbação do equilíbrio ácido-básico.

É necessário combater a infecção da úlcera, quer ela seja a causa directa dêste processo mórbido, pois a infecção além de outros malefícios para o doente aumenta a produção de histamina, que excita a secreção gástrica, e é, segundo modernas experiências, capaz de provocar directamente a úlcera.

O meio que a estes autores parece mais eficaz para combater a infecção é o uso da bacterioterapia por via bucal.

Preconizam o seguinte tratamento.

De manhã em jejum — dá-se ao doente uma colher de

(1) Vid. *Jorn. Of Amer. Med. Ass.* 9-VII-932.

sopa de carbonato de bismuto ou kaolino em água a que se adiciona uma ampola de stock vacina (colibacilo, enterococcus e estafilococcus).

Durante 10 dias injectam-se 2 c.c. de extracto pancreático desinsulinado, a fim de modificar o equilíbrio ácido-básico no sentido da alcalinidade. Depois de um intervalo de 10 a 15 dias pratica-se uma nova série de injecções.

No fim das refeições o doente toma as pilulas de extracto biliar colesterinado, para aumentar a secreção biliar e provocar o refluxo duodenal.

Tratamento pela insulina.

Esta terapêutica preconizada inicialmente por Feissly, foi adoptada depois por Goyenna, Horowitz, Simnitz, Cade, Barral etc.

A insulina é administrada nestes doentes na dose de 15 unidades, durante 20 a 25 dias, devendo ainda prolongar-se o tratamento por um espaço de 10 a 15 dias depois da desapareição das dores e das hemorragias ocultas. Nos doentes em que exista qualquer sintomatologia que se possa atribuir à preexistência da úlcera é de aconselhar fazer, volvidos alguns meses após o primeiro tratamento, uma nova série de 10 a 15 injecções.

Cade e Barral⁽¹⁾, dois dos adeptos dêste método, apresentaram ao XXI Congresso Francês de Medicina, um relatório circunstanciado acêrca desta terapêutica.

Os seus doentes comiam de tudo, alguns até bebiam vinho, e não permaneciam no leito durante o tratamento.

Em 25 doentes observados, 10 deixaram de sofrer entre o 3.º e 7.º dia de tratamento.

(1) Vid. A. Cade e Pls. Barral. *Résultats et mode d'action de l'insulinothérapie des ulcères gastro-duodenaux* — XXI Cong. Franc. Méd. Liège, 1930.

O estudo do quimismo gástrico, feito antes da administração das 15 unidades de insulina, e duas horas depois desta administração, prova que a insulina aumenta sempre a acidez gástrica tanto pelo que diz respeito ao HCL livre como a acidez total.

Em alguns doentes a quantidade de suco gástrico também aumenta consideravelmente.

É interessante o facto de, em alguns casos, as dores desaparecerem, a-pesar-da elevação da acidez.

O reflexo óculo-cardíaco foi também explorado antes da administração da insulina, e duas horas depois, apresentando modificações variáveis, não parecendo existir nenhuma relação entre as variações constatadas e a acção clínica da insulina.

A glicemia era normal, ou inferior à normal, verificando-se nalguns casos, que a sua elevação artificial pode favorecer a acção terapêutica da insulina.

A insulina não actua portanto na úlcera gástrica baixando a glicemia.

¿ Como actuará então a insulina?

¿ Actuará sobre o equilíbrio vago-simpático e conseqüentemente sobre a motilidade e a secreção gástrica?

É a hipótese defendida por Simnitzky, que admite que a insulina baixa o tonus do vago, e diminui por este mecanismo a acidez da secreção e a motilidade gástrica.

Mas esta hipótese não me parece de admitir, pois, segundo Wedenshy, a insulina não modifica a secreção gástrica quantitativa ou qualitativamente, e, segundo Cade e Barral, se se observa modificação do quimismo gástrico é no sentido da hiperacidez.

Predtchensky, Gurwitsch, Permjakow, de Simici, Siurea e Dimitrici, Popesco e Diculesco, e Cascão de Anciães — afirmam que ela aumenta a acidez gástrica e acelera a evacuação.

As modificações do tonus vago simpático também não são nítidas, havendo quem, como Santenoise, ao contrário do que constatou Simnitzky, verifique um aumento do tonus do vago.

Para Kesiakoff, a acção da insulina é devida à melhoria da nutrição geral, consequência da regularização do metabolismo dos hidratos de carbono.

Para Vaquer e Dimitrakoff a insulina tem uma acção trófica e vascular.

Beling, pensa que ela actua sobre a acidose e provoca a alcalinização dos tecidos.

Seja qual fôr o seu mecanismo de acção, o que se pode afirmar, é que ela não exerce grandes benefícios no tratamento das úlceras gástricas, tendo perdido o entusiasmo dos primeiros tempos, os defensores dêste método. Vejamos o que a êste respeito disse Feissly, no Congresso de Medicina de Liège, em 1930.

«Les effets cicatrisants de l'insulinothérapie dans les ulcères atones nous avaient engagé, il y a quelques années déjà, à faire l'essai de cette médication dans les ulcères gastriques. L'expérience nous a démontré que les ulcères supportant en général, fort bien le traitement insulinique et les quelques exceptions qui ont été signalées ni semble guère infirmer cette thèse, mais qu'en est-il des résultats, notre rapporteur a fait remarquer très justement combien il est difficile d'apprécier la valeur d'une thérapeutique dans une affection aussi variable dans sa symptomatologie et plus encore susceptible de guérison spontanée. Je m'associe entièrement à ses réserves et je ferai remarquer en outre que tous les ulcères apparemment guéris par cette méthode — ulcères dont la disparition a été constatée par voie radiologique ou par voie opératoire — sont des lésions medio-gastriques localisées sur la petite courbure. Or l'expérience

clinique démontre, à l'évidence, que ce type d'ulcère est extrêmement sensible aux médications les plus variées, qu'il peut disparaître spontanément, ou par le seul régime alimentaire ce qui diminue considérablement notre superbe — comme on disait au grand siècle en matière de thérapeutique.

«L'ulcère juxta-pylorique se montre au contraire très résistant et nous n'avons jamais réussi à nous convaincre de l'utilité du traitement insulínique dans cette localisation ulcéreuse».

Não se me afigura pois que o tratamento insulínico tenha vantagem sobre os outros processos de tratamento médico, parecendo-me até que, pelas suas indicações restritas às úlceras da pequena curvatura e pelo alto preço da insulina, é um método a que raras vezes o médico deve recorrer.

Tratamento das úlceras gastro-duodenais pelos extractos pancreáticos desinsulinados.

Depois das tentativas de tratamento das úlceras pela insulina e da verificação de que as insulinas menos purificadas tinham uma acção mais activa do que as de maior pureza, Dimitracoff teve a idea de utilizar os extractos pancreáticos desinsulinados no seu tratamento, em obediência ao princípio de que a substância com acção trófica vascular dos extractos pancreáticos é diferente da substância hipoglicemiante.

O extracto pancreático desinsulinato utilizado por Giroux e Kisthinos e por Dimitracoff no tratamento dos seus ulcerados é o Angioxil.

O angioxil é dado diariamente em injeções intra-musculares de 2 c.c., por séries de 10 a 30 injeções (1).

(1) Vid. Dimitracoff, «L'Extrait pancréatique désinsulinés et ulcères

Para Dimitracoff o angioxil actua provavelmente como uma hormona que, provocando o refluxo duodenal de Bol-diref, protege a zona alcalina gastro-duodenal contra a nocividade da secreção ácida.

Giroux e Kisthinios⁽¹⁾ baseados nos sucessos obtidos com estes extractos no tratamento das arterites obliterantes, nas aortites, nas anginas de peito, e ainda nos resultados obtidos por Pautrier no tratamento da úlcera varicosa; admitem que estes extractos possam ter uma acção trófica.

Tratamento pelo extracto paratiroideo.

Os primeiros documentos acêrca do tratamento da úlcera gástrica pelo extracto paratiroideo, foram apresentados em 1922, por Graves e Vines.

Posteriormente apareceram outros trabalhos, merecendo citação os de Alkon e Palier.

Graves e Vines, tendo estudado a calcémia nos ulcerados gástricos, notaram que ela era baixa na maior parte dos casos, nunca tendo encontrado valores superiores ao normal.

Palier admite a seguinte patogenia para a úlcera: — A úlcera é uma litíase cálcica da mucosa gástrica. Esta litíase encontra-se dissolvida pelo ácido clorídrico livre no estômago. A acção tissular do ácido determina uma alteração das paredes gástricas que prepara para a evolução ulcerosa.

Nas urinas dos ulcerados há aumento do cálcio que provém do suco gástrico.

O cálcio é eliminado sob a forma de fosfatos e car-

gastro-duodenaux chroniques», *Arch. Mal. App. Dig.*, T. XXI, 1931, pág. 273.

(1) Giroux e Kisthinios, «Les extraits pancréatiques désinsulinés», Paris, 1933.

bonatos inorgânicos ocasionando uma forte alcalose urinária.

Esta perturbação do metabolismo cálcico é evidentemente condicionada por um *deficit* endocriniano que deve estar na dependência da paratiroide.

Alkon, atribui a úlcera a uma perturbação do equilíbrio vago-simpático, ligada a um *deficit* da calcémia, consequência da insuficiência da paratiroide.

Baseados nestes conceitos, Moutier e Camus ⁽¹⁾ trataram pelos extractos paratiroideos, utilizando, quer a paratormona Collip, quer a paratiroidina Byla, vários doentes portadores de úlceras da pequena curvatura e do piloro.

A acção benéfica dêste medicamento sôbre o processo ulcerativo fêz-se sentir rapidamente; por vezes no 3.º dia as dores e vômitos tinham desaparecido, os doentes aumentavam de peso, desapareciam ou atenuavam-se os sinais radiológicos antes constatados, e, sob o ponto de vista hematológico, nos casos favoráveis, observou-se uma leucocitose acentuada. A paratormona Collip (doseada a 20 unidades por c.c.) é utilizada na dose de 10 a 20 unidades, dadas diariamente, ou em dias alternados. Moutier e Camus, utilizam também o extracto paratiroideo doseado a 0,10 de glândula fresca, ou 0,02 de extracto sêco, em séries de 10 a 15 injeccões.

Há casos de intolerância a êste tratamento, manifestando-se a intolerância por exacerbação das dores, fenómenos de choque, elevação de temperatura, etc.

Divergem as opiniões acêrca do modo de acção da hormona paratiroidea sôbre a úlcera gástrica.

A hipótese de Alkon, acêrca das perturbações do meta-

(1) Vid. F. Moutier e Sr. Camus, «Recherches sur le traitement de l'ulcère de l'estomac par l'hormone parathyroïdienne», *Arch. Mal. App. Dig.*, T. XIX, 1929, pág. 1237.

bolismo cálcico nestes doentes, não foi inteiramente verificada, e até ultimamente foi posta em cheque pelos trabalhos de Oschereijew e Steinitz. Moutier e Camus, admitem que estes extractos actuam exaltando, pela sua acção simpaticotropa e leucopedetica, as defesas gerais e locais do organismo contra a infecção bacteriana originária da úlcera.

Pepsinoterapia das úlceras gástricas e duodenais.

A pepsina, descoberta por Schwann em 1836, é um fermento solúvel na água e na glicerina. Actua sobre os albuminoides transformando-os em proteoses e peptonas. Este fermento existe no suco gástrico de todos os vertebrados.

O seu emprêgo em terapêutica data de 1863, época em que Corvisart a administrou por via bocal, num caso de insuficiência secretória da mucosa gástrica.

Foi o professor Glaessner (de Viena) quem primeiro utilizou esta substância no tratamento das úlceras gástricas.

Glaessner, já em 1912 tinha constatado que podia artificialmente produzir ulcerações da pele e das mucosas por injeccões intracutâneas ou intramucosas de pepsina clorídrica. «Après l'application intramuqueuse il se produit d'abord une bulle dont le contenu est clair puis se trouble; il se développe ensuite une nécrose. Dans le courant de dix jours environ celle-ci se détache pour faire place à un ulcus plat au profond, à bords légèrement relevés et de forme ronde; cet ulcus se cicatrise en quatre semaines environ. Ce fait, que les ulcus intramuqueux produits par exemple, dans la partie du fond de l'estomac se développent beaucoup plus difficilement que dans la région du pylore, indique que la disposition cellulaire joue un rôle et que l'antipepsine est liée à certaines cellules.

Pour l'application intracutanée et la production des ulcérations intracutanées, les cochons d'Inde sont des sujets très

favorables; ces ulcus se produisent très vite et sont utiles pour l'observation expérimentale; ou reconnaît l'effet des procédés thérapeutiques à l'état des ces ulcérations.

«C'est ainsi que je suis arrivé au problème de l'emploi de la pepsine comme agent thérapeutique contre l'ulcus.

«J'ai pu observer que livrées à elles-mêmes, ces ulcérations expérimentales guérissaient au bout de quatre à six semaines; la guérison est beaucoup plus rapide, si l'on fait des injections souscutanées de solutions de pepsine neutre; *un ulcus artificiel, complètement développé, disparut en quinze jours*, dans ce cas l'idée principale ne fut pas faire agir la pepsine comme un simple agent irritatif, mais on fit le raisonnement suivant: la pepsine comme ferment le plus fort de l'organisme n'est pas seulement le produit d'une sécrétion externe, mais aussi d'une sécrétion interne (hormonale).

«Qu'il soit dit en passant que le suc gastrique normal et celui d'un ulcèreux diffèrent aussi biologiquement; par exemple, si l'on fait agir le suc gastrique filtré d'un individu normal sur la peau d'un cochon d'Inde (injection intracutanée), il se forme une légère nécrose; s'il on se sert du suc gastrique d'un malade ulcèreux la nécrose qui se produit également se développe rapidement en un grand abcès étendu, ce fait se manifesta encore plus clairement à la cornée d'un animal, une érosion produite sur la cornée par l'instillation d'une goutte de suc gastrique ulcèreux guérit beaucoup plus lentement que celle qui aurait reçu du suc gastrique normal.

«J'ai retenu l'observation signalée ci-dessus, que des ulcérations artificielles se nettoient et guérissent vite à l'aide d'injections sous-cutanées de pepsine neutre comme base d'un traitement de l'ulcus et j'ai publié les résultats dans plusieurs journaux médicaux: *Wiener Med. Wochenschrift*, 13 Octobre 1927; *Mediz. Klinik*, 1928, n.º 36; *Med. Welt*.

n.º 29, 9 juin 1929; *Archiv. f. Verdan un gskroukh*, n.º 49, 1931, Fev.» (1).

Não foi por qualquer dos trabalhos do prof. Glaessner que tomei conhecimento dêste processo terapêutico, mas sim pelo artigo de Loeper, Debray, Michaux e M.^{lle} Sainton publicado no n.º 87 da *Presse Médicale* de 1930, sob o título «Le traitement de l'ulcus par les injections hypodermiques de pepsine».

Em Portugal, as primeiras notas sobre êste assunto foram publicadas pelos Drs. Cascão de Anciães e Piedade Guerreiro num artigo aparecido no n.º 1 da *Lisboa Médica* de 1932, intitulado «Contribuição ao estudo da pepsinoterapia».

Puech, Vidal e Rimbaud, (de Montpellier) publicaram também estudos acêrca dêste tratamento. A pepsinoterapia é um processo associado de proteinoterapia e endocrinoterapia.

A pepsina é um colóide positivo e um colóide específico. Como colóide positivo, mostra-se susceptível de substituir as diversas albuminas, e até mesmo as vacinas de que possui o poder de choque; como colóide específico, ela parece-nos ter uma acção mais perfeita e eficaz de que todos os outros produtos empregados (2).

É a pepsinoterapia um método terapêutico de muito fácil aplicação e que tem uma característica que o diferencia da maior parte dos outros tratamentos da úlcera: — é o de não ser necessário sujeitar o doente durante a sua aplicação ao repouso e a um regime alimentar especial.

Modo de aplicação.

Utilizam-se os solutos de pepsina a 10⁰/₀ esterelizados

(1) Vid. K. Glaessner, «Traitement de l'ulcus de l'estomac et du duodénum par les injections-hypodermiques de Pepsine», *Presse Médicale*, n.º 4, 1932, pág. 61.

(2) Vid. Loeper, Debray et Sainton. *Loc. cit.*

por tindalização, juntando-lhe benzoato de sódio para neutralizar a acidez e evitar que os solutos sejam cáusticos (1).

Em todos os doentes tratados utilizei quer o soluto de pepsina preparado por minha indicação, pela Farmácia dos Hospitais da Universidade, quer a Gastropsina Bial.

Usei sempre a técnica proposta por Loeper — na 1.^a injeção utiliza-se 1 c.c. do soluto (0,10) de pepsina, a-fim-de julgar da tolerância do doente. Depois, em dias alternados, injectam-se 2 c.c. do soluto até prefazer 15 injeções. Repouso de três semanas. Quando há necessidade de renovar o tratamento passadas as três semanas faz-se uma nova série de 15 injeções.

Glaessner utiliza outra técnica: injecta a pepsina em doses primeiro progressivamente crescentes, depois decrescentes, faz as injeções em dias alternados e doseados pela seguinte forma — 0,2 — 0,2 — 0,2 — 0,3 — 0,3 — 0,3 — 0,4 — 0,4 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,5 — 0,4 — 0,4 — 0,4 — 0,3 — 0,3 — 0,3 — 0,2 — 0,2 — 0,2 c.c.

Antoniou, utiliza solutos de pepsina a 5 0/0, injectando em dias alternados 2 c.c. do soluto, dando 15 injeções por série.

Acidentes.

Durante este tratamento podem observar-se accidentes, ainda que de pouca importância.

Apenas num dos doentes que tratei, logo após a injeção, se verificaram fenómenos de choque, e em dois outros elevação de temperatura nas 1.^{as} injeções. Os accidentes que

(1) O Prof. Izara da Universidade de Messina, (Itália) diz ter verificado que para que a pepsina mantenha a sua actividade, mesmo numa solução estéril, o melhor método consiste em adicionar-lhe borato de sódio até que o pH seja 5, tindalizando depois o soluto a 5 0/0 durante duas horas por dia, em 3 dias consecutivos.

se podem observar são os seguintes: 1.º dor no ponto da injeccção; 2.º eritema, observado ao fim de 2 a 3 horas, cedendo por via de regra às aplicações úmidas quentes e evolucionando para a cura em 5 a 7 dias; 3.º febre, 2 a 5 horas após a injeccção, elevação da temperatura a 38º 38º,5 mantendo-se esta temperatura durante algumas horas; 4.º dores abdominais, — por vezes, 1 a 5 horas após a injeccção, os doentes têm, quer gastrálgias, quer cólicas intestinais; as quais duram 2 a 4 horas, cessando depois da evacuação de fezes moldadas ou semilíquidas. Em alguns dos meus doentes succedeu que nos três primeiros dias de tratamento havia exacerbação das dores de estômago a seguir à injeccção; 5.º hipotensão. Êste acidente é bastante raro e não deve ser atribuído a fenómenos de choque, porquanto a peptona administrada nas mesmas doses não origina êste estado, devendo antes filiar-se na acção que a pepsina exerce sobre o vago e os nervos vaso-motores.

(Continua).

MÁRIO SIMÕES TRINCÃO.

ALEJANDRO HERCULANO Y ESPANA (1)

Ni la naturaleza ha puesto murallas infranqueables; ni mares procelosos; ni somos de raza distinta; ni existen radicales diferencias entre los respectivos idiomas; ni somos opuestos por la religión y las costumbres; ni han podido distanciarnos largas y sangrientas guerras, engendradoras siempre de odios inestinguibles. Nada de esto pudo ser causa del vacío y separación que existe entre las dos nacionalidades de la península Iberica; y, sin embargo, desde 1666, lo que menos conocemos los españoles de la Europa es Portugal, y lo que más ignoran los portugueses de literatura y arte, es lo que existe y procede de España.

Si la naturaleza nos colocó en el mismo pedazo de tierra; comunes son los orígenes de nuestra civilización; de la misma fuente se derivan nuestros idiomas; las influencias que durante largos periodos históricos ejercieron algunos pueblos en la península, fué la misma; si la defensa de intereses religiosos y políticos unió más de una vez las dos naciones, conservando la historia páginas gloriosas de la reconquista que pertenecen por igual á castellanos y portugueses: ¿Porqué ese sistemático alejamiento? ¿Qué causas le dan origen? ¿A qué obedece que cuando se establecen corrientes de aproximación, se interrompen, afirmandose entre el vulgo la creencia de que los portugueses celosos de su independencia temen la compenetración con España, y cuantas

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

veces ha sonado la frase *Union Iberica*, mil voces de protesta han surgido, echando mano de toda clase de argumentos, considerando esa unión como atentatoria á la independencia é integridad de ambos paises?

Nosotros que no hemos sido nunca partidarios de la *Union Iberica*, como la entienden los politicos, lo somos de una intima y solidaria unión, con vistas á los intereses económicos, literarios, artisticos y sociales; de una federación que nos pusiera á cubierto de las ambiciones ó conflictos suscitados entre las naciones de primer orden, únicas que tienen verdadero interes, y quizá son la causa principal, el fundamental obstaculo que se ha opuesto siempre á esa inteligencia de España y Portugal.

Por fortuna, aunque lentamente, se vá demoliendo la barrera levantada por esos prejuicios y ha de contribuir á su completa desaparición, no la accion diplomática, ni las aproximaciones políticas, que vendran despues; en fundamento más solido ha de tener su base esa union, en vinculo más firme y resistente, esto es, en las relaciones literarias, en las comerciales, en las de ideales artisticos, en un vivir intimo que nace de la comunidad de identicos intereses, oponiendose á ingerencias extrañas, perjudiciales siempre por los egoistas. Es preciso para conservar lo tipico de la indomable raza de los Iberos, volver á los tiempos en los qui las páginas de la historia mesclaban, en gloriosos hechos de armas los capitanes y soldados, las expediciones maritimas, las conquistas de ignotos territorios; y los poetas hablaban y escribian un portugués y castellano, siendo comunes las glorias, las desdichas, los ideales, las aspiraciones y sentimientos de españoles y portugueses, para qui, en dia no lejano, Madrid y Lisboa, sean centros comunes de artistas y literatos, Coimbra y Salamanca focos de la mentalidad peninsular.

A esa obra de aproximación vienen contribuyendo por parte de los españoles, los Excmos Sres. D. Antonio Ro-

mero Dotris, D. Gonzalo Calvo Asencio, y los traductores de las Obras de Herculano en el siglo XIX; en el actual, continua su perseverante labor, el erudito Catedrático de la Universidad de Madrid, Académico de la Real Academia de la Historia, Excmo. Sr. D. Antonio Sanchez Moguel.

Salamanca y su Universidad, toman una parte muy activa en esa compenetración de ideas; la *Memoria*, que, (estaba obligado á presentar como resultado de la estancia durante un año en Portugal), escribió mi querido amigo y malogrado compañero el Catedrático de la Facultad de Letras en ésta Universidad D. Julio Nombelas y Campos, dando un curso de Conferencias sobre la Literatura y Arte en Portugal, que si se publicaran serian de provechosos resultados para ambos paises. Por ultimo abrese el animo á lisongeras esperanzas, ver unidos moralmente por unos mismos ideales, unirse tambien con abrazos efusivos, y aclamados por atronadores aplausos, á españoles y portugueses, en los Juegos Morales de Septiembre último, presididos por la dama española más netamente española, Ima. Sra. Su A. R. la Infanta Isabel, rodeada de una Corte de bellezas españolas y con el concurso de hombres notables de España y Portugal.

De los hombres notables de Portugal, propagadores de esta idea de aproximación, no hemos de ocuparnos ahora, basta á nuestro proposito, citar el nombre de uno que estableció relaciones intelectuales entre los dos pueblos, quizá sin pretenderlo, ni con deliberado proposito, pero que logró llamar la atención de los españoles, revelandoles que en la desembocadura de los rios Tajo e Duero, existia una literatura identificada con la nuestra, con las mismas hermosas cualidades y tradicionales defectos. Éste insigne portugués, fué Alejandro Herculano, el primero y casi puede decirse el único, que en la segunda centuria del pasado siglo, llegó á tener relativa popularidad entre nosotros.

Romantico por sus creencias y carácter, sus poesias liri-

cas *A Harpa do crente*, *A tempestade*, *Arrabida*, *Deus*, *La Cruz mutilada*, y otras muchas, expresan ideas, sentimientos y estados animicos muy parecidos á los de nuestros románticos: Larra, Espronceda, Zorrilla, Enrique Gil, Carlos Rubio etc., etc. y muchas de sus legendas, nos recuerdan al Duque de Rivas y Arolas. *Lendas é narrativas* tienen por base tradiciones ó asuntos que se relacionan con España: *A dama pe de Cabra*, *A morte do Lidiador*, *O Castelo de Faria*, despiertan, por su asunto, por la pintura de la época, la gracia y soltura de su diction y language, igual interes entre nosotros, y asi se comprenderá porque fué tan conocido y apreciado Herculano entre los españoles, y porque sus obras traducidas varias veces, forman parte de una biblioteca popular.

Regenerador de los estudios historicos en Portugal, acometió la empresa con menos fortuna en su terminacion, que nuestro D. Modesto Lafuente, escribiendo la *Historia de Portugal*, con alto sentido critico, con mejor penetracion de los periodos historicos, como dominados de los estudios arqueológicos y diplomaticos, y con mas arte, resultado de su fecunda imaginacion y dominio del idioma. El conocimiento profundo de las instituciones, legislacion y costumbres en las pasadas edades, le permitio trazar esos admirables cuadros de uno de los periodos de la historia menos conocidos y dificiles en su *Monasticon*, *Eurico*, *El Monge del Cister*, vertidos al castellano, además de rendir tributo á la belleza de la obra, por servir á un fin determinado, vulgarizando en España en periodos de agitacion y lucha, la tesis que parece quiere Herculano sostener en sus obras.

Lo mismo podemos decir de la *Historia del establecimiento de la Inquisicion en Portugal*, objeto de controversia pelos periodicos que muchas veces abrieron sus columnas para insertar en ellas apasionadas polemicas sobre las ideas politicas, propositos y aspiraciones de Herculano, muy se-

mejantes à las que dieron vida á la union liberal en España y que en vano intentó organizar en Portugal, en una palabra, Herculano pertenecía á esa pleyada de hombres de buena fé, mantenedores entusiastas de las libertades públicas, aspirando á compatibilizarlas con el espiritu tradicional dominante en nuestra historia.

Las simpatias por Herculano, aumentarán al conocerse en España, su retirada á la vida privada, su aislamiento, la tenacidad en no aprovecharse de cuantas ocasiones le ofrecieron para volver á obtener honores y aplausos.

Al saberse en España la noticia de la muerte de Herculano, los periodicos de mayor circulación, la Ilustración Española y Americana, las Revistas científicas y literarias; las Academias de que formaba parte como miembro correspondiente, le consagraron artículos encomiásticos y merecidos elogios, que nosotros sintetizaremos haciendo nuestras las palabras del Dr. Ortiz en el artículo consagrado á Herculano: «Fue el poeta más filósofo, el novelista más erudito, el historiador más concienzudo, el pensador más profundo que há tenido la nación portuguesa en el presente siglo».

Salamanca, 23 Febrero 1910.

LUIS RODRIGUEZ MIGUEL

Catedrático de la Universidad de Salamanca.

TRÊS ENSAIOS SÔBRE ANTERO DE QUENTAL⁽¹⁾

III

ANTERO DE QUENTAL NA FASE ÚLTIMA DA SUA VIDA

A Cândido Augusto Nazaré

«... Lançando, porém, um largo olhar sintético sôbre essa vida superior, vemos que ela se pode scindir em três períodos gerais, que representam os três grandes ciclos da sua evolução».

.

«... Assinala o terceiro o restabelecimento da ponderação moral e a formação de um admirável equilíbrio entre as ideias e os sentimentos dos dois períodos anteriores. Foi o período filosófico, o período da reconciliação com a Vida por meio de uma espécie de pietismo humano — divina frutificação do seu temperamento místico e corôa moral da sua existência».

LUIZ DE MAGALHÃES: *A Vida de Antero*;
pág. 117 do *In Memoriam*).

Desfeito, pelo menos aparentemente, o pessimismo doentio⁽²⁾ da sua fase dolorosa de 1874 a 1880 (datas aproxi-

(1) Cont. do n.º 2, pág. 214.

(2) Como muito bem diz António Sérgio «foi doentio o pessimismo de Antero» e teve êle «muitos elementos: estado mórbido, sentimento cristão, naturalismo da época, condições de vida, experiência pessoal, e

madras), pessimismo êsse originado da atitude trágica que tivera ante a visão lúgubre do mundo real⁽¹⁾, — o altíssimo

na base de tudo a aspiração idealista a lutar com a realidade», (*Notas*, etc., págs. 27 e 9-10; vid. também o *In Memoriam* de Antero de Quental; o ensaio do Prof. Joaquim de Carvalho: *A evolução espiritual de Antero*; o cap. *O pessimismo de Antero* in-*A Arte e a Medicina* de Jaime Cortesão; Augusto Rocha: *Antero de Quental, Perfil psíquico*; Jaime de Magalhães Lima: *O pessimismo de Antero*, artigo no *Diário dos Açores* de 10 de Setembro de 1921, etc.).

Por seu turno, António Sardinha considera o pessimismo de Antero não «a afloração de um temperamento psicopático, mas a resultante natural de um espírito envôlto no tremendo conflito em que o seu tempo se debatia». Mais vê o autor da *Aliança Peninsular* que o pessimismo daquele que tanto sofrera *do mal da inteligência*, do «excesso do princípio da inteligência», na frase de Lange, — é bem semelhante ao pessimismo «que magnificamente Paul Bourget examina nos *Essais de psychologie contemporaine*, ao ocupar-se, entre tantos, do exemplo típico de Amiel», (*Ao princípio era o Verbo*, est.º: *O verdadeiro Antero*; *Ao ritmo da ampulheta*, est.º *A dôr de Antero*).

(1) Referindo-se a esta fase, escreve Jaime Cortesão: «O quarto período, o que vai até 1880, isto é, até aos 38 anos, é o que marca a hora suprema no drama da sua vida. É então que o místico Antero, que nasceu numa época de incerteza, de angústia e de profunda transformação social, filosófica e religiosa, encarna na sua Alma amorosíssima todos os sentimentos, pesadelos e ânsias desvairadas, duma humanidade a quem roubaram tôdas as crenças, porque dos frios países da Inteligência soberana, uma horda de bárbaros desceu para impor o seu imperialismo científico.

É então que, molhando a pena no sangue do seu dilacerado coração e nas lágrimas choradas por seus olhos aflitos e alucinados, êle atinge o sublime na expressão dessa dôr metafísica de quem, defrontando-se com o angustioso problema da vida, requerido por tão diferentes necessidades, eleva a dúvida à altura do mais alto dever da consciência humana. Assim êle conseguiu ser, pela sublimidade do sofrimento, o símbolo representativo duma Idade dolorosa» (*A Arte e a Medicina*. Antero de Quental e Sousa Martins, pág. 135; Vid. também o *Drama da sua Vida*, de Guerra Junqueiro: *In Memoriam* de Antero de Quental; e *Prosas dispersas*).

Poeta dos *Sonetos*, graças à enérgica reacção das suas forças morais e a um novo esforço do seu pensamento, como êle próprio confessa na sua notabilíssima *Carta autobiográfica*, — pôde enfim entrar numa região de relativa paz espiritual, concebendo o mundo como um cadinho purificador da alma humana em demanda do misterioso Além...

Assim se exprime o irmão gémeo de Amiel, — dêsse «Hamlet protestant, malade d'hésitations, comme l'autre et de scrupules tragiques», — segundo o juízo crítico de Paul Bourget — :

«Já socega, depois de tanta luta,
Já me descansa em paz o coração» (1).

E como que já remido pelo Amor e pela Dôr o Poeta reconhece nesta sua última fase que não foi em vão que sofreu e amou a Vida. Ouçamo-lo:

SOLEMNIA VERBA

«Disse ao meu coração: Olha por quantos
Caminhos vãos andámos! Considera

(1) Cumpre-nos dizer que os versos acima transcritos são do soneto *Transcendentalismo* (integralmente reproduzido no nosso segundo ensaio). Esta poesia é da fase pessimista, pois tinha sido enviada, em carta, a Lobo de Moura em 1876 (ciclo pessimista).

Oliveira Martins errou portanto quando o colocou no período de 1880 a 1884.

No entanto êste soneto assinala luminosamente um momento da mais alta espiritualidade e absoluto idealismo a que pode chegar um homem, que no caso de Antero se tornou, graças a uma contínua e persistente purificação interior, exemplar único na nossa literatura, e exemplar raro na literatura universal.

Advertência: Para conhecimento da rectificação da data do soneto *Transcendentalismo*, vid. José Bruno: *Antero de Quental. Subsídios para uma Biografia, etc.*, in-*Correio dos Açores*, de 7 de Abril de 1933.

Agora, d'esta altura fria e austera,
Os ermos que regaram nossos prantos...

Pó e cinzas, onde houve flor e encantos!
E noite, onde foi luz de primavera!
Olha a teus pés o mundo e desespera
Semeador de sombras e quebrantos!

Porém o coração, feito valente
Na escola da tortura repetida,
E no uso do penar tornado crente,

Respondeu: D'esta altura vejo o Amor!
Viver não foi em vão, se é isto a vida,
Nem foi de mais o desengano e a dôr».

Comentando êste soneto de tocante confissão íntima, escreve Luís de Magalhães: «*Solemnia verba* são um dos marcos miliários da sua evolução psicológica, fixando o seu afastamento do pessimismo e a aproximação daquela resignada paz íntima que êle veio a atingir pondo o seu coração *Na mão de Deus...*»

«Êsse soneto, como Antero nos disse, fôra composto no dia em que o Poeta fizera quarenta anos, isto é, a 18 de Abril de 1882» (1).

«... Aos quarenta anos, — continua o eminente publicista, — na cumiada da vida, êle olha de alto o seu passado, as suas dôres, as suas desilusões, «o pó e as cinzas», em que se volveram as esperanças da mocidade, e pergunta ao seu coração se valeu a pena ter vivido. E o coração, mortificado, ferido, sangrento, responde-lhe que sim — porque, daquela altura, vira o amor!

(1) O Dr. Luiz de Magalhães, íntimo de Antero, em carta de 8 de Dezembro de 1931, a nós dirigida, insiste na data acima indicada. Escreve êle: «Lembro-me perfeitamente de Antero nos ter dito ao ler-nos as *Solemnia verba*, que compuzera êsse soneto no dia em que fizera os 40 anos. Isto foi em Agosto de 82, poucos meses depois do seu aniversário».

Nada de mais afirmativo, de mais categórico, como abjuração do niilismo pessimista, a cuja beira o haviam impellido os tormentos do pensamento, alucinado pela *ânsia impotente do Infinito*, a que se refere noutro maravilhoso soneto».

E remata assim: «*As Solemnia verba* ... um dos mais belos gritos da sua alma torturada, ... uma das mais sintéticas, expressivas e eloqüentes afirmações dos seus íntimos sentimentos, nos últimos anos da sua existência»!

Também nesta fase final Antero constatava que em tudo havia uma santa aspiração: liberdade.

Os sonetos *Evolução*, *Contemplação* e *Redenção* são fiéis intérpretes dessa aspiração suprema, traduzem o grande sonho do poeta e do filósofo.

Com efeito, Antero via nas próprias coisas e nos próprios seres, na Natureza e no Universo, uma ânsia infinita de libertação total, uma ardente aspiração de liberdade.

Antero não só *via*, mas *percebia* essa aspiração, surpreendendo-a nas coisas e nas «vozes do mar, das árvores e do vento»: «profundíssimo gemido» transformado em cântico heróico a reboar de serra em serra, a ecoar nos concavos dos vales e nas profundidades das cavernas!...

*

Verifica-se, todavia, nesta sua última fase o seguinte: o Poeta, embora resignado, embora nos pareça mostrar uma serenidade de quem já alcançou aquilo que tanto ambicionava: a paz do espírito, — sente-se tomado de uma estranha inquietação; a idea teimosa da morte começa a preocupar-lhe seriamente o espírito no último ciclo da sua vida, servindo-lhe até de tema e de sentimento e tornando-se-lhe pensamento constante, íntimo e familiar⁽¹⁾.

(1) Não esquecer que também durante a crise pessimista o Poeta

E porquê? Tem a palavra o altíssimo Poeta: «Durante muito tempo a idea da morte passou despercebida para o meu espirito. Lembra-me que quando era rapaz (embora não temesse morrer e até arriscasse a vida facilmente) evitava sistematicamente pensar na morte, porque, dizia eu, como era coisa que nunca tinha experimentado não podia ter idea alguma dela.

«Mais tarde Proudhon, depois pessoas caras mortas, a doença também. De tôdas as minhas reflexões sôbre êste facto universal, resultou a seguinte Filosofia da Morte que pensei escrever, etc.».

Outro passo: «A idea da morte é a base da vida moral».

«... Saibamos compreender a Morte que é a única maneira de sabermos compreender a Vida e de sabermos viver».

«... Mas a Morte tem uma razão metafísica, por conseguinte é *necessária*». E explica: «Os sêres são necessariamente relativos, limitados e imperfeitos, por isso que são sêres *reais*, visto que a realidade exclui o absoluto e a perfeição: absoluto e perfeição não se podem conceber senão como tipo ideal e não como actualidade e realidade. Mas por outro lado, a tendência dêsses sêres relativos é realizarem, nos limites das suas condições, aquele tipo ou ideal e como essas condições são limitadas, limitada é essa realização, donde resulta que, realizado êsse fim nos limites possíveis, o ser estaciona, deixa pois de ser apto para continuar a realizar o seu fim e perde por conseguinte a sua razão de ser. A Morte não é mais do que a manifestação física desta necessidade metafísica» (1).

desejou a morte sôfregamente (vid. *Sonetos Completos*, ciclo 1874-1884, e as poesias que se seguem ao *Prefácio* de Oliveira Martins).

(1) Vid. *Ensaio sôbre as bases filosóficas de Moral ou Filosofia da Liberdade*, pág. 178 e seg. das *Prosas*, vol. III, ou: *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pág. 195.

Numa carta a João Lôbo de Moura, referindo-se à morte, escreve: «A morte, meu caro, é quanto a mim tôda uma filosofia». Em outra epístola ao mesmo amigo: «Só confio na morte, como a única solução satisfatória, radical, definitiva; e, para lhe dizer tudo, chego a desejá-la, como diz Shakespeare, *desejá-la devotamente*:

«... it is a consumation
Devoutely to be wished...»

Não foi só em Proudhon e em outros autores europeus (destacando-se os pensadores e filósofos da antigüidade clássica, entre êles, Séneca e Cícero), que Antero encontrou páginas sobre o tema e o sentimento da Morte. Também em autores orientais êle viu expostos profundos pensamentos sobre a Morte, chegando a afirmar em carta a Lôbo de Moura que tinha descoberto «com assombro no Ramayana a coisa mais eloqüente e mais forte» que até então lera sobre ela.

É, porém, nos seus *Sonetos*, e principalmente nos da última fase, que êle exterioriza a sua paixão pela morte, vendo nela a «irmã do Amor e da Verdade», a própria «Liberdade», a «única Beatriz consoladora», «amiga derradeira» e sempre «fiel», a «irmã coeterna da sua alma», «austera imagem», «sombra velada», «filha da noite», *Não-ser, que és o Ser único absoluto...*

... Verbo velado
Silencioso intérprete sagrado
Das coisas invisíveis...

E é tal a paixão que Antero tem pela morte a ponto de desejar adormecer no seu *seio inalterável*:

«Dormirei no teu seio inalterável,
Na comunhão da paz universal,
Morte libertadora e inviolável»!

E, na verdade, os seus desejos foram-lhe integralmente satisfeitos; Antero como Leopardi sentiu, vívidamente, a *dolcezza del morir*...

Numa hora de loucura quási werthereana, o Poeta, desprendendo-se dêste mundo, caía nos braços da morte para sempre...:

«Luz íntima, afinal, alumiou-me...
Filha do mesmo pai, já sei teu nome,
Morte, irmã coeterna da minh'alma».

Foi ao entardecer de um dia asfixiante do mês de Setembro. Estava-se no ano de 1891.

Com certeza o Poeta tinha bem presente nesse momento simultâneamente paradoxal e dramático, a quadra final da poesia *Dies irae* de Leconte de Lisle:

«... Et toi, divine Mort, où tout rentre et s'efface,
Accueille tes enfants dans ton sein étoilé;
Affranchis-nous du temps, du nombre et de l'espace,
Et rends-nous le repos que la vie a troublé!»!

Mas pergunta-se ainda: ¿por que razão amou Antero tão *devotamente* a morte? Por que motivo o Poeta se prendeu tão fortemente a essa «loba faminta», mas que êle, como S. Francisco d'Assis no seu *Cântico das Criaturas*, a saúdava e louvava?

É que a morte é a preocupação constante de todo o homem superior, de todo o homem, que, como Antero, sabe pensar e sabe sentir.

Por isso mesmo tem a morte servido de tema a escritores de tôdas as latitudes e de tôdas as épocas: especialmente a partir do século passado tem ela sido cantada por poetas, exaltada por almas já cansadas de viver a vida efémera das coisas, amada por todos aqueles que vêem êste mundo pelo

pior dos prismas, chegando à trágica conclusão a que chegou também, numa hora negra de pessimismo, Antero de Quental:

Só males são reais, só dor existe:
Prazeres só os gera a fantasia:
Em nada, um imaginar, o bem consiste,
Anda o mal em cada hora e instantê e dia.

Se buscamos o que é, o que devia
Por natureza ser não nos assiste;
Se fiamos num bem, que a mente cria,
Que outro remédio há aí senão ser triste?

Oh! quem tanto pudera, que passasse
A vida em sonhos só, e nada vira...
Mas, no que se não vê, labor perdido!

Quem fôra tão ditoso que olvidasse...
Mas nem seu mal com elle então dormira,
Que sempre o mal peor é ter nascido!

É a conclusão de um Schopenhauer e de um Hartmann, de um Heinrich Heine e de um Leopardi, de um Nerval e de tantos outros que, olhando com tédio para tudo, acabavam por dizer que o melhor era nunca se ter nascido, — que não valeu a pena o homem ter nascido.

Antero dirá em outro soneto (*Consulta*):

Chamei em volta do meu frio leito
As memórias melhores de outra idade,
Formas vagas, que às noites, com piedade,
Se inclinam, a espreitar, sobre o meu peito...

E disse-lhe: — No mundo imenso e estreito
Valia a pena, acaso, em ansiedade
Ter nascido? dissei-mo com verdade,
Pobres memórias que eu ao seio estreito...

Mas elas perturbaram-se — coitadas!
E empalideceram, contristadas,
Ainda a mais feliz, a mais serena...

E cada uma delas, lentamente,
Com um sorriso mórbido, pungente,
Me respondeu: — Não, não valia a pena!

Por outro lado, o desconhecermos inteiramente a nossa origem e a nossa finalidade, o sabermos quão frágil é a nossa vida da terra, — tem sido motivo para meditarmos longamente no mistério da Morte ⁽¹⁾.

(1) Referindo-se a Gérard de Nerval, a êsse poeta francês que como Antero também se suicidou, escreve Nicolas J. Popa sobre a morte o seguinte: «Nombreuses sont les considérations qui conduisent l'esprit à l'idée de la mort: la fragilité de la vie et ses aspects instables, le chemin parcouru entre les deux néants, les mélancolies du passé; les méditations religieuses fondées sur la survie et qui considèrent la vie simplement comme une préparation à la mort; l'amour qui a toujours été considéré comme un «avant-goût de la mort» et donnant, avec le bonheur suprême, le désir d'anéantissement total; les aspects changeants de la nature, l'infini de la Création où l'homme se perd, insignifiant; ce renouvellement perpétuel, où la mort et la vie s'entretiennent, étroitement liées; les méditations sur la mort elle-même, comme perspective du «moi», engagent les conceptions que l'on a formulées sur la vie. Ces deux derniers groupes de conceptions corrélatives s'engendrent et se conditionnent l'un l'autre: la façon dont on envisage l'au-delà découle nécessairement de l'attitude devant la vie; de même, la philosophie, fruit de l'expérience de la vie, fait reculer, l'horizon de l'inconnu et en éclaire le seuil de ses lumières. Du point de vue spécial de notre étude, les conceptions pessimistes présentent des pensées plus profondes que les optimistes. Les premières s'attaquent à des problèmes plus hauts et d'une portée plus large, permettant par là un jeu plus libre des facultés.

A l'état de simple préoccupation ou idée d'abord, relevant plutôt de la philosophie, devenu obsession dans la suite s'élevant au range de sentiment ancré dans le coeur: tour à tour crainte et horreur dans les petites âmes, appétit maladif de l'au-delà pour certains esprits tourmentés; salut et refuge des grands désespérés, — le thème de la mort

Proclama pois uma grande verdade Louis-Bourdeau quando nos diz que a «*idée de la mort est assurément une de celles qui ont le plus préoccupé, on peut dire obsédé, l'esprit humain*».

E porque tudo transita e tudo passa, porque em tudo notamos mobilidade e, como Heraclito, também dizemos que ninguém se banha duas vezes na água do mesmo rio, porque a água dêle é sempre diferente e o movimento é a lei universal; porque enfim verificamos em tudo que nos rodeia fugidias aparências e formas incertas,

«... fumo ondeando,
Visões sem ser, fragmentos de existências...
Uma névoa de enganos e impotências,
Sobre vácuo insondável rastejando...».

— volvemos então para a morte, que é permanente e certa, a única realidade, pensando nela a todo o instante.

Daí o nosso tormento e o nosso drama espiritual.

E em Antero êsse tormento e êsse drama fôram mais cruelmente vívidos, porque para êle a morte tomou, como em Gérard de Nerval, «*proporções de um problema largamente filosófico, alimentado de ricas origens religiosas e místicas*».

prend son point de départ dans les fibres les plus intimes de l'âme humaine et relève de tous les domaines de la pensée et du cœur; religion, philosophie, science, morale». E mais adiante: «*Cette pensée de la mort, en effort, est une véritable pierre de touche, dont les réactions peuvent constituer des données psychologiques des plus importantes sur l'esprit d'un écrivain, en tant qu'elles engagent ses conceptions sur le sens de la vie*», (vid. *Le thème et le sentiment de la mort chez Gérard de Nerval* (1808-1855), in-*Mélanges de l'Ecole Roumaine en France*, 1925, sec. p., pág. 30-31; e a bela página que escreveu sobre a morte Maurice Maeterlinck, in *La Mort*, bem como o livro de A. F. Dina: *La destinée, la mort et ses hypothèses*, não esquecendo que sobre o assunto é já exaustiva a bibliografia).

A Morte! Cogitemos nela...

Consultando apenas o «sentido das palavras e a lógica das ideias», ¿não é a morte o fim inevitável de nós todos?

A humanidade caminha para a morte, para o aniquilamento total da vida. Seremos vivos amanhã?...

Mistério!...

Ainda não houve filósofo algum, nenhum sábio que fôsse capaz de destruir a morte, de inventar um processo de dar eternidade à vida do ser e das coisas!

No relógio do tempo só há segundos... e cada segundo que passa mil milhões de vidas se extinguem para sempre!... Para sempre?... Mistério!...

Há pouco uma débil e tímida fôlha caiu da árvore-mãe. O vento a tomou, arrastando-a depois consigo na sua fúria vertiginosa...

Para onde foi ela?... Mistério sempre!...

Do mistério nascemos e no mistério morremos.

Meditemos na morte... que ela está em nós mesmos!...

Crentes e descrentes, civilizados e selvagens, povos de tôdas as raças, todos se preocupam com a morte e todos reconhecem a sua fôrça irresistível e o seu poder sem limites.

Somos de crer que o primeiro culto que o homem sôbre a face da terra criou foi precisamente o da morte!

Quem sabe? talvez seduzido pela illusória esperança de obter dela a graça de uma mais prolongada vida sensitiva...

A morte! O homem a teme, tem-lhe «horror», na expressão de Pascal. Fica apavorado tôdas as vezes que nela pensa.

E contudo a morte é libertadora; desprende-nos completamente das cadeias do mundo material e aponta-nos a única senda da vida, a única razão de ser da vida: a eternidade!

Bendita seja a morte! Louvada seja ela para todo o sempre!...

Num epitáfio antigo, citado por Bourdeau, lê-se isto: «Percorri muitas vezes o mar... Aportei a terras desconhecidas, e eis o termo... Aqui, não temo nem os ventos nem as tempestades, nem o mar, nem os piratas, nem uma despesa maior do que o ganho. A ti, que me libertaste de preocupações, eu digo: «Salvé, deusa benfeitora»!

M.^{me} Ackermann a exaltou em verso imortal:

«Je te salue, ó mort, ó liberteur suprême»! (1)

Mas ninguém como Antero, como o cantor sublime da Beatrice, da «*funérea Beatrice de mão gelada*»..., «*mas única Beatriz consoladora*»!

*

Quanto ao reconhecimento da insuficiência do naturalismo e da impotência dêste em face dos problemas do destino humano e suas últimas e transcendentales soluções, êle dirá nessa Carta que é um verdadeiro «monument sans pareil de sincerité dans une confession publique», na justa expressão do Conde de A. de Circout —: «O naturalismo, ainda o mais elevado e mais harmónico, ainda o de um Goethe ou de um Hegel, não tem soluções verdadeiras, deixa a consciência suspensa, o sentimento, no que êle tem de mais profundo, por satisfazer. A sua religiosidade é falsa, e só aparente; no fundo não é mais do que um paganismo intelectual e requintado. Ora eu debatia-me desesperadamente, sem poder sair do naturalismo, dentro do qual nascera para a inteligência e me desenvolvera. Era a minha atmosfera, e todavia sentia-me asfixiar dentro dela».

(1) Vid. também o que sobre a morte disse M.^{me} de Noailles, especialmente no seu livro de versos: *Les Vivants et les Morts (J'espère de mourir...*, pág. 20-22).

«O Naturalismo, — continua —, o Naturalismo, na sua forma empírica e científica, é o *struggle for life*, o horror duma luta universal no meio da cegueira universal; na sua forma transcendente é uma dialéctica gelada e inerte, ou um epicurismo egoisticamente contemplativo».

E termina assim:

«Eram estas as conseqüências que eu via sair da doutrina com que me criara, da minha *alma mater*, agora que a interrogava com a seriedade e a energia de quem, antes de morrer, quer ao menos saber para que veio ao mundo».

Para além do naturalismo, Antero via agora «o mundo moral, que é o verdadeiro mundo, ao qual a harmonia, a liberdade e o optimismo são tão inerentes, como ao outro, a luta cega, a fatalidade e o pessimismo»; e, noutra carta, referindo-se ao pessimismo dizia: «O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É preciso passar por êle mas justamente para sair dêle». E em seguida esclarece:

«O pessimismo é a redução ao absurdo do naturalismo e das mil ilusões filhas dêle ou para melhor dizer (porque se não trata de sistemas simplesmente) filhas do espirito humano na sua fase naturalista. Mas, sôbre essas ruínas acumuladas pelo pessimismo, o que triunfa não é a negação, o que resta não é o vácuo. O que triunfa é aquilo que está para além do naturalismo, aquilo que no homem não é já filho da natureza, mas superior a ela e autónomo; a vida de consciência e a sua mais alta expressão, o sentimento moral». E mais adiante acrescenta: «Tôda a actividade do homem, há muitos milhares de anos, a sua actividade superior, que é só a que afinal se vê e fica, manifestada em tôdas as suas obras e instituições, afirma implicitamente a autonomia da vida moral e a identidade fundamental dela com o princípio oculto da actividade do universo: afirma-a, porque a presuppõe; pois se a não presupusesse, se não par-

tisse desta como que evidência inconsciente, para que trabalhar? para que sacrificar-se? para que viver?»?

O princípio moral é que era a nova religião de Antero, o mais perfeito código da sociedade humana — porque era no «*Psychismo*, isto é, no Bem e na Liberdade moral» que Antero tinha encontrado «a explicação última e verdadeira de tudo, não só do homem moral, mas de toda a natureza, ainda nos seus momentos físicos elementares».

Daí o naturalismo aparecer-lhe então «não já como a explicação última das coisas, mas apenas como o sistema exterior, a lei das aparências e a fenomenologia do ser».

Numa palavra, segundo Antero, «o drama do ser termina na libertação final pelo bem».

E o bem é «o momento final e mais íntimo da evolução do ser, em que o espírito se liberta na consciência de todas as libertações, criando em si, de si e para si um mundo completo, transcendente e definitivo».

Mais diz êle em carta a Fernando Leal que a vida vale somente «pelo bem que se faz, seja de que ordem fôr».

*

É também nesta fase derradeira que Antero de Quental elabora sinteticamente o seu sistema filosófico, a sua filosofia *materialista-idealista*.

Vendo que entre o mecanismo universal, conclusão final das ciências, e o universal idealismo, conclusão final do pensamento metafísico, não há contradição essencial, — Antero concluía em última análise «que esta *tese* e *anti-tese* é reductível a uma *síntese*, que satisfaça plenamente tanto a ciência como a especulação» (1).

(1) Antero crê que «o concurso da ciência e da especulação é indispensável para a constituição definitiva da filosofia moderna (da qual

E noutro lugar, diz: — «Na simples aproximação dêstes dois termos: dinamismo mecânico e dinamismo psíquico, estão indicadas ao mesmo tempo a posição actual do pensamento filosófico e a sua resolução».

E conclui desta guisa: «O dinamismo psíquico será pois a chave do dinamismo mecânico. O espiritualismo dará ao materialismo o que lhe falta, completando-se, por esta insuflação do espírito na matéria, a compreensão ao mesmo tempo positiva e especulativa do universo».

Ora é esta síntese, em todo o sentido estupenda e maravilhosa (que terá «essencialmente o carácter inductivo», a «unidade na variedade» como sua divisa, e a acção moral como sua base e sua cúpula), que forma o chamado *Pan-psiquismo* de Antero: ascensão máxima do seu pensamento filosófico, aquilo que, em suma, constitui o «ponto nodal» do seu misticismo superior e transcendente, o seu «completo espiritualismo», ou melhor, o seu «Espiritualismo Absoluto», na feliz definição do Prof. Joaquim de Carvalho ⁽¹⁾.

*

Tal a suprema aspiração de Antero de Quental na última fase da sua vida de homem e de pensador; — aspiração essa tão profundamente *vivida* em muitas das suas *Cartas*, em alguns dos seus escritos de vernácula prosa, e no último ciclo dos seus lapidares *Sonetos* — patéticos *estado de alma*

todos os sistemas, desde Bruno e Bacon até aos nossos dias, são apenas esboços e prenúncios), para a organização sistemática do pensamento moderno em tôdas as suas determinações», (Vid. *A «Filosofia da Natureza» dos naturalistas*, pág. 50, do vol. III das *Prosas* e todo o ensaio: *Tendências gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX*, pág. 62 a 140 do mesmo vol. III).

(1) Sobre a exposição, análise e crítica da filosofia de Antero temos um ensaio intitulado: *Antero filósofo*. Formará com outros ensaios um volume: *Antero de Quental. Novos ensaios*, a publicar.

cristalizados em diamantes rítmicos de prodigioso brilho, *diário*, íntimo e dramático de um espírito eternamente vivendo as mesmas angústias metafísicas de um Nietzsche ou de um Jouffroy⁽¹⁾.

Tal também o último Antero liberto dos idealismos revolucionários, mas românticos, da sua Mocidade e salvo quasi milagrosamente da crise pessimista nascida em parte da doença nervosa, que nunca mais o deixou, da descrença de tudo e das desilusões que sofrera com a realidade crua e atroz das coisas e do mundo, e do veneno corrosivo de um naturalismo brutal e aniquilante.

Tal, finalmente, o último Antero livre já das tentações nirvanescas, pois o Poeta andou por momentos perdido na «selva escura» do Budismo⁽²⁾, vendo no *Não-ser* o *Ser único*

(1) Escreve D. Maria Amália Vaz de Carvalho: «... O livro dos *Sonetos* vale principalmente como documento psicológico, como *notação* sincera, espontânea, feita dia a dia, de sensações requintadas, como confissão de uma alma que, — nas suas dôres imaginárias ou reais, nas suas ardentes aspirações de um espiritualismo doloroso, nas suas dúvidas desnorteadoras diante de todos os problemas insolúveis da Vida, no seu desejo dilacerante de um absoluto impossível, nas suas ansiosas interrogações em face do incognoscível eterno, nos seus gritos melódicos de apaixonada tristeza e de amargura revoltada, — condensa, representa, sintetiza em si o estado sentimental de todo o mundo, o mundo a que nós pertencemos», (vid. *Alguns homens do meu tempo*, cap. *Antero de Quental*, da pág. 107 a 163).

(2) Escreve Sousa Martins: «O budismo puro foi nêle um ponto, um ponto apenas, da tão sinuosa trajectória filosófica» (*In Memoriam, Nosografia de Antero*, pág. 296).

De facto, o horror pelo mundo real, levou o Poeta a ver no Budismo a única *tábua de salvação* para o seu espírito aflicto e crucificado. Depressa, porém, Antero, saiu dêle e do pessimismo que o arrastara ao «caminho da navegação absoluta, em que estava precipitado», como êle próprio confessa numa carta ao Visconde de Faria e Maia, (pág. 381 do *In Memoriam*).

Segundo António Sardinha foi o misticismo a causa oculta que

absoluto; mas, depois pôde êle, graças a sucessivas experiências religiosas e espirituais, — «depois de uma vida moralmente tão agitada e dolorosa» —, chegar «gradualmente àquela região da *impersonalidade* que é a verdadeira beatitude, e única geradora da santidade, — termo de tãda a evolução» (1)!...

levou o Poeta a libertar-se para sempre da ilusão naturalista e da escravidão pessimista (crêmos não definitivamente), — o milagre estupendo que permitiu a Antero não se deixar «naufragar nas seduçõs nihilistas de qualquer livre exame de ocasião». E esclarece em seguida: «É que o misticismo, tantas vezes invertido, tantas vezes desporalizado na sua essência, constitue sempre, no fundo do indivíduo, uma vasta possibilidade de ressurreição para os seus valores morais e mentais adormecidos», (vid *Ao princípio era o Verbo*, ensaio *O verdadeiro Antero*, págs. 96 e 98).

*

Nesta última fase da sua vida, escreve Vasconcelos Abreu —, Antero «lia muito acêrca do Budismo; e para distracção de meditações e congitar em problemas religiosos e filosóficos, lia o *Panchatantra*, os «cinco livros» de contos, apólogos, e fábulas mais ou menos derivados de contos búdicos». E acrescenta: «Servia-se da tradução alemã de Beufey». Antero também lia os livros de Rhys-Davids. (Vid. *O tédio doloroso*, In *Memoriam*, pág. 31; o *Catálogo da Livraria de Antero de Quental* e a *Carta autobiográfica*, etc).

(1) Em resposta a uma carta de Jaime de Magalhães Lima, em que êste lhe participava o casamento, Antero «chega até ao limiar do conceito católico da Santidade, no seu desejo incessante de aquietamento espiritual», — no juízo de António Sardinha.

Escreve o Poeta-Filósofo: «Não compreendo, pois, porque emprega duas vezes a palavra *resignação*: quisera que a riscasse do vocabulário dos seus sentimentos. A transição do egoísmo idealista e da falsa liberdade, para a realidade moral e a verdadeira liberdade, é um progresso e até, em meu conceito, o máximo progresso: não pode ser pois matéria de resignação; antes de exultação». E mais adiante: «Entrou, meu caro amigo, num caminho em que todos os dias irá sentindo o chão mais firme debaixo dos pés, mais lúcido o pensamento, mais serena a consciência. Vivendo cada vez mais para os outros, sentindo

É este o verdadeiro Antero, o Antero enamorado da Morte como Villon, Nerval, Leopardi, Baudelaire e tantos outros, mas com a alma «de luto por Deus», na bela expressão de Teixeira de Pascoais, — o Antero sentindo «a nostalgia do mundo invisível» e tocando pela prática da virtude e amor da justiça as raias da santidade!

Terminemos com mais duas palavras este brevíssimo e obscuro esboço de ensaio:

— Também o espiritualíssimo soneto *Na mão de Deus*⁽¹⁾ é outro precioso documento para o estudo da individualidade de Antero nesta sua última fase, — fase aliás reflectiva e altamente filosófica —, e é ao mesmo tempo a exteriorização sincera e espontânea dos seus sentimentos religiosos existentes no mais íntimo da sua alma bondosa e adorável.

Insinuaremos de passagem que a influência do Cristia-

morrer em cada dia dentro de si mais uma parcela do *eu* egoísta que tanto nos ilude, tanto nos faz sofrer e errar, irá entrando gradualmente naquela região da *impersonalidade* que é a verdadeira beatitude». (Vid. *Cartas*, pág. 173; António Sardinha: *A dor de Antero*, in-*Ao ritmo da ampulheta*, pág. 201).

(1) Escreve G. Morley: «Quanto ao último soneto (*Na mão de Deus*), transpira d'ele, em poesia tão bela como a melhor que em qualquer tempo criou o cérebro humano, o repouso absoluto de um espírito cansado de inquirir e pronto para refugiar-se na fé, como a criança com sono se aconchega e adormece no regaço da mãe» (*Sonnets and Poems of Antero de Quental; Preface*), trad. de Agostinho Campos, in-*Lusitania*, Fasc. VIII, 1925, pág. 287 (Bibliografia).

Sobre as várias interpretações que têm dado a este soneto e ao feito à *Virgem Santíssima*, Vid. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *Antero e a Alemanha*; págs. 423-424 do *In Memoriam*, Joaquim de Carvalho: *A evolução espiritual de Antero*, etc.

Somos de crer que tanto o soneto *Na mão de Deus* como o soneto *À Virgem Santíssima* são de pura inspiração cristã; tiveram origem na reviviscência da sua crença infantil. Ambos são duas comoventes e sentidas preces de uma Alma de angelical candura, que no mundo tanto sofreu por ter muito amado e crido de mais nos homens.

nismo (cristianismo renovado) foi preponderante em Antero de Quental: ler as cartas que êle escreveu aos amigos e alguns dos seus escritos e poesias, não esquecendo a sua educação católica.

Mais diremos que o cristianismo católico, superior ao Budismo, foi reconhecido por Antero como a «religião do futuro».

... E se, nesta fase final, Antero aspirou *devotadamente* a morte (como outrora os santos e os místicos) foi sem dúvida levado pela ânsia ardente de querer ir viver a vida do *Além*, aquela vida que êle tanto idealizara e fôra sua melhor Esperança, vida fundada na verdadeira Justiça e na suprema Verdade: dois ideais excelsos que o divino Poeta debalde encontrára neste *vale de lágrimas*, neste mundo mesquinho e passageiro...

Mas, ah! Antero não esperou serenamente pela morte, como os santos e os místicos, não se «dispôs para ela», como o autor desconhecido da *Imitação de Cristo*: pelo contrário, correu para ela loucamente, talvez voluntariamente⁽¹⁾, suicidando-se.

⁽¹⁾ Assim pensa Manuel da Câmara. Escreve êle: «Certo da sua vida inutilizada, certo de caminhar para a loucura, vence seus princípios e sentimentos, e toma decidida e irrevogável resolução de se matar, resolução tão decidida e irrevogável que, por assegurá-la, dispara dois tiros — o primeiro na face direita (a), cuja bala lhe saíu pelo nariz; o segundo, cêrca de um minuto após, na boca, dirigido ao cérebro», (*Antero de Quental e a sua morte*, págs. 49-50).

Escreve também Augusto Rocha: «O seu próprio suicídio foi preparado gradual e resolutamente, e tanto que disparou dois tiros de revólver com apreciável intervalo» (vid. *Antero de Quental. Perfil psíquico*, pág. 26).

Outro não é o juízo de Anselmo de Andrade: «Não esperou que a morte o viesse procurar. Foi êle mesmo ao seu encontro, sem frases,

(a) Há engano. Como o segundo tiro, foi êste dado também na bôca.

Por que tomou êle tão trágica atitude? Causas há, e muitas ⁽¹⁾, predominando no entanto no fundo delas mistério, o mais doloroso e dramático dos mistérios!

Porventura incoerências do seu espírito fulgentíssimo? Rebeldias do seu coração impressionável e magnânimo? Sombrias perturbações da sua alma afectiva? Não!

sem queixas, e sem azedumes». E termina: Desceu modestamente do palácio encantado da Ilusão com o passo firme de um estoico», (*In Memoriam*, pág. 334 — : *O sonho do Poeta*).

Sobre os últimos momentos de Antero ler: *Carta de José Ben-saúde a Oliveira Martins* (*In Memoriam*, Sousa Martins: *Nosografia de Antero*; foi publicada na íntegra em o *Correio dos Açores*, de 10 de Setembro de 1922, e na *Seara Nova* de 12 de Maio de 1932, n.º 298), Mont'Alverne de Sequeira: *Últimos momentos de Antero*, in-*Correio dos Açores*, de 10 de Setembro de 22, Manuel da Câmara, *ob. cit.*, e José Bruno: *No XLII aniversário da morte de Antero de Quental. Conclusão dos subsidios para a sua biografia*, in-*Correio dos Açores*, de 10 de Setembro de 1933: neste número comemorativo encerra desenvolvida informação sobre os dois últimos dias de vida de Antero. Não esquecer as opiniões dos que colaboraram no *In Memoriam* e o que a êste respeito escreveram Joaquim de Carvalho, Jaime Cortesão, António Sardinha, António Sérgio e outros.

(1) Entre elas, sem dúvida, o «excesso de vida interior» tal como Amiel, — e o Pessimismo da sua fase de 1874 a 1880. Do pessimismo, repetimos, Antero nunca se viu de todo livre. O pessimismo nunca o abandonou; arrastou-o talvez ao suicídio... Como diz António Sérgio, «um dia, em Ponta-Delgada, a viagem do pessimismo acabou num naufrágio angustiosíssimo» (*Notas, etc.*, pág. 123; vid. a parte final do nosso ensaio sobre a *inquietação religiosa de Antero* e a *nota explicativa* que a acompanha).

Assim não pensa António Sardinha, porque, segundo êle «quem sobre o precioso volume *Cartas de Antero de Quental* se debruçar para a estranha psicologia do poeta, há-de encontrar nêle, bem pelo contrário, uma inteligência sedenta de certezas e de modo nenhum disposta à solução desgraçada, com que por suas próprias mãos se atirou para a sepultura. (Vid. *A dor de Antero*, pág. 191 de *Ao ritmo da ampulheta*).

Como muito bem pensa e escreve o Dr. Luis de Magalhães, íntimo do Genial Poeta, «êsse acto, (o suicídio de Antero), violento e negativo, não destrói a obra de afirmação moral do derradeiro ciclo da sua vida».

Setembro de 1928.

RUI GALVÃO DE CARVALHO.

BIBLIOGRAFIA

Antero de Quental: *sua obra de prosa e de verso; In Memoriam* de Antero de Quental (vários); P. Bourget: *Essais de psychologie contemporaine*, tome sec.^{do}; Luiz de Magalhães: *Uma romagem a Santo Antonio*, artigo in-*Correio dos Açores*, de 11 de Setembro de 1923; Nicolas J. Popa: *Le thème et le sentiment de la mort chez Gérard de Nerval* (1808-1855), in-*Mélanges de l'École Roumaine en France*, 1925, Séc partie; Paul de Saint Victor, *Préface da Bohème Galante*; Leopardi, sua obra poética (*Canti*); Leconte de Lisle: *Poèmes Antiques*; Louis Bourdeau: *Le problème de la Mort. Ses solutions imaginaires et la Science positive*; Pascal: *Pensées*; M.^{me} Ackermann, sua obra poética; Teixeira de Pascoais: *Os Poetas Lusíadas* (Conferências, etc.), etc.

(Continua).

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)* — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães* — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem* — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vols. V e VI cada | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25,000
Número avulso	10,000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 86.º

4.ª SERIE



VOLUME 15.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>O soneto imortal de Arvers e as versões vernáculas</i> , por Ricardo Jorge	525
<i>Depois de Eça de Queiroz... (1900-1933)</i> , por Fidelino de Figueiredo	536
<i>O estado democrático e o pragmatismo</i> , por Caetano Gonçalves ..	551
<i>Cartas históricas</i> , por João Jardim de Vilhena	564
<i>S. Francisco de Xavier e o Oriente português</i> , por António de Matos Cid	576
<i>Uma carta inédita de José Agostinho de Macedo</i> , por Fernando Campos	600
<i>Três ensaios sobre Antero de Quental — Anexos</i> , por Rui Galvão de Carvalho	607
<i>Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia</i> , por Mário Simões Trincão	626
<i>A mutualidade em Portugal</i> , por Domingos da Cruz	646
<i>Livros recebidos</i>	676
<i>Errata importante</i> , pelo Dr. José Maria Rodrigues	679

Ó SONETO IMORTAL DE ARVERS E AS VERSÕES VERNÁCULAS

Quem há aí amador da lírica, que o não conheça e saboreie? Por mais que se releia, renova sempre uma impressão saudável de arte e sentimento. Relembra-lo, servirá agora para comemoração, porque há cem anos que viu a luz o célebre soneto de Arvers. Ei-lo mais uma vez, tal qual saiu em *Mes heures perdues* (1833) — horas tôdas perdidas, menos uma que conferiu a glória:

Mon âme a son secret, ma vie a son mystère:
Un amour éternel en un moment conçu.
Le mal est sans espoir, aussi j'ai dû le taire,
Et celle qui l'a fait n'en a jamais rien su.

Hélas! j'aurai passé près d'elle inaperçu,
Toujours à ses côtés et pourtant solitaire,
Et j'aurai jusqu'au bout fait mon temps sur la terre,
N'osant rien demander et n'ayant rien reçu.

Pour elle, quoique Dieu l'ait fait douce et tendre,
Elle ira son chemin, distraite et sans entendre
Ce murmure d'amour élevé sur ses pas;

À l'austère devoir pieusement fidèle,
Elle dira, lisant ces vers tout remplis d'elle:
«Quelle est donc cette femme?» et ne comprendra pas.

Ressabida a história do milagroso poemeto. Félix Arvers,

poeta e dramaturgo, aliás sumido no claro-escuro de tantos outros, freqüentava a casa de M.^{me} Mennessier, filha do conhecido Charles Nodier. No album da dama exara um dia êste queixume melancólico duma paixão tão solapada que nem à amada jàmais se revelara por gesto, olhar ou palavra. Mistério do amor que só uma vez, ao ejectar do soneto, traspassou o pericárdio que o guardava no peito enamorado, amor que nem antes a amada surprendera nem então sequer compreendera. Era ela justamente a dona do album, a esposa de Mennessier.

Deu brado a obra prima; poucas haverá que assim se tenham fixado na memória dos homens e refulgido nas antologias mais selectas. As imitações, talhadas nas mesmas rimas, soltaram-se a granel, exaltando-lhe a popularidade. Alguns dêstes pastichios reviram o conceito do poeta; na crença da perspicácia feminina, afirmam a cegueira dêle:

— J'ai compris, vous voyez, «ces vers remplis d'elle»;
C'est vous, mon ami, qui ne compreniez pas.

(Léo Claretie)

Celle qui veut rester à son devoir fidèle,
S'est émue en lisant vos vers tout remplis d'elle,
Elle avait bien compris, mais ne le disait pas.

(Luis Aigoin)

Perfeita e brilhante, como de quem é, a paródia de Maurice Donnay, publicada no seu *Autour du Chat noir* (1926) «j'ai refait le sonnet d'Arvers à l'envers:

Mon âme est sans secret, ma vie est sans mystère,
Un déplorable amour en un moment conçu;
Mon malheur est public, je n'ai pas pu le taire:
Quand elle m'a trompé, tout le monde l'a su.

Aucun homme à ses yeux ne passe inaperçu ;
Son coeur par-dessus tout craint d'être solitaire ;
Puisqu'il faut être deux pour le bonheur sur terre,
Le troisième par elle est toujours bien reçu.

Seigneur, vous l'avez faite altruiste et si tendre
Que, sans se donner toute, elle ne peut entendre
Le plus discret désir murmuré sous ses pas.

Et, fidèle miroir d'une chère infidèle,
Elle dira, lisant ces vers tout remplis d'elle :
«Je connais cette femme»... et n'insistera pas.

Uma variação feliz a registrar, e essa em português, do poeta brasileiro Nogueira Tapety (cit. nas *Aérides* de Alberto Faria, Rio 1918).

Como Arvers, também tenho um segredo na vida,
Um segredo e uma angústia igual à que êle tinha,
E a-pesar-de trazê-la em minh'alma escondida,
Alguém há que êste mal misterioso adivinha.

A beleza imortal nos teus versos contida,
Teu *Alguém* lia, Arvers, sem saber d'onde vinha,
E o meu sabe demais, vive a ler, linha a linha,
Tôda a história fatal de minh'alma incontida.

E certa, como está, que os meus versos são dela,
Que vem do seu olhar a rima que os constela,
Finge crer que os inspira o amor de outra mulher.

Isto só para ungir-me em tristeza e amargura,
Conservando-me, assim, nesta horrível tortura,
Que é mil vezes maior que a tortura d'Arvers.

Quis-se catar ao soneto ascendência literária. Como Arvers lhe sobrepusesse «imitado do italiano», buscou-se a origem no Petrarca, a fonte perene do erotismo onde todos

beberam à farta. No cantor de Laura não se me deparou (*Sonetti in vita*) senão o soneto xci intitulado: — *Non ha coraggio di dir-le: Io ti amo: e pero conchiude di amarla in silenzio*. Simples semelhança dum tema trivial. Léon Deffoux (*Le Pastiche Littéraire*, 1932) cita um soneto italiano sem dizer de quem seja:

Un segreto ho nel cuore ed un mistero
Ha la mia vita...

mas não liga importância a esta referência. A imitação do italiano seria mais uma capa com que a paixão se encobriria. Maior valia poderá ter, como proveniência de inspiração, uns versos perdidos do século XVIII em que o poeta, atormentado por não ousar declarar o seu amor, termina assim:

Et ma contrainte est si cruelle
Que celle vers qui vont mes vœux
Lira ce récit amoureux
Sans savoir qu'il est fait pour elle.

Os paralelismos em matéria de poesia amatória encontram-se a cada passo, sem que seja possível arguir cópia ou imitação. Demais a peça de Arvers é dum tal sentimento e modelado que não teme confronto a empanar-lhe a originalidade e a primazia.

Gabos entusiásticos o coroaram por parte dos mestres da lira. Alfredo de Musset invejou-o; Sainte Beuve apelida o «rei dos sonetos», enfim Teodoro de Bainville consagra-o definitivamente como jóia incomparável da língua e da literatura francesa.

Não há bela sem senão — e se senões não puderam unhar-se na poesia, desde a inspiração à expressão, nem por isso está isento de defeito algum o soneto imorredoiro.

Uma minúcia apenas de feitura — o triplo uso do verbo *faire*:

Et celle qui l'a fait n'en a jamais rien su...
Et j'aurai jusqu'au bout fait mon temps sur la terre...
Pour elle, quoique Dieu l'ait fait douce et tendre...

Grande deve ser a perfeição da obra para que só esta falha se lhe assaque.

Ente nós — nós, os herdeiros da língua de Camões — não transitou incólume o famigerado soneto. No Brasil o visconde de Taunay e em Portugal Manuel Duarte d'Almeida (*Crónica*, Março de 1902), acoimaram-no de imperfeições técnicas, além da concernente ao verbo *faire*, confessada pelos críticos franceses. São estas:

1.º Repetição do verbo *avoir* e do pronome *elle* (Taunay, M. Duarte). — Do defeito não tem culpa o sonetista, mas a língua de que se serve. O excesso dos tempos compostos e a aposição constante dos pronomes são males inerentes ao francês de que nem os escritores nem a Academia conseguiram despojar o idioma. Uma reacção desponha contra esta mácula, de que não pode criminalar-se Arvers nem o seu soneto. Entre nós ultimamente o vício entrou de imperar por baixa imitação do francês — atentado que pede reprovação e castigo.

2.º Fraqueza nas rimas, consoando *solitaire* e *terre* (Taunay). Esta rima é correcta e como tal sancionada pelos versistas mais puritanos da França. O *r* simples e o *r* dobrado não dão rima aceitável em português, mas não assim em francês, graças à pronúncia. Manuel Duarte implicou também neste ponto; reflectiu todavia ou lhe apontaram o erro, e no exemplar que tenho à vista do seu artigo, as palavras desta acusação estão riscadas a tinta. Seria singular que os censores e parnasianos franceses dessem a sua plena

aprovação à feitura de Arvers, e portugueses lha negassem, nós que tão pouco exigentes somos em rimas, aceitando mesmo as mais triviais. Que mais rigorista havemos de ser em arte poética do que Bainville?

Vai mais além M. Duarte — voz discordante no còro unânime dos elogios que saüdaram a poesia, por tòda a parte e através dos tempos, contradita-lhe agudamente o predi-cado da excelência poética. «A meu ver o famoso soneto não vale o ruído que em volta dêle se tem feito. É frio, duma construção rígida, marmórea, de linhas geométricas, muito pautadas e precisas, quási sem emoção, sem o vago, o indefinido da idealidade e do sonho que é o encanto supremo de tòda a poesia, que sugere mais do que diz, da poesia em suma que aspira e deve aspirar sempre a elevar-se acima dum simples, ainda que brilhante exercício de metrificação».

Manuel Duarte é um poeta dos mais grados em engenho e arte — parnasiano de gema e conceituador de versos (*R. J. Manuel Duarte de Almeida e a sua obra*)⁽¹⁾. Pecou aqui a justiça do seu critério. Não há no soneto censurado a explosão romântica, a «fúria sonora», nem tão pouco a irreabilidade etérea das nebulosas ou vaguidades do sonhar indefinido: êsse o seu melhor condão — a simplesa estésica e a fiel tradução locutiva. Singelamente se lamenta o poeta do seu mal e singelamente se resigna a amar sem ser amado nem sequer sabido. Mas a pior das acusações é a do fecho — *et ne comprendra pas* — fecho que Manuel Duarte reprova, como inutilidade, «uma *cunha*» de mau efeito, por sinal. Ora, o último verso, a tòdas as vistas, representa a chave de oiro, tão cobiçada para remate de sonetos. A adorada nunca deu fé do adorador; nem mesmo, depois de lido o

(1) Introdução às *Poesias* de Manuel Duarte agora publicadas, *Terra e Azul*, 1933.

soneto, compreende que seja ela a mulher inspiradora dos versos. Aqui o mau juízo do crítico atraçou-lhe a versão, como já veremos.

Outra voz, bem oposta, a do cronista Clément Vautel, entoada agora (*Le Journal*):

«Tant qu'il y aura une langue et une poésie françaises, le sonnet d'Arvers prolongera dans les coeurs sensibles ses résonances harmonieuses et romanesques... Son auteur n'a, en somme, pas écrit autre chose, mais cela suffit, et comme on dit et dira toujours le «sonnet d'Arvers», son nom ne sera jamais ignoré ou oublié de ceux et de celles que ses vers fameux émeuvent un peu comme une romance sans musique»...

..... «les vers inspirés par la fille de Charles Nodier chantent dans toutes les mémoires... Pourquoi? Emotion simple, sentiment naturel, clarté dans l'expression: tout le monde comprend. Seule, en lisant ces vers tout remplis d'elle, M.^{me} Mennessier n'a pas compris... Encore est-il permis de croire qu'elle s'est doutée de quelque chose: quelle femme suit son chemin, distraite et sans entendre un murmure d'amour élevé sur ses pas?»

..... «Heureux le poète qui, comme Arvers, a pu toucher ainsi le coeur du plus grand nombre! C'est ça, la vraie gloire, quoiqu'en disent les raffinés, les esthètes, les prisonniers plus ou moins volontaires de tours d'ivoire qui ne sont d'ailleurs qu'en celluloïd».

Henri Bachelin (*Le Sonnet d'Arvers*, in-*Hippocrate*, 9-1933) julga-o assim:

«Le sonnet d'Arvers n'est pas un cri:, c'est un soupir, et qui ne ressortit point à l'inspiration romantique. Mises à part quelques taches peu apparentes, un classique de grand

talent eût pu l'écrire et le signer». É «l'expression émue et mouvante, dans un langage simple et adéquat, d'un fait sentimental que la vie banale détermine sans cesse».

Em terra de português, onde tanto reina o gosto da poesia francesa, não admira que os versistas tentassem o seu traslado. No Brasil, conta Alberto Faria que as versões foram às centenas, quere dizer, numerosas e repetidas, «enlizando as colunas dos jornais». Em Portugal, também não faltaram, e Manuel Duarte fala do esforço «que se tem realizado para nacionalizar» o soneto.

Das traduções brasileiras A. Faria distingue três: A do ministro Pedro Luís:

Guardo um mistério n'alma e na vida um segrêdo:
Um sempiterno amor, que há muito me enlouquece;
Não tem remédio o mal, e por isso o oculto a medo,
E aquela que o causou jàmais quis que o soubesse.

Perpasso junto dela e abafo ardente prece!
A seu lado respiro, e, sempre em um degrêdo,
A romagem da vida acabarei bem cedo
Sem que eu nada pedisse e nada ela me desse,

Terna formou-a Deus, mas — bela peregrina —
Na trilha do dever, não vê, não imagina,
Que eu — mísero — sagrei-lhe amores imortais.

E, um dia, talvez diga, ao ler em doce calma
Estes versos que assim vibraram de su'alma
«E essa mulher quem é?» Não cismará jàmais.

Julga-a excelente; aos nossos ouvidos sôa mal a posição do pronome no 3.º verso do primeiro terceto e até o verso todo; aquele «não cismará jàmais» não agrada no fecho.

Outra, o de Lúcio de Mendonça:

Tenho um mistério n'alma e um segredo na vida:
É um eterno amor nascido em um momento.
É mal que não tem cura: assim, nenhum lamento
Jàmais o revelou à cândida homicida.

Por ela passarei, sombra despercebida,
Sempre a seu lado, sempre, e em mudo isolamento;
E há-de expirar assim meu derradeiro alento,
Sem nenhuma ventura ousada ou recebida!

Criou-a meiga Deus, e boa, e carinhosa,
Mas ai! segue, discreta e surda à voz ansiosa
Dêste amor que murmura a seus pés, onde está.

Fiel a seu dever, que austeramente zela,
Dirá talvez, ao ler meus versos cheios dela:
«Que mulher será esta?» e não compreenderá.

Verte bem; o terceto final é fiel; pena é aquele «cândida homicida» (1.º quarteto) e o «onde está» do primeiro terceto.

De Xavier Silveira Júnior transcreve apenas os tercetos:

Ela — alma compassiva e de bondade cheia, —
Seguirá seu caminho insensível e alheia
À minha oculta dor de sombra transeunte...

Serena no dever, que austeramente zela,
Lendo estes versos meus, tão cheios dela,
— «Quem lhe inspira êste amor?» talvez, talvez pergunte...

Aquele transeunte cai mal.

Cabe a vez agora às dos portugueses de que conhecemos três. Deve haver mais. João Penha também se propunha trasladá-lo (Manuel Duarte).

Primeiro, o de Pinheiro Chagas:

Guardo em segredo aqui no coração sepulto,
Um amor imortal que súbito brotou :
É sem remédio o mal, por isso é que o oculto
E aquela que m'o inspira oh ! nunca o suspeitou :

Ela junto de mim na vida caminhou
E eu ao seu lado sempre, e sempre solitário ;
E triste fui subindo a estrada do Calvário,
E eu nada lhe pedi e nada me entregou.

Ela, pôsto-que Deus a fêz gentil e boa,
Passará distraída e sem ouvir sequer
O murmúrio de amor que a seus pés ressôa.

Fiel unicamente ao austero dever,
Ao ler esta canção, que o vulto seu povoa,
Dirá sem compreender : quem é esta mulher ?!

Fluente, correcta e sem defeito de maior.

Temos agora o do há pouco falecido escritor Hemetério Arantes, que se lê com agrado:

Guardado tenho n'alma um íntimo segredo,
Uma paixão voraz, nascida de repente ;
O mal é sem remédio, assim eu tenho medo
Que quem m'o produziu se ria ou me lamente.

No entanto quanta vez a vejo e me concedo
A dor de me calar. Ah ! solitariamente
O cálix beberei tão doce e tão azêdo
Do meu amor sem fim, calado eternamente.

E Deus que a fêz tão doce e terna creatura
Só não lhe permitiu que visse esta amargura
Que ouvisse esta canção ; e sei que ela dirá,

Ao ler por passatempo, austera e distraída,
Estes versos só d'Ela, a luz da minha vida,
— «Quem é esta mulher ?» — e nunca o saberá.

O de Manuel Duarte, sonetista de primo cartel — vejamos como se aveio:

Tenho n'alma um segrêdo, um mistério na vida:
Um infinito amor que súbito nasceu,
Mal sem remédio é o meu, chaga que anda escondida...
E aquela que mo fêz, ah! nunca o percebeu!

Ai de mim! Junto dela, a olhar-me distraída,
Eu viverei sòzinho, embora ao lado seu;
E, quando ao fim chegar desta cansada lida,
Se eu nada ousei pedir-lhe, ela — nada me deu.

E Deus, que a fêz tão meiga e boa, Deus consente
Que ela vá seu caminho alheada, indiferente
Ao murmúrio de amor que segue os passos seus.

Piamente votada ao dever inflexível,
Lendo estes versos meus, tão cheios dela — horrível!
«Quem será, dirá ela, esta mulher?» E... adeus!

Seria talvez o melhor de todos, salvante o terceto e sobretudo o seu fecho. O *ne comprendra pas* que Manuel Duarte não compreendeu, é substituído por — *E... adeus!* Quere dizer, como quem encolhe os ombros — acabou-se!

Êste estendal o que mostra? Que nenhum vingou uma tradução à altura do soneto de Arvers. Era de prever. Não sei o que terá sucedido nas outras línguas. Em vernáculo o treslado foi relativamente medíocre.

Foram mais felizes nas suas múltiplas versões vernáculas — *A Canção do rei de Thule*, o *Intermezzo* sôbre o Amor de Heine, e o soneto do *Ponte Vecchio* de Heredia (R. J. in-*Portucale*, 1931).

Setembro de 1933.

RICARDO JORGE.

DEPOIS DE EÇA DE QUEIROZ . . . (1)

(1900-1933)

SUMÁRIO: — As três grandes realizações portuguesas do século XIX: a liberdade, a literatura e o terceiro império colonial. — Nacionalismo e simbolismo. — O teatro neo-romântico. — A repercussão da República: conformismo e desconformismo político-literário. — Literatura feminina. — O romance. — A crítica e o ensaio. — Literatura colonialista. — Futurismo. — Esforço organizador de ideias.

Depois de Eça de Queiroz — cuja morte em 1900 eu tomo como limite de uma época literária, porque ele foi, pelo gênero da sua obra e pela repercussão dela, o nome mais representativo das peculiaridades da geração realista — depois de Eça de Queiroz, os escritores portugueses, que foram surgindo, tiveram de lutar com o esplendor ofuscante dessa precedente época da criação artística. O público, modelado o seu gosto por uma pleiade de escritores amados, dificilmente julgou possível que em romance se passasse além de Eça de Queiroz, em poesia além de João de Deus, Antero e Junqueiro, na interpretação da história além de Oliveira Martins . . .

É que esse período da nossa arte literária, de 1865-1900, fazia parte integrante e brilhante de um conjunto de coisas grandes que Portugal realizara no século XIX, quando passadas as veleidades imperialistas do Oriente e da América,

(1) Conferência radiodifundida no Rio de Janeiro, durante a Semana Cultural Portuguesa promovida pelo jornal *O Século*.

sem o predomínio das velhas caravelas, parecia recluir-se a um isolamento provinciano, conformado na impotência para altos desígnios e, povo que fôra um dos criadores do sentido de universalidade, sem qualquer função de interesse humano... Todavia, êsse pequeno povo de dois milhões de habitantes ao abrir o século XIX, perplexo e duvidoso ante a difusão de ideais políticos e estéticos, em cuja formulação não colaborara, limitada a sua liberdade de acção pelas competições de poderosas nações estranhas e pela inferioridade desesperadora dos governantes, pôde ainda, no decurso desse século, realizar três coisas grandes. Só elas fizeram que Portugal, sem cooperar com relêvo na renovação científica e técnica do século, possa desvanecer-se de haver dado ainda contribuições de ideal e de esforço para essa áurea idade da história humana. Ideal e esforço activo que continuaram uma castiça tradição do carácter nacional, que vem já do século XV, quando, também sem lugar de relêvo na reforma científica e artística, não deixou de ser, pelo descobrimento geográfico e pela literatura que o reflecte e celebra, um poderoso agente de renovação do sentido da vida. Uma apor-tação psicológica, uma revoada de personalidade — nisto cifro eu tôda a fôrça e todo o sêlo original da actuação portuguesa no Renascimento.

A primeira dessas três coisas grandes, que Portugal realizou no século XIX, foi a sua luta pela conquista da liberdade. É um drama titânico de heroísmo, de idealismo e de fé, cujas labaredas trágicas muito destruíram, mas iluminaram e for-jaram uma pátria e uma cultura. Principia em 1810, na véspera da entrada dos soldados de Soult no Pôrto, com o martírio dos simpatizantes das ideias francesas, identificados falsamente como partidários do invasor, e termina em 1851 com a Regeneração. São quarenta anos de combate de uma minoria selecta e de mente renovada com a maioria arcaizante e o populacho analfabeto, aquela defendendo ideais

obsoletos que morriam de gangrena, êste apoiando-a com instinto equivocado ou fazendo fracassar com a sua adesão inepta o estilo novo. Quarenta anos de luta armada e de luta intelectual, de sacrifícios e sofrimentos heróicos, em que se fraguam almas de têmpera superior, pensadores, chefes políticos e chefes militares: D. Pedro IV, Garrett, Herculano, Mousinho, Palmela, Passos Manuel, José Estêvão, Saldanha, Terceira, Sá da Bandeira...

O problema da sucessão ao trono português — que tal era a mesquinha forma jurídica de um grande drama entre os dois hemisférios da alma nacional — foi bem um problema europeu. E o seu forte carácter dramático e a superioridade de alguns dos seus actores, só apoucados pela pequenez do cenário, cativaram muitos espíritos estranhos. A guerra e a luta política dêsses anos tiveram seus devotados cronistas. Ainda agora se publica um livro póstumo sôbre D. Miguel, de Oliveira Lima, que estudou profundamente a separação e organização da sua pátria e a conquista da liberdade portuguesa.

Dêste choque doloroso e criador entre o absolutismo e o liberalismo nasceu, no exílio, uma nova literatura, que veio atribuir à língua portuguesa, como instrumento de ideas e emoções, um mais intenso significado humano e mais características peculiaridades entre as suas irmãs latinas. Sem a «étape» romântica (1825-1865) e a «étape» realista (1865-1900), a literatura portuguesa seria essencialmente o seu século xvi, ainda mais pelo seu cunho nacional extra-clássico, reflexo da navegação e da conquista, que pelo seu acabamento artístico, Gil Vicente e Camões exceptuados. Não bastariam as suas prioridades no lirismo peninsular, a criação do auto, alguns líricos italianizantes, a cooperação na novelística espanhola, a historiografia colonial, os prosadores do século xvii e a gestação da literatura brasileira para remontar as letras portuguesas da modesta esfera académica e erudita. Só os

grandes escritores do século XIX a franquearam a todas as correntes de pensamento e sensibilidade, a fizeram instrumento obediente para exprimir todas as emoções e ansiedades, todos os problemas de consciência e prazeres estéticos do homem moderno, que na leitura busca mais a expansão e a aprendizagem da vida que a erudita interpretação de passados mortos.

Essa pujança literária do século XIX é um documento vivo do idealismo português, porque a galeria dos grandes nomes, que a compõem, brotou de um meio que não oferecia os estímulos compensadores da popularidade e a glorificação de uma crítica interpretadora. Pensar e escrever em português era então, como não deixou de ser hoje, engarrafar o espírito na «gíria confidencial de dois povinhos», nos quais predominavam os analfabetos e os indiferentes. Por muito que o patriotismo declame sobre o «império da língua portuguesa», o idioma só perderá essa restrição confidencial quando fôr galvanizada para a alta vida de cultura essa massa analfabeta e indiferente, e quando, por se associar a grandes interesses culturais e económicos, tiver de ser entendido por outros povos, que o tomem como indispensável instrumento de comunicação universal.

E foi esta grande literatura — Garrett, Herculano, Camilo, Júlio Diniz, João de Deus, Antero, Junqueiro, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Ramalho, Fialho... — a segunda coisa grande que Portugal realizou no século XIX.

A terceira foi a cooperação prestada ao reconhecimento geográfico, à ocupação militar e à organização administrativa do continente negro, na zona arbitrada a Portugal, quando a Europa fixou a sua atenção na África e a adoptou para vazão do seu excesso de gente, inteligência e dinheiro. São êsses derradeiros vinte anos do século, fim do reinado de D. Luiz e primeiro decénio do de D. Carlos, em que os nossos exploradores, militares e administradores lançam as

bases de um terceiro império ultramarino. Não faltam páginas de intensidade heróica nessa grande empresa, nem nomes simbólicos das velhas virtudes lusitanas: Coolela, Chaimite, Silva Pôrto, Mousinho de Albuquerque...

Entre a epopeia da implantação do liberalismo e os anos heróicos da nova colonização africana houve um interregno de quietação, o período automático, caciquil e mediocrizador do constitucionalismo; mas um nome poderia servir de traço de união entre a fase de estruturação interna e a fase de regresso à acção externa do Portugal político do século XIX: Sá da Bandeira. Este homem, *sans peur et sans reproche*, soldado das guerras da liberdade, viu primeiro que os seus contemporâneos que para um pequeno povo, como para os grandes, como para os indivíduos, viver não é existir, é batalhar por um alto ideal humano e que era a África do Sul o campo de acção de um Portugal reorganizado internamente.

Os triunfos africanos fizeram nascer no espírito português a veleidade do «mapa côr de rosa» ou de um império lusitano do Oceano Atlântico ao Índico. A realidade cortou-lhes o vôo. Veio o *ultimatum* inglês de 1890, uma delimitação de fronteiras que rematava tôda a esperança e a revolução do Pôrto. O descontentamento corporizou-se na ânsia de demolir um regimen. A tendência pessimista da literatura fêz-se negação, combate, cólera iconoclástica; grande parte da literatura realista contraíu côr política e alguns dos seus melhores autores pertencem tanto à história política quanto à história literária.

*

Foi neste ambiente de valores que surgiu a nova literatura simbolista e anti-realista do fim do século. O gosto público — creio ter salientado já nos *Motivos de novo estilo* que é o gosto a última essência representativa da ideologia de uma época — o gosto público, já na fase da popularização,

portanto, da adulteração, identificava literatura em prosa e em verso com acção política e social imediata, verdade artística com fidelidade realista e preferência dos aspectos amargos da vida; e, dando-se conta da pequenez do meio pátrio, alcandorava-se sôbre os muros, à procura de mais dilatados horizontes e a sorver brisas que de longe vinham, núcias da circulação universal.

Mas a nova literatura de 1900 opunha aos propósitos de acção imediata o puro esteticismo, à fotografia fiel do realismo a interpretação profunda do conteúdo espiritual das coisas, que nem todos os leitores sabiam ver, educados no materialismo, no positivismo, no evolucionismo e noutras filosofias anti-filosóficas; e refluía de um cosmopolitismo severamente crítico ante os valores e motivos nacionais para um aproveitado nacionalismo.

Não houve um choque violento entre os dois sistemas de ideais literários, como em 1865 e 1871, porque a fôrça combativa e a fúria inovadora dessa nova literatura não podiam comparar-se às da época precedente, reflexo literário de uma das mais profundas reformas da mente humana, nem os novos arautos surgiam organizados em pequena falange, em geração nova como as revoadas anteriores. O que houve foi apenas um encontro sorridente, o dos comentários amenos e certos de Eça de Queiroz ao «neo-garretismo» de Alberto de Oliveira — palavra que expressava o retôrno ao pacífico e satisfeito sentimento nacional. E a Garrett se regressou efectivamente, ao Garrett dos dramas históricos nacionais.

Trinta anos são já um período suficiente para oferecer ao observador um panorama de conjunto, com todos os arranjos e composições da perspectiva a delinear uma paisagem típica. Mas como quem vai na procissão não vê a procissão, assim quem figura na paisagem não a vê íntegra ou a descentra. As letras do século XIX tiveram já seus cri-

ticos e historiadores, nacionais e estrangeiros, mas as letras do século xx decorrido ainda não sofreram êsse trabalho de organização em conspecto de valores, como o que fêz René Lalou para a literatura francesa contemporânea, ainda que sob o risco de se perder na abundância livresca.

Não me parece, contudo, necessário um grande esforço de objectividade para reconhecer que nesses trinta anos se criaram alguns valores clássicos da nossa literatura e que a tendência dos melhores espíritos para uma reacção contra os desmandos políticos e intelectuais do nacionalismo está a repôr no seu justo lugar a época de Eça de Queiroz e a cerrar uma «étape» bem característica da literatura portuguesa. Os grandes escritores do realismo vão deixando de ser os «gloriosos malfeitores» da crítica de tendência.

O que nos ilude na avaliação dêstes três decénios é a perda de superior vibração humana, de sentido universal, é a renúncia à influência exercida em Espanha e no Brasil pelos grandes escritores do realismo. A história da literatura espanhola, quando tecida com amplo espírito crítico, tem de registrar a funda influência de Eça de Queiroz, Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga sobre autores numerosos e da altura de um D. Juan Valera, de um Gánivet, de um Unamuno, de um Valle Inclán, de um Rodríguez Marín. E no Brasil bastará lembrar que a «eçolatria» foi o derradeiro vínculo literário que o prendeu à velha metrópole. É que o Brasil é uma pátria em diferenciação crescente, com problemas morais, políticos e económicos nitidamente americanos, para os quais a literatura nacionalista de Portugal não oferece soluções ou interpretações, ao passo que a Espanha permanece tão aparentada com Portugal como era há séculos. Nas relações entre Portugal e Espanha há um carácter estático, o qual já me permitiu o alvitre de uma fórmula ou lei do seu desenvolvimento (V. *Paralelismo e assincronia em Motivos de novo estilo*); nas

relações entre Portugal e Brasil há, sôbre um alicerce estável, certo dinamismo diferenciador.

É certo que com a literatura novecentista Portugal perdeu ascendente, mas essa perda vem principalmente do carácter de hermetismo dessa nova literatura, que fechou o cálice da alma nacional, que procurou recompor das ruínas polémicas do realismo o espírito português, restabelecer os créditos do nosso passado, cotizar de novo os nossos valores e — foi êste o seu serviço maior nos dez anos primeiros — sacudir da poeirada da refrega e das paixões revolucionárias a literatura para a restituir à sua pureza de arte. Sol de pouca dura, que logo em 1910 declinava... Esses dez anos, que vão da morte de Eça de Queiroz à proclamação da República, são o período serêno dessa desintoxicação da literatura do vírus político. Iniciam-no António Nobre, Engénio de Castro, Correia de Oliveira, Júlio Brandão, todos trazendo ritmos novos, motivos e atitudes de espírito novas e audaciosos metaforismos. Segue-os pleíade distinta de poetas e prosadores, muitos dêles vivos e em plena fôrça criadora, todos exaltando a terra portuguesa, na sua paisagem e na sua expressão humana, alguns confinando-se até no regionalismo pictórico e até no provincianismo dialectal. Eugénio de Castro, muito mais simbolista que nacionalista, portanto mais de acôrdo com a evolução geral do gôsto de além fronteiras que com as reacções locais, é legítimo e quási excepcional continuador daquela difusão prestigiosa a que nos habituaram os escritores do realismo.

Êsse restabelecimento efêmero da pureza artística da literatura fêz-se também pelo teatro. Um dos aspectos mais valiosos e renovadores desta época literária é a floração de um teatro neo-romântico, «neo-garretista», diria Oliveira, em que dramaturgos de predominante inspiração histórica e actores, que raiaram pelo génio histriónico, opuseram um ocasional desmentido ao velho lugar comum da negação tea-

tral do espírito português. Essa dramaturgia contrastava os fracassados ensaios do realismo em matéria dramática, feitos de servil reportagem da banalidade quotidiana ou dominados por um sectário propósito de propaganda, e repunha em vigor a estética de Garrett — cujo centenário se celebrara solenemente em 1899.

Mas o romantismo passara com a sua declamação heróica e patriótica, e êsse teatro, para se vitalizar e actualizar, teve também de fazer regionalismo de costumes e de acatar influências novas, tais como Ibsen, Mæterlink e Rostand, tornando-se umas vezes meio misterioso de simbolismos e perscrutações psicológicas, outras eminentemente poético e heróico. É o período áureo de Marcelino de Mesquita, H. Lopes de Mendonça, D. João da Câmara, Eduardo Schwalbach, êsse grupo em que Júlio Dantas foi o irmão *cadet et gâté*; é a «étape» última e verdadeiramente magistral de actores inolvidáveis, como os irmãos Rosas, Brasão, Ferreira da Silva, Virgínia, Lucinda, Angela, de que Adelina Abranches e Chaby Pinheiro foram os irmãos «juniores».

O advento da República não podia deixar de trazer ao campo espiritual uma comoção profunda. Nos países pobres e centralizados, estado e nação quasi se identificam e são muito poucos os espíritos, que se encerram numa orgulhosa torre de marfim. Não creio que a política seja a «ars magna», que dizem os seus militantes, mas suponho-a a «causa magna», porque das suas variações depende a maior parte das possibilidades de realização, nos ambientes em que o indivíduo desgarrado pouco pode, fora das paredes do seu crâneo.

A República no acentuado carácter anti-histórico e esquerdista, que tomou desde a sua primeira hora, era em boa parte legítimo fruto da literatura demolidora do realismo, mas também estava em conflito com as tendências de espírito da nova «élite», avançada já sobre a plebeização dos

juízos dos planfletários do realismo. Como nas modas: quando se generalizam, deixam de ser modas, porque a moda é o sinal externo de um imperativo de selecção.

Este duplo carácter da República recém-chegada, ao mesmo tempo actual e retardatária, deu a causa emocional para duas opostas direcções intellectuais: a dos espíritos conformes, que quiseram dar-lhe cérebro, compor-lhe uma doutrina e uma literatura; e a dos espíritos desconformes, que da vigência republicana extraíram corolários demonstrativos da necessidade de continuar em pacífica evolução um velho passado, uns e outros afinal obebecendo às suas mais espontâneas tendências e ambições políticas, porque as ideas quasi sempre se organizam para justificar gostos preexistentes. E aquela pureza aristocrática da literatura como arte desfez-se como efémero sonho...

A organização do grupo *Renascença Portuguesa*, do Pôrto, nos primeiros tempos da República, foi obra dos conformes; Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais, Jaime Cortesão figuraram entre os seus primeiros orientadores. Pascoais foi o fundador da esotérica doutrina do *saúdismo*, que era uma reacção estética contra o racionalismo e, em forma obscura, uma aguda introspecção do carácter português, na sua zona mais indiferenciada. Depois o poeta tornou-se a principal figura literária do grupo e levou a terras vizinhas vibrações novas do velho lirismo lusitano.

No segundo período da República esquerdista (1919-1926), que se separa do primeiro pelo consulado ditatorial de Sidónio Pais, a *Renascença Portuguesa* transformou-se na *Seara Nova*, um grupo político e literário, muito mais político do que literário, que afirmou um sincero desejo de reforma dos costumes políticos e que abrigou alguns nomes ilustres das letras, tais como Raúl Brandão e Aquilino Ribeiro. Com êle manteve afinidades estreitas outro grande prosador, M. Teixeira Gomes.

Os desconformes fundaram em 1914 o grupo do *Integralismo Português*, cuja figura central foi António Sardinha, superior temperamento de polemista e crítico político, que empreendeu a revisão da moderna história nacional, como fundamento para uma política de tradicionalismo orgânico e corporativo. Como a *Seara Nova* poderia invocar a analogia do grupo *Clarté*, de Paris, o integralismo poria olhos atentos no movimento da *Action Française*, em torno de Charles Maurras, Georges Valois até ao divórcio do partido e Léon Daudet.

As circunstâncias deram a vitória, no campo da acção política, ao integralismo, mas o historiador da literatura dará relêvo maior ao grupo da *Renascença Portuguesa* e logo ao da *Seara Nova*, principalmente sob os aspectos do romance e da crítica social.

Aquela inflexão tradicionalista, determinada pelos exageros da doutrina democrática, revela-se com clareza nalguns espíritos, que puderam acompanhar tãda a «étape» histórica, desde 1900. Antero de Figueiredo vem do lirismo para o historicismo e chega ao catolicismo integral; Correia de Oliveira parte da arte pura e torna-se o poeta oficial do sector católico das letras e da política nacionalista; Manuel Ribeiro, militante da ortodoxia religiosa, fôra antes um militante da acção directa revolucionária.

Um traço bem saliente na fisionomia desta moderna literatura é a vasta colaboração feminina, principalmente na poesia subjectiva e no conto infantil, mas sem esquecimento de outros géneros, como o romance e o teatro. Esta nova colaboração feminina, que em Florbela Espanca perdeu uma figura primacial e em Virgínia Vitorino tem a representante mais multímota, já criou valores de mérito, na prosa e no verso. O crítico lusitanista da *Encyclopedia Brockhaus*, ao propor as efemérides capitais da nossa literatura contemporânea, já assinala uma delas com um nome feminino. Para mim,

fazendo sempre justiça à importância e à variedade dessa contribuição feminina, que trouxe acentos novos ao lirismo e nos dotou com uma abundante literatura infantil, ela significa também um anelo profundo de emancipação da mulher portuguesa, que assim começa por afirmar a autonomia da sua sensibilidade, trabalhada por aspirações íntimas de que o verso lírico é o porta-voz. Estou seguro de que ela nos trará frutos sociais e espirituais de alcance, se um alto critério político souber interpretar o significado profundo dessa literatura: energia que se faz literatura, por ainda se não poder fazer acção.

O romance, cultivado com mestria por autores bem conhecidos e estimados do público, pode exhibir uma antologia de obras fundamentais, já consagradas pela crítica e pela leitura, mas é ainda o género mais obediente ao signo de Eça de Queiroz. Repete ainda a técnica do realismo, tal como se cristalizou nas obras do grande escritor. Varia a decoração com o variar do cenário e varia a gíria dos diálogos com o andar dos tempos, variam os problemas, que as circunstâncias foram levantando, divórcio, conspirações políticas, emigração, miséria, tradicionalismo e revolucionarismo, e carrega-se a crueza e indiscreção ao versar o problema sexual, mas a estrutura interna do género, a ironia como meio de chegar à objectividade desinteressada são ainda de Eça de Queiroz e do seu inolvidável sorriso caricaturador.

A crise do romance ainda não foi sentida em Portugal, a sua dissolução em psicologia intuicionista, em ensaio, em diálogo filosófico. Num país onde o conhecimento das letras francesas é tão extenso, a influência de Anatole e Marcel Proust, autores familiares dos leitores portugueses, é muito limitada. Tudo que o cepticismo amável de Anatole, acolitado pela ironia e pela piedade, poderia instilar na mente nacional achou o lugar já ocupado pela influência de Renan e Eça sobre as gerações mais avançadas e encontrou o obstáculo

do dogmatismo absoluto, do anseio por afirmações claras em boa parte das gerações modernas. O tradicionalismo desta gente moça não fez aquela hábil conciliação do decidido retorno à tradição com o culto de Anatole, como o guardou sempre o seu mestre Maurras.

O romance contemporâneo ministra-nos um dado significativo: a sua camada de sub-solo — autores e temas que ainda não emergiram para o primeiro plano da atenção pública — acusa uma tendência para radicais reformas sociais, como a anunciar o credo íntimo de uma geração. Alguns desses autores provém do jornalismo, são formados na dura escola da reportagem, que conduz aos recessos da realidade.

Nestes três decénios do século, a crítica fez em Portugal progressos consideráveis e sob os mais vários aspectos: crítica histórica, literária, filológica, social, filosófica; e nas formas mais diversas: didáctica e erudita, militante e polémica, equilibrada no tipo do ensaio interpretativo, à inglesa e à francesa. Digo à inglesa e à francesa, porque de Inglaterra e de França são as origens do género, mas parece-me que neste moderno desenvolvimento do gosto pelo ensaio há sobretudo uma influência espanhola, porque os ensaístas são grande e excelente parte da moderna literatura vizinha. E há também uma influência das circunstâncias: num momento de anarquia espiritual, em que é necessário refundir toda a bagagem da inteligência, o ensaio é o instrumento literário mais idóneo para esse trabalho de organização de ideias, pela leveza e sinceridade que comporta, pelo seu tom movediço e provisório, e ainda pela facilidade de contacto que pode estabelecer com a multidão. O ensaio português ainda não conquistou grande massa de leitores, nem se apoderou ainda da sua técnica própria. Muita gente o identifica enganosamente com artigo breve e ligeiro. Mas o ensaio, além do seu equilíbrio interno, além da sua preferência por certos temas humanísticos, é, tem de ser um género tão

subjectivo como a poesia lírica, porque no sêlo pessoal das suas reflexões e nos sinais do espírito do ensaísta está a sua típica beleza. Eu aproximar-lhe-ia o soneto clássico, porque dentro dos seus obrigados catorze versos, das suas rimas reguladas e da sua «chave de ouro», concede a mais ampla liberdade ao temperamento do poeta.

As colónias, outrora motivos da baixa literatura oficial, leis e regulamentos, relatórios e discursos, ascenderam à literatura de arte. A sua paisagem e os problemas do seu quadro social podem trazer notas vivas de grandeza deslumbradora, de exotismo ao pequeno horizonte da metrópole, mas essa moderna literatura colonialista, estimulada por prémios oficiais, ainda se não libertou do carácter apologístico, passadista e chauvinista, nem logrou interessar as zonas superiores da imaginação e da sensibilidade. É uma incorporação de grandes motivos, que ainda não deu todos os seus frutos.

O futurismo já tem feito, entre nós, afirmações de valor, que lhe assinalam um lugar no panorama das letras portuguesas contemporâneas, ainda que menos relevante que no Brasil, campo mais acolhedor da rebeldia estética. Da América, de uma republiqueta perdida, saiu o primeiro grito modernista. Depois de tentativas de vários caracteres, sem excluir o histrionismo caricaturesco ou irónico, fracassadas ante a geral indiferença ou desconfiança, o movimento da «arte viva» parece ter cristalizado em Coimbra, em torno da revista *Presença*. As razões da tardança dêste movimento serão talvez a atmosfera tradicionalista com que coincidiu e o seu cunho de importação estrangeira. Mas eu atribuo ao futurismo — que entre nós imprópriamente se chama modernismo — o papel de fecundo fermento estimulador da sinceridade e do espírito de individualidade, inseparáveis de toda a criação literária, principalmente nesta hora de reconstrução ou organização de ideias.

E já que falei em organização de ideias:

Em 1926 deu-se em Portugal um facto de inevitável repercussão na vida intelectual, por estranho ou adverso que lhe possa parecer: a instalação do cesarismo. É uma nova lição de política experimental. Dela estão alguns espíritos extraindo conclusões de reacção anti-historicista, segundo o sistema latino que faz da política uma alternativa de emoções e paixões. Nos homens, que passaram a quarentena e que recebem com plena isenção as vibrações da vida profunda que palpita sob os andrajos de um empirismo político de oportunidade, está-se formulando um conceito novo da vida e do mundo, e da actuação que impende a este pequeno país de história heróica e sem fim. Sem fim, porque as pátrias têm alguma coisa da essência divina: principiam algum dia, mas se logram afirmar uma personalidade ao serviço de altos ideais, não morrem mais. Eu espero que a perplexidade momentânea da literatura portuguesa e o seu aristocrático distanciamento do grande público sejam apenas indícios de uma silenciosa concentração de forças para partir a uma nova marcha de pensamento e de sensibilidade, ao serviço de tôdas as inquietações da consciência, dos intensos problemas e altos ideais humanos, e ao serviço da pátria imortal...

Como nos séculos passados, Portugal, distante de todos os focos da cultura moderna e da intriga europeia, trilhará novos caminhos de acção longínqua, outra vez, camoneanamente, se repartindo em pedaços pelo mundo, outra vez arquivando na língua de Portugal e Brasil o seu cabedal de experiência e dor.

Lisboa, Setembro de 1933.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

O ESTADO DEMOCRÁTICO E O PRAGMATISMO⁽¹⁾

A celebração do primeiro centenário do Supremo Tribunal de Justiça, sendo um facto banal, limitado à simples comemoração de uma data, equivale entretanto a um problema no exame da curva evolutiva da instituição, que, se hoje parece pesar, apenas, como uma fôrça da Tradição na vida do Estado, representou todavia, há um século, pela influência das correntes ideológicas que agitaram e varreram todo o século XVIII, o estabelecimento do Estado democrático, caracterizado pela desconcentração dos poderes políticos e pelo inevitável reconhecimento dos direitos e garantias individuais. A perversão do poder de legislar, atribuído já na República Romana a um corpo colectivo que algumas vezes então se mostrou incapaz de ocorrer prontamente às urgências do Estado, determinou ali a formação da *ditadura*, muito antes de poder, em nossos dias, imputar-se aos excessos da Convenção em França a reacção cesarista de Bonaparte e os defeitos tão fácil e freqüentemente reputados inerentes ao Parlamento — instituição anterior à Revolução Francesa.

Mas o que então e depois fez a glória do poder judicial, foi a sua declarada independência do poder real, de par com a igualdade civil sem outra distinção a separar os homens mais do que a dos seus talentos e virtudes, a fé intemerata

(1) Comunicação lida na Academia das Ciências, em sessão de 26 de Outubro de 1933.

no valor dos princípios e o zêlo obstinado e intransigente na defesa dêles.

Tal foi o ambiente em que se criou e revigorou o espírito dos reformadores portugueses de 1820, cuja obra, traduzida nos diplomas fundamentais do regime, que vão da Constituição Política de 1822 aos decretos administrativos de 32, pôs em foco dois homens, cujos nomes, mais particularmente ligados à instituição judicial, se impõem desde então à veneração e ao respeito carinhoso de toda a nação portuguesa. Refiro-me a Mousinho da Silveira e José da Silva Carvalho.

Ao empreender essa reforma, porém, os homens de 20, longe de romper e cindir (como já se viu escrito em data bem recente) os laços da tradição nacional, procuraram reatá-la, opondo ao abatimento causado por sucessivas invasões e pressões externas o fervor sentimental da grei, associado ao espírito universal de Cristo, cuja cruz acompanhara, como um pendão e um símbolo, os navegadores e capitães portugueses do século xvi. Assim os homens de 20 foram bem os imediatos sucessores de Pombal e os directos representantes e continuadores do grande Afonso de Albuquerque, em cuja larga visão de estadista, seguramente, Pombal pesquisou as normas da política ultramarina, que do seu *alvará* de 2 de Abril de 1761 transitaram para os dois textos constitucionais de 1822 e 1826.

E, se nos fôsse precisa uma demonstração de que aqueles dois diplomas foram, na sua estrutura, menos uma transigência do que uma reacção contra o racionalismo francês do século xviii, bastaria considerar que o primeiro dêles invocou a «Santíssima e indivisível Trindade», consignando, também, entre os primeiros deveres do português, o «ser justo e venerar a religião», e o segundo proclamou como instituição pública e encargo do Estado a religião católica.

Refiro estes pormenores para acentuar que se não perdeu

em Portugal (nem mesmo após o reconhecimento integral da liberdade da consciência, assegurada na vigente lei de separação do Estado das Igrejas) a tradição católica, em cuja persistente acção exercida através de séculos, desde os alvares da civilização cristã, ousou filiar a noção de justiça, que substituiu, na formação da consciência individual, a instintiva noção da fôrça.

Por certo, essa acção não terá ainda sido suficientemente eficaz para submeter, em tôdas as circunstâncias, ao império da razão as sugestões atávicas do instinto; mas é inegável a vitória do Pensamento onde os pleiteantes se dispõem a considerar em último lugar — *ultima ratio!* — o recurso às armas — que o mesmo é dizer, depois de inútilmente tentado o recurso às leis.

O recurso às leis, todavia, podendo ocasionar a sua exaustoração no errado entendimento e aplicação delas, envolve fundamentalmente um problema de confiança e, logicamente, um problema de cultura; porque, destinando-se a lei a proteger o interesse individual e colectivo, importa que elle se subordine à regra jurídica, que da agressão alheia defende a integridade pessoal e patrimonial de cada um. E assim, enquanto, reclamando-se de uma cultura que é aliás o seu legítimo orgulho, a Europa procura ostensivamente renegar a tese do materialismo histórico — gerada no seu seio porque a concebeu e divulgou um alemão — a cada momento a confirma, nos episódios sangrentos que são a explosão natural e periódica das suas permanentes rivalidades políticas e dos seus renovados conflitos económicos.

A propósito de um congresso internacional recentemente reunido em Roma, por iniciativa da Real Academia da Itália, a-fim de se encontrar a forma de restabelecer a perdida unidade espiritual da Europa, um escritor italiano, partindo da observação exacta de a Europa se debater neste momento entre duas fôrças contrárias, como sejam o americanismo e

o bolchevismo, reivindica para o seu país a glória de reagir, pelos seus actuais métodos de governar, contra o bolchevismo, a que nega a origem marxista, para o filiar numa concepção doutrinária essencialmente negativa e destruidora de todos os valores tradicionais, que diz importada do Oriente.

Sem embargo da discutível autoridade do nome ignorado que firma esta opinião sem qualquer base científica ou simplesmente histórica, ela merece examinada, no intuito de se procurar, ao difícil problema ético-literário posto ao congresso de Roma, a solução que a ligeireza de tão apressado observador (com louvável ardor patriótico, aliás) parece ter encontrado no *fascismo* italiano.

Devemos registar o facto de êsse escritor reconhecer a força imanente de duas instituições, cuja sólida estrutura tem, segundo êle, através de tantos séculos, resistido a todos os ventos: são elas o cesarismo romano e a igreja católica.

É certo que o cesarismo romano representou uma construção jurídica, que a lenta e gradual formação da consciência cívica adaptou ao conceito da soberania popular, derivado lógico da democracia antiga e moderna. Sòmente, à noção e ao exercício do Poder se retirou a ficção da origem divina, para o considerar mera delegação ou mandato do corpo colectivo. E, de coacção externa, a obediência tornou-se assim um livre compromisso de ordem subjectiva, imposto pelo interesse próprio mais do que por medo alheio.

Situação análoga é a da igreja romana, fundada sobre a doutrina de Cristo, aliás também importada do Oriente, onde igualmente se geraram, como a própria Civilização, tôdas as religiões sistematizadas, desde a de Confúcio até à de Mahomet, tôdas assentando por igual no respeito da hierarquia dos valores tradicionais, ao contrário da insinuação feita, em hora de evidente precipitação, às doutrinas do Oriente, caracterizadas, sim, pela fusão das mais vulgares

leis económicas e sociais num rígido sistema de mitos e preceitos religiosos.

Sem ser preciso anotar a incongruência de ter partido precisamente de Roma (tornada mais tarde a sede oficial de todo o orbe católico) a maior expansão da doutrina cristã, notaremos que, herdada dos anteriores sistemas religiosos, e designadamente do Budismo, a acção negativa dessa doutrina visou fundamentalmente o indivíduo, para o forçar a anular-se em proveito da colectividade, subordinando ao interesse geral o seu interesse privativo. O *nirvana* erradamente considerado, no Budismo, como a abolição da vida sensual, é apenas a renúncia ao desejo ou aos prazeres materiais, imolados ao bem comum, no sistema ideal da *transmigração*, que outra coisa não é senão a *vida eterna* da doutrina cristã, equivalente à *continuidade histórica* posta como superior condição de vida ou regra moral à existência humana.

Dêste modo, sacrificando o indivíduo à espécie, as doutrinas orientais são tão construtivas como a doutrina fascista e são porisso mesmo, também, o antecedente histórico do pragmatismo jurídico, cuja inobservância, determinada pelo exagerado amor-próprio, de que nenhuma nação consegue absolver-se, gera os conflitos individuais ou colectivos, em que Karl Marx procurou a lição do materialismo histórico, crismado de bolchevismo na sua actual contrafacção, com a virtualidade de acrescentar ou agravar na sua aspereza tais conflitos onde a *união dos trabalhadores*, preconizada pelo filósofo de Bonn (e trabalhadores somos todos os que vivemos do trabalho, intelectual ou manual) se propusera evitá-los.

Podemos porisso dizer que o verdadeiro antídoto do bolchevismo não é o cesarismo romano na sua feição actual, assente em moldes idênticos aos que o próprio bolchevismo terá adoptado para se impor dentro e fora dos seus limites

territoriais. Por muito que a Igreja queira (como em duas *encíclicas* de 1907 o consignou o Papa Pio X) que o dogma católico valha mais como regra de fé do que como regra de conduta, não interessa à vida social a distinção enquanto a segunda houver de ser, e deve ser, condicionada pela primeira.

Eu disse há pouco que dependia da fé na sua eficácia o recurso à acção das leis. Em meu conceito, a fé não é movimento circunscrito à crença religiosa, embora o racionalismo francês não prescindisse de lhe atribuir êsse carácter conferindo, no século XVIII, a categoria de divindade à Deusa Razão: jôgo de palavras sem dúvida destinado a convencer-nos da necessidade de acreditar naquilo que não podemos demonstrar.

Ora justamente o valor da doutrina católica está em limitar pelo interesse de todos o interesse de cada um; e, se a-pesar-de assentar em tema tão singelo a construção jurídica em que vivemos, não cessou ainda o estado de guerra entre os povos, nem entre os homens, é porque nem uns, nem outros, ainda se dispuseram a considerar como limite natural do seu próprio interesse o interesse alheio; a nenhuma nação sobrando, nesse ponto, autoridade para se apresentar como impecável modelo de correcção.

Assim, pois, a tão odiada ou temida teoria marxista, a que a filosofia contemporânea entendeu atribuir o valor de um sistema, bem pode considerar-se mera sinalização de uma lei da história, ou de um fenómeno social a que ainda não foi possível mudar o condicionalismo histórico.

*

Eu creio que as duas forças contrárias a que se atribui, simultaneamente, origem estranha à actividade da Europa e influência perniciosa sobre essa actividade, provindo da Amé-

rica uma delas, ou seja, a avidez do lucro, e da Ásia o combate virulento a semelhante avidez, são fôrças que a evolução económica da própria Europa podia ter gerado, e gerou certamente, sem a intervenção de factores estranhos, levando, em vez de receber, às suas dependências ou colónias americanas o germe da plutocracia, e para a Ásia o fermento das reacções contra tôdas as desenfreadas especulações da banca. Chamar-se-ia assim *americanismo* ao capitalismo, que não é só americano, porque é universal; e *bolchevismo* às inevitáveis reacções da miséria, que também é universal.

Algures escrevi que era forçoso distinguir entre capital e capitalismo, não podendo, na resolução do problema económico, dispensar-se a cooperação do primeiro onde o segundo assume proporções de fautor inelutável do desequilíbrio entre os diversos elementos da produção; e, nestes termos, ao capitalismo pode sem injustiça atribuir-se, pelos seus conhecidos excessos, considerável parte na formação do bolchevismo.

De entre as conseqüências úteis da última guerra, precipitada pela cegueira do capitalismo, merece incondicional aplauso a Organização Internacional do Trabalho, instituída pelo Tratado de Versailles em 1919, no objectivo de promover entre as fôrças produtoras da riqueza o equilíbrio necessário à paz geral. Deu-nos essa instituição, pela sua Repartição privativa com sede em Genebra, o relatório dos trabalhos realizados no decurso dos primeiros dez anos da sua actividade, especialmente consagrados a obter o aperfeiçoamento e a possível uniformidade na legislação operária dos 55 Estados membros da Conferência; e não é, por certo, dos menores serviços destinados a consegui-lo, o entendimento com as organizações confissionais, católicas ou sòmente cristãs, formadas com idêntico objectivo e para êsse efeito reunidas no Congresso Internacional de Estocolmo, de 1925, donde saiu o apêlo dirigido a tôda a cristandade afirmando, de par

com o respeito devido à personalidade humana, a necessidade de a subtrair à tirania da máquina e ao regime absorvente da propriedade, considerando que o factor humano excede em importância o ganho material e que os graves problemas em presença, insusceptíveis de serem resolvidos pelo esforço individual, reclamam, no interesse colectivo, um freio ao individualismo estreito e feroz. Nesse propósito, a Conferência de Estocolmo votou conclusões determinadas sobre a abolição do trabalho dos menores, o dia das oito horas, o descanso semanal, e regras de equitativa adaptação do salário.

Nem todas as mencionadas instituições terão tido a cobri-las a autoridade da Igreja, mas nem por isso é menos exacto que a restrição posta no pontificado de Pio X ao pragmatismo católico foi um curto parêntese na obra social inaugurada em 1891 pela encíclica *Rerum Novarum* e retomada, com firme decisão e êxito evidente, pelo Papa Bento XV, cuja clara inteligência lhe revelou o futuro assegurado à Igreja no abster-se de contendas políticas, ao nível dos demais Estados soberanos, para se dedicar de preferência à obra de cooperação internacional e assistência social, preconizada na recente encíclica *Quadragesimo Anno*, que é um admirável complemento da lúcida e fecunda iniciativa de Leão XIII.

A própria Igreja está pois, assim, removendo do seu caminho o travo agreste que durante séculos entorpeceu a sua acção, pela influência da tradição herdada dos cézares romanos, cujos poderes usurpou e exerceu, criando aquele espírito sectário e combativo que, em regra, só se forma na disputa de preeminências e vantagens temporais.

E eis porque o *marxismo*, em plena falência como sistema, vale todavia como observação da verdade histórica enquanto filia na luta de classes o progresso, e de algum modo nega, portanto, valor de democracia ao génio mercantil da grande República Norte-Americana, onde à aristocracia do sangue, que não pôde formar-se num país sem história, se

substituiu uma impudente aristocracia do dinheiro: permitindo que, à margem das instituições políticas de feição democrática e em pavoroso contraste com a miséria mais negra, se ergam e prosperem ali autênticas realezas da finança — como os *reis* do aço, do petróleo, do carvão, do trigo e dos transportes. Perfilhada por estadistas que supõem, ainda hoje, uma condição do progresso o heroísmo militar, a tese marxista só no seio da igreja católica não logra aquela confirmação que no mundo inteiro lhe dão, assim, as próprias nações cristãs.

Das contradições patentes após a última guerra, que apressou, como disse, o ritmo da vida dos povos, impõem-se com maior evidência, entretanto, os golpes vibrados por um capitalismo suicida ao liberalismo económico que o gerou, e uma revivescência do nacionalismo refluindo-se, no limite de barreiras cada vez mais altas, ao contacto de um iniludível e cada vez maior internacionalismo. De tal sorte a guerra, que foi sem possível dúvida o choque violento de desvairadas ambições, serviu a tornar entre si mais conhecidos os povos e os homens, que, hoje mais do que dantes, se visitam e frequentam no interesse de acomodarem ao proveito comum os propósitos pessoais.

Correspondentemente, para um melhor entendimento, o conceito da liberdade reclama uma rectificação no sentido de o ajustar também às realidades, de modo que se não persista no erro de confundir com a liberdade individual a liberdade política, uma e outra limitadas sempre pelas necessidades do convívio social, e tanto em direito público interno como no direito internacional, onde a conhecida regra *pacta sunt servanda* é uma auto-limitação das soberanias nacionais. Só em suprimento da obediência voluntária dos pactuantes é que surge, na ordem interna ou externa, a função da milícia, nacional ou internacional. Uma vez, pois, que o convívio social supõe a sujeição do indivíduo a uma regra de

conduta, a liberdade individual é um *ente-de-razão* com que procura a si própria iludir-se a humanidade. Na infância das sociedades o conceito da liberdade envolve a tirania do indivíduo, porque é unilateral. E nas sociedades cultas não pode também dizer-se livre o homem que em proveito da liberdade alheia se vê forçado a restringir a sua própria liberdade: donde resulta que a melhor e mais exacta definição da liberdade é o mínimo de sacrifício. Enquanto a êste mínimo de sacrifício se não dispuser voluntariamente o homem, liberto de tôdas as influências do instinto, há necessidade de o constanger pela virtude de um compromisso, que é a Lei: fôrça abstracta e inoperante se, por consenso dos pactuantes, não tiver a garanti-la, na sua eficiência, a autoridade de intérpretes e executores que são os magistrados e os tribunais. E certo é não ter ainda a humanidade atingido o grau de inteligência que dispensasse semelhante intervenção, visto que, tendo aliás em muita maneira dominado a Natureza pelos triunfos da Ciência, não logrou ainda disciplinar-se a si própria: embora já tenha alguma vez sido possível governar sem o recurso à fôrça pública, nem ao boletim de voto.

Só para os delinquentes são lugares de penitência os tribunais, cuja missão todavia envolve uma obra de reeducação, de pacificação e de uma cada vez maior valorização do ideal de justiça para que a humanidade tende constantemente. Pode êsse ideal não ser atingido na generalidade e em absoluto; mas o esforço humano conduzido no sentido de o alcançar, representa a soma das aspirações que traduzem a nossa ânsia de perfeição, mesmo quando com ela momentaneamente se contradizem as expressões imediatas da nossa actividade ou do nosso temperamento.

Recordo-me de, há muitos anos, haver colhido nas minhas leituras a observação de ostentar, em regra, a literatura de um povo a qualidade oposta ao carácter nacional. Os romanos, de coração duro, teriam produzido o doce poeta que

foi Vergílio; a natureza prolixa dos italianos deu a sobriedade e a concisão de Maquiavelo; do espírito ligeiro dos franceses surgiram grandes pensadores como Calvino, Pascal e Guizot; e Shakespeare representou um pensamento revolucionário no país de preconceitos que é a Inglaterra. ;E, contudo, todos esses povos disputam àvidamente como sua pertença exclusiva a glória de tais nomes!

Igual antítese se verifica, em nossos dias, nas expressões do pensamento cristão e das aspirações democráticas, dentro da igreja romana, cujos últimos pontífices reagem pessoalmente contra o sectarismo colectivo fiel à doutrina do *Syllabus*; e na grande federação norte-americana, onde alguns dos mais recentes presidentes simbolizam o combate à plutocracia dominante, que Wilson e Coolidge (e ainda agora, Roosevelt) não duvidaram publicamente exautorar, proclamando a necessidade de cada vez mais se apoiar nas forças morais a obra da civilização!

É a defesa dessas forças morais que principalmente incumbe aos tribunais de justiça, não bastando a garanti-la a moralidade pessoal dos magistrados, que é o primeiro dever de qualquer cidadão. Tal encargo pressupõe uma superior cultura, de nenhum modo limitada à ciência ou preparação profissional, mas pelo contrário abrangendo toda a vasta superfície em que se encontrem postos e demandem solução os casos ocorrentes e os problemas do futuro.

Assim a democracia se nos apresenta no duplo aspecto de aspiração permanente e definitiva conquista do espírito humano na longa, infinita cadeia da evolução social. É simultâneamente, como disse um problema de cultura e uma afirmação de fé: de cultura excedendo os limitados quadros da técnica científica, e de fé invadindo os domínios da ciência que, se tantas vezes terá sido obra do acaso, não menos vale como obra de fé — da fé que *levanta montanhas* e é, porisso mesmo, a maior propulsora da vontade.

Tal como a Lei equivale a um compromisso ditado pela necessidade de assegurar o bem comum, êsse mesmo compromisso importa a construção jurídica do Estado, cuja finalidade não é mais do que a protecção devida ao Indivíduo, que gerou o Estado através da Família e colaborou na Lei pelos órgãos do Estado. O Indivíduo é assim a base da Família, a célula do Estado e o fundamento da Lei. Sendo, na realidade, a origem e o fim das instituições públicas, o Indivíduo tem porisso mesmo, também, o dever de as não perturbar, para poder colher delas todo o benefício que se propõem.

Conjugam-se e completam-se assim o Pragmatismo e o Estado democrático; assentando no primeiro, que é o complexo dos nossos recíprocos deveres morais e jurídicos, a organização do segundo, que é o conjunto das instituições destinadas a garantir o exercício dos nossos direitos.

¿É mera abstracção ou figura jurídica semelhante concepção da Lei e do Estado? Mas tôda a nossa actividade em demanda de melhores destinos, através de persistente combate às fôrças adversas, tantas vezes vitoriosas nos prélios sangrentos da História, resumiu sempre uma aspiração, e de constantes e indefinidas aspirações é feita a vida inteira da humanidade. A realização de tantas delas é, sem dúvida, o maior orgulho do homem, por elas largamente compensado das cruéis provações, que têm sido a amarga quota parte da sua contribuição na obra inegável do progresso, que outra coisa não é, em boa verdade, senão uma série infinita de rectificações a anteriores verdades provisórias.

Porisso se pode com justiça dizer que é o homem a maravilha maior da Criação. E exprimiu por certo um pensamento exacto o penetrante e sagaz espírito de Renan ao proclamar, na Academia Francesa, como é atrozmente injusto amesquinhar o esforço do homem, que, na dolorosa peregrinação sôbre a terra, entre o gemido do nascimento e o gemido da agonia, criou a arte, a ciência e a virtude!

É a defesa dêste património que nos está confiada, a nós, letrados, que em tal defesa havemos de consumir tôdas as energias do nosso temperamento e tôdas as melhores faculdades da nossa alma.

CAETANO GONÇALVES.

CARTAS HISTÓRICAS (1)

XVII

«Meu Primo e Sñr. domeu C. não respondi a m.^a vontade na Caza do Docel, porque estava hum homem a houvir — remetto o papel do Bernardo, em q̃. tu acharás o dezenterece q̃. elle tem mostrado ha tantos anos, misturado com a representação doq̃. precisa, para encher decentem.^{te} o lugar que vae ocupar, se elle tivesse bens patrimoniaes, sertamente não importunaria o Principe meu Sñr. de modo nenhum, mas não tendo senão seu trabalho, não tem remedio senão alegar o que valem outros semelhantes, para alcançar a possibilidade da deslocação, aque se vê obrigado prezenemente — sabese m.^{to} bem q̃. as ajudas de custo que dá o Governo, estão m.^{to} longe de bastar para os preparos, e estada, de qualquer empregado longe, por tanto necessita pedir dinheiro emprestado; ordenados não servem para Epoteca, por consequencia he preciso outra coiza que admitta vida, ou supervivencias — e se não há comendas rendozas para dar, há terras incultas, que se possam aforar ou cultivar, que podem servir aquem as recebe e á Coroa, porq̃. não podem render a hum particular sem pagar tributos — e não pôde deixar de vir aqui a reflectão, que ainda que entrar em empregos seja hum favor, e vantagem, nem por isso pode entrar essa graça, na classe de remuneração — bem sei que contra isto pode haver reposta e argumento, mas

(1) Cont. do n.º 3, pág. 394.

parece, que mesmo ao Soberano não fas conta, estar escapando de dar comodo, e decencia, a hum homem que oservia munto, e bem; e que o vae tornar a servir com munto incomodo, e com munto risco, em circumstancias m.^{to} criticas, e que tendo cavádo dezasette anos a fio, oiro, e diamantes para el Rey; chegou ao porto de Lisboa, sem hum real de seu. Seha pessoas aquem S. A. R. deo lugar no Concelho da fazenda, ou ultramarino, antes de principiar a servir; outros que obtiverão a mesma graça, tendo servido sem boa aceitação; e neste cazo, já se vê, que dando se o mesmo aquem servio m.^{to} bem, não se reputa remuneração, porq̃. a justiça distributiva, obra sempre com a balança na mão — mas em fim seja como for, tu conheces obrio do Bernardo, e q̃. não he homem q̃. esteja ajustando contas com o Soberano e se alega alguma coiza, não he para gozar, mas sim p.^a poder servir mais — a vista disto representa tu a S. A. R. oq̃. te parecer proprio no q̃. pertence á finança quanto as onras, não parece justo que o Bernardo tenha menos doq̃. as tarifas deq̃. gozavão os outros Vice-reis, ao menos na apparencia, — Placár e a Alcaidaria he certo q̃. se tem vulgarisado, e por isso seria justo q̃. se desse mais algum signal de estimação para equilibrar; mas ainda mesmo sem êsse adubo, em lugar de ser escudeirisse pertendellas, he delicadeza m.^{to} bem entendida, porq̃. continuandose a estimar essas coizas, e continuando tu a economizallas, em pouco tempo tornarão aos seus eichos em lugar q̃. se estabelecer a dezestimação, não haverá forças humanas q̃. lhe tornem a dar valor, e perde o Estado huma moeda m.^{to} importante — pareceme que ainda tenho mais que dizer, mas não devo abusar da tua paciencia, e mesmo para dulcificar a pagina que te tenho dado remetto tabefe e requeijão.

«Almeirim 4.^a fr.^a — Pr.^o e mais fiel cap.^{to} — *Assumar*».

COMENTÁRIO

Assumar é o 4.º Conde de Assumar, 2.º Marquez de Alorna, D. João de Almeida Portugal. Foi capitão de cavalaria e sócio da Academia da História Portuguesa, tendo nascido a 7 de Novembro de 1726 e falecido no Rio de Janeiro a 9 de Novembro de 1808.

Bernardo é o 5.º Conde de Sarzedas, Bernardo José Maria de Lorenna e Silveira, Capitão General da província de Minas Gerais, onde edificou a cidade de Campanha, e também da Província de S. Paulo. Foi Vice-Rei da Índia e faleceu no Rio de Janeiro em 1818.

Assumar fala nos 17 anos em que Bernardo cavou o *ouro e diamantes para El-Rei*. Refere-se ao facto de este ter sido Capitão General de Minas Gerais, que era naquele tempo o ambicionado Eldorado de todos os aventureiros. O Cerro do Frio foi o cemitério de muitos portugueses que deixaram a sua pátria na ânsia de enriquecerem e que ali só encontraram a morte a par dos escravos que trabalhavam nas minas de ouro e de diamantes.

Até 1732 o Cerro do Frio esteve exposto à exploração de todos quantos arriscassem a vida naquelas paragens e foi só D. João V, por conselho do Governador e Capitão General do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, que regulamentou aquela exploração por meio do Decreto de 24 de Dezembro de 1734. Esse regulamento e o texto do primeiro contracto que tinha 28 condições, foram redigidos pelo Cardial da Mota. A Companhia organizada pelos portugueses João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva deu começo aos trabalhos com o pessoal operário de 600 escravos, havendo capatazes, olheiros, vigilantes, escriturários que eram também escravos ou homens livres.

O Regulamento determinava que a Fazenda tomasse posse de todos os diamantes de 20 quilates e daí para cima. Os escravos que os achassem ficariam fôrros e receberiam também a quantia de 400 mil réis. Os homens livres recebiam somente esta quantia. E todos aqueles que os achassem e os enviassem para fora do Reino seriam degredados para Angola e confiscados os seus bens.

No Reinado de D. José ainda o comércio dos diamantes e ouro foi florescente. Como o primeiro contracto houvesse caducado e como se tivessem introduzido muitos abusos, o Marquês de Pombal criou em 2 de Agosto de 1771 uma Intendência Geral dos Diamantes com secretaria na metrópole e na colónia, e um novo Regulamento de Exploração.

A Companhia do Grão Pará e Maranhão era uma das interessadas, mas com a sua falência e com o esgotamento do filão, não mais se pensou nos reinados subseqüentes, naquela mina que havia enriquecido o tesouro português, a ponto de se taxar nas províncias de Minas Gerais, S. Paulo e Rio de Janeiro, em tantos arráteis de ouro, o pagamento de portagens, capitações e outros variados impostos.

No final da carta, como prêmio à massada epistolar, D. João manda ao primo: *tabefe e requeijão*: *Tabefe* era um petisco feito de leite engrossado ao lume com açúcar e ovos; *requeijão* é a nata do leite coalhada ao lume e que se polvilha de açúcar, quando servida.

XVIII

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. — Esta carta hé sobre materia m.^{to} triste, e tão contraria ao teu como a meu genio. Mas tal hé a força da obrigação, contrahida pelos Lugares q̃. servimos. A desgraça do Regedor hé ser Assassino dos Assassinos. O peor hé q̃. o não ser dos Malfeitores, principalm.^{te} dos homicidas, he sêlo do Povo. Vê tu meu Am.^o do C. q̃. preambulo de Cartas entre dois Amigos e dois Primos, Netos da Matrona Marqueza D. Luiza. Emfim q̃. remedio! Vamos ao ponto. Há quatro Reos salteadores do Alemtejo, de crime atróz, por tal qualificado p.^a não caber no Decreto das Comissoens. Forão prezos há mais de dois annos. Mas memoria dos seus delictos, renovou-se com o horrorozo cazo do Termo de Cintra. Antes q̃. este cazo mais recente viesse a preferir, se por ventura se descobrirem os Réos, seria talvez medicinal propor estes quatro, a q̃. se não faz injuria, e fazer com elles exemplo. Tem escapado por muitas vezes de serem enforcados por meros accidentes, ora porq̃. sobrevem outros cazos, como o do Assassinato, por dinheiro, da rua da Oliveira, ora por estar o Principe fóra, ou mais longe p.^a os recursos do Procurador dos Prezos, como agora, e outras vezes por conta dos feriados da Folhinha, de sorte, q̃. agora mesmo, não há dezempedido antes da Semana

Santa, mais q̃. os dias 16 e 26 deste mez, sendo preciso engenho, q̃. eu não queria ter, p.^a combinar os tempos de enforçar gente. Torno a dizer *mas q̃. remedio!* Tenhamos paciencia, e dize-me o q̃. o Principe quer q̃. se faça, aquem não menos lhe custa decidir pela sua Bondade, mas tem constancia, como Senhor de nós, e de Si Mesmo.

«Parece-me que se devem propor estes quatro Réos de crime atróz em hũ dos dois dias assinalados, e q̃. o Mordomo dos Prezos, poderá hir a Salvaterra, e podendo não deve omitir toda a sua diligencia, sem escandalo nenhum da Justiça, pois q̃. cada hum fará deste modo a sua obrigação.

«Parece-me tambem não fazer Officio em forma sobre esta materia, mas somente por este modo mais particularm.^{te} Espero huma resposta, q̃. sempre hade ser a mais acertada, assim pela parte de quem vem, como pelo poder intermedio das tuas mãos, suaves, mas firmes.

«D.^a te G.^e m.^{os} a.^{os} como dezeja p.^a bem do Publico, este — Teu Primo, Am.^o — (a.) *Marquez de Bellas*. — Lx.^a 12 de Março de 1805».

COMENTÁRIO

O signatário desta carta é José Luiz de Vasconcelos e Sousa, 1.^o Marquês de Belas pelo seu casamento com D. Maria Rita de Castelo Branco Correia da Cunha, 1.^a Marquesa de Belas. Era Regedor das justiças e Desembargador do Paço.

A Marquesa D. Luiza parece ser a 3.^a Condessa de Pombeiro, D. Luiza de Mendonça, dama da Rainha D. Maria Sofia.

XIX

«Minha querida Francisca Amiga do meu C. — Ontem a pennas sube que tinha entrado a tal Fragata, eu te avisei disto, e te mandei o nome della, em hum Bilhete que tinha o meu nome. Vejo agora que não te foi entregue, o que sinto. Esta Fragata que se chama Medusa está anunciada

nas Gazetas Inglezas do Partido liberal como destinada a hir fazer a revolução nas Ilhas da Madeira, e de Cabo-Verde, e daqui se dirige áquellas paragens, nesta deligencia. Se daqui se não atalhar hum tão sinistro Plano, mudando sem perda de tempo os actuaes Governadores daquellas Ilhas, pessoas com que o Governo aqui não pode de modo algum contar, será infalivel perder Portugal Possessões de tanto valôr. He ao Principe Adorado que nos Rege, que toca o prevenir hum mal tão grave, inviando ali já, Governadores de hum character seguro e determinado, e isto antes que a presente tentativa tenha o seu efeito; portanto parece-me que não ha tempo a perder, porque a Fragata não fica aqui muitos dias.

São aquellas Posseções maritimas de grande vallor para huma Nação commercial, que pugna por concervar o Dominio dos Mares; e aonde ha interesses de tanta monta a satisfazer; entre huma nação Puderosa e a outra que o não he, a mais fraca hé sempre victima, e vêe-se quasi sempre a força suplantar a justiça e os direitos mais sagrados. Temos em nossos dias o Exemplo de Gibraltar, roubado ao Rey Hespanhol, para nunca mais lhe ser restituído, e este não deve ser desprezado por nós, neste momento.

«Adeos minha querida. Aceita mil saudades das minhas filhas e a constante estima e amisade Da tua am.^a fiel e obrig.^{da} (a) *Viscondessa de Juromenha*.

COMENTÁRIO

A Viscondessa de Juromenha casada com o Visconde de Juromenha, António de Lemos Pereira de Lacerda Delgado, Inspector das Ordenanças do Reino, Governador da Torre de Belém, Tenente General condecorado por várias batalhas na Catalunha, Russilhão, Albuera e Vitória, chamava-se Maria da Luz Villougby da Silveira e era filha do major de cavalaria Francisco Xavier Villougby de Araújo, tendo nascido a 17 de Outubro de 1787 e morrido a 23 de Janeiro de 1861. Dizem

as crónicas que ela foi muito da intimidade de Beresford, Marechal-General junto à *real pessoa* de D. João VI (como diz o Decreto que êste mandou do Rio de Janeiro em 29 de Junho de 1820), e tomou parte muito activa na malograda conspiração de Gomes Freire, com as suas inconfidências. Certo é que ela de parceria com a sua amiga Francisca — D. Joana Francisca do Padre, Dona da Camara da Rainha, com as honras de Dama — intrigavam pelo triunfo do absolutismo. Estas duas viragos e juntamente o Visconde de Queluz — antigo barbeiro, enfermeiro do Hospital de S. José, cirurgião, secretário particular de D. Miguel, Barão de Queluz e depois Visconde — eram os esteios palatinos das glórias miguelistas, enquanto nas ruas o sota Leonardo e o sargento Veríssimo, no Teatro da Rua dos Condes e no do Salitre o actor Teodorico e no púlpito o Padre José Agostinho de Macedo, cada qual, eloquente à sua maneira, apregoavam as excelências do regime e escarmentavam os malhados com vaias e insultos.

Um pasquim impresso, muito espalhado em Lisboa, definia bem o mísero estado de Portugal:

Enterra-te ó Portugal
Um monstro infame e cruel,
Dom Miguel
Amigalhão
Do Barão,
Infermeiro do hospital;
Mas o mal
É tal,
Que Portugal
É um hospital;
E o enfermeiro
Vai feito com o coveiro.

A Viscondessa de Juromenha a quem os malhados chamavam a *Ninon portuguesa*, para poder denunciar ao Beresford as intrigas liberais, filiou-se numa loja maçónica onde empunhava o malhete *com distinção e dignidade*.

XX

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Visconde. — Eu nunca fui lizonzeiro, e até tenho para isso uma grande negação; porém sou obrigado a dizer, que não conheço em Portugal quem seja mais Amigo de Sua Magestade ElRei Nosso Senhor

do que V.^a Ex.^a, quem lhe tenha feito mais serviços, e por consequencia quem possua maiores quillates da verdadeira grandeza: e como V.^a Ex.^a deve tudo á sua Honra, ao seo Dever, e á sua gratidão, lembrava-me, que estas palavras, se devião esculpir nas suas Armas, e que offereço na seguinte quadra

«Em vossas Illustres Armas,»
«Ponde, Senhor, por Brazão»
«Gravadas com letras de Oiro»
«Honra, Dever, Gratidão.»

«Isto que lembra a hum chronista imparcial, que já tem dado, e hade dar a cada hum o que lhe pertence, hé prova da abundancia que tem da materia do edificio em que hade collocar a V.^a Ex.^a, e do Elogio que de justiça lhe pertence. O que penso agora, sempre assim o pensei; porque sou incapaz de mudança. O tempo o mostrará.

«Tendo tomado a V.^a Ex.^a por meo Padrinho, e meo Protector para a grande Obra que emprehendi. sou obrigado a dizer a V.^a Ex.^a que me vejo nas circumstancias de não continuar pela falta de meios; por que se a Obra se vendesse, e bastava que de cada n.^o se vendessem 250, para se tirar a despeza, eu nada mais queria, estava satisfeito, mas não se vendendo nem 50, e não tendo eu cabedaes com q. a possa imprimir, estou a ponto de succumbir; nestes termos pedia a V.^a Ex.^a agraça de lembrar aq̃. Sua Mag.^{de} lesse, ou ouvisse ler o q. vai neste n.^o 12 desde fol. 358, até 373, porq. estou bem persuadido, que se Sua Mag.^{de} o ler, ou ouvir ler, (o q̃. leva m.^{tos} poucos minutos) heide ter os socorros precizos, q̃. podem ser de muitas maneiras, de q̃. já requeri alguns, e ainda posso lembrar outros.

«Faça Ex.^{mo} Senhor, esta Obra de concorrer p.^a q̃. a *Voz da Religião* possa sahir todos os sabbados, q̃. este importante serviço o hade immortalizar nos Annaes da Reli-

gião, e não hé da mais pequena monta do q̃. os outros, q̃. já immortalizarão a V.^a Ex.^a hos Fastos da Historia.

«Agora com o mais profundo respeito rogo a V.^a Ex.^a, que beijando por mim a Real Mão de S. Mag.^{de}, lhe lembre que eu sempre fui sem mescla seo amigo verdadeiro, e o Mesmo Senhor q̃. me conhece, e sabe tudo quanto escrito, e escrevo hé a favor da Boa Cauza, seja quem me julgue, e me auxilie nesta nova Obra que emprehendi para gloria da Religião, e bem do mesmo Augusto Senhor.

«Dezeja a V.^a Ex.^a a continuação da felicidade que goza, quem hé mais do que sabe expressar. — Seo Attento Venerador e m.^{to} obrigado (a.) *Fr. Claudio da Conceição* — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Visconde de Queluz. — Quinta de Sua Magestade da Tapada d'Alcantara. — 13 de Agosto de 1829».

COMENTÁRIO

Fr. Cláudio da Conceição, cronista-mor do Reino por Decreto de El-Rei D. João VI é o autor de 71 obras, entre as quais avulta pela sua relativa importância o *Gabinete Histórico*, em 17 volumes, cujo produto de venda, tirando as despesas de impressão, redundou em beneficio da familia de um condenado à forca, por motivo do processo instaurado a Gomes Freire de Andrade e seus infelizes companheiros.

Êle fala nesta carta em uma obra a — *Voç da Religião* — que era publicada periòdicamente. Não conseguimos encontrar exemplar algum em Lisboa, Pôrto e Coimbra, de maneira que não podemos saber o que êle escreveu a pág. 358 e que êle desejava tanto que D. João VI lesse ou ouvisse ler.

Os críticos consideram Fr. Cláudio como um cretino, mas o que é certo é que era um pobre arrábido que ganhava a sua vida pelas letras, sem fazer mal algum, louvaminhando na *majestade augusta de D. João VI* o absolutismo e exaltando as virtudes do Visconde de Queluz para chegar até junto dos degraus do trono de D. Miguel I.

XXI

«V. Ex.^a deve fazerme a justisa de acraditar o quanto me enteresa a sua felisidade e sendo V. Ex.^a o meu Primo

valido não pode entrar em duvida de que as minhas expressões são verdadeiras, isto não tem nada com o q. vou expôr a V. Ex.^a, he unicamente amisade e conhesimento do q.^{to} sou obrigada a V. Ex.^a

«V. Ex.^a sabe que os servisos de meu Pay estiverão de ha seis annos por despaxar, e q. porfim — o q. me derão foi oito sentos mil reis — seguese que nestes Annos q. digo perdi trinta e dois mil cruzados — os servisos de meu Pay hé certo q. forão pouco atendidos — porq. a Tia S. Tiago teve em recompensa dos de seu Marido seis mil cruzados p.^a despor deles em todo o tempo como quizesse, e os de meu Pay he só na m.^a vida, eu creio q. o tio S. Tiago... ade fazer tudo com m.^{to} aserto, mas o premio hé bem desigual. Agora com a proteção de V. Ex.^a espero q. S. Alteza me queira dar huma esmola do seu Bolsinho — isto fas Ele a m.^{tas} pessoas, e os seus antecessores tambem o fizeram a outras como eu, porq. a Tia Maria Ines tinha des moedas q. lhe dava do seu Bolsinho El Rey D. José, e este S.^r continuou a mesma... á prima Ines Antonia — a Tia Antonia de Noronha tambem tinha outro tanto da Raynha D. Mariana Victoria, e a Raynha que existe deu de esmola todos os annos — á Condessa Oyenausen tres mil cruzados, e porq. não ade dar S. Alteza do seu Bolsinho esta que lhe peso por huma pessoa tal como V. Ex.^a — a generosidade de S. Alteza não tem lemites, eu tudo aseito — Agora o meu Primo valido — ade desempenhar este... protegendo a m.^a pertensão, eu por este modo não poso dizer a V. Ex.^a os motivos que me obrigão a emportunalo, mas se V. Ex.^a me ouvisse era natural se compadesese das minhas justas re-soins, e como V. Ex.^a he Filho da Tia Angeja persisamente ade ter como ela o coração emclinado p.^a a Caridade, e tambem pela Tia Angeja peso a V. Ex.^a queira enteresarse pelo que lhe digo, e tendo eu todos os mezes alguma coisa certa he o mayor bem que poso contar. Perdoe V. Ex.^a o

terme dilatado tanto, e tirar-lhe o tempo de que V. Ex.^a tão justamente persisa mas com esta franqueza só poso desfogar com hũ primo com irmão e valido, e em q.^{to} conheso todas as sircunstancias q. me animão — a falar tão largamente, e ficame a maior fé de que heide conseguir ver bem despaxada a m.^a supplica, eu já não peso como recompensa, mas sim como esmola, e de V. Ex.^a espero todo o favor e protesão.

«D. Guarde a V. Ex.^a tantos annos quantos lhe deseja.

«Sua prima q. muito estima a V. Ex.^a (a.) *D. Thereza de Noronha*. — Eu escrevo a Marqueza de Angeja a q.^m sempre devi muito favor p.^a que ela seja m.^a procuradora. V. Ex.^a lhe dirá qual he a m.^a pertensão.

COMENTÁRIO

Naquele período de tempo decorrido desde a subida de D. Maria I ao trono até à transformação do Príncipe Regente D. João em Rei de Portugal, brilharão na sociedade lisboeta duas senhoras com o nome da signatária desta carta: — *D. Thereza Josefa de Noronha*, filha do 2.^o Marquês de Angeja, 3.^o Conde de Vila Verde, D. António de Noronha, casada com D. Álvaro de Noronha e Castelo Branco, 5.^o Conde de Valadares e *D. Tereza de Almeida Noronha*, filha do 1.^o Conde de Peniche, 8.^o Conde de Vila Verde, Caetano José de Noronha e Albuquerque, falecida em 1823, Dama do Paço.

Tanto a primeira como a segunda podem ter escrito a carta que conforme o costume muito usado naquele tempo, mesmo entre pessoas de uma certa educação, não tem data. Se a carta fôsse datada e dissesse no fim a quem era dirigida, (como era também costume), a identificação dos factos e dos personagens citados seria mais fácil.

Tanto uma como a outra viveram no tempo de D. Maria I, de maneira que ambas podiam dizer *que esta Rainha que existe deu de esmola todos os anos à Condessa Oyenhhausen três mil cruzados*.

E como a Condessa de Oyenhhausen ou Leonor de Almeida (Alcipe), mais tarde Marquesa de Alorna, nasceu em 1750 e só em 1779 é que casou com o Conde de Oyenhhausen, austríaco ao serviço de Portugal, pode-se aventar a hipótese de que a carta foi escrita entre 1780 e 1814, dois anos antes de ter falecido a Rainha D. Maria I e quando subiu ao

trono Carlota Joaquina, mesmo para concordar com outra passagem da carta em que fala do *Primo Valido*, filho da tia Angeja, que só pode ser o 8.º Conde de Vila Verde, 6.º Marquês de Angeja, D. João de Noronha Camões de Albuquerque Sousa e Moniz, Par do Reino, Gentil-Homem da Casa de D. João VI, filho da 4.ª Marquesa de Angeja, D. Francisca Teresa de Almeida e que morreu em 1814.

Mas se ambas, a avaliar por esta passagem, podiam ter escrito esta carta, o elas falarem *dos serviços de seu pai que estiveram de ha seis anos por despachar*, dá azo a várias considerações.

Se D. Teresa Josefa conta os seis anos desde a morte do pai, ocorrida em 1735, o cálculo dá 1741, o que é impossível; por não concordar com os factos referentes à Condessa de Oyenhausen.

Escrita a carta em 1780, ela só podia dizer que os serviços estavam por despachar de há 45 anos e portanto já não eram *32 mil cruzados* que lhe deviam, mas sim 270:000 cruzados, o que é impossível!

Se foi D. Teresa de Almeida que escreveu, ela só podia contar os serviços do pai, desde a morte dêste, ocorrida depois de 1826 e a esta data já ela tinha morrido.

¿*Despachar* será premiar? Mas para que qualquer filho da família recebesse êsse prémio, seria preciso que o pai tivesse morrido, porque se premiavam nos filhos os serviços paternos prestados a bem do Rei e da Nação.

Contudo, talvez o contrário se possa entender no caso de D. Teresa de Almeida, visto que, ainda em vida do pai, foi nomeada Dama do Paço, e porque o seu nome não se encontra na obra *Rainhas de Portugal* de Fonseca Benevides, possivelmente *honorária*.

É fácil identificar a *tia Santiago* que é a Condessa D. Josefa Mariana Rosa Clara de Noronha, mulher do Conde de Santiago, Lourenço António de Sousa da Silva, aposentador mor, porque sabemos que ela recebia de D. Maria I a pensão de 10:000 cruzados, dos quais legou a 3.ª parte aos seus criados favoritos (*Feitos Findos*).

Quanto à *tia Maria Inez*, à *prima Inês Antónia* e à *tia Antónia de Noronha*, por mais diligências feitas, não conseguimos identificá-las. É possível até que elas não tivessem aquele indicado parentesco; porque era costume e é ainda hoje nas casas titulares, tratarem-se, uns aos outros, por tios e por primos!

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

COMO SE FÊZ A CONQUISTA DA ÍNDIA

Alguns autores estrangeiros pretenderam atribuir a rápida conquista lusitana no Extremo-Oriente à superioridade de artilharia e sistemas de fortificação europeia que os portugueses levaram consigo: porém a critica histórica contemporânea tem corrigido este tão parcial como errôneo ponto de vista; mórmente os ensaios britânicos sôbre a figura política e os desígnios imperialistas de Afonso de Albuquerque puzeram claramente em relêvo que o domínio lusíada teve como primacial factor o génio conquistador daquele audaz capitão tal como o Império oriental e mediterrâneo dos macedónios foi obra de Alexandre e o moderno Império Francês, centro-europeu, de Napoleão: evidentemente o génio improvisa os seus rasgos e aproveita as condições favoráveis existentes ao seu tempo que por assim dizer reúne e combina para um certo objectivo.

Desta maneira Alexandre tirou vantagem da robustez natural dos helenos montanhezes, das condições da estratégia grega, militar e naval, com que já nas Termopilas a Grécia tinha batido o exército inumerável dos Persas e em Salamina a sua marinha; da decadência do mesmo império militar de Ciro e da deliquescência dos luxuosos e cultos estados asiáticos do

(1) Cont. do n.º 2, pág. 245.

Mediterrâneo oriental. A seu turno o lusitano apoiava-se no apogeu guerreiro de Portugal que um século antes triunfante em Aljubarrota, logo rapidamente conquistara as melhores cidades e praças fortes do litoral marroquino, descobrira as ilhas atlânticas, as costas da África, Guiné, Congo e Etiópia portentosa e encontrara o caminho para a Índia, iniciando com Vasco da Gama, Duarte Pacheco e D. Francisco de Almeida, ao firmar-se no Malabar, o domínio do Índico e o senhorio do seu comércio; os Portugueses, que se batiam ao mesmo tempo nas fortalezas do Mogreb e no Oriente, que pelo seu saber militar tomavam parte ainda nas armadas de Malta e de Nápoles contra o Turco, eram os melhores marinheiros e soldados de sítio e assalto do seu tempo. Quer em Ceuta, Tânger, Arzila, Azamor, Mazagão; quer em Malta, Corfú e Tunes, soldados e marinheiros Portugueses combatiam constantemente com os Mouros; exímios na guerra naval e de assédio contra os Mussulmanos, conhecedores dos seus usos e ararias, grandes construtores de fortalezas e baluartes, bons artilheiros, atrevidos à escala vista e comandados por capitães hábeis que combatiam com os seus soldados, tinham adquirido, mórmente no continuado exercício de pelejar nas praças de África, a destreza militar que lhes dava uma forte superioridade bélica no seu tempo; bons pedreiros de fortaleza, peritos alveneres e canteiros, praça conquistada sobre os Mouros era praça melhorada como defesa, muros e artilharia: perduram por todo o mundo africano e asiático os lanços de muralha, ainda de pé, dos baluartes lusitanos como para mostrar aos vindouros que os Portugueses construíram como os romanos, sòlidamente e para os séculos. Afonso de Albuquerque, nascido em tão formosa época, criado desde moço na milícia naval e terrestre, combatendo com o Turco no Mediterrâneo e com o Mouro nos presídios marroquinos; conhecedor letrado da arte da guerra; grande ledor da história militar.

greco-latina, dos comentários de César e da vida de Alexandre, é pela sua cultura e sereno estoicismo, um herói à romana, um Pompeu, um Cipião: pela sua habilidade prática para o governo dos povos enfileira ao lado dos chefes gregos de Plutarco e se pelo ardor ibérico do seu sangue é um conquistador, pela vontade de um império colonial é um Anibal cartaginês.

A genialidade portuguesa define em Albuquerque, como numa floração suprema da linhagem lusa, os seus caracteres mais profundos e essenciais: a simplicidade rural, a frugalidade e estoicismo como a dos primeiros côsules e tribunos da República latina, os Horácios, os Cunctator, os Brutos e os Cipiões; a habilidade prática, audácia de homens a que as expedições navais e militares deram o conhecimento intenso do Mundo, ponto em que se assemelham os Portugueses muito aos guerreiros Atenienses e Espartanos e aos mesmos Macedónios de Alexandre; mas na sua ambição da conquista do comércio da Índia, no seu arrôjo de mercados-soldados dispersos por todos os mares do Oriente, numa certa intuição mercantil, digamos afro-semita, lembram mais as gentes da Ásia que as da Europa; assim, na sua maneira de monopólio do comércio naval e do domínio dos mares parecem-se aos mercadores fenícios de Tiro e Sidon e aos Barcas e Hamontes da púnica Cartago: a-pesar desta taxa (pois por alguma coisa pecam sempre as obras dêste mundo) a descoberta e conquista portuguesa do Oriente foram das mais heróicas e formosas décadas do esforço europeu do Renascimento.

O ESTADO DA ÍNDIA COMO O CONSTRUIU ALBUQUERQUE

Não bastavam porém a D. Manuel, príncipe daquela Renascença pagã que trouxera uma concepção utilitária do mundo, os grandes golpes de montante e as feras batalhas

da artilharia: quando D. Francisco de Almeida aterrava as gentes marítimas de Cambaia pela sua tremenda desforra contra Mir-Hocem, já estava na Índia, com cartas de Vice-rei, o homem cujo talento de estadista e génio militar o destino tinha escolhido para construir em fundamentos sólidos e duradouros o Império português do Extremo Oriente: de uma linhagem que se enraizara nos flancos da «grão Serra da Estrêla», entre as tôrres soberbas de um castelo da guarda do Mondego na riba das ásperas montanhas Hermínias, tem no seu sangue a audácia dos lusitanos de Viriato; os seus avoengos gótico-portucalezes, por aqueles graníticos algares, atalharam o passo a Almansor que vinha de conquistar tôda a Espanha: filho de uma estirpe dos alcantis grandiosos da Beira, êste homem parecia que reflectia na alma a sua audácia e a sua dureza; educado como tôda a nobreza de então em letras e humanidades, as guerras de África e os prélios navais contra o Turco no Mediterrâneo são a sua verdadeira escola. À soberba e valentia da sua ascendência alia a prática do mundo e decerto conhecia bem os homens, o Rei que o escolheu para lhe edificar o Extremo-Oriente português e que tanto errou, depois, em dar ouvidos aos medíocres de Goa e da Côrte que invejavam o grande homem.

Acusavam-no de cruel, de absoluto, de autoritário e até de se querer levantar com o Estado da Índia: morreu desgostoso e desiludido, ao regressar de Ormuz à sua capital, malsinado com El-Rei por causa dos homens, mal avindo com os homens por causa de El-Rei: e não obstante, êste Português foi o primeiro vulto da nossa longa história colonial, aquele a quem o mesmo Oriente admirado comparava, sem hipérbole, ao grande Alexandre.

Quando Albuquerque chegou à Índia, ¿que era então o domínio lusitano? Uma feitoria em Cochim salva pelo heroísmo de Duarte Pacheco, uma dúzia de naus pôdres e um punhado de Portugueses: eis tudo! As nossas armadas

pequenas e a seis meses de viagem do reino mantinham-se na defensiva contra as frotas do Sultão do Cairo que vindo anualmente dos estaleiros do Mar Vermelho atravessavam o Babel-Mandeb para correr os intrusos dos mares da Índia.

Estava por êsses tempos a nação semi-tártara dos Turcos no auge do seu poder: à queda de Bisancio e do seu império greco-latino do Mediterrâneo asiático seguira-se em muito breve tempo a progressão das luas maometanas por todo o Oriente europeu: conquistados os Balcans, a Macedónia, a Bósnia, a Grécia e os seus arquipélagos; cercada Malta (o baluarte cristão do levante) o Grão-turco ameaçava a Áustria, a Polónia e a mesma Itália onde chegou a desembarcar; logo o Egito dos Mamelucos caiu nas suas mãos e pelo Suez, que já então se pensava em perfurar, passavam no dórso dos camelos os madeiramentos de carpintaria naval para construir em Judá, sôbre o Mar Vermelho, as naus e as galeras egipcio-turcas das frotas da Índia.

Bem tripuladas, bem artilhadas (pois não faltavam bombardeiros Genoveses, Venezianos e Alemães a sôldo para servir a artilharia de bronze que aquelas mesmas nações lhes ensinaram a fundir) e com o propósito feito de expulsar os Portugueses, cuja recente chegada ao Oriente não lhes dera tempo a criar raízes, vinham anualmente estas armadas em demanda da Índia onde não lhes faltavam aliados e portos amigos por quási tôda a Cambaia; o Guzarate, uma parte do Dekan, uma parte do Malabar eram mussulmanos e os seus traficantes Moplores influíam fortemente sôbre os príncipes gentios para a expulsão dos Portugueses: à conquista do comércio da Índia, disperso por tão vastos mares, faltava um alicerce sólido de domínio e ali estavam os nossos no Malabar, como nau ancorada que ao primeiro sôpro da monção adversa tem de levantar ferro e partir.

Laboriosamente, desde o Infante D. Henrique, Portugal

preparara a sua rota da Índia, contornando quasi a África inteira: a estrada era longa mas bem lusitana: com efeito cada escala importante de tão larga costa, cada ilha dos dois Oceanos estava fortificada e ocupada pelos portugueses: ciosamente os nossos reis, os mesmos capitães e pilotos escondiam dos estrangeiros os seus roteiros e as naus chegavam lenta mas seguramente ao Oceano Índico: a mesma ilha de Socotorá, fronteira ao Mar Vermelho, foi conquistada e guarnecida de tropa no tempo de D. Manuel com o intuito de segurar aquele caminho: somente nos vastos mares da Índia o nosso domínio era incerto e precário: não só os Mouros de Cambaia e o Samorim de Calecut, nossos inimigos, tinham numerosas naus e artilharia, mas não passava ano nenhum sem que as armadas do Sultão do Cairo não viessem pelo Bab-el-Mandeb prestar-lhes um forte apoio.

Portugal deve a conquista do Império do Oriente a uma geração de soldados e navegadores, notável por êsse tempo na Europa: deve-a às aptidões e à audácia dos seus grandes homens; porém, Albuquerque, dentre todos, viu de cima o problema do domínio português da Índia que como o das praças de África prometia continuar a ser o tonel das Danaides onde se vertia, sem nunca o encher, todo o generoso sangue de Portugal: as armadas sucediam-se às armadas e o nosso domínio, mal firme em Cochim, limitava-se a incomodar os mussulmanos, no curso mais ou menos eficaz às naus de Meca.

Nem a audácia afortunada do excelente piloto que foi Vasco da Gama, nem a braveza fidalga do bom capitão que foi D. Francisco de Almeida, eram bastantes a edificar o domínio luso do Oriente. D. Manuel porém tinha encontrado o homem que ia construir a Índia: um pouco a experimentar, como em tôdas as coisas portuguesas que padecem sempre de improvisos, tinha sido feita a escolha, eminente-

mente feliz de-certo como tôdas as empresas do Venturoso e ainda que se olhe sòmente às formosas décadas que o génio de um pequeno povo ia acabar de escrever no mundo.

Albuquerque partia pois para a Índia com um inteiro conhecimento do que poderia fazer: ficando o reino como base de reserva e recruta em naus e gente a uma tal distância, só era praticável para Portugal um domínio a que bastasse um número estrito de soldados e unidades navais; cada nau, num mar livre e português, devia multiplicar, cruzando em tôdas as direcções, a sua eficiência e esforço: cada frota teria a sua base naval e cada base (e êste era o fulcro do problema) devia dominar uma linha de trato marítimo de forma que, supondo que estas linhas se cruzam num grande espaço dos Oceanos, as suas testas e as passagens ou estreitos por onde derivavam ou eram alimentadas por outros mares ficassem nas mãos dos Portugueses como penhor e segurança do seu domínio.

A invenção fatal da artilharia vinha dar uma nova eficácia destrutiva às naus de guerra como às praças militares. A bateria incipiente dos «trons» que tinha feito a sua aparição em Aljubarrota fôra sucessivamente melhorada: abandonado o sistema primitivo das lâminas de ferro ligadas, breve se caldearam as bombardas e logo a fundição dos maiores calibres em bronze aumentava poderosamente o seu alcance e fôrça de arremêso. Conhecia bem o Oriente a artilharia de ferro e de lá com a pólvora, invenção dos chinas, tinha passado pelos turcos, alemães, genoveses e venezianos ao Ocidente que a tinha em extremo melhorado; uns e outros, grandes mestres da fundição no mortífero bronze, nos ensinaram os seus processos; sòmente, como nos serviam a nós, serviam com igual boa-vontade os nossos inimigos da Índia — Turcos, Maometanos e gentios — mediante uma generosa paga.

Também de Itália e de Flandres nos vieram os planos

da engenhosa fortificação das praças de guerra que o uso da artilheria condicionava: os mestres da Renascença, em tudo inventivos e innovadores, não satisfeitos em criar a arte mais perfeita e realista que fôra dado ver aos homens desde os tempos longínquos da Grécia, dedicaram-se também ao estudo da nova traça de baluartes, parapeitos, fachinas e estacarias que abrigavam e facilitavam o tiro e a boa direcção das bocas de fogo: Vinci, o pintor ainda não ultrapassado da Ceia, de S. João, do Baco, da Virgem e da Gioconda, desenhava nos seus vagares planos de praças fortes, provavelmente para o seu protector Francisco I: na Alemanha do Norte, Durer ou Dureito, gravava repairos de artilharia batendo castelos roqueiros: enfim a nova invenção, o fatal brinquedo que o Oriente deixara passar às mãos do Ocidente militar, interessava os melhores espíritos do seu tempo. Portugal cuja côrte e metrópole, principalmente depois de D. João I, tinha um carácter de pôrto franco para os estrangeiros mais ou menos aventureiros que vinham procurar fortuna a trôco das suas invenções marítimo-militares, conheceu cedo a nova guerra de artilharia naval e ainda a de sítio a que obrigava a defesa das suas numerosas praças de armas do litoral marroquino.

Assim, quando os portugueses chegaram à Índia, iam munidos não só de artilharia de bronze mas levavam nas naus os seus mestres bombardeiros e fundidores e também estavam mais que experimentados em cercos de lugares fortes e sua defesa. Graças a estas condições de sucesso, Duarte Pacheco pudera resistir em Cochim, um ano inteiro, entrincheirando-se, fazendo valos e jogando de bombardas e pelouros contra um inimigo incomparavelmente superior em número, com dois largos oceanos a separá-lo do reino sem esperança nem possibilidade de ser tão cedo socorrido: com a perícia dos seus artilheiros e o valor da sua gente de abalar, pôde D. Francisco de Almeida destruir a esquadra

egípcia: porém as naus do Sultão do Cairo como as do Grão-turco possuíam igualmente boa artilharia de bronze e bons mestres de fogo Venezianos e Genoveses: ¿quem levaria pois a melhor na conquista e domínio da Índia cuja população litoral, em grande parte maometana, acolhia de bom grado Árabes, Mouros, Parseos e Turcos e atraía por princípio os Portugueses, como intrusos e cristãos que eram?

Foi evidentemente o génio militar e político de Afonso de Albuquerque que resolveu a nosso favor a pendência que se ia protelando com pouca vantagem para os Portugueses.

Para conquistar e dominar eficazmente o Extremo-Oriente era preciso senhorear as suas grandes linhas de navegação: debalde o Infante D. Henrique levara D. João a Ceuta, como moveu D. Duarte à desventurada expedição de Tânger e o sobrinho ao assédio de Alcácer Ceguer o que deu ao Africano o desejo de tomar Arzila cuja posse lhe entregou Tânger quasi sem a combater; não tinha vindo daquela conquista um real ao erário e todos os anos o mantê-la contra o inimigo custava à nação um grande esforço em vidas e dinheiro; nem Ceuta nem tão pouco Tânger, Arzila ou Azamor comandavam as linhas de comércio mauro-genovesas do Mediterrâneo e quando muito seguravam o nosso trato, já importante com a Guiné, contra os piratas e corsários de África e Europa; esforço baldado fôra a sua sangrenta conquista e ruína era a sua defesa a todo o transe. Albuquerque que viajara e combatera no Mediterrâneo estudou depois a Índia e viu bem o problema do seu domínio: assim o seu primeiro cuidado, logo que recebeu o govêrno das mãos de D. Francisco de Almeida, foi fazer a conquista prática de um estado que até essa data estava longe de ser definitiva. Pensou então em que, sendo todo o grosso trato do Industão para o Ocidente feito através do golfo Pérsico, era preciso governar as en-

tradas daquele extenso braço de mar; assim como também, fazendo passagem o comércio da Índia para o mais extremo Oriente pelo estreito de Malaca, só pela sua conquista Portugal podia dominar inteiramente os mares mais remotos e a sua riquíssima navegação. Ei-lo pois, desde o seu desembarque, cumprindo um plano de domínio: êste esquema de Império marítimo exigia uma poderosa base naval, o mais possível eqüidistante dos seus três pontos fortes: um, governando a entrada no Pérsico; outro, a do Mar Vermelho e finalmente o último a navegação do estreito de Malaca: devia constituir esta base um bom pôrto, aberto sempre à navegação, mesmo com os mares grossos da monção; um poderoso arsenal de guerra e de marinha e finalmente a cabeça do Estado da Índia cuja designação inicial ia já sendo modesta para tão vasto domínio.

A primeira capital lusitana — Cochim — era demasiadamente ao sul da costa do Malabar: convinha aos Portugueses aproximarem-se mais do Decani e de Cambaia, os dois litorais mais ricos e povoados e onde o Grão-Turco, os Sultões e os Rájas, seus aliados, recrutavam a maior fôrça dos nossos inimigos: existia ao meio das duas zonas — norte e sul — no Canará, uma boa cidade com um bom pôrto que umas ilhas próximas e fronteiras à costa defendiam dos ventos dominantes: esta cidade era Goa e conquistá-la para nela edificar a metrópole portuguesa no Oriente, foi o primeiro pensamento do novo Vice-rei: Goa foi pois cercada; ganha e logo perdida, foi de novo conquistada e a partir daquele momento o Império Português ancorava-se sòlidamente na terra e possuía a sua capital.

De Goa — centro, arsenal, reserva, quartel general — começou o plano ofensivo que devia dar em breves anos a Portugal a posse incontestada do mar e de todo o comércio extremo-oriental que pelo mar se fazia.

Em Socotorá possuíam já os Portugueses um castelo de

vigia que de alguma forma lhe dava um certo ascendente sobre a navegação do Mar Vermelho: longe porém da costa da Arábia, não pôde Albuquerque nem conseguiram os seus sucessores guardar inteiramente a entrada daquele mar; entretanto realizada a conquista de Malaca, chave para os estreitos extremo-orientais, e a de Ormuz que nos dava a posse do Pérsico e fechado assim o grande triângulo estratégico com que o genial português encerrava o senhorio ou império do Oriente, pensou ele ainda em vedar de alguma forma a porta do Mar Vermelho, chamada dos Árabes o Bab-el-Mandeb (a porta das lágrimas) pelos seus perigos.

Com este fim concebeu um plano que tendo como primeira realização a conquista de Aden alcançaria ainda muito mais longe: por um lado um bom salto de cavalaria na costa desértica do Mar Vermelho iria raptar a Meca o túmulo do Profeta, dando assim um cheque no islamismo: por outro lado, cavando muito a jusante do Delta, através dos areais apaulados da margem direita do Nilo, um canal de derivação, traria as águas daquele grande rio ao Mar Vermelho; secaria a fértil planície regada pelas suas cheias o que seria um grande golpe na riqueza e poder dos sultões do Cairo e do Grão-turco.

A realização do primeiro projecto era exequível para o tempo e seria uma aventura de cavalaria mais ou menos afortunada, pois tanto Medina como Meca eram cidades abertas e sem muralhas sólidas; a região a atravessar era quasi desértica e as suas tribus nómadas mal lhe poderiam impedir o passo.

O segundo, também, não era tão quimérico como nesse tempo se poderia supor: realizou um trabalho semelhante Lesseps com a mecânica moderna, ainda que noutra directriz, cavando o Suez.

A obra planeada era porém demasiadamente gigantesca para a vida de um homem: realizá-la na sua maior impor-

tância foi feito tão extraordinário que ainda hoje mal podemos conceber que com meia dúzia de naus e um punhado de soldados se possa ter edificado tão grande e vasto império como foi o dos Portugueses na Índia.

Improviso, aventura feliz, dirão alguns historiadores estrangeiros que não perdoam a um povo pequeno ter realizado a maior obra dos tempos modernos: — explosividade — isto é, acção brusca mas sem seguimento, como carácter que define a nossa gente, disse-o aí um filósofo contemporâneo que, entre os desvairados povos do mundo, pretende ler na fisionomia de cada qual as suas aptidões: fruto de um longo plano, realizado vagarosamente em todos os seus detalhes, preparado com constância e pertinácia, dirá quem ponderar que o Oriente Português de Albuquerque teve o seu início no dia ardente de Agôsto em que se tomou Ceuta aos Mouros com o pensamento imperialista do soldado asceta que em Sagres meditou a descoberta do mundo Africano e Oriental.

Realizada a obra do Estado da Índia mais pela audácia de um génio militar e político do que pelos recursos de uma metrópole pobre e distante, vejamos que meios empregou Albuquerque para a manter integralmente de pé: uma vez edificada a sua capital em Goa cuidou de a dotar com uma darcena para a feitoria das naus e um arsenal de guerra onde mestres tudescos, genoveses e reinóis fundiriam a mesma artelharía de bronze: não faltavam boas florestas de teca, madeira quasi incorrutível, para a construção naval, nem mestrais gentios para carpinteiros e calafates: não faltava tão pouco o estanho e o cobre para os cadinhos das fundições.

A artelharía tinha sido o seu segundo braço na conquista do Oriente; uma nau bem guarnecida de peças de variado calibre, multiplicava em tôdas as direcções o seu poder ofen-

sivo: às vezes bastava só o prestígio da pólvora para vencer; «tôda a festa há-de ser de artilharia» dizia um adusto soldado num dos seus famosos prélios navais: com efeito a guerra marítima da época inaugurou o poder eficaz das armadas que estava destinada a ser um factor de superioridade militar nos séculos vindouros e muito desgraçadamente, exalçando ao infinito o seu alcance destrutivo, vem ainda decidir da guerra nos nossos dias.

Não foram menos úteis a Albuquerque os seus bombardeiros que a Napoleão e Nelson os artilheiros, do que aos aliados os seus armazens inesgotáveis de calibres e granadas de tôdas as dimensões e qualidades.

Porém os recursos técnicos daquele século não eram susceptíveis de permitir um grande progresso na fundição da artilharia de bronze e o canhão de Diu e outros de aproximadas dimensões, tomados aos Turcos na Índia, foram o esforço supremo, os Bertas colossais de uma indústria ainda incipiente. De resto quasi todo o Oriente recebera dos seus aliados otomanos a artilharia: alguns Príncipes e Rájas, mesmo, tinham a seu sôlido fundidores Venezianos e Genoveses que atraídos por generosas remunerações deixavam muitas vezes por êles as fundições lusitanas; de-certo no que havia superioridade da parte dos Portugueses, era no desembaraço e audácia com que se serviam daquela poderosa arma.

Tinha porém Albuquerque de resolver outro problema que podia tanto mais depressa solução quanto mais larga ia sendo a ocupação portuguesa no Extremo-Oriente: as armadas que anualmente vinham do reino reforçar as guarnições navais e as praças fortes do Estado da Índia não traziam assás de gente para tão grande tarefa: demais, em climas em geral doentios para os europeus, a resistência dos soldados era menor e as muitas baixas por doença reduziam ainda o número dos reinóis.

Independentemente dos serviços mecânicos que a bordo e em terra eram exercidos pelos lascaris e gentios, precisava o organizador da Índia não só de oficiais em todos os mestres próprios de uma próspera república mas ainda de pessoal mais ou menos burocrático para as numerosas funções de carácter administrativo e aduaneiro indispensáveis a um grande estado marítimo.

A-pesar-da grande vocação portuguesa para os ofícios públicos, o reino não bastava com os seus capitães, ouvidores, feitores, curadores, escrivães, etc. para o govêrno de tão vasto império: pensou então Albuquerque em recrutar na mesma Índia a maioria dêsse pessoal estipendiado e, tendo de certo notado que a gente do Canari mostrava grande aptidão para o comércio e funções administrativas (ao mesmo tempo que, não usando os Portugueses de se fazer acompanhar de mulheres para o Oriente, era fatal a mestiçagem dos reinóis) determinou de estatuir e auxiliar o casamento dos portugueses com as mulheres de Goa, promovendo a criação de uma sub-raça onde se poderia recrutar de futuro gente para a administração do Império.

Ignorava-se ao tempo (que em conhecimentos de antropologia não alcançava mais que à dispersão bíblica das raças) que o Industão e a Europa tinham o mesmo berço étnico: Albuquerque porém teve a intuição de que, pôsto mais baça, a gente indú não repugnava ao sangue europeu: de resto, o Português como o Árabe de quem muito herdara, namorava-se voluntariamente: a vida das praças marroquinas e principalmente os periplos de África tinham sido já, neste ponto, basta experiência: de-certo o organizador do estado da Índia previa, do casamento do Português com a mulher canari e malabar, uma sub-raça que herdando a um tempo o valor lusíada e a inteligência indú poderia constituir um sólido elemento do Império: era uma nova maneira de arreigar Portugal ao solo sagrado da Índia; conseguiu-o de facto

Albuquerque e breve estes novos Portugueses iriam consolidar também o nosso domínio.

A formação de uma sub-raça luso-indú estava naturalmente ligada á mesma cristianização dos gentios iniciada pelos primeiros capitães e governadores.

Já com Pedro Álvares Cabral passaram à Índia os religiosos de S. Francisco aos quais estava reservado, depois das reduzidas cristandades de S. Tomé, o primeiro apostolado no Extremo-Oriente: pela escolha de mulheres gentias para casar com os portugueses chegava-se também por outro caminho à conversão dos naturais, visto que a mulher abraçava, como consequência do matrimónio, a religião do marido e os filhos na mesma eram educados.

Por outro lado o casamento e consequente cristianização, dando às mulheres os direitos que na Europa somente, desde a época romana, a doutrina de Jesus lhes reconheceu, elevava-as em categoria moral e em hierarquia na sociedade luso-indú e era um incentivo à conversão dos gentios: os filhos, cristãos desde o berço, herdeiros legítimos dos pais portugueses, substituíam-se-lhes naturalmente nas funções directivas do Estado e assim Albuquerque, seguindo ou pondo em prática um espírito intuitivo de justiça e mostrando-se isento de preconceitos de raça, fazia a união política entre dois povos tão diferentes e tão distantes no mundo e enraizava o sangue de Portugal à terra generosa da Índia.

Conhecia demasiadamente o governador não só como o português tendia a formar família no ultramar mas ainda a mesma repugnância da mulher reinol em embarcar para o Oriente: neste ponto diferia muito a nossa gente dos tudescos e anglo-saxões que mesmo nas suas piratarías e expedições mercenárias se faziam acompanhar das mulheres: da parte do Português que embarcava para a Índia era sem dúvida timbre de gentileza não querer sugeitar a família para a qual, muitas vezes, ia ganhar a vida com o risco da

sua, aos trabalhos e perigos de tão longa viagem: da parte da mulher Portuguesa era um preconceito, um hábito de educação ficar guardando a casa enquanto o marido ia pelear pelo mundo.

«O homem barca, a mulher barca» — eis um ditado português que de-certo remontava aos tempos mosárabes, porque também os Mussulmanos tinham da família a mesma concepção de caseiro recato, favorita dos lusitanos.

Porém, sob o ponto de vista do domínio político colonial, Albuquerque via bem como êste preconceito era nocivo, porquanto o Português sem lar na Índia não se arreigava a terra e, se vinha a ser rico ou remediado da fortuna, o seu primeiro pensamento era o regresso à metrópole: assim não se podia contar com uma continuidade de ocupação e interesses enraizados sem os quais não há verdadeira penetração ou domínio; o Português médio, chegando à Índia, soldado ou burocrata, tinha como único pensamento enriquecer ou por alguma forma endireitar a sua vida: soldado aventureiro, sem pouso certo, à mercê do recrutamento que o levava para expedições, muitas vezes longínquas, imitava os seus capitães e freqüentemente, sem largar a espada, conduzia também consigo a sua veniaga de mercador; outras vezes, como a tença do Rei era fraca (muitos e mal pagos foi sempre o nosso sestro) aceitavam os reinóis ir servir a soldo os príncipes gentios: alguns, seguindo o espírito aventureiro e de natural rebelião da raça, emancipavam-se dos seus capitães e equipavam navios seus com que faziam por sua conta o comércio e o contrabando, evitando os portos portugueses para não pagarem os direitos e alcavalas das alfândegas reais.

Com a guerra aos Turcos e aos Mussulmanos, como religiosa que era se supunha livre, dedicavam-se muitos ao curso aventureiro das naus de Meca que iam esperar à entrada do Bab-el-Mandeb.

Nesta vida heróica e dispersiva a gente Portuguesa não se enraizava na Índia: assim sucedera sempre até aos tempos de Albuquerque; capitão, feitor, soldado ou mercador bem afazendado, era homem que no primeiro ensejo, nostálgico dos ares do reino, regressava à metrópole, ainda que com o risco de perder vida e fazenda nos naufrágios da costa da Cafraria ou de ser roubado até à camisa pelos corsários franceses e flamengos que então infestavam as costas de Portugal na mira de apresar as naus e galeões que a abarrotar de riqueza voltavam da Índia.

Para os fixar, para os prender ao solo Albuquerque ideou o casamento geral dos seus soldados com as mulheres de Goa como um dia Alexandre, dando o exemplo, esposava a viúva de Dario e casava os generais macedónios com as princesas da sua côrte: êste exemplo depressa foi seguido em todo o Oriente Português de forma que poucos anos mais tarde, em Goa como em Malaca, em Ormuz como em Ternate, em Cochim como em Meliapor, o grosso da população portuguesa é formado por homens casados na terra; assim pelo casamento o estadista da Índia elevou os descendentes de lusos e gentias à condição e prerogativas dos reinóis, fazendo justiça às suas qualidades e aptidões: esta dignificação da raça indú pela mulher, honrada assim como entre os Naires, ganhava partidários aos nossos nas castas secundárias de um Extremo Oriente que vivia oprimido sob o desdém soberbo do Bracmene.

Até à chegada dos portugueses, afora um ou outro mercador arménio ou húngaro de passagem, não existiam virtualmente cristãos latinos na Índia: os prosélitos ainda numerosos das antigas cristandades atribuídas a S. Tomé, nas vizinhanças de Cochim, Travancore e Madrasta, obedeciam ao Patriarca de Mossul: a catolização da Índia foi obra dos portugueses e não influíu pouco para que prosperasse a nobilitação da mulher indú pelo casamento com os dominadores;

só o cristianismo reconhecia na mulher igualdade de direitos e obrigações e tendo-a libertado da espécie de escravidão em que a tiveram sempre as concepções político-religiosas pagãs e orientais, erguia-a e dignificava-a; pela mulher eleva-se a raça vencida às regalias e direitos dos vencedores: esta concessão feita aos conquistados não concorria menos para dar uma sólida base moral ao domínio Português; pela equidade com que se tratavam as gentilidades da Índia, pelo respeito pelas suas tradições, pelo espírito de justiça com que se resolviam as suas pendências foi Albuquerque o fundador do Império luso do Oriente: por tudo isto foi respeitado e querido dos gentios e depois da sua morte era tão venerada a sua memória que se iam prostrar ao seu túmulo pedindo-lhe justiça quando esbulhados por algum senhor mais cruel. Na Índia do tempo dos Portugueses como na dos nossos dias governava uma massa de 119 milhões de indús puros ao lado dos quais quer nos portos de mar, pela fácil propaganda maometana, quer no norte pela conquista dos Mogores, se agitava uma população mussulmana de 60.000.000 que detinha nas suas mãos tôda a iniciativa militar, comercial e marítima do Extremo Oriente: além destas duas grandes comunidades religiosas, escravizada, desprezada, rebaixada por uns e outros, habitava também o Industão um povo de 40 milhões de páriás, resto provavelmente das antigas populações autoctones, esmagadas e massacradas pelos conquistadores arianos: os páriás que exerciam os mais baixos e desprezíveis mesteres, em parte possivelmente de raça dravídica, em parte segregados pela irradiação das castas superiores, não tinham direitos políticos e estavam em relação aos indús puros numa condição muito inferior à dos antigos escravos. Estas numerosas e pobres gentes foram naturalmente os que mais ganharam com a conquista portuguesa e aceitaram o nosso contacto e a nossa civilização sem os escrúpulos religiosos que Bracmenes e

Mussulmanos sempre nos manifestaram; dignificando, elevando êsses páriás convertidos a Cristo, á categoria de homens e de cidadãos, procedia habilmente o fundador do novo Império Extremo Oriental; por outro lado, mantendo pelas alianças e tratados a profunda rivalidade entre Indús e Mussulmanos, Árabes e Mogores, Turcos e Persas, Albuquerque governava facilmente com um reduzido número de Portugueses algumas dezenas de milhões de Orientais.

Aprenderam na sua escola os herdeiros europeus do nosso domínio no Extremo Oriente e os Inglêses que estão hoje mais próximos do que nunca de perder a Índia que de nós receberam, têm ainda uma probabilidade de a conservar: o ódio velho sempre renovado pelas gerações fora, entre Indús e Mussulmanos e a simpatia e o apoio dos páriás para os quais a expulsão do europeu da península industânica será o sinal de uma nova, terrível e dilatada escravidão.

Êsses 40 milhões de chandalas isolados como leprosos pela orgulhosa comunidade bracmene, libertados e ennobrecidos pela cristianização portuguesa e pelo humanitarismo liberal da política britânica, cairão de novo na sua milenária abjecção sob a maioria esmagadora dos verdadeiros Indús, sem que os jejuns e penitências propiciatórias dos profetas políticos da Índia de nada lhes possam valer.

A dignificação da mulher gentia pelo casamento com os soldados reinóis não se limitou porém às raças industânicas: o plano de Albuquerque foi realizado largamente em todo o Extremo Oriente português. Em Ormuz como em Malaca, em Ceilão como em Ternate, em tôdas as cidades marítimas e feitorias portuguesas bem depressa a maioria da população foi constituída pelos — casados — a saber: os chefes das famílias formadas pelos naturais do reino que tinham tomado mulheres matrimonialmente entre as Pérsico-Árabes, as Malaías, as Jaoas, as Chingalas e as Polinésias.

Bem depressa o sangue luso, com risco de anemia para

o reino, se transfunde abundantemente por todo o Oriente em numerosas comunidades mestiças, algumas das quais ainda hoje, que são passados quasi cinco séculos, conservam a tradição da raça e da língua: facilidade de adaptação aos ambientes exóticos, curiosidade sexual ou artística, ambição de domínio, simples consequência do feitio caseiro da mulher Portuguesa que raro se aventurava à jornada da Índia, é certo que a nossa gente proliferava e se enraizava naquelas terras sub-tropicais sem grandes saúdades do reino onde se criara.

Os portugueses foram sempre esquadrinhadores do mundo e amantes do que é peregrino e exótico: em Portugal, fundo de saco da Europa e para onde se passava facilmente do noroeste de África através um estreito braço de mar (que em remotas épocas geológicas foi istmo), cais facilmente acostável para o mundo nórdico e mediterrâneo, concorreram para a formação étnica da raça as mais desvairadas nações do mundo.

Iberos e Euscaros ou Escaldunas primitivos fizeram talvez o primeiro assento onde sucessivamente se depositaram tôdas as migrações provenientes do este europeu e ocidente asiático que atravessando as portelas pirenaicas se derramaram pelas Espanhas; assim os Celtas mais ou menos misturados de Sitas que predominaram na Lusitânia: os Egipcios e Persas que pela via mediterrânea se vieram estabelecer nos portos do mar e seguindo a mesma tradição naval iraniana e chamítico-semita seguiram-nos os marinheiros meio piratas, meio mercadores de Sidon e Tiro, os Gregos arianos, os Ligures e Pelasgos e os Afro-Semitas ou Mauritanos da púnica Cartago que a seu turno deram lugar aos Romanos das legiões e colónias militares latinas.

Com a decadência do Império do Ocidente vêm os Gregos bisantinos que por sua vez, não podendo defender as Espanhas contra a pressão dos bárbaros que rompia de há

muito as fronteiras do Império, são forçados a deixar passar os Pirinéus aos Alanos, Suevos e Vândalos e em seguida, no intuito de fazer expulsar para a África os primeiros chegados, abrem as portas às legiões romanizadas dos visigodos.

Assim com o andar dos tempos a mescla do sangue ia sendo de mais em mais variada na Península espanhica e certamente as claras estirpes germânicas e eslavas vinham de alguma forma reforçar as raças arianas celto-síticas que há muitos séculos ali lutavam etnicamente contra o Ibero mais ou menos africano de origem e o semita das colónias marítimas: mas finalmente a conquista árabe, larga e duradoura, trouxe para as Espanhas uma nova onda de sangue afro-semita que, provavelmente cobriu, pelo menos na metade sul da Espanha (onde ainda existia no século xv o grande reino árabe de Granada), o fundo das populações anteriores e lhes deu por assim dizer o seu carácter.

Desta guisa as raças célticas, germânicas, celto-citas e afro-semitas escalonavam-se respectivamente, no Portugal formado pelo entre Douro e Minho galaico e suevo, pelas Beiras lusitanas e pela Extremadura, Alentejo e Algarve mouriscos, com alguma mescla germânica no norte leonês e galego e infiltrações célticas entre Tejo e Guadiana: porém no litoral mais aberto à colonização por via marítima, subsistiam núcleos helénicos do Minho ao Vouga, notáveis pela beleza e elegância clássica da raça; os persistentes tipos semito-fenícios do delta do Vouga até muito a sul da barra do Mondego e finalmente uma enraizada colónia berbere no saco quasi peninsular formado pelo sul da Extremadura, entre o mar e o largo estuário do Tejo. De tal variedade de gentes em espaço tão limitado e que o laço da nação política bem depressa caldeou, fácil é deduzir a falta de um carácter étnico determinado, numa raça cujo destino era derramar-se também por todo o Universo.

Os invasores da Europa interior de cuja amálgama

se havia de formar o Português, foram detidos finalmente na sua acelaração de nómadas pelos abismos do Oceano; povos pastores, depois de se revolverem algum tempo no saco da península, entre a planura e a montanha, acantonaram-se por fim em comarcas mais ou menos homogêneas etnicamente e enraizaram-se ao solo pobre, fazendo-se agricultores; a maioria dos que vieram por mar, conhecedores da náutica e do comércio marítimo, guardariam sempre no espírito aventureiro, em frente da imensidade oceânica, o desejo de aprofundar: são justamente estes burgos da costa, descendentes dos Fenícios, dos Gregos e Púnicos, mesclados de Mouros, vivendo da pesca e cabotagem, que fornecem as tripulações dos varinéis do Infante D. Henrique na grande faina da descoberta; é comum dizer-se que a mesma situação geográfica, à semelhança do que sucedera com os mercadores de Tiro e Sidon, impelia os Portugueses para o Oceano: mais que a sua posição de encurralados por uma Espanha mais forte, a fatalidade aventureira dos Portugueses os levava para o mar; de-certo a proximidade daquele elemento, a continuação prática das rotas marinhas, as navegações sábias dos árabes, o mesmo exemplo das audaciosas barcas normandas e das armadas dos cruzados, incitaram os Portugueses ao descobrimento do Atlântico: sem dúvida também o seu isolamento moral do povo — finisterrae — e sempre mal avindo com o vizinho castelhano, empurrava o Luso aos páramos infinitos do Oceano em busca de uma sociabilidade com o mundo cujos caminhos europeus a Espanha hostil lhe barrava: é certo porém que os pequenos povos marítimos tendem sempre a voltar as costas ao continente, absorvidos pelo pensamento das viagens aventureiras; assim a Holanda devia seguir mais tarde pelas nossas rotas os sulcos que as proas portuguesas abriram por toda a imensidade dos mares.

A primitiva idea política do Infante, acarinhada e favo-

recida depois pelo Príncipe Perfeito: a da aliança com um imperador cristão da África fronteira à Índia, teve logo o desengano com a viagem de Pero da Covilhã e Josef de Lamego, ainda muito antes da nossa chegada ao Oriente, pois êsse império cristão como de facto existia era um estado bárbaro.

A idea de novas relações, de outros contactos morais estava porém no espírito de um povo que, sentindo-se pequeno e como tal receoso da sua existência livre, desejava de alguma maneira amparar-se com outros mais poderosos para assim guardar a sua liberdade sempre ameaçada e de-certo foi êste o sentido da aliança Joanina com a casa de Lencastre, pôsto nos fôssem os anglo-saxões como nação e carácter, mais distantes e estranhos que os mesmos mouros de Marrocos. Portugal encurralado como grei inquieta pelo lado da terra, com pouco mais como domínio que uma costa tão estreita que por tôda ela corre o influxo marinho, defendida dos nordestes das lhanuras castelhanas e extremenhas por uma cadeia de ásperas serranias, não tinha possibilidades de penetração continental, na sua situação de povo impedido pelas ondas migradoras para o fundo da península; a mesma pressão dos vizinhos o empurrava para o Oceano, espaço livre aos audaciosos, caminho sem barreiras dos aventureiros da Descoberta.

Para lá da verde solidão sem limites encontrariam os Portugueses o convívio, as relações espirituais, a sociabilidade que lhes faltava como nação solitária e exilada nos confins do mundo europeu; de facto, ao fim de meio século de viagens para sul, ao longo de uma costa africana ou deserta ou selvática, deixando à esquerda os verdes arquipélagos virgens, píncaros das serranias de um velho continente submergido, finalmente topou com o caminho dos velhos mundos e das civilizações milenárias do antigo berço asiático donde tinha vindo, ao longo da vasta história antiga, todo o saber e tôda a experiência do Ocidente.

Assim Portugal impelido da extrema Europa, projectado através os Oceanos, ia cair, como um bólido lançado da mão de Deus no meio daqueles vetustos e sábios povos do Oriente, de há tantos milénios fixos na sua extática concepção da vida e do mundo.

(Continua)

ANTÓNIO DE MATTOS CID.

UMA CARTA INÉDITA DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

A carta que adiante se publica, e que faz parte da *Coleção de Cartas Jardim de Vilhena* oferecida por êste Senhor ao Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, é mais um valioso subsídio para o estudo da figura desconcertante do Padre José Agostinho de Macedo.

Foi escrita em Pedrouços — onde o escritor assentara residência desde princípios de 1828 — e tem a data de 6 de Abril de 1829.

Nesse ano, recusara-se a Mesa do Desembargo do Paço a licenciar a publicação do n.º 27 da *Besta esfolada*, — o fofoso panfleto editado pelo monge cisterciense Fr. Joaquim da Cruz, procurador geral da sua Ordem — o que levara José Agostinho de Macedo a suspendê-la, por não querer submeter-se às indicações que lhe davam, modificando a sua expressão violenta. Pouco depois, demitia-se do cargo de Censor do Ordinário, alegando falta de saúde, mas sem ocultar que o fazia, movido, principalmente, pelo desgosto que lhe causara o procedimento da Mesa do Desembargo. Ainda no mesmo ano de que essa carta é datada, se haviam agravado os padecimentos do Padre, e a tal ponto que se vira obrigado — como dizia — *a capitular com os medicos*, de quem tanto tinha zombado em seus escritos. O sofrimento que o assaltara não era de molde a conceder-lhe um momento de repouso, nem podiam atenuá-lo os facultativos que o iam ver, por mandado do Arcebispo Vigário Geral e

doutros amigos seus, os quais lograram, por fim, submetê-lo ao tratamento prescrito.

A doença ia minando aquele organismo alquebrado por muitos anos de luta e de vigílias literárias, só raramente permitindo que o grande orador sagrado abandonasse o leito em que jazia, para vir a Lisboa prègar algum sermão, aceite apenas por deferência por quem lho tinha encomendado.

Pois, a-pesar-de escrita nesse ano tormentoso do seu viver, em que a doença o torturava e o descontentamento o invadia, revela-se nesta carta, a mesma dedicação ao soberano e à causa que o tinha por defensor, nela se reflectindo aquella firmeza de convicções, sempre afirmada desde o dia em que pusera a sua pena ao serviço da Realeza tradicional. — «*O nosso Rei, e Portugal com hum tal Rei, são as duas cousas que continuadamente occupão a minha alma, e prendem o meu coração.*» Confessava o panfletário na carta que se vai ler, insistindo em que ali não havia mais do que «*hum muralha de bronze em roda da soberania.*» Os seus cuidados constantes eram a «*gloria do Rei*» e a «*felicidade de Portugal,*» o que só vem confirmar o parecer, por mim tantas vezes defendido, de que o Padre José Agostinho não foi o traficante político, retratado por tantos biógrafos sectários.

Não mentia o formidável panfletário, quando, num *Manifesto á nação*, afirmou que, se como homem tinha pecados, como cidadão não tinha crimes. Defeitos, sem dúvida os possuía, e foi grande pecador; mas não lhe rareavam as qualidades, avolumadas, até, de certo modo, por alguns dêsses mesmos defeitos. O autor do *Desengano* não foi o escritor venal que certos censores austeros nos pretenderam apresentar, e estou, com boas razões, persuadido de que era feito de sinceridade o fundo do seu temperamento.

Oliveira Martins — que nunca lhe consagrou a simpatia

manifestada por Teófilo Braga, ao ocupar-se do seu vulto — não se esquivou, assim mesmo, a reconhecer que a *sinceridade* era o segredo de José Agostinho, que «*a franqueza foi a sua força; o desinteresse, a origem do seu prestígio.*» (*Perfis*, pág. 21). E, no mesmo artigo, em que, por vezes, foi bem injusto para com a memória do frade graciano, não se esqueceu de acentuar que êle «*Cubiçava a fama, cubiçava a popularidade mais vulgar; mas não cubiçava o dinheiro, idolo exclusivo dos dias de hoje.*»

Há, também, nesta carta, outro aspecto curioso a registar. Vem êle provar-nos que a êsse polígrafo erudito, não eram, de modo algum, alheios, nem indiferentes, os problemas que podiam interessar a economia do seu país, chegando, na questão que tomara a peito, a fazer com que se redigisse um requerimento documentado, o qual era seu propósito submeter ao exame do ministro da Fazenda. E, ao proclamar o conhecimento da matéria, novamente afirmava o seu nacionalismo entranhado, declarando que mais atentava na felicidade no reino do que na elaboração dos seus sermões, e que só morreria contente se visse a Nação salvar-se, pelo próprio esforço, da sua desgraça presente. — «*Desejo o bem do Reino, nem tenho outro interesse, mais que o publico, — acentuava o escritor — não tenho casca de sobro, nem de meu tenho huma rolha de cortiça, mas tenho hum zelo ardentissimo pela prosperidade que merecem os verdadeiros Portuguezes.*»

A carta, cuja leitura êste largo comentário vai retardando sem proveito, era dirigida ao visconde de Queluz, o qual, por sua influência política, José Agostinho escolhera para patrocinar a proposta que se continha na mesma carta. E não deixaria de acertar nessa escôlha, porquanto António Bartolomeu Pires, primeiro barão e primeiro visconde de Queluz, era pessoa de grande valimento na côrte de D. Miguel.

Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, tinha desempenhado as funções de ajudante de cirurgia da Guarda Real da Polícia e de cirurgião-mor da mesma corporação, de que por último se afastara para servir no quartel general do infante, a quem acompanhou para Viena, quando este, após o movimento da *Abrilada*, foi obrigado a expatriar-se.

Em 1828 regressava com D. Miguel a Portugal, tendo-o D. Pedro agraciado com o título que usava, por ocasião das negociações que se entabularam para o casamento do regente com a futura D. Maria II.

É ainda hoje obscura a história das intrigas palacianas em que Bartolomeu Pires se viu envolvido durante o reinado de D. Miguel. Sabe-se, apenas, que por algum tempo se conservou ausente da corte, onde nunca teria tido D. Miguel por inimigo, conforme nos persuade o facto de, logo em seguida à convenção de Évora-Monte, ter embarcado para Roma, a juntar-se ao monarca destronado, a quem fielmente acompanhou durante o seu longo exílio, e de cujo casamento, em 1852, veio a ser uma das testemunhas oficiais, quando já usava o título de conde de Queluz, com que D. Miguel o distinguira.

O seu brasão de armas, concedido por carta de 6 de Novembro de 1828, era o seguinte: escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro, o escudo das armas reais com a diferença pertencente aos primeiros infantes; no segundo, em campo vermelho, uma espada de prata com as guarnições de ouro, posta em pala com a ponta para cima; no terceiro, em campo azul, um cão de prata, sentado, tendo na bôca uma chave de ouro; e no quarto, em campo de prata, uma coroa de louro verde. Orla azul, com este mote em letras de ouro: *In Perpetuam Memoriam Honoris, Fidelitatis et Constanciæ*. Sobre o escudo, uma coroa de ouro de cinco pérolas e por timbre um braço de prata,

armado, tendo na mão a espada das armas em acção de descarregar o golpe, e nela, enrolada, uma fita vermelha com o mote seguinte, em letras de oiro: *Pro defensione Regis.*

E passemos à leitura da interessantíssima carta:

Agosto de 1933.

FERNANDO CAMPOS.

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. — O nosso Rei, e Portugal com hum tal Rei, são as duas cousas que continuadamente occupão a minha alma, e prendem o meu coração. A esta pobre casa, e ao pé desta mais pobre cama se costumão ajuntar alguns homens — Portuguezes — he preciso falar, e, em que! Na gloria do Rei, e na felicidade de Portugal. O que eu sinto, sentem elles; e S. Mag.^{de} sabe muito bem o q̃ eu sempre senti, e sentirei sempre. Aqui não ha mais que huma muralha de bronse em roda da soberania, e a fidelidade de que a Religião nos manda ter a Deos, he a mesma que o mais honrado amor nos faz consagrar a ElRei. V. Ex.^a não ignora, e quem melhor q̃ V. Ex.^a o pode saber? Que Portugal data o principio da sua ruina do fatal dia 27 de Novembro de 1807, e a consumação da sua ruina do mais infausto dia 24 de Agosto de 1820. Aquella tropa de esfo-meados Miqueletes que se chamarão Deputados, ou desavergonhados, descarregarão sobre Portugal golpes mortaes: de tudo dérão cabo, tudo consumirão; Portugal foi grande porque era huma Potencia maritima, e mercantil, e nenhum soberano disse com mais verdade, que o Rei de Portugal — Senhor da navegação, e commercio — Este mesmo commercio foi posto por aquelles salteadores, no estado em q̃ o vemos: não he tempo de falar nos generos Coloniaes, elles separarão de nós aquelles generos, e o paiz que os produzia; prohibirão

até a exportação dos generos aqui produzidos, e que fazendo menos vulto na Balança da Economia Politica podem ser em nosso actual estado, os mais vantajosos.

Sobornados, illudidos aquelles nossos inimigos, prohibirão a exportação da casca de sobro, que vem a ser o inutil resto das carvoarias, e como he applicada aos cartumes, providas as poucas Fabricas, que temos, para as quais pouco basta, o remanescente se redusia a cinsas. Não vá para fora, disião aquellas cabeças volcanicas, ou aquelles Ladroens cadimos, para que os Estrangeiros não fabriquem sola; mas premitão-se as exportações dos couros em pello, ou em bruto de que se constroe a sola. Eis-aqui como forão todas as Leis, e determinaçoens da cáfila regeneradora. O comercio deste genero tão excedente neste Reino e q̃. parece tão insignificante pela sua mesma abundancia, e tanta, que só lhe damos o consumo no fogo, he para nos tão vantajoso com a Irlanda, que pode fazer frente á exportação de quasi dous milhoens de cruzados que todos os annos fasemos para havermos a Manteiga. Eu e os homens de bem aqui temos feito esses calculos. Temos hum Rei qual devia-mos, e queriamos ter; pois tenhamos tambem dinheiro, ja que tanto nos tem roubado, e querem roubar. Aqui fiz com hum grande Proprietario, que se organisasse esse Requerimento, tambem documentado que he digno da Real attenção de S. Mag.^{de} seja examinado pelo Ministro da Fazenda; a todas as duvidas, eu responderei, e seja eu ouvido, que sobre objectos dessa natureza o posso ser. Eu estudo mais na felicidade do Reino, que em faser bem hum sermão, e so morrerei consolado, se vir que Portugal sáhe da sua desgraça por suas proprias mãos, pois não necessitamos das estranhas, sem ellas fomos, o que fomos, pois sem ellas tornemos a ser o mesmo. Desejo o bem do Reino, nem tenho outro interesse, mais que o publico, não tenho casca de sobro, nem de meu tenho huma rolha de cortiça, mas tenho um zello ardentissimo pela pros-

peridade que merecem os verdadeiros Portuguezes. Persuado-me que não importuno a V. Ex.^a com esta minha proposta, porq̃. sei aquem me dirijo, a hum homem dignamente Visconde de Queluz — de quem he.

O mais sincero, e verdadeiro am.^o e servo — *José Agostinho de Macedo.* — Pedroços 6 de Abril de 1829.

TRÊS ENSAIOS SÔBRE ANTERO DE QUENTAL⁽¹⁾

ANEXOS

I

O VENTO E O MAR NOS VERSOS DE ANTERO DE QUENTAL

No ensaio primeiro dissemos que acentuada fôra a influência do vento e do mar na obra poética do autor célebre da *Carta Bom senso e bom gosto*, visto que múltiplas são as referências que êle faz a êstes dois elementos numa grande parte das suas poesias.

De-feito, os dois citados elementos — vento e mar — exerceram um extraordinário e forte predomínio na sensibilidade de Antero, e são um precioso auxiliar para a reconstituição da complexíssima psicologia do lapidário genial dos *Sonetos*.

*

Para que o leitor fique tendo uma idea mais precisa dessa funda influência, vamos transcrever os versos onde o vento e o mar vêm mencionados, principiando pelos *Raios de extinta luz* — «coleccção de *Poesias inéditas* de Antero de Quental, na primeira fase artística de 1859 a 1863, quando o seu ideal era ainda religioso, romântico e espiritualista»,

(1) Cont. do n.º 4, pág. 524

no dizer de Teófilo Braga. E esclarece em seguida: «Ao dar à publicidade o livro revolucionário as *Odes modernas*, em 1865, acentuada poesia de combate, Antero rasgou tôdas as composições anteriores, para que não ficassem vestígios desse período contemplativo» (1). Salvou-as casualmente, como dissemos no nosso segundo ensaio, um seu companheiro de Coimbra, que em 1872 morreu doido.

Nesta colectânea poética, Antero começa já a revelar o seu génio original e o futuro artista dos *Sonetos Completos*.

Finalmente, já nos *Raios de extinta luz* o vento e o mar são, em mais de uma poesia e em mais de um passo de uma poesia, invocados, servindo até de elementos principais para a construção mecânica e ideológica das composições poéticas do autor da *Carta ao Ex.^{mo} Sr. António José d'Avila*.

Vejamos:

PALAVRAS ALADAS (pág. 2)

Raios de extinta luz, ecos perdidos
De voz que se sumiu no espaço absorta —
Meus cantos voarão de idade em idade,
Como fôlhas que ao longe o vento espalha.

LAÇO D'AMOR (pág. 9)

... Nós somos como rios que descendem
De vária serra, e em vário leito correm:
Mas, que importa? essas serpes tortuosas,

(1) Vid. Explicação prévia; págs. VII e seg. dos *Raios de extinta luz*.

*

Antero, com efeito, ao entrar na sua fase revolucionária quis ser coerente com a nova ideologia que abraçara entusiasticamente.

As poesias que até então tinha composto já não traduziam o seu novo Ideal. Por isso resolveu destruí-las tôdas. (Vid. *In Memoriam*, est.^{oa} de João Machado, Eça de Queiroz e outros; e Teófilo Braga in-*As modernas ideas da Literatura portuguesa*, vol. II).

Após rodeios mil, após mil voltas,
Vão tôdas dar no mar; some-as o Oceano.

.....
.....

FÔRÇA-AMOR (pág. 15)

... E disse ao vento — corre,
Assola, espalha, arranca...

... E deixa, em mar sem rumo,
O homem lutar co'a sorte...

.....
.....

À BEIRA-MAR (pág. 39)

Oh! vem Maria! sobre a rocha erguida
Em ásp'ra costa, sobranceira ao mar,
Vamos sòzinhos ver as brancas ondas
Sobre os rochedos, em cachões, saltar!

.....

... Inda algum brilho sobre o mar reluz.

... O sol...

Depois cansado...

..... repousou no mar.

.....
.....

ASPIRAÇÃO (pág. 47)

... à tarde, em fins do dia,
Ao cair da maresia,
Vou sobre a costa bravia
Mágoas carpir sobre o mar...

.....

... inunda-me este Oceano...

.....
.....

A PIRAMIDE NO DESERTO (pág. 55)

... E deixas, sobranceira às tempestades,
Rugir de um mar de areia os escarcéus...

.....
..... mar infindo...
.....
.....

A JOÃO DE DEUS (pág. 73)

DEPOIS DE LER A SUA POESIA

... Deixando em vão rugir — qual voz do mar — o mundo...

.....
.....

PER AMICA SILENTIA LUNAE (pág. 81)

..... .. as correntes
Ocultas, que os oceanos comunicam ...

.....
..... o vento impele...
.....
.....

QUINZE ANOS (pág. 109)

... Visões amostra o mar de ondas trementes...

.....
.....

NOTA: Nos *Sonetos Completos* a pág. 30, e nas *Primaveras Românticas* a pág. 167, Antero modificou, além dos tercetos, o verso acima reproduzido.

GARGALHADAS (pág. 121)

... como o vento do polo
Forte — mas triste, mas frio —
Que leva as folhas co'as flores,
Como as enchentes do rio.

... Como a espuma batida
Que a rocha escarra no mar
E a onda depois atira,
Com escarcéu, por êsse ar...

.. são êsses ventos de morte...

.....
.....

SERENATA (pág. 149)

.. Murmurava ao longe o mar...

... Dorme e sonha, minha bela,
Embalada ao som do mar ..

... Como chora ao longe o mar!

.....
.....

EPIGRAMA TRANSCENDENTAL (pág. 159)

... poderoso oceano...

:
.....

AS FADAS (pág. 171)

... Viviana, ama as espumas
Das ondas nos areais.
Vive junto ao mar, sòzinha...

.....
.....

O SOL DO BELO (pág. 181)

... — Mal firme trono que estremece ao vento — ...

.....
.....

IBÉRIA (pág. 187)

... aos ventos do futuro...

.....

... o grande mar...

.....

... Entre nós nos cavaram oceanos...

.....

.....

PRIMAVERAS ROMANTICAS

VERSOS DOS VINTE ANOS

BEATRICE (pág. 2)

... amor!

... Gota, que alaga o mundo...

... concha no oceano caprichoso...

... das ondas do mar ligeiro velo...

... Afunde-me no mar da vida pelo affecto;

Quero sentir-lhe a vaga em mim tumultuar:

— De vida o oceano é pai, de vida anda repleto —

O amor! que imenso mar!

... Cruz, como a vejo formar

Nas ondas, em fins do dia,

Tôda luz, tôda harmonia...

Cruz do mar!

..... e dôce o mar ...

... a vida.....

— Vela, que se desfaz, no mar revolta — ...

... Como à nuvem seu brilho o vento leva...

... as ambições.....

... Agitaram, como ondas no alto mar...

PEPPA (pág. 27)

... Fôra eu o mar...

... Eu sou a concha das praias
Que anda batida da onda
E, de vaga em outra vaga,
Não tem aonde se esconda.

... Há na tua varanda uma roseira
Virada ao sol e ao mar,
Que o vento dos jardins d'Andaluzia
Anda sempre a embalar.

..... dá-lhe concerto a onda...

... Tens
... a voz saudosa do vento
Que à noite geme um sêgredo...

... Mar, que a meus pés sua onda vem deitar...
.....
.....

IDÍLIO SONHADO (pág. 55)

... não tivesse o vento das devezas...

... o livre vento é meu único amigo...

... Eu contigo, entre os ventos, vou sonhando!

... Por leito o berço dos ventos...
.....
.....

MARIA (pág. 67)

... Entre os ventos suspirando
Vagas, ténues harmonias...
.....

... Outros ventos do céu na minha harpa
Desferem, ao passar, mais belos cantos...

.....

... Passai, bem como as ondas
Que vão pelo alto mar...

.....

.....

CANTIGAS

A GUITARRA (pág. 95)

... Quantas ondas d'água amarga,
De tantas que andam no mar?
Quantas ondas são precisas
Para um homem se afogar?

.....

... Palavras leva-as o vento...

.....

... Vão direitas dar ao mar..

.....

.....

AO LUAR (pág. 105)

... Oh! com que cantos, à noite,
Não nos adormece o vento!

.....

.....

LIMOEIRO VERDE (pág. 111)

Limoeiro, verde, verde,
Que às praias do mar nasceu...
A onda aos pés a chorar-lhe,
E êle a crescer para o céu!

A noite no mar é negra...
Ouvem-se os ventos carpir...

.....

... Limão doce, limão doce,
Que te importa a água do mar?

.....

... A água do mar é salgada,
Tem bem amargo sabor...
Parece que as mesmas ondas
Também padecem d'amor!

... Ai como a onda suspira...
Como gemendo morreu...

.....

... Quem tem um peito tão grande
Como o leito dêsse mar...

.....

..... ó limoeiro,
Que te importa a água do mar?

.....

Mas as ondas, mas as lágrimas
São amargas como a dor!

.....

Ai a onda, essa, coitada,
O mais que faz é gemer!

.....

... Quem tiver amores tristes
Venha ouvir gemer o mar;
Porque a amargura das ondas
Há-de-lhe a dor adoçar.

POESIAS DIVERSAS

NUVENS DA TARDE (pág. 123)

.....

... surge o vento...

.....

.....

METEMPSICOSE (pág. 127)

... Noutra vida e outra esfera, onde geme
 Outro vento

.....

(Vid. *Sonetos Completos*, pág. 48; soneto XLIV).

AMOR NO MAR (pág. 143)

Quem és, undina, que eu em sonho abraço?
 Atiro o coração ao largo mar,
 A ver se acho alguma onda, em seu rolar,
 Que m'o leve consigo pelo espaço...

Porque as ondas são fadas encobertas
 Sob as gazes da espuma, essa alva teia...

.....

Oh! levai-me convosco, ondas do mar!

.....

.....

NOTA: — Tôda esta poesia está cheia do ritmo das ondas do mar e do ar salgado da maresia.

UMA AMIGA (pág. 157)

Aqueles que eu amei, não sei que vento
 Os dispersou no mundo...

... tudo o vento varreu...

.....

.....

(Vid. *Sonetos Completos*, pág. 49; soneto XLV).

A UNS QUINZE ANOS (pág. 167)

... Visões, lá nesse mar d'ondas trémentes...
.....
.....

(Vid. *Sonetos Completos*, pág. 30; soneto XXVI).

DESPONDENCY (pág. 169)

... Deixá-la ir, a vela, que arrojaram
Os tufões pelo mar, na escuridade,
Quando a noite surgiu da imensidade,
Quando os ventos do sul se levantaram...
.....
.....

(Vid. *Sonetos Completos*, pág. 46; soneto XLII).

SAUDADES PAGÃS (pág. 177)

... era seu confidente o livre vento...

..... tuas penas
O vento as dispersou.....
..... como a nuvem
Que a rajada partiu — e como a lágrima
Dos olhos do captivo, sobre as ondas!
. . É ainda um mar de brilho êsse horizonte...

..... Entre as florestas,
Quando o vento do inverno bate os ramos,
Há, pelo horror da noite, um choro escuro,
E uma voz dolorosa ao longe ulula...

..... Longe, ao longe,
Nos ruídos do bosque, nos suspiros
Do vento pelos vales, nos murmúrios
Dos rios tortuosos, nas cascatas,

Nas grutas, no rochedo — em tudo, um eco
De saudade invisível se levanta!

... Muitos à beira-mar foram sentar-se...
..... Então alongam
Pela face do mar os olhos vagos...
Outro mar de lembranças tumultua .
... E o reflexo das ondas.....
.....

..... chuva d'oiro luminosa,
Trazida pelo vento.....
..... vento dos desertos ..
.....
.....

NOTA: — Sobre êste poema, vid. o interessante estudo de Guido Battelli, intitulado: *Antero e Carducci*, (Separata da revista *Biblos*, vol. VI, n.ºs 3-4, pág. 275-288).

ODES MODERNAS

(CONFORME A EDIÇÃO DE 1875)

PANTEÍSMO

I (pág. 7)

..... quer no robusto
Seio do mar tumultuando brade .
.....

... É sempre o eterno germen, que suspenso
No oceano do Ser, em turbilhões...
.....

... Surgi, por céu, por mar, por vale e serra!
.....

... Choras na voz do mar... cantas no vento. .
.....
.....

II (pág. 11)

... Porque o vento, sabei-o, é prègador...

.....

... Para a banda do mar, escuto o vento...

.....

... Eis quanto me ensinou a voz do vento.

.....

.....

A HISTÓRIA

I (pág. 15)

... Mas que ventos nos deitaram...

.....

Sabe-las tu, ó mar, que te torturas...

.....

... A que o vento desfez o estreito ninho ..

.....

... Não deixam mais vestígios do que o vento...

.....

.....

II (pág. 19)

... E uma hora após são cinza. e leva o vento...

.....

... Babéis de orgulho e fôlça... sobre o vento...

... E era de ar essa base.. e o vento a leva!

.....

... E o vento a dispersou ..

III (pág. 22)

... E o mar suspira... e cantam as florestas...

.....

... No mar humano as ondas das idades...

... Com o vento erguem ao céu sereno canto...

.....

. . O forte Mar (e mais é um gigante)...

.....

... Com um grito de dor, que leve o vento...

.....

.....

V (pág. 28)

... Erga-se o homem, atirando ao vento...

.....

.....

VI (pág. 31)

... A essa praia do eterno *mar-oceano*...

.....

.....

A IDEA (pág. 35)

... A apagaram os ventos inimigos...

.....

.....

(NOTA: — Vid. *Sonetos Completos*, pág. 55, soneto XLIX).

PATER

II (pág. 46)

... É quanto dêle fala — o livre oceano...

... Padres, o mar e o céu — apostolando...

... O vento préga às livres solidões...

V (pág. 56)

... Quem hesita entre a areia e entre o Mar?

..... a verdade

É êsse o Mar — que o Mar nos mate a sede!

VIDA (pág. 59)

... Dir-se-á que o oceano imenso e fundo e eterno...

... Com todo o norte e vento.....

... Dir-se-á que o mar da vida é gota d'água...

..... corta as águas,

... Nadando, dêsse mar de infindas dúvidas...

... É tão fundo êsse mar, é tão fecundo...

LUZ DO SOL, LUZ DA RAZAO (pág. 71)

... Em tôda a parte as ondas
 Dêsse infinito mar...

.....

ET COELUM ET VIRTUS (pág. 77)

... Como a poeira que levanta o vento...

.....

TENTANDA VIA (pág. 81)

I

... Fechado, em volta, o céu! o mar, escuro!

.....

SECOL'SI RINUOVA

II (pág. 96)

... Erguer-se, como o vento das tormentas...

.....

III (pág. 98)

... Eles sabem que não. Sabem que o oceano...

.....

VII (pág. 103)

..... Ri dos ventos...

..... então o oceano...

.....

VIII (pág. 104)

... A tenda do deserto em mil retalhos
Partida! e a onda do mar pulverisada!

.....
.....

III (pág. 109)

Como o vento às sementes do pinheiro...

.....

... Tal o vento dos tempos leva a Idea...

.....
.....

JUSTITIA MATER (pág. 111)

... No mar ouve-se a voz grave e aflita...

.....

... Como incêndio que um vento bravo atíça...

.....
.....

(NOTA: — Vid. *Sonetos Completos*, pág. 68; Soneto LXII).

PALAVRAS DE UM CERTO MORTO (pág. 117)

.. Posto sobre um rochedo, à chuva e ao vento...

.....
.....

(NOTA: — Vid. *Sonetos Completos*, pág. 69; Soneto LXIII).

SOMBRA (pág. 133)

... E quanta terra, desde o monte ao oceano...

.....
.....

CARMEN LEGIS

IV (pág. 141)

... Para tudo beber, o mar?

VI (pág. 143)

... E, em vez de *rio*, mar.....

À EUROPA (pág. 151)

... Cada mar, cada rio, cada fonte...

... Quando o vento do Norte em nossos prados...

... Cólera, peste, vento da Sibéria...

... E ao mar bravo co'a voz podeis contê-lo...

FLEBUNT EUNTES (pág. 173)

... Aos ventos do oceano...

POESIA NÃO INCLUÍDA NESTA EDIÇÃO,
 MAS PUBLICADA COM OUTRAS NA 1.^a (1865)

À IRLANDA (pág. 121-122)

... Viva gema do mar, ó ilha verde!

... Traz-me teus choros a marinha brisa...

.....
.....

... Entre o rugir do mar os ais se somem...

.....
.....

(Continua).

RUI GALVÃO DE CARVALHO.

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL (1)

Indicações e resultados.

Este tratamento está indicado tanto nos casos de úlceras recentes como nas antigas, desde que não haja fenómenos de peri-gastrite ou peri-duodenite, ou estenoses orgânicas.

Pode executar-se mesmo nos casos de *pousées* agudas porquanto não produz reacção local.

Tem uma acção manifesta e rápida sobre as estenoses e biloculações espasmódicas.

Para ajuizar da acção benéfica da pepsinoterápia torna-se necessário atender não só às modificações da sintomatologia subjectiva apresentada pelo doente, durante e após o tratamento, mas ainda a um certo número de exames, como sejam a observação radiológica cuidada, determinação do quimismo gástrico, contagem dos glóbulos e determinação da fórmula leucocitária, pesagens repetidas do doente, pesquisa de sangue no suco gástrico e nas fezes, eliminação do vermelho do congo. Cascão de Anciães faz também a dosagem do lab.

Em todos os doentes que tratei pela pepsina foram feitos exames radiológicos no fim de cada série de injecções, estudado o quimismo, utilizando a prova da histamina, feita a determinação da fórmula leucocitária, pesquisa do sangue oculto e registo das variações do pêso.

(1) Cont. do n.º 4, pág. 497.

Quanto a mim, os resultados colhidos são nitidamente diferentes consoante a localização da úlcera.

Nos casos de úlcera da pequena curvatura esta terapêutica foi seguida de sucessos brilhantes; em dez casos a sintomatologia subjectiva e radiológica desapareceu inteiramente; apenas num caso foi observada a reaparição dos sintomas dolorosos e radiológicos um ano depois do tratamento. Nas úlceras do duodeno os resultados são aleatórios, a terapêutica é ineficaz na maioria dos casos e muitos destes doentes têm que ser entregues posteriormente aos cuidados de um cirurgião.

Logo após as primeiras injeções as dores e vômitos desapareceram na quasi totalidade dos casos.

Não observei no tocante ao quimismo gástrico, a nitidez de modificações constatadas por Glæssner: «Les valeurs acides s'abaissèrent très bien en 50 des 94 cas; dans 44 cas elles se maintinrent à la même hauteur au s'élevèrent encore».

Apenas em quatro casos observei baixa nítida do HCL livre e da acidez total.

Em vinte e dois casos a acidez conservou aproximadamente os mesmos valores quer antes quer depois do tratamento.

Em três casos houve nitidamente alta dos valores do HCL livre e da acidez total após a administração da pepsina.

É interessante assinalar o facto de Glæsser considerar que a persistência da cloridria elevada após o tratamento indica que a predisposição para a úlcera persiste, que o perigo de recaída é iminente, e portanto que se impõe a continuação do tratamento até se constatar a baixa do HCL. Contrariando esta opinião de Glæssner, está o facto por mim observado em alguns dos doentes que servem de documentação a este estudo, em que a sua úlcera permanece absolutamente silenciosa, já há tempos, tendo-se constatado no último exame do suco gástrico aumento da cloridria.

As modificações radiológicas constatadas nos casos de

êxito são realmente de uma nitidez extraordinária. Já atrás fiz referência a êste facto e tive ocasião de mostrar como sinais indiscutíveis de úlcera desaparecem em pouco tempo, o que aliás pode ser constatado pelo exame de um pequeno número de radiografias insertas no fim dêste trabalho.

Os doentes são pesados tôdas as semanas, tendo-se verificado em todos os casos um aumento de pêso, indo desde 200 gramas a 12 quilogramas no curto espaço de 75 dias. O desaparecimento do sangue oculto das fezes foi verificado em vinte e quatro casos. Em quatro casos de úlcera do duodeno que não melhoraram estas hemorragias persistiram.

Pelo que respeita à fórmula leucocitária diz Glæssener ter observado uma melhora sucessiva em indivíduos que tiveram grandes hemorragias. «Observa em geral como efeitos da pepsinoterapia, um aumento de eosinófilos até 10%, e uma leucopénia que se produz em detrimento dos linfocitos, podendo estes atingir a taxa de 3 a 5%». Cascão de Anciães não encontrou esta cosinofilia e constatou que a leucopénia era acompanhada da baixa de taxa de hemoglobina e do número de glóbulos vermelhos que ia por vezes a meio milhão.

Apenas em dezenove dos casos em que empreguei êste tratamento pude estudar o sangue dos doentes, não tendo encontrado constância no sentido das variações da cosinofilia e do número de leucocitos; nuns casos o número de eosinófilos elevou-se um pouco (por vezes êsse número já era elevado antes da instituição do tratamento, 15,4% num caso), noutros manteve-se constante, tendo até baixado em dois casos; a leucopénia era também na maior parte dos casos pouco acentuada, tendo-se observado na maioria dos casos a baixa dos linfocitos; em dois casos houve queda do número dos polinucleares.

Não fiz a prova da eliminação do vermelho neutro do congo, que segundo Glæssener tem importância, pois sempre que não

se verifique nestes doentes um retardo da eliminação, este facto impõe que se preconise uma nova série de injecções.

Há quem faça nos doentes tratados por este processo outros estudos complementares.

Cascão de Anciães faz o doseamento do lab, dada a noção do paralelismo dos valores deste fermento e dos da pepsina, e pelo facto de o doseamento da pepsina estar sujeito a erros pela presença da tripsina do refluxo duodenal. Encontrou este autor uma baixa constante dos valores do lab, que supõe deve corresponder a um *déficit* do valor péptico do suco gástrico, por diminuição do seu valor fermentativo.

Antoniou, faz o estudo das modificações das albuminas e dos lípidos do sangue nos doentes tratados, tendo verificado que a proteinemia, que era baixa antes do tratamento, se eleva, ultrapassando por vezes a taxa normal, e que os lípidos que se encontravam muito elevados antes do tratamento, talvez em consequência da anemia de que estes doentes são portadores, voltam ao normal.

Modo de acção.

Várias hipóteses se podem admitir para explicar os efeitos da pepsina no tratamento da úlcera, sem que no entanto nenhuma delas possa explicar cabalmente esta acção.

Afirmam alguns que a pepsina actua em consequência da sua acção electiva sobre o vago. Esta acção sobre o vago traduz-se por fenómenos de ordem vária, na realidade dependentes deste nervo, porquanto desaparecem depois da sua atropinização. Lœper e Debray, demonstraram a existência de pepsina na bainha do vago, desde a parede gástrica até ao bolbo.

A acção excitante da pepsina sobre o vago é evidenciada, experimentalmente injectando-a a um coelho por via endovenosa, pois, imediatamente se observa um aumento do peristaltismo intestinal e diarreia.

Para outros, a pepsina possui uma acção cicatrizante não específica, como é testemunhado pela cura das feridas banais após a aplicação directa d'êste fermento.

Em face desta acção da pepsina é legítimo perguntar se os extratos glandulares serão capazes de excitar electivamente a actividade das células que lhe dão origem, e de facilitarem, em mais elevado grau de que qualquer outro produto, a separação e reconstituição das mucosas homólogas.

Há quem suponha que a acção da pepsina se deva attribuir ao facto de ela poder originar a formação de uma anti-pepsina. Alguns pretendem ver a demonstração d'êste facto na floculação da mistura sôro-pepsina.

¿ Não actuará a pepsina por fenómenos de choque?

¿ A queda da pressão arterial não estaria de acôrdo com êste mecanismo de acção?

Não, a queda da tensão arterial, aliás apenas verificada nos hipertensos, é devida aos fenómenos vaso-motores resultantes da acção da pepsina sôbre o pneumogástrico.

¿ Actuará a pepsina produzindo uma des-sensibilização?

Em apoio desta hipótese pode citar-se o facto, aliás constatado com enorme freqüência, da melhoria das dores nos hiperclorídricos, sem que esta cloridria tenha sido modificada pelas injeccões. A pepsina actuará des-sensibilizando o doente.

Não há factos biológicos que possam servir de base a esta hipótese. As intradermo e cuti-reacções deram resultados muito variáveis em cento e cinquenta casos em que Lœper as estudou.

Lœper e Debray julgam que a hipótese da des-sensibilização progressiva, melhor do que qualquer outra, é capaz de explicar os bons efeitos das injeccões de pepsina nos ulcerosos. É provável que a esta acção des-sensibilizante a pepsina junte uma acção cicatrizante.

Resultados.

As observações de Glæssener, incidindo já sôbre um número elevado de casos, cento e trinta, mostram que em dois terços dos casos tratados se verifica uma «cura objectiva».

«Les derniers 130 cas observés montrent une amélioration des valeurs acides pour plus de 50 pour 100, de l'état radiologique dans les $\frac{3}{4}$ des cas environ, du poids dans les $\frac{4}{5}$ ». Glæssener simplesmente teve que recorrer à intervenção cirúrgica em 40% dos seus doentes.

Lœper e Debray utilizaram a pepsinoterapia em vinte doentes — dois portadores de úlcera da pequena curvatura, sete de úlceras piloro-duodenais, sete de úlceras duodenais sem rebate pilórico, um de periduodenite, e três de dispepsia hiperclorídica, tendo observado em dezenove dêles melhoras mais ou menos acentuadas, quer sob o ponto de vista clínico, quer radiológico.

Antoniou, utilizou êste método no tratamento de vinte e cinco ulcerosos, dezanove homens e seis mulheres, tendo o processo ulcerativo as seguintes localizações: em doze casos no duodeno, em nove no piloro, e em quatro na pequena curvatura — nestes vinte e cinco casos apenas em cinco a terapêutica não teve sucesso.

Tive ocasião de aplicar esta terapêutica em dez casos de úlcera da pequena curvatura, dois juxta-pilórica e dezoito do duodeno, tendo colhido resultados bastante diversos, quer sob o ponto de vista da sintomatologia subjectiva, quer radiológica, consoante a localização da úlcera. Nos dez casos de úlcera da pequena curvatura, o desaparecimento da sintomatologia subjectiva, o desaparecimento dos sinais radiológicos e a melhoria do estado geral observam-se num espaço de tempo curto e o desaparecimento dêstes sintomas não teve um carácter episódico, pois nalguns casos persiste há cêrca de

três anos fazendo os doentes a sua vida habitual e uma alimentação nada cuidada; apenas num caso se verificou a reaparição da sintomatologia dolorosa, e dos sinais radiológicos, volvido um ano após o tratamento.

Nenhum destes doentes fez após a sua saída do hospital qualquer das séries de injeções complementares aconselhadas para consolidar a cura.

Nos dezoito casos de úlcera do duodeno em que tive ocasião de aplicar a pepsinoterapia os resultados foram para assim dizer nulos; apenas em quatro os sintomas subjectivos desapareceram ou se atenuaram, permanecendo em todos os sinais radiológicos, se bem que em alguns casos mais esbatidos. Em catorze não observei melhoria de qualquer espécie, tendo estes doentes sido enviados a um serviço de cirurgia onde foram operados.

Durante o emprêgo de pepsinoterapia não dei aos doentes qualquer outro medicamento, a não ser por vezes um pouco de poção de Bourget, para acalmar a dores e pirosis observadas nos primeiros dias.

Sob o ponto de vista da alimentação, se houve doentes que cumpriram com maior ou menor rigor a dieta estabelecida, constituída por leite, farinhas, purés, arroz, massas e pão; outros seguiram um regime muito mais liberal deixando apenas de comer refogados, gorduras, piqueles e bebidas ácidas, havendo mesmo um, em que o tratamento deu aliás o melhor resultado, que continuou a beber vinho, a comer guisados e a temperar os alimentos com vinagre.

Glæssener, durante o tempo em que faz as injeções de pepsina, aconselha a que se dê aos doentes, antes das refeições azeite, e depois da comida, 0,5 de bismuto, sob a forma de bismoterran ou carbonato de bismuto, ou magnésia calcinada.

Ao lado dos autores que constatarem resultados mais ou menos brilhantes pelo emprêgo da pepsina, podem colo-

car-se outros, como Fernandez⁽¹⁾ que não obtiveram pela aplicação dêste método resultados felizes.

Tratamento das úlceras gastro-duodenais pelas injeções endovenosas de benzoato de sódio.

Êste método foi pela primeira vez preconizado pelo Dr. Bazzano⁽²⁾.

Admite êste autor que, ainda que sejam muito numerosas as doutrinas patogénicas das úlceras, se pode estabelecer como causa da sua génese o princípio seguinte:

Num indivíduo constitucionalmente predisposto, uma causa de natureza variável produz a destruição e a falta de resistência de um ponto das paredes do estômago ou do duodeno sobre o qual se exerce de um modo prejudicial a acção digestiva do suco gástrico. Além do factor constitucional existem duas causas: variável uma de quando em quando, segundo os casos, constante a outra, constituída a primeira pela lesão circunscrita de carácter variável da parede gástrica ou duodenal, que lhe diminui o poder de resistência; a segunda produzida pela acção permanentemente renovada do suco gástrico normal ou do poder digestivo exagerado, reforçada pela estase e pelas deficiências dos meios de defesa e protecção da mucosa contra a digestão.

Em face da sua doutrina considera que o tratamento médico racional da úlcera gástrica deve visar ao seguinte:

- 1.º — Excitar os poderes de defesa da parede gástrica;
- 2.º — Criar um ambiente favorável à cicatrização mediante uma modificação da secreção gástrica;
- 3.º — Permitir uma

(1) Vid. F. Fernandez — *Los progresos de la clinica*, Março 1932.

(2) Vid. S. Bazzano — *Acta del Instituto Real Lombardo de Ciencias y Letras*, F. VI 1932 e *Revista de la Medicina Italiana*, n.º 45, 1932, pág. 239.

alimentação quasi normal, para facilitar o tratamento pela melhoria do estado geral; 4.º — O repouso.

Fêz várias investigações a-fim de ver qual seria o medicamento capaz de satisfazer a estes requisitos fundamentais, e, tendo verificado *in vitro* a acção de alguns sais de sódio sobre a digestão da albumina do ovo coagulado, utilizando um filtrado de suco gástrico obtido por cataterismo, constatou que estes sais, particularmente o benzoato de sódio, tinham um notável poder antidigestivo por causa da neutralização dos ácidos do estômago.

Começou a utilizar o benzoato de sódio, em injeccões de 2 c.c. de um soluto a 25 0/0 em água bidistilada e esterilizada, quer em injeccões hipodérmicas quer endovenosas.

Acabou por se fixar na via endovenosa em consequência do ardor local intenso que provocam as injeccões subcutâneas.

Os doentes não observavam qualquer dieta especial, tendo sido apenas banida da alimentação a carne, para não serem prejudicados os exames coprológicos, e proibido o uso de tabaco e bebidas alcoólicas. Em todos os seus doentes verificou Bazzano uma melhoria rápida e acentuada, sob o ponto de vista clínico e radiológico, num período de tratamento variável entre 15 e 40 dias. Apenas um caso resistiu a êste tratamento, tratando-se de uma úlcera calosa da pequena curvatura, em cuja operação se verificou haver degenerescência neoplásica.

Desaparecidos os sinais radiológicos da úlcera por êste método, aconselha o seu autor que se pratiquem mais dez injeccões em dias alternados com o fim de obter a consolidação da cura.

Em Portugal, já apareceu sobre êste método um trabalho do Dr. Carlos Godoy referente a sete doentes do Serviço do Hospital de Arroios. Dêstes sete casos tratados pelo Dr. Carlos Godoy, apenas num, em que havia «uma enorme

estase gástrica consequência de uma estenose, que no acto operatório se viu ser devida a uma grande úlcera calosa da vertente duodenal do piloro» o tratamento não deu resultado.

«Nos restantes seis casos, se em alguns dêles se não pode afirmar em absoluto uma cura radiológica, as melhoras são tão acentuadas que é de esperar se consiga pela continuação do tratamento».

Não tenho sobre este método uma impressão lisongeira, pelo contrário, em todos os casos em que êle por mim foi aplicado, apenas quatro, não se observaram melhorias de qualquer espécie, quer clinicas quer radiológicas. Um dos doentes tratados era portador da úlcera de pequena curvatura e encontrava-se em consequência de hematemeses repetidas bastante anemiado. Preconizado o tratamento adequado para combater esta anemia, foi-lhe depois feito o tratamento pelo benzoato de sódio, trinta injeções. Não se observaram melhorias clínicas, persistindo as gastralgias e o mau estado geral, uma radiografia feita ao cabo de um mês de tratamento mostrou que não se tinha operado qualquer modificação dos sinais radiológicos anteriormente observados. O doente pediu alta, para voltar alguns dias depois por ter tido uma enorme hematemese e morreu passado pouco tempo por perfuração da úlcera.

2.º caso. Úlcera do piloro. Após o tratamento pelo benzoato de sódio as dores atenuaram-se mas os sinais radiológicos não se modificaram, continuando a observar-se estase gástrica considerável.

Em dois casos de úlcera do duodeno em que foi utilizado este método não houve qualquer melhoria dos sinais clínicos ou radiológicos de úlcera. Um dos doentes foi transferido para um serviço de cirurgia onde foi operado, e o outro como manifestasse relutância à intervenção cirúrgica, passou a ser tratado pela pepsinoterapia, tendo-se atenuado as

dores e desaparecido a pirosis após a primeira série de gastrópsina, sem que contudo os sinais radiológicos tivessem desaparecido, permanecendo a úlcera em actividade.

CAPÍTULO V

Observações

1.º J. M., de 41 anos, jornaleiro, natural de Santa Marta de Penaguião. Entrada em 18/XI/931, saída em 26/I/932.

Diagnóstico.

Úlcera da pequena curvatura. Começou a sofrer do estômago há três anos, traduzindo-se inicialmente êsse sofrimento por gastralgias, surgindo cêrca de três horas após as refeições. Vômitos, inicialmente alimentares, depois biliosos. Estes vômitos surgiam com grande freqüência e abundância, havendo dias em que chegou a vomitar doze vezes. Em Agosto de 1931 teve uma hematemese abundante e melena. Após êste incidente ficou muito anemiado e emmagrecido, e como as dores persistissem cada vez mais intensas resolveu hospitalizar-se. Pirosis e sialorreia muito freqüente e intensa.

Pêso antes de começar o tratamento pela pepsinoterápia, 58 quilogramas. Pêso no fim do tratamento, 66 quilogramas. Contagem dos glóbulos e fórmula leucocitária em 20/XI/931: Hem. 70. Glob. verm. 3.275.000. Glob. brancos 7.200. Pol. neut. 58,5 %. Linf. 33,4 %. G. mon. 5,1. Eos. 4 %. Contagem dos glóbulos e fórmula leucocitária em 24/I/932. Hem. 90. Glob. verm. 4.868.000. Glob. brancos 7.000. Pol. neut. 55,9 %. Linf. 32,6 %. G. mon. 4,7 %. Eos. 6,9 %.

Exames cropológicos, em 21/XI/931. Sangue oculto nas fezes; em 25/I/932 não se encontrou sangue nas fezes.

Quimismo gástrico antes do tratamento.

Prova da histamina em 20/XI/931 :

	HCL livre 0/00	Ac. fermentação 0/00	HCL combinado 0/00	Acidez total 0/00
Jejum..	1,192	0,072	0,537	1,802
1. ^a amostra.	1,312	0,072	0,538	1,922
2. ^a "	1,672	0,072	0,366	2,120
3. ^a "	0,712	0,072	0,538	1,422
4. ^a "	0,475	—	0,366	0,841

2.^o Prova da histamina em 10/XI/932 :

Jejum.	0,583	0,075	0,439	1,097
1. ^a amostra.	1,314	0,075	0,439	1,828
2. ^a "	1,606	0,075	0,439	2,120
3. ^a "	0,439	0,075	0,439	0,953
4. ^a "	—	—	—	—

Exames radiológicos em 24/I/931. Úlcera crónica da vertente posterior da pequena curvatura, bem aparente na posição oblíqua anterior direita (Fig. 1). Estase de mais de metade da substância opaca por estenose espasmódica do piloro.

Em 21/XII/931. Desaparecimento da imagem diverticular da pequena curvatura (Fig. 2) e da estase gástrica anteriormente verificada.

Este doente deixou de ter dores, pirosis e vómitos desde as primeiras injeções, pela altura da terceira injeção voltou-lhe o apetite e começou a suportar alimentos, como os caldos de farinha e massas, que até então lhe provocavam dores e vómitos.

II — J. F. J., de 40 anos, vidreiro, natural da Marinha Grande.

Entrada em 12/IV/932. Saída em 12/VI/932.

Diagnóstico: Úlcera da pequena curvatura.

Há dois anos começou a ter gastralgias logo a seguir à ingestão de alimentos. Nos últimos tempos estas gastralgias têm-se tornado mais freqüentes e intensas, tendo necessidade às vezes de provocar o vômito para atenuar a dor. Pirosis intensa e sialorreia. Hematemeses há três meses. Pêso 61 quilogramas em 12/IV/; 64 em 12/V/932.

Contagem dos glóbulos e fórmula leucocitária em 15/IV:

Hem. 100. Glob. verm. 7.120.000. Glob. brancos 11.000. Pol. neut. 56,7%. Linf. 37,7%. G. mon. 4,9. Eos. 0,7%.

Em 10/IV/932. Hem. 100. Glob. verm. 6.904.000. Glob. brancos 5.600. Pol. neut. 50%. Linf. 43,4. G. mon. 5,3. Eos. 1,3.

Quimismo gástrico em 19/IV/932:

	HCL livre 0/00	Ac. fermentação 0/00	HCL combinado 0/00	Acidez 0/00
Jejum... ..	0,219	0,073	0,365	0,657
1. ^a amostra... ..	1,952	0,073	0,292	2,317
2. ^a " " " " " "	2,044	0,073	0,292	2,409
3. ^a " " " " " "	1,971	0,073	0,292	2,336
4. ^a " " " " " "	0,511	0,073	0,292	0,876

Quimismo gástrico em 11/V/932:

Jejum... ..	—	—	0,073	0,073
1. ^a amostra... ..	0,876	0,073	0,438	1,378
2. ^a " " " " " "	1,898	0,073	0,365	2,336
3. ^a " " " " " "	0,146	0,073	0,365	0,584
4. ^a " " " " " "	—	—	0,292	0,292

Exames coprológicos: não se encontrou sangue nas fezes em 20/IV/ e 11/V/932.

Exames radiológicos:

1.º 13/IV/933. — Úlcera crônica da pequena curvatura, sob a forma de um volumoso divertículo, estase de $\frac{1}{3}$ por fenómenos espasmódicos do piloro (Fig. 3).

2.º em 20/V/932. — Neste exame já o processo ulcerativo estava muito reduzido e a estase era apenas de $\frac{1}{4}$.

3.º exame em 12/VI/932. — Desaparecimento do divertículo e da estase anteriormente observada.

Tratamento: — duas séries de 15 injeções de pepsina a 10⁰/₀ com intervalos de quinze dias.

Desaparecimento total de toda a sintomatologia subjetiva.

3.º — A. B., de quinze anos, serralheiro, natural da Figueira da Foz.

Entrado a 10/X/931. Saída a 1/XI/931. Diagnóstico — Úlcera da pequena curvatura.

Há três anos que começou a sofrer do estômago, dores, cerca de uma hora após as refeições, acompanhadas de sialorreia abundante e vômitos alimentares. Há um ano teve uma hematemese, que se repetiu há dois meses. Desde que teve esta última hematemese as gastralgias são mais intensas, têm irradiação para o dorso e região escapular esquerda.

Emagreceu muito nos últimos meses.

Pêso em 10/X — 45 quilogramas e em 15/XI 47 quilogramas.

Fórmula leucocitária em 2/X/932. — Hem. 80⁰/₀. Glob. verm. 4.360.000. Glob. brancos 11.200. Pol. neut. 63,1⁰/₀. Linf. 29,8. G. mon. 2,6. Eos. 4,5⁰/₀.

Em 14/XI/931: Hem. 80⁰/₀. Glob. verm. 4.500.000. Glob. brancos 10.000. Pol. neut. 65,2. Linf. 26,4. G. mon. 3,7. Eos. 4,5.

Quimismo gástrico (histamina) em 15/X/931:

	HCL livre °/°°	Ac. fermentação °/°°	HCL combinado °/°°	Acidez total °/°°
Jejum.....	0,146	0,073	0,511	0,730
1. ^a amostra.....	2,190	0,146	0,292	2,628
2. ^a "	1,460	0,073	0,292	1,825
3. ^a "	0,584	0,146	0,511	1,241
4. ^a "	0,365	0,073	0,438	0,876

Em 15/XI/931:

Jejum.....	—	—	0,418	0,418
1. ^a amostra.....	1,884	0,072	0,415	2,371
2. ^a "	0,450	0,072	0,384	1,906
3. ^a "	0,612	0,072	0,493	1,117
4. ^a "	0,423	0,072	0,452	0,947

Exames corpológicos: — Em 14/X — Havia sangue nas fezes e em 14/XI não se encontrava sangue.

Exames radiológicos: 1.º 13/X. — Neste exame verificou-se a existência de um processo ulcerativo da pequena curvatura, acompanhado do espasmo pilórico condicionado uma estase de $\frac{1}{3}$ (Vid. fig. 4).

12/XI. Já não existia a imagem diverticular observada no exame anterior, nem tão pouco a estase gástrica (Vid. fig. 5).

Este doente fez apenas uma série de doze injeções de pepsina a 10 °/°, que foi suficiente para que toda a sintomatologia da úlcera desaparecesse.

4.º A. R. L., de 29 anos, fundidor, natural de Coimbra. Diagnóstico. Úlcera da pequena curvatura.

Os seus sofrimentos datam de há quatro anos. Inicialmente começou por sentir pirosis e ter por vezes vômitos

alimentares e biliosos. Para combater estes sintomas usou largamente dos alcalinos e bismuto sem que isso lhe trouxesse grandes alívios. Em Julho de 1932 começou a ter gastralgias muito violentas que surgiam cêrca de uma hora após as refeições. Com o regime lácteo as dores não se atenuaram grandemente.

Em Setembro, teve uma hematemese, razão que o levou a consultar-me. Apresentava-se anemiado e emmagrecido, tendo perdido nos últimos meses cêrca de três quilos.

Exame radiológico em 3/X/932. — Mostrou a presença de uma imagem diverticular, constituindo um nicho de Hau-deck atípico, na porção inferior da pequena curvatura. Píloro perfeitamente permeável, não havia estase gástrica.

Em face dêste exame aconselhei a hospitalização do doente, ao que êle se recusou. Começou a fazer o tratamento ambulatorio pela gastropsina, sem deixar nenhum dia de ir trabalhar na fundição, não observando qualquer dieta especial, apenas deixou de comer alimentos muito condimentados e suprimiu as bebidas alcoólicas, o chá e café.

Durante a primeira série de injeccões da gastropsina as dores e pirosis persistiram, razão porque lhe aconselhei o seu internamento num serviço de medicina donde transitaria, se uma nova série de injeccões fôsse ineficaz, para um serviço de cirurgia.

Iniciei a segunda série de gastropsina sem grande esperança de colher um resultado brilhante, mas felizmente o sucesso foi brilhantíssimo.

Logo após a primeira injeccão, os sintomas subjectivos desapareceram, o doente começou a aumentar de pêso tendo ganho até Fevereiro 12 quilos.

Exame radiológico em 25/I/932. — Mostrou que já não existia a imagem diverticular da pequena curvatura observada anteriormente.

Não houve processo de fazer neste doente, por as suas ocupações não lho permitirem, o estudo do quimismo gástrico e dos outros exames que costumo executar.

5.º M. G. P., de 23 anos, natural do Rosmaninhal, criada de servir.

Entrada em 27/V/931, saída em 3/X/931.

Diagnóstico. — Ulcera da pequena curvatura.

Cêrca seis meses antes do seu internamento tinha por vezes gastralgias não muito violentas, mas o que mais a apoquentava eram os vômitos alimentares muito freqüentes. Os seus sintomas foram-se agravando a tal ponto que até o leite lhe provocava um grande enfiartamento e vômitos.

Exame radiológico: por vezes observava-se na pequena curvatura a formação de uma imagem triangular, que em certos momentos desaparecia e sôbre a qual a doente acusava dor à pressão. Píloro permeável. Não havia estase gástrica.

Comecei por instituir um tratamento constituído por alcalinos e anti-espasmódicos juntos ao regime lácteo; os vômitos não cessaram, nem mesmo com o uso da poção de Rivière e de Epivomin. Iniciei então o tratamento pela pepsina, atenuando-se logo as dores e desaparecendo os vômitos, por altura da quarta ou quinta injeccção.

Em 29/VII/931 procedeu-se a um novo exame radiológico: tendo-se constatado a ausência de sinais de ulceração gástrica, havendo uma estenose pilórica incompleta, possivelmente de origem espasmódica.

A doente continuou sem dores nem vômitos, a ter appetite, a aumentar de pêso, ganhou entre a primeira e a segunda observação cêrca de dois quilos. Continuámos a pepsinoterápia e em 9 de Setembro foi submetida a novo exame radiológico, tendo-se utilizado nesta altura o processo das pregas de Berg — concluindo-se que não havia ulceração gástrica nem duodenal; e que existia estase de $\frac{1}{3}$, condicionada por fenómenos espasmódicos.

Exame do quimismo gástrico em 1/VI/931:

	HCL livre ‰	Ac. fermentação ‰	HCL combinado ‰	Acidez total ‰
Jejum.....	0,392	—	0,584	0,976
1. ^a amostra..	0,976	0,074	0,284	1,334
2. ^a » ..	1,706	0,074	0,284	2,064
3. ^a » ..	2,144	0,074	0,284	2,502
4. ^a »	1,985	0,074	0,284	2,343

Tôdas as amostras continham sangue.

Em 20/VII/931:

Jejum.....	0,557	0,072	0,411	1,040
1. ^a amostra.....	1,502	0,072	0,418	1,992
2. ^a » ..	2,333	0,072	0,375	2,770
3. ^a »	1,344	0,072	0,375	1,691
4. ^a »	—	—	0,375	0,375

Exames coprológicos: em 29/IV—sangue oculto nas fezes; em 25/VII e em 8/IX não se encontrou sangue nas fezes.

Fórmula hemoleucocitária em 1/VII/931.—Hem. 70. Glob. vermelhos 3.482.000. Glob. brancos 6.400. Pol. neut. 54,8. Linf. 37,2. G. mon. 4,6. Eos. 3,4.

Em 3/IX/933. Hem. 90. Glob. vermelhos 4.500.000. Glob. brancos 7.000. Pol. 55,8. Linf. 30,2. G. mon. 4,6. Eos. 9,4.

Pêso em 27/V/931, 48^{kg},800; em 3/X/931, 56^{kg},900.

Esta doente tem feito todos os anos um tratamento de consolidação pela pepsina.

6.^o M. J. A., de 26 anos de idade, carpinteiro, natural de Coimbra.

Entrada em 12/XII/931. Saída em 23/XII/931⁽¹⁾.

(1) Passou a fazer tratamento na consulta externa.

Diagnóstico. — Úlcera prepilórica.

Já há bastante tempo que sofre do estômago, ficando depois das refeições com a sensação de pêso e tendo por vezes dores. Pirosis intensas há dois meses a esta parte, gastralgias violentas desde há um mês, surgindo cêrca de duas horas depois das refeições. As dores e pirosis não cederam ao regime lácteo e à administração de alcalinos, bismuto e tintura de beladona.

Tratamento pela pepsina. Pêso em 12/XI/931, 48 quilogramas. Em 14/II/932, 50 quilogramas.

Fórmula leucocitária em 13/XI/931. Hem. 100. Glob. vermelhos 4.152.000. Glob. brancos 10.000. Pol. neut. 53,9%. Linf. 34,6. G. mon. 3,8. Eos. 7,7.

Em 13/II/932. — H. 100. Glob. vermelhos 4.000.000. Glob. brancos 6.000. Pol. 63,7%. Linf. 20,5%. G. mon. 5,6%. Eos. 9,2%.

Quimismo gástrico em 14/XI/931:

	HCL livre 0/00	Ac. fermentação 0/00	HCL combinado 0/00	Acidez total 0/00
1. ^a amostra.	0,219	—	0,292	0,511
2. ^a "	1,752	0,073	0,365	2,190
3. ^a "	3,066	0,073	0,365	3,504
4. ^a "	1,752	0,073	0,365	2,190

Tôdas as amostras contêm sangue.

Em 31/I/932:

1. ^a amostra.. ...	0,218	0,073	0,280	0,571
2. ^a "	1,740	0,073	0,342	2,185
3. ^a "	3,044	0,073	0,342	3,459
4. ^a "	1,696	0,073	0,342	2,113

Exames coprológicos em 12/XI — encontrou-se sangue oculto; em 31/I, não se encontrou sangue.

Exames radiológicos: em 16/XI/931. Na parte inferior da pequena curvatura, na região juxta-pilórica, notou-se a presença de um pequeno divertículo constituindo um cone de atracção, havendo numa certa extensão acima dêste divertículo, acentuada rectilindade da pequena curvatura. Píloro permeável. Não havia estase.

Em 28/XII—notou-se a existência na parte inferior da pequena curvatura de uma pequenina imagem diverticular, correspondente ao antigo nicho.

Nesta zona não havia dor à palpação.

Tratamento. — Duas séries de quinze injeções de pepsina a 10⁰/₀.

Desaparecimento de toda a sintomatologia gástrica, passando o doente a ter uma saúde perfeita.

No terceiro exame radiológico em 25/3/932, verificou-se que o divertículo já tinha desaparecido.

(Continua).

MÁRIO SIMÕES TRINCÃO.

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL⁽¹⁾

CAPÍTULO VIII

A presente situação da mutualidade

§ 1.º — Os reflexos da desvalorização da moeda e da crise económica

Depois da rápida resenha mutualista que acima fizemos, no período de incremento associativo em Portugal, quando ainda não era fácil destrinçar a acção previdente do operariado da sua organização para mera defesa de classe, cumpre-nos agora estudar o estado presente da mutualidade no país.

Vejam os primeiro, sucintamente, a evolução que nela se operou a partir de 1891, quando o Estado começou entre nós a interessar-se pela melhoria do trabalhador, já decretando algumas medidas atinentes a defender o seu labor, já permitindo os seus organismos de defesa económica. Destacamos apenas os períodos de culminância e de declínio, ligados nitidamente à economia geral do país, e coincidindo, até 1915, com o impulso associativo que nos vinha de fora.

Foi ligeiramente perturbado pela deflagração europea, mas logo retomado até 1921. De então para cá, embora o número de sócios não tenha sofrido grande declínio, cai o número das associações e a eficiência da nossa mutualidade é cada vez muito menor.

(1) Cont. do n.º 3, pág. 325.

O número de associações e a população associativa existente nos anos seguintes, são os que lhes vão indicados:

Anos	Associações	Sócios
1891.....	280	250.000
1903.....	589	310.000
1909.....	628	362.600
1915.....	654	415.000
1917.....	651	450.000
1919.....	655	480.000
1921.....	688	615.000
1924.....	603	600.000
1926.....	558	572.000
1929.....	523	558.200
1930.....	522	576.000
1931.....	527	589.700

Em 1921, embora a situação financeira da mutualidade fôsse já precária, porque as despesas não tiveram o correspondente aumento da cota, o que se impunha em relação à sucessiva desvalorização da moeda, o número das associações atinge o máximo, também com o maior número de associados. A vida do operariado era ainda um pouco desafogada, com os salários compensadores, atingindo nalguns ramos uma curva superior à do desnível da moeda.

Mas, três anos depois, o movimento começou a declinar grandemente, coincidindo com a estabilização do câmbio, que muito se reflectiu na menor atividade do trabalho nacional.

De então para cá, a curva associativa continua a descer, notando-se que, entre 1921 e 1931, desaparecem 141 associações. Se talvez metade destas foram forçadas a fusionar-se com outras, para de todo não desaparecerem, por invencíveis

dificuldades financeiras, a outra metade ter-se-á dissolvido, consequência dos erros e factos atrás apontados, e também da falta de fiscalização e de acção orientadora e protectora do Estado, de tanto tempo antes reclamada.

Pelo que respeita ao número de sócios, com a aproximação que me foi possível obter e que mencionei na coluna respectiva, êle acompanha um pouco, até 1921, a curva ascendente do número de associações. Se de então por diante não baixa na proporção destas, explica-se pelas fusões operadas e porque custa sempre a um associado abandonar o organismo em que se inscreveu. Mas há, ainda assim, uma redução de uns 25.000 sócios, o que supponho mais devido ao menor incremento de inscrições do que à deserção da massa então existente, embora ela deva também ser apreciável, vistas as sucessivas dificuldades económicas dos últimos anos. Melhor devem ter resistido as associações em que se inscrevem determinadas classes, com vencimentos mais ou menos certos, como o Montepio Geral, as do Comércio e Indústria, um pouco a Inabilidade e uma ou outra similar.

Não existe ainda uma estatística retrospectiva do número de associados, das receitas, despesas e fundos da nossa mutualidade. As parcelares que o Instituto de Seguros Sociais vem a espaços publicando, além de abrangerem apenas alguns períodos mais recentes, são por vezes discordantes, e com certa reserva as devemos aceitar, por carência de elementos certos, concretos e discriminados, fornecidos à entidade competente por muitas associações. Males são estes a que a Inspecção de Previdência Social deveria ter já obviado, por inspecções periódicas directas às associações, e por instruções escritas com os modelos fornecidos, para devido preenchimento obrigatório. Bom seria que, daqui por diante, semelhante estado de coisas se corrigisse.

Baseando-me em informações directas, por igual deficientes, e nos números oficialmente publicados, procurarei

agora dar uma nota do movimento financeiro associativo, em contos, e nos anos seguintes:

Anos	Receitas	Despesas	Capital social
1909.....	3.050	1.970	16.000
1915.....	4.200	2.700	25.000
1917.....	5.100	3.100	30.000
1921.....	10.000	8.500	30.000
1924.....	20.000	13.000	100.000
1929.....	43.300	26.100	184.000
1930.....	48.500	30.900	197.000
1931.....	54.300	31.000	217.600

Analisemos sucintamente estas cifras. Um pouco já em 1921, e mais de então por diante, precisamos de levar em conta a desvalorização da moeda. Assim, reportando-nos a 1917, embora com menor número de associações e de sócios, as receitas, despesas e capital social de 1931, mesmo com o progresso que nas cifras se nota desde 1929, estão longe de corresponder a tal desvalorização.

Na moeda actual, as receitas em 1917 correspondiam a 102.000 contos, as despesas a 62.000 e o capital orçaria então por 600.000, considerando a moeda desvalorizada de 20 vezes. Mas outros aspectos temos a considerar. No período em questão, enquanto as receitas subiram 10,6 vezes, as despesas aparecem apenas 10 vezes agravadas. Ora sabendo-se que o custo dos medicamentos é agora superior mais de 20 vezes ao de 1917; que mais de 10 vezes, pelo melhor, será também agora o custo dos honorários médicos, das percentagens dos cobradores e das demais despesas de administração, facilmente se conclui que tal excesso de gastos tem sido feito à custa do capital social, e sobretudo da menor

eficiência da assistência, reflectindo-se, principalmente, na mesquinhez dos subsídios pecuniários, que praticamente não existem, se ao quadro geral acima abatermos as verbas da sobrevivência e da invalidez, abonadas pelas poucas associações que têm tal socorro, como o Montepio geral, a Inabilidade e poucas outras, não incluindo o Montepio Oficial que, pela sua índole, não é abrangido pelas estatísticas a que nos reportamos.

Ilustremos o exemplo. Em 1915, segundo o *Boletim do Instituto de Seguros Sociais*, as despesas, no montante global de 2.683 contos, eram assim repartidas:

Subsídios pecuniários.....	1.788 = 66,6 %
Medicamentos.....	276 = 10,2 »
Médicos e outros gastos de administração	619 = 23,2 »
	2.683 100 »

Em 1931, segundo o *Anuário Estatístico de Portugal*, as despesas, em contos, desdobram-se do seguinte modo, em números exactos, mas agora discriminados os honorários médicos, que não vinham na anterior publicação referida:

Subsídios pecuniários.....	12.429 = 40,1 %
Medicamentos.....	6.770 = 21,8 »
Médicos	2.853 = 10,5 »
Cobreadores e outros gastos de administração	8.272 = 27,6 »
	30.924 100 »

Êste último quadro, plenamente confirma a nossa afirmação, demonstrando que se quebrou o empírico equilíbrio, à sombra do qual, a-pesar-de tudo, a mutualidade portuguesa, não assistindo talvez menor nem pior do que agora

os que nela se inscreviam, conseguiu amealhar, na moeda actual, avultados 600.000 contos, isto é quasi o triplo do seu capital actual. Com tal verba, se em 1919 o Estado se houvesse apoiado no mutualismo livre, para promover a inscrição voluntária e estimulada do proletariado português, em vez da mutualidade obrigatória, que ficou apenas uma utópica, embora louvável aspiração, bem diferente seria hoje a situação do nosso operariado industrial e mesmo rural ou doméstico.

Segundo a maior valia que resulta do aumento de receitas e despesas, que é, como vimos, de 10,6 para as primeiras e de 10 para as segundas, apenas pelo facto da desvalorização da moeda, mas não acompanhando esta; e reportando-me a uma tabela oficial de 1909, em que os honorários médicos figuram por 99.462.000, em 1931 devia gastar-se (10 vezes mais) tendo em conta o maior volume associativo dêste último ano:

Com medicamentos.....	3.651 contos
» médicos.....	1.617 »
» cobradores e administração	5.784 »
» subsídios pecuniários.....	20.955 »

Vemos assim, cotejando êste quadro com o anterior, que se deu uma redução de 8.526 contos nos subsídios pecuniários, tendo tôdas as outras verbas subido, mas muito menos desproporcionalmente os medicamentos, em relação ao seu elevado custo actual, mesmo sem as especialidades farmacêuticas, cujo abono as associações dificultam.

Assim encontramos: nos médicos, mais 1.237 contos, ou 76,5 %; nos gastos de administração e cobradores, mais 3.165, ou 52,9 %, e nos medicamentos apenas mais 3117, ou 85,3 %. Emquanto registamos estes aumentos, sobretudo muito injustificáveis os de administração e cobradores, mal que urge corrigir, nota-se uma diminuição de quasi 60 %

nos subsídios pecuniários. E, ainda em relação a estes, mais adiante os reduziremos às suas verdadeiras proporções, abatidos os do Montepio Geral, da Inabilidade e das duas Associações do Comércio, que são as quatro instituições que maiores abonos fazem na invalidez e sobrevivência, ficando bagatelas para o resto da mutualidade. Creio que os números acima nos oferecem ensinamentos bastantes para as correcções a fazer, no sentido de se robustecer e modernizar o mutualismo em Portugal.

Levando agora em conta os 139.700 associados que se contam em 1931 a mais do que em 1917; e admitindo que a mesma proporcionalidade de aumento se dava nas receitas, despesas e capital social; considerando, para o efeito, a desvalorização da moeda, deviam aquelas verbas estar assim representadas no último dos referidos anos, em contos:

Receitas.....	$8.294 \times 20 = 165.880$
Despesas.....	$5.041 \times 20 = 100.820$
Capital social.....	$48.789 \times 20 = 975.780$

Encontramos, assim, uma quebra, em números redondos, de 111.580 contos nas receitas, 69.820 nas despesas e 758.180 no capital associativo. Ainda estas cifras confirmam: que as despesas estão proporcionalmente mais agravadas; que as receitas as não têm acompanhado, e que, à custa dêste desequilíbrio, vai desaparecendo o património social da mutualidade. Aspecto é este para o qual chamamos a atenção das associações, dos poucos mutualistas que em verdade pelo assunto se interessam, e das entidades oficiais competentes. Diremos ainda que, se se tivesse mantido a progressão associativa que houve de 1909 a 1921, anos estes em que se deu um aumento anual de 21.033 inscrições, em 1931 deveriam existir 825.330 associados, em vez dos 589.700 que a última estatística nos aponta.

Dêstes últimos, grande número pertence ainda a mais de uma associação, o que me leva a considerar a massa mutualista do país em pouco mais de 400.000 indivíduos. Facilmente notamos assim o declínio associativo no país, tanto na queda de inscrições como na cada vez menor eficácia da mútua assistência.

Só para não tornarmos um estudo desta natureza mais fastidioso ainda do que êle resulta, num país tão dado a superfluïdades, descurando em absoluto os fenómenos económico-sociais contemporâneos, mesmo quando êles dominam os povos progressivos, é que não apresentamos o cálculo das perdas efectivas que a mutualidade vem sofrendo na sua vida financeira, e semelhante ao que acima deixamos para o período que vai de 1921 em diante. Algum dos poucos e dedicados mutualistas que ao assunto se votam, facilmente o fará.

§ 2.º — Como se encontra distribuída a mutualidade no país

Terminado o estudo da nossa evolução mutualista, analisemos agora o seu estado actual. Vejamos primeiro como se distribui a massa associativa, mesmo admitindo que cada inscrito pertence apenas a uma associação, o que não é exacto.

Dos 589.745 sócios, número preciso, encontramos :

Inscritos nas associações de Lisboa	265.942 = 45,2 %
Nas do Pôrto.....	131.776 = 22,3 »
Nas restantes do país.....	192.027 = 32,5 »
	589.745 100 »

Constata-se que só as duas cidades absorvem mais de dois terços da população mutualista de Portugal. Para os restantes 299 concelhos do país, e falando apenas das vilas suas capitais, fica a insignificância de 32,5 %.

Vejamos agora o número de sócios por distritos:

No de Lisboa.....	274.083 =	46,6 %
No do Pôrto.....	215.928 =	36,6 »
Nos restantes do continente e ilhas	99.734 =	16,8 »
	<u>589.745</u>	<u>100 »</u>

Verifica-se que, em relação à sua população, a cidade do Pôrto, se encontra em melhor posição associativa do que Lisboa. E nota-se ainda maior miséria mutualista nos restantes 20 distritos, aos quais cabe apenas a irrisória percentagem de 16,8. Esta pequena cifra cinge-se ainda quasi apenas às cidades capitais, pois a maioria dos concelhos da metrópole não conta sequer uma associação, ainda que de escassa coesão, como aquelas poucas que se encontram disseminadas fora dos maiores centros urbanos, onde predomina o assalariado industrial e comercial, aquele que mais cultiva o associativismo. É sabido como o nosso rural, salva uma ou outra pequena mancha, está ainda fora do pensamento associativo, pela precária vida que arrasta e que lhe tolhe o seu desenvolvimento cívico e cultural. Isto mesmo é demonstrado pelo facto de o movimento associativo ser tanto menor quanto maior é a percentagem do analfabetismo. E esta reflecte-se, sobremodo, na mulher, ainda mais rebelde à associação do que o homem, mesmo nos maiores centros, ainda que, infelizmente, até hoje não tenha aparecido uma estatística mutualista que nos dê a conhecer o sexo dos inscritos, grupos de idades, de profissões e de cotas, como tanto era necessário. Num inquérito sério a realizar, tudo isto é preciso incluir, assim como o número de médicos e enfermeiros, de cobradores, de pessoal de escrita, percentagem dos doentes em relação aos associados, número de dias abonados ou perdidos para o trabalho, doenças predominantes, mortalidade, despesas descriminadas por médicos, medica-

mentos, subsídios pecuniários, com o possível desdobramento, cobradores, pessoal de escritório e de enfermagem, rendas, expediente, luz e limpeza. E, quanto às receitas, convém também conhecer melhor a sua proveniência, desdobrando-as, pelo menos, em joias, cotas, e rendimentos especificados.

Adiante se dá, num quadro genérico, a percentagem associada dos habitantes de Portugal, por distritos, e a posição relativa de cada um dêles, quanto às suas associações, número de sócios que tem cada uma, e capitação associativa do seu capital.

Mas vejamos já os principais centros, comparados com o resto do país. O número de associações é assim distribuído:

Na cidade de Lisboa.....	196 = 37,1 %
» » do Pôrto.....	87 = 16,5 »
No resto da metrópole.....	$\frac{244}{527} = \frac{46,4}{100}$ »

E, quanto a distritos :

No de Lisboa.....	216 = 40,9 %
No do Pôrto.....	152 = 28,8 »
Nos demais.....	$\frac{159}{527} = \frac{30,3}{100}$ »

Demonstram estas cifras como de todo falta o mutualismo fora dos grandes centros, comparada a área dos dois distritos acima referidos com a do resto do país.

§ 3.º — A pequenez das receitas e das cotas. — Conseqüente deficiência da acção mutualista. — O exagêro dos gastos gerais.

Em quadros subseqüentes se demonstrará os inconvenientes da dispersão associativa por muitos organismos, agravando assim os gastos gerais, em prejuízo da assistência

que as associações não podem assim prestar, deixando portanto de estimular a inscrição de novos sócios, mesmo com a pequena cota ainda hoje paga, sobretudo nos centros mais modestos.

Estudemos então como se distribuem as receitas mutualistas, quer por grupos de localidades, quer em função do número de associados e por capitação de habitante.

Em 1931, foram elas no valor global de 54.300 contos, sendo 28.990 de jóias e cotas, e 25.310 de rendimentos diversos do capital mutualista, o que dá quasi 50% do total.

Não devemos considerar esta última verba para o apuramento que vamos fazer, mas apenas a contribuição dos associados, que pagaram, em contos:

Na cidade de Lisboa.....	17.421 = 60,9 %
Na do Pôrto.....	3.583 = 12,3 »
No resto do país.....	7.986 = 26,8 »
	28.990 100 »

Cotejando este quadro com o da página 653 verifica-se que, em relação à percentagem de associados, os de Lisboa contribuem com muito mais do que lhes pertencia. Ao contrário, no Pôrto são proporcionalmente menores as receitas em cerca de dois terços para o que deviam ser, notando-se a conseqüente melhoria, mas apenas relativa, nas demais associações do país, bastante influenciadas pelo distrito de Lisboa, sendo este, por sua vez, melhorado pela capital. Nelas, para uma proporção de 16,8% de associados, encontramos 26,8% das receitas cobradas de jóias e cotas.

Desdobremos agora tais receitas ainda por grupos de associações, por habitante de Portugal metropolitano e por associado, mas admitindo que tôdas as associações, assim agrupadas, têm rendimentos de capital proporcionais às receitas com que figuram no *Anuário Estatístico de Portugal*, referidas ao ano de 1931, de onde tiramos estes ele-

mentos, embora não descriminando nas receitas o que é de cotizações e de rendimento do capital, mas tendo-o nós conseguido destrinçar.

Assim, dos 28.990 contos de cotas e jóias, segundo o censo populacional de 1930, pagou cada habitante, em todo o aludido ano de 1931:

Do país.. .. .	4\$35
Da cidade de Lisboa.....	33\$54
» » do Pôrto.....	17\$66
Do distrito de Lisboa.....	21\$67
» » do Pôrto.....	6\$48
Do país, abatidos os habitantes e as receitas das duas cidades.....	\$93 (8)

Agora, por associado :

Do país.....	49\$15
Da cidade de Lisboa.....	75\$03
» » do Pôrto.....	31\$14
Do distrito de Lisboa.....	70\$86
» » do Pôrto.....	23\$95
Do país, abatidos os sócios e as recei- tas das duas cidades.....	28\$48

Encontramos, assim, que cada associado paga por mês :

Em Lisboa.....	6\$25
No Pôrto.....	2\$59
No resto do país.....	2\$34

Cifras são estas que, reduzidas à nossa moeda de antes da Guerra, correspondem às bagatelas respectivas de \$312, \$130, \$117.

Assim fica demonstrada a pequenez das cotas actuais, muito longe de corresponderem aos anos anteriores ao conflito europeu, visto então não haver associação alguma, por

ínfima que fôsse a sua acção, quando destinada a médico e a medicamentos, e mesmo sem subsídio pecuniário, que tão pouco recebesse do associado em cada mês.

○ Demonstram também os quadros acima que no Pôrto, embora de maior coesão associativa do que Lisboa, a cota por associado é menos de metade do que na capital, e que o seu distrito fica também neste aspecto abaixo da capitação associativa geral do país.

Esclareçamos, para completa compreensão destas cifras, que, excluídos os 25.310 contos de rendimentos associativos, abatemos às receitas totais das rubricas atrás descriminadas a cota parte proporcional de tais rendimentos, segundo o montante de cada uma delas. É mais do que presumível que ainda tal proporcionalidade tenha favorecido a capitação associativa do Pôrto cidade e seu distrito, bem como a dos demais distritos, sabido como é que as maiores associações existem na capital, sendo elas que contam maiores rendimentos de papéis de crédito e das suas caixas económicas. Mais adiante referiremos tais verbas, pois são avultadas, sobretudo a do Montepio Geral. Digamos, de caminho, que maiores serão tais rendimentos se fôr autorizada a conversão do papel que várias associações têm em carteira, a um juro reduzidíssimo, embora para tanto o Estado tenha de exercer a maior fiscalização, quer para evitar abusos, quer para coibir operações precipitadas que prejudiquem os fundos associativos.

Na mesma seqüência de ideas, vejamos agora como se distribui o capital das mutualidades por grupos de associações e por associado:

	Contos	Por associado	%
Cidade de Lisboa.....	190.681	717\$00	87,6
» do Pôrto.....	10 628	80\$64	4,8
No resto do país.....	66.258	84\$66	7,6
	<u>217.567</u>		<u>100</u>

Quanto aos distritos, encontramos :

	Contos	Por associado	%
De Lisboa.....	190.982	696\$80	87,7
Do Pôrto.....	12.774	59\$15	5,8
Restantes do país.....	13.811	71\$92	6,5
	<u>217.567</u>		<u>100,0</u>

Confirmam estes quadros: 1.º — que a quasi totalidade do capital mutualista está na cidade de Lisboa; 2.º — que a do Pôrto, embora tenha maior percentagem de associados, possui apenas menos de um décimo do capital de Lisboa; 3.º — que pouco mais favorecido está o resto do país; 4.º que, quanto aos distritos, o capital do de Lisboa mantém, em relação à cidade, uma posição animadora, por influência desta; 5.º — que o distrito do Pôrto fica já bastante abaixo da cidade; 6.º — que é menor a diferença nos restantes do país, na relação que ocupam do último para o primeiro quadro.

Contudo, porque estas cifras absolutas podem ainda parecer animadoras, sem destacarmos as principais associações que para elas mais contribuem, conveniente me pareceu referir aqui a receita, formação desta, capital e despesas dos quatro mais importantes organismos que tem a cidade de Lisboa, e cujo estudo reduzirá então a mutualidade da capital às suas verdadeiras proporções. Não seria ajuizado englobar tão importantes verbas, de quatro associações apenas, com as cifras de mais 192 que em Lisboa estão domiciliadas.

Veremos que estas últimas, pelo seu elevado número, não gozam de uma posição muito mais vantajosa do que as restantes do país.

Mas, antes, vejamos como se desdobram as despesas globais do mutualismo, quanto a localidades e capitação por

associado. Já no quadro de páginas 650 demonstrámos a enormidade dos gastos de cobrança e de administração, em relação à pequenez da assistência medicamentosa e dos subsídios pecuniários, respectivamente 21,8 e 40,1 %. Mais adiante, quando ao global dos subsídios pecuniários, na elevada mas aparente verba de 40,1 %, abatermos as importantes somas abonadas pelas quatro associações que vamos referir em especial, ver-se-á a miséria que de tal rubrica fica para as demais associações do país, que são quasi tôdas elas.

Quanto a localidades, encontramos, no seu global, em contos:

Cidade de Lisboa.....	16.492 = 53,3 %
» do Pôrto.....	6.102 = 19,7 »
No resto do país.....	8.331 = 27,0 »
	30.925 100 »

Antes de analisarmos este quadro, notemos já que há uma desproporção de 1.933 contos em relação às receitas ordinárias associativas, importância esta em que o capital social vai sendo anualmente desfalcado, a menos que, por uma elevação de cotas, redução nas despesas de administração e melhoria do rendimento dos fundos mutualistas — tôdas estas três medidas precisas — a par do aumento do número de sócios, mas melhorando assim a eficiência mutualista, venha o necessário saneamento financeiro.

Cotejando agora este quadro com o de páginas 656, nota-se o benéfico resultado da coesão associativa. A cidade de Lisboa tem proporcionalmente menores despesas globais, pois, enquanto figura nas receitas com 60,9 % do total, nas despesas fica em 53,3 %. Piora a situação das mutualidades do Pôrto, que têm gastos superiores à percentagem que lhes cabe nas receitas, devido à pequena capitação destas.

No resto do país, a capitação dos gastos é sensivelmente igual à das receitas. Necessário é, porém, esclarecer que, nestas últimas, ao menos na sua grande parte, a eficiência da assistência é mais reduzida no que nos dois grandes centros, o que aparentemente as favorece na proporcionalidade dos gastos.

Agora, quanto á capitação associativa, encontramos a seguinte despesa anual por associado:

Do país.....	52\$43
Da cidade de Lisboa.....	62\$08
» » do Pôrto.....	46\$30
Do país, mas abatidos os sócios e os gastos de Lisboa e Pôrto.....	43\$30

Não podendo êste quadro, pela pequenez das cifras que nêle aparecem, deixar de reflectir a escassez das receitas associativas — mal dando a importância abonada por associado, mesmo em Lisboa, para uma visita médica nocturna urgente, quanto mais para uma também primeira receita medicamentosa de urgência, e menos ainda para qualquer inadiável, embora ligeira, intervenção cirúrgica, para a qual as associações no geral não autorizam os associados — êle demonstra que a cidade de Lisboa se apresenta mais favorecida.

Pouco se destaca o Pôrto do resto do país, abatidas para êste as duas cidades, o que confirma a pequena eficiência da assistência em tôdas as associações, mas muito principalmente fora da capital.

§ 4.º — Quatro associações que nos honram

Chegou então a altura de estudarmos à parte os quatro organismos mutualistas que influenciam singularmente as

cifras que ficam referidas. Sem elas, êste modesto estudo ficaria muito defeituoso, como vamos ver.

Montepio Geral. — Foi esta associação fundada em 1840, pelos empregados do Estado, sendo assim uma das mais antigas do país e hoje uma das mais sólidas e de largo âmbito de acção. Destina-se muito principalmente ao seguro na invalidez e na sobrevivência, sendo poucas aquelas que neste ramo a seguem, mesmo cumulativamente com outras formas de previdência e na pequenez em que o possam fazer.

Em 31 de Dezembro de 1931, contava 12.757 sócios de tôdas as classes sociais, pois há muito que deixou de ter a caracterísca de classe fechada.

O capital por êles subscrito, elevava-se então a 20.762 contos, variando entre 30.000 e 1.800.000 anuais. Entre os seus associados, contam-se 104 inscritos para a invalidez, sendo 10 senhoras, com 265 contos de capital. Para a reforma, 76 sócios, sendo 8 do sexo feminino, com 152 contos. Para a sobrevivência, 73 sócios, com 140 contos; para funeral 1766 sócios, entre os quais 24 do sexo feminino, com 7347 contos, e para a pensão ordinária 12.757 sócios, sendo 165 fêmeas, com 12.858 contos, acumulando assim muitos dêles a pensão ordinária com as outras formas de seguro.

Existiam na data referida 7.977 pensionistas, com 2.385 contos de encargos para o Montepio, distribuídos pelas rubricas acima. As pensões ordinárias, legadas por 4.560 sócios, no fim do ano em referência, e distribuídas por 7.796 pensionistas, somavam 1.392 contos, a que correspondia a média de 305.335 de pensão por sócio.

O seu capital e reserva, elevavam-se então, respectivamente, a 46.315 e 23.818 contos.

A importância das jóias e cotas recebidas no referido ano, atingiu 2.574 contos. Durante êle, foram pagos 1.486

contos de pensões ordinárias, e mais 8.482 contos de subvenções extraordinárias e complementares, estas últimas provenientes dos lucros da caixa económica, rendimento de papéis de crédito etc., os quais variam ano a ano, conforme os resultados da gerência. Representam para o associado uma notável compensação da não actualização de cotas, para quasi todos impossível, com a desvalorização da moeda, assim tendo nos lucros uma apreciável vantagem. Os aludidos rendimentos desdobraram-se do seguinte modo, em contos:

Da caixa económica.....	5.706
Dos títulos de crédito.....	8.247
De empréstimos hipotecários e outros.....	2.019
De diversos.	460
	16.432

A tanto montaram os lucros líquidos da gerência, afora a contribuição dos associados.

O saldo dos depósitos existentes na sua caixa económica, era de 214.155 contos. O dos empréstimos sobre penhores, era de 70.158 contos. Tinha concedidos empréstimos hipotecários no montante de 86.130 contos, e mais 5.694 em conta corrente.

Os seus gastos gerais elevaram-se a 3.441 contos.

Tal é, em síntese, a acção e a brilhante posição do primeiro organismo mutualista do país, atingida pelo esforço dos associados, e que desejaríamos ver secundada por associações que têm condições de existência assegurada, senão com o apogeu desta, que hoje exerce uma larga acção bancária que a distingue neste meio, ao menos num crescendo progressivo e que, também por outros recursos que não sejam a simples cota do associado, possam alargar mais ainda a sua esfera no campo da previdência e da mútua assistência. Das cifras que destacamos, conclui-se que, va-

riando embora muito de categoria para categoria de sócios a cota anual por êles paga, a cada um coube a média anual de 201\$77, isto é mais 126\$74 do que a média geral dos sócios em Lisboa, que é a maior de todo o país, antes de abatidas as quatro associações de que agora nos estamos ocupando. Quanto à cota parte anual, que a cada um dos seus associados coube nas encargos gerais e de pensões ordinárias por êles recebidas, convém considerar primeiro estas apenas, visto as subvenções extraordinárias não saírem das cotas e jóias, mas tão somente dos lucros líquidos alcançados na caixa económica, empréstimos e rendimentos da sua carteira de títulos. E, assim teremos que, 1.486 contos de pensões várias e mais 539 contos de gastos gerais — pois consideramos os restantes 2.902 contos desta rubrica atribuídos aos vários outros serviços associativos — dão por associado 158\$73, também quasi três vezes mais do que coube ao associado de Lisboa, considerado no seu conjunto. É evidente que se trata de sócios inscritos nas associações, e não apenas beneficiados no ano em questão, visto não haver uma estatística que os apure, como tanto seria para desejar, salvo nesta colectividade e em poucas mais. Se agora considerarmos a totalidade das pensões ordinárias e das subvenções extraordinárias abonadas, com a totalidade dos gastos gerais, encontramos que coube a cada associado 1.051\$10, na capitação total.

Com um amparo anual desta quantia, mesmo para viúva com uma ou duas filhas, já não se morre de fome, ou já não há que olhar com horror os poucos anos que restem de vida quem tiver tal pensão na velhice ou invalidez. A diferença que encontramos para mais entre as receitas e despesas totais do Montepio, deduzidas as subvenções extraordinárias distribuídas, vão engrossar os seus fundos de reserva e o capital social, ano a ano acrescido em quantia superior a 2.000 contos, como se deduz também da diferença que há

para mais no pagamento por associado e no que elle recebe de pensão ordinária.

Assim todos que trabalham e não possuem bens materiais para lhes valerem na velhice, ou para assegurarem órfãos menores contra a negra miséria que a morte leva aos lares dos pobres, roubando-lhes o chefe da família, estivessem em condições monetárias de nesta ou noutra associação similar se inscreverem.

Diremos, contudo, que muitos o não fazem por lamentável imprevidência e mesmo ignorância da vantagem de instituições desta natureza, tendo, embora, ordenados, vencimentos ou salários aos quais podiam, sem dificuldade de maior, tirar 200.000 annuaes para tal previdência, móveis, como são, as escalas de inscrição, variando de quantias muito mais modestas a importâncias bem maiores, o que possibilitaria a inscrição da maior parte do operariado industrial, como adiante veremos. Mas prossigamos.

Associação Inabilidade. — É também uma antiga colectividade mutualista, com sede em Lisboa, pois tem 60 annos de existência.

Em 31 de Dezembro de 1931, contava 21.313 sócios, sendo, portanto, a maior no género. Tinha então 678 pensionistas, com o encargo correspondente a 1.261 contos. No aludido anno, abonou pensões no valor de 1.139 contos e mais 78.840.000 para funeraes de sócios falecidos, e 1.528.000 de sobrevivência, ramo este recentemente iniciado, e por conta do qual a cobrança dos associados já atingiu 249 contos. Como acaba de modificar o seu regime de cotas e pensões, visando principalmente a alargar a sua acção nas pensões de sobrevivência, é possível que no futuro esta característica sobreleve a do auxilio na invalidez e na velhice que agora predomina. As receitas sociais elevaram-se a 1.826 contos, sendo 136 de juro de depósitos e rendimentos de papéis de crédito, e os restantes 1690 de contribuição dos

associados. As despesas elevaram-se a 1.548 contos, sendo 322 de gastos de administração e os restantes 1.226 de encargos com os sócios assistidos.

Resultou, assim, o saldo da gerência na importância de 277 contos, que foram acrescer o capital, ficando elevado a 3.084 contos, incluídos 295 para o novo fundo de sobrevivência.

Encontramos, pois, que das contribuições dos sócios, coube a cada um, por todo o referido ano, 79²⁰, muito inferior esta quantia à capitação associativa do *Montepio Geral*, mas um pouco superior à capitação geral de Lisboa. Quanto a despesas, apuramos, por associado, mas contando os gastos de administração, que nos parecem elevados, assim como também os do *Montepio Geral*, 72⁶⁰. Constata-se aqui uma capitação superior à média geral de Lisboa, por isso mesmo que dá muito maiores vantagens aos seus associados do que a grande maioria das restantes, mas ficando muito àquém do *Montepio Geral*, mesmo na proporção da maior cotização neste por associado. É o facto devido à *Inabilidade* não ter, como aquele, os avultados rendimentos que lhe vêm dos empréstimos sobre penhores, hipotecários e dos papéis de crédito, mais de seis vezes superiores à importância recebida de jóias e cotas.

Verifica-se, assim, uma pequena diferença para mais entre o que paga e recebe o associado, o que aconselha uma atitude moderada nos gastos, para não comprometer a evolução do capital social, demais quando vai entrar na modalidade da sobrevivência, cujos encargos se aceleram mais à medida que os sócios nela inscritos avançarem em idade. É, no entanto, uma instituição digna de a ela se acolherem aqueles que não possam pagar um elevado seguro de vida e não devem contentar-se apenas com um pequeno auxílio na doença, visto que a invalidez para o trabalho vem muitas vezes precocemente, com o cortejo de misérias, de dores e

de sofrimentos morais que são o futuro mais certo dos pobres.

Estou convencido de que, dirigida por dedicados e inteligentes mutualistas, e com um serviço de estatística que ali se vai aperfeiçoando, a *Inabilidade* manterá, na mutualidade portuguesa, o lugar de relêvo e de prestígio que justamente alcançou.

Associação dos Empregados no Comércio de Lisboa. — Também esta mutualidade é uma das mais antigas e prestimosas da capital. Fundada em 1872, marca sucessivos triunfos que muito ennobrecem os seus fundadores, ao impulso generoso da primeira época do nosso associativo moderno, e que muito por igual devem orgulhar quantos vieram continuando uma obra tão simpática.

Em 31 de Dezembro de 1931, contava 9.939 sócios, um número já bonito, incluindo 248 senhoras, o que é ainda mais animador, num meio como o português rebelde a dar à mulher a posição que lhe compete na vida social contemporânea.

As receitas sociais atingiram, no referido ano, 887 contos de cotas e jóias, 72 contos de rendimento de papéis de crédito e mais 94 contos dos fundos de doença, rendimentos de serviços clínicos, balneários, etc., afora 69 contos do fundo de sobrevivência, o que perfaz o total de 1.122 contos. As despesas elevaram-se a 1.038 contos, do que resultou a capitalização de 84, ficando o capital social em 1572 contos.

É interessante descriminar os subsídios pagos:

Na doença.....	62 contos
Em funerais.....	33 »
Na inabilidade.....	206 »
No desemprego.....	76 »
Na prisão e carceragem.....	12 »
	389 contos

Juntemos mais 399 contos de gastos médico-cirúrgicos, e encontramos o total de 788 contos.

Os gastos de administração, que não abrangem os encargos médico-cirúrgicos, por terem uma conta própria, assim como as secções de subsídios e de sobrevivência, bem como a caixa económica, dois ramos de recentíssima criação, atingiram 243 contos, o que não nos parece exagerado, dada a complexidade dos serviços, escrita, instalações e expediente correlativo.

No aludido ano, foram monetariamente subsidiados, com o total das importâncias acima, 1.254 sócios. A inabilidade contava 215 associados. Estavam inscritos para a sobrevivência 429 sócios, com o capital de 2.977 contos. Ainda não tem encargos esta secção. A caixa económica, também recente, contava 430 contos de depósitos e 379 de empréstimos efectuados, não contando uns 60 contos de dinheiro existente e outros pequenos valores. Nas soberbas enfermarias e especialidades clínicas, instaladas no seu magnífico edifício social, deu-se o seguinte movimento:

SÓCIOS MASCULINOS

Cirurgia:

Consultas a.....	1.012	
Tratamentos a.....	2.777	
Operações a.....	<u>71</u>	3.860

Clínica Geral:

Consultas.....	1.085	
Tratamentos.....	<u>1.415</u>	2.500

Especialidades:

Consultas.....	5.723	
Tratamentos.....	54.427	
Operações.....	<u>68</u>	60.218

SÓCIOS FEMININOS

Clinica geral e ginecologia:

Consultas.....	157	
Tratamentos.....	247	
		404

Obstetrícia:

Associadas.....	2	
Beneficiárias.....	18	
		20

Bôca e dentes:

Consultas.....	38	
Tratamentos.....	324	
		362

As análises clínicas foram em número de 1.412.

Nos números acima, não estão incluídos os beneficiários não sócios, que tiveram mais de 4.000 consultas e tratamentos. Para o sexo masculino, há as secções que funcionam à noite, de modo a os empregados no comércio poderem consultar o médico e tratarem-se, sem prejudicarem a casa em que trabalham, sempre que a doença é compatível com esta prática louvável. Por aqui pode ver-se os altíssimos benefícios que os sócios tiram de tal instituição.

Fechemos o seu estudo com o apuramento da capitação associativa, em receitas e despesas globais, excluindo apenas o fundo de sobrevivência, que está por enquanto amealhando recursos para o funcionamento oportuno. As cotas e jóias pagas, no montante de 887 contos, dão, por associado, 89⁷/₂₄, mais do que na associação *Inabilidade* e do que a capitação geral de Lisboa. Juntando os 69 contos para sobrevivência, atinge a capitação dos Empregados no Comércio a

já animadora cifra de 96\$30. Os gastos, no montante de 1.031 contos, dão, por sócio, 103\$70, mais também do que na anterior associação e da média geral de Lisboa, o que se justifica pelos serviços e subsídios que acabamos de descrever, não incluindo milhares de visitas domiciliárias aos associados, espalhados por toda a capital. É claro que a diferença para mais da despesa por associado, é coberta pelos rendimentos do seu já apreciável capital e pelos dos serviços clínicos prestados aos beneficiários, pessoas de família dos sócios, que os recebem mediante um reduzido pagamento. Bom será, no entanto, ir prudentemente na criação de novos serviços, pois resultam sempre caros, antes de assegurada a sua manutenção pelas cotas e rendimentos sociais. Conta esta benemérita colectividade o que há de melhor no sincero apostolado mutualista de Lisboa, hoje muito reduzido. Por isso, é de esperar que ela vá no progressivo caminho que lhe auguramos.

Associação dos Empregados no Comércio e Indústria. — É mais antiga do que as três precedentes, pois, fundada em 1854, conta 79 anos de progressiva existência, mercê de acri-soladas dedicações que regista desde o seu aparecimento, agremiando agora o melhor da escassa *élite* mutualista do país.

Na data a que nos estamos reportando, contava 6.591 associados. As receitas atingiram 664 contos no ano de 1931, sendo 572 de cotas e jóias, 29 dos rendimentos de papéis de crédito e juro de depósitos, 24 de rendas da parte alugada do seu belo edifício social, 26 de cotas para o fundo de sobrevivência e os restantes 13 de donativos, rendimentos do dispensário clínico, etc.

Encontramos assim de cotas e jóias para o fundo geral e de sobrevivência, que cada um dos seus associados pagou 90\$73, um pouco menos, portanto, do que na sua congénere, também incluindo nesta o fundo de sobrevivência.

As despesas tiveram a seguinte aplicação, em contos:

Subsídio no desemprego.....	29
» na doença.....	40
» na inabilidade.....	224
Para funeral.....	24
Sobrevivência.....	5
Dispensário clínico.....	173
Administração.....	123
Mobiliário, etc.....	<u>7</u>
	625

Coube, portanto, a cada sócio 94⁸², menos, assim, que a capitação associativa da anterior colectividade.

Tal como ela, foi esta associação buscar aos rendimentos do seu capital o necessário para custear o pequeno excesso das despesas sobre as receitas da gerência. Capitalizou, ainda assim, 39 contos, com os quais os fundos sociais ficaram elevados a 1.024.372⁹⁵, entre os quais, além do numerário, edificio da sede, papéis de crédito, instalações, etc., se contam 53 contos de legados deixados à colectividade por alguns beneméritos sócios falecidos.

Nesta, como na outra mutualidade comercial, a par da assistência clínica, também importante, como vamos ver, as verbas para inabilidade têm apreciável vulto, assim procurando os empregados no comércio e na indústria que nelas se filiam, precaver-se contra a velhice, pois nem tôdas as casas e emprêsas podem auxiliar os que nelas trabalham com as caixas de pensões e reformas de que adiante nos occuparemos. É verdade que, se bastantes o não podem fazer, devido à pequena latitude dos seus negócios, muitas delas poderiam e deviam executar esta solidariedade social, a favor daqueles que tanto contribuem para a sua existência e prosperidade. Numa reforma, ou antes empreendimento da legislação social portuguesa, é indispensável considerar este as-

pecto das relações entre o capital e o trabalho. Simpáticas são ainda as verbas pelas duas associações gastas com o desemprego dos seus filiados, que, nas presentes dificuldades económicas do globo, mais se reflectindo nos assalariados, de um momento para o outro se encontram impossibilitados de alugar o braço honrado.

Que é preciso irmos também pensando nesta modalidade de previdência, o próprio Estado o reconheceu, acabando de decretar a constituição do fundo para ocorrer a trabalhos públicos que possam ocupar alguns dos muitos desempregados que na época invernosa se contam pelo país fora, dando para elles o maior contingente o assalariado comercial e rural. Êste último, principalmente, recolhido na sua precária vida de sofrimentos, sobretudo desde que a atracção das cidades para estas arrastou bastantes capitais que deviam, preferemente, continuar a valorizar o solo nacional, base da riqueza de Portugal.

É ainda hesitante a medida decretada, sobrecarregando principalmente o operariado, quando, em nosso apoucado parecer, mais devia contribuir o patronato, para a obtenção dos fundos, que também nos parece poderiam ser menos atingidos pelos gastos do comissariado.

E aqui está como duas associações de socorro mútuo, com uma capitação anual por sócio que está ainda àquém do que deveria ser, embora qualquer delas muito acima da média geral da própria cidade de Lisboa, já têm um prometedor ensaio contra o desemprego. Exemplos são estes que deveriam frutificar em tôdas as outras que de-certo mais o podem fazer. Se a doença é uma tragédia no lar dos pobres, o desemprego, às vezes de longos meses, do chefe de família que tenha filhos a sustentar, além do sofrimento moral que consigo arrasta, e às vezes com as conseqüências mais funestas, não deixa de constituir um motivo menos digno da atenção de quantos podem e devem contribuir para

se evitar ou causar o menor dano possível. Que em tudo isto pensem os homens que, no governo ou na direcção da vida colectiva da nação, podem melhor promover o bem estar social, e o próprio assalariado e empregado público ou particular, exercendo mais a previdência.

Os 224 contos abonados por esta associação, pelo fundo de inabilidade, foram distribuídos por 222 sócios que a ela adquiriram direito e se encontravam impossibilitados do trabalho.

O fundo de sobrevivência, também aqui de recente criação, conta 276 inscritos, com o capital subscrito de 1338 contos. No ano que estamos analisando, foi abonado o primeiro subsídio, na quantia de 5 contos, sendo o saldo desta conta no valor de 34.789⁷/₁₃.

Terminemos o estudo desta interessante colectividade com a anotação dos serviços clínicos por ela prestados.

Na sua clínica cirúrgica, houve 951 consultas, 83 operações de pequena cirurgia, 38 intervenções de grande cirurgia, 2.488 tratamentos e 1.370 injeções. No domicílio dos associados, foram observados e tratados 242 doentes. No seu laboratório de análises, foram feitas 1.115, incluindo reacções, pesquisas, etc. No gabinete de fisioterapia, foram feitos 638 tratamentos, além de 76 radiografias fora da sede social, custando estes três últimos serviços 22 contos. Juntamos, para finalizar, mais 64.969 consultas e tratamentos diversos feitos no seu dispensário, e 3 conferências médicas.

Tal é, em rápida síntese, a obra social e previdente da magnífica mutualidade que cria e mantém serviços e instalações das mais aperfeiçoadas, para os associados nela encontrarem a assistência e o carinho que lhes proporciona.

Bem hajam quantos para esta belíssima acção mutualista do comércio lisbonense continuam dando às duas colectividades o melhor do seu esforço e inteligência, honrando nobres tradições de seus beneméritos fundadores. Lamentável

é que, devendo andar por cêrca de 60.000 o número de ocupados activamente no comércio e na indústria da capital, contando apenas, nesta última, os empregados de carteira, isto é, excluídos os operários propriamente ditos da indústria, e incluídos num e noutro ramo, uns 15.000 indivíduos trabalhando por conta própria, apenas nas duas colectividades contemos 16.530 inscritos, menos, portanto, de um têrço dos que nelas deviam já estar acolhidos. Não deixem os patrões de dar o exemplo, inscrevendo-se também em muito maior número, pois, além de assim contribuírem para a melhoria social dos que os servem e auxiliam, dando um nobre exemplo de solidariedade e colaboração, quantos não podem um dia vir a precisar do agasalho que ali encontrarão, se a sorte do negócio lhes fôr adversa?

Possam os números, mais do que os conselhos que aqui deixo, contribuir para o robustecimento, ainda maior, das quatro colectividades que destaquei neste estudo apoucado da mutualidade portuguesa actual.

Outro objectivo não tive em vista, ao manusear os seus relatórios e cotejar a acção por elas exercida como as restantes da capital e do país. De bom grado outras destacaria, se melhor as conhecesse, sobretudo aquelas que, pelo seu maior agregado e assistência dada, onde quer que existam, dignas se tornem do conhecimento dos mutualistas, para estímulo e exemplo.

Não cabe fazê-lo nos limitados moldes de um estudo particular. Compete isso ao Estado, por um largo e completo inquérito a realizar. Compete à Federação das Associações de Socôrro Mútuo, a dentro dos objectivos que ficaram fixados nos estatutos que redigi e agora vigoram. Compete nomeadamente à grande imprensa, dedicando todos os dias uma ou duas colunas às grandes questões económicas e sociais que agitam o mundo, mas ocupando-se particularmente das nossas, no que tiverem de soluções

nacionais, embora na correlação de factores estranhos, para comparações e análises. Mas é preciso também que as associações não descurem a propaganda, fornecendo, pela palavra, pelo folheto, pelo jornal, que os deve acolher, elementos, números e ensinamentos à massa associável do país. E qualquer das quatro associações — o Montepio Geral, a Inabilidade e as duas do Comércio — sem desdouro de outras de menor acção, mas também prometedoras, está em brilhantes condições para atrair quantos só na cooperação podem e devem encontrar o auxílio sempre necessário na doença, na velhice e no desemprego, não esquecendo o imperioso dever de legarem aos filhos e à viúva que ficam ao desamparo e na miséria, o que lhes fôr possível amealharem, para lhes mitigarem a vida atribulada que sobreveem com a morte do chefe do lar.

(Continua).

DOMINGOS DA CRUZ.

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto recebeu e muito agradece os livros seguintes:

- Carlos Roma Machado de Faria e Maia — *Recordações de Africa*, Lisboa, 1930.
- — *Aplicação das Baterias de Costa nos arquipélagos dos Açores e Madeira*, Lisboa, 1892.
- — *Alguns factos passados no distrito de Lourenço Marques no tempo da guerra do Transvaal em 1890*, Lisboa, 1906.
- — *Bibliographie d'Histoire Coloniale (1900-1930)*, Paris, 1932.
- — *Breves apontamentos duma rápida visita a alguns Portos Marítimos da Europa*, Lisboa, 1910.
- — *A cidade do Huambo*, Lisboa, 1913.
- — *Colonização do planalto de Huila e Mossâmedes*, Lisboa, 1919.
- — *Reconhecimento militar da fronteira portuguesa entre os distritos de Lourenço Marques e Gaza, o Transvaal e a Swazilândia*, Lisboa, 1906.
- — *Colonização do planalto de Huila e Mossâmedes seu desenvolvimento agrícola e industrial*, Lisboa, 1919.
- — *Scenas Africanas 1897-1917*, Lisboa, s. d.
- — *Estudo comparativo de Couraças e Penetrações*, Lisboa, 1888.
- — *3.º Congresso Colonial Nacional 1930. — Teses — Colonização da raça branca portuguesa em Angola*, Lisboa, s. d.
- — *O Rio Cunene na fronteira sul de Angola*, Lisboa, s. d.
- — *Zonas Colonizáveis — Estudo de Adaptação de Europeus. Justificação da Tese apresentada ao 2.º Congresso Colonial Português em 1924*. Lisboa, s. d.
- — *Prioridade dos portugueses no descobrimento da América do Norte e ilhas da América do Norte e ilhas da América Central*, Lisboa, 1931.
- — *Moyens de Diffusion de la Pensée aux colonies*, Lisboa, 1933.

- Carlos Roma Machado de Faria e Maia — *A cidade, o Porto do Labito e o Caminho de Ferro de Benguela. Seus primitivos Estudos e Projectos*. Lisboa, s. d.
- — *As defesas marítimas da Cidade da Beira*, Lisboa, 1925.
- Dr. Américo Pires de Lima — *Na Costa de África — Memórias dum médico expedicionário a Moçambique*, Vila Nova de Gaia, 1933.
- Raúl da Silva Castro — *Estado Actual de los Métodos de la Historia Literaria*. Traducción de diversos estudios de Paul Van Tieghem, Benedetto Croce, Bernard Fay, Miguel Dragomirescu, Lorenz Eckhoff, Josef Nadler, Jean Hankiss, Luigi Russo, Levin L. Schucking, Georges Ascoli, Wl. Folkierski, etc. Santiago, Chile, 1933.
- Mediterranea* — Hommage à Armand Godoy, Mars 1929.
- Armand Godoy — *Paginas escogidas*. Traducción de Eduardo Aviles Ramirez, prefacio de Jean Royere, Paris, 1929.
- — *Ite Missa Est*, Paris, 1933.
- Banquet du Manuscrit Autographe donné le 15 Novembre 1932 en l'honneur du Poète Armand Godoy à l'occasion de sa nomination dans l'ordre de la Légion d'Honneur*.
- Joaquim Cases Carbó — *Un llibre estel? El Problema Peninsular 1924-1932*. Història d'una campanya epistolar a favor de l'autonomia de Catalunya i de la Unió d'Espanya amb Portugal, feta el gener, febrer i març de l'any 1924, en plena dictadura militar. Antecedents més o menys llunyans i perspectives més o menys pròximes, Barcelona, 1933.
- Colónia de Macau. — *Movimento Industrial e Comercial de 1929-1930*.
- Frederico Gavazzo Perry Vidal — *Maíra e D. João V*, Separata da Revista *Brotéria*, Lisboa, 1933.
- — *Estudo Bio-bliográfico acerca de José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco (1803-1857)*, Lisboa, 1930.
- Alonso de Ercilla y Zúñiga — *La Araucana*, tomo II, cantos XVI a XXXVII, (Chile), 1933.
- Dr. D. Demetrio Espurz y Campodarbe — *Discurso leído en la solena apertura del curso Academico de 1933-34*, Oviedo, s. d.
- Edgar Prestage — *D. Francisco Manuel de Melo*, trad. do inglês por António Álvaro Dória, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- Raúl de Azevedo — *Hora de Sol*, Companhia Dias Cardoso, Rio de Janeiro, 1933.
- Augusto Nobre — *Peixes das Aguas doces de Portugal*, Lisboa, 1932.
- Alfonso Leng — *Poema*, Chile, 1932.
- René Amengual — *Cuatro Piezas del Album Infantil*, Chile, 1933.

- Domingo Santa Cruz — *Imágenes infantiles*, Chile, 1933.
— — *Imágenes infantiles*, Segunda Série, Chile, 1933.
Carlos Isamitt — *Quietud*, Chile, 1932.
Dr. Vicente Dávila — *Biografía de Miranda*, Tip. Americana, Caracas, Venezuela, 1933.
Directório de Macau, 2.º ano de Publicação, Macau, 1933.

Ao Serviço do Império por João de Almeida :

- VI. — *L'esprit de la race Portugaise dans son expansion outre-mer*, Lisboa, 1931.
VI. — *O Espírito da raça Portuguesa na sua expansão além-mar*, Lisboa, 1933.
VII. — *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa, 1933.
VIII. — *O ressurgimento Ultramarino, grandeza e romantismo duma geração*, Lisboa, 1933.

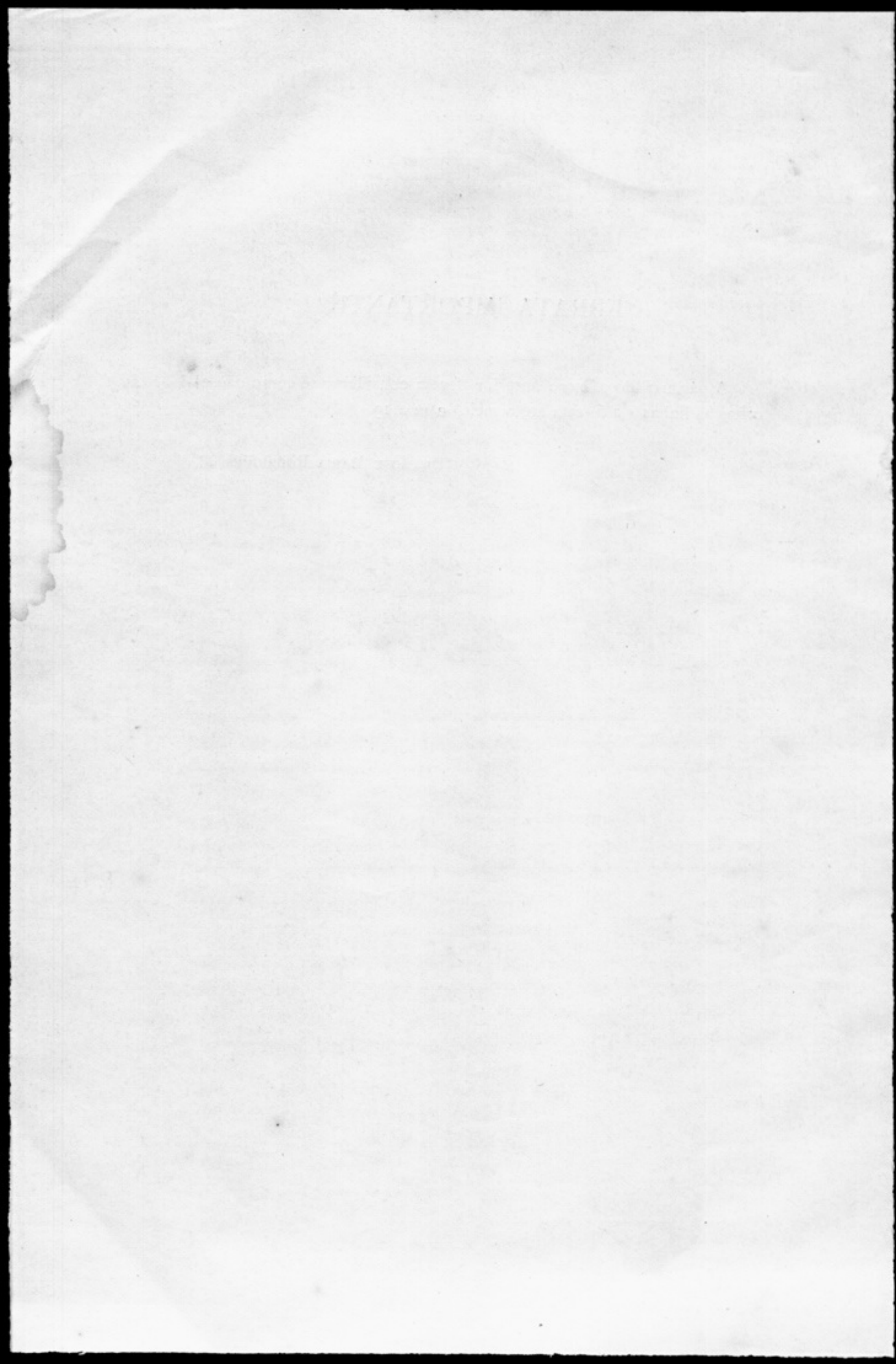
Exportação Portuguesa :

- I. — *Lista de exportadores de Vinho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
II. — *Lista de exportadores de produtos florestais e seus derivados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
III. — *Lista de exportadores de conservas de peixe em azeite, peixe em salmoura, prensado, fresco, salgado e seco, mariscos e cefalópodes e sal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
IV. — *Lista de exportadores de produtos coloniais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
V. — *Lista de exportadores de frutas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
VI. — *Lista de exportadores de produtos insulares*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.
VII. — *Lista de exportadores de produtos diversos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

ERRATA IMPORTANTE

A pág. 416 do número anterior devem considerar-se como não escritas as linhas 1 a 5 (esta até o meio) e 12 a 19.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.



LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883).* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho,* por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vols. V e VI cada | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25,000
Número avulso	10,000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.